

Debates sobre

GÊNERO & SEXUALIDADE

na sociedade contemporânea

PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORA



2021

Debates sobre

GÊNERO & SEXUALIDADE

na sociedade contemporânea

PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORA



2021

2021 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à
Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Roger Goulart Mello
Projeto Gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os Autores

DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, VOL. 1

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro



2021

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D286 Debates sobre gênero e sexualidade na sociedade contemporânea
[livro eletrônico] : volume 1 / Organizadora Patrícia Gonçalves de
Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89950-11-0

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. 3. Cultura de gênero.
I. Freitas, Patrícia Gonçalves de, 1992-.

CDD 305.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2021

Apresentação

É com grande satisfação que a **Editora e-Publicar** vem apresentar a obra intitulada “**Debates sobre gênero e sexualidade na sociedade contemporânea, Volume 1**”. Neste livro, engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. A obra é composta por 30 capítulos que abordam múltiplos assuntos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Roger Goulart Mello

Patrícia Gonçalves de Freitas

Sumário

CAPÍTULO 1 13

A FIGURA FEMININA E O SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE: LUTAS E RESISTÊNCIAS

..... 13

Diana Cristina Rebouças dos Reis
Natália Gomes da Silva
Álvaro Micael Duarte Fonseca
Ariel Moraes de Andrade

CAPÍTULO 2 23

O PROFESSOR E O GÊNERO MASCULINO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO
DE CRIANÇAS: A IDEIA DE GARANTIA DE ORDEM, OBEDIÊNCIA, DISCIPLINA E
PULSO FIRME 23

Anderson Santana de Souza

CAPÍTULO 3 37

MULHERES QUE RIMAM: NARRATIVAS FEMININAS NO MOVIMENTO HIP HOP

..... 37

Carolina Ofranti Sampaio

CAPÍTULO 4 54

ORIENTAÇÃO SEXUAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 54

Caroline Abegg
Fernanda Abegg

CAPÍTULO 5 60

SEXUALIDADE FEMININA E EROTISMO EM VOGA: DE *DIOR* A *DOLCE &
GABBANA* 60

Mariana da Silva Valente
Éverly Pegoraro

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO 6 | 77 |
| A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NA ATUALIDADE: A SEXUALIDADE FEMININA CRIMINALIZADA NAS REDES DO CIBERESPAÇO..... | 77 |

Isabôhr Mizza Veloso dos Santos
Isabella Ayezza Veloso dos Santos
Camilla Curi Gonçalves Ferreira

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 7 | 90 |
| EUROCENTRISMO E ALGUNS PENSAMENTOS FEMINISTAS INICIAIS..... | 90 |

Jamile Guerra Fonseca

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 8 | 97 |
| “MADANM MACHANN MANJE”: QUEM SÃO ESSAS MULHERES?..... | 97 |

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 9 | 104 |
| O PRECONCEITO HOMOFÓBICO E DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR..... | 104 |

Lidiane Gomes dos Santos Felisberto
Natália Fátima Sacon
Nathielle Cecília Fernandes

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 10 | 118 |
| FRONTEIRAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS ARTICULADAS EM ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES | 118 |

Luciana Cristina Teixeira de Souza

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 11 | 132 |
| A (IN) VISIBILIDADE DA INFÂNCIA: A CRIANÇA E A PROPAGANDA MUDIÁTICA NO SÉCULO XXI | 132 |

Camila Campos Vizzotto Alduino
Marcia Cristina Argenti Perez

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 12 | 144 |
| REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS TRANS ACERCA DA CONSULTA GINECOLÓGICA POR MEIO DO VÍDEO “HOMEM NO GINECOLOGISTA” DO YOUTUBER TRANSDIÁRIO | 144 |

Matheus dos Santos Carvalho
Pâmela Tays de Holanda Silva
Jaqueline Paulino Gomes
Mariana Tayná Silva dos Santos
Marcelly Regina Mendes Ferreira
Joyce Fagundes Ribeiro
Amanda de Oliveira Bernardino
Ednaldo Cavalcante de Araújo

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 13 | 155 |
| CYBERBULLYING, MINORIAS SEXUAIS E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA | 155 |

Mísia Carlyne Pereira de Moraes
Ludwig Félix Machado Leal
Carlos Eduardo Pimentel

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 14 | 172 |
| ESTEREOTIPAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: O DISCURSO DA MÍDIA PUBLICITÁRIA | 172 |

Amanda Regina Ferreira Rosas
Nathália Hernandez Turke
Hemilyn da Silva Meneguete
Virgínia Iara de Andrade Maistro
Marinez Meneghello Passos

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 15 | 180 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FERRAMENTAS PARA QUEBRA DE ESTIGMAS E PRECONCEITOS NO QUE SE REFERE A GÊNERO E SEXUALIDADE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO | 180 |

Silas Tibério Pereira Linhares
Josinaldo Pereira de Lima

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 16 | 190 |
| A BIOPOLÍTICA DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CPID – 1994 | 190 |

Silvia Piedade de Moraes

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 17 | 205 |
| UM ESTUDO DE GÊNERO SOBRE OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL (TJMS) EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL | 205 |

Jaqueline Cardoso Portela
Tânia Regina Zimmermann

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 18 | 232 |
| É DE MENINO OU DE MENINA? O GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.. | 232 |

Ana Karoline Nogueira Gonçalves
Thaiza Ventura Alves
Regiane Caris dos Santos

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 19 | 245 |
| AS NOVAS POSSIBILIDADES DE AUTOEXPLORAÇÃO DA SEXUALIDADE E O “FENÔMENO ONLYFANS” NA SOCIEDADE CAPITALISTA | 245 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202156419110

Adriano Boettcher Brandes

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 20 | 265 |
| MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS NORMAS DE GÊNERO VISITADOS POR ANGELA DAVIS E PATRÍCIA GALVÃO | 265 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202147920110

Bianca Araci de Figueiredo
Hylio Laganá Fernandes

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 21 | 274 |
| NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO E PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: AVANÇOS E POSSIBILIDADES | 274 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146021110

Bianca Araci de Figueiredo
Hylio Laganá Fernandes

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 22 | 289 |
| A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM DA INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE TRANSDISCIPLINAR..... | 289 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202155222110

Carolina Guedes de Oliveira
Fabrício Viana Andretti

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 23 | 302 |
| DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO (A) PARCEIRO (A) E NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO PRÉ-NATAL | 302 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202142223110

Iago Prina Rocha
Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos
Núbia Damasceno Silva
Thâmara Almeida Santos
Gleice Moura Silva
Marcelo Calheira Mendonça
Veridiana Bispo dos Santos
Jocelina de Jesus Santos Araújo

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 24 | 317 |
| CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSGÊNERO E INTERVENÇÕES CORPORAIS | 317 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202157124110

Josuel Silva de Souza Queiroz
Glycia Melo de Oliveira
Camila Ursulla Batista Carlos

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 25 | 328 |
| DISCURSO, PODER E RELIGIOSIDADE: REGULAÇÃO E DISPUTA SOBRE AS EXPRESSÕES DE SEXUALIDADES | 328 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202154625110

Guilherme Soares
Juliana Campos Gomides

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 26 | 337 |
| IDENTIDADES, CORPOS E SEXUALIDADES | 337 |

Guilherme Paiva de Carvalho
Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 27 | 353 |
| INCONGRUÊNCIAS NA CULTURA TRADICIONAL: DESTINO SOCIAL DAS MULHERES E O LUGAR DAS MULHERES SOLTEIRAS | 353 |

Simone Maria de Sousa Silva

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 28 | 368 |
| AGROTURISMO E GEOTURISMO COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO DA MULHER DO CAMPO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO TERRAS DO RIO DOCE, ES | 368 |

DOI: 10.47402/ed.ep.c202161528110

Daniela Teixeira Carvalho de Newman
Ana Paula Maria de Assis
Giovanna Fornaciari
Jaqueline Carolino
José Albino Newman Fernández
Lucas Medici Macedo Candeias
Ronielson Xavier de Jesus
Ana Caroline Pereira Ferreira

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 29 | 382 |
| REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA | 382 |

Ana Caroline dos Santos Monteiro
Pedro Tavares da Silva Neto
Alberto Assis Magalhães

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 30 | 392 |
| OS CONFLITOS EM TORNO DA “ <i>IDEOLOGIA DE GÊNERO</i> ” NO CENÁRIO BRASILEIRO: A GENEALOGIA DE UM PÂNICO MORAL | 392 |

Celso Gabatz

CAPÍTULO 1

A FIGURA FEMININA E O SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Diana Cristina Rebouças dos Reis, Graduanda de Serviço Social, UnP

Natália Gomes da Silva, Graduanda de Serviço Social, UnP

Álvaro Micael Duarte Fonseca, Graduando de Psicologia, UnP

Ariel Moraes de Andrade, Graduanda de Psicologia, UnP

RESUMO

As discussões acerca do espaço da mulher na sociedade configuram um debate contemporâneo que necessita, progressivamente, de destaque na mídia. Em vista disso, tendo como objetivo apresentar as expressões da questão social que permeiam a vida desse grupo e as formas de resistência encontradas para o enfrentamento às opressões existentes, este trabalho busca discutir acerca da história de lutas e resistências, as quais continuam ocorrendo. Para a consecução do objetivo proposto, foi realizada uma revisão de literatura sobre a temática concernente às categorias “Mulher”, “Espaço”, “Resistência” e “Feminismo”, tendo como principais referências periódicos encontrados na base SciELO nos últimos 20 anos. Através da análise bibliográfica, pode-se inferir que o contexto de obstáculos e entraves presente no cotidiano da mulher é expressão da questão social de uma sociedade culturalmente machista e patriarcal e, neste cenário, os movimentos feministas se configuram como um forte mecanismo de resistência e luta pelos direitos iguais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Espaço; Resistência; Feminismo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a história sofreu grandes transformações teóricas e metodológicas que direcionaram os olhares dos historiadores a temas e grupos sociais que, até então, estavam à margem dos estudos históricos, como as mulheres, os velhos, os operários, os camponeses e os escravos. A história das mulheres emerge como um campo de estudo influenciada pelos novos interesses da disciplina histórica e pelas campanhas feministas. Os reflexos dessas renovações não demoraram a alcançar o Brasil, e o aumento dos estudos sobre as mulheres nos programas de graduação e pós-graduação tornaram a história das mulheres consolidada rapidamente em nosso país (FARIAS, 2009).

Dentro desse contexto, Silva (2015) pontua que analisar a história das mulheres corresponde ao estudo da história da humanidade, pois não há indícios de sociedades que foram

criadas e/ou sobreviveram sem a influência feminina. Deste modo, o que se pode salientar é que, ao estar a mulher inserida no contexto de desenvolvimento de toda humanidade, a mulher foi atingida pelos processos históricos, políticos e econômicos, desenvolvendo, assim, diferentes papéis e alterando seu grau de importância perante o homem no decorrer dos tempos. Todavia, há uma enorme dificuldade de historicizar a trajetória feminina em algumas civilizações, pois, como aponta Perrot (1988, p.185) “[...] da história, muitas vezes a mulher é excluída [...] o ofício de historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino”, o que deriva em uma visão parcial e marcada pela ideologia patriarcal.

Segundo Alves e Pitanguy (1991), até meados do século XIX, a vida da mulher era administrada conforme os interesses masculinos, sendo envolta em uma aura de castidade e de resignação, pois devia procriar e obedecer às ordens do pai ou do marido. Devido as lutas de reivindicações de igualdade de direitos com relação ao gênero masculino - por exemplo, com o movimento feminista - a mulher conquistou seu espaço na sociedade, obtendo o direito de votar e de trabalhar fora do lar. Mas as concepções acerca da subjetividade e do corpo feminino também acompanharam as modificações políticas, econômicas, históricas e socioculturais, pois, no período patriarcal, a mulher tinha funções voltadas, prioritariamente, para a reprodução e era intensamente submetida ao poder masculino.

Ainda de acordo com os autores supracitados, com o surgimento do capitalismo, a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas assumiu, também, tarefas produtoras de força de trabalho como resultado do maior espaço conquistado na sociedade. Desta forma, podemos perceber que o corpo e a subjetividade são construídos historicamente, ou seja, cada sociedade tem seu modelo de corpo e cada época tem seu modo particular de representá-lo. Este processo de constituição do corpo e da subjetividade da mulher, ou seja, a maneira como ela organiza seu modo de existir no mundo e as relações com os outros também foi influenciada pelas transformações econômicas, políticas, históricas e socioculturais. É a interação do indivíduo com os outros e com o mundo, em um determinado período histórico, a principal responsável pela organização de seus padrões de conduta e de suas reações emocionais e racionais.

Nesse sentido, Tilly (1994) aponta para a necessidade de se escrever uma história analítica das mulheres, na qual seus problemas, dificuldades e anseios possam ser vinculados aos das outras histórias, ou seja, há a necessidade de reconhecer a mulher enquanto partícipe da formação da humanidade, de modo que sua biografia não seja analisada de forma isolada, mas

correlata à questão dos trabalhadores, dos negros, das classes sociais etc. É imprescindível retirar a mulher de sua posição de objeto do homem para colocá-la na condição de sujeito de sua própria história, uma vez que “[...] as mulheres vivem e atuam no tempo” (TILLY, 1994, p.31), e, dessa maneira, não são apenas uma categoria biológica, mas indivíduos que constroem sua existência socialmente nas relações estabelecidas entre elas mesmas e entre elas e os homens.

Portanto, entendendo a necessidade de debates e discussões acerca do espaço da mulher na sociedade e as formas de opressão que os indivíduos do sexo feminino enfrentam, este trabalho tem como objetivo apresentar as expressões da resistência que permeiam o lugar da mulher no meio social e os modos de enfrentamento às adversidades ligadas ao gênero, buscando discutir estratégias de re-existir, ressaltando, neste contexto, a importância dos movimentos feministas na luta pelos direitos iguais.

METODOLOGIA

O presente artigo se trata de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo analisar e apresentar pesquisas relevantes ao tema proposto, possibilitando a elaboração de um compilado sobre o assunto, contribuindo para a disseminação do conhecimento acerca do espaço da mulher na sociedade e as formas de resistência diante dos desafios existentes. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para fazer um comparativo entre as literaturas e é um meio eficaz de produção de conhecimento para os novos pesquisadores. Além disso, a principal vantagem da revisão bibliográfica é possibilitar ao investigador uma maior abrangência do conteúdo e proporcionar uma fonte confiável de informação.

De acordo com o autor supracitado, a pesquisa bibliográfica é uma das tarefas que mais contribuem para o aprendizado na área de estudo, haja vista que os estudos apresentarão dados e conceitos já testados e descobertos, permitindo que o pesquisador compreenda e compare com suas ideias e metodologias. Para o pesquisador, notadamente no momento da pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação, pois “[...] propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. [...]” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 192).

O estudo foi realizado mediante critérios de inclusão dirigidos por meio de pesquisas em revistas eletrônicas, sites oficiais, livros e artigos periódicos, nos últimos 20 anos, isto é,

entre 2000 a 2020, sendo todos de acesso gratuito aos leitores, escritos e/ou traduzidos para o português e, concomitante, utilizou-se as seguintes palavras-chave para buscar o material examinado, segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Mulher, Direitos Humanos, Feminismo e Resistência. Dessarte, delimitou como critérios de exclusão aqueles artigos de revistas e livros publicados em outros idiomas e/ou pagos e os materiais fora do período de anos definido.

Dessa forma, primeiramente realizou-se a leitura dos resumos dos materiais selecionados com o objetivo de afunilar a amostra diante dos critérios organizados, logo, conseguiu-se 22 (vinte e dois) artigos e livros elegidos a partir do banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), livros e sites oficiais, sendo estes de acesso livre e completos. A busca pelos artigos e periódicos e o estudo realizado em cima destes foi realizada entre os meses de setembro a novembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Santos e Oliveira (2010), para o entendimento das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, é necessário partir do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob dadas condições objetivas e subjetivas que são produto das relações sociais. Isso significa que a construção social das respostas que dão às suas necessidades e vontades tem na sociabilidade sua determinação central ou, de outra forma, significa também que os indivíduos fazem a história, mas suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade e entre ser e consciência.

Ainda de acordo com as autoras mencionadas, na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limitam o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Considerando que o modo de pensar e de agir é determinado na dinâmica complexa e contraditória entre sociabilidade e individualidade, podemos verificar a prevalência de indivíduos despotencializados em sua criatividade, em sua capacidade reflexiva, reproduzindo práticas que reiteram processos de alienação e de subalternidade.

Neste processo, de acordo com Saffioti (1992), as relações de gênero são permeadas por uma diversidade que envolve as relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e homens e homens, de modo que "o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero". Dessa forma, trata-se de relações construídas historicamente, que perpassam as transformações e mudanças na sociedade.

Assim, segundo Santos (2005), é fundamental analisar como estão estruturadas as relações sociais, considerando o processo dinâmico dos indivíduos se relacionarem entre si. É no movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero, dessa forma, na sociedade, os papéis que homens e mulheres assumem vão sendo construídos e redefinidos.

Pode-se afirmar que a discussão de gênero se faz imprescindível para entender o espaço da mulher na sociedade e os desafios por elas enfrentados. Santos e Oliveira (2010) enfatizam que, considerada em sua historicidade, a categoria gênero se apresenta de modo complexo, envolvendo não só relações e características entre os sexos, mas indo além, sendo determinada também, numa dinâmica temporal, por elementos que são, ao mesmo tempo, significativos no que se refere às relações entre sociabilidade e cultura. Trata-se de apreender como se efetivam as relações sociais entre os indivíduos e as particularidades produzidas, mediante a forma como se organizam e o modo como absorvem e reproduzem valores, poder e direitos nos mais diferenciados ambientes como o trabalho, a família, a política, e nas relações afetivo-sexuais. Ou seja, trata-se de identificar como os valores objetivam e subjetivamente construídos são introjetados, vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana.

Nessa perspectiva, Saffioti (1992, p.192) afirma que a categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como "oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres" para que não se incorra no erro de não identificar "os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres".

Além disso, a dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, seja por se apropriarem historicamente de menor poder do que os homens, seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, em que está associada à uma raça/etnia historicamente oprimida. Acrescente-se, ainda, a orientação sexual que implica outro recorte na caracterização das formas de opressão e de violação de direitos (SANTOS E OLIVEIRA, 2010).

Considerado um dos artigos mais importantes na Constituição Federal de 1988, o artigo 5º, este tem como principal objetivo as garantias e direitos fundamentais que todo cidadão

possui. Sendo um dos mais importantes o direito da igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Contudo, é grande a lista dos direitos das mulheres que estão sob risco como, por exemplo, o mundo da política, que continua sendo predominantemente masculino, o mercado de trabalho, o quanto as mulheres conseguem entrar e como são pagas uma vez que conquistam as vagas, dentre outros diversos direitos que lhes são barrados pela sociedade.

Segundo Pedro (2010), as relações de gênero presentes no patriarcado pressupõem que o órgão sexual determina as funções sociais. Dessa forma, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e a mulheres. No entanto, surge a separação de papéis voltados para o homem e para a mulher que não é algo natural e/ou biológico, mas algo que foi construído levando em consideração as necessidades socioeconômicas de cada sociedade.

Diante desse cenário, compreende-se que o processo de luta, que objetiva o fim da opressão (dominação-exploração) das mulheres, está além de colocá-las em situação de igualdade de oportunidade com o gênero masculino, trata-se de estabelecer relações sociais fundadas na igualdade substantiva. E, neste sentido, tem sido fértil a interlocução entre algumas vertentes do movimento feminista com sujeitos coletivos que atuam na organização da classe trabalhadora por meio de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e outros sujeitos coletivos. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

O Movimento Feminista pode ser definido como um movimento social em prol da equiparação dos sexos quanto ao exercício de direitos civis e políticos. Esse é o objetivo central do movimento, embora o próprio conceito seja controverso e tenha dado origem a diversos posicionamentos. Ademais, é possível identificar três fases no movimento feminista: a primeira se situa na metade do século XIX, tendo como principal reivindicação o direito ao voto (sufragismo); a segunda se associa aos movimentos pós-segunda guerra, com o slogan: "O que é que os homens fazem que as mulheres não possam fazer?" e a terceira e atual, também chamada de pós-feminismo, caracterizada pelo Backlash - movimento reacionário contra o próprio feminismo (NOGUEIRA, 2001).

Nas décadas de 1960 e 1970, surge o novo feminismo, em paralelo com a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a Guerra do Vietnã. Nesse período questões ligadas à raça, à classe, ao gênero e à orientação sexual se articulam às

demandas feministas e surgem o Feminismo Negro e Feminismo Lésbico. Essas ramificações levam em consideração a combinação de diversas opressões extrapolando assim a ideia de que as mulheres sofrem opressão apenas em função de seu gênero (COELHO, 2016).

Ainda de acordo com Coelho (2016) no Brasil, a segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer e ao próprio corpo, contra a violência sexual, o movimento também levou mulheres à luta contra a ditadura militar. O Feminismo Negro no Brasil começou a ganhar força no final da década de 1970 e início da década de 1980, lutando para que as mulheres negras se tornassem sujeitos políticos.

Contudo, a proposta central do momento atual se refere ao estudo das relações de gênero, pensando simultaneamente igualdade e diferença. Discute-se a singularidade de mulheres no mundo capitalista, falocêntrico, racista (AZERÊDO, 2017) e homofóbico, dentro de uma perspectiva plural. As questões feministas não se encerram em torno de "uma mulher", como um sujeito único, mas de "mulheres": brancas, negras, domésticas, índias, ricas, donas de casa, artistas, lésbicas, trans etc. O sistema do capital se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho. No bojo dessas determinações é necessária uma luta ampliada para obter uma nova condição social, política e econômica para as mulheres, que possibilite igualdade entre os gêneros. O próprio sistema dominante está atravessado por várias contradições, que abrem caminho para lutas e transformações que objetivam uma nova ordem social.

Segundo Santos e Oliveira (2010), a luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas secularmente pelas mulheres. Assim, trata-se de um caminho estratégico que pode favorecer a construção de uma nova sociabilidade. A agenda política feminista, numa perspectiva emancipatória, tende cada vez mais a considerar a realidade complexa da desigualdade social e como neste contexto a violação dos direitos das mulheres se particulariza. É imprescindível fortalecer a luta contra o sistema do capital. Afinal, como bem expressou Che Guevara (1928-1967), "é preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo de mobilização." Compreende-se que o processo de luta de gênero, que busca o fim da opressão e dominação das mulheres, está além do conceito de igualdade nas profissões que o gênero masculino predomina.

A luta que as diversas vertentes do movimento feminista busca está fundada principalmente, na igualdade em todas as relações sociais que as mulheres estão inseridas, na conquista diária e na permanência em qualquer espaço. Em suma, tem sido importante o diálogo constante entre o movimento feminista e os demais movimentos atuantes para a organização por meios de sindicatos e partidos políticos onde a luta aconteça de forma unificada. Hoje a luta e as reivindicações dos movimentos feministas não estão em torno das questões iniciais que impulsionaram suas lutas, pois ao longo dos anos surgem novas formas de organizações e comunicações na busca pela emancipação feminina.

Portanto, nessa luta não existe apenas uma bandeira ligada a essas demandas, uma vez que isto ultrapassa as relações de gênero e se inserem nas opressões exercidas pelo capital, é necessário que a busca pela emancipação esteja sempre presente, como afirma Cisne e Gurgel (2008, p.85) “Partirmos da convicção de que a emancipação humana é irrealizável no capitalismo, dada a sua estrutura de dominação, alienação e exploração, baseada na transformação da força de trabalho”, usando todos os meios cabíveis e existentes para a dominação e alienação dos papéis de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos e das situações mencionadas neste trabalho, pode-se levantar alguns pontos finais para reflexão acerca do tema apresentado. O espaço da mulher na sociedade teve que enfrentar diversas ideologias impostas pelo patriarcado, marcas sociais que perpassam até os dias atuais, em que a mulher precisa diariamente lutar para conquistar seu lugar em todos os âmbitos de sua vida, como no campo universitário, profissional e político. Assim, as lutas para a consolidação de direitos que foram conquistados durante décadas com o movimento feminista, são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas secularmente pelas mulheres.

Foi possível observar a partir dos estudos realizados acerca do assunto abordado que as formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, atinge um contingente expressivo de mulheres e, neste sentido, só pode ser entendida no contexto sócio-histórico-cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade e entre as relações de gênero e a totalidade da vida social. Neste cenário, (ARAÚJO, 1999) abre a possibilidade concreta de construir relações de gênero mais democráticas, nas quais o direito à igualdade e o respeito à diferença são as pedras angulares. Não é demais afirmar que esse continua sendo o ideal de relacionamento perseguido no casamento e na família desde a modernidade.

Conquanto, Mendes et al. (2015) apontam que grandes são os desafios das mulheres na luta pela conquista de direitos e reconhecimento e o movimento feminista precisa continuar atuante para a garantia e ampliação de novos direitos. Faz-se necessário também que o Estado invista em Políticas Públicas para as mulheres e que estas sejam protagonistas nessas conquistas. Na luta contra a desigualdade de gênero, a discriminação, o preconceito e toda forma de opressão, as mulheres têm uma relação profunda com o sistema capitalista inserido em nossa sociedade e o conflito constante das classes sociais pelo seu reconhecimento e lugar na sociedade. A ruptura com o patriarcado e o sistema vigente se torna necessária para o rompimento com essa estrutura que está diretamente entrelaçada com a opressão exercidas sob as mulheres durante toda a história.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M., & PITANGUY, J. **O que é feminismo?** (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense. 1991.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a "mulher": diferença, poemas e corpos**. Cortez Editora, 2017.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016.

FARIAS, Marcilene Nascimento de. A história das mulheres e as representações do feminino na história. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 924-925, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, R. S.; VAZ, BJ de O.; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas-Universidade Federal da Paraíba**, n. 03, p. 88-99, 2015.

NOGUEIRA, Conceição. Construcionismo social, discurso e gênero. **Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 43-65, 2001.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, p. 1-10, 2010.

PERROT, Michelle; FERREIRA, Roberto Leal. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista katálysis**, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **O PENSAMENTO DA ESQUERDA E A POLÍTICA DE IDENTIDADE: AS PARTICULARIDADES DA LUTA PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL**. 2005. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina e BRUSHINNI, Cristina. (orgs.) **Uma questão de gênero**. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.183-215

SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina**. São Paulo: Editora UNESP. 2015.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, p. 28–62, 2007.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Casamento e sexualidade: A revisão dos mitos na perspectiva de gênero**. 1999. 188f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 191-198, 2000.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

CAPÍTULO 2

O PROFESSOR E O GÊNERO MASCULINO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS: A IDEIA DE GARANTIA DE ORDEM, OBEDIÊNCIA, DISCIPLINA E PULSO FIRME

Anderson Santana de Souza, Mestre em Educação UESB. Pedagogo, Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais

RESUMO

Parte deste trabalho compõe o resultado final de uma dissertação de Mestrado em Educação e teve como objetivo a realização de um estudo a respeito da presença do docente do gênero masculino no processo de escolarização de crianças. De forma mais específica, discutiremos a respeito das falas/discursos de duas mães de crianças estudantes cujo responsável pelo processo de ensino e aprendizagem em sala de aula de seus filhos trata-se de um profissional/professor do gênero masculino. Assim, utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevista semiestruturada. A análise das falas/discursos das mães participantes da pesquisa guiou-se pelos pressupostos teóricos e reflexões de Michel Foucault a luz da categoria de análise do discurso. Este trabalho traz como um dos resultados da pesquisa os discursos das mães que alinham a presença de um profissional do gênero masculino em sala de aula com a ideia de garantia de ordem, obediência, disciplina e pulso firme no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros. Masculinidade. Discursos. Disciplina. Escola.

INTRODUÇÃO

É pertinente reforçar que as reflexões que compõem este trabalho são parte de uma pesquisa de mestrado mais ampla a respeito da presença do docente do gênero masculino nos anos iniciais do ensino fundamental.

Dialoga com as temáticas sobre gênero, masculinidade, feminilidade, representações sociais, discursos, dentre outros que atravessam a temática.

Ao refletirmos a respeito da categoria gênero, que aqui aparece de forma bastante robusta e alicerça as reflexões deste texto, ancoramo-nos no pensamento de Scott (1995) e Louro (1997), Scott considera o gênero como um elemento que se constrói a partir das relações sociais, ou seja, uma construção social e histórica baseada no sexo das pessoas, ou seja, uma criação inteiramente social das ideias subjetivas sobre os papéis próprios para homens e mulheres.

Entende que o gênero diz respeito a uma espécie de discurso da diferenciação dos sexos. Para a autora, o gênero não se relaciona apenas no campo das ideias, mas também nas estruturas institucionais e nas práticas diárias das relações sociais. [...]

Louro, enfatiza que devemos entender o gênero como uma categoria constituidora da identidade dos sujeitos e que não podemos entender as identidades destas como fixas, imutáveis, inflexíveis ou estáveis, ainda segundo a pesquisadora, “São atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, construindo os sujeitos como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais” (LOURO, 1997, p. 28).

Tomando por base a citação acima, com foco na discussão a respeito dos “lugares sociais” e as relações de gênero, acreditamos que falar a respeito da presença de homens no processo de escolarização de crianças é pisar no chão das discussões sobre normas e relações de gênero, entendendo suas construções a partir de uma divisão social binária a partir do biológico — é pensar em sujeitos que estão atravessando a fronteira de um lugar social — “escola de crianças” - a qual é considerada um espaço de trabalho pertencente ao gênero feminino e ao universo da feminilidade.

Ferreira (2008, p. 77) traz uma afirmativa que coaduna com a ideia acima, especificamente a respeito do magistério com criança e suas simbologias sociais femininas, pois segundo o autor, “a partir do que se passou a reconhecer como feminização do magistério, a prática docente ganhou novos sentidos, muitos deles derivados da participação das mulheres na sala de aula”.

Também com foco na discussão a respeito do magistério infantil como profissão “naturalmente” feminina, Sarmiento (2004) aprofunda a reflexão, ao entender que os homens que são professores de crianças transgridem o senso comum social no contexto de escolarização de crianças.

Dessa forma, este trabalho traz uma problematização considerando a ideia de “lugar” e suas possibilidades quando se coloca em foco a atuação de docentes do gênero masculino em sala de aula com crianças.

Seria ou não, este lugar - “escola para criança” - um espaço para o professor de gênero masculino? Em qual condição a figura masculina ganharia espaço e lugar no discurso social como docente responsável pela formação educacional escolar de crianças em sala de aula?

Dito isso, pretende-se com o presente estudo, dedicar especial atenção sobre o discurso que denota preferência por um professor, alinhando a participação desses profissionais nas salas de aulas de crianças com a ideia e a representação de garantia de ordem, obediência, disciplina e pulso firme.

DESENHO METODOLÓGICO

Conforme já mencionado, o que discutimos, refletimos e problematizamos aqui é um extrato de uma pesquisa de mestrado. Sendo assim, este trabalho acompanha o percurso metodológico da pesquisa maior.

Trata-se de um trabalho de caráter social e qualitativo; porque desenvolveu-se dentro de um contexto específico e de um espaço que se estabeleceu socialmente em um processo histórico que o dota de significados, sentidos, simbologias, discursos, representações, crenças, valores, interpretações e subjetividades dos sujeitos sociais.

Para organizar o atendimento aos objetivos da pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. As análises das falas/discursos desenvolveram-se ancoradas à luz da vertente do campo de estudo da análise do discurso na perspectiva e nos pensamentos teóricos de Foucault (2009).

Entendemos através de Foucault (2009), que os discursos utilizados pelos sujeitos em determinado tempo e espaço são instrumentos que estes utilizam para dar sentido ao mundo em sua volta.

Os sujeitos participantes da pesquisa – entrevistados - que externaram os discursos que serão objetos de nossas reflexões foram duas mães de crianças, crianças essas, que eram na oportunidade do estudo, estudantes em salas de aulas de dois professores do gênero masculino, um, atuava em escola da rede privada e o outro na rede pública.

As entrevistas foram gravadas em aparelho eletrônico, e já tinham um roteiro predeterminado que buscaram identificar os discursos produzidos pelos entrevistados a respeito da presença de um docente do gênero masculino no processo de escolarização de crianças.

Destaca-se ainda que a intenção foi ouvir o “outro” em relação à presença desses dois professores/homens/ de gênero masculino nos anos iniciais do ensino fundamental.

Sublinho que para efeito de identificação dos nossos sujeitos de pesquisa e seus respectivos discursos no corpo do texto, utilizaremos as identificações mãe R e Mãe MM conforme foi utilizado na pesquisa maior do qual este trabalho é parte.

Para equilibrar o desenho metodológico e possibilitar a compreensão das análises a partir dos discursos dos sujeitos de pesquisa expostos neste trabalho, esteado em Foucault (2012), entendemos que todas as pessoas, ao expressarem palavras, ou seja, ao falarem, estão ao mesmo tempo produzindo discurso ou discursos, e que, toda a produção de sentido realizada por meio não só da linguagem oral, mas de todas as formas de linguagem trata-se de um discurso e que de certa forma nós nos constituímos do que foi dito – ou não dito – há séculos, meses ou semanas, somos fundamentalmente ligados a resultado dos acontecimentos discursivos do ontem e do hoje (GONÇALVES, 2009).

HOMENS PROFESSORES DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POSTOS DE TRABALHO: DO NUMERICAMENTE PEQUENO AO SOCIALMENTE NEGADO

Tomando por base dados numéricos mais atuais, o Censo de 2012 do Ministério da Educação, revela um número total de docentes brasileiros atuando no magistério dos anos iniciais do ensino fundamental, em efetiva regência de classe. Vejamos;

Até 25 de maio de 2012, eram 734.043 (setecentos e trinta e quatro mil e quarenta e três). Desse quantitativo, as mulheres ocupavam 661.255 (seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e cinco) vagas; os homens, 72.788 (setenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito). Isso mostra um cenário predominantemente feminino, correspondendo a 90,08% (noventa, oito) por cento do professorado brasileiro, enquanto os homens representam apenas 9,92% (nove, noventa e dois) por cento.

Considerando o estado de Minas Gerais palco da pesquisa que deu origem ao texto em tela, de acordo com os dados do mesmo censo (2012), existe 75.343 (setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três) docentes atuando em efetivo exercício nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo que as professoras ocupavam 69.969 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e nove) postos de trabalho, ou seja, 92,86% (noventa e dois, oitenta e seis) e os professores homens ocupavam apenas 5.374 (cinco mil, trezentos e setenta e quatro), o que equivale a apenas 7,14% (sete, catorze) (BRASIL, 2012).

Por meio dos dados apresentados, é possível observar, a supremacia numérica das mulheres atuando nos anos iniciais do ensino fundamental e com isso a pequena quantidade de homens na condição de profissionais docentes em sala de aula nos anos iniciais tanto no âmbito nacional quanto estadual - Minas Gerais -.

Entendemos que essa realidade numérica em relação à pífia participação dos homens na condição de professores das séries iniciais do ensino fundamental obviamente se estende para a grande maioria dos municípios do país.

É imperioso destacar que os dados do Ministério da Educação supracitados, utilizam como referência para a definição de ocupação dos postos de trabalho na docência dos anos iniciais, o quesito “sexo”, o que não invalida a contribuição para este trabalho uma vez que a intenção ao utilizarmos é apenas demonstrar estatisticamente o hiato numérico entre homens e mulheres atuando na profissão.

Porém, os dados que retratam o baixo número de homens na condição de professores nos anos iniciais do ensino fundamental, não têm impactos apenas numéricos e estatísticos, entendemos que a supremacia em números das mulheres no campo de trabalho aliado a alguns aprendizados sociais e históricos a respeito da profissão docente com crianças contribuem com o discurso que torna a mulher mais apta para a função de professor de crianças e como consequência tal realidade acaba negando a participação dos homens nessa etapa da educação básica.

Ramalho (2002) reforça a ideia de aprendizado social, onde entendemos que aliado a questão numérica, contribui para rotular a profissão docente com crianças como feminina ao destacar que à medida que consideramos como próprias da condição feminina as características de devoção, paciência, docilidade, zelo e cuidado, isso nos permite entender que tais representações contribuem para forjar o pensamento de que a profissão docente com crianças é para mulheres, uma vez que o cuidar, o carinho, a doçura que são fundamentais na relação com a infância são ainda consideradas característica ou competências sociais das mulheres. É nesse sentido que segundo (CORTEZ, 2008, P.1) “O “cuidar” das crianças e a perspectiva educativa da infância são ainda reconhecidas como competências social e culturalmente relacionadas com o gênero feminino”.

Destarte, evidencia que uma pessoa do gênero masculino que ocupe a função de professor nos anos iniciais do ensino fundamental muito provavelmente será alvo de estranhamento e especulações, uma vez que o espaço da sala de aula, no processo de escolarização de crianças, não é socialmente atribuído aos profissionais do gênero masculino e dessa forma, refletir sobre a particularidade dos professores do gênero masculino no contexto de uma profissão numericamente dominada por profissionais do gênero feminino e também, socialmente atribuída a este “universo” – feminino - é entender que esses sujeitos estão imersos

em um campo de trabalho carregado de simbologias, representações, idéias e discursos de conotações tidas como femininas.

Cardoso (2004), discorrendo a respeito dos docentes do gênero masculino inseridos no campo de escolarização de crianças, traz uma fala que contempla a reflexão acima, ele assinala que é possível que a presença deles – homens- na condição de professores, desperte especulações, desconfianças, espantos, estranhamentos e olhares diferenciados, e, diante dessas possibilidades, o autor realiza o seguinte questionamento, “estaria de fato os professores homens fora de lugar”? (CARDOSO, 2004, p.16).

Partindo da indagação acima, e entendendo que a temática permite diferentes provocações, proponho uma dilação dos questionamentos realizados pelo pesquisador.

Então...

Se a sala de aula com crianças é considerada um lugar socialmente apropriado para o gênero feminino, os docentes do gênero masculino estariam excluídos desse espaço? Por que a presença desses sujeitos no campo de trabalho específico com crianças desperta especulações e desconfianças? O que justifica tais questionamentos e espantos? Existe de fato um lugar para cada gênero?

O relato trazido por Carvalho (2003) permite realizar uma menção que sustenta a existência de uma configuração social e diferenciação de lugares e papéis para cada gênero, ao descrever uma situação que participou em uma escola pública de nível primário, no momento em que acompanhava um aluno estudante de Pedagogia em uma visita a uma escola de crianças.

Em certo momento da visita à escola, Carvalho relata que o estudante que o acompanhava foi abordado no pátio da escola por dois meninos, que os lançou a seguinte pergunta: “você é o diretor agora?”, após responder que não era o diretor e que passaria na sala dos meninos ao término do recreio, o estudante foi indagado novamente pelas crianças: “Por quê? O que a gente fez?” “Você é polícia”? (CARVALHO 2003, p. 215).

Diante do cenário descrito acima, é possível perceber que a imagem de um homem em um ambiente freqüentado/ocupado quase que exclusivamente por mulheres - “escola para crianças”- já estava construída, ou seja, é como se ele (estudante) não pertencesse àquele ambiente ou território “tão específico” das mulheres, e, dessa forma, na estrutura do discurso social um homem inserido no espaço escolar de crianças terá qualquer função ou atribuição, menos a de professor alfabetizador, pois de forma geral é incomum encontrar um homem,

professor de crianças nas escolas, e conforme já mencionado, as funções do magistério com crianças são disseminadas culturalmente como atribuições das mulheres.

Considerando as discussões até aqui propostas com base nas reflexões e provocações apresentadas, compreendemos que o gênero masculino não é promovido no campo dos discursos sociais, pelo menos não de forma geral, ou de forma inicial, para atuar no processo de escolarização infantil, dessa forma sua presença neste espaço laboral pode ser visto com estranhamento e especulações estereotipadas de cunho binário e sexista que fabricam papéis e personagens sociais.

O FENÔMENO DA INDISCIPLINA ESCOLAR COMO PANO DE FUNDO PARA A DISCUSSÃO DE GÊNERO: FALAS/DISCURSOS DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Conforme já mencionado, este trabalho buscou promover de forma mais pormenorizada uma reflexão por dentro dos discursos de duas mães de crianças, que tinham seus filhos matriculados em turmas das séries iniciais do ensino fundamental e, cujo profissional responsável pelo processo de ensino e aprendizagem dos estudantes eram docentes do gênero masculino.

Oportunizamos aqui, a descrição bem como as problematizações e reflexões sobre os discursos externados por essas mães que avilta a ideia de que a presença de um “professor” e da figura masculina em sala de aula garante a ordem, a obediência e a disciplina no espaço escolar.

Mas o que isso significa? Por que a partir do fenômeno da indisciplina escolar os homens ganharam vez nos discursos dessas mães e no espaço escolar infantil. O que explica tais discursos e representações? Será que o aumento da presença de homens ocupando cargos de professor nas escolas infantis diminuiria os problemas de indisciplina nas escolas? Será que o homem e o gênero masculino acharam seu lugar no processo de escolarização de criança? Mas, com base em quais possíveis argumentos?

Diante de tantas problematizações o que se propõe nesta parte do ensaio é uma reflexão tendo como foco às relações de gênero que traz como pano de fundo o fenômeno da “indisciplina escolar”.

Não podemos deixar de destacar que o fenômeno da indisciplina escolar consiste em uma das maiores dificuldades docente durante a realização dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e da escola, destacamos que tal dificuldade “independe do gênero do profissional” que esteja à frente da turma.

Barbosa (2009) reforça o discurso acima ao entender que a indisciplina escolar mostra-se como um fator dificultador do trabalho docente, e um importante obstáculo no processo ensino-aprendizagem e no fazer pedagógico diário. Que configura-se como uma preocupação constante entre os educadores de tal forma que tornou-se pauta importante das reuniões de pais e mestres nos conselhos de classes escolares.

Após a necessária exposição acima, importa-se destacar que o foco deste trabalho e especificamente do compromisso desta parte do texto não é discutir o fenômeno da “indisciplina escolar”, destacamos ainda que a literatura ofereça variadas interpretações e reflexões relacionadas ao conceito de indisciplina escolar em seus diferentes olhares de investigações, aqui, o seu papel será como um elemento escolar que mencionado pelos sujeitos de pesquisa através das falas/discursos, contribuirá para elucidarmos a discussão que tem como prisma os discursos a respeito do lugar do docente do gênero masculino no espaço escolar com crianças, pois, verificamos que a partir do momento em que os discursos das mães flutuam até o fenômeno da indisciplina escolar, as discussões a respeito das relações de gênero e da docência no espaço escolar infantil, ganham conotações favoráveis quanto à presença e aceitação do profissional do gênero masculino dedicando-se ao trabalho e educação de crianças em sala de aula.

Segue abaixo as falas dos sujeitos entrevistados - mães das crianças estudantes - e as reflexões sobre os discursos externados.

Vejamos;

Eu acho muito melhor um homem do que né, uma mulher, porque o homem coisa assim, firme né, a mulher ela tem o corpo mole já, deixa a criança fazer o que quer. (Mãe R.)

Eu achei bom. Eu pensei assim, às vezes o professor dele sendo homem, porque ele já teve professoras e ele achava ruim, aí passou para os professores e eu achei que ele ia se comportar [...]. Eu penso que às vezes os meninos obedecem mais [...] eu pensei que era mais assim, né [nesse momento, a mãe fez um gesto com as mãos expressando rigorosidade e pulso firme] (Mãe M.M.).

Tendo em mente o discurso acima, fica entendível que as falas delegam ao professor - gênero masculino-, a figura de dominante, o dono da disciplina, a seriedade, o pulso firme, o corpo duro, a autoridade e a garantia de ordem e obediência.

Destaca-se ainda que as falas das mães conotam certa imposição de um comportamento ou características como próprias e inatas dos homens dentro de uma perspectiva única de masculinidade.

De modo equivalente, entendemos que a idéia de indisciplina trazida pelos discursos das mães dos estudantes está vestida de uma implicação tradicional a respeito do fenômeno e é interpretada simplesmente como uma questão comportamental e controladora das ações discentes elegendo o professor e a figura masculina como o responsável por tal papel social.

Atentemos agora para o seguinte fragmento da fala da mãe; MM;

“[...] eu pensei que era mais assim, né [nesse momento, a mãe fez um gesto com as mãos expressando rigorosidade e pulso firme]”

O discurso gesticulado da Mãe M. M. sugere, ainda, que o professor do seu filho não parece ser tão másculo, uma vez que ela esperava dele, na condição de homem, mais rigorosidade e pulso firme em relação às crianças estudantes.

A aparente decepção da mãe em relação à postura “não tão máscula” e rigorosa do professor do seu filho ou filha demonstra que as características esperadas pela mãe reforçam a ideia de perspectiva única de masculinidade.

Ramalho (2002) nos traz uma pista que contribui para justificar o aparecimento desse tipo de discurso que espelha no homem e no gênero masculino a soberania do controle, de acordo com a autora

“[...] A sociedade tem atribuído ao homem, ao sexo masculino, a virilidade, a força, as tomadas de decisões e tantos outros valores que traduzem a concepção de quem manda e quem deve ser mandado” (RAMALHO, 2002, p. 83).

Ainda segundo Ramalho (2002), em referência ao Norte de Minas Gerais, palco de sua pesquisa de mestrado e também da pesquisa que originou a base e categoria de análise deste texto, para a pesquisadora essa região é tradicionalmente marcada pelo patriarcado e as relações entre as famílias está centrada na figura paterna, “[...] na rigidez da ordem, da disciplina e da obediência” (RAMALHO 2002, p. 83).

O destaque dado pela autora à região do Norte de Minas descrevendo-a como um território historicamente marcado pelo viés cultural do patriarcado nos permite estruturar uma linha de raciocínio advertindo-nos de que os discursos dos sujeitos de pesquisas aqui descritos estejam estruturados em uma forma específica de organização cultural e de papéis sociais, e que a doutrina do patriarcado que favoreceu a existência de uma espécie de autoridade institucionalizada ao homem em desfavor das mulheres e das crianças, colaboraram para o ditame de lugares específicos, papéis sociais e até comportamentais, estabelecendo

características pessoais esperadas ou “normais” para cada um, tanto para os homens quanto para as mulheres e dessa forma, a alusão de que a figura do professor/homem na escola é garantia de ordem, respeito e pulso firme também podem ter forte influência desse aprendizado cultural uma vez que os sujeitos participantes da pesquisa são oriundos dessa região.

Fonseca (2011) como resultado de sua pesquisa descreve um discurso que traz em sua raiz uma espécie de direcionamento cultural que recai sobre o gênero masculino e que denota forte contribuição do tradicional modelo de sociedade patriarcal. Em seu trabalho o autor trouxe o discurso de que na maioria das vezes, quando um homem que atua nas séries iniciais chega a uma escola, logo é escolhido para atuar com as turmas mais difíceis e indisciplinadas.

O argumento utilizado para justificar tal direcionamento é que os alunos estão precisando de pulso firme, de “UM PROFESSOR”, “DE UMA FIGURA MASCULINA” (FONSECA, 2011, p. 12, destaque do autor).

Diante da experiência citada pelo autor, percebe-se uma imposição de papéis e comportamentos a figura do professor, onde o discurso social dentro das escolas de crianças pode por vezes caracteriza o homem/professor pela sua capacidade “normal” de garantia de ordem, comando, e autoridade e como uma solução para o problema de indisciplina dos estudantes no espaço escolar.

Ramalho (2002), em seu trabalho de pesquisa, traz uma citação que demonstra a preferência dos pais em matricularem seus filhos em turmas de professores -homens- acreditando na idéia projetada do masculino e sua “natural” tendência para se ter o pulso firme e o respeito. Vejamos;

Me relaciono muito bem com os meus alunos, os pais da comunidade onde trabalho hoje ficam no início do ano querendo colocar seus filhos na sala de aula de professores pelo fato de o professor ter pulso firme e conseguir o respeito dos alunos sem ser autoritário (RAMALHO, 2002, p. 83).

Ainda segundo Ramalho (2002), “[...] Era visível a satisfação dos pais para que seus filhos estudassem com professor homem, principalmente os mais ‘danados’” (RAMALHO, 2002, p. 84).

A citação acima assim como as falas/discursos dos nossos sujeitos de pesquisa fazem referência em relação à satisfação dos pais diante do fato de seus filhos considerados “danados” terem em sala de aula um professor, demonstra mais uma vez a representação social da figura do homem, e o discurso que atribuem a esse gênero (masculino) o benefício “inato” do pulso firme e da garantia de disciplina.

Ocorre que a indisciplina em determinado espaço, obviamente é resultado da falta de disciplina, e para que se tenha disciplina é necessário um elemento disciplinador, uma figura que a garanta, uma força, uma ação disciplinadora, uma autoridade e no caso da escola é corrente eleger o professor como o condutor responsável pela garantia da ordem e da disciplina da turma durante as aulas.

Para “quem transita nos espaços escolares é comum ouvir as expressões; “a autoridade do professor” “ o professor e sua autoridade” “ na sala de aula a autoridade é sempre o professor” contudo os discursos aqui analisados permite entendermos que para o gênero masculino além da autoridade da sua função profissional -professor- alia-se a “função social ‘homem’ e com isso o seu “dever” “natural” da garantia da ordem, da obediência e da disciplina dos estudantes.

O que fica evidente é que a categoria ‘disciplina’ ou no caso, a ausência dela no espaço escolar a partir das falas/discursos das mães, estabelece o lugar do masculino nesse espaço, mas de um masculino cristalizado dentro de uma construção social estereotipada, ou seja, a discussão de gênero que atravessa o campo de trabalho docente infantil passa a considerar os docentes de gênero masculino entre os muros das escolas de educação formal de crianças, pelo menos para uso utilitário, fragmentado e distorcido da ação docente e das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no centro de nossas reflexões promover um espaço para pensarmos e “re-pensamos” o discurso favorável que alinhou a presença de um professor de crianças em sala de aula a ideia de que a figura masculina garante ordem, obediência, pulso firme e disciplina, isso, sem qualquer intenção de estabelecer pontos de verdades ou encerrar a discussão a respeito da temática elencada.

Foi possível anuir que quando os discursos dos sujeitos pesquisados transitam para o fenômeno da indisciplina em sala de aula, a figura do homem e da masculinidade passa por um processo de aceitação e legitimidade no campo de trabalho, ainda que sustentada por idéias distorcidas e definições de papéis específicos ou apropriados para cada gênero.

Dessa forma, entendemos que o discurso estereotipado capaz de ombrear a presença de um homem em sala de aula com o sentido da força, ordem, disciplina, pulso firme, autoridade é fruto de uma construção social e histórica cujo objetivo busca atender a um padrão de masculinidade que traduzem a concepção do mandante, de quem tem o controle, da virilidade, da força, da superioridade e da tomada de decisões.

Observamos que contrariamente ao discurso social que representa a docência com crianças ao campo da feminilidade, surgiu o discurso que denota a preferência das mães por um professor no lugar de uma professora, tal discurso está ancorado na ideia de uma imagem masculina baseada em uma concepção de construção da masculinidade basicamente igualitária, ou seja, masculinidade é “masculinidade”, se tem desvios nos comportamentos esperados, não é masculinidade ou pelo menos não como deveria ser de acordo com os aprendizados culturais e discursos que propagam a construção do homem e do masculino de forma unitária e enraizadas em concepções machistas e sexistas.

Entendemos ainda através deste ensaio que existe sim um discurso social e um comportamento cultural historicamente disseminado que constrói significados a respeito do que é ser homem, como se portar enquanto homem, o que é ser mulher e como se portar enquanto mulher, quais comportamentos e atitudes cada um deve desempenhar socialmente e inclusive quais espaços sociais/profissionais são apropriados e impróprios a cada um.

Ainda que considerando a existência de um movimento que impulsionam as discussões, reflexões inclusive nas mídias, literaturas e pesquisas que fazem emergir a ideia e o discurso de novos modelos de “ser homem”, de “viver a masculinidade”, de “ser mulher” e de “viver a feminilidade”, compreendemos a partir de nossas reflexões que ainda existe um processo de construção de idéias culturais e históricas que tomam por base a definição do sexo e dos gêneros das pessoas para identificá-las dentro de um padrão definitivo de masculinidade e feminilidade, de forma estática e engessada, estabelecendo comportamentos identitários e campos de atuação na vida social e inclusive profissional dos sujeitos.

A realização deste trabalho proporcionou também a percepção de que a supremacia numérica das mulheres no magistério com crianças ultrapassa o viés estatístico, e que as falas/discursos das mães das crianças testemunham a validação do discurso estereotipado de que “homem não chora” “tem que ser forte”, “disciplinador”, detentor “naturalmente” “da ordem”, “do comando” e “da disciplina” nos espaços que ocuparem.

Acreditamos que as respostas, falas/discursos externados pelos sujeitos pesquisados sejam logicamente, pessoais, ou seja, que tiveram origem na forma e na concepção de gênero que foram historicamente partícipes. Que os discursos externados são reflexos da construção social e cultural que foram submetidos em determinado tempo e espaço histórico. Que a partir da entrevista elas -mães- acabaram externado suas concepções de gêneros, ou seja, suas memórias, seus hábitos, vivências e suas relações com o mundo.

Procuramos através dos discursos e reflexões até aqui expostos, tanto dos nossos sujeitos de pesquisa quanto dos trazidos pelos autores mencionados, obtermos fios de compreensões que nos possibilitassem respostas não definitivas, mas uma possível linha de sentidos e entendimentos que se aproximem da origem ou das origens dos discursos propagados pelos sujeitos em referência ao docente do gênero masculino e seu papel de ordem, pulso firme e disciplina na escola de crianças.

Dessa forma partimos do princípio da existência e propagação de um discurso social que histórica e culturalmente organizaram e organizam nossos entendimentos e nossas ações, direcionando nossos pensamentos, comportamentos, toda nossa trajetória de vida e do nosso ser e estar no mundo, mas, não consideramos que os sujeitos sociais são seres passivos no interior desse processo, pelo contrário, entendemos em Foucault (2009), que o jogo social de assimilação e resistência são elementos constantes e definidores da nossa subjetivação.

Por fim, inferimos que este é um trabalho de relevância científica, educacional e social uma vez que aborda questões que estão cotidianamente nas relações entre homens, mulheres e gêneros nos mais variados espaços sociais, a negação dessa relação, o binarismo estereotipado, são realidades que devem ser rompidos de forma que as pesquisas científicas e as discussões acadêmicas surjam como um caminho para buscarmos combater o sexismo, o machismo, o preconceito, a discriminação e sobretudo as violências.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernanda Aparecida Loiola. Indisciplina escolar: Deferentes Olhares Teóricos. In: **IX congresso nacional de educação**. Educere – III encontro sul Brasileiro de psicopedagogia. 26 a 29 de outubro. PUCPR, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br/>>. Disponível em: 17 fev. 2017.

CARDOSO, Frederico Assis. **Homens fora de lugar?** A identidade de professores homens na docência com crianças. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG, Belo Horizonte, dez., 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-3550—Int.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

CARVALHO, Pinto de Marília; VILELA, Rita Amélia, Teixeira; ZAGO, Nadir (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORTEZ, Mariana Grazina. Gênero Masculino e a Profissão do “Cuidar”. **VI Congresso**

Português de Sociologia – Mundos sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa: Faculdades de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

FERRREIRA, Jose Luiz. **Homens ensinando crianças:** continuidade-descontinuidade das relações de gênero na escola rural. p.152. (tese de doutorado) Centro de educação programa de pós-guardação em educação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. **Quem é o professor homem dos anos iniciais?** Discursos, representações e relações de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. 141f. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/files/2011/07/Dissertação_Thomaz_Spartacus.pdf>. Acesso em 27 set. 2011.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Do governo dos vivos:** Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980 / Michel Foucault. Tradução, transcrição e notas: AVELINO Nildo. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História.** Campinas/SP: NEE-UNICAMP, v. 1, 4 de fevereiro, p. 1-21, 2009.

GRAUPE, Mareli Eliane. Meninos são uma catástrofe na escola: quota de professores homens no magistério alemão pode ser uma solução? **Revista espaço acadêmico**, n. 86, julho, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179p.

RAMALHO, Maria Nailde Martins. **Bendito é o fruto entre as mulheres:** um estudo sobre professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental na região de Minas Gerais. 106 p. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SARMENTO, Teresa. Correr o Risco: Ser Homem numa Profissão “Naturalmente” Feminina. In: **Actas do V Congresso Português de Sociologia.** p. 99-107, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade:** mulher e educação. V. 16, n. 2, jul./dez, p. 71-99. Porto Alegre: Vozes, 1995.

CAPÍTULO 3

MULHERES QUE RIMAM: NARRATIVAS FEMININAS NO MOVIMENTO HIP HOP

Carolina Ofranti Sampaio, Mestre em Comunicação e Territorialidades, UFES

RESUMO

O presente trabalho busca discutir o rap produzido por mulheres como uma ferramenta comunicacional de resistência feminina dentro do movimento hip hop. Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social das mulheres é normalmente estabelecida pelo olhar masculino, gerando duas grandes problemáticas: a exclusão das demandas sociais das mulheres do movimento e a construção de identidades femininas caracterizadas por idealizações masculinas, perpetuando a cultura do estupro. É notável que toda mulher que ganha notoriedade no Hip Hop é devido a lutas contra forças patriarcais que desejam fazer ela desaparecer. Desta forma, percebeu-se que as mulheres rappers buscam discutir temas que só podem ser ditos por quem são, representando a subalternidade do coletivo feminino do movimento hip hop, através de uma narrativa que aborda temas comuns do grupo. Ao rap feminino é atribuído, então, a promoção da importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão. Assim, as mulheres utilizam o rap como ferramenta da luta ideológica de gênero, empregando formas de expressões marginais para a sua manifestação social.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Rap; Cultura do Estupro; Movimento Hip Hop.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de uma dissertação com o propósito de discutir os processos de resistência feminina e ressignificação dos papéis sociais de gênero dentro do Movimento Hip Hop. A invisibilidade feminina no Movimento Hip Hop sempre me deixou inquieta. Assim, quando comecei a perceber que mulheres estavam assumindo os palcos e contestando também as suas realidades, me veio a curiosidade de entender o processo de reterritorialização desse espaço por meio do rap.

Nos últimos anos o rap ganhou grandes proporções no país, tornando-se um gênero musical amplamente difundido na indústria fonográfica. Mas, para além dessa comercialização do rap, esse estilo nasce como uma forma comunicação contra-hegemônica de grupos

marginalizados, exprimindo no hip-hop um movimento de resistência, com características político-culturais.

Antes de chegar ao Brasil, o hip-hop teve início na década de 1960, em Nova Iorque, nos EUA, com o objetivo de reivindicar o direito da periferia à cidade. Essa época ficou marcada na história norte-americana pela intensificação das discussões sobre os direitos humanos e as condições de vida da população pobre. No Brasil, os anos 60 também foram marcados por conflitos sociais, ocasionados principalmente pela repressão militar. Se por um lado havia a repressão de direitos, por outro lado questionamentos e pensamentos progressistas iam se estruturando para que nos anos seguintes emergissem diversos movimentos políticos e sociais, como a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1984) e o Movimento Diretas Já (1988).

Pode-se perceber que a década de 80 muito representou para o avanço das lutas sociais no país, e junto delas também estava a solidificação do hip-hop nacional. Foi neste período que a icônica estação São Bento do metrô paulista, no centro da cidade de São Paulo, se consolidou como o berço da cultura hip-hop no país.

No final dessa década surgiu o mais representativo grupo brasileiro de rap, o Racionais MC's, tratando sobre a relação entre os problemas sociais como a pobreza e a violência em suas letras. Mas foi só a partir da década de 90, com o surgimento da MTV Brasil, que o movimento se tornou amplamente difundido.

Ativo na cultura popular, o hip-hop surge como um movimento de resistência que permite aos jovens desenvolverem uma educação política e exercerem sua cidadania. Ele surgiu como forma de conscientização de um grupo pelos seus direitos sociais e apropriou-se das cidades, ruas e praças para que, segundo Rose (1997), reinterpretassem de modo simbólico a experiência da vida urbana através de seus elementos: dança, rap, grafite e estilo, marcando sua identidade na propriedade pública.

Assim, o movimento hip-hop, se constituiu como uma ferramenta de intervenção político-cultural que, ao desenvolver formas não tradicionais de fazer política, exerce contrapoder dentro da periferia por meio de um discurso de resistência presente nos seus elementos artísticos.

Exercendo o caráter discursivo e dialético do hip-hop, o rap (*rhythm and poetry* - ritmo e poesia) é o elemento de maior visibilidade do movimento, funcionando como um propagador de ideias. Os MC's (Mestre de Cerimônia) se aproveitam do ritmo para declamar suas frases, que abordam a violência nos guetos e a dificuldade da população pobre perante a falta de serviços públicos. Mas, se de um lado as letras abordam as formas de opressão vivida pelos jovens, por outro os versos reproduzem violências de gênero.

O conceito de gênero, enquanto categoria histórica, pode ser concebido em várias instâncias, porém é de consenso geral de que gênero é a construção social do masculino e feminino, na qual é composto de símbolos culturais evocadores de representações. (Saffioti, 2015). Entretanto, gênero não explicita as desigualdades entre homens e mulheres e, muitas vezes, essa hierarquia é presumida. É aí que se encontra um grande problema teórico. Quando se naturaliza a hierarquia, o patriarcado é entendido também como naturalizado e não como um problema estrutural da sociedade.

Para Saffioti, enquanto gênero é uma categoria geral, o patriarcado é uma categoria específica. Ele é um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, uma forma de expressão do poder político masculino, intrínseco na sociedade. A estrutura patriarcal não só está presente no âmbito privado como também no público, “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (Saffioti, 2015, p. 57). Dessa forma, como suas relações hierarquizadas são naturalizadas, o patriarcado atua sorrateiramente, nas diversas esferas da existência política e social, se tornando um sistema complexo.

Colocar o termo patriarcado nas sombras significa operar de acordo com a ideologia patriarcal, de naturalizar a dominação masculina. As palavras denominam todas as coisas e seus significados determinam a realidade. Para a jornalista Rebecca Solnit, a necessidade de dar nome às situações de violência vividas por mulheres ao redor do mundo se relaciona diretamente com o movimento de mudança dessa realidade. “Se você não tem palavras para nomear um fenômeno, uma emoção, uma situação, não poderá falar a respeito, o que significa que não poderá se reunir com outras pessoas para tratar do problema e muito menos mudar a situação” (2017, p.165-166). Sendo assim, a luta feminista é uma luta por nomear, definir e falar, é uma batalha narrativa onde a linguagem é poder.

Dessa forma surge a necessidade de um outro termo, feminicídio: quando um homem mata uma mulher simplesmente por ela ser mulher. Segundo o projeto italiano Ferite a Morte¹ (Feridas até a Morte), cerca de 66 mil mulheres são assassinadas anualmente por homens em todo o mundo. Na sua maioria são mortas pelo amante, marido, ex-parceiro, que buscam a forma mais extrema de repressão, de fazer desaparecer. Mas essas mortes não vêm do acaso, elas surgem após anos de silenciamento na vida diária.

Há muitas formas de não existência feminina, e o no movimento hip-hop o feminino é silenciado também pela falta de representatividade. Tradicionalmente, na cultura urbana, à mulher é atribuído ao papel de espectadora em detrimento ao protagonismo e falta de representações femininas no movimento, muito se relaciona com a ordem social que faz uma divisão do que é masculino e feminino (Bourdieu, 2002).

Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social feminina é estabelecida pelo olhar masculino, construindo as identidades de gênero dentro do movimento. Para Angela Davis (2016) emancipação é uma construção abstrata, de quebra de pequenas barreiras diárias. Como forma de resistir e quebrar essas barreiras no movimento hip hop, as rappers, grafiteiras e b-girls (dançarinas) ganham espaço na cultura urbana e a reterritorializam a partir de uma perspectiva de denúncia da desvalorização das suas experiências, pensamentos e atitudes.

Assim sendo, as mulheres rappers veem o rap como espaço de luta ideológica de gênero e utilizam um discurso de resistência em suas músicas, questionando as relações de poder. Ao se posicionarem e manifestarem a realidade feminina, as rappers se tornam representativas e incentivam outras mulheres a assumirem o papel de protagonistas dentro do movimento hip-hop.

QUESTÕES DE GÊNERO

Gênero é a construção social do feminino e masculino. A ideia de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” de Beauvoir [1949], conceitua gênero como algo construído a partir de significações culturais. Assim sendo, o conceito de construção de gênero traz consigo a noção de que há um agente atuante em sua formação, submetido a uma intenção cultural de fazê-lo. Seguindo essa ideia da construção cultural do “ser mulher”, Butler (2018, p. 69) defende que o gênero é performativo, é “um conjunto de atos repetidos no interior de uma

¹ <http://feriteamorte.it/eng/> Acesso em: 22 de julho de 2018.

estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”.

Assim, se apropriar de determinado gênero significa decodificar símbolos culturais expressos em uma pessoa. De posse dessa informação é possível afirmar que as diferenças de gênero provêm da cultura, indispensável na construção da identidade. Dessa forma a hierarquia de gênero também é cultural.

Para Beauvoir, na construção do gênero feminino a mulher não é definida a partir de si mesma, mas através da relação de dominação masculina, que comporta significações hierarquizadas. Neste contexto o homem é constituído como o ser universal e a mulher é como objeto utilitário, para entender essa relação a filósofa feminista cunha o conceito do Outro, a partir da dialética do senhor e do escravo, de Hegel. “Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o outro que definindo-se como Outro define Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um” (Beauvoir, 1980, p. 12). Dessa forma, o conceito de gênero também abrange a relação de poder onde o homem é o sujeito e a mulher o Outro, um ser com uma função específica de servir.

O antropólogo Godelier (apud Saffioti, 2015, p. 61-62), concorda com a hipótese de que em todas as sociedades, mesmo as mais igualitárias, sempre existiu uma hierarquia de gênero, mas encarar a supremacia masculina como algo naturalizado é um dos principais perigos na luta da igualdade de gênero.

Porém, segundo Saffioti (2015), autora feminista e marxista, nas sociedades de caça e coleta, a divisão sexual do trabalho destinava aos homens as tarefas de caça e às mulheres as tarefas de coleta, mas essa escolha não correspondia a uma dominação masculina em relação a sua força. Essa definição era baseada no cuidado dos filhos: caso as mulheres fossem caçar com seus bebês, no menor dos ruídos produzido pelas crianças a caça se afastaria. Enquanto isso, na coleta, as mulheres poderiam exercer sua função tranquilamente com o bebê amarrado em seu peito ou nas costas. Como a caça era uma atividade não diária, ao contrário da coleta, assim sobrava tempo para os homens organizarem as sociedades, sendo responsáveis pela antropoprodução, a produção de seres humanos não apenas na sua reprodução biológica como também social.

Neste período da história, conhecido pelo antropólogo Morgan (apud Engels, 1984) como selvagem, as uniões eram realizadas de forma grupal. Dessa forma mulheres e homens tinham diversos parceiros sexuais, reproduzindo uma linhagem materna de direito hereditário:

não era determinado quem era o pai biológico, e os filhos eram herdeiros apenas das mulheres. Com a passagem para a barbárie, a sociedade desenvolveu os seus meios de produção e passando da caça e da coleta para uma sociedade agrícola. Ao expandir a sua produção o conceito de acumulação também surge, o que faz com que os homens tenham o interesse de acumular para os seus herdeiros, mas para isso era preciso saber ao certo quem era o seu filho biológico. Para resolver esse problema a sexualidade feminina foi reprimida afim de se ter um único parceiro sexual (o que não necessariamente acontecia com o homem) e a paternidade indiscutível. É nesse momento que a linhagem materna passa a ser substituída pelo Direito Hereditário Paterno, a grande derrota do sexo feminino na história. A partir daí o homem se apodera da linhagem hereditária e do controle das famílias, e a mulher é “convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução” (Engels, 1984, p. 61).

Sendo esse o início da estruturação de dominação-exploração das mulheres, o patriarcado se consolida no ano 600 a.C., computando a idade desta estrutura hierárquica em 2.619 anos² (Saffioti, 2015). Portanto, a dominação patriarcal sob às sociedades igualitárias é muito recente se comparado com a idade estimada da sociedade, entre 250 mil e 300 mil anos.

Nas sociedades civilizadas nasce a monogamia, uma forma explícita de escravização feminina. É a partir daí que surge a expressão *família*, “inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, [...] com o poder e direito de vida e morte sobre todos eles” (Engels, 1984, p.61).

Com esses vestígios da história, a família patriarcal continua se reproduzindo, expressando seu poder em torno de um patriarca. Mas, por mais que hoje a ideia de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres não se restrinja à esfera privada, é nela que o termo se baseia. Por mais que a palavra patriarcal se encontre na percepção do poder paterno, há um contrato anterior, o social, onde se instituiu o matrimônio, como visto em Engels. Isso porque, segundo essa linha marxista, a base das relações de poder é homem x mulher, dando à luz ao contrato sexual:

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de ser patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamei, seguindo Adrienne

² Essa contagem se refere até a data de publicação do livro de Saffioti, em 2004. Considerando o ano dessa pesquisa, em 2019 a idade desta estrutura hierárquica completa 2.634 anos.

Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (Paterman, 1993, p. 16-17)

Portanto, a diferença sexual também é entendida como diferença política. Desse modo, o patriarcado é uma forma de expressão do poder político, que exprime a liberdade ou sujeição dos gêneros, perpassando toda a sociedade civil, como também o Estado.

Essa dominação, assim como todas as práticas dominantes entre classes, acontece por vias do Poder Simbólico, conceito cunhado pelo autor francês Pierre Bourdieu [1989]. Segundo o autor, o poder simbólico é aquele que se manifesta de forma menos explícita, exercendo poder estruturante através de sistemas estruturados, como o conhecimento e a comunicação.

Essa força simbólica é conceituada pelo autor como uma forma de poder exercido sobre os corpos a todo instante, de maneira quase mística; “mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”, (2002, p. 50). Isso significa que o poder simbólico é estruturado através de sistemas simbólicos, que auxiliam na construção da realidade por meio do senso comum. Dessa forma, o domínio masculino se encontra em uma esfera ainda mais profunda, pré-existente, universal e naturalizada, fazendo com que o poder seja auto-exercido de forma quase invisível.

É importante esclarecer que a violência simbólica não surge como uma oposição à violência física, o autor explica que “simbólico”, neste contexto, não é o oposto de real, supondo que a violência simbólica seja uma violência sem efeitos concretos, mas sim a representação da sutileza na naturalização desta violência (Bourdieu, 2002). Inclusive, a produção dos efeitos reais só é possível através da violência simbólica, que é invisível muitas vezes a suas próprias vítimas.

O poder é uma via de mão dupla, uma relação baseada em interesses entre dominado e dominante. Por também estarem emaranhadas em estruturas de dominação históricas, reproduzidas, as próprias mulheres aplicam esquemas de pensamentos que são produtos das relações de poder. A persuasão moral de agentes disciplinares como a Família, a Igreja o Estado e outras instituições que usam de um código de ética específico para determinar o comportamento feminino a ser aceito numa sociedade, faz com que as mulheres se reconheçam em posições de produção da violência simbólica sofrida.

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que

levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. (Bourdieu, 2002, p. 54)

Angela Davis, em seu livro que debate a intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes (2016, p. 105), diz que é inerente à relação entre senhor e escravo, dominante e dominado, o constante esforço de aniquilar a consciência do submisso. Dessa forma as tendências de submissão são resultantes de estruturas e mecanismos que contribuem para a sua reprodução, sendo totalmente ilusório pensar que a tomada de consciência é arma suficiente para deter a violência simbólica.

Os efeitos e condições dessa violência são profundamente e duradouramente inscritas nos corpos. Por isso, é impossível pensar nas relações entre homens e mulheres sem levar em consideração toda essa ordem original, social e sexual, embasada na violência simbólica que constrói a relação de dominação dos homens sobre as mulheres.

Essa estrutura de dominação-exploração é ainda mais complexa quando colocamos para análise as mulheres negras. Evocando novamente Simone de Beauvoir e a do condição do “Outro”, se as mulheres brancas não têm paridade do olhar do homem, para Kilomba a mulher negra é o “Outro do Outro”. Por não serem nem homens, nem brancas elas se encontram dentro do discurso em posições que anulam a sua existência. Como por exemplo, em “um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde ‘raça’ não tem lugar” (2012, p. 56).

Para Djamila Ribeiro (2017), a autora rompe com o pensamento universal de mulheres, também tratado com Butler (2018) em discussão sobre as diferenças entre gênero e sexo, fazendo também um apontamento para a universalidade masculina, mostrando que a realidade dos homens negros não é a mesma que a dos homens brancos. Entender a oscilação da posição de dominado e dominante, entre sujeito e Outro, das mulheres brancas e homens negros “nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras” (2017, p. 40). Essa discussão é extremamente pertinente para essa dissertação, uma vez que, como já estabelecido com Zigoni (2006), historicamente o território periférico, berço do rap, é composto em sua maioria por negros marginalizados.

Para entender a invisibilidade das mulheres negras é preciso voltar na época escravista. Esse sistema definia os negros como propriedade, e as mulheres eram vistas, assim como os homens, como mão de obra escrava, o que as desprovia de gênero. Angela Davis explica mesmo sendo consideradas apenas a condição de trabalhadoras, sempre que necessário elas eram lembradas das suas condições de fêmeas, o que na época significava passividade e fraqueza:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (2016, p.19)

O espaço de trabalho ocupado por mulheres negras reproduz esse padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Enquanto as mulheres brancas das primeiras ondas do feminismo discutiam o rompimento com os trabalhos domésticos e sua saída para o mercado de trabalho, as mulheres negras eram destinadas ao trabalho fora de casa desde muito cedo. E isso se repete incessantemente:

Hoje, milhões de mulheres negras e imigrantes são empregadas como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Muitas vezes sem documentação e distantes da família, elas são simultaneamente exploradas e expropriadas – forçadas a trabalhos precários e mal remunerados, privadas de direitos e sujeitas a abusos de todo tipo. Forjada por cadeias globais de cuidado, sua opressão possibilita melhores condições para as mulheres mais privilegiadas, que evitam (parte) do trabalho doméstico e perseguem carreiras exigentes (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, Posição 694 na versão e-book Kindle)³

O reconhecimento de que as mulheres estão em posições diferentes de subordinação neste sistema patriarcal faz com que elas vivenciem gênero também de um modo diferente. Quando há uma universalização e não são levadas em consideração as diferenças, há também a legitimação de um discurso excludente, viabilizando uma única forma de ser mulher no mundo, o ser mulher hegemônico, branco e de classe média.

Por mais que os pontos de partida sejam diferentes entre as mulheres, a exploração masculina é onipresente. E uma das formas de dominação exercida é a posse sexual. Foucault afirma que a sexualidade e o poder são coexistentes, conseqüentemente as relações sexuais se fundam também no poder. Se levarmos em consideração a construção das relações de poder entre o masculino e o feminino, a sexualidade masculina é encenada como dominação erotizada, e o papel da mulher no sexo se materializa feminino como subordinação erotizada.

Butler entende que “se o ‘corpo é uma situação’, como afirma [Beauvoir], não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (2018, p. 29). Mas o corpo não é apenas uma representação cultural estática, ele é um lugar de controle social prático, de reprodução histórica, onde as hierarquias e poderes simbólicos são fortemente executáveis.

³ Por se tratar de um e-book kindle as páginas não contém numeração tradicional, sendo tratadas como posições dentro do livro.

2.1 BIOPODER E O CONTROLE DO CORPO FEMININO

Segundo Foucault (1987), o interesse pelo controle dos corpos é algo presente desde a Antiguidade. As técnicas de punição foram por muito tempo direcionadas aos corpos por meio de torturas e exposições. Mas, mesmo que na segunda metade do século XVIII esses castigos fossem extinguidos, o controle por meio do corpo continuou a ser uma prática comum, ganhando novas formas de aplicação, cunhando o que o filósofo chama de sociedade disciplinar. O entendimento de corpo, para o autor é ao mesmo tempo uma matéria, uma massa composta de ossos, carne, órgãos e membros, como também uma superfície moldável, que sofre a ação das relações de poder. Nessas sociedades disciplinares o corpo desenvolve esse segundo aspecto, o de transformação, e é a partir de instituições como a escola, a igreja, a fábrica, a prisão e a família, que os corpos são regulamentados, a fim de torná-los produtivos e obedientes.

Como dito antes, as sociedades disciplinares não são o primeiro momento de atenção e investimento nos corpos, mas a forma de dominação se diferenciou pelas novas técnicas de controle. Essa disciplinarização era diferente da escravidão – que se fundamentava na apropriação dos corpos –, diferente também da dominação doméstica – uma dominação constante e maciça –, e diferente dos monastérios – que implicam renúncias voltadas mais para a obediência do que a produção. Esses novos métodos de controle permitiram uma dominação subjetiva, impondo uma relação de docilidade-utilidade, sendo chamadas de disciplinas (Foucault, 1987). Estas aumentam as forças do corpo para uso econômico, ao mesmo tempo que diminui essas mesmas forças, para obtenção da obediência. Como por exemplo a popularização do relógio, como forma de controlar o corpo para a produção laboral, e a criação dos pontos das fábricas, com a intenção de gerenciar os trabalhadores. É dessa forma que o controle dos corpos está diretamente entrelaçado aos interesses políticos de controle, como também aos interesses capitalistas de produção. É dessa forma que são fabricados os corpos dóceis.

A escritora feminista Susan Bordo se apropria do conceito de Corpos Dóceis de Foucault para questionar as relações de dominação presentes nos corpos femininos. “Os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de ‘corpos dóceis’: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao ‘aperfeiçoamento’” (1997, p.20). A docilidade presente nestes corpos é regida pela busca do ideal de feminilidade, expressa através de disciplinas reguladoras sobre dieta, maquiagem e moda, sempre orientadas para a automodificação.

Essas normas são estruturadas através de instituições e redes de práticas que, com reprodução midiática, funcionam como mecanismos de poder, cujo instrumento central não é repressivo, mas sim essencial para a sustentação da dominância. “Um poder gerando forças, fazendo-as crescer e organizando-as, ao invés de um poder dedicado a impedi-las, subjugando-as ou destruindo-as” (Foucault, 1978. p.136)

Segundo a autora, esse processo de normatização do corpo das mulheres é uma estratégia dominadora que, historicamente, se apresenta como duradoura e flexível. A perenidade da dominação através também da automodificação em busca do ideal de feminilidade revelou, nos últimos séculos, patologias que levavam aos seus corpos a ideologia do feminino de forma perturbadoramente literal. Como exemplo, as mulheres do século XIX, diagnosticadas com histeria e as mulheres do século XX e XXI demonstrando agorafobia, anorexia, bulimia e outras doenças.

A perda da voz, a incapacidade de sair de casa e a repulsa da comida são sintomas extremamente simbólicos. Em uma sociedade que exerce um regime opressor de silenciamento feminino, atribuição das tarefas domésticas e limitação da sua alimentação, exercer essa opressão de forma concreta em seu próprio corpo está demasiadamente marcado pela busca da construção social de feminilidade, uma construção violenta e simbólica.

Mas essa dominação não fica apenas em esferas privadas, o patriarcado perpassa todos os aspectos da sociedade, incluindo também o Estado e a religião, corroborando para a posse pública do corpo feminino. Como por exemplo a forma de controle estatal sobre as questões relacionadas à esfera reprodutiva, como o aborto ou a permissão conjugal para a realização da laqueadura.

O patriarcado, assim como todo fenômeno social, está em constante transformação. Os corpos femininos expressam, ao longo dos anos, as patologias de violências escondidas visando sua docilidade. Essa estrutura de dominação, entretanto, não é exercida apenas na esfera simbólica, e é quando os ataques passam a serem infligidos concretamente nos corpos que é possível enxergar a olho nu a dominação ratificada.

Temos como exemplo o estupro, ele nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual, mas sim a hierarquia de gênero em seu estado mais puro. O estupro não é um ato de dominação sexual, mas sim de dominação patriarcal, o controle do corpo feminino com uma única intenção: exercer o poder masculino. Quando essa dominação atinge o seu potencial extremo, o anseio de dominação chega ao seu ápice de silenciamento: a morte.

Segundo o Mapa da Violência⁴, o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. Em seus estudos, a OMS indica que quase metade das mulheres vítimas de homicídio são assassinadas pelo marido, namorado ou ex-parceiros. E esses dados não têm perspectiva de melhora. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)⁵, só nos primeiros meses de 2019 ao menos 126 mulheres foram mortas no Brasil e foram registradas 67 tentativas de feminicídio. Neste cenário, o Espírito Santo é o 3º estado no ranking nacional. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶, em 2017 foram 42 casos de feminicídio, 408 estupros e 135 mortes de mulheres no Espírito Santo.

Mas, como vimos, antes de silenciar por completo uma mulher, essa cultura patriarcal a silencia vagarosamente. A ideia naturalizada de dominação masculina e a construção idealizada de feminilidade presentes nos jornais, na televisão, nos filmes e músicas, influenciam de maneira implícita esse número alarmante de violência contra mulheres. Se alguns séculos atrás havia regras explícitas de comportamento, hoje essas normas de feminilidade são transmitidas de maneira cultural, “ficamos sabendo das regras diretamente através do discurso do corpo: por meio de imagens que nos dizem que roupas, configuração do corpo, expressão facial, movimentos e comportamento são exigidos” (Bordo, 1997, p. 24).

Essa construção do ser feminino idealizado por construções masculinas é uma das formas de dominação do seu corpo, fazendo com que o corpo da mulher seja de domínio público. É dessa forma que a docilidade dos corpos feminino dá forças para o que conhecemos como cultura do estupro, uma relação de poder em que os homens podem exercer sobre as mulheres a sensação permanente de medo.

Por mais que o termo tenha se tornado popular há pouco tempo, a ideia da existência de uma cultura direcionada ao estupro não é algo novo. As discussões sobre a normalização da violência ganham força com as feministas estadunidenses da década de 70, durante a segunda onda do feminismo. Dentre elas a autora Susan Brownmiller em *Against our will* (1975), que afirma a existência da cultura do estupro (*rape culture*) a partir das construções sociais da sexualidade masculina, naturalmente entendida como agressiva, e da sexualidade feminina, ou falta dela, exigindo das mulheres um comportamento delicado, que evite confrontos. É a partir

⁴ Fonte: <http://bit.ly/2UggmbP>. Acesso: 12/02/2019

⁵ Fonte: <http://bit.ly/2UfY0Yx>. Acesso: 12/02/2019

⁶ Fonte: <http://bit.ly/ABSP-2018>. Acesso: 12/02/2019

de *Against our Will* que o estupro deixa de ser tratado como parte da biologia masculina e passa a ser tratado como um problema político sexual.

Ensina-se às mulheres a se comportarem corretamente: não andarem sem a presença de um homem, evitarem roupas provocativas e estarem sempre atentas. Colocam sobre as mulheres a responsabilidade de evitarem um estupro, normalizando a violência e tirando do homem a obrigação de ser responsável pela sua própria conduta sexual. É a partir do momento em que a sociedade estimula e encoraja a normatização de um relacionamento sexual onde o homem é agressivo e a mulher passiva, que a cultura do estupro se cunha. Para Herman (1984), esse é o principal aspecto que caracteriza a nossa cultura como sendo a do estupro, isso pois “a imagem [naturalizada] de uma relação heterossexual está baseada no modelo da sexualidade do estupro” (1984, p. 46).

Em uma sociedade em que o estupro é normalizado e encarado como apenas como expressão do desejo sexual masculino, violências menores escapam dos radares do senso comum. Como por exemplo os assédios em ambientes públicos e privados, atos de violência simbólica confundidos como expressões de desejo, o que sustenta essa cultura voltada para a dominação do corpo feminino.

Denominar todo esse mecanismo de apropriação dos corpos femininos através da expressão “cultura do estupro” é uma das formas elucidar o patriarcado, mostrando como a violência simbólica sofrida pelas mulheres se encontra em todo o lugar. O termo nos ajuda a parar de perceber o estupro como uma anomalia, uma exceção à regra, e começar a pensar que a raiz do problema está na cultura como um todo.

A cultura do estupro é um ambiente em que o estupro é predominante e a violência sexual contra as mulheres é normalizada e desculpada na mídia e na cultura popular. A cultura do estupro é perpetuada pelo uso da linguagem misógina, a objetificação do corpo da mulher e a glamorização da violência sexual, criando assim uma sociedade que ignora os direitos e a segurança das mulheres. A cultura do estupro afeta todas as mulheres. A maioria das mulheres e meninas limita seu comportamento devido à existência do estupro. A maioria das mulheres e meninas vivem com medo do estupro. Isso não acontece com os homens, de modo geral. É assim que o estupro funciona como meio poderoso pelo qual toda população feminina é mantida numa posição subordinada a toda a população masculina, apesar de que muitos homens não estupram, e muitas mulheres nunca são vítimas de estupros (Solnit, 2017, p. 167)

A cultura do estupro nasce a partir do momento em que há o nascimento de uma menina e nele a determinação do ideal de feminilidade. Isso é reforçado por mecanismos culturais que mandam sinais a todo o momento lembrando as mulheres de se comportarem dentro deste ideal. A falta de mulheres em cargos decisivos, manchetes que trocam a palavra estupro por “relações

sexuais” e músicas que incentivam essa apropriação do corpo feminino são alguns dos lembretes diários da tentativa de naturalização dessa dominação.

2.2 REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO RAP

A relação de poder entre homens e mulheres é algo cultural. O que significa dizer que há, a todo o momento, construções simbólicas que fazem com que a relação de dominação se mantenha em total funcionamento. Uma delas é a representatividade.

Quando todos os tipos de mulheres assumem cargos de poder, ganham espaço na política, são apresentadas em filmes como personagens fortes e complexos e até quando vemos emojis⁷ de mulheres em funções de trabalho, temos a construção de uma representatividade, para que outras mulheres se sintam capazes de assumir tais cargos. Afinal, o patriarcado também atua na diminuição das mulheres, transformando os seus corpos em corpos dóceis, úteis apenas em funções específicas, como na esfera doméstica.

Spivak, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010) discorre sobre como o Outro, evocando novamente Beauvoir, não tem direito a voz nesta sociedade, não há valor a sua fala, principalmente por estar em locais em que sua identidade não é reconhecida.

Como a presença de mulheres rappers é pequena, e com uma forte presença conquistada apenas recentemente, o espaço é dominado por cantores do sexo masculino, dessa forma a representação social feminina é estabelecida pelo olhar masculino, construindo as identidades de gênero dentro do movimento. Assim, as mulheres são caracterizadas por idealizações opostas: julgando-as como vulgares ou angelicais.

A dicotomia mãe-puta é traçada artificialmente sobre o corpo das mulheres, como fizeram com o mapa da África: sem levar em consideração a realidade do terreno, mas unicamente os interesses de seus ocupantes. Ela não acontece a partir de um processo ‘natural’, mas de uma vontade política. As mulheres são condenadas a serem cindidas em duas opiniões incompatíveis. E os homens se encontram presos dentro de outra dicotomia: o que os excita deverá continuar sendo um problema. (Despentes, 2016, p.70)

É interessante perceber que apesar de serem atributos encarados como contrários, a dicotomia mãe-puta se encontra na servidão feminina ao masculino, sendo ela sexual ou doméstica.

Uma das figuras mais valorizadas pelos *rappers* é a materna. O interessante é perceber que para mulheres *rappers* a figura feminina é encarada como um modelo identitário ou, quando

⁷ Emoji é uma palavra japonesa, que designa ideogramas e smileys usados em mensagens eletrônicas e páginas da web.

mães, elas expõe as suas preocupações em relação às decisões dos filhos, colocando em xeque todas as dificuldades enfrentadas por ela para criá-lo, “é por meio deste ato que ela demonstra o seu amor, reiterando, portanto, a representação de que a mãe doa-se ao filho e existe em função dele” (Matsunaga, 2018, p.111). Já os homens *rappers* encontram na figura materna um lugar de compreensão e amor incondicional, onde o perdão e o cuidado estarão sempre presentes. Como na música do grupo Detentos do Rap (Anexo 1):

“Amor Só De Mãe” – Detentos do Rap
O Mundo dá volta
e é sempre ela que vai te ajudar,
por mais que a gente fale de irmão,
é só nela que dá pra confiar.
Compartilha a tristeza e alegria
pois ninguém é tão fiel assim
e eu sei o que ela pedi pra ela,
é porque jamais vai querer pra ti,
entende agora vagabundo,
porque o amor é só de mãe?

A dualidade dona de casa *versus* prostituta está dotado de um significado que faz com que o homem sinta respeito pela mulher que atua de acordo com os ideias de feminilidade, submissas e restritas a sua sexualidade. Longe de fugir de toda essa estrutura patriarcal que marca a nossa sociedade, em 1990 os Racionais lançaram uma música (Anexo 2) que expressa o ultraje por mulheres que possuem ideias progressistas e emancipatória:

“Mulheres Vulgares” – Racionais
Derivada de uma sociedade feminista
Que considera e dizem que somos todos machistas.
Não quer ser considerada símbolo sexual.
Luta pra chegar ao poder, provar a sua moral
Numa relação na qual
Não admite ser subjugada, passada pra trás.
Exige direitos iguais.....
E o outro lado da moeda, como é que é?
Pode crê!
Pra ela, dinheiro é o mais importante.
Seu jeito vulgar, suas ideias são repugnantes.
É uma cretina que se mostra nua como objeto,
É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo.
No quarto, motel, ou tela de cinema
Ela é mais uma figura vil, obscena.

Tornar o corpo de uma mulher alvo de controle externo e silenciar sua sexualidade é uma de tantas expressões que auxiliam a invalidá-las. Como exemplo está o debate em torno do desejo feminino, que permaneceu no silêncio até os anos 1950, ocultando sua sexualidade. A primeira vez que as mulheres se declaram desejantes e atravessadas por paixões foi durante os primeiros shows de rock. Já o orgasmo feminino, até recentemente um tabu impensável, começa a aparecer na linguagem cotidiana a partir dos anos 1970. E, apesar dos anos terem se

passado, as discussões em torno do corpo feminino continuam a ser debate público e a sofrer controle externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado é um regime de hierarquização e exploração de gênero. Um sistema de poder social, expresso também de forma política, que está no cerne das relações e enclausura mulheres cotidianamente em manifestações sutis e, muitas vezes, naturalizadas. O movimento hip-hop faz parte deste sistema, contribuindo através de silenciamentos e exercício de poder disciplinatório dos corpos femininos na “cultura do estupro”, expressão que alerta para toda uma tradição de dominação e poderio masculino.

Para Spivak (2010) não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços no qual o subalterno possa se articular e também ser ouvido. De porte dessa informação, é possível entender que as mulheres do movimento utilizam o rap como uma forma de serem escutadas, exercendo contrapoder e questionando a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e “público”.

Tendo em vista toda a história de silenciamento de mulheres através de sutis manifestações de disciplina e controle, a capacidade de contar a própria história já pode ser considerada uma vitória. Assim, através de suas músicas as mulheres rappers promovem importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão, construindo novos limites simbólicos das identidades de gênero dentro do hip-hop.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo – Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. [1949]

BORDO, Susan; JAGGAR, Alison. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. M. H. Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. [1989]

_____. **A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo**. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Open Road Integrated Media, 1975.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. [1981]

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. [1884]

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HERMAN, Dianne. **Women: a Feminist Perspective**. Mayfield: Jo Freeman, 1984.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Munster: Unrast Verlag, 2012.

[MATSUNAGA, Priscila Saemi](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100012). **As representações sociais da mulher no movimento hip hop**. *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol. 20, n.1, pp.108-116. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100012>.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017

ROSE, T. "Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop". Em M. Herschmann, (Org.), **Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZIGONI, Carmela. **Hip Hop em processo: identidade, territorialidade e ritual**. In: 30o Encontro Anual da ANPOCS, Brasília, 2006.

GRAVAÇÕES

AMOR SÓ DE MÃE. Detentos do Rap. São Paulo: 1DASUL Fonográfica, 2003.

MULHERES VULGARES. Racionais MC's. São Paulo: Unimar Music. 1990

CAPÍTULO 4

ORIENTAÇÃO SEXUAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Caroline Abegg, Especialista em Serviço Social, Ética e Direitos Humanos. Assistente Social
Fernanda Abegg, Especialista em Economia Criativa, Cultura e Inovação. Professora

RESUMO

Esse artigo propõe uma reflexão sobre os desafios e avanços enfrentados pela população LGBT+ na efetivação de políticas públicas e na garantia de direitos. A violência contra essa população sempre esteve presente em nossa sociedade, mas a discussão sobre o tema vem ganhando visibilidade e assegurando alguns direitos. O artigo ainda traz uma análise dos números de violência contra essa população, e os aparatos jurídicos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação, preconceito, gênero, sexualidade, homofobia.

INTRODUÇÃO

Discriminação vem do latim é a conduta de transgredir os direitos de uma pessoa, baseando-se em raciocínio sem conhecimento adequado sobre a matéria, tornando-a injusta e infundada. A palavra preconceito é formada por pré+conceito que significa emitir opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos, mas que é baseada unicamente em um sentimento hostil motivado por hábitos de julgamento ou generalizações apressadas.

Debater sobre a discriminação e sobre o preconceito acerca da diversidade de orientações sexuais e de gênero é algo desafiador, pois a narrativa heteronormativa está presente desde o período gestacional, na dicotomia dos sexos, e após o nascimento na sociedade que impõem comportamentos e posturas diferenciadas para o homem e para a mulher, fortalecendo a discriminação contra aqueles que não estão dentro desse padrão heteronormativo. Fenômenos esses que se apresentam em forma de violência e apesar de alguns avanços a discussão sobre, o tema ainda é algo pontual e fragmentado.

DESENVOLVIMENTO

A sigla LGBT+ é plural e diversa, e abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, e o “+” engloba outros termos associados como Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais. No Brasil, a Aliança

Nacional LGBTI+, uma organização que advoga pelos direitos humanos do grupo, assina a sigla com o “I” de intersexo. Assim, a nomenclatura, bem como os estudos de gênero, estão em constante evolução. Recentemente, algumas Paradas do Orgulho e ativistas também começaram a utilizar a sigla LGBTQI+, embora a mais difundida pela mídia nacional ainda seja LGBT+.

O desrespeito a essa população é um desrespeito a Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos direitos e liberdades fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988. A CF/88 positivou o princípio da dignidade da pessoa humana. A dignidade traz o pressuposto da ideia de democracia, justiça social, de igualdade e de solidariedade humanas. Sendo essa inerente a condição de pessoa, a dignidade não comporta graduações.

Em seu art. 3º, inciso XLI a CF/88 explicita os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e em seu Art. 5º, inciso XLI, afirma que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

O direito a controlar o próprio corpo – seja para proteger sua integridade ou para desfrutar seus prazeres – não é algo “supérfluo” [...]. É um dos mais básicos de todos os direitos, pois se não temos a possibilidade de evitar que nossos corpos sejam violados por outras pessoas, se nos negam a oportunidade de nos proteger da gravidez e da doença, como poderemos participar dos outros benefícios do desenvolvimento ou mesmo exigi-los? (Cornwall & Jolly, 2008)

Mesmo sendo percebível o crescimento e o aumento da visibilidade e da conquista de direitos por parte da comunidade LGBT+, ainda se faz necessário pensar em políticas públicas voltadas a essa população em vulnerabilidade social, baseando-se nos direitos humanos, sendo primordial encarar a realidade de preconceito e de discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. Situação essa desumana e impiedosa a qual é exposta essa população. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

Sendo a população LGBT+ um grupo que vive em constante situação de vulnerabilidade social, constitui-se com público alvo da PNAS. É inegável que o movimento social LGBT+ e atores envolvidos buscam a efetivação de políticas públicas para dar conta dessa demanda cada vez mais latente, que andam finalmente chutando a porta do armário, buscando garantir seus

direitos aumentando assim a discussão sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, através de uma perspectiva crítica rompendo com paradigmas.

No âmbito da assistência social, o Plano Nacional LGBT propõe a ‘ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT’ e também uma perspectiva de intersecção que possa ‘assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal’. Outras ações concentram-se no combate à homofobia em órgãos municipais, estaduais e federais de assistência social, e ainda, em questões relacionadas à população carcerária LGBT (MELLO et al., 2013, p. 140).

Se faz necessário se pensar a homofobia como uma expressão da questão social, para assim se pensar em políticas públicas tanto na área da educação, saúde, assistência social e segurança. Para que de alguma forma se efetive os direitos negados a essa classe da população. Convém ressaltarmos que “a ‘questão social’ se funda nas formas e conteúdos assimétricos assumidos pelas relações sociais (em suas variadas dimensões econômicas, políticas, religiosas, culturais, raciais etc”, (PASTORINI, 2007).

DADOS DA VIOLÊNCIA

Apesar do ativismo político da população LGBT+ e seus movimentos sociais junto com Ministério da Saúde terem lutado para garantia dos direitos resguardados na Constituição Brasileira, hoje em dia passamos por um período contraditório visando a contínua discriminação e violência que a população sofre diariamente no país. (Brasil, 2016).

Segundo Fernandes (2013), o Brasil contempla um dos mais altos índices de violência letal contra a população LGBT+. Essas violências só começaram a ser documentadas a partir de ações pioneiras do Grupo Gay da Bahia (GGB), passando a fazer levantamentos e criação de Banco de Dados de evidências da violência letal na mídia impressa, televisiva e virtual.

Percebe-se que a homofobia no Brasil infelizmente é algo presente no dia a dia da população LGBT+, seja de forma explícita ou velada, nos diversos núcleos sociais que estão inseridos, seja na sociedade, na escola, na família, no trabalho.

O termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Essa distinção permite compreender melhor uma situação bastante disseminada nas sociedades modernas que consiste em tolerar e, até mesmo, em simpatizar com os membros do grupo estigmatizado; no entanto, considera inaceitável qualquer política de igualdade a seu respeito (Borrillo, 2010)

O Atlas da Violência 2019 aborda pela primeira vez a questão da violência contra a população LGBT+ no país (2011 à 2017). Sendo que no ano de 2017 no Disque 100⁸ foram registradas 1.720 denúncias de violação de direitos, dessas 193 foram homicídios, 23 tentativas e 423 de lesão corporal, mas a violência vai muito além da violência física, a violência psicológica como humilhação, bullying e violência moral estão presentes no cotidiano desses sujeitos.

A insuficiência de dados e a não existência de indicador concreto sobre violência contra a população LGBT+ no Brasil ficou explícita no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, não existindo indicador concreto da taxa de homicídios dessa população. Os dados públicos não nos falam muito sobre essa população que tem seus direitos negados constantemente.

LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS

Através da luta dos sujeitos envolvidos pela busca de reconhecimento e efetivação de direitos da população LGBT+ houveram algumas conquistas no âmbito do Poder Judiciário e normativo. No que tange os direitos da população, ocorreram algumas sugestões polêmicas como Projeto Lei 122/2006, conhecida como lei anti-homofobia, tinha por objetivo criminalizar a homofobia no país, mas alguns grupos na grande maioria cristãos católicos e protestante se opuseram alegando o princípio da liberdade de expressão, sendo arquivado após passar oito anos.

Em 1991 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista das doenças mentais, contrário a isso projeto do Decreto Legislativo 234/2011, conhecido como Cura Gay, que compreendia em um conjunto de técnicas com métodos psicanalíticos, cognitivos e comportamentais com o objetivo de eliminar a homossexualidade do indivíduo, curando-o, projeto esse que foi arquivado.

Na luta pela garantia de direitos algumas conquistas foram alcançadas, em 2013 foi aprovada a resolução que obriga os cartórios nacionais a realizar casamento homoafetivos, e em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de pessoas trans de alterar seus documentos conforme sua identidade de gênero.

8 O [Disque 100](#) ou Disque Direitos Humanos é um serviço de denúncias e proteção contra violações de direitos humanos 24 horas, que funciona todos os dias da semana

Por decisão de oito a três votos o Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 13 de junho de 2019 entendeu que o crime de homofobia e transfobia se enquadra no art. 20º da Lei 7.716/1989 e equipara ao crime de racismo, até que o Congresso Nacional aprove lei específica. Passou a ser considerado crime praticar, induzir, ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da orientação sexual de qualquer pessoa, a pena será de um a três anos, mais multa, podendo ser majorado de dois a cinco anos, se houver divulgação do ato homofóbico em meios de comunicação, como por exemplo em redes sociais.

Está ainda em tramitação o Projeto Lei do Senado 134/2018 que criminaliza a LGBTfobia e cria o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Homofobia é uma expressão da questão social que precisa ser combatida, mas a falta de dados oficiais que mensure a violência contra a população LGBT dificulta o pensar em Políticas Públicas de Segurança voltadas a essa população, negando até mesmo um dos direitos mais básicos, o de ir e vir, garantido no art. 5º, XV da CF/88.

Mesmo com alguns avanços, a efetivação de políticas públicas que assegurem direitos a essa população mostra-se árdua, as mazelas da homofobia e da heteronormatividade se mostram desafiadoras, e se apresentam de forma discriminatória a esses sujeitos.

É necessário o papel do movimento social LGBT+ e os atores sociais envolvidos na luta permanente na busca por garantia de direitos, mas para isso se faz necessário meios de criação de dados oficiais afim de subsidiar uma discussão com a finalidade de se pensar em políticas públicas que proponham estratégias que visem a transformação social necessária para efetivação dos direitos e da não violência contra essa população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Federal 7.716/1989 alterada pela Lei Federal 9.459/97 que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília (DF), 2004.

BRASIL. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016.

Borrillo, Daniel. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2010

Cornwall, Andrea, Jolly, Susy. Introdução: A Sexualidade é Importante. Em Andrea Cornwall, & Susie Jolly. (Orgs.), Questões de Sexualidade: ensaios transculturais (pp. 12- 36). Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição XIII. São Paulo, 2019 <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf> Acesso em 10 de abril de 2021.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. Saúde debate, Rio de Janeiro , v. 37, n. 98, p. 485-492, Sept. 2013

MELLO, Luiz; et al. Políticas Públicas de Trabalho, Assistência social e Previdência Social para a População LGBT no Brasil: Sobre os Desejos, Realizações e Impasses. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, jan./jun. 2013

PASTORINI, Alejandra. A Categoria “Questão Social” em debate. 2. Ed. São Paulo: Cortez 2007.

CAPÍTULO 5

SEXUALIDADE FEMININA E EROTISMO EM VOGA: DE *DIOR* A *DOLCE & GABBANA*

Mariana da Silva Valente, Jornalista e publicitária, Universidade Estadual do Centro Oeste
Éverly Pegoraro, Doutora em Comunicação e Cultura e professora, Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro Oeste

RESUMO

Se as marcas de perfume não conseguem veicular em suas campanhas *on-line* e de TV a fragrância de seus produtos, como que é atraída a atenção dos consumidores e despertado o desejo de compra? A proposta discute a erotização e a sexualização da mulher em campanhas de perfume. Para isso, analisa como as marcas *Dior* e *Dolce & Gabbana* exploram o sentido visual do público nos vídeos publicitários analisados, por meio de modelos femininas que têm seus corpos objetificados, de modo a contribuir para a perpetuação de padrões de beleza impostos pela cultura de consumo. Nesse processo em que os sujeitos buscam criar uma identidade baseada nos ícones da cultura que personificam padrões de beleza, os odores naturais do corpo humano são colocados - e isso é uma construção histórica - como sinônimos de ruins, nojentos, que precisam ser eliminados. O perfume, nesse contexto, assume a função de ser a solução para acabar com os odores e também se torna uma referência simbólica.

PALAVRAS-CHAVE: corpo, perfume, publicidade.

INTRODUÇÃO

É muito comum em filmes ou séries, quando uma mulher está interessada sexualmente em um homem, que ela passe algumas gotas de perfume atrás das orelhas e nos pulsos. Os cheiros exercem sentidos que despertam o afetivo e o emocional. Por exemplo, o cheiro de grama cortada pode remeter à casa dos avós na infância. O aroma de uma receita pode relembrar a “comida de mãe” e, dependendo da memória que determinado cheiro buscar no inconsciente, diferentes emoções podem resultar de algo que nem pode ser visto, mas que é sentido. Os perfumes também podem remeter a determinadas pessoas, inclusive, muitas têm no cheiro do pretendente a característica essencial e determinante na conquista afetiva e sexual.

Fala-se muito sobre perfumes e fragrâncias, tanto que o mercado de cosméticos e produtos de beleza é um dos que mais movimentam dinheiro no mundo. Só o Brasil, de acordo com levantamento realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal,

Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), em 2018, movimentou R\$ 47,5 bilhões⁹. Porém, falar sobre cheiros e odores que remetem a características intrínsecas e naturais do corpo ainda pode apresentar certa resistência. O “tabu do olfato” atravessou diferentes culturas, em tempos e lugares. De acordo com Atem e Abreu (2018. p.8), a sociedade atual parece ter “começado a reconhecê-lo e valorizá-lo, mas claro, não sem antes torná-lo fonte de lucro e exploração mercadológica”.

O perfume se tornou item de alto valor comercial que representa *status* e poder, especialmente em se tratando do público feminino. Como as marcas não conseguem veicular em suas campanhas *on-line* e de TV o aroma de seus perfumes e dos demais produtos da linha de cosméticos, outros sentidos humanos são aguçados e são os responsáveis por atrair o desejo de compra.

Esta pesquisa enfoca a produção de sentidos da mídia, sobretudo da publicidade, a partir da relação corpo feminino e consumo. A proposta discute a erotização e a sexualização da mulher em campanhas de perfume. Como objetos de pesquisa e análise, são apresentados os vídeos publicitários das campanhas *Light Blue Sun Fragrance*, da *Dolce & Gabbana*, e *Dior J'adore – One drop of J'adore, and I'm dressed in Dior*”, da *Dior*.

Os procedimentos metodológicos propostos na análise do conteúdo imagético levam em conta contexto e conteúdo. Num primeiro momento, é feita a descrição dos filmes publicitários, o que Hall (2016) explica como parte denotativa da mensagem. E na segunda parte da análise, temos a parte conotativa da mensagem. Os aspectos simbólicos que fomos capazes de observar na análise denotativa vão além do óbvio e entram no campo semântico, que “conecta a sentidos e temas mais abrangentes, (...) mais vastos da nossa cultura” (HALL, 2016, p. 71), e são capazes de criar significados mais amplos devido ao aporte teórico da pesquisa.

CORPO E PERFUME: O CONSUMO PELA BUSCA DE UMA IDENTIDADE

Ao longo da história, à medida que as atividades cotidianas passaram a se voltar menos à luta pela sobrevivência, a apreciação da beleza artística e corporal passou a ser um prazer, conquistado graças à decorrência dessa reconfiguração social. Por outro lado, ao passo que a apreciação da beleza se constituiu como parte significativa das relações, o sentimento de

⁹ ARAÚJO, Alexandre. Mercado de beleza em expansão. **Diário do Comércio**. Disponível em <<https://diariodocomercio.com.br/opiniaio/mercado-de-beleza-em-expansao/>>. Acesso em 7 jul. 20.

pertença, guiado pelas tendências de estilo, se transformaram em aspirações na busca da “construção” de uma identidade (BAUMAN, 2008).

A incorporação da moda e da estética, a partir da cultura de massa, ofereceu ao corpo da mulher uma nova leitura. A liberdade proporcionada pelos movimentos sociais e pelo aparecimento dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, possibilitou que houvesse uma maior atenção sobre o corpo, principalmente o feminino.

O acirramento das marcas e o surgimento constante de novidades no mercado obriga que a cultura de consumo se adapte rapidamente aos estilos dos consumidores que, como num círculo vicioso, se encaixam às novidades lançadas pelo mercado. Como escreve Silva (2008, p. 11), “o consumo é o combustível que mantém em funcionamento o sistema capitalista [...]”. As pessoas buscam cada vez mais por produtos e serviços que proporcionem experiências dirigidas ao viver cotidiano e seus sentidos - tato, olfato, paladar, visão e audição (ATEM; ABREU, 2018, p.4) e que as façam se sentirem únicas.

A busca - e a pressão - para “ser alguém mais bonito, mais inteligente, mais cheiroso, mais perfeito” constituem as orientações do mercado consumista (BAUMAN, 2008). Os indivíduos satisfazem seus desejos ao possuir determinado produto, neste caso, o perfume. Porém, no momento em que surge no mercado de cosméticos outra marca - ou até mesmo um lançamento novo da mesma linha - que chame mais atenção, quer seja pela embalagem quer pela campanha, o consumidor se sente tentado a adquirir a novidade. Na cultura do consumo, a satisfação não é o propósito, “a satisfação deve ser uma experiência momentânea, algo que, se durar muito tempo, deve-se temer e não ambicionar” (BAUMAN, 2008, p. 126-127).

Em relação ao perfume, centro de discussão deste artigo, se uma artista famosa diz que usa a essência da marca X, ou é garota propaganda de determinada grife, e estampa capas de revista e comerciais da marca, isso sugere ao consumidor desejo de compra sem nem mesmo ter sentido a fragrância. Santaella (2004) explica como a mídia e a publicidade são os principais meios de difusão e capitalização do corpo, e como as imagens vendidas forçam que especialmente as mulheres busquem vencer todas as formas de imperfeição e alcancem o ideal de corpo perfeito.

Nesse quesito, inclui-se a eliminação dos odores naturais por meio da compra de certos produtos e da realização de determinados procedimentos estéticos. Personalidades da mídia que usufruem de todos esses ideais de beleza e que, aos olhos dos consumidores, já alcançaram o plano da perfeição estética, encenam os comerciais e encarnam para as marcas o que Santaella

(2004, p. 128) define como “ícones da cultura”. São por meio dessas personalidades que o público sonha e se projeta ao adquirir o produto anunciado.

Em suma, hoje a cirurgia plástica, amanhã a genética tornaram ou tornarão reais todos os sonhos. E quem sonha esses sonhos? A cultura sonha, somos sonhados por ícones da cultura. Somos livremente sonhados pelas capas de revistas, os cartazes, a publicidade, a moda. (SANTAELLA, 2004, p. 128)

Essa determinação do consumidor em buscar criar uma identidade por meio de um estilo de roupa, corte de cabelo e até mesmo de um cheiro específico relaciona-se ao argumento de que o corpo é efeito de uma elaboração social e cultural, como expressa Le Breton (2007):

O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. A caracterização do corpo, longe de ser unanimidade nas sociedades humanas, revela-se surpreendentemente difícil e suscita várias questões epistemológicas. O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural. (LE BRETON, 2007, p. 26)

A chance de se tornar “outra pessoa” por meio das mudanças ou “melhorias” corporais levam a pessoa a se autodefinir e se autoconstruir da maneira que almeja (STACIK *apud* BAUMAN, 2008, p. 145). A famosa atriz hollywoodiana Marilyn Monroe, símbolo de beleza e sensualidade entre os homens e mulheres da década de 1950 disse, ao ser questionada em uma coletiva de imprensa, que usava para dormir algumas gotas do *Chanel n°5*¹⁰. Na época, a resposta da atriz gerou a ideia de que ela não usava mais nada para dormir e que apenas se “vestia” com a fragrância do *n° 5*. Em 2012, a marca de luxo francesa *Chanel* lançou um vídeo publicitário¹¹ do perfume com imagens de Marilyn Monroe e trechos de uma entrevista que ela concedeu em 1960 para a revista *Marie Claire*, que nunca haviam sido publicadas (MAZZEO, 2011). Marilyn Monroe explica que, ao mencionar que usava algumas gotas do perfume *Chanel n° 5*, não quis dizer que dormia nua, mas que usava o perfume ao se deitar.

Neste episódio da vida da atriz hollywoodiana, duas questões ficam evidentes: a primeira refere-se ao fato de como a atriz era - e ainda é - sexualizada no imaginário popular e midiático, basta analisar que, mesmo após mais de 50 anos de sua morte, Marilyn Monroe ainda rende milhões de dólares por ano. A imagem lucrativa da atriz está em toda forma de produtos que abastece a “Marylin Mania”¹². E, em segundo lugar, de como ela era espelho para as mulheres da época pois, de acordo com Mazzeo (2010), o perfume sempre esteve atrelado ao

¹⁰ O perfume *Chanel N° 5* foi a primeira fragrância a ser vendida em massa. Seu nome é inspirado no nome de sua criadora, Coco Chanel, que também criou a marca *Chanel*.

¹¹ CHANEL. *Marilyn and N°5 – Inside CHANEL*. YouTube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=W08UtWiYiZI>>E. Acesso em 11 mar. 20.

¹² VILAR, LUDMILA. A mulher por trás de Marilyn. *Revista Marie Claire*. Disponível em <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,ERT298627-17737,00.html>>. Acesso em 11 ma. 2020.

glamour das estrelas de Hollywood, mas após Marilyn Monroe ter feito declarações sobre o *Chanel n° 5*, ele se tornou ainda mais desejado pelas consumidoras.

Ao adquirir um perfume, cria-se o sentimento de que automaticamente a pessoa estará introjetando algumas características de quem o divulga. Por exemplo: a pele macia, o corpo curvilíneo e todos os aspectos de beleza - incluindo a sexualidade e o erotismo - considerados padrões na cultura de consumo. Essa busca por uma subjetividade projetada, tratada por Atem e Abreu (2018) como “tudo aquilo que concorre para a produção de um ‘si’, um modo de existir, um estilo de existência (ATEM; ABREU, p. 6, 2018), estabelece a ânsia de possuir uma imagem que agrade não somente a si mesmo, mas principalmente a quem vê.

Para Bauman (2008, p. 108), o processo de autoidentificação é perseguido, e seus resultados são apresentados com a ajuda de marcas de pertença visíveis, em geral encontradas em lojas. As marcas de pertença também podem ser vistas para além das vitrines no que artistas, modelos e pessoas famosas mostram em suas redes sociais, os também chamados influenciadores¹³. Mas no caso dos perfumes, em que o sentido-guia do prazer é o olfato, como o desejo de compra é despertado nos consumidores, se eles não podem “ver” o aroma do perfume nos filmes publicitários?

Para Lipovetsky e Serroy (2011, p. 95),

...o que o hiperconsumidor compra em primeiro lugar é a marca, e com ela um suplemento de alma, de sonho e de identidade: num limite extremo, para o consumidor globalizado que importância tem o perfume desde que tenha a embriaguez de um frasco Chanel?

Diante da cultura de consumo, criar produtos para as marcas já não basta, é necessário, por meio da comunicação e do marketing, criar uma identidade, uma cultura da marca (LIPOVETSKY e SERROY, 2011). A identificação subjetiva dos consumidores com a marca é necessária para a aproximação. “Satisfazer-se emotivamente com a posse de coisas não é apenas moralmente legítimo, é psicologicamente indispensável ao equilíbrio efetivo” (COSTA, 2004, p. 19).

Atem e Abreu (2018) explicam como a sociedade atual vive com medo do mau hálito, do cheiro do suor, da genitália ou das axilas e busca, sempre, substituir os odores naturais pelos industrializados. E ressaltam como, na modernidade, o olfato foi negativado.

...o olfato seria anti social e involuntário, justamente por ser impositivo, autoritário, tirânico. Ao inspirarmos o ar, sentimos um cheiro, este nos penetra fundo e atinge

¹³ O termo se refere àquelas pessoas que se destacam nas redes e/ou na mídia e que possuem a capacidade de mobilizar um grande número de seguidores, pautando opiniões, comportamentos e estilo.

nossos pulmões sem chance de recusa. O cheiro seria sempre de ‘mau gosto’. (ATEM e ABREU, 2018, p.6)

Neste contexto, na busca pela construção de identidades voltadas ao outro, inspiradas nos padrões de beleza, a lógica do sistema capitalista precisa produzir anseios e sentimentos de recusa no indivíduo, para depois convencê-lo, por meio da cultura midiática e, especialmente da publicidade, que os produtos oferecidos lhes trarão felicidade (SILVA, 2008, p. 56-57). Ou seja, nesse processo em que os sujeitos buscam criar uma identidade baseada nos ícones da cultura que personificam padrões de beleza, os odores naturais do corpo humano são colocados - e isso é uma construção histórica - como sinônimos de ruins, nojentos, e que precisam ser eliminados. O perfume, nesse contexto, assume a função de ser a solução para acabar com os odores e também se torna uma referência simbólica.

Além disso, no processo de apreciação da beleza, como o olfato não é um dos principais sentidos estimulados pela cultura do consumo, se opera, sobretudo nos filmes das campanhas publicitárias, o imperativo visual a partir da exposição de modelos com corpos sensuais em ambientes que transmitem a sensação de frescor e bem-estar, com alto grau de apelo sexual e erótico. Um exemplo são os comerciais do perfume *Light Blue*, da marca de luxo italiana *Dolce & Gabbana*, que retratam o uso da composição “frescor, sexualidade, erotismo”, explorando o sentido visual em seus comerciais publicitários, através de muito luxo, sensualidade e provocação, para fisgar seus consumidores pelo olhar.

Os primeiros perfumes da marca foram lançados no início dos anos 1990 e se tornaram clássicos. O *Light Blue* foi lançado em 2001 para o público feminino e, posteriormente, em 2007, para o público masculino. Os filmes publicitários do perfume, desde seu lançamento, apresentam um certo padrão que se mantém no comercial *Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance*¹⁴, veiculado em 2019. No comercial, a modelo Giulia Maenza está entre amigos em um iate clube, de longe fixa o olhar no modelo Gennaro Lillio. Em seguida, imagens de momentos entre ela e Gennaro começam a aparecer em tela, como se fossem lembranças. Destes *flashes*, podem ser feitas duas leituras: 1) são de fato recordações ou 2) são projeções de sua imaginação.

Na descrição do *site* de vendas Gelniche.com, *Light Blue* é o perfume “ideal para mulheres modernas que gostam do estilo de vida elegante e casual. *Dolce & Gabbana Light Blue* traduz o sol intenso e as noites deslumbrantes revelando toda a sensualidade do

¹⁴ Fashion Gone Rogue. Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance Campaign. **YouTube**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kGdwiY_VWZY>. Acesso em 15 mar. 2020.

mediterrâneo” e “convida você a um passeio de iate pela costa italiana, onde você poderá expressar toda a sua sensualidade e alegria”¹⁵. O filme publicitário abusa dos tons azuis (cor de identificação do perfume), que são evidenciados nos olhos de ambos os modelos, no céu e na água do mar mediterrâneo. O biquíni e a sunga dos modelos são brancos e durante todo o comercial o movimento das ondas no mar, o balancear do barco e os fios de cabelos alvoroçados de Giulia Maenza transmitem sensualidade e leveza.

Figura 1: Frame 1 Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance Campaign



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=kGdwiY_VWZY.

O comercial do perfume *Light Blue* traz a representação de frescor pelo vento que sopra do mar, sensação de limpeza na abundância de água e na cor branca¹⁶ do biquíni de Giulia Maenza e da sunga de Gennaro Lillio. Também evoca a sensualidade na troca de olhares e nas cenas de recordação/imaginação que são projetadas ao longo do vídeo, esbanja erotismo nos movimentos de conquista e nas representações simbólicas já citadas. Como dito anteriormente, todos os comerciais do perfume *Light Blue*, desde seu lançamento em 2007, seguem um padrão: modelos esbeltos e de olhos azuis, com biquíni e sunga na cor branca em uma canoa, bote ou iate no mar mediterrâneo. O contato visual entre os modelos procura ser evidenciado e poucas são as cenas de contato corporal, apesar de a câmera explorar ao máximo o corpo e simular o contato físico, até mesmo insinuando o ato sexual. A narrativa é de conquista, ambos estão envolvidos na sedução sexual. Quando dão a entender ao público que conseguem, o comercial é

¹⁵ Perfume Light Blue - Dolce & Gabbana - Feminino - Eau de Toilette 100ml. Gelniche. Disponível em <<https://www.gelniche.com.br/produto/perfume-light-blue-dolce-e-gabbana-feminino-eau-de-toilette-71370>>. Acesso em 20 de mar. 2020.

¹⁶ O branco é uma cor pura, que ressalta luminosidade, limpeza e tranquilidade.

finalizado e o perfume *Light Blue* é colocado em evidência. Dessa cena, insinua-se que as trocas de olhares, as carícias ousadas e a conquista se devem ao perfume.

Figura 2: Frame 2 Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance Campaign



Fonte: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kGdwiY_VWZY.

Figura 3: Frame 3 Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance Campaign



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=kGdwiY_VWZY

As marcas de perfume procuram vender em seus comerciais amostras de experiências e sensações que o consumidor pode ter se usar o produto. Como não é possível transmitir as fragrâncias através dos vídeos, o sentido da visão é o mais aguçado. Enquanto “o olfato nos joga na presença do mundo [...] os perfumes encarnam um modelo da verdade pensada sob o modo de presença, e não de representação” (ATEM e ABREU, 2018, p.7). A ideia de que o

perfume é capaz de mudar a imagem e a maneira que uma pessoa se apresenta ao mundo se constitui como mais um acessório para os indivíduos na cultura do consumo, assim como roupas, joias e o próprio corpo. Le Breton (2007, p. 24) questiona: “o próprio corpo não estaria envolvido no véu das representações?”. Para o autor, a partir de uma perspectiva sociológica, o corpo é o efeito de uma elaboração social e cultural, antes ideológica, agora de consumo, que está exposta a tais influências e que, em decorrência das demandas de mercado, está em constante alteração devido ao desejo de alcançar os padrões da cultura de consumo. Ao publicizar o perfume nos comerciais, as marcas também vendem padrões de beleza corporal, devido ao forte apelo erótico e sexual que é trabalhado entre os personagens com o intuito de aguçar o sentido da visão.

CORPO FEMININO COMO UM FRASCO DE PERFUME, SEXUALIDADE E EROTISMO COMO A FRAGRÂNCIA

A relação com o corpo e a experiência dele com o mundo, envolvendo ação, vontade e desejos humanos, só passou a ser levada em conta a partir do momento em que, como escreve Santaella (2004):

Abriu-se uma ‘nova zona de visibilidade do corpo’, permitindo a leitura das inscrições dos fatores econômicos e políticos, da moral, da cultura, dos fantasmas e dos investimentos de desejo que circunscrevem o modo como o corpo emprega sua força de trabalho, instintual ou pulsional. (SANTAELLA, 2004, p. 27)

A questão do corpo rompeu seus redutos tradicionalmente mais legítimos, que eram da Medicina e da Biologia, e alcançou problematizações éticas, legais e antropológicas (SANTAELLA, 2004). Ao longo da História, a relação do ser humano com o seu sexo e o ato sexual passou por distintos tratamentos. Houve a época em que a atividade sexual era ligada somente a reprodução e que, fora desses termos, era tratada como o pecado capital da luxúria, totalmente expurgado pela religião. A exposição do corpo, começando pelas genitálias, também passou pelo mesmo processo que, concebido a partir da perspectiva religiosa, tratava o corpo como impuro (SILVA, 2008, p.59).

Com a diminuição da necessidade do ser humano de se voltar constantemente à sobrevivência e à perpetuação da espécie, sexo, sexualidade, erotismo e outras questões ligadas ao corpo como sintoma da cultura começaram a se difundir em todos os aspectos da vida social. Apesar de serem temas que ainda possuem certo grau de sensibilidade quando entram em discussão,

...o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da evolução. O que se diz é que durante as últimas décadas ocorreu uma

evolução sexual, e as esperanças revolucionárias têm conduzido à reflexão sobre sexualidade. (GIDDENS, 1993, p.9)

Apesar disso, a naturalização do tema ainda não alcançou todos os campos da sociedade. Para muitos, falar sobre sexualidade e tudo que está atrelado ao assunto ainda é visto como tabu. A desinformação sobre o tema, aliada ao fato de a sociedade estar incorporada a um sistema em que a exposição dos genitais é associada a “[...] algo sujo e impuro e que deve ser afastado do domínio público” (SILVA, 2008, p. 53), conseqüentemente leva a discussão acerca de que tudo que esteja apregoado aos órgãos genitais - como sexo, sexualidade e erotismo - também seja tratado como tema imoral e obsceno. E, quando voltados ao debate sobre o corpo feminino, ainda se somam aos estigmas da sociedade sexista.

A sexualidade está ligada à pulsão, ao desejo. Portanto não corresponde ao sexo (genitália) (COSTA, 2004). O erotismo, por sua vez, diz respeito a sensualidade e a maneira com que os indivíduos se mostram, porém uns podem ser mais do que outros e isso não está ligado ao gênero, mas a particularidades psicológicas e sociais (COSTA, 2004).

Silverstone, no livro *Por que estudar a mídia?* (1999), dedicou um capítulo para discutir erotismo. O autor acredita que falar sobre prazer, sobretudo o erótico, é difícil.

...mesmo num mundo pós-cartesiano, nosso pensamento ainda é coagido pela separação de mente e corpo, e pela prioridade dada à definição do humano como uma criatura racional. Por consequência, podemos muito bem pensar sobre o pensamento, mas o sentimento é uma história completamente diferente. Sensação, importância, desejo são coisas que não discutimos muito nem em nossa vida diária nem em nossas teorias. O erótico escapa. A vergonha e a razão conspiram para reprimi-lo. O corpo desaparece através do véu da mente. (SILVERSTONE, 1999, p. 96-97)

Apesar de as indústrias da mídia estarem equipadas para fazer vir o “prazer, fácil e eterno”, o assunto é um problema na sociedade (SILVERSTONE, 1999). Os consumidores têm, por meio da televisão, da internet, das músicas e dos filmes, acesso ilimitado a produtos e serviços que proporcionam excitação e prazer, porém, poucas vezes garantem satisfação total. Isso faz com que o consumidor sempre esteja a buscar por essas sensações de prazer com a esperança de um dia tê-las em sua totalidade. Segundo o autor, alguns grupos sociais, criticam o prazer oferecido pela mídia, alegando que são triviais e distorcidos. E alguns prazeres, como o do sexo, são tidos como completamente errados (SILVERSTONE, 1999). Ao mesmo tempo em que a sociedade julga a exposição do corpo, sobretudo o da mulher, o que mais se vê em campanhas publicitárias são corpos femininos, despidos a propósito da estimulação visual como recurso de venda.

Esses corpos esbeltos e magros, ditos sinônimo de saúde e beleza, tornam-se produtos que se enquadram num padrão estético de desejo e consumo tanto feminino quanto masculino. Neste campo, a publicidade atua como dispositivo que pressiona e difunde

padrões estéticos. Como escreve Silva (2008, 2016), o corpo passa a ser vendido como algo que pode ser comprado e/ou possuído de forma similar a qualquer outro objeto. (PEGORARO e VALENTE, 2019, p. 208).

Isso mostra como

...o capitalismo necessita da libido dos indivíduos para poder se perpetuar. Se por um lado, o trabalho é frequentemente experimentado como fonte de desprazer pelo indivíduo e, nesse ponto, a sociedade capitalista não faz qualquer empenho para camuflar os infortúnios relacionados ao labor, por outro lado, no âmbito do consumo, a propaganda apresenta a aquisição dos mais variados produtos como fonte de prazer. (SILVA, 2008, p. 56)

Esse prazer momentâneo, que se revela e se renova à luz do consumo de bens, exprime, principalmente sob o corpo feminino, marcas de pertença criadas pela obsessão da imagem do corpo. No mercado da estética, ao qual os perfumes entram como um subgênero, os estigmas sexuais e eróticos se reforçam ainda mais sobre os corpos femininos nas campanhas publicitárias, pois como não há modo de estimular o olfato, estimula-se o visual.

Em função disso, nas imagens - em sua enorme maioria, imagens de mulheres, devido certamente ao maior rendimento erótico que delas se espera no mercado dos fetiches - os rostos e corpos das atrizes e modelos atingem o paroxismo da perfeição. [...] Seus corpos são tão perfeitos que parecem cobertos de verniz, de uma película transparente que vitrifica o corpo, um corpo sem poros, sem exsudação, nem excreção, funcionalizado como um revestimento de celofane, exibindo a imortal juventude da simulação. (SANTAELLA, 2004, p. 129)

Para construir essa imagem, as marcas recorrem as grandes agências de publicidade, até mesmo artistas e cineastas que, por meio da técnica e dos recursos de edição, produzem modelos com as características listadas por Santaella (2004). Neste processo, “a ênfase é colocada menos na roupa ou no próprio artigo [...] e mais na mitologia que os cerca, menos no objetivo e mais nos conceitos, nos valores, na visão de marca transmitida pela publicidade” (LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p. 95). Os produtos e serviços são vendidos através das estratégias que se utilizam das “marcas de pertença” (BAUMAN, 2008) e dos “ícones da cultura” (SANTAELLA, 2004) para atrair os consumidores que procuram por esses padrões de beleza, que julgam encontrar nos produtos que oferecem, mesmo que por um curto espaço de tempo, a sensação de satisfação (BAUMAN, 2008).

CORPO FEMININO SEXUALIZADO E EROTIZADO: INGREDIENTES DA FÓRMULA DE UM PERFUME

Todos esses aspectos percorridos por Santaella (2004) e os demais autores discutidos ao longo desta pesquisa podem ser evidenciados no filme publicitário da campanha do perfume

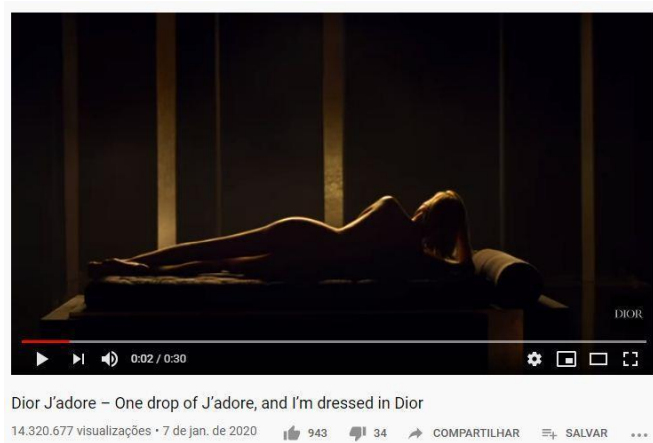
*J'adore*¹⁷, da Dior, lançado em janeiro de 2020 e estrelado pela atriz Charlize Theron. Assim como nas campanhas da linha de perfumes *Light Blue* da *Dolce & Gabbana*, a publicidade em torno do *J'adore* segue um padrão, não propriamente no roteiro e nas locações, mas em aspectos bem detalhistas, como cores, iluminação, trilha sonora e roupas, desde que Charlize Theron virou o rosto da fragrância, em 2011.

Na campanha “*Dior J'adore - Uma gota de J'adore, e eu me visto de Dior*”¹⁸, Charlize Theron está deitada nua de lado, sobre um divã, com a cabeça apoiada em um de seus braços - como em uma pintura grega. Segundo Silva (2008), a civilização grega demonstrava uma atitude diferente em relação ao nu e aos genitais, tanto que era comum o nu aparecer constantemente em estátuas, estatuetas e vasos. Como objeto de beleza, “a perfeição estava presente no próprio ser e assim era representada na arte” (Silva, 2008, p. 37).

Neste comercial da *Dior J'adore*, essa alusão a uma obra grega pode ser vista como uma tentativa de naturalizar o corpo feminino despido, além de ser visto como a representação de uma obra de arte. Na construção da campanha do perfume, Charlize Theron está representada como uma obra de arte.

A pouca luz no cenário, que tem predominância nos tons dourados, serve neste momento para destacar a forma curvilínea da atriz, com toques de sensualidade erótica. Na medida em que a câmera se aproxima, ela faz movimentos sutis que, com a trilha sonora, intensificam a impressão de que ela está sentindo prazer enquanto uma pequena gota do perfume desliza pelo seu corpo, destacando suas curvas.

Figura 4: Frame 1 Dior *J'adore* – One drop of *J'adore*, and I'm dressed in Dior



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3ZUENtjqQBY>

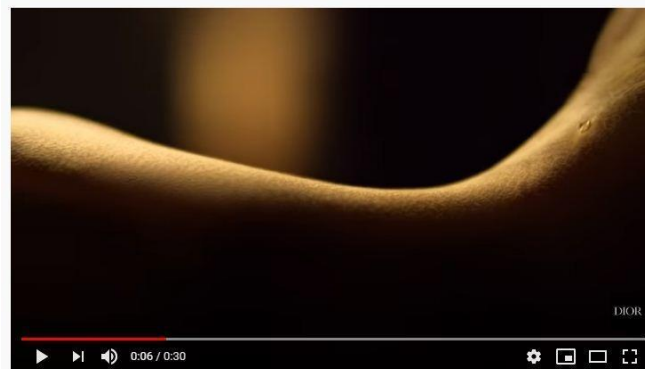
¹⁷ CHISTIAN DIOR. Dior *J'adore* – One drop of *J'adore*, and I'm dressed in Dior. **YouTube**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3ZUENtjqQBY>>. Acessado em 6 de junho de 2020.

¹⁸ No original: “*Dior J'adore – One drop of J'adore, and I'm dressed in Dior*”.

No *off*, a locução “*One drop of J’adore*” dá significado e sentido ao comercial, que nos 30 segundos que se passam, hora foca na expressão de satisfação no rosto de Charlize, hora na descoberta do corpo da atriz pelo caminho percorrido pela gota do perfume. Ao final, também em *off*, a locução complementa “*and I’m dressed in Dior*”, enquanto Charlize Theron aparece novamente por inteira na tela, ainda deitada no divã, mas neste momento vestida em um glamoroso vestido de festa dourado, repleto de pedrarias, figurino usual nas campanhas da linha desde que ela é o rosto da marca. Para fechar o filme, o frasco do *J’adore* aparece na tela, então percebe-se a forte semelhança entre o design do frasco e o corpo da atriz.

O perfume *J’adore* foi lançado em 1999 e, em todo esse tempo, poucas modificações de design foram feitas no frasco, portanto, apesar das semelhanças entre o formato do produto e o corpo de Charlize serem expressivas, isso revela que o design não foi inspirado propriamente nas curvas da atriz, mas sim, em padrões da cultura do consumo vigentes que relacionam a sensualidade do feminino ao corpo curvilíneo. O corpo é um signo e as ações do indivíduo na imagem correspondem ao personagem “encarnado” na performance (HALL, 2016). Neste caso, o comercial do perfume torna o corpo de Charlize Theron um signo que representa beleza e perfeição na sensualidade e no erotismo, tais como os atributos ditados como regra no padrão estético disseminado pela cultura do consumo.

Figura 5: Frame 2 Dior *J’adore* – *One drop of J’adore, and I’m dressed in Dior*



Dior *J’adore* – *One drop of J’adore, and I’m dressed in Dior*

14.320.677 visualizações · 7 de jan. de 2020

👍 943

💬 34

➦ COMPARTILHAR

📌 SALVAR

⋮

Fonte: [//www.youtube.com/watch?v=3ZUENTjqQBY](https://www.youtube.com/watch?v=3ZUENTjqQBY)

Figura 6: Frame 3 Dior J'adore – One drop of J'adore, and I'm dressed in Dior



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3ZUENTjqQBY>

A descrição do vídeo no YouTube traz o seguinte texto: "Descubra o novo filme sensual que sublinha a magia dos perfumes *Dior*, criados para ‘vestir as mulheres com o perfume do desejo’. Uma única gota é suficiente para evocar todo o poder da feminilidade extravagante”¹⁹. Nessa inscrição, é possível visualizar como a estratégia de marketing da marca usa artifícios que relacionam o perfume à “feminilidade extravagante” evocada pela cena erótica e pelo corpo nu e curvilíneo da atriz. A mensagem textual, além de auxiliar na compreensão da mensagem como um todo, também atua na ancoragem da mensagem simbólica, restringindo seu significado e complementando-se imagem e texto (HALL, 2016).

A campanha da *Dior J'adore* (2020) traz representações contidas nos filmes publicitários discutidos ao longo deste trabalho - *Dolce & Gabbana, Light Blue Sun Fragrance* (2019) e *Chanel N°5*. Do primeiro comercial, podem ser comparadas as representações de sensualidade e erotismo que convidam o público a fazer parte da cena. Do mencionado *Chanel N°5*, a ideia de que, ao usar o perfume, o consumidor estará adquirindo características de quem anuncia, ou melhor, se “vestindo do perfume”, como Marilyn Monroe em 1952 e Charlize Theron em 2020.

Esse conjunto de valores, códigos e regras pelos quais o sentido se produz através do consumo, motivado a partir do desejo, do prazer, e do luxo observados via exposição do corpo, insinuando nudez e até mesmo o ato sexual nos vídeos das campanhas publicitárias de perfume, envolve um conjunto amplo de significados. Envolve cultura, história, mídia. Como enfatizado por Santaella (2004, p. 129), os corpos femininos nas campanhas atingem o “paroxismo da

¹⁹ No original: “Uncover the new sensual film that underlines the magic of Dior perfumes, created to “dress women in the scent of desire.” A single drop is enough to evoke the full power of flamboyant femininity” (CHRISTIAN DIOR, 2020).

perfeição”: sem poros e sem vestígios de excreção. Portanto, é possível sintetizar que os filmes publicitários de perfume, que usam modelos e atores como ícones de cultura, utilizam recorrentemente de tais recursos, afinal, é necessário afastar a sexualidade e o erotismo dos tabus sociais ligados ao sentimento impudico do sexo e dos genitais (SILVA, 2008) e, para isso, é preciso eliminar qualquer “imperfeição” corporal que dê chance à recusa do consumidor.

É inegável o lado nocivo da obsessão pelo corpo, principalmente daqueles que se desviam dos padrões estéticos contemporâneos ecoados pela cultura da mídia. As mulheres, que são as mais expostas aos padrões de beleza proferidos pela cultura de consumo, são as que mais sofrem com as constantes pressões e repressões. A erotização e a sexualização dos corpos femininos “perfeitos”, principalmente construídos nas campanhas de perfume, excluem “o corpo vivo sujeito à fadiga, ao suor, aos entreveros do cotidiano, à dor, aos circuitos incompreensíveis das pulsões, aos solavancos das paixões e à opacidade do desejo” e, desse contexto, “abre-se um fosso do qual emerge o corpo com sintoma da cultura” (SANTAELLA, 2004, p.131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido aos padrões e discursos disseminados pela cultura do consumo, o corpo feminino acaba sendo comparado nas produções midiáticas a um objeto que pode ser comprado e possuído. Obviamente não são os corpos das modelos que encarnam a cena que são vendidos, mas comercializa-se os produtos de uma maneira que faz com que o consumidor acredite que, ao adquirir determinado item, estará adquirindo características de quem anuncia.

Nos vídeos publicitários das campanhas de perfume analisados ao longo deste trabalho, sobretudo evidenciando o comercial da campanha *Dior J'adore – One drop of J'adore, and I'm dressed in Dior*, que apresenta o corpo da atriz Charlize Theron totalmente nu e exposto, percebe-se como as operações discursivas das campanhas de perfume propõem, na relação corpo feminino e consumo, a visibilidade sujeitada à exaltação, objetificação, sexualização e erotização com o intuito de aguçar os sentidos do consumidor para que ele adquira o perfume, tão menos pela sua fragrância, que será aprovada ou negada somente no momento em que ele realmente tiver o frasco em mãos e poder sentir o perfume pelo olfato. Enquanto produções midiáticas, os comerciais das campanhas *Light Blue Sun Fragrance*, da *Dolce & Gabbana* e *Dior J'adore – One drop of J'adore, and I'm dressed in Dior*”, da *Dior* possibilitam que o consumidor sinta seus perfumes pelos olhos e ouvidos.

As mensagens de tais campanhas reforçam a concepção sobre os padrões de beleza divulgados pela cultura do consumo, que diz que, para o indivíduo ser bonito e saudável, deve ser magro, ter pele aveludada e de preferência branca, sem excesso de gorduras ou pelos no corpo e sem odores desagradáveis. O corpo feminino, além de se tornar um território de exploração, se torna um forte produtor de sentidos na cultura e, ao mesmo tempo, sintoma da cultura. Para se manter perpetuada, a cultura do consumo cria anseios nos consumidores, os quais são constantemente atualizados para que novos desejos surjam e mantenham a engrenagem do capitalismo funcionando. Sobre o corpo feminino também se cria esse sentimento de recusa e pertença: recusa a todas as formas de corpo natural ou que fujam do padrão; e desejo de pertença a um grupo seleto de modelos de alta visibilidade, remodelados conforme normas vigentes. Como observado nos vídeos de perfume desta análise, são mensagens que contribuem na erotização e sexualização do corpo feminino, vendendo não só fragrâncias, mas principalmente, padrões estéticos e corporais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alexandre. Mercado de beleza em expansão. **Diário do Comércio**. Disponível em <<https://diariodocomercio.com.br/opiniaio/mercado-de-beleza-em-expansao/>>. Acesso em 7 jul. 20.

ATEM, G. N.; ABREU, F. F. O perfume do mundo: consumo de experiências de marca pelo olfato. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 10, n. 2, P. 4-14, Jul./dez. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHANEL. Marilyn and N°5 – Inside CHANEL. **YouTube**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Wo8UtWiYiZI>>. Acesso em 11 mar. 20.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Fashion Gone Rogue. Dolce & Gabbana Light Blue Sun Fragrance Campaign. **YouTube**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kGdwiY_VWZY>. Acesso em 15 mar. 2020.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MAZZEO, Tilar J. **O segredo do Chanel N°5: A história íntima do perfume mais famoso do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

PEGORARO, Éverly; VALENTE, Mariana da Silva. Sexualidade à flor da pele: Voyeurismo e exibicionismo nas campanhas da *Agent Provocateur*. In: **As linguagens do presente: Comunicação e formações socioculturais**. Organiadora: Maurini de Souza. 1ªed.: Londrina, 2019. v. 1, p. 189-210.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e Comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Marcio Santim da. **Culto ao corpo: expressões contemporâneas do exibicionismo e voyeurismo**. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2008. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17306/1/Marcio%20Roberto%20Santim%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2020.

Perfume Light Blue - Dolce & Gabbana - Feminino - Eau de Toilette 100ml. Gelniche. Disponível em <<https://www.gelniche.com.br/produto/perfume-light-blue-dolce-e-gabbana-feminino-eau-de-toilette-71370>>. Acesso em 20 de mar. 2020.

VILAR, LUDMILA. A mulher por trás de Marilyn. **Revista Marie Claire**. Disponível em <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,ERT298627-17737,00.html>>. Acesso em 11 mar. 2020

VOGUE, Globo. Charlize Theron brilha em nova campanha do J'Adore, da Dior. Disponível em <<https://vogue.globo.com/beleza/noticia/2016/10/charlize-theron-brilha-em-nova-campanha-do-jadore-da-dior.html>>. Acesso em 11 mar. 2020.

CAPÍTULO 6

A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NA ATUALIDADE: A SEXUALIDADE FEMININA CRIMINALIZADA NAS REDES DO CIBERESPAÇO

Isabôhr Mizza Veloso dos Santos, Doutoranda em Geografia pelo IG/UFU
Isabella Ayezza Veloso dos Santos, Mestranda em Geografia pelo ICHPO/UFU. Professora efetiva de Artes, SEEMG
Camilla Curi Gonçalves Ferreira, Bacharelanda em Direito, UEMG

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre aspectos das discussões acerca da pornografia de vingança (entendida como uma divulgação e exposição não autorizada, geralmente pela internet, de conteúdos íntimos contendo nudez ou sexo), categoria que vem sendo debatida por feministas em diferentes ambientes, em notícias veiculadas pela mídia. De maneira geral, o termo é utilizado no sentido de dar status de crime a situações que são apresentadas, como uma modalidade da violência contra as mulheres, em especial da violência doméstica, sendo necessários enfrentamentos políticos e elaboração de soluções jurídicas mais rigorosas, a partir do Código Penal, da lei do Marco Civil da Internet, ECA, CF88. Pretende-se também correlacionar ao entendimento sobre a criminalização da sexualidade feminina na sociedade e no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberespaço. Direito. Pornografia de Vingança. Redes. Sexualidade feminina.

1. INTRODUÇÃO

Todos os seres humanos têm três vidas: a pública, a privada e a secreta.
(GABRIEL GARCIA MÁRQUEZ)

Na atualidade existem variadas transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas que interferem nos costumes das sociedades contemporâneas. Tem crescido a sensação do individualismo e do isolamento social por parte dos indivíduos, bem como conflitos inerentes aos grupos e classes sociais.

A era da informação é marcada pela constante perda da privacidade em função das variadas formas de comunicações disponíveis e que possibilitam os indivíduos a evidenciar seu cotidiano para muitas pessoas ao mesmo tempo, em diferentes lugares do mundo em poucos instantes.

Essa espetacularização da vida cotidiana demonstrada nas redes sociais atuais, contribui diretamente para a consecução dos crimes cibernéticos, principalmente os de caráter de exposição da privacidade. Os limites entre a ética e a moral, nestes casos, estão mais tênues e a população afetada tem sido cada vez mais jovem, sobretudo com relação as mulheres de diferentes idades.

Nesse sentido, a interface impessoal e a segurança do anonimato, são fatores contribuintes para que esses tipos de crime ocorram. A Pornografia de Vingança aparece como um crime inserido na modernidade, que apesar de ocorrer antes mesmo do advento das tecnologias das redes de internet, somente alcançou proporções alarmantes, por conta do acesso à internet em suas múltiplas formas de compartilhamento instantâneo.

Este artigo científico realizado por meio de pesquisa bibliográfica, mediante o método indutivo, tem como objetivo geral tratar sobre a pornografia de vingança a partir da sexualidade feminina criminalizada no ciberespaço.

Possui como objetivo específico abordar sobre a legislação brasileira, através de uma discussão dialética, tanto no aspecto jurídico, quanto sociológico sobre a violência de gênero no Brasil.

2. METODOLOGIA

O artigo possui uma proposta metodológica qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, com ênfase em refletir sobre a pornografia de vingança na atualidade como forma de criminalização da sexualidade feminina no ciberespaço das redes sociais.

Foi realizado um levantamento da produção científica (artigos, livros, dissertações, teses e reportagens) que retratam sobre a temática relacionada ao campo do Direito e da Sociologia, que permitiu auxiliar na pesquisa teórica, articulando o entendimento desses conceitos tão atuais.

Após sistematizar este levantamento, buscou-se discutir e analisar as argumentações selecionadas, permitindo um aprofundamento do referencial teórico, com o objetivo de encontrar respostas ou reflexões que possam nortear e complementar os resultados alcançados.

3. DOS RESULTADOS E DA DISCUSSÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA NO CIBERESPAÇO

Com relação a fundamentação teórica, a Pornografia de Vingança, conhecida como Pornografia de Revanche ou Pornografia de Revanchismo, vem do termo americano (*Revenge Porn*).

Trata-se da pornografia não consensual e somente nos últimos anos alcançou a visibilidade necessária para ser tratada como *uma forma de violência contra a mulher*, que figura como expressiva maioria dentre as vítimas. (BUZZI, 2015).

A Pornografia de Vingança pode ser definida como: “imagens íntimas consensualmente entregues a um parceiro que posteriormente as distribui sem o seu consentimento”. É possível atrelar essa definição, a distribuição de vídeos, e não necessariamente a sua publicação ou compartilhamento deverá ter sido por um parceiro amoroso ligado à vítima (embora na maioria dos casos ocorridos o agressor possuiu vínculos afetivos com a agredida).

Destarte, a Pornografia de Vingança entra nesse mundo tecnológico de maneira célere. A internet não possui limites ou barreiras físicas. De modo que, transcende países e gerações, unificando a informação e a desinformação e propagando uma dificuldade em separar dados e informações verdadeiras das falsas.

Assim, o ciberespaço²⁰, onde todos possuem liberdade para compartilhar seus ideais, fotos, vídeos pessoais, realidades e aspirações, tem também lacunas para propagar mentiras e crimes de ódio.

A origem do termo cyber vem do grego, significando “controle”, mas o prefixo “ciber” passou a referenciar termos relacionados ao domínio da computação e das “máquinas inteligentes”. Para Gibson (2003) o ciberespaço, seria uma representação física e multidimensional do universo abstrato da informação, ou em outras palavras, um lugar para onde se vai com a mente por meio da tecnologia.

No entanto, através da literatura especializada da área da tecnologia de informação, esse ciberespaço é pensado como um meio de espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias conforme nos aponta Levy (2000):

²⁰ Aqui entendido como espaço das comunicações por redes de computação, principalmente dos espaços virtuais através da utilização das redes sociais mais conhecidas.

Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. **A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século.** (LÉVY, 2000, p. 92-93, grifo nosso).

Assim, o ciberespaço implica em uma nova relação de tempo e espaço. O espaço não é mais concreto, localizado em um território definido ou mapeado, mas em um espaço cibernético, virtual, abstrato, não físico. O tempo não é linear, não é mais o tempo cronológico da História, é o tempo real, o agora e o atual. (LEVY, 2000).

Para Silvana Monteiro (2007) o ciberespaço representa uma máquina abstrata, uma forma de semiótica onde se realizam trocas simbólicas, transações econômicas, comerciais, diferentes práticas comunicacionais, relações sociais e afetivas e também alguns agenciamentos cognitivos.

Essa pornografia avança no adendo da tecnologia, na qual impulsiona o compartilhamento de momentos íntimos para o público, pautando-se na impunidade disseminada para esse tipo crime.

O perfil de vítimas segundo a Safernet Brasil (2014) engloba homens e mulheres que produzem e compartilham imagens íntimas (popularmente conhecido como Nudes), mas ainda são as mulheres as que mais sofrem com o compartilhamento das imagens não autorizadas. No ano de 2014, por exemplo, em 81% dos casos atendidos no canal de ajuda as vítimas eram mulheres, 16% foram homens e 3% não identificados. O que nos demonstra que esse tipo de crime cibernético tem alcançado as mulheres e que é uma forma de violência de gênero bem recente. (MOCHO, 2016).

De acordo com a Safernet Brasil (2014) mais da metade das vítimas tem até 25 anos de idade, sendo que dos 53% das denunciadas, 25% são menores de idade, entre 12 e 17 anos, e 28% tem entre 18 e 25 anos, 39% tem acima de 25 anos e 8% não foram identificados. As denúncias têm sido registradas nos maiores centros urbanos do Brasil, onde a tecnologia é difundida, facilitando o crime cibernético. Mas existem casos, difundidos nos meios jornalístico e na internet, acerca da repercussão em algumas cidades interioranas, que tem provocado atos de suicídio em jovens adolescentes, em função da vergonha e do medo quando da divulgação de suas imagens e identificadas pela família e sociedade local. (MOCHO, 2016).

Nesse contexto, os aplicativos e as redes sociais são utilizados para a divulgação de material íntimo, para humilhar a vítima, desse modo o compartilhamento é feito para que seu círculo social possa ver e julgar a vítima, inclusive fazendo Cyberbulling (assédio virtual) com a mesma. As redes sociais como o Facebook, o Instagram, o WhatsApp, Snapchat, Tik Tok, tornaram-se meios de compartilhamento de nudes (fotos íntimas e sensuais) e também plataformas do ciberespaço que são facilitadoras de disseminação de fotos, imagens e vídeos, para aqueles/as que possuem má fé para perpetrar tal crime.

Com relação a legislação a ser aplicada, para combater tal delito, tem-se na atualidade, a tentativa de adequação das leis aos casos que não tem uma regulamentação própria.

Entende-se que o Marco Civil da Internet (lei nº 12.965/2014), o Código Penal Brasileiro, a lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil, podem ser aplicadas para fazer justiça às vítimas, dependendo das especificidades dos casos concretos.

As regras do Marco Civil estabelecem um regime de proteção, no qual a liberdade de expressão recebe proteção superior àquela garantida aos direitos da personalidade. Se feita a remoção, a vítima não poderá solicitar qualquer dano moral ou material pela reprodução das imagens, nem mesmo o que o site ganhou em propaganda pela publicidade do vídeo.

Por isso, com relação ao combate desse tipo de crime, tem se aplicado o que é disposto no Código Penal mediante os artigos de Difamação (art.139) e Injúria (art.140), que são os que abarcam a violação da reputação e dignidade. No entanto, a impunidade é uma realidade visível em diferentes casos.

4. A SEXUALIDADE FEMININA CRIMINALIZADA: UMA DIALÉTICA EM FORMA MACHISTA?

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se "cede", se "cai", suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração. (BEAUVOIR, 1967, p. 112)

As ciências sociais, especificamente a sociologia, vivenciam uma renovação teórica e prática, a partir da nova produção de abordagens sobre o mundo social e das diferentes construções da problematização das relações sociais.

As teorias correlatas às construções sociais das diferenças percebidas entre os sexos, bem como os efeitos sociológicos a partir do objeto em estudo e de análise fazem parte dessas novas perspectivas e de inovações no campo da sociologia contemporânea.

Tais relações no mundo são construídas a partir da representação das diferenças percebidas entre homens e mulheres que estão permeadas nos fenômenos e nas relações sociais, bem como na divisão de tarefas, deveres e obrigações entre homens e mulheres. Tais diferenças são construídas de uma forma muito diversificada em cada tipo de sociedade, seja no tempo e no espaço, e que se trata de um processo sócio histórico não naturalizado.

A própria conceituação de gênero especifica sobre a analítica categoria das atribuições culturais e sociais (im) postos aos indivíduos de diferentes sexos. Essa teoria salienta e menospreza a explicação do aspecto biológico em detrimento do significado prático da representação do ser masculino e feminino, como assevera o trecho:

[...] o termo “gênero” (...) é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. (SCOTT, 1995, p.75)

O termo gênero é percebido como um conceito construído culturalmente, buscando compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, e conhecer os papéis que cada um (a) assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles (as). Portanto, para o sociólogo Anthony Giddens (2004) através de sua interpretação referente às estas interfaces destaca que:

[...] os sociólogos utilizam o termo sexo para se referirem às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e feminino. Em contrapartida, por gênero entendem-se as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. (GIDDENS, 2004, p.109).

Assim, para a sociologia, as diferenças sexuais são baseadas nas diferenças biológicas. O organismo do macho é diferente do da fêmea. Essa diferença natural também marca o desenvolvimento da espécie humana. Na espécie humana temos o ser masculino e o ser feminino. A reprodução humana só pode acontecer com a participação desses dois seres. Para perpetuar a espécie, os homens e as mulheres foram criando uma relação de convivência permanente e constante. Surgiu com o desenvolvimento da espécie humana, da sociedade humana (HEILBORN, 1993).

O conceito de sexo se refere às características físicas e anatômicas dos corpos e algumas características que definem as diferenças dos corpos físicos entre os homens e as mulheres, principalmente os órgãos genitais.

No que tange ao gênero, a sociologia destaca a identidade masculina e feminina como uma (re) construção social e das relações através dos mais diversos períodos históricos.

A questão de gênero é determinante para a organização do espaço público e privado nas sociedades. As assimetrias de gênero analisam as mulheres e os homens nos espaços sociais, na produção dos conhecimentos científicos, no mercado de trabalho, no espaço escolar e na organização da vida política, social e cultural (HEILBORN, 1993).

Para a antropóloga americana Margareth Mead (1988) a construção social do gênero não determina um tipo de padrão sentimental diferenciado entre homens e mulheres, de modo que, algumas culturas não enfatizam uma relação próxima entre sexo e personalidade. Em outras sociedades, o simbolismo em torno da diferença sexual pode significar uma afetividade como um campo que promove diferenciação entre os gêneros. De modo que, não há uma correlação comprovada entre sexo, do corpo e a conduta individualizada entre homens e mulheres, há, portanto, um processo de aprendizagem, ou mesmo relativo à internalização, que se refere às construções de gênero em sociedade, sobretudo através da socialização na infância.

A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher desde as sociedades primárias antigas na história, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e a chefia do grupo familiar. O homem, associado ao poder de autoridade, devido a sua força física e controle de mando, assumiu o poder dentro daquelas sociedades. Assim, surgiram as primeiras sociedades patriarcais, fundadas a partir do poder do homem, do chefe de família (HEILBORN, 1997).

A ideia de posse dos bens e a garantia de herança para as gerações futuras levou o homem a interessar-se pela paternidade. Em contradição, a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, tanto no repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem. A mulher passou a ser do homem (no sentido de pertencimento), como forma de perpetuar-se através da descendência/linhagem genética. A função da mulher foi sendo restrita cada vez mais ao mundo doméstico, ficando bem mais submissa e subjugada ao homem (HEILBORN, 1997).

No que tange à cultura sexual brasileira, é marcada pela categorização de gênero que representa as atitudes e qualidades para cada um dos sexos. Esse sistema ordena e classifica as

relações entre pessoas do mesmo sexo ou entre sexos opostos e representa um quadro para as condutas. Aos homens é exercida uma vigilância de seus gestos, ações e comportamentos, de maneira que não contrarie expectativas duvidosas sobre sua masculinidade (PARKER, 1991). Entretanto, para Heilborn e Carrara (1998) esta atitude reforça o masculino e a imagem da valorização da predominância do homem, ou da masculinidade hegemônica.

Cabe as mulheres a exigência e a correspondência relativas à pureza e ao comportamento recatado. Ainda que a perda da virgindade não seja um atributo de estigmatização das mulheres, não se deixou de existir exigências de preservação sexual, que se camufla através da responsabilidade moral, personificadas no jeito passivo e ingênuo sobre temas sexuais. Este padrão dificulta que as mulheres abordem e dialoguem com as questões de sexualidade ou de contracepção com o parceiro ou companheiro (BOZON ET AL., 2003; BOZON, 2004).

As atitudes de papéis atribuídos a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fonte da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que a primeira relação sexual seja preparada. De modo que, isso representa o modo como as prescrições culturais hegemônicas, acerca do gênero, sustentam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o viés da virilidade.

A sexualidade e o gênero são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. São elementos da cultura que valem por determinados períodos históricos e são passíveis de mudanças.

Segundo Foucault (1988) o caráter social da sexualidade foi invenção referente ao século XVIII, quando fatos ligados ao sexo e a determinados contatos corporais visando à produção do prazer adquiriram uma forma específica. Na história ocidental, a sexualidade passou a significar uma dimensão do indivíduo moderno ocidental, importante para a definição do sujeito. Os vários saberes instituídos em hospitais, presídios, manicômios e também fabricados pela própria sexualidade, fizeram um lugar da verdade interna dos indivíduos. A partir da modernidade, cria-se um conjunto de discursos sobre o sexo, representados em termos do caráter do desejo sexual, mediante as noções de heterossexualidade e homossexualidade. Essa forma de classificação é derivada da psiquiatria do século XIX, sendo relativo à sociedade ocidental.

Nesse contexto, conforme Heilborn (2006) a sexualidade pode ser pensada a partir da articulação entre o nível societário, e a trajetória individual e biográfica dos indivíduos. A

sexualidade é objeto de um processo de aprendizagem e este, por sua vez, é permeado pelas concepções de gênero.

A questão da sexualidade remete, no caso feminino, ao conjunto dos tipos de violências que as mulheres enfrentam no Brasil, variadas são as formas de práticas coercitivas e que muitas vezes são sofridas dentro de casa e em diferentes locais, quase sempre são atos praticados por maridos ou ex- companheiros, como assevera o trecho que destaca sobre:

A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual. Faz-se necessário, portanto, que o Estado brasileiro adote políticas públicas, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa. Nessa perspectiva, devem ser também consideradas as ações de combate ao tráfico de mulheres, jovens e meninas. (SPM/PR, 2011, p.11)

Nos parece claro que a pornografia de vingança, sob a ótica da violência de gênero, existe enquanto instrumento de (re) afirmação do poder masculino. É justamente a partir do movimento de insubordinação da mulher ao homem, quebrando-se a lógica de uma existência condicionada ao bel-prazer masculino, que a mulher é simbolicamente punida e rechaçada, percebida através das mãos masculinas, o poder de decisão sobre o corpo feminino, ou seja, em outras palavras, do poder de dispor do corpo da mulher, senão para seu próprio prazer, mas para dar prazer (não consentido evidentemente) a outros olhares masculinos. A pornografia de vingança, é uma forma de retomada da autoridade masculina sobre o corpo e a autonomia da mulher, ou seja, o homem resgatando seu suposto poder perdido (devido ao término de um relacionamento estável, quase sempre), para resgatar o corpo feminino (BUZZI, 2015).

É nesse viés que entendemos que a Pornografia de Vingança é uma modalidade de crime recente que está atrelada a criminalização da sexualidade feminina na sociedade. Não bastasse diferentes tipos de violências contra a mulher se manifestarem em ambientes diversos (em casa, no trabalho, nas faculdades, hospitais, etc) na atualidade também acontece no ciberespaço (principalmente nas redes sociais e nos blogs pornô). Portanto, a Pornografia de Vingança, para Oliveira (2015) mostra-se como uma das modalidades de *violência doméstica quando ocorre a efetiva divulgação das imagens e de vídeos, via internet, por seus companheiros íntimos e é utilizada para chantagear as mulheres para que não terminem o relacionamento.*

Ademais, compreendemos que a sexualidade feminina criminalizada na sociedade e no ciberespaço perpassa por uma interpretação dialética que reforça os ideais machistas, sobretudo, na culpabilização das vítimas por terem seu direito à privacidade violado. É possível fazer uma

analogia por exemplo, com o fato de ainda na atualidade a mulher ser uma possível vítima de estupro e ser posteriormente perguntada com relação ao tipo de vestimenta utilizava no momento do crime ocorrido, seja em fase de inquérito policial ou mediante depoimentos em outras instituições públicas. A ideia desse tipo de pornografia é de que a vítima se deixou estar vulnerável para aquele tipo de exposição. A mulher que tende a fugir desta lógica é socialmente punida.

Portanto, cabe enfatizar que o desprezo, as humilhações, as ameaças, as chantagens, representam uma resposta social negativa à subversão do papel sexual entendido como feminino, agem como forças simbólicas ou mesmo como formas de poder que se exercem sobre os corpos sem qualquer coação física e funcionam como parte de uma ordem física e social num mundo sexualmente hierarquizado. (BUZZI, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a situação da mulher no sistema de justiça criminal, de modo cientificamente correto, significa afrontar, a um só tempo, a questão feminina e a questão criminal, ambas do contexto de uma teoria da sociedade. Portanto, é mister que se possa dispor, contemporaneamente, dos paradigmas epistemológicos adequados, bem como operar tais paradigmas de modo sinérgico. De outra parte, não é mais possível examinar a questão criminal sem que se tenha presente, de modo adequado, as variáveis do gênero. A criminologia crítica e a feminista não podem ser duas coisas diversas; devem, necessariamente, constituir uma única. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. (ALESSANDRO BARATTA)

O artigo bibliográfico versou sobre a pornografia de vingança atrelado a sexualidade feminina criminalizada nas redes do ciberespaço como uma forma de correlacionar ao avanço desse crime cibernético projetado em sociedade.

A pornografia de vingança é uma forma de mecanismo de controle social a serviço da manutenção de privilégios e direitos masculinos. Tende, nos tempos atuais, a afetar em maior escala, as mulheres jovens do que os homens, contribuindo como uma forma de agressão baseada, em essência, pela condição de mulher da vítima.

Entende-se que há uma seletividade de gênero, a partir da impunidade, mediante a a solidariedade do próprio sistema de justiça criminal para com a família patriarcal, uma construção histórica, cultural e que culmina na manutenção da ordem a partir da dominação masculina vigente.

Nesse sentido, foram abordadas as relações com a imagem invisibilizada da mulher inserida na organização da vida pública, bem como pontuou sobre as estruturas da questão de gênero e da sexualidade que colaboram para uma criminalização histórica por estabelecer

uma construção comportamental das vítimas, contribuindo diretamente para restringir direitos e liberdades da mulher na atual sociedade brasileira.

A própria conceituação de gênero também apresenta diversas interpretações, mas que deixam implícitas algumas hierarquias e diferenciações dos papéis sexuais entre homens e mulheres em sociedade.

O conceito de sexo e sexualidade se referem às características físicas e anatômicas dos corpos e algumas características que definem as diferenças dos corpos físicos de homens e mulheres, principalmente os órgãos genitais. No que tange ao gênero, a sociologia destaca a identidade masculina e feminina como uma (re) construção social através dos diversos períodos históricos.

A sexualidade, por sua vez, é um pilar que também pode ser construído socialmente e culturalmente pelas sociedades e também evidencia desigualdades de liberdades inerentes a homens e mulheres.

A lógica dialética machista se encontra envolta do patriarcado, que tem a ver com a ideologia, em que o homem se faz presente enquanto autoridade, no que se refere a prestação de obediência e da subordinação das mulheres, de modo que, contribui irrestritamente, para que as relações sociais entre famílias e comunidades, sejam cada vez mais hierarquizadas.

A partir desse pressuposto teórico relativo à ideologia feminista na atualidade, é possível pesquisar e pensar sobre o tema da sexualidade, a partir de um viés, da construção cultural da mulher na sociedade brasileira atual para combater a Pornografia de Vingança.

Nesse sentido, em abril de 2021, o governo federal promulgou a lei 14.132/2021, que é uma tentativa para corrigir uma lacuna legal, que causava a inviabilização da punição do autor. Esta lei tipifica os crimes de perseguição, os chamados crimes de stalking, que ocorrem quando o criminoso começa a perseguir a pessoa de forma insistente, inclusive em ambientes digitais. E que pode ser utilizada para elucidar e esclarecer crimes relacionados a Pornografia de Vingança. O que representa um avanço importante no campo do Direito e da reparação às vítimas reais desses casos.

Este artigo científico bibliográfico não possui o objetivo de esgotar argumentações teóricas sobre a temática e sim de fomentar outros estudos, pesquisas e ensaios correlatos.

Portanto, torna-se imprescindível que a mulher brasileira possa ter acesso ao mercado de trabalho formal, que possa se especializar em diversas áreas, e que tenha uma vida

resguardada em seus direitos, para ser mais feliz e realizada, com mais autonomia social, intelectual, financeira, sem precisar se submeter a situações vexatórias e de subordinação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Código penal** (1940). 45. ed. São Paulo: Saraiva, OAB, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____; HEILBORN, M. L.; AQUINO, E., KNAUTH, D. **Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil**. La construction de l'enquête Gravad. In: CONDON, S.; ANDRO, A. (dir.). Questions de genre en démographie. Paris: INED / Dossiers et Recherches, n. 117, 2003.

BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito), UFSC, 2015.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal - parte especial** (arts. 121 ao 361) - 8.ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 108-135.

DWORKIN, Andrea. Against the Male Flood: Censorship, **Pornography and Equality**. In: CORNELL, Drucilla. **Feminism and Pornography**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1988.

GIBSON, Willian. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 15

HEILBORN, M. **Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, sup. 1, 1993.

_____. **Gênero, Sexualidade e Saúde**. In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.

_____; CARRARA, S. **Em cena os homens...** Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v. 6, sup. 2, 1998, p. 370-374.

LÉVY, Pierre. **Cibe cultura**. São Paulo: Ed.34, 2000.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MOCHO, Nathalia de Azevedo. **Crimes cibernéticos: pornografia de vingança** / Nathalia de Azevedo Mocho. – Niterói, 2016. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

MONTEIRO, Silvana Drummond. **O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito.** Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.3 junho/2007.

OLIVEIRA, H. **A Lei Maria Da Penha em combate ao ‘Pornô Vingança’** [online]. 12 Out 2015. necessidade de proteção à intimidade feminina. Fonte: Jurídico Correspondentes. Disponível em: <https://juridicocorrespondentes.com.br/adv/hayssaoliveira-adv/artigos/a-lei-maria-da-penha-em-combate-ao-porno-vinganca-necessidade-de-protecao-a-intimidade-feminina-1778>. Acesso em: 14 set. 2019.

SAFERNET. **Glossário de Direitos Humanos** [online]. 2008. Fonte: SaferNet. Disponível em: <http://www.safernet.org.br/site/prevencao/glossarios/direitoshumanos>. Acesso em: 14 set de 2019.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

PARKER, R. **Corpos, Prazeres e Paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991. 16

CAPÍTULO 7

EUROCENTRISMO E ALGUNS PENSAMENTOS FEMINISTAS INICIAIS

Jamile Guerra Fonseca, Licenciada em Sociologia. Professora Adjunta, UFRB

RESUMO

Refletir sobre algumas bases teóricas feministas e o conceito de eurocentrismo para compreender a existência, é debruçar-se também e especialmente, sobre estudos de gênero e suas reverberações. Neste contexto, buscamos um resgate de algumas epistemologias e de como o eurocentrismo atua de modo enfático na compreensão sobre a existência humana, sobretudo de mulheres. A busca nesse sentido, vai ao encontro de modos da compreensão sobre causas que são foco de feminismos, sendo esses aspectos em comum entre todas as mulheres e causas mais específicas e individuais, à exemplo de mulheres negras, que vivenciam disparidades de gênero, racismo e discriminações de classe social, percebidas constantemente embutidas no seu modo de viver, existir e resistir. Ao compreender, por exemplo, a racialização do conhecimento na perspectiva do eurocentrismo, entende-se a importância de se atentar às outras realidades, tais quais são e seus respectivos valores, sem permitir o toque de influência lançada a partir de visões deturpadas, de um suposto conhecimento, oriundos de um desejo maior, à saber, a monopolização do saber e do todo social. Pesquisas sobre gênero, visam a compreensão de processos de subordinação e opressão, no entanto, ainda sofre influências eurocêntricas e também por visões de mundo a partir da ótica americana. Todo esse contexto, estabelece e perpetua diversos modos de opressão, relacionados a gênero, raça-cor e classe, e que devem ser questionados e reavaliados pois atuam diante de fatores como identidade social, interesses gerais e relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: eurocentrismo, feminismos, Interseccionalidade

INTRODUÇÃO

Refletir sobre algumas bases teóricas feministas e sobre eurocentrismo para compreender a existência é debruçar-se sobre em camadas de conhecimento que nos permitem analisar, por exemplo, a perspectiva de gênero dentro de correntes feministas, enocentrismo e razões que perpetuam relações de poder hierárquicas e desiguais.

São diversas as influências nos modos de conhecimento, desde um passado remoto e se mantendo até os dias atuais, buscando aproximar-se da realidade social vigente e reformular conceitos; muitos dos quais já não duram muito como antigamente. É que tem se denominado como liquidez social.

Neste contexto, analisa-se o modo como o eurocentrismo atua de modo enfático na compreensão sobre a existência humana e acaba por influenciar por exemplo, correntes e epistemologias feministas, que à princípio surgiram como ressignificação de causas e motivos de luta social.

Reitera-se que as reflexões presentes nesse ensaio teórico, acontecem de modo cauteloso, respeitando os entendimentos diversos sobre permissões sobre conceitos e discussões tão atuais na sociedade brasileira. Ao afirmar alguns pensamentos feministas iniciais e o eurocentrismo, remete-se à ênfase sobre as lutas das mulheres contra a não subordinação de seus corpos e comportamentos bem como ao poder do homem, e tantas outras estruturas sociais.

A busca nesse sentido, vai ao encontro de modos da compreensão sobre causas em comum entre todas as mulheres e também pelas causas mais específicas e individuais, à exemplo de mulheres negras, que vivenciam disparidades de gênero, racismos e discriminações de classe social, percebidas constantemente estando embutidas em seu modo de viver, existir e resistir, cotidiano.

ENSAIO TEÓRICO: RELAÇÕES DE PODER, EUROCENTRISMOS, DESIGUALDADES, FEMINISMOS

Oyewùmí (2004) nos resgata que a expansão da Europa e a hegemonia cultural euro-americana influencia na produção de conhecimento e por consequência na escrita da história humana, uma vez que abarcam razões sociais, comportamentos humanos, preconceitos, estigmas, neuroses, dentre outros objetos comuns em toda a sociedade.

Pode-se, portanto, atribuir a este eurocentrismo, um momento de racialização do modo de conhecer, pois neste caso a Europa ocupa, o papel central no campo das representações sociais do conhecimento, e assim nativos desse local são considerados e fantasiados como detentores supremos e absolutos do poder.

Samir Amin (1994) conceitua o eurocentrismo como a crença geral de que o modo como se desenvolveu a Europa e suas vertentes é um fato que deve ser seguido por todas as outras sociedades e nações, constituindo-se, portanto em uma ideologia ou paradigma baseado no modelo de superioridade sobre os demais povos.

Ao compreender a racialização do conhecimento pesquisando sobre o eurocentrismo, entende-se a importância de se atentar às outras realidades sem nos deixar influenciar por visões

deturpadas do conhecimento oriundos de locais que tem como desejo a monopolização do saber e a influência direta em outros povos.

As pesquisas de gênero, utilizadas amplamente para compreender processos de subordinação e opressão de mulheres em todo o mundo, tem sido fortemente influenciadas pela Europa e ainda por experiências americanas, ao qual devem ser questionados fatores como identidade social, interesses e preocupações reais das origens de cada um desses conhecimentos, e que se faz relevante sobretudo, entender que gênero é uma construção sociocultural e portanto será constructo a partir da realidade social e cultural de determinado local (OYĚWÙMÍ, 2004).

Logo, percebe-se que as realidades das mulheres europeias diferem das mulheres americanas, que por sua vez diferem das mulheres, que diferem das mulheres brasileiras e assim por diante. O eurocentrismo é um modelo de sucesso, fracassado. O mundo deseja adotar seus padrões como absolutos, no entanto, a realidade de cada local, expõe na pele e na carne vive que mulheres, feminismos, gênero e modos de existência se diferem e a cultura de cada local, bem como razões de outros âmbitos, interferem diretamente nessa conjuntura.

Não se pode impor conceitos, sobretudo sem conhecer as realidades vivenciadas nos mais diversos contextos. Desse modo, entende-se que a Europa e o Eurocentrismo tentam monopolizar, à todo custo, diversos campos da vida “terrena” e ainda, o saber, atuando de modo a deteriorar ou deturpar o conceito de gênero, de como na verdade tem que ser e precisa ser.

Assim, toda essa confusão etnocêntrica, acaba trazer à tona visões distorcidas sobre pessoas e contextos díspares, criando, estabelecendo e perpetuando o que conhecemos como rótulos, estereótipos e paradigmas.

Esta contextualização proporciona o entendimento sobre conceitos, à exemplo daquele que se refere a gênero, dentro da perspectiva do eurocentrismo, e que se expressa influenciado por questões da massa branca europeia e americana que o formulou e que não atendem, as necessidades de reflexão, discussão e ações de intervenção sobre demandas como, raça, cor e discriminações, diferenças e desigualdades sociais, condição social e rotulações, gênero e estereótipos, ou seja, outras formas de opressão que estão embutidas em gênero, que inclusive foram a pirâmide de análise interseccional.

Entende-se ainda, que nas entrelinhas das perspectivas conceituais eurocêntricas ou americanizadas, estão embutidos interesses, visões de mundo e relações de poder, modos de ser e estar dominantes em busca de dominadas, os.

Outro ponto destacado por Oyewù mí (2004) é de que o feminismo europeu não consegue extrapolar os limites consagrados da família nuclear, sendo esta questão de gênero enraizada e decodificada dentro da família. As filhas e os filhos ainda percebem suas mães como esposas dos seus respectivos pais, donas do lar e responsáveis pela família e também da procriação, ainda considerando como o ato de amamentar um dos papéis, no campo dos deveres, atribuídos a mulher dentro da relação familiar.

A familiar nuclear europeia é distante da família africana e também da família brasileira, que se relaciona em algumas comunidades por aspectos geracionais, entidades de respeitos espirituais dentre outros aspectos que não generificam as relações familiares e além de tudo se tornam mais flexíveis e fluidas.

Na Nigéria, especificamente na sociedade Iorubá, a hierarquia dentro da família ocorre não por questões relacionadas ao gênero, mas pela idade relativa que cada integrante possui dentro do conjunto, não sendo assim generificada, sendo esta divisão, dinâmica e fluida (OYEWÙMÍ,2004).

Nas relações conjugais, a diferenciação ocorre especificando mulheres que entram em determinada família e no círculo social em geral, com diferenciações baseadas em nomes especiais, atribuídos às devotas de orixás, tornando os relacionamentos entre as pessoas situacionais, contextuais, fluidos (OYEWÙMÍ,2004).

Entende-se assim que o feminismo europeu é destoante da realidade da África e também do Brasil, e entender esta realidade com base em epistemologias europeias gera distorções.

Há, uma real necessidade de uma análise que requeira sensibilidade no olhar, que deve ser integral a pessoa humana, individual e complexa, e sobre a mulher em um aspecto mais profundo.

Inserida dentro da sua realidade, cada mulher única em si e por si, está dentro de uma conjectura que compõe suas vivências, lições, hábitos, aprendizados, costumes, credices, práticas, rituais e maneiras de viver. Enxergar toda essa narrativa, essas diferenças sem causas nenhum modo de opressão ou discriminação, também é um dos grandes desafios na perspectiva feminista e de feminismos brancos, negros, lgbtqi+, trans e todas as maneiras fluidas de ser.

A América deu continuidade e legitimidade às relações de dominação da Europa, que se estabeleceu depois da mesma, e assim deu-se seguimento à colonização do conhecimento.

As metas, portanto, são lutar contra a colonização desse saber e para tanto se utiliza do poder de interpretação de teorias feministas que podem auxiliar neste processo (COSTA, 2013).

À saber, a dominação não veio só no sentido do conhecimento geral, mas também e especialmente, sobre os saberes específicos, sobre corpos, falas, linguagens, folclore, culinária e de todo o resto que não seria o resto, mas o prato principal da mesa. Além disso, foram formuladas teorias das mais diversas, cujo interesse principal, seria mistificar tudo o que não estivesse no padrão da classe dominante.

Ressalta-se ainda que, esse processo tenta retirar por meio de deturpações do que deve ser padronizado e tradicional, a identidade de pessoas. Segundo Marçal, (2015) a identidade é composta de diferenças que cada pessoa traz em si e para si, no entanto essa mesma diferença que faz parte de cada um, também pode causar uma relação de desigualdade.

Entende-se desse modo que, o respeito às diferenças, ou seja, a igualdade, é algo que parece ter desaparecido quando se trata de teorias eurocêntricas. Logicamente que se pensamentos feministas ainda aderem a determinadas concepções, outrora atuais, ora ultrapassadas, perpetuam sistemas de opressão. Em outras palavras, o feminismo europeu, não atende e nunca atendeu a demanda de mulheres negras e demais orientações de gênero de cada mulher.

Assim, tentando diminuir, inferiorizar, constranger, coagir e até mesmo tirar a vida, uma relação hierárquica de poder foi constituída entre povos e povos e que demonizou, por exemplo, religiões de matriz-africana, fez a negra virar a tal da mulata, hipersexualizada por olhos de homens violentadores de corpos e de almas, a doméstica, forte e de senzala e que jamais, em suas mentes doentias, aceitariam que essa mesma mulher seja agora deputada, presidente ou professora.

Precisamos dizer que a visão europeia fincou sua estaca em correntes feministas e hoje, o que se vive para tentar elucidar tem causado tensões inclusive entre mulheres que poderiam se unir para melhor fazer entender toda essa situação. Em outras palavras, acredita-se em pensamento contínuo, que mulheres brasileiras nunca poderiam ser consideradas brancas, e sim frutos de uma mestiçagem e ainda, sendo a maioria mulheres negras.

Brasileiras, latino americanas, negras, africanas estão diante um embate forte. Logicamente que, mulheres pardas sofrem menos ou até não sofrem todas as opressões das mulheres negras. Mas a mensagem é a de que, o eurocentrismo dominou mentes, povos,

conhecimentos e paradigmas. E esse é o fato causal que deve ser nosso foco e motivo de luta para as mulheres que não se enquadram na perspectiva europeia.

Ademais, não se afirma que o feminismo europeu seja ruim, tampouco desqualificá-lo. No entanto, não poderá jamais atender a necessidades de outras mulheres que não vivem a mesma realidade de locais desenvolvidos, ricos e bem destoantes do quadro em preto e branco que se vive fora dessa nação.

Teorias feministas e práticas sociais, precisam se adequar as realidades e contextos de cada mulher, não acirrando uma guerra interna, mas sobretudo unificando forças, causas e razões para enxergar as diferenças e lutar por uma igualdade que é, portanto, o conceito de respeito à diferença e às diversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos de gênero, africanos, têm importantes desafios e valiosas contribuições no campo da ciência e sobretudo do pensamento feminista, uma vez que, ao adentrar em aspectos não abordados na visão eurocêntrica, conseguem contemplar mulheres afrodescendentes e brasileiras, frutos da mestiçagem que somos parte.

Há de haver, um movimento maior, que busca a libertação das relações e abusos de poder em relações de gênero, raça, cor e classe e ainda, de todos os estereótipos, rotulações e discriminações advindas de teorias caóticas que remetem superioridade a um povo a partir de diferenças, que compõe apenas suas respectivas identidades.

Não se sabe, portanto, um saber que seja superior a nenhum outro, e ainda que deva ser modelo a ser vestido por outras nações. O desafio surge justamente do processo de romper com estruturas antigas e dar maior visibilidade a outras questões que precisam estar associadas ao conceito de interseccionalidade, real e necessário.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. Lisboa: Dinossauro, 1994.

COSTA, Cláudia de **Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber.**, 2013. Disponível e:<http://www.buala.org/pt/a-ler/feminismo-e-traducao-cultural-sobre-a-colonialidadedo-genero-e-a-descolonizacao-do-saber>

MARÇAL, José Antonio; LIMA, Silvia maria Amorim Lima. **Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Editora Intersaberes, 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de:

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes

CAPÍTULO 8

“*MADANM MACHANN MANJE*”: QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Professora, UNIOESTE – Paraná

RESUMO

O presente resumo faz parte do tema de minha tese de doutorado da qual busquei contextualizar as experiências da imigração haitiana para o Brasil, com o recorte espaço/temporal da região Oeste do Paraná, entre os anos de 2010 e 2020. As principais fontes dessa pesquisa foram entrevistas com trabalhadores (as) imigrantes. Desde quando comecei a entrevista-los (as), pude perceber através dos relatos a importância que as “*madanm machann manje*”, (na tradução para o português essa nomenclatura significaria cozinheiras, porém, correspondem a uma profissão existente especificamente no Haiti) do qual buscarei detalhar no artigo. O que pude perceber através das entrevistas é que há uma busca constante entre os homens de inferiorizar a participação da mulher haitiana. Porém, quando narram suas experiências no Haiti, essas cozinheiras ocupam um papel significativo em suas trajetórias, como por exemplo a construção de uma greve em uma zona franca no Haiti que significou a conquista de diversos direitos para os trabalhadores. Portanto, buscarei com esse artigo apresentar trajetórias das mulheres haitianas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Haitianas. Madanm Machann Manje. Narrativas Orais.

INTRODUÇÃO

O presente texto compõe parte de minha tese de doutorado na qual investiguei as relações da imigração haitiana para o Brasil. Iniciei a pesquisa em 2016, da qual através de entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras pude contextualizar o processo que vivenciavam no Haiti; o trajeto da viagem da imigração, suas dificuldades, anseios e lutas e por fim, ao Brasil até a cidade de Cascavel, localizada na região Oeste do Paraná, que segundo dados da Polícia Federal (2020) possuía mais de quatro mil imigrantes até o ano de 2020.

No entanto, quando iniciei a pesquisa não havia entendido a necessidade de distinção dos homens e mulheres no processo da imigração. Obviamente há experiências comuns entre esses trabalhadores, porém, desde as primeiras entrevistas com as mulheres pude constatar que havia situações que eram comuns a elas e que nunca eram mencionadas pelos homens.

Quando os homens imigrantes se referiam as mulheres, constantemente inferiorizavam sua presença, ainda que estivessem dependendo economicamente do salário de suas esposas.

Através das narrativas, ficava evidente até mesmo naquelas entrevistas em que havia o machismo escancarado, negando a importância do papel da mulher na sociedade haitiana. Em contrapartida, a contradição era evidenciada quando percebia que havia sempre as mulheres no processo de luta e conquistas.

O HAITI

A primeira memória que nos toca ao mencionarmos a palavra “Haiti” refere-se ao terremoto de 2010, que foi considerado um dos piores da história deste país. No entanto, quando nos dedicamos a estudar a História deste país, é possível mencionar que além dos estragos vastos ocasionados por esse fator natural, há diversos outros que são constantes e que advêm da própria história do povo haitiano.

É como se todos os anos o Haiti sofresse com terremotos diferentes. Por isso, há uma tendência em naturalizar a imigração de modo que sua primeira e principal justificativa relaciona-se imediatamente ao terremoto. Porém, através das narrativas e de obras tais como a de SEGUY (2014), CALEGARI (2014), foram fundamentais para compreender como é a vida no Haiti, quais são as dificuldades que até mesmo antes do terremoto a realidade enfrentada já era motivo para a imigração haitiana.

Das dificuldades evidenciadas, Seguy retrata que:

Seria interessante pesquisar mais profundamente as relações de trabalho nas empresas haitianas. Sabe-se, pois, que em vários momentos, operários e operárias costumam denunciar o fato de que são obrigados a trabalhar em espaços inadequados, sem banheiro, sem água potável.. sem esquecer-se das jornadas de trabalho que, muitas vezes, podem chegar até 12 horas sem que as horas extra sejam pagas. (SEGUY, 2014, p. 48).

Além das péssimas condições no ambiente de trabalho, há diversos outros fatores tais como, as dificuldades em lidar com a falta de perspectiva no que se refere a saúde, de modo que cerca de 40% dos haitianos recorrem a métodos de saúde tradicional, ou como denominamos no Brasil, alternativos (CALEGARI, 2014). A falta de energia elétrica principalmente nos bairros pobres, dificultando inclusive o acesso das crianças e adolescentes que acabam desistindo de estudar porque além das dificuldades econômicas que impossibilitam de arcar com os custos da escola, não conseguem realizar as tarefas pela inexistência de energia elétrica.

Enfim, inúmeras são as dificuldades encontradas que fizeram e ainda fazem com que os haitianos e haitianas entendam como um fator determinante em suas vidas, a imigração. Destaco acima algumas das poucas dificuldades que é para evidenciar que um processo tão árduo não

recebe apenas um ou dois motivos. É resultado de longas trajetórias de dificuldades, sofrimentos e perdas.

AS MULHERES

Daniela²¹ é uma mulher forte, e essa atribuição não diz respeito ao seu semblante firme e personalidade ativa. Daniela é forte porque sua trajetória foi composta de momentos em que são difíceis para um ser humano aceitar e tocar a vida adiante. Em 2013, ela mudou-se com seu esposo para Santa Catarina. Casaram-se no Haiti para celebrar esse momento com toda a família, mas, dois meses depois, já estavam na cidade de Chapecó. Hoje, com 57 anos, não tem mais seu companheiro e relata que,

Foi muito difícil, ele morreu. Ficou mais de uma semana indo no posto de saúde pra ser tratado mas o médico nem olhava pra nós. Na verdade a moça que trabalha na portaria nem deixava a gente ser atendido. Depois de uma semana tentando, ele morreu. E ainda disseram que morreu de gripe forte. Mas eu não sou boba, sei que não foi isso, foi algo mais sério. A gente veio do Haiti, já passou tanta coisa lá, ele não ia morrer de gripe! (DANIELA, 2017, p.5)

Foi por isso que Daniela quando se sentiu desolada sem seu companheiro mudou-se para Cascavel em busca de melhores condições de trabalho e em um lugar onde fosse menos frio, já que sofria com esse fator de adaptação. A vida de Daniela seguiu, mas o que ficou nítido em suas expressões foi o fato de que perder seu companheiro a entristece, mas ser tratado sem o mínimo de dignidade, sem fornecer condições de exames para saber verdadeiramente o que ocasionou sua morte, é o que marca profundo ressentimento.

Daniela não transparece essa perda tão significativa que aconteceu em 2016. Ela é sorridente, enquanto a entrevistava, cozinhava e brincava o tempo inteiro. Quando a perguntei sobre o que fazia no Haiti, foi que me dei conta de um tema em que não havia aparecido ainda em nenhuma outra entrevista e que originou o conteúdo principal deste artigo.

Eu era “*madanm machann manje*” (risos) vou te explicar o que é porque vocês aqui não sabem né? (...) Eu era como se fosse, uma feirante! Sabe essas mulheres que cozinham na feira? Era isso! Mas, lá no Haiti era ainda mais importante esse trabalho. Sem a gente ninguém comia! E isso é sério! (risos) (DANIELA, 2017, p.7)

Ainda sobre a tentativa de traduzir esse termo, Calegari escreve que,

O termo “*madanm machann manje*” é de difícil tradução para o português. Se fôssemos traduzir ao pé da letra teríamos algo próximo a “mulher comerciante de comida”. Optamos aqui por utilizar o termo “cozinheira” pois entendemos que é o que mais se aproximaria, apesar de perder parte importante do significado de “*madanm machann manje*”, que dá dimensão do aspecto comercial do trabalho das cozinheiras, para além do preparo das refeições. A palavra “*medanm*” se trata do plural de “*madanm*”. (CALEGARI, 2014, p.100)

²¹ Todos os nomes que utilizarei neste texto são fictícios para preservar a imagem da trabalhadora e trabalhador entrevistados. No entanto, os nomes escolhidos se trata de nomes comuns para os haitianas e haitianos.

Utilizo-me da explicação de Calegari porque ser uma “*madanm machann manje*” carrega uma explicação bastante significativa e por isso tão complexa de ser transmitida. Essas mulheres trabalham normalmente ao redor das zonas francas no Haiti. As indústrias não fornecem alimentação, embora segundo Daniela “prometiam quando vieram que iam dar comida pra quem trabalhasse lá”. Sendo assim, a maioria dessas mulheres são senhoras acima dos cinquenta anos que levam consigo suas filhas ou sobrinhas mais novas para ajuda-las, mas que se encarregam de fornecer a alimentação diária para os trabalhadores das indústrias.

O papel que executam na sociedade haitiana é extremamente importante. Em 2012 quando o autor mencionado acima fazia seu trabalho de campo no Haiti, pôde acompanhar uma greve em que as “*madanm machann manje*”, obtiveram um papel central.

A CODEVI que é a fábrica situada na cidade de Cité de Soleil não pagava seus funcionários, e justamente esses trabalhadores eram os clientes dessas mulheres.

Segundo Daniela,

Muitos deixavam pra pagar a gente no final da semana que recebiam. Só que a CODEVI estava enrolando os coitados! E a gente também precisava de dinheiro né? porque trabalhava lá, mas precisava levar dinheiro pra casa... até pra comprar as próprias comidas que fazia pra eles. Ficamos indignadas que não recebiam e assim não tinham como pagar a gente. E sabe... no Haiti a gente é um povo muito responsável, se não pagava é porque não tinha mesmo. Então, eu e outras “*madanm machann manje*” fomos lá ajudar resolver esse estrago! (risos) (DANIELA, 2017, p.11)

Juntamente com outras trabalhadoras em que a alimentação que forneciam servia de sustento, se organizaram e foram reivindicar com a própria empresa o pagamento dos funcionários. Em uma tentativa perdida, a empresa tentou colocar Daniela e as demais trabalhadoras contra os funcionários da indústria, justificando que haviam dado os salários e que estes haviam decidido não as pagar. O que mais me surpreendeu em toda essa história, foi justamente o que vem a seguir.

Ficamos indignadas! Onde já se viu? Tentar mentir pra nós? Nos indignamos e obrigamos os trabalhadores que queriam voltar da greve pra ficar lá fora, senão quando voltassem iam morrer de fome! Era nós que sustentava aquela maldita empresa! A gente sabia disso! E depois que falamos isso pra eles, ninguém voltou a trabalhar, só depois que a empresa pagou! (DANIELA, 2017, p.11)

É bastante interessante lidar com a narrativa de Daniela visto que ela rompe com paradigmas dentro da própria sociedade haitiana. Quem lida com a pesquisa em imigração haitiana, acaba compreendendo que há relações que precisam ser interpostas até conseguirmos entrevistar as mulheres. E mesmo durante esse processo, é difícil conversar a sós, sem que tenha um “responsável” masculino por perto. Mas, Daniela é um caso a parte. Ela é viúva, e o fato de

que precisou se tornar independente após a morte do marido, a fornece a concessão de que ela pode responder por si mesma.

A consciência que exprime na narrativa acima é de uma sensibilidade interessantíssima, afinal, ela sabe exatamente o papel que ocupa no campo de forças. Tanto os trabalhadores, que executam às vezes até doze horas diárias de trabalho que não podem ficar sem comer, quanto à empresa, que não fornece alimentação e que por isso torna-se dependente do trabalho em que as “*madanm machann manje*” executam/executavam. Resumidamente, sem as “*madanm machann manje*” não havia condições de o trabalho continuar. Daniela tem plena noção disso ao contar sua história.

Outro elemento significativo é o fato de que Daniela sabia ao lado de quem deveria estar. Mesmo a empresa objetivando condenar os trabalhadores, Daniela e as demais trabalhadoras seguiram firmes em ajudar na movimentação da greve, mesmo isso significando dias sem receber. Mais uma vez, é possível de comprovar que as mulheres haitianas não devem ser vistas como inferiores, ou até mesmo ocupar menos papel de destaque nas pesquisas sobre imigração.

É possível considerarmos que o grande pilar que sustentou a greve, foram essas trabalhadoras. Pesquisando as relações de trabalho no Haiti, é comum a disputa exacerbada no que se diz a respeito dos postos de trabalho fabris, mesmo sendo precários e extenuantes. Por isso, mesmo aqueles trabalhadores que não haviam recebido, tinham medo de deixar de trabalhar. Principalmente nesses casos é que as “*madanm machann manje*” foram ainda mais importantes.

Entrevistei um jovem trabalhador de vinte e um anos chamado Mike, e ele afirmou que,

Trabalhei na CODEVI, era ruim demais, como posso te dizer... tipo trabalho escravo sabe? Pouco antes de virem pra cidade (Cité de Soleil), entregavam papéis dizendo que ia ser uma coisa nova no Haiti, que iam dar alimentação, transporte, salário muito melhor que as outras empresas. Mal chegou e a gente viu que era tudo mentira, por isso que tem sempre muita gente se manifestando lá contra esse tipo de empresa. As “*madanm machann manje*”, elas ajudava muito nós né? Como posso te dizer, elas eram a nossa força. (MIKE, 2018, p.7)

O trabalho das “*madanm machann manje*” é exclusivamente feminino. Até podem ter em suas bancas um filho, um marido que auxilie na entrega das marmitas, mas o trabalho executado é das mulheres. Poderíamos pensar que é secundário, já que novamente as mulheres são vistas como proporcionadoras da alimentação. No entanto, no caso dessas trabalhadoras, o significado que alcançam até mesmo em narrativas como as de Mike, supera esse entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este artigo, gostaria de salientar que ainda há muito que se pesquisar sobre as trabalhadoras haitianas e que cada entrevista possibilita inúmeros recortes, diversas temáticas e exigem muita análise. Mesmo não sendo o objetivo principal de minha pesquisa a temática de gênero, achei significativo apresentar que, em uma sociedade que é tida com traços fortes do machismo, as mulheres se reinventam mediante as circunstâncias.

O trabalho das “*madanm machann manje*” surgiu principalmente da necessidade em que essas mulheres viam suas famílias passar com a junção daquilo que sabiam fazer. Obviamente sabem fazer outras coisas, mas no Haiti a educação é restrita a poucas pessoas, e grande parte do trabalho fabril exige que pelo menos saibam escrever o básico como o nome e demais informações pessoais. Então, as “*madanm machann manje*” criaram esse espaço que mesmo sendo fora da fábrica, ocupam um lugar em que construíram e que se tornou extremamente relevante, isso nos serve para compreendermos que mediante as experiências vividas, as pessoas criam condições e novos caminhos. Por isso, é de extrema relevância considerarmos o ofício dessas mulheres e da força que ocupam nas relações de trabalho do Haiti.

REFERÊNCIAS ENTREVISTAS

DANIELA. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História.** Por Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. Casa de Daniela em Cascavel/PR: 04 de junho de 2017, duração: 1h. 19 min. 22 seg.

MIKE. **Entrevista concedida para a elaboração de tese de doutorado em História.** Por Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. Casa de Mike em Cascavel/PR: 23 de junho de 2018, duração: 1h. 34 min. 18 seg.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALEGARI, Jorge O. **Codemò: escravos sem grilhões:** vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe. Campinas-SP, 2014. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

COGGIOLA, Osvaldo: Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O olho da História.** Salvador. v.2, n.14, pp.7, junho de 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Vou dizer agora entrevistando o movimento. **História & Perspectivas.** Uberlândia v.36, n.37 pp. 9-31, jan.dez.2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas-SP, 2014. 399 p. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

CAPÍTULO 9

O PRECONCEITO HOMOFÓBICO E DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Lidiane Gomes dos Santos Felisberto, Doutora em Educação, PUC-PR
Natália Fátima Sacon, Pedagogia, Centro Universitário Unifacear
Nathielle Cecília Fernandes, Pedagogia, Centro Universitário Unifacear

RESUMO

Este capítulo apresenta uma pesquisa qualitativa realizada em um Colégio público do Estado do Paraná. Com base nos dados coletados, propõe-se uma reflexão acerca de como os educadores intervêm em situações que envolvem o preconceito homofóbico e como isso reflete no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. O estudo, partindo do objetivo de compreender de que forma diretores, pedagogos e professores lidam com o preconceito homofóbico e de gênero no ambiente escolar, buscou descrever quais as ações da equipe gestora (direção e equipe pedagógica) para minimizar o preconceito e as experiências vivenciadas pelos professores em sala de aula e suas atitudes diante das mesmas. A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Professor Anderson Rangel, em Fazenda Rio Grande/PR. Para a coleta de dados, foram aplicados questionários aos profissionais que atuam na gestão pedagógica e aos professores da instituição. Os dados coletados indicaram que o Colégio promove ações de combate ao preconceito e preconiza o diálogo para resolver as situações. No entanto, notou-se que os alunos homossexuais sofrem preconceitos no interior do Colégio e que isso é prejudicial ao seu processo de aprendizagem. O estudo conclui que há a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o tema em formações de professores, seja ela inicial ou continuada, para que estes saibam como lidar com atitudes preconceituosas e sintam-se seguros na abordagem do assunto com os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de gênero; Homofobia; Preconceito; Ambiente Escolar.

INTRODUÇÃO

A escola se caracteriza como um espaço livre e que deve oportunizar a discussão de questões sociais que possibilitam o desenvolvimento do pensamento crítico. Para que isso ocorra faz-se necessário que o professor junto à escola traga informações para a contribuição deste processo, para que o aluno possa adquirir mais conhecimentos.

Sabemos que a questão de gênero tem ligação com os valores, desejos e comportamentos, neste sentido a escola é primordial para desvendar estas diferenças, além de ser considerado um grande instrumento na construção dos valores sociais e atitudes dos alunos, isso faz com que os alunos tenham um olhar mais crítico das situações e possam refletir mais

sobre as identidades de gêneros. Trazer para a escola diversos métodos e projetos que aproximem os alunos da realidade em que vivem ajuda a combater a discriminação e, principalmente, a garantir ao aluno homossexual que possa se sentir acolhido por todos na escola, independentemente de sua sexualidade.

Entendendo que os profissionais que fazem parte da organização escolar são responsáveis por incentivar e zelar pelo clima de respeito e igualdade dentro da unidade de ensino, a pesquisa partiu da seguinte questão problematizadora: Como diretores, pedagogos e professores lidam com o preconceito homofóbico e de gênero no âmbito escolar?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender de que forma diretores, pedagogos e professores lidam com o preconceito homofóbico e de gênero no âmbito escolar. Os objetivos específicos foram: a) descrever as ações que a equipe gestora realiza na escola para minimizar o preconceito; b) descrever quais experiências os professores já presenciaram em sala de aula, identificando como essas situações podem interferir no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa sobre identidade de gênero na escola trata-se de uma questão atual e relevante às práticas educativas para que promovam uma educação livre de atitudes e pensamentos que sejam preconceituosos na escola.

A DIVERSIDADE SEXUAL E SEUS DIREITOS

A elaboração dos Princípios de Yogyakarta trata-se de um documento sobre direitos humanos nas áreas de orientação sexual e identidade de gênero, publicado como resultado de uma reunião internacional de grupos de direitos humanos em Yogyakarta, Indonésia, em novembro de 2006. O referido documento foi encaminhado às Nações Unidas e define a orientação sexual como a capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gêneros diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (*apud* CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006).

Identidade de gênero se refere à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgica ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006).

A partir do momento em que esse documento foi elaborado, pode-se afirmar que o modelo heterossexista²² foi posto à prova, mas também pôde ser explicitada a força que esse modelo tem. Afinal, quando se faz necessário um documento que afirma o direito, o documento revela que esse direito tem sido negado, ou seja, declarar direitos é reconhecer que não é claro a todos os homens e mulheres que eles possuem tais direitos (CHAUÍ, 1989).

Assim, podemos considerar que se revelou que esses direitos não são algo óbvio na sociedade, e delimita apenas a heterossexualidade como exclusiva do desejo sexual (orientação sexual) e autocompreensão do sujeito (identidade de gênero).

Ao longo da história da sociedade, disputas e debates foram realizados visando garantir direitos para a cidadania, e cabe dentre esses debates definirem o que é ou não direito sexual. Esses direitos devem informar aos educadores e educandos, visando a preparação de como lidar com a diversidade sexual.

O Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas, em relatório apresentado em 2015, estabeleceu as seguintes obrigações internacionais dos países, em matéria de orientação sexual e identidade de gênero:

1. Proteger LGBT contra todas as formas de violência;
2. Prevenir a tortura e os maus tratos contra LGBT;
3. Descriminalizar a homossexualidade e de repudiar leis que punam de alguma forma a homossexualidade ou identidades de gênero;
4. Proteger as pessoas contra a discriminação motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero;
5. Proteger as liberdades de expressão, associação e reunião de LGBT e assegurar sua participação efetiva na condução dos assuntos públicos.

Os discursos que promovem a humilhação, a exclusão e a violência contra população LGBT opõem-se aos direitos de cidadania, pois impedem que alguns desfrutem desses direitos. Essa constatação denuncia a concepção de cidadania como privilégio de alguns em detrimento de outros e a existência do preconceito na comunidade democrática. Essa forma de exclusão permanece, muitas vezes, invisível nas hierarquizações do preconceito social (PRADO; MACHADO, 2008).

Seguindo esse pensamento, analisamos que se a sociedade se estruturou baseada no que lhe foi apresentado através de crenças morais, discursos religiosos, científicos, entre outros, então programar leis, conversar sobre o assunto, se tornou um tabu. Aquilo que possa ser visto como fora do padrão, acaba se tornando alvo de piadas, comentários maldosos, e inclusive,

²² Heterossexista é um termo relativamente recente e que designa um pensamento segundo o qual todas as pessoas são heterossexuais até provar o contrário.

gerar conflitos emocionais e, em casos mais severos, agressões físicas, como se fosse uma maneira de querer consertar aquilo que não é necessário.

No Brasil, no ano de 2004, o Governo Federal através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), no espaço do Programa Direitos Humanos, Direitos de todos, propôs o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), cujo objetivo era de “promover a cidadania LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

O programa se dividiu em 11 fundamentos voltados para o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam no incentivo a cidadania LGBT.

Os 11 fundamentos são compostos por atos voltados a: I - Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; II - Legislação e Justiça; III -Cooperação Internacional; IV - Direito à Segurança; V - Direito à educação; VI - Direito à saúde; VII - Direito ao trabalho; VIII - Direito à cultura; IX - Política para Juventude; X - Política para mulheres; XI - Política contra o racismo e homofobia.

As políticas públicas são importantes instrumentos para garantir o bem-estar, visando trazer melhorias e qualidade de vida para as pessoas, gerando uma mudança social. Dessa maneira, reduz o preconceito.

A ESCOLA E O PRECONCEITO

Iniciaremos essa discussão com o pensamento de Brandão em relação à educação, na qual destaca que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação [...] (BRANDÃO, 1985, p. 7. grifos nossos).

Seguindo esse pensamento, podemos afirmar que a educação não se baseia somente ao momento que o indivíduo se insere na escola formal, mas que esse processo tem início na comunidade, em casa ou na igreja. Afinal, por meio da coexistência, os sujeitos podem aprender costumes, valores, crescimento, normas de comportamento e outros componentes da cultura.

Brandão ainda inclui nessa discussão que:

[...] Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO 1985, p. 4)

Tendo em vista a importância do meio social no processo educacional, podemos dizer que algumas experiências vividas podem-se tornar meios de desenvolver a assimilação, produzir ideias, e instigar a curiosidade e a criatividade, e com essa base receber todo o aprendizado e aperfeiçoamento fornecido pela escola.

Saldanha e Noronha (2007) ressaltam ainda que é necessário a cada momento o aluno ser motivado e levado a pensar, analisar, refletir, criar, sintetizar, classificar, estabelecer relações entre os conhecimentos aprendidos, argumentar, avaliar, justificar e ter um posicionamento crítico diante a realidade que o cerca, a fim de possibilitar a problematização de sua realidade em consonância com as demais. Assim como também deve formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes dos seus deveres e direitos e que sejam capazes de compreender a realidade a qual vivem que estejam ainda preparados para participar da vida social, econômica e política do país e assim poder contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária (SALDANHA, NORONHA, 2007).

Desse modo, compreendemos que o ambiente escolar é constituído por diversos seres, com pensamentos, ações, interações, comportamentos e, que ensinam e aprendem de maneiras diferentes, e são detalhes que se encaixam perfeitamente no contexto da diversidade. Como assinala Silveira: “A diversidade está inscrita no cotidiano escolar, nos seus vários sujeitos professores/ as, alunos/as, /as, pais e mães: brancos/as e negros/ as, meninos e meninas, jovens de ambos os sexos, hetero e homossexuais [...]” (2014, p. 201). Nessa perspectiva, Dinis (2008) relata que temas relacionados à diversidade sexual e de gênero tem sido constante na mídia, como novelas, cinemas, revistas, sendo, portanto, de responsabilidade escolar o debate de tal temática.

Considerando que a diversidade está por toda a parte, o espaço escolar deve disponibilizar debates acerca da homofobia para que essa realidade seja extinta do âmbito escolar. Também precisa investir na conscientização dos alunos, transformando-os em indivíduos que consigam encarar o meio social, respeitando as diferenças. Junqueira (2003) em seu texto “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas”, ao complexificar sobre a homofobia afirma que:

[...] o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem

como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais (JUNQUEIRA, 2003, p. 04).

No momento, essa visão da homossexualidade ainda existe, ou seja, doença, raiva, falta de coerência e insuficiente, simplesmente por não se encaixar no padrão da heteronormatividade, ainda se faz presente na sociedade.

Infelizmente, a homofobia circula pelos corredores e salas de aula, está na falta da aparição, por exemplo, de pessoas do grupo LGBT em livros didáticos, aparece escancarada nos recreios e nos banheiros. Temos de ficar atentos para os processos que tecem as submissões e posições entre sujeitos que admitem e excluem indivíduos e grupos sociais.

TEMAS TRANSVERSAIS

A importância de abordar temas relacionados à diversidade sexual em seus diversos parâmetros se dá através da reflexão de que a escola se compõe através de sujeitos que estão se preparando para o convívio social, abrange o conhecimento e, através do mesmo, estimular o respeito.

A diversidade sexual pode ser trabalhada em sala de aula a partir dos temas transversais e o mais interessante, é que eles não precisam se restringir especificamente a uma disciplina, mas pode ser incluído em todo o currículo escolar.

Os temas transversais foram explicitados pela primeira vez em 1997 nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os quais orientaram a construção dos currículos das escolas brasileiras. De acordo com o próprio documento,

Por sua natureza aberta, [os Parâmetros Curriculares Nacionais] configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo (BRASIL, 1997, p.13).

Nesse material encontram-se orientações que auxiliam o professor no momento em que decide abordar temas referentes à ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual ou temas locais.

O objetivo dos temas transversais, na execução do trabalho pedagógico, é compartilhar seu esforço diário de fazer com que os alunos dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade.

Para trabalhar assuntos relacionados ao preconceito em relação à orientação sexual, os professores possuem como material de apoio, o volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que trazem como tema transversal a orientação sexual (BRASIL, 1997). Nesse documento se propõe três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

É necessário que os alunos exponham seus pensamentos diante dessa realidade e, principalmente que apresente a principal importância, que não é somente conhecer e aceitar, mas aprender a conviver com a diferença do outro sem ações de superioridade simplesmente por um fator sexual.

Na visão de Britzman, é justamente esse o desafio que deve ser enfrentado pelos/as próprios/as educadores/as. Ou seja:

[...] antes de educar sobre a sexualidade, talvez as/os próprias/os educadoras/ es tenham que ser educadas/os: Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/ os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universal da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade. (BRTZMAN, 1996, p. 92)

Tratar de um tema tão extenso e complexo é necessário que haja preparo do educador, pois a forma como ele traz esse tema para a aula pode auxiliar no processo do combate ao preconceito ou pode até comprometer-se com suas próprias palavras. Portanto é importante que o tema seja tratado com base em experiências vivenciadas e se não há nenhum respaldo diante desse assunto, que evite aprofundar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa teve como universo de investigação o Colégio Estadual Professor Anderson Rangel que atende alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em Fazenda Rio Grande/PR.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa que tem como característica analisar fenômenos sociais e comportamentos humanos. Segundo Minayo (2003, p. 16-18):

É o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A

pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para coletar os dados que permitissem responder ao problema de pesquisa levantado, foram realizados questionários. De acordo com Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Os questionários foram aplicados à diretora, duas pedagogas e cinco professores do Colégio investigado. Havia inicialmente, a intenção de aplicar questionários aos estudantes do colégio, porém, com a suspensão das aulas presenciais devido ao atual cenário de pandemia do COVID-19, não foi possível realizar.

O questionário aplicado à direção e pedagogas teve como intenção coletar dados a respeito de como os gestores combatem o preconceito na escola, se a maioria dos casos ocorridos dentro da instituição é resolvida de maneira pacífica e positiva e que ações são promovidas para minimizar o preconceito.

Já os questionários destinados aos professores visavam coletar dados acerca de situações de preconceito que já vivenciaram em sala de aula, como reagiram diante dessas situações e como isso pode afetar o processo de ensino-aprendizagem.

Para preservar a identidade, os profissionais que responderam os questionários serão identificados como diretora, pedagoga A e B e professor A, B, C, D e E.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AÇÕES REALIZADAS PELA GESTÃO ESCOLAR PARA MINIMIZAR O PRECONCEITO

Durante toda a vida estamos em constante adaptação referente ao nosso meio social no qual estamos inseridos, desde pequenos nos deparamos com o primeiro ambiente, que é nossa família e é onde aprendemos nossos valores e desenvolvemos nossas escolhas baseando-se naquilo que nos foi ensinado.

Alguns anos depois, nos deparamos com a escola, onde se encontram sujeitos que também estão trazendo essa “bagagem” de casa, apresentando sua maneira de ver o mundo e é

a primeira experiência de uma criança fora do núcleo familiar, em que vai conviver com pessoas diferentes.

Podemos dizer que dentro da instituição de ensino muitos alunos conseguem se desenvolver como cidadão através da confiança que lhe é transmitido durante todo o período em que está na escola. E devemos sempre lembrar o quanto uma simples ação poderá mudar a visão de muitos em relação aos mais diversos assuntos.

No ambiente escolar, lidamos com sujeitos que estão desenvolvendo seu olhar crítico e descobrindo maneiras de se adaptar a este meio, sem que sejam julgados, ou sofram discriminações diante de suas escolhas. Nesse sentido, toda Instituição deve estar preparada para lidar com as mais diversas situações de preconceito e buscar métodos eficazes para que diminua esse tipo de situação até que seja extinta do ambiente escolar.

Em relação ao campo de pesquisa investigado, as profissionais que atuam na gestão escolar do Colégio informaram que atualmente a instituição possui alunos homossexuais e que a homofobia ainda se faz presente no cotidiano escolar.

Quando questionadas sobre já ter vivenciado no Colégio situação de violência física e/ou verbal entre os estudantes, a diretora e pedagogas informaram que sim. A pedagoga A descreveu que as ações tomadas diante dos atos de violência foram o diálogo entre os envolvidos. Já a pedagoga B informou que não chegou a atender algum caso que evidencia violência seja verbal ou física, mas que diante dessa situação chamaria ambos para uma conversa e posteriormente, se não obtivesse resultados positivos, acionaria a família.

A diretora esclareceu que os casos de violência não são frequentes no Colégio e isso se dá, principalmente, por causa das orientações realizadas. A diretora afirmou que: “A base para o combate ao preconceito na escola são o diálogo e a educação, acreditamos que se deve pregar o respeito e valores. Quando o estudante chega à escola sem essa base de berço ele deve ser ensinado através do diálogo, vemos que esse método sempre funciona.” (DIRETORA).

Sobre as ações realizadas na instituição com o objetivo de minimizar esse tipo de preconceito, as pedagogas informaram que a escola promove palestras e orientações acerca do tema de identidade de gênero e sobre preconceitos no geral.

Por meio dos dados coletados através dos questionários, o grupo conseguiu perceber que a Instituição está organizada de maneira a desenvolver trabalhos que diminuam o preconceito e auxilie os alunos diante das dificuldades encontradas após esses episódios. Desta

maneira, o colégio cumpre com o papel da instituição de ensino, que está voltada a formação humana (valores) e que visa ensinar a conviver socialmente com as diferenças.

CLIMA ESCOLAR: A INTERAÇÃO ENTRE OS ESTUDANTES

A boa interação entre os alunos é fundamental na construção de aprendizagens significativas. Por meio do convívio, aprendem a se relacionar com o outro e constroem valores como cooperação, companheirismo e respeito.

O ambiente escolar faz, muitas vezes, com que alunos se sintam seguros em desabafar com colegas e professores, pois criam confiança através desse processo de troca de conhecimento diário.

Quando falamos sobre orientação sexual e a comparamos com a interação, podemos nos deparar com situações desagradáveis de homofobia que se apresentam pela necessidade de que alguns sentem de excluir o outro para promover suas crenças e valores pessoais. Principalmente, quando falamos em adolescentes, estamos nos referindo a sujeitos influenciáveis que possuem receio e muitas vezes medo de comentários maldosos e constrangimentos. Por exemplo, se o sujeito hétero desenvolve uma amizade com um homossexual, é como se necessariamente ele fosse visto no seu meio social, como também homossexual. Quando falamos de influência estamos nos referindo a sujeitos que se privam de conhecer outras pessoas, por medo do que a sociedade poderá estruturar diante de sua imagem pessoal.

Ao responder o questionário, 70% dos professores afirmaram que há exclusão dos alunos homossexuais por parte dos demais colegas. Mas, que sempre buscam resolver essas situações priorizando o respeito e garantindo que todos, em sala de aula, possuam os mesmos direitos. O posicionamento dos professores se mantém diante de diálogo e apresentação do tema para a conscientização de todos os envolvidos. Todos os professores relataram a necessidade de dialogar, apresentar e expor o que seja relacionado ao tema para que diminua gradativamente esse tipo de situação.

Os professores foram indagados ainda a respeito da maneira como os alunos reagem diante do tema da identidade de gênero e de preconceito e se há, por parte dos professores, facilidade de abordá-lo sem a presença de piadas maldosas. O professor A respondeu:

“[Isso] depende do comportamento do professor, em ter deixado claro em situações anteriores que é uma postura inadmissível e do aluno em ter compreendido que se trata de falta de respeito ao cometer tais atos. Às vezes as brincadeiras podem ficar

entre os grupos, após a ausência do professor, daí a conduta foi somente para agradar o professor”

Diante da afirmação do professor, é possível identificar que podem existir nas escolas estudantes que transformam a prioridade do respeito em necessidade de agradar o professor. Dessa maneira, a situação do preconceito não é de fato resolvida, mas sim velada, o que justifica o fato de que os alunos homossexuais, mesmo com as ações promovidas pela instituição e professores, serem ainda excluídos.

Quando se torna uma situação “fora do controle”, que não pode ser resolvida dentro da sala de aula e com o objetivo de garantir o bem-estar dos estudantes, os professores relataram tomar as devidas providências, encaminhando a vítima e o agressor à gestão pedagógica que em seguida acionam os responsáveis de ambos para o registro e orientação.

O PRECONCEITO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Atualmente há uma busca muito grande pela aceitação da diversidade das minorias. No entanto, apesar da sociedade estar passando por um cenário de constante mudança, o preconceito ainda está presente em todo lugar e na sala de aula não é diferente.

Quando falamos sobre essas situações em sala de aula, devemos analisar diretamente na maneira em que isso interfere na aprendizagem. É natural do ser humano a necessidade de se defender quando se sente ameaçado e buscar por estratégias que o façam se sentir confortável. No espaço da sala de aula, o um aluno sofre preconceito pelos seus colegas, a tendência está em se isolar (quando não se evade), perde o interesse em estudar e de interagir com os demais e isso reflete diretamente na sua aprendizagem.

Quando questionados sobre a maneira com que o preconceito interfere na aprendizagem, todos os professores concordaram que de alguma maneira isso é prejudicial. A professora B relatou: “Sempre que ocorreu homofobia em minhas aulas, conversei com as pessoas envolvidas e tudo voltou ao normal”. Já o professor C afirmou que “O preconceito causa um dano psicológico em quem sofre esse tipo de situação”. O professor D deu uma resposta mais abrangente, afirmando que:

“As dificuldades de aprendizagem podem ter várias causas. Para afirmar que o preconceito interferirá no processo de ensino-aprendizagem vai depender da reação de cada estudante a cada situação desafiadora. Por isso a importância do professor observar o comportamento dos alunos para junto à equipe Pedagógica buscarem uma solução. Seria imprescindível a atuação de psicólogos ou psicopedagogos nas escolas para ajudar neste trabalho”.

Sabemos que o preconceito envolve diversos fatores prejudiciais às vítimas, causando danos psicológicos que podem se tornar mais severos com o passar do tempo, influenciando no desenvolvimento de um bloqueio social. As respostas dos professores indicam que eles possuem esse entendimento, no entanto, revelam dois posicionamentos diferentes quanto à aprendizagem. O primeiro se refere ao fato de acreditar que uma simples conversa pode resolver a situação e não interferir na aprendizagem. Já o segundo, demonstra que os professores não se sentem preparados para resolverem essas situações em sala de aula, compartilhando com outros profissionais a responsabilidade de encontrar soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu identificar que a instituição de ensino investigada possui estudantes homossexuais e que a homofobia ainda se faz presente no cotidiano escolar. 70% dos professores afirmaram que há exclusão dos alunos homossexuais por parte dos demais colegas, dados que revelam que a homofobia deve ser analisada no cotidiano escolar e encarada como um desafio a ser superado por todos que compõem a comunidade escolar.

Em relação às ações que são promovidas para minimizar o preconceito entre os alunos, os questionários aplicados aos profissionais que atuam no Colégio indicaram que são promovidas ações como palestras. No entanto, as análises mostraram que a principal ferramenta utilizada pela gestão escolar (direção e pedagogas), trata-se de orientações. O diálogo e a educação são encarados, pela diretora, como a base para o combate a qualquer tipo de preconceito.

Embora as respostas dos professores tenham indicado que eles também acreditem no diálogo, quando indagados sobre as ações para resolver situações preconceituosas durante a aula, os professores indicaram que resolvem isso momentaneamente (pedem para que os alunos parem com as brincadeiras, por exemplo) ou encaminham os alunos para a gestão pedagógica para acionar os pais.

Em relação ao preconceito interferir na aprendizagem, todos os professores concordaram que de alguma maneira isso é prejudicial. Já sobre as ações que promovem para minimizar esses efeitos, parte dos professores acreditam que uma conversa com o aluno resolve, já outros acreditam que o problema deve ser tratado por outros profissionais, como psicólogos ou psicopedagogos.

No geral, os dados coletados permitem evidenciar a necessidade de que o tema da identidade de gênero e da homofobia seja abordado durante a formação inicial dos professores

(nas licenciaturas), bem como nas formações continuadas promovidas no interior do Colégio, tanto como modo de capacitação profissional quanto para encontrar soluções imediatas que ajudem a combater a homofobia no ambiente escolar.

Outro ponto a ser considerado sobre o tema é de que há necessidade de abordá-lo mais frequentemente no âmbito escolar, aproximando os alunos dessa realidade. Acreditamos que esse seja um dos caminhos para extinguir quaisquer tipos de preconceito e violência, seja ela verbal ou física. Vale ressaltar a importância em trazer trabalhos diferenciados para a instituição para que seja possível despertar nos alunos a necessidade de respeitar as diferenças e, desse modo, garantir um processo de ensino e aprendizagem que esteja voltado para a formação de indivíduos, independentemente de sua orientação sexual.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985. p. 7.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura, Brasiliense, 1985. p. 4.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. V 8. p.13.
- BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- CHAUI, M. **Direitos humanos e medo**. In: Fester, A. C. R. (Org.). *Direitos humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 15-36.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: Programa de Combate à violação e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**, Brasília: Ministério da Saúde, 2004
- CORRÊA, S. O.; MUNTARBHORN, V. (orgs.). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta/Indonésia, 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 18 maio 2020.
- DINIS, N. F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Democracia racial: origem, desmistificação e reatualização de um mito**. Revista: Universitas/Comunicação, Brasília, ano 1, v. 1, nov. 2003.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI : **Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília : MPF, 2017.

PRADO, M A M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidade – A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SALDANÃ, P. Educação: **Princípios: vulgarizados Folha de S. Paulo**. 21 nov. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

CAPÍTULO 10

FRONTEIRAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS ARTICULADAS EM ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Luciana Cristina Teixeira de Souza, Professora Assistente, Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Doutora em Estudos de Gênero e Feminismos, PPGNEIM/UFBA.

RESUMO

O presente artigo pretende contribuir para problematizar teorias empregadas no desenvolvimento de pesquisas e estudos de gênero, sexualidades e feminismos para formular estratégias que ampliem o horizonte teórico metodológico deste campo. Introduce reflexões sobre algumas proposições teóricas para análises inter cruzadas necessárias a esta produção, buscando dar conta de contemplar a dinâmica e a complexidade que envolvem sujeitos em sua diversidade de lugares sociais ocupados, comumente tomados como objetos de estudo. Assim, a ideia é estimular a superação de análises monolíticas e fechadas à pluralidade dos/as sujeitos/as de uma pesquisa, lançando mão de dispositivos teóricos como interseccionalidade, consubstancialidade e posicionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; consubstancialidade; posicionalidade.

“O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato”.

Audre Lorde

INTRODUÇÃO

Para a construção deste texto, me inspiro no que ensina Audre Lorde, mulher negra feminista, sobre o necessário e tão caro exercício de auto-reflexão e auto-definição, cuja tarefa serve para informar dos lugares sociais que se ocupa e dos privilégios de que se dispõe no interior das relações de poder presentes numa sociedade repartida e diferenciada por tantas assimetrias.

Tendo em conta os pressupostos postulados pelas epistemologias feministas, como a valorização do saber situado, pensando em Haraway (1995) quando afirma que nenhum conhecimento está desconectado de seu contexto, tampouco da subjetividade de quem o emite,

lembro que, em princípio, a escolha de um tema para um projeto de pesquisa não é descolada das experiências, da ideologia e acepções da/o pesquisadora/r.

Pretendo, neste texto, contribuir para problematizar e formular estratégias que ampliem o horizonte teórico-metodológico ao desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos de gênero e sexualidades introduzindo novas reflexões sobre as proposições teóricas vistas adiante, para facilitar análises inter cruzadas necessárias a essa produção, buscando dar conta de contemplar a dinâmica e a complexidade que envolvem sujeito/as em sua diversidade de lugares sociais ocupados, comumente tomados como objetos de estudo. Assim, a ideia é tentar estimular a superação de análises monolíticas e fechadas à pluralidade dos/as sujeitos/as de uma pesquisa, lançando mão de dispositivos teóricos, conceituais e de método, que promovam tal abertura.

O reconhecimento dos marcadores sociais que identificam os sujeitos de uma pesquisa ilumina o problema de estudo ao contribuir com a caracterização dos sujeitos investigados, o que pode ser indagado por perguntas do tipo: como a relação entre gênero e as demais categorias sociais fundantes interferem na problemática das mulheres, bem como dos sujeitos constituídos por identidades dissidentes e não-normativas? Quem são esses sujeitos? Quais lugares sociais ocupam, a que grupos de idade, classe, raça e outras categorias pertencem? Ademais, é preciso averiguar quais variáveis e indicadores poderiam informar desses lugares sociais dos sujeitos eleitos para a investigação. Não propriamente para responder às perguntas levantadas; antes disso, tais variáveis poderão auxiliar na problematização das questões suscitadas. Mas, talvez o maior desafio seja saber de que forma, quais caminhos teórico-metodológicos poderiam torná-las visíveis numa pesquisa, uma vez que tantos estudos apontam e denunciam invisibilidades sociais, tanto nas políticas como nos dados produzidos pela ciência. Desse modo, o exercício reflexivo que sugiro neste texto se traduz em possibilidades de dispositivos teórico-metodológicos para estabelecer as categorias empíricas e aplicar metodologias pertinentes a fim de captar a realidade prática, real e concreta do cotidiano a ser pesquisado.

VOZES NEGRAS E FEMINISTAS: LEGADO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Percebendo a necessidade de construir uma metodologia que dê conta da tarefa de identificar o perfil dos sujeitos com as quais se pode trabalhar na pesquisa, sem correr o risco de negligenciar seus múltiplos pertencimentos e, também, na escolha dos caminhos metodológicos possíveis para tal empreitada, apresento, neta seção, algumas reflexões a partir do pensamento das teóricas/ativistas do feminismo negro.

Em uma linha temporal não-linear, é possível inferir que foi a partir do final da década de 1960 nos Estados Unidos, que nasceram os primeiros movimentos organizados de insurgência e questionamento do feminismo branco, apesar de todas reivindicarem que o feminismo negro não-sistemático é anterior a esse momento. As ativistas precursoras do *Black Feminism* confrontaram radicalmente os pressupostos universalizantes de classe, de raça e de normatividade heterossexual da, até então, luta feminista vigente. Mesmo em momentos distintos, nomes como Ângela Davis, Patrícia Hill Collins, Elsa Dorlin, Hazel Carby, Bell Hooks, Patrícia Williams, Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e o Combahee River Collective, entre outras, protagonizaram tal disputa de ideias, cada uma ao seu tempo, e se tornaram os ícones principais da crítica formulada em direção às feministas brancas. Os aspectos centrais que marcaram o embate político-acadêmico a partir daquele período eram reclamados basicamente pelo não-reconhecimento, por parte das feministas brancas, das experiências e narrativas das mulheres negras como sujeitos diferenciados na divisão social posta.

As ativistas negras interpelaram e reivindicavam um olhar e uma consciência crítica do movimento feminista com vistas a contemplar as narrativas das mulheres não brancas no arcabouço teórico e no ativismo, levando-se em conta os impactos que o racismo causou na vida das mesmas ao longo de sua história. A demasiada centralidade dada ao patriarcado, segundo o pensamento feminista negro, acabou por escamotear aspectos específicos das experiências das comunidades negras e da história de escravidão e discriminação racial. (CARBY, 1982 *apud* RODRIGUES, 2013). A gravidade dessa lacuna ali denunciada acarretou fissuras de proporções muito grandes no movimento feminista, o que paradoxalmente também alimentou um intenso e necessário debate interno e inacabado reverberado até o presente e responsável por imprimir, de forma inexorável, a marca da pluralidade tão reivindicada entre a maioria dos grupos feministas. O fato é que, ao que parece, o protagonismo e a provocação trazida pelo pensamento negro feminista abriram um flanco de diálogos incessantes e profícuos, onde teóricas das mais diversas áreas do conhecimento negras ou não, passaram a atentar e a se debruçar sobre aquelas reivindicações dando conta de atualizar, contrapor, formular ou reformular noções conceituais pretensamente interdisciplinares buscando romper com pressupostos essencialistas e universalizantes vigentes no movimento e no campo teórico feminista, ainda que este tenha sua contribuição reconhecidamente importante para a conquista dos direitos mais gerais das mulheres.

Desse modo, muitas abordagens e proposições teórico-metodológicas foram surgindo ao longo das últimas décadas para alargar o pensamento feminista. De compreensão nem

sempre divergente, mas com perspectivas diferenciadas, essas propostas, marcadas por vozes plurais de mulheres de diferentes origens geográficas, de raça, classe e geracional, ora se complementam, ora privilegiam algumas relações e/ou categorias de análises em detrimentos de outras. Proponho a seguir, um sobrevoo acerca de três dessas abordagens para tentar situar como, quem e em que contextos foram forjadas, seus pressupostos epistemológicos, além de enunciar alguns pontos de dissensão e de convergência observados.

SOBRE INTERSECCIONALIDADES

Fruto das discussões entre as teóricas do norte, em princípio, afro-americanas, mas também inglesas, canadenses e alemãs, surge a ideia da “interseccionalidade” que foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos em perspectiva interdisciplinar como herança das ideias do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1980. Segundo Rodrigues (2013), não há consenso sobre se tal noção é “uma terminologia, um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria”, isso vai depender de quem se apropriar e também de como fará o uso da mesma (RODRIGUES, 2013 p. 07). Ao que indicam as muitas citações e referências à autora feminista, quem formulou muito bem essa conceitualização foi Kimberlé Crenshaw (1989; 1991; 2002), advogada afro-americana, pensando, de início, em sua aplicabilidade nas leis contra a discriminação nos EUA. Não obstante, outras pesquisadoras de variadas áreas do conhecimento seguiram discutindo, sintetizando, atualizando e adequando o conceito de acordo com seus entendimentos, interesses e empregos em diversas partes do mundo. O que demonstra que esse é um conceito em contínua e impermanente construção.

Suas primeiras formulações remetem às décadas de 1980 e 1990, quando conceito é descrito de forma bastante específica por Crenshaw em dois textos: em 1989, no texto *Demarginalizing the intersection of race and sex*, ele já é discutido de forma inicial, mas com bastante riqueza; e em 1991 quando sua conceitualização se tornou mais conhecida em *Mapping the margins*, que foi traduzido recentemente no site do Geledés – Instituto da Mulher Negra.²³

Entretanto, em 2002, Crenshaw “aponta” o conceito para os direitos humanos quando ela fala sobre isso na ONU, mas as discussões prévias são substantivas e servem a esse propósito de forma potencial. Na ocasião, em um texto-documento, Crenshaw qualifica o conceito com vistas a orientar políticas e ações voltadas aos direitos humanos:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da

²³Ver em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>

subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002 p. 177).

Por outro lado, a própria autora revela, em recente entrevista concedida a Bim Adewunmi, que o conceito não é novo e remonta até mesmo ao século XIX com o pensamento e inquietações de mulheres como Anna Julia Cooper e Maria Stewart, perpassando as intervenções de Angela Davis e Deborah King já no século XX, nos EUA e dando sequência por várias gerações de mulheres até os dias atuais (ADEWUNMI, 2014).

Crenshaw propõe, ainda, uma categorização do conceito observando dois aspectos: a “interseccionalidade estrutural” que seria a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências dessa posição sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, por exemplo, e as formas de resposta a tais violências; e a “interseccionalidade política” que estaria ligada às políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor. Esse é um alerta importante que busca chamar a atenção para a condição de mulheres que portam experiências de opressão específicas, muitas vezes dentro das próprias comunidades, mas que são invisibilizadas e silenciadas em nome de uma causa coletiva universalizante (CRENSHAW, 2002 p. 181).

É, portanto, a noção de experiência como categoria analítica (SCOTT, 1999) vinculada à sua historicidade, que vai diferenciar o feminismo negro do feminismo branco, imprimindo a marca da pluralidade, ao fim e ao cabo, para sustentar outra epistemologia contraposta àquela hegemonicamente do norte e ocidental, qual seja, uma epistemologia afrocentrada, descolonial e do sul.

Além das contribuições teórico-políticas das pensadoras negras afro-americanas, como dito, diversas autoras situadas e/ou deslocadas de outras margens/periferias mundo afora corroboram e endossam tais ideias. Em recente oportunidade de assistir aos diálogos presenciais em evento realizado em Salvador-Bahia, com a autora portuguesa, radicada na Alemanha, que é também, escritora, teórica e artista interdisciplinar de origem africana chamada Grada Kilomba (2010), pude constatar, em sua práxis, os princípios do pensamento decolonial e refletir sobre alguns pressupostos defendidos por ela, tais como: a importância do respeito à diversidade de referenciais de pensamento e atuação feministas, a consideração do protagonismo das narrativas diaspóricas e o poder de construção de epistemologias que

contemplem culturalmente grupos que a história omitiu ao longo da construção e sistematização do conhecimento.

Em seus ativismos teórico-artísticos, Kilomba expõe a sua criação multi-referenciada em diversas linguagens. Na ‘contação’ de suas histórias, que pode ser individual ou coletiva, performativa ou ainda em outros formatos, a autora utiliza-se de uma autonarrativa que ‘des-idealiza’ paradigmas e métodos dominantes e prioriza o pensamento descolonial em favor de estreitar o diálogo entre as epistemologias do sul.

Voltando o olhar para a América Latina, e sobre os movimentos insurgentes na direção de descolonizar o conhecimento, o “ativismo” de Grada Kilomba me remeteu facilmente à imagem icônica criada pelo artista plástico e teórico uruguaio Joaquín Torres García a que chamou de “América invertida” (1943), posterior à marcante declaração publicada em “A escola do sul” (1935).

Sendo considerado o primeiro manifesto de arte autônoma da América Latina, tal movimento questionava a geopolítica literalmente cartografada da produção nas artes visuais, afirmando a arte autônoma da América nativa ao sul como ponto de origem para uma nova tradição e referência da arte universal.

Os movimentos e estudos decoloniais ou descoloniais insurgem forjando um discurso contra-hegemônico para criar novos paradigmas, métodos e temas que até então eram negligenciados no contexto formal de produção das artes, da política e do conhecimento. Tais narrativas reivindicam e provocam uma reprogramação na estrutura das linguagens estética, cartográfica e imagética vigentes, vez que pretende re-desenhar as histórias vindas das margens, da subalternidade e das vozes dissonantes de contextos globalizados que, em geral, são invisibilizados. Trata-se, portanto, de alterar a forma e o conteúdo das ideias.

Certamente esse movimento de subversão da ordem epistemológica dominante inspirou, e também foi inspirado, por uma leva de pensadoras/ativistas feministas latinas no século XX, como Ochy Curiel, María Lugones, Brenny Mendonza, Alejandra Ciriza, Glória Anzaldúa, entre tantas outras, que reivindicaram em suas obras os mesmos pressupostos descolonizadores na produção do conhecimento dominante androcêntrico e eurocêntrico. Tais contribuições oferecem dispositivos teórico-metodológicos para agenciar pesquisas com nossos próprios referenciais, nesse desejado diálogo sul a sul.

No Brasil, segundo as leituras indicadas nas referências desse texto, o período em que houve maior efervescência dos debates sobre a temática das interseccionalidades foi ao longo

das décadas de 1980 a 2000, culminando com a tentativa bastante ansiada pelas pesquisadoras feministas brasileiras de formular ferramentas teórico-metodológicas que pudessem dar conta de incorporar as perspectivas dos grupos que reivindicavam reconhecimento. A efervescência de ideias não cessou naquele momento e extrapolou os territórios geográficos iniciais.

Aqui no país a discussão do conceito de interseccionalidade reverberou pelas vozes de teóricas/ativistas negras como: GONZALEZ (1982); BAIROS (1991); AZEREDO (1994); BENTO (1995); CARNEIRO (2003); entre outras, que, bebendo da fonte do pensamento negro feminista do norte geográfico da América, elaboraram e atualizaram as teorias para desvelar as diferentes formas de discriminação operadas na sociedade brasileira, em face das especificidades de nossa formação sociocultural. O ponto de intersecção desses estudos são as ideias decoloniais e a defesa do pluralismo no movimento feminista, além da contribuição dada pelas inúmeras discussões, levantamento de dados e formulação de análises sobre as circunstâncias de vida das mulheres negras brasileiras.

Entretanto, Rodrigues (2013), traz uma importante preocupação ao explicar a pouca adesão ao debate do feminismo negro pelo movimento feminista no Brasil. Segundo o autor, três razões explicariam o fenômeno aqui no país: a) o interesse demasiado nos processos de democratização das relações intergênero, a universalização do sujeito mulher como sendo branca, ocidental, heterossexual e de classe média e sua recusa em reconhecer e abrir mão dos privilégios de raça e classe, etc; b) o interesse parcial na apropriação que feministas brasileiras fizeram de tais aportes teóricos, delegando para pesquisadoras negras a tarefa de articular raça/gênero/classe, e c) talvez o mais grave motivo seja o fato de que ainda há poucas mulheres negras na academia brasileira, como docentes/pesquisadoras ou como estudantes de pós-graduação. (RODRIGUES, 2013, p. 9).

Por outro lado, é possível observar e reconhecer um crescente número de trabalhos de pesquisadoras negras nas últimas décadas que, tanto na academia como nos espaços sociais de produção e difusão de conhecimentos mais diversos, empreendem um esforço cada vez maior para a disputa, consolidação e popularização das ideias em torno da construção de um feminismo efetivamente plural e decolonial. Ainda que seja sempre necessário promover mais fóruns de interlocução, encontros, troca de experiências e debates.

SOBRE CONSUBSTANCIALIDADE OU CO-EXTENSIVIDADE

Ademais, outro debate surgido em torno da década de 1970, em princípio tocado por feministas francesas brancas (Kergoat, 2010) que corre em paralelo às ideias de

interseccionalidade, mas, sustentado por outra linha teórica e epistemológica, é a noção de consubstancialidade. Pontuo aqui seus principais pressupostos por considerar que nenhuma teoria deve ser fechada. Afinal, pensando sobre o papel da teoria e método na contemporaneidade, somente por meio de uma razão aberta seria possível reconhecer e re-ligar os conhecimentos dialogando entre si sem rejeitar, na sua totalidade, pressupostos, em princípio, antagônicos, mas valorizando a diversidade de contribuições teóricas formuladas, premissa que se encontra com a crítica à ciência moderna demarcada também pela epistemologia feminista contemporânea. Portanto, a escolha de um método numa pesquisa que se reivindica feminista, comporta, além do rigor necessário a qualquer campo da ciência, também a liberdade e a criatividade na sua práxis. O que poderá se traduzir em certa pluralidade metodológica, desde que justificada, e permita o alcance às perguntas e respostas feitas ao objeto em estudo. Desse modo, trazemos a contribuição das feministas que se reconhecem marxistas para confrontar e problematizar o debate em torno dos cruzamentos e das intersecções nos estudos de gênero/sexo, raça e classe, centralmente.

Para as feministas marxistas, no debate interseccional é imprescindível a discussão da base material e de classe considerando que, assim como esta última categoria, a raça e o sexo/gênero são relações sociais também estruturantes, sendo uma substância e co-extensão da outra. (Saffioti, 2004; Kergoat, 2010; Hirata, 2014). Segundo tal perspectiva, nada escapa à base material do sistema do capital e os sujeitos, ainda que com vivências diferenciadas, são afetados pelas dimensões de classe, raça e sexo/gênero.

A proposta das noções de consubstancialidade e co-extensividade surge para explicar como o processo de exploração e divisão do trabalho organiza dialeticamente as três formas de opressão consideradas fundantes e, sobretudo, como tal coordenação é basilar para a manutenção do sistema de divisão e exploração do trabalho. Dessa forma de organizar as relações sociais, segundo tal linha de pensamento, surgem outras opressões assentadas nessa tríade da diferença. Tornar os sujeitos desiguais é funcional para o sistema capitalista. O trabalho das mulheres, por exemplo, realizado pela reprodução humana e também social, é imprescindível à engrenagem do sistema de exploração e segue fortemente respaldado pela naturalização do trabalho doméstico definido pelo sexo. É o que explicaria o interesse irredutível pelo controle do corpo da mulher até a atualidade. Embora de origem anterior, a lógica patriarcal não foi perdida com o capitalismo, vez que esta o interessa e lhes dá sustentação (SAFFIOTTI, 2004).

A combinação da divisão sexual e racial seria ainda mais funcional, uma vez que da mesma forma, o corpo negro ainda é mantido como “a carne mais barata do mercado”. Basta observar a maior concentração étnico-racial de trabalhadoras/es no subemprego. Empiricamente, o famoso ‘teste do pescoço’²⁴ revela onde se concentra a população negra no mundo do trabalho e mais ainda, onde essa está ausente. Não à toa, as últimas categorias a serem reconhecidas pelas Leis Trabalhistas no Brasil foram justamente a dos trabalhadores rurais e a da/os empregada/os doméstica/os, essa última somente em 2013, cuja imensa maioria é ocupada por mulheres negras. Segundo as pesquisas de Heilborn, Araujo, Barreto (2010), 93,6% mulheres estão no trabalho doméstico, com predominância negra. Esses autores ainda revelam que dentre os 10% das/os brasileiras/os mais pobres, 70,6% são negras/os, e, em setembro de 2009 um trabalhador/a branco ganhou em média 90,7% a mais que as/os negras/os. (HEILBORN, ARAUJO, BARRETO, 2010). Eis, portanto, uma questão de sexo/gênero, raça e classe consubstancializada ou co-extensivamente bem coordenada. Do mesmo modo como se opera naturalizando e legitimando o trabalho doméstico feminino definindo-o por papéis sexuais diferenciados, a servidão da mão-de-obra, como é visto e tratado ainda hoje o trabalho da população negra, permanece atuando de forma a perpetuar a lógica de exploração muito bem ancorada nas bases do racismo institucionalizado presente na sociedade até os dias atuais.

Analisando as duas perspectivas, a interseccionalidade e a consubstancialidade, Hirata (2014), faz uma boa síntese para ilustrar a dissensão existente entre as duas acepções:

Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão. (HIRATA, 2014 p. 63).

Em seu artigo, a autora assinala a principal crítica apontada por Kergoat à ideia da interseccionalidade:

Pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação (Kergoat, 2010, *apud* Hirata, 2014 p. 98).

Percebe-se que cada autora vai pensar de acordo com o seu contexto – algo bastante complexo, que diz respeito ao momento histórico, localização, debates nos quais essas autoras estão inseridas, etc. Embora sempre tenham discutido os entrecruzamentos de gênero, raça e classe nas experiências das mulheres negras, Lélia Gonzalez nunca disse a palavra

²⁴ Ver em: <https://leopoldinense.com.br/noticia/2752/racismo-no-brasil-faca-o-teste-do-pescoco>

interseccionalidade e Angela Davis só o fez nos anos 1990 ou depois. Elas não insistem no uso desse termo, usam vários noções conceituais e tem suas ideias construídas a partir de trajetórias intelectuais profundamente marcadas pelo marxismo e pelo debate de classes. Angela Davis, todavia, defende o uso do conceito de interseccionalidade por considerá-lo um patrimônio da produção do conhecimento das mulheres negras e, deveras, uma demarcação política fundamental para a luta antirracista contra-hegemônica.

O pensamento feminista negro propõe uma episteme contraposta a do movimento feminista *per se*, mas não antagônica à luta das mulheres. Defende, sobretudo, que os grupos subalternizados devam se empoderar sobre suas próprias experiências se apossando de ferramentas qualificadas para tal enfrentamento. Afinal, ao modo do que defendeu Patricia Hill Collins (2012), importa é forjar um paradigma que articule as variadas opressões e que reconceitue as relações de dominação e resistência interpelando a sobredeterminação da categoria gênero ou classe ou mesmo de raça. Porque, segundo a autora, a identidade é formada pela simultaneidade de cada condição/marcador: raça, gênero, classe, geração, sexualidade, e cada marcador é parte de uma abrangente estrutura de opressão, produzindo sistemas de dominação. (COLLINS, 2012).

SOBRE POSICIONALIDADES

Em muito recente e relevante artigo, Sardenberg (2015) retoma a importante discussão acerca das interseccionalidades ao resgatar de Hulko (2009) a noção de posicionalidades argumentando que tal conceito seria mais amplo e mais interessante para as análises intersectadas por melhor examinar os impactos das intersecções constituintes da identidade dos sujeitos, ainda que esta não contenha fixidez e varie no tempo e no espaço. O diferencial de tal ideia estaria em considerar, para além das distintas posições dos/as sujeitos/as pesquisados, a própria posição da/o pesquisador/a, reconhecendo os lugares de privilégios que esta/e ocupa e problematizando as relações estabelecidas a partir desse contato. A autora sintetiza:

(...) posicionalidade indica o resultado dessa interação em termos de privilégios e desvantagens e funções, mais num nível prático, ou do cotidiano. Em especial, posicionalidade, se refere aos diferentes graus de privilégio e opressão que indivíduos detêm ou sofrem em função da intersecção de ‘construtos identitários específicos’, tais como raça, etnicidade, classe, gênero, orientação sexual, idade, etc. Ou seja, refere-se ao grau de vulnerabilidade de diferentes indivíduos em um determinado contexto. (SARDENBERG 2015, p. 82).

Uma vez pesquisador/a no campo da pesquisa feminista, é necessário o exercício de reflexão sobre a própria posicionalidade nos espaços sociais que ocupa, reconhecendo privilégios e vantagens relacionais vivenciadas nos mesmos, a partir desse exame, definir o

processo de escolha das categorias de análise e ir ao encontro dos/as entrevistados/as da pesquisa para a realização do campo a fim de compreender e refletir a própria experiência na condição de pesquisador/a interagindo com os/as sujeitos/as eleitos/as.

Se faz necessário, também, dialogar com sua pesquisa tomando como princípio que o conhecimento é socialmente situado (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998), não descolado da sua própria realidade e, como pesquisa feminista, comprometido com o questionamento e, quiçá, com a transformação de uma dada ordem dominante na sociedade.

Tendo sempre à vista o que alerta Sardenberg, neste mesmo artigo de 2015, para o momento da investigação em campo:

De toda sorte, ao trabalharmos com a perspectiva das opressões que se entrelaçam e das interseccionalidades, é bom ter em mente alguns pressupostos tal qual delineados por Ange-Marie Hancock (2007, p.251): 1) mais de uma categoria estará em jogo na análise de processos e problemas políticos complexos; 2) a relação entre essas categorias será uma questão aberta, para investigação empírica; 3) categorias de diferença são produções dinâmicas de indivíduos e fatores institucionais, sendo também simultaneamente contestadas e enfocadas nos planos individual e institucional de análise; 4) cada categoria implica em diversidade interna ao seu grupo. (SARDENBERG 2015, p. 86).

Ademais, presumo que a noção de posicionalidade fornece, ainda, uma contribuição a mais para as pesquisas porque, ao valorizar o contexto dos acontecimentos, a mesma estabelece, ou pode estabelecer, um ponto de conexão com a dimensão espacial dos fenômenos, vez que, sendo o espaço geográfico entendido como uma instância da sociedade expresso por conflitos entre grupos hierarquizados por determinadas marcas de valoração social, e o gênero sendo uma dessas, tal categoria de análise espacial poderá trazer contribuições teórico-metodológicas relevantes para a investigação do objeto/sujeito de estudo, sendo esta uma intersecção mensurável no nível prático-teórico e real-concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio comum de criar os instrumentos conceituais e metodológicos necessários a uma pesquisa sob a perspectiva de gênero e feminista, pretendi, com esse texto, indicar algumas possibilidades para construção de um aporte necessário à reflexão sobre algumas diferenciações acerca dos cruzamentos teórico-metodológicos para a análise das opressões, buscando dar conta de evidenciar a complexidade que envolve tal debate, apontando novas perspectivas.

Para tanto, busquei destacar alguns elementos que as autoras e autores citadas/os consideram relevantes nesse debate político-acadêmico em torno da temática da

interseccionalidade, assinalando questões mais profundas a serem exploradas pelo/a pesquisador/a. Esses diálogos iniciais deverão indicar pistas para realização de pesquisas sobre a temática de gênero, tão cara aos tempos atuais.

Além disso, o acesso ao acervo bibliográfico disponibilizado nas referências poderão apontar e suscitar novas e promissoras reflexões.

REFERÊNCIAS

ADEWUNMI, Bim. Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”. Tradução de Bia Cardoso. Publicado originalmente com o título: **Kimberlé Crenshaw on intersectionality: “I wanted to come up with an everyday metaphor that anyone could use”** no site New Statesman em 02/04/2014. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/07/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/> Acesso em 10 de nov 2016.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, N.1, 2000, pp.: 229-236

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. N. E. 203-216, 1994.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:544-552.

BENTO, Maria Aparecida. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. N. 02, 1995, p. 479-488.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:458-463.

CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. In: **Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania**. Atilio A. Boron, 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1

COLLINS, Patricia. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. Em: Jabardo, Mercedes (Org.). **Feminismos Negros: una antología**. Madrid, Traficante de Sueños, 2012.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE: A Black Feminist Statement. In Gloria Hull, Patricia Scott, and Barbara Smith, eds. **All the Women are White, All the Blacks are Men, but Some of Us Are Brave**. New York: The Feminist Press. 1982, p. 13-22.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, **University**

of **Chicago Legal Forum**: Vol. 1989, Artigo 8. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em 20 de out 2020.

Crenshaw, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43(6), 1991. pp. 1241-1299. doi:10.2307/1229039

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. p. 171-188.

CURIEL PICHARDO, Ochy. Construindo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo (eds.), **Otras Formas de (Re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2014, p.45-60.

GARCÍA, Joaquin Torres. **A escola do sul**. disponível em: <http://www.coresprimarias.com.br/68-edicao-14/especial/40-a-escola-do-sul-manifesto-de-torres-garcia.html>. Acesso em 10 de out 2016.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis International**, Vol. IX, junio, 1988, p. 133-141.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995, p. 07-41.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HEILBORN, Maria Luiza. ARAÚJO, Leila. BARRETO, Andreia (orgs). Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ módulo I. **CEPESC**, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres; Brasília, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, june 2014. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 30 dec. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995,p. 465-477.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 86: 2010, p. 93-103.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

LORDE, Audre. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference, in **Sister Outsider: Essays and Speeches** (Freedom, CA: Crossing Press, 1984), pp. 122.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. V. 23, N. 03, 2014, p.935-952.

MENDONZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género e el feminismo latino-americano. In: MINOSO, Yuderkys (org.). **Aproximaciones críticas de las practicas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: Em la Frontera, pp. 19-35.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil, em **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 29 out. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 89-120.

_____. Caleidoscópios de gênero. In: **Mediações**. Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades. Londrina, v. 20 n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015, p. 56-96.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A. S. et al. (Org.) **Falas de gênero: teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55

CAPÍTULO 11

A (IN) VISIBILIDADE DA INFÂNCIA: A CRIANÇA E A PROPAGANDA MIDIÁTICA NO SÉCULO XXI

Camila Campos Vizzotto Alduino, Mestranda em Educação Sexual, UNESP-GEPIFE
Marcia Cristina Argenti Perez, Doutora em Psicologia, UNESP- GEPIFE

RESUMO

Os meios de comunicação estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas atualmente e se mostram uma poderosa ferramenta na tentativa de venda e de consumo. O objetivo deste trabalho é esboçar o uso que a propaganda midiática faz das crianças, especificamente sob os aspectos da sexualidade decorrentes da exposição das mesmas. Com isso, temos uma ocultação e um desaparecimento da infância, além da indistinção entre os mundos infantis e do adulto. A sexualidade precocemente estimulada traz a inevitável erotização das crianças e questões sobre valor, moral e ética são postos em questionamentos. Assim, na possibilidade de desempenhar um papel determinante na luta contra o desaparecimento da infância, a mídia e nós profissionais certamente poderíamos contribuir, ensinar e fomentar a formação psíquica e social das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Infância. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em características sociais do ser humano no século XXI, inevitavelmente nos levará a pensar, entre tantas outras coisas, nos meios de comunicação. As duas últimas décadas foram decisivas no que se refere à popularização destes meios de comunicação que, como exemplos temos o telefone celular, a internet e seus aplicativos e as redes sociais. Outro meio de comunicação que também propiciou mudanças comportamentais e sociais, embora não muito recente, foi a televisão.

Para tanto, é necessário refletir sobre o uso que a mídia faz para atingir seus objetivos, seja este o consumo, a venda ou mesmo o acesso às informações. Aqui, o que nos cabe especificamente, é esboçar sobre o uso que se faz das crianças pela mídia, na tentativa de analisar os aspectos da sexualidade infantil decorrentes desta exposição.

Neste momento e anterior às discussões, é indispensável que o conceito de criança e infância seja contextualizado de maneira histórica.

UMA BREVE CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA ACERCA DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

A concepção de criança e infância foram, de maneira rica e detalhada, descritos por Ariès (1981), o qual explicita que, ao longo da história da humanidade houve uma ausência do conceito de infância enquanto categoria etária. Sarmiento (2007), ao estudar a visibilidade social da infância, corrobora com essa ideia e descreve que as referências históricas da infância são tardiamente encontradas nos documentos disponíveis e, quando aparece são referenciadas a partir do olhar de um adulto. Neste sentido, o autor afirma que a infância é um ‘ser em devir’, justificando que, “há uma marginalidade conceptual no que respeita à ideia ou imagem de infância no passado, que é correlata da marginalidade social em que foi tratada” (SARMENTO, 2007, p. 26).

Outro autor que também se refere ao conceito de infância é Postman (2006), o qual menciona que, na Idade Média, algumas peculiaridades da época contribuíram para essa concepção de criança marginalizada. Como exemplo referencia a não existência do conceito de vida privada, uma vez que as pessoas faziam as necessidades fisiológicas na presença de outros, os assuntos e as brincadeiras sexuais com as crianças eram comuns, permitindo linguagens vulgares, cenas obscenas, sem a ideia de protegê-las e, não havia distinção entre o vestuário das crianças e dos adultos. Tais características evidenciam a indistinção entre o adulto e a criança.

A iconografia pode ser uma referência de tal formulação, uma vez que, até o século XII não foi possível observar a representação da infância. Ariès (1981) descreve que as crianças, quando reproduzidas, não apresentavam nenhuma diferença de expressão ou traços quando comparados com os adultos. Muito além da reprodução artística, isto demonstra que a infância propriamente dita não era concebida como tal. Assim, o referido autor declarou e caracterizou as crianças como mini adultos ou adultos em miniaturas, o que o fez denominar a “inexistência do sentimento da infância”.

É importante mencionar neste momento que, não raro, as crianças morriam aos primeiros cuidados. O número da mortalidade infantil se fez muito presente naquela época e contribuiu de maneira significativa para esse sentimento da infância descrito acima. Todavia, Ariès (1981) nos chama a atenção para distinguirmos a inexistência do sentimento de infância com afeição e negligência, o que para tal podemos exemplificar uma expressão utilizada por um indivíduo do século XVII: “a pequena não contava, porque podia desaparecer. Perdi dois

ou três filhos pequenos, *não sem tristeza* (grifo nosso), mas sem desespero” (ARIÈS, 1981, p. 99-100).

Ainda no século XIII as crianças começam a ser representadas pela arte de forma mais próxima do sentimento moderno, mas ainda está longe de tomar a forma de infância que conhecemos atualmente. Embora ainda que de maneira rudimentar, o interesse, o gosto e sua representatividade iniciaram um processo a partir deste período. (ARIÈS, 1981)

Com a emergência do capitalismo, afirma Sarmiento (2007), somado à criação da escola pública, a renovação crítica das idéias teocêntricas e o aparecimento do racionalismo, as concepções de infância foram profundamente alteradas. Assim, foi somente no século XVII e XVIII que as crianças já não mais são caracterizadas pelo ‘ser em devir’, incompletude e mini-adulto, mas sim por uma fase própria do desenvolvimento humano.

No que se refere às formas de comunicação, Postman (2006) defende que estas, modificaram, e muito, após o advento da prensa tipográfica. O autor afirma que as condições que as comunicações assumiram, anteriores à “existência da infância”, contribuíram, para a sua inexistência. Em meados do século XV, a invenção da prensa móvel exigiu que a concepção da vida adulta fosse alterada.

A tipografia criou um novo mundo simbólico que exigiu, por sua vez, uma nova concepção de idade adulta. A idade adulta, por definição, excluiu as crianças. E como as crianças foram expulsas do mundo adulto, tornou-se necessário encontrar um novo mundo que elas pudessem habitar. Este outro mundo veio a ser conhecido como infância (POSTMAN, 2006, p.34).

É fato que, a cultura européia estava pronta para receber este novo advento e Postman (2006) exemplifica que a Europa possuía um sistema de ensino alfabético, diversos acervos manuscritos, conhecimentos para a fabricação de papéis, a possibilidade de expansão do comércio, entre outros.

Assim, a dispersão da prensa, de acordo com Postman (2006), tornou-se inevitável, sendo capaz de mudar não somente os hábitos, mas igualmente a estrutura da comunicação entre as pessoas. Isto quer dizer que, o que antes a comunicação social se dava de maneira coletiva, com poucos pares e oralmente, passou a ser de maneira individualizada e solitária. Desta maneira, ainda segundo o autor, a condição psicológica do individualismo tornou-se normal e aceitável.

Com isso, as várias publicações de livros pediátricos, há menos de um século depois da prensa tipográfica, também reforçam a ideia anteriormente colocada que a infância passou a ter suas particularidades e características próprias.

Com vistas a uma fase do desenvolvimento humano, autores das mais diversas áreas também se debruçaram a aprofundar os estudos sobre a criança e a infância. Entre outras, a psicologia e, sobretudo a psicanálise com Sigmund Freud, foi de extrema importância ao desenvolver estudos direcionados à criança e em particular sobre a existência de sexualidade nesta faixa etária.

SEXUALIDADE INFANTIL

Sigmund Freud foi o primeiro teórico a falar de sexualidade na infância em uma perspectiva psicológica. Ele desenvolveu a teoria da sexualidade infantil durante tratamentos clínicos em seu consultório, observando transtornos psicológicos por seus pacientes já adultos. As “observações clínicas da importância dos fatores sexuais na causação da neurose de angústia [...] foram o que levou Freud pela primeira vez a uma investigação geral do tema da sexualidade” (STRACKEY, 1969, pg. 78).

De acordo com o fundador da psicanálise, a sexualidade se mostra presente desde a mais tenra idade e culmina, como fator primordial e de extrema importância, na Constituição Psíquica de todos os seres humanos. Freud (1905/2016) expôs essa postulação teórica em um trabalho intitulado “Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” e chocou a sociedade da época que concebia uma ideia de não existência de uma sexualidade em crianças.

Em princípio, Freud (1905/2016) descreve que a expressão das necessidades sexuais, tanto nos seres humanos como nos animais, é expressa como um instinto sexual. Neste sentido, o tema da sexualidade infantil foi abordado do ponto de vista da fisiologia e da química, e somente mais tarde, em correspondência à Fliess (Carta 52, 1896) que Freud menciona pela primeira vez, sobre as zonas erógenas. Aqui entra em cena o conceito de pulsão, em que sua teoria pôde-se desenvolver.

A afirmação de que a criança é um ser desejante, independente de estimulação externa, faz com que Freud abandone, em 1897, a Teoria da Sedução anteriormente descrita e reitera que a sexualidade infantil está presente desde o nascimento e em todos os seres humanos. Somado a isto, Freud (1905/2016) anuncia, como característica evidente da atividade sexual, o autoerotismo, ou seja, o instinto não está direcionado para outras pessoas e há uma satisfação no próprio corpo.

Neste momento, é preciso esclarecer que, na teoria psicanalítica segundo Laplanche e Pontalis (2004, p. 476), a sexualidade “[...] não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância”. Assim, uma organização da orientação e da identidade sexual de maneira evolutiva é postulada por Sigmund Freud, em que esse desenvolvimento psicosssexual se estabelece em cinco estágios: a fase oral, anal, fálica, latência e por fim a fase genital. Ajuriaguerra (1980) descreve, também sobre este aspecto, que:

A genitalidade é apenas uma das expressões da sexualidade; é apenas um dos aspectos da evolução libidinal difusa ou localizada, segundo a fase de fixação. Em determinado momento, está em primeiro plano, para, a seguir, ceder o lugar às outras fases, persistindo sob uma outra forma (AJURIAGUERRA, 1980, p. 361).

É possível verificar aqui que há uma questão biológica e desenvolvimentista na teoria freudiana no que se refere à psicosssexualidade e, considerando a auto satisfação através da estimulação das zonas erógenas, Freud (1905/2016, p. 89) salienta que “tal satisfação deve ter sido vivenciada anteriormente, deixando assim a necessidade de ser repetida”.

Embora em outro aspecto, a teoria sobre o desenvolvimento das estruturas cognitivas proposta por Piaget, igualmente se sustenta, em primeiro plano, por aspectos biológicos. Ajuriaguerra (1980) nos faz recordar que, para Piaget, a cognição está intimamente e de maneira recíproca, relacionada ao desenvolvimento da afetividade e socialização da criança.

Outra autora que se ateu ao estudo do desenvolvimento infantil, compreendendo uma estruturação mental, e conseqüentemente a erotização das crianças de maneira muito mais precoce, foi Melanie Klein. Em relação ao desenvolvimento psíquico, Ajuriaguerra (1980) cita que a diferenciação em relação à Freud:

[...] Melanie Klein, ao invés de falar de estágio, fala de ‘posição’, mistura de angústia e de defesa, que, iniciando de forma precoce, surgem e reaparecem durante os primeiros anos da infância e em determinadas circunstâncias na vida posterior (AJURIAGUERRA, 1980, p. 45).

Esta noção de posição descrita e proposta por Klein se configura em uma relação dinâmica que se mostra presente por toda a vida futura; e não como uma noção de estágios evolutivos descritos por Sigmund Freud.

Somado a estas questões biológicas e constitucionais não estão descartadas as influências do meio social e cultural. A organização de cada sociedade, as proibições e as permissões, a importância ou a forma da constituição familiar devem ser sempre consideradas ao abordar sobre o desenvolvimento psíquico como um todo.

Graças à amnésia infantil, pouco nos recordemos destes aspectos, exceto apenas alguns fragmentos, que são, além do mais, ininteligíveis. Contudo, fica clara a importância deste período do desenvolvimento, uma vez que Freud (1905/2016) afirma que:

[...] podemos nos convencer pela investigação psicológica em outras pessoas, que as mesmas impressões que esquecemos deixaram, todavia, os mais profundos traços em nossa vida psíquica, e se tornaram determinantes em todo nosso desenvolvimento posterior. Não pode se tratar, então, de um verdadeiro desaparecimento das impressões da infância, mas sim de uma amnésia semelhante a que observamos nos neuróticos a vivências posteriores, cuja essência consiste num mero afastamento da consciência (repressão) (FREUD, 1905/2016, p. 76).

Desta forma, podemos observar que, na teoria freudiana, o desenvolvimento sexual infantil tem um valor central e determinante na constituição psíquica. Além disso, o desenvolvimento das psiconeuroses, histerias e perversões estão intimamente ligados com a sexualidade deste período. Demais autores, ainda que em outras perspectivas, também contribuem e postulam a importância do desenvolvimento afetivo – e aqui pode-se ler desenvolvimento psicosssexual – para o desenvolvimento cognitivo e social.

Ao referir-se à segunda fase da masturbação infantil, Freud (1905/2016) descreve que a atividade masturbatória parece desaparecer por um determinado período, o que denominou como fase de latência. Contudo, há novamente o despertar deste instinto sexual, em que o autor situa por volta dos quatro anos de idade. E, segundo o autor, este reaparecimento depende de causas internas e externas, as quais estas últimas:

[...] adquirem importância grande e duradoura nessa época. Em primeiro plano está a influência da sedução, que trata a criança como objeto sexual prematuramente e a faz conhecer, em circunstâncias de forte impressão, a satisfação das zonas genitais, que ela, então, é geralmente obrigada a renovar pela masturbação. Tal influência pode vir de adultos ou de outras crianças (FREUD, 1905/2016, p. 97).

Com isso, ainda que as causas internas da sexualidade infantil fosse o foco de seu estudo, podemos verificar que Freud não descarta a importância de influências externas para o despertar precocemente as satisfações sexuais nas crianças.

O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA

Ao voltarmos a pensar nas características sociais do ser humano propostas no início deste trabalho, e mais especificamente nas crianças, podemos inferir que os meios de comunicação citados também se popularizaram entre as mesmas. O telefone celular, a internet e seus aplicativos e as redes sociais estão presentes no cotidiano das crianças de maneira tão intrínseca e cotidiana, que fica difícil imaginarmos uma criança do século XXI alheia a tudo isso. E o que falar da televisão? É fato que as crianças deste século não assistiram seu advento, porém sua popularização é inegável e, segundo os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE, 2017), apenas 2,8% dos domicílios não possuem televisão, sendo a maior concentração dessa ausência na região norte do país. Sendo assim, as nossas crianças, quase que no mesmo instante ao nascerem, já são postas ao meio televisivo.

Dito isto, é certo dizer que os recursos midiáticos, sejam estes televisivos ou de qualquer outra ordem, estão presentes na cultura lúdica das crianças. É certo dizer ainda que, ciente da popularização e seus efeitos para a população em geral, a mídia não tem poupado na utilização dos recursos para atingir seu objetivo primário, seja este a venda, o consumo ou o acesso.

Demais características das crianças e jovens também são apontadas por Postman (2006) descrevendo que, do ponto de vista sexual, as mesmas apresentam comportamento comparadas à de um adulto. O autor menciona igualmente que as mudanças na indústria têxtil são perceptíveis, o que o fez afirmar que há um desaparecimento das roupas infantis. Outra citação sobre o desaparecimento da infância refere-se às brincadeiras e aos jogos infantis. A criminalidade é igualmente citada, uma vez que há uma diminuição na diferença entre os crimes infantis e os crimes praticados pelos adultos. A não diferenciação em relação à linguagem utilizada pelas crianças e pelos adultos também é posta pelo autor nesta obra.

O referido autor resume ao dizer que “para onde quer que a gente olhe, é visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos – mesmo a aparência física – de adultos e crianças se tornaram cada vez mais indistinguíveis” (POSTMAN, 2006, p. 18).

Já em relação à influência dos meios digitais na cultura lúdica, Brougère (2010, p. 56) descreve que “a cultura lúdica incorpora, também, elementos presentes na televisão, fornecedora generosa de imagens variadas”.

Em vista disso, Postman (2006) postula que após o advento do telégrafo, o significado psicológico e social se alteraria, justificando que a informação passaria de uma expressão pessoal e regional para uma expressão impessoal e global. Com isso, segundo o autor, a individualidade perdeu seu espaço, as informações transformaram-se em anônimas, descontextualizadas, simultâneas e incontroláveis. Estes acontecimentos tiveram muito significado para a infância, em que, segundo o referido autor, anterior ao advento do telégrafo, o acesso às informações tidas pelas crianças eram controladas por adultos e transmitidas de maneira seqüencial. Com a alteração do tipo de informações, o livre acesso modificou a qualidade, a quantidade, a seqüência e as circunstâncias vivenciadas pelas crianças.

Os meios de comunicação elétricos – primeiramente e em especial a televisão, mas também o cinema, o rádio, entre outros – advindos após o telégrafo são os grandes responsáveis,

segundo o referido autor, pelas mudanças sociais e psicológicas da população, e em especial das crianças e da infância. O autor, no entanto, acrescenta o surgimento de outras fontes para a alteração do mundo simbólico, como por exemplo, os anúncios, cartazes e desenhos. Assim, a transmissão da linguagem se modifica e altera igualmente esse mundo simbólico.

A linguagem é uma abstração da experiência, ao passo que as imagens são representações concretas da experiência. Uma imagem pode, na verdade, valer mil palavras, mas em nenhum sentido, é equivalente a mil palavras, ou cem, ou duas. Palavras e imagens são diferentes universos de discursos, pois, uma palavra é sempre e antes de tudo uma idéia, uma invenção, por assim dizer, da imaginação (POSTMAN, 2006, p. 87).

É incontestável a importância do desenvolvimento da linguagem como funções simbólicas e, à esse respeito, Vygostky (2015) se torna referência ao afirmar que, dentre outras coisas, a linguagem possibilita que o homem planeje a solução de um problema antes de sua execução. O domínio da linguagem oral promove mudanças profundas, pois permite à criança organizar seu modo de agir e pensar e formas mais complexas de se relacionar com o mundo.

E voltando a abordar o meio de comunicação através mídia televisiva, Postman (2006), sob a lógica do acesso indiscriminado das crianças, reitera o desaparecimento da infância ao afirmar que:

[...] a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. [...] Dadas as condições que a cabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 2006, p. 94)

Neste sentido, do ponto de vista da sexualidade, parece não haver realmente do que se é ou não permitido, do que lhe é próprio ou impróprio aos olhos de uma criança. Assim, a sexualidade se escancara, sem que ao menos as características e particularidades desta criança sejam levadas em consideração. Em relação aos programas de televisão isto é realmente evidente, uma vez que a sexualidade não se restringe a horários, não há uma diferenciação de linguagem nem da forma de abordar o assunto. Somado a isto, muitas vezes, ou quase nunca, um adulto está presente, no intuito de que pudesse abordar tais aspectos e conferir as orientações necessárias para as crianças.

No atual contexto, podemos considerar que as crianças são, do ponto de vista da sexualidade, precocemente estimuladas, apresentando-se em decorrência disto, de maneira erotizada.

A PROPAGANDA MIDIÁTICA E UMA POSSÍVEL LEITURA

É fato que a propaganda midiática, na tentativa principalmente de venda e divulgação do produto que está anunciando, utiliza todos os recursos disponíveis. Para tanto, é cada vez mais comum nos depararmos com a presença de crianças nestes espaços transmitidos pela mídia e não menos raro nos assombremos com a forma da exposição das mesmas. Com isso, o que nos chama a atenção, e é objeto deste trabalho, é o uso que a mídia faz das crianças, bem como os aspectos envolvidos na sexualidade infantil decorrentes desta exposição.

É evidente que não podemos generalizar e afirmar sobre todas as propagandas, porém, em diversas vezes, testemunhamos crianças seminuas, com poses sensuais e algumas vezes até eróticas, com objetos e acessórios que não fazem parte do mundo infantil. Assim, a certeza da presença de características e comportamentos de um mundo adulto entre as crianças nos espaços utilizados pela mídia, nos faz recordar a postulação de Postman (2006) sobre o desaparecimento da infância, assim como também nos remete a um comportamento sexual adulto, uma vez que fica pronunciada aqui uma sexualidade genital.

Diante deste cenário, a reflexão nos leva a questionar sobre onde está a criança propriamente dita, com suas particularidades e características próprias de uma fase de desenvolvimento, com seu modo peculiar de expressar-se, sua linguagem, suas expressões faciais, o brincar e seus brinquedos e enfim, estes e demais elementos próprios do mundo infantil. Além disso, é possível indagar igualmente sobre a infância: onde e como está a infância no século XXI? Assim, cientes da ocultação descrita e apresentada atualmente (preferimos assim dizer, ao invés de desaparecimento), bem como o poder que a transformação social e psicológica pode exercer, qual o uso que as propagandas fazem dessa criança e dessa infância?

Assim como mencionado acima, uma rápida observação entre as propagandas nos permite afirmar a presença de crianças seminuas, com poses sensuais e eróticas, o que evidentemente e precocemente anuncia uma sexualidade genital. De acordo com Freud (1905/2016), a fase psicosssexual genital se estabelece no início da puberdade e se caracteriza pela retomada dos impulsos sexuais, os quais se encontravam em um período de latência, e que são dirigidos para a obtenção do prazer através dos órgãos genitais. É fato que as idades propostas pelo autor não são rigidamente fixadas, havendo portanto uma flexibilidade neste aspecto cronológico; porém, as crianças expostas pela mídia a qual nos atentamos neste momento, está longe de corresponder à fase da sexualidade genital. Como inevitável efeito desta estimulação precoce, a erotização se mostra presente na vida da criança.

Em relação à estimulação precoce, Freud (1905/2016) já havia anunciado que a sedução, tanto de adulto quanto de criança é uma das causas determinantes para o reaparecimento da sexualidade infantil após o período de latência. A objetificação sexual e a decorrente satisfação das zonas genitais apresentam grande importância para a criança nesta época.

Manipulação e abuso são certamente utilizados para que a propaganda possa atingir a venda e o consumo de produtos. A este respeito, ainda que no ano de 2006 e em um contexto americano, Postman, cita que os segredos quanto à sexualidade e a presença de garotas na televisão como objetos sexuais começam a serem encaradas de forma natural pelos telespectadores. E menciona que, “[...] se isto leva as coisas longe demais, talvez possamos dizer que o uso explícito, embora simbólico, de crianças para a satisfação de fantasias sexuais dos adultos já se tornou inteiramente aceitável” (POSTMAN, 2006, p. 105). E infelizmente, ainda que alguns anos depois desta publicação, a situação ainda se apresenta de maneira concreta, e aqui no Brasil.

Diante de todo o contexto exposto após o surgimento do telégrafo e principalmente da televisão, o desaparecimento da infância pode ser igualmente pensada sob a perspectiva do desaparecimento da fase adulta. Postman (2006), sobre este assunto, relata que, como a fase adulta e a criança caminham para uma não diferenciação entre as mesmas, essas duas etapas se coincidem em uma só.

Ao pensarmos nas crianças expostas na mídia atualmente, certamente poderemos verificar esse cenário, as quais exibem um comportamento que não lhes é próprio. A linguagem, a maquiagem facial, as roupas e o comportamento sexual não diferem significativamente dos aspectos dos adultos. Neste sentido, parece que nos remetemos às características de crianças, da Idade Média, como adulto em miniatura descrito por Ariés (1981). E, mesmo após séculos, a mídia parece reforçar em não diferenciar substancialmente em nada neste aspecto, apresentando ainda a idéia do mini-adulto.

Ora, mas se as características e as particularidades da infância e da criança já são postas e a ciência se esforça por descrevê-las, talvez nos leve a refletir neste momento os elementos intrínsecos presentes naqueles que fazem o uso de crianças pequenas em propagandas midiáticas explicitando a erotização e reforçando ainda mais a ocultação e o desaparecimento da infância.

Aqui entra em cena um conceito essencial que nos permite analisar o uso que as propagandas fazem das crianças: a ética! Assim, uma indagação pertinente nos remete neste

momento: Será que “vale tudo” em prol da venda, do consumo e, como consequência lógica, o dinheiro? O valor monetário estaria então acima da ética ao fazer o uso de crianças pequenas nas propagandas?

Primeiramente, uma breve definição se faz necessária. Segre e Cohen (1995) mencionam que é preciso distinguir os conceitos relacionados à valor, moral e ética. Segundo os autores, os valores são referências intrínsecas, que são expressos em sentimentos e propósitos individuais. A moral é um conjunto de valores e normas, que instituem os direitos e deveres do indivíduo na sociedade. E, estes conceitos de valor e moral permeiam e estão inclusos na ética, que, como definição de Fortes (1998), ética se caracteriza por “um dos mecanismos de regulação das relações sociais do homem que visa garantir a coesão social e harmonizar interesses sociais coletivos” (FORTES, 1998, p. 25).

É fato que um indivíduo ético, referenciando novamente Segre e Cohen (1995) perpassa por aspectos como autonomia e maturidade. Para tanto, a ética requer uma condição individual que tem fundamentação muito anterior e precoce no desenvolvimento psíquico infantil.

Desta maneira, as indagações continuam a existir e, será que poderíamos afirmar que o indivíduo por trás da mídia é um sujeito maduro e autônomo, requisitos básicos para um ser ético? Ou, será que este indivíduo mesmo apresentando tal comportamento em prol do “vale tudo”, é ético? Em resposta a estas indagações, é certo afirmar que se a ética estivesse presente intrinsecamente nestes indivíduos, indiscutivelmente, tais propagandas não existiriam...

Contudo, a análise dos elementos psíquicos presentes nos indivíduos que fazem o uso de crianças nas propagandas reivindica um maior aprofundamento e, estas indagações podem servir de estímulos para futuras reflexões.

Vale aqui lembrar que, o ato de brincar e o brinquedo, amplamente investigado por Melanie Klein (1981/1932) é uma expressão psíquica infantil e se levarmos também em consideração Brougère (1998), o qual descreve o brincar como sendo uma atividade que necessita de aprendizagem; poderíamos nós profissionais (e não só) que lidamos diretamente com a infância e as crianças, contribuir, ensinar e fomentar a formação psíquica e social de maneira mais saudável. Ou então, estaremos correndo o risco de estarmos instigando às nossas crianças a serem e se comportarem como adultas, e não como crianças!

Para finalizar, concluímos que, se a mídia pode desempenhar um papel determinante com efeitos nos aspectos sociais e psicológicos, não desempenharia igualmente um papel determinante na luta contra o desaparecimento da infância e/ou do adulto?

REFERÊNCIA

- ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AJURIAGUERRA, Julian. **Manual de Psiquiatria Infantil**. trad. Paulo César Geraldos e Sonia Regina Pacheco Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Masson do Brasil Ltda, 1980.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskop, 8. ed, São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura Lúdica. In: Kishimoto, T. (org) et.al. **O brincar e suas teorias**. 1.ed. São Paulo: Cengage Learning, 1998
- SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio. **Bioética**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. **Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais, tomada de decisões, autonomia e direitos do paciente, estudos de casos**. São Paulo: EPU, 1998.
- FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: **Sigmund Freud Obras Completas Volume 6 – Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (“O Caso Dora”) e Outros Textos [1901 – 1905]**. trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD – 2017 Acesso à internet, televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. [online] disponível em www.agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acessado em 28/12/2018
- KLEIN, Melanie. **Psicanálise da Criança**. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1981. original de 1932.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2004.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2006.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: Vasconcellos, Vera Maria Ramos de; Sarmento, Manuel Jacinto. **Infância (In) Visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.
- STRACKEY, James. Nota do Editor. In: **Sigmund Freud: Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos 1901-1905 – vol VII**. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- VYGOTSKY, Lev Semynovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CAPÍTULO 12

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS TRANS ACERCA DA CONSULTA GINECOLÓGICA POR MEIO DO VÍDEO “HOMEM NO GINECOLOGISTA” DO YOUTUBER TRANSDIÁRIO

Matheus dos Santos Carvalho, Graduando em enfermagem, UNIT
Pâmela Tays de Holanda Silva, Graduanda em enfermagem, UNIT
Jaqueline Paulino Gomes, Graduanda em enfermagem, UNIT
Mariana Tavná Silva dos Santos, Graduanda em enfermagem, UNIT
Marcelly Regina Mendes Ferreira, Graduanda em psicologia, UNIT
Joyce Fagundes Ribeiro, Graduanda em enfermagem, UNIT
Amanda de Oliveira Bernardino, Mestre em enfermagem, UFPE. Professora de enfermagem, UNIT
Ednaldo Cavalcante de Araújo, Doutor em enfermagem, UNIFESP
Professor de enfermagem, UFPE

RESUMO

Esse artigo buscou descrever o contexto de homens transexuais na consulta ginecológica, interligando na abordagem das representações sociais por intermédio do vídeo “Homem no Ginecologista”, somando-se as especificidades que as diferem no acesso à saúde. Realizou-se uma pesquisa de cunho tipo exploratória, com abordagem qualitativa e as representações sociais referidas nessa pesquisa, compreendem como o conjunto de conhecimentos, opiniões e imagens que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Após a análise do vídeo, emergiram-se três categorias temáticas: “Hormonioterapia e sistema reprodutor”; “Serviço despreparado para o atendimento aos homens trans” e “Consulta ginecológica é constrangedor”. Portanto, esse estudo problematizou sobre as representações sociais que homens trans possuem sobre a consulta ginecológica, bem como norteou novas implicações nesse contexto. Assim, considera-se que uma das conclusões aqui é afirmar a necessidade de uma mudança urgente nos serviços de saúde relacionado a ginecologia e na capacitação profissional para um atendimento humanizado aos homens trans.

PALAVRAS – CHAVE: Representações sociais; Pessoas transgênero; Ginecologia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a busca por conhecimentos acerca do gênero vem despertando um novo olhar e possibilitando discussões fundamentais para problematizar a concepção da diversificação sobre as identidades de gênero e a sexualidade trans. Para Toibaro et al (2009) e Harb et al (2019), homens transexuais são pessoas que tiveram o sexo feminino designado ao nascer, mas que se identificam como masculino no espectro de gênero. A maioria desses

indivíduos não realiza a remoção cirúrgica dos seus órgãos reprodutivos (redesignação sexual), como a genitoplastia masculinizante e, portanto, estão incessantemente sob risco de desenvolver diversos agravos de saúde, assim também de exclusão social (BESWICK, CORKUM; SOUZA, 2019).

Se tratando do contexto de inserção em exercício da cidadania educacional, econômico e direito de saúde, o homem trans, com suas singularidades acabam sofrendo diversas inseguranças em seu meio social e nos serviços de saúde. Conforme Nardi (2013) as políticas públicas devem seguir uma linha de inclusão social sem paradigmas da cisheteronorma, visto que a dignidade humana e proteção do ser humano, acabam deixando a desejar em sua conjuntura social. Para Moraes (2013) o indivíduo deve ser considerado globalmente onde quer que ele se manifeste, alinhado à luz do dilema constitucional.

Ainda é pouco existente diretrizes específicas para pacientes transexuais, portanto a consulta ginecológica com rastreios em homens transexuais que ainda possuem o colo uterino deve ser feita de acordo com as mesmas diretrizes de mulheres cisgênero seguindo as recomendações da American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG). As recomendações é que o rastreamento citopatológico deve ser realizado por médicos e enfermeiros, em mulheres com 25 anos que já tenham iniciado a atividade sexual e continuar até os 64 anos, sendo as duas primeiras amostras colhidas com intervalo de um ano entre elas e, se ambas derem resultado negativo, o seguimento deve ser a cada 3 anos (BARBOSA et al, 2018).

Apesar disso, estudos mostram que a população transexual é muito mais propensa a não estar em dia com o Papanicolau quando comparado a mulheres cis, levando uma alta probabilidade de desencadear Infecção sexualmente transmissível (IST) (REISNER, et al, 2010). Isso pode ser evidenciado pelas diversas barreiras específicas ao tentar acessar o serviço de saúde como o desconforto que o exame pélvico traz para o homem transexual, além do enfrentamento de diversas vulnerabilidades nos serviços de saúde, sendo expressa pelo despreparo profissional, não acolhimento, atendimento inadequado e pela falta de competência na integralidade do cuidado (MULLER, 2008; DIETZ ; HALEM, 2016).

Portanto, para que os homens transexuais desenvolvam representações sociais como possibilidades indenitárias são necessário está inseridos numa complexa rede de saberes frente as suas necessidades, visto que a justaposição de uma identidade de gênero masculina durante um procedimento ginecológico é uma fonte poderosa de desconforto, pois alguns preveem ser

maltratados e tratados de maneira diferente por causa de sua identidade transgênero (SPIZZIRRI et al, 2017). Apesar desse conjunto de fatores desagradáveis, a promoção da saúde com qualidade, facilita a criação de um vínculo paciente-profissional, o que permite um cuidado respeitoso e adequado.

Logo, a relevância desse estudo é de fato descrever o contexto de homens trans na consulta ginecológica, interligando na abordagem das representações sociais por intermédio do vídeo “Homem no Ginecologista”, somando-se as especificidades que as diferem no acesso à saúde.

METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, com abordagem qualitativa. Desse modo, a pesquisa qualitativa fornece a possibilidade de responder questões que não podem ser quantificadas por serem essencialmente problematizadoras dos sentidos que são inferidos pelos participantes e pelo contexto que estão inseridos. É nesse contexto que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças, valores e aspirações, que corresponde a um espaço subjetivo das relações humanas e dos fenômenos sociais (MINAYO, 2015).

O cenário do estudo foi o vídeo do YouTube denominado “Homem no ginecologista”, no canal do youtuber TRANSDIÁRIO, cujo endereço virtual é: <https://youtu.be/fZiEXU7WiGk>. Apesar também do vídeo esta presente em redes sociais, deu-se preferência para o vídeo original e completo, na qual se encontra na plataforma inicialmente relatada na metodologia.

A escolha desse vídeo, justifica-se pelo fato do tema do vídeo ser conforme com o tema abordado nesse artigo. Bem como, os personagens inclusos no vídeo têm experiência sobre consulta ginecológica em seu contexto, no caso como homens trans. Por consequência, os pesquisadores tiveram acesso a fonte de forma direta ao vídeo, que possui 8 minutos e 20 segundos, sendo este disponível na plataforma do YouTube para acesso desde de Junho de 2018.

Os participantes desse estudo foram dois homens trans que relataram as suas experiências na consulta ao ginecologista, os desafios do atendimento e da adesão dessa população.

O intuito desta pesquisa foi descrever o contexto de homens trans sobre consulta ginecológica, interligando na abordagem das representações sociais por intermédio do vídeo “Homem no Ginecologista”. As representações sociais aqui referidas nessa pesquisa, compreendem como o conjunto de conhecimentos, opiniões e imagens que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Sendo assim, esse estudo foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira, foi realizada a coleta de dados, que ocorreu em julho de 2020, no YouTube, nos seguintes passos: acesso a plataforma; acesso a lacuna para busca e acesso ao canal do autor do vídeo. É nesse acesso ao canal do autor, que se tem acesso ao vídeo denominado "Homem no Ginecologista", que foi incluso para esse estudo. Na segunda etapa, o vídeo foi submetido a análise de conteúdo, de acordo com Thiago et al (2016); para posterior construção de categorias temáticas, identificação dos principais temas referentes à consulta ginecológica em homens trans associado as representações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise pretendeu-se identificar e promover uma discussão em torno das representações sociais existentes em homens transgêneros sobre consulta ginecológica no vídeo do YouTube “Homem no Ginecologista”, no canal do TRANSDIÁRIO. Considerando que, muitas vezes, esse vídeo pode ser referencial para o conhecimento social trazido por esse público perante os profissionais que atuam nesse âmbito de saúde e que atendem esse determinado grupo. Dessa forma, emergiram três categorias temáticas: “Hormonioterapia e sistema reprodutor”; “Serviço despreparado para o atendimento aos homens trans” e “Consulta ginecológica é constrangedor”.

HORMONIOTERAPIA E SISTEMA REPRODUTOR

Diálogo em cena:

Homem Transgênero I: “Alguns dias tive uma consulta médica, esses dias, foi ontem (risos). Fui ao médico, meu endócrino, ele chegou pra mim e falou: " olha, você já está em terapia hormonal tem um ano e tal, já faz um tempo. Você não foi no ginecologista desde que começou a Terapia hormonal, seus órgãos reprodutores, né? de ovário, útero, essas coisas toda..." que a gente nem sabe pra que tanto serve, né ? (Risos).”

Homem Transgênero I: “Ele falou que eu preciso ir no médico para ver, porque esses meus órgãos estão meio que parados, pararam de funcionar por causa da terapia hormonal. Que é bom eu ir pra ver o que está acontecendo, se não tá nada doente ou alguma coisa assim.”

Desse modo, a fala desse personagem do vídeo demonstra-se de acordo com o estudo de Angonese M e Lago MCS (2017); que afirma em seu estudo sobre saúde sexual e reprodutiva, que alguns homens trans só realizam os exames ginecológicos quando dão início a hormonioterapia, geralmente indicado pelo endocrinologista. Esse acompanhamento ginecológico deve ser tanto para os homens trans que usam o hormônio como também para aqueles que não usam, pois esse acompanhamento tem como objetivo em manter a saúde sexual e reprodutiva do indivíduo.

Consequentemente, a hormonização é uma das principais demandas e a primeira modificação corporal no qual os homens trans realizam como demonstra Nery e Filho (2015). Sendo essa demanda uma possibilidade para expressar a masculinidade por meio do seu corpo. Nesse contexto, a hormonização de acordo com Sousa e Ariart (2018) acontece geralmente com o uso da testosterona, que é um hormônio, porém aplicado na forma sintética.

A hormonioterapia possibilita modificações corporais nos homens trans, que submetem na busca de alcançar o corpo idealizado por meio de padrões sociais, como afirma Sousa e Iriart (2018). Essa demanda é muito procurada, porque as aparências socialmente femininas, no uso da testosterona tornam-se invisíveis no decorrer do uso prolongado. Com isso, surgindo aparências socialmente masculinas como barba, voz grossa, mais massa muscular e entre outros.

Entretanto, como afirma Angonese e Lago (2017) faz-se necessário não banalizar os efeitos da testosterona perante o uso em homens trans, devido que existe riscos a saúde dos mesmos. No contexto da ginecologia, é necessário acompanhar as alterações que acontecem no sistema reprodutor dos homens trans. Campana et al (2018) em seu estudo, demonstra alguns efeitos que a testosterona pode causar, como: hipertensão, acne, aumento ou diminuição do colesterol, policitemia e também uma alteração na questão do sistema reprodutor que deve ser acompanhado por profissional que é a amenorréia, definida como ausência da menstruação.

Por intermédio dessa fala, observa-se que o homem trans que está em hormonização deve ser avaliado e ter assistência profissional para que esta prática não cause danos. Isso porque a qualidade do hormônio, o ciclo de realização, o modo como ele é aplicado e o acompanhamento do ciclo produzem questões e possíveis agravos à saúde dos homens trans (SOUSA; IRIART, 2018). Nesse momento estudo, demonstra-se que os homens transexuais não aderir a consulta regular ao ginecologista é emocionalmente e racionalmente entender-se como homem e ferir a lembrança dos órgãos reprodutores feminino, essa negação

pode ser uma das causas para o negligenciamento do rastreamento das doenças comuns desses órgãos.

SERVIÇO DESPREPARADO PARA O ATENDIMENTO AOS HOMENS TRANS

Diálogo em cena:

Homem Transgênero II: “Nós dois não trocamos o nome e quando chega na sala de espera, quando chama, chama pelo nome de registro que é o nome que está na identidade. Ah, então isso causa constrangimento na gente.”

Homem Transgênero I: “Eu pedi para moça me chamar pelo meu nome social, ela me chamou pelo nome feminino.”

Por intermédio dessa fala, evidencia-se que há um despreparo dos serviços de saúde sobre o uso do nome social em homens trans, porém este deve ser respeitado na consulta ginecológica. Sendo assim, Rocon et al (2016); afirma em seu estudo sobre várias dificuldades que a população trans passa nos serviços de saúde, incluindo o desrespeito ao uso do nome social. Sendo isto, um motivo para afastamento dos serviços e abandonos de tratamentos.

Sendo assim, pode ser definido como nome social, um prenome adotado pela pessoa trans, sendo esse prenome correspondido ao nome pela qual o indivíduo se reconhece e se identifica (RODRIGO, 2018). Segundo Silva et al (2017); o nome social não é o mesmo nome do registro civil, pois o nome social é mais conforme a identidade de gênero dos homens trans. Já o nome do registro civil foi baseado no processo de designação sexual por meio de um contexto extremamente biológico.

Dessa forma, em 2011, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. Entretanto, Sousa e Iriart (2018) demonstra em seu estudo que mesmo após o lançamento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, em grande quantidade os participantes inclusos em seu estudo, relataram que o nome social ainda era desrespeitado nos serviços de saúde, mesmo sendo um direito por meio da portaria nº 2.836.

De acordo com Rodrigo (2018); o nome é, junto com a aparência, a primeira coisa que nos apresenta e identifica. É muito importante que o nome social seja respeitado, de acordo com a identidade de gênero, independente da alteração no Registro Geral.

Portanto, demonstra-se a importância da inclusão do nome social nas fichas de atendimento, para que haja um acolhimento e respeito aos homens trans que procuram os serviços de saúde, principalmente a questão da ginecologia. Então, quando esse nome social é

respeitado por questão de direito, evita com que aconteça afastamento dos serviços e abandonos de tratamentos, incluindo também as consultas ginecológicas.

Diálogo em cena:

Homem Transgênero I: “Só que a experiência de ir ao médico sempre é um saco.”

Homem transgênero II: “É importante que os futuros profissionais e os profissionais que estão hoje, enfim, deve saber respeitar a diversidade das outras pessoas, né? A gente é diverso e plural, não podem ficar preso no binarismo de homem cisgênero e mulher cisgênera.”

Através dessa primeira fala, observa-se que os homens trans do vídeo relatam que a experiência de ir ao médico é algo desagradável, porque na questão da ginecologia, na maior parte não inclui um serviço acolhedor e nem específico para o público trans. Nesse raciocínio, Angonese e Lago (2017); relatam que a saúde reprodutiva e sexual da população trans ainda não é uma realidade no Brasil, visto que, o atendimento à saúde dessa população, suas especificidades são bastante negligenciadas e invisibilizadas.

Além disso, Guaranha (2014) em seu estudo evidenciou-se que o atendimento a saúde da população trans é marcado por preconceito, discriminação e constrangimento, mostrando então a transfobia nos serviços de saúde. Com isso, alguns que possuem acesso à saúde, tem ele dificultado ou até mesmo impossibilitado. Mas também, segundo Souza e Iriart (2018), as políticas de saúde são ainda bastante embasadas por uma noção heterocisnormativo, que costuma influenciar a constituição dos serviços e a atuação profissional, por isso o atendimento à população trans requer adequações dos serviços de saúde.

Nesse contexto, para alguns profissionais de saúde, há um grande desafio para o atendimento a população trans, porque a formação nos cursos de graduação em geral não prepara para o atendimento a especificidades de saúde desses sujeitos (RODRIGUES, 2014).

Desse modo, na questão da ginecologia, faz-se necessário saber que homens trans têm vagina e automaticamente precisam ser acompanhados por um profissional qualificado, mas antemão o mesmo deve passar por um ensino que englobe uma compressão social e não apenas técnica.

Dessa forma, constatando-se uma necessidade urgente para um atendimento específico, acolhedor, respeitoso e humanizado nos serviços de saúde, incluindo a ginecologia. Evidencia-se que os profissionais devem se capacitar em relação ao atendimento da população trans, sendo urgente no caso dos homens trans (RODRIGUES, 2014).

CONSULTA GINECOLÓGICA É CONSTRANGEDOR

Diálogo em cena:

Homem transgênero II: “A maioria deixar de ir exatamente, não é porque não quer, é porque... é desconfortável, é constrangedor.”

Homem transgênero II: “Eu por exemplo deveria ir, mas não vou há muito tempo.”

Sousa e Iriart (2018); em seu estudo, nomeia várias categorias profissionais e também as demandas que os homens trans necessitam, como psicólogo, endocrinologista, cirurgião e também relata a questão do atendimento ginecológico.

Nos estudos de Angonese e Lago (2017); fundamenta-se que esse constrangimento perante a consulta ginecológica está relacionado ao despreparo profissional, porque alguns profissionais não são capacitados e resulta em um serviço totalmente heterocisgêneronormativo, que implica totalmente no atendimento aos homens trans. Esse despreparo dos profissionais de saúde relatado na categoria acima, de tecnicamente ser um risco a saúde física dos homens trans é também mais uma forma da sociedade excluir e discriminar essa população. Devido que, no relato da fala gera medo, desconforto, angústia, constrangimento e um risco a mais na saúde mental e física, já que quando se procura a assistência a saúde espera-se que o profissional nos ajude, se importe e tenha empatia, é um choque quando acontece o inverso.

Além disso, Nery e Maranhão (2015) relata que os homens trans se sentem como cobaias nos serviços de saúde e também no âmbito da ginecologia. Quando chegam aos serviços com os profissionais descapacitados precisam explicar o que é ser um transexual, a diferença entre gênero e sexualidade, para esses profissionais, resultando então uma falta de confiança (entre paciente e profissional) e constrangimento para esses indivíduos.

Florido e Elian (2020); relata que esse constrangimento também é que o exame pélvico pode causar desconforto no paciente por exacerbar sua disforia, que causa conflito emocional por questão da anatomia e autopercepção. Esse constrangimento pode ser ainda pior quando o profissional é despreparado e isso causa desconforto na realização do Papanicolau.

Lara et al (2013); descreve que 74,1% dos ginecologistas têm despreparados para o atendimento ginecológico para os homens trans, relatando também que é necessário uma diretrizes para esse atendimento. Mas também, exigem que os ginecologistas se interessem e se atualizem sobre essas questões. Há o The World Professional Association for Transgender Health (WPATH), que construiu um guia com as recomendações para o cuidado aos pacientes

transsexuais, sendo baseado nas experiências dos Estados Unidos e Europa. Dessa forma, serve para que profissionais como ginecologistas se baseiam para sua atividade clínica.

Spizzirri et al (2017), sugere que haja uma autonomia dos indivíduos nesse serviço para que no seu próprio atendimento exista mais confiança e segurança. Sendo assim, esse contexto pode ser usado como uma forma de amenizar o constrangimento nas consultas ginecológicas em homens trans. Além disso, que esses profissionais em processo de formação nas universidades sejam sensibilizados para um atendimento humanizado e focado no indivíduo em todas as necessidades: física, emocional, espiritual e retirar a visão biomédica que é focado na doença e no corpo. Sendo assim, minimizará os danos sociais interligado a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, essas representações sociais podem produzir efeitos na prática do profissional como também nos serviços de saúde. Dessa forma, por intermédio dos indivíduos do vídeo, na qual trazem suas representações resultantes da interação social dentro do contexto dos serviços de ginecologia. Sendo assim, demonstrando-se suas opiniões, imagens, conhecimentos que podem permitir uma discussão sobre essa temática. No entanto, estudos desta natureza podem problematizar sobre as representações que homens trans possuem sobre a consulta ginecológica, bem como nortear novas implicações desse contexto. Assim, considera-se que uma das conclusões aqui é afirmar a necessidade de uma mudança urgente nos serviços de saúde relacionado a ginecologia e na capacitação profissional para um atendimento humanizado aos homens trans.

REFERÊNCIAS

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transsexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 256-270, mar. 2017.

BARBOSA, Andressa Pedro *et al.* PREVENÇÃO E RASTREAMENTO DE NEOPLASIAS FEMININAS: MAMA E COLO DO ÚTERO. *Acta Medica*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 336-345, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - LGBT. Brasília: MS; 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasília: MS; 2006. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BESWICK A, CORKUM M, D'SOUZA D. Locally advanced cervical cancer in a transgender man. **Cmaj**, [S.L.], v. 191, n. 3, p. 76-78, jan. 2019.

CAMPANA, Gabriela Aline; ZAMBON, Camila Pereira; TIEGS, Lurian Marieni Rodrigues; CARDOSO JÚNIOR, Clóvis Dervil Appratto. A TERAPIA HORMONAL NO PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO. **Revista Científica Faema**, [s.l.], v. 9, n. , p. 526-531, 15 jun. 2018.

Comitê de Assistência à Saúde das Mulheres Carentes. Parecer do Comitê: Assistência Médica a Transgêneros . Relatório nº 512. Washington, DC: **Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas**, 2011

DIETZ, Elizabeth, HALEM, Jessica. How Should Physicians Refer When Referral Options Are Limited for Transgender Patients? **Ama Journal Of Ethics**, [S.L.], v. 18, n. 11, p. 1070-1078, nov. 2016.

FLORIDO, Lucas M. P.; ELIAN, Ethel M. H.. DESAFIOS DO RASTREIO DE CÂNCER DE COLO EM HOMENS TRANSGÊNEROS. **Revista Cadernos de Medicina**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 162-169, jan. 2020.

GUARANHA, C. O desafio da equidade e da integralidade: travestilidade e transexualidade no Sistema Único de Saúde. 2014. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HARB, Christine Yw *et al.* Motivadores e Obstáculos ao Acesso a Serviços de Saúde Sexual para Transgêneros / Pessoas que Se Importam com Sexo Atribuídos Sexo Feminino ao Nascimento. **Saúde Transgênero**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 58-67, fev. 2019.

LARA, Lucia Alves da Silva et al. Transtornos da identidade de gênero: o que o ginecologista precisa saber sobre transexualismo. **Revista Brasileira Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.239-242, 2013.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A nova família, de novo – Estruturas e função das famílias contemporâneas. **Pensar**, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 587-628, 2013.

MULLER, Magnor Ido. Desigualdades no SUS: o caso de atendimento às travestis é 'babado'! **Cadernos Ebape**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 1-14, jun. 2008.

NARDI, Henrique. Diversidade sexual e políticas públicas: compreendendo os vetores da subjetivação e as transformações no dispositivo da sexualidade. **XVII ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO PRÁTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS** Florianópolis: Abrapso, 2013.

NERY JW, Maranhão-Filho EMA. Trans-homens: a distopia nos tecno-homens. In: **Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Ministério da Saúde, organizador.** Transexualidade e travestilidades na saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. p. 25-35.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alessandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016.

REISNER SL, *et al.* Comportamentos sexuais de risco e preocupações psicossociais à saúde de homens transgêneros de mulher para homem que pesquisam doenças sexualmente transmissíveis em um centro de saúde da comunidade urbana. **Cuidados de AIDS**, [S.L.], v. 26, n.7, p. 857-64, 2014.

REISNER SL. Um estudo de métodos mistos das necessidades de saúde sexual da Nova Inglaterra transmen que fazem sexo com homens não transgêneros. **Assistência ao Paciente com AIDS**, [S.L.], v. 24, n.8, p. 501-13. Agosto de 2010.

RODRIGO, Cássio. Nome social e a plena cidadania T. **Diversidade Sexual e de Gênero**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 29-36, dez. 2018.

RODRIGUEZ, A. M. M. Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC, 2013-2014. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Livia Karoline Moraes da; SILVA, Ana Luzia Medeiros Araújo da; COELHO, Ardigleusa Alves; MARTINIANO, Claudia Santos. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 835-846, jul. 2017.

SOUSA, Diego; IRIART, Jorge . “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, p. 306-318, Fev. 2018.

SPIZZIRRI, Giancarlo et al. Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. **Medicina Sexual**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 176-179, fev. 2017.

THIAGO, Cristiane da Costa; RUSSO, Jane Araujo; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 20, n. 56, p. 37-50, mar. 2016.

TOIBARO, Javier Jose., *et al.* Infecciones de Transmision Sexual en Personas Transgenero y Otras Identidades Sexuales. **Medicina** (Buenos Aires), V. 69, n. 3, p. 327-330, Dez. 2009.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicología**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 379-390, ago. 2007.

CAPÍTULO 13

CYBERBULLYING, MINORIAS SEXUAIS E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Mísia Carlyne Pereira de Morais, Mestranda em Psicologia Social, UFPB
Ludwig Félix Machado Leal, Mestrando em Psicologia Social, UFPB
Carlos Eduardo Pimentel, Professor adjunto, UFPB

RESUMO

O presente estudo é uma revisão sistemática da literatura que teve como objetivo explorar a temática do cyberbullying com foco nas minorias sexuais e saúde mental e a forma como se associam, observando possibilidades de elementos que poderiam tanto explicar quanto aliviar a associação (moderadores e mediadores) positiva entre tais constructos. Para alcançar tais metas, foram escolhidas três bases de dados – Scopus, PubMed e PsycINFO. As buscas foram feitas com base nos critérios PRISMA para revisões sistemáticas e meta-análise. Foram selecionados 24 artigos empíricos que serviram de base para uma análise qualitativa. Os resultados confirmam uma associação positiva entre pertencer a minorias sexuais, ser vítima de cyberbullying e apresentar problemas de saúde mental. Para além disso, elementos como idade, raça, status socioeconômico, a qual minoria sexual se pertence são relevantes. A cyber vitimização e a pertença a minorias sexuais ainda estiveram associados a dificuldades na esfera social, relação problemática com internet e smartphones, substâncias e a vitimização por outros tipos de violência. Chama a atenção o papel moderador do apoio social, que foi colocado como elemento que pode aliviar estas associações positivas. Nesta direção, estudos futuros podem usar tanto o apoio social quanto os outros fatores já supracitados como possíveis mediadores e moderadores nas relações entre a cyber vitimização, minorias sexuais e saúde mental. Finalmente, os dados apresentados nos direcionam a uma necessidade de um olhar multidimensional e contextualizado por parte de pesquisadores e profissionais que estão em contato com este tipo de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Cyberbullying, minorias sexuais, saúde mental, cybervitimização, LGBTQI+.

INTRODUÇÃO

No dia 28 de junho de 1969 a comunidade gay de Nova Iorque, reagindo a violência policial constante, deu início a chamada rebelião de Stonewall que é considerada, por muitos, o início do movimento moderno pelos direitos LGBTQI+ (SILVA; JACOBO, 2020). Stonewall, bar no qual se deu aquela primeira manifestação pode ser nomeado um ponto de origem espacial de um movimento que se espalhou por todo o globo.

Mais de 50 anos depois, a comunidade LGBTQI+ ainda é alvo de violências diversas e hoje, com o advento e avanço das tecnologias, especialmente a internet, seus membros, se deparam com novas formas de agressão. Dentre estas, se destaca o cyberbullying. O cyberbullying é um fenômeno que pode ser definido, como uma agressão repetitiva, intencional e prejudicial direcionada a um indivíduo ou grupo e que acontece no ciberespaço através de dispositivos tecnológicos (BROWN et al., 2019, ENGLANDER et al., 2018). Sendo assim, este seria uma variação do bullying tradicional que acontece por meio de uma violência não-física, que está atrelada a uma percepção de anonimato por parte do agressor e ocorre em plataformas virtuais diversas tais como redes sociais, websites e blogs (CAGLA, 2019).

Quando nos voltamos especificamente nos problemas psicológicos e emocionais, fica evidente a influência do cyberbullying na saúde mental das vítimas. Neste ponto, é válido falar sobre o conceito de saúde mental, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) coloca como a habilidade que os indivíduos têm de lidar com os estresses do dia a dia manter sua produtividade e contribuir para o crescimento da comunidade. É oportuno salientar que apesar de ser considerado um conceito variável e muito subjetivo pela literatura científica, a saúde mental é um constructo multidimensional que abrange questões biológicas, sociais e psicológicas (MARINHO ALVES; RODRIGUES, 2010; URBINA-GARCIA et al., 2020).

Estudos recentes comprovam que tanto a vitimização por cyberbullying quanto a pertença a minorias sexuais estão associados a problemas de saúde mental. Liu e colaboradores (2020), em pesquisa com estudantes de escolas chinesas, por exemplo, coloca a cybervitimização como um preditor de depressão e sintomas de estresse pós-traumático. Byrd (2015), por outro lado, aponta que pessoas pertencentes a minorias sexuais tendem a reportar maiores níveis de depressão e ansiedade quando comparadas a heterossexuais. Esses estudos corroboram com a Teoria do Estresse de Minorias que postula que em função de fatores estressores como a discriminação, pessoas LGBTQI+ tendem a estar mais vulneráveis e assim, apresentar mais de problemas de saúde mental quando comparadas com heterossexuais (MEYER, 2003).

Dados como estes apontam para uma intersecção entre pertencer a minorias sexuais, a vitimização por cyberbullying e saúde mental. Mais que isso, mostram a necessidade de se aprofundar dentro da temática (STOL; BLOCK, 2015). Dessa forma o objetivo dessa revisão foi decifrar o que a literatura já diz sobre o assunto e descobrir novas possibilidades variáveis que expliquem ou possam aliviar essa associação (mediadores e moderadores) entre a

vitimização por cyberbullying, pertença a minorias sexuais e a apresentação de problemas de saúde mental.

MÉTODO

Essa revisão seguiu os critérios PRISMA (MOHER, LIBERATI, TELZLAFF & ALTMAN, 2009) para revisões sistemáticas e meta-análise.

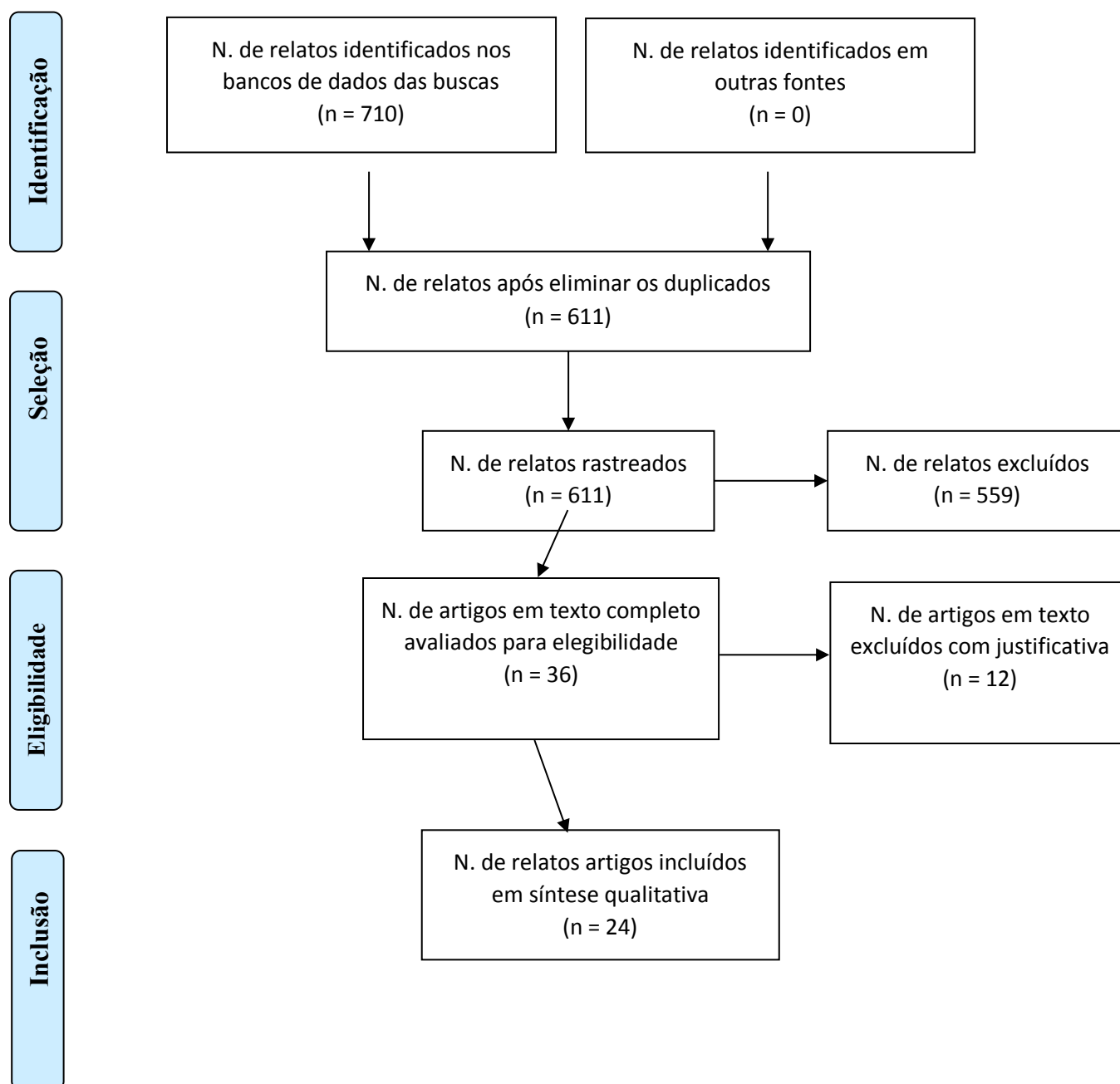
BASES DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE BUSCA

Foram utilizadas três bases de dados: Scopus, PubMed e PsycINFO. A pesquisa foi feita a partir da combinação dos termos *cyberbullying* ou *cybervictimization* com *sexual minorities*, *LGBT e mental health*. Todas as combinações possíveis foram testadas nas três plataformas. Nos mecanismos de busca, foram especificados critérios como idioma, o ano das publicações e que os termos estivessem no título, resumo ou palavras-chave.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos artigos que: (a) foram publicados entre os anos de 2016 e 2020 e escritos nos idiomas inglês ou espanhol; (b) que eram empíricos; (c) que versavam sobre o cyberbullying/bullying online e minorias sexuais discutindo/citando questões de saúde mental ou sobre a relação entre cyberbullying/bullying online e saúde mental discutindo/citando questões relacionadas a minorias sexuais; (d) foram incluindo ainda artigos que abordavam cyberbullying e minorias sexuais e discutam outras associações que possam ter alguma relação com saúde mental (e.g. uso de substâncias); Foram excluídos (a) os artigos que versavam sobre outros tipos de comportamento violento na internet que não se encaixavam no conceito de cyberbullying (e.g. “sexting”); (b) revisões sistemáticas, teses e dissertações; (c) aqueles artigos que não incluíam a questão das minorias sexuais atrelada ao cyberbullying.

Figura 1: Diagrama PRISMA (2009)



RESULTADOS

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

Quanto ao processo de seleção dos artigos, dos 710 encontrados originalmente, após a triagem, restaram 24 estudos. A tabela 1 contém as características gerais dos estudos da amostra. Com base nela, percebe-se que a maioria destes estudos foram conduzidos nos Estados Unidos (n = 13) seguidos pela China (n = 5) e Israel (n = 2). Chama a atenção o fato de que todos os

estudos que atendiam os critérios antes descritos são de cunho quantitativo.

Tabela 1: Características gerais da amostra

| <i>Autores (ano)</i> | <i>Título</i> | <i>País</i> | <i>Amostra /idade</i> | <i>Tipo de pesquisa</i> | <i>Associações entre cyberbullying, minorias sexuais e saúde mental</i> |
|-------------------------------|---|----------------|---|-------------------------|---|
| Aparicio-García et al. (2018) | Health and Well-Being of Cisgender, Transgender and Non-Binary Young People | Espanha | 856 jovens /14-25 anos | Quantitativa | O grupo não-binário foi o que teve maiores riscos de sofrer cyberbullying; transexuais e pessoas não-binárias tiveram escores piores em saúde psicológica e pensam em suicídio com mais frequência quando comparadas a |
| Bouris et al. (2016) | Effects of Victimization and Violence on Suicidal Ideation and Behaviors Among Sexual Minority and Heterosexual Adolescents | Estados Unidos | 1.907 alunos em escolas públicas/12-18 anos | Quantitativa | Os alunos pertencentes a minorias sexuais relataram mais vitimização (incluindo por bullying eletrônico); alunos de minorias sexuais relataram de modo significativo mais um plano de suicídio (22,78% vs. 12,36%) e pelo menos uma tentativa de suicídio (29,92% vs. 12,43%) no ano passado. |
| Davis et al. (2018) | Bullying victimization in non-heterosexual university students | Austrália | 414 alunos de universidades/ 24-35 anos | Quantitativa | Os participantes que não eram heterossexuais tinham chances significativamente maiores de sofrer bullying (incluindo cyberbullying) do que os participantes heterossexuais; os participantes que foram vitimizados relataram maiores escores de ansiedade, depressão e |
| Duarte et al. (2018) | Correlation of Minority Status, Cyberbullying, and Mental Health: A Cross-Sectional Study of 1031 Adolescents | Estados Unidos | 1031 adolescentes/ 13-17 anos | Quantitativa | Ser de uma minoria sexual está correlacionado com envolvimento com cyberbullying; ser de uma minoria sexual está correlacionado com experimentar sintomas negativos de saúde mental |
| Escobar-Viera et al. (2020) | Association Between LGB Sexual Orientation and Depression Mediated by Negative Social Media Experiences: National Survey | Estados Unidos | 2408 jovens adultos/ 18-30 anos | Quantitativa | LGB relataram experiências de mídia social significativamente mais negativas nos 12 meses anteriores; a associação da orientação LGB com a depressão pode ter um caminho indireto por meio de experiências negativas nas redes sociais. |
| Feinstein et al. (2019) | Racial/Ethnic Differences in Mental Health, Substance Use, and Bullying Victimization Among Self-Identified Bisexual High School-Aged | Estados Unidos | 19,379 adolescentes/ média de 16.2 anos | Quantitativa | O bullying eletrônico foi significativamente associado a todos os resultados de saúde; As mulheres bissexuais foram as que mais reportaram bullying eletrônico; estas também foram as que tiveram os escores mais negativos em saúde mental; |

| <i>Autores (ano)</i> | <i>Título</i> | <i>País</i> | <i>Amostra /idade</i> | <i>Tipo de pesquisa</i> | <i>Associações entre cyberbullying, minorias sexuais e saúde mental</i> |
|--------------------------------|---|----------------|---|-------------------------|---|
| Garaigordobil & Larrain (2020) | Bullying and cyberbullying in LGBT adolescents: Prevalence and effects on mental health | Espanha | 1,748 adolescentes/ 13-17 anos | Quantitativa | A porcentagem de vítimas cibernéticas foi significativamente maior no grupo não heterossexual; as vítimas cibernéticas e os agressores cibernéticos não heterossexuais apresentam significativamente mais |
| Hu et al. (2019) | Quality of life of gay and bisexual men during emerging adulthood in Taiwan: Roles of traditional and cyber | China | 305 homens gays e bissexuais/20-25 anos | Quantitativa | 30,8% desses homens gays/bissexuais reportaram ter sofrido cyber vitimização; A experiência de assédio cibernético (cyberbullying) foram associados a uma menor qualidade de vida no domínio psicológico. |
| Kuehn et al. (2019) | Estimating the Magnitude of the Relation between Bullying, E-Bullying, and Suicidal Behaviors among United States | Estados Unidos | 15,624 estudantes de escolas/12-18 anos | Quantitativa | As minorias sexuais reportaram mais e-bullying; o bullying eletrônico tem uma associação a tentativas de suicídio; Ser LGBT está diretamente relacionado com tentativas de suicídio assim como e-bullying |
| Lam et al. (2019) | Cyberbullying and health: A preliminary investigation of the experiences of Canadian gay and bisexual adult men | Canadá | 7,430 homens gays e bissexuais/ média de 42,52 | Quantitativa | O cyberbullying nos últimos 12 meses foi relatado com mais frequência entre aqueles de 18 a 24 anos (11,0%); o cyberbullying foi significativamente associado ao suicídio. |
| Li et al. (2019) | Multi-Dimensional Factors Associated with Illegal Substance Use Among Gay and Bisexual Men in Taiwan | China | 500 homens gays e bissexuais/ 20- 25 anos | Quantitativa | No que diz respeito a frequência de cyberbullying: (nunca: 59,8%; apenas um pouco: 32,6%; muitas vezes / todos o tempo: 7,6% |
| Li et al. (2020) | Mediating Effects of Emotional Symptoms on the Association between Homophobic Bullying Victimization and Problematic Internet/Smartphone Use among Gay and Bisexual Men in Taiwan | China | 500 homens gays e bissexuais/ 20- 25 anos | Quantitativa | 40,1% dos participantes reportaram vitimização por bullying homofóbico cibernético; Um nível mais alto de vitimização por bullying homofóbico foi significativamente associado a um nível mais grave de de uso problemático da internet/smartphone, e isso foi mediado por uma maior gravidade dos sintomas emocionais (ansiedade e depressão). |

| <i>Autores (ano)</i> | <i>Título</i> | <i>País</i> | <i>Amostra /idade</i> | <i>Tipo de pesquisa</i> | <i>Associações entre cyberbullying, minorias sexuais e saúde mental</i> |
|----------------------------------|---|----------------|---|-------------------------|---|
| Luk et al. (2018) | Sexual Orientation and Depressive Symptoms in Adolescents | Estados Unidos | 12785 adolescentes /média de 17.2 anos | Quantitativa | Adolescentes de minorias sexuais relataram mais vitimização por cyberbullying; adolescentes de minorias sexuais relataram sintomas depressivos mais elevados do que adolescentes heterossexuais ao longo do tempo. |
| Luk et al. (2019) | Cyber Behaviors Among Heterosexual and Sexual Minority Youth: Subgroup Differences and Associations with Health Indicators | Estados Unidos | 2,012 participantes/ média de 22.6 anos | Quantitativa | Homens e mulheres bissexuais apresentaram níveis mais elevados de sintomas psicossomáticos e pior percepção de saúde geral do que seus pares heterossexuais; |
| Marciano & Antebi-Gruszka (2020) | Offline and online discrimination and mental distress among lesbian, gay, and bisexual individuals: the moderating effect of LGBTQ Facebook use | Israel | 2,318 participantes LGBTQ/13-80 anos | Quantitativa | O sofrimento mental foi positivamente associado a múltiplas formas de discriminação, incluindo a online (no Facebook ou aplicativos de namoro); O sofrimento mental se correlacionou com ser transgênero/gênero diverso e identificar-se como bissexual. |
| Mereish et al. (2019) | Sexual Orientation Disparities in Mental Health and Substance Use among Black American Young People in the U.S.A.: Effects of Cyber and Bias-Based Victimization. | Estados Unidos | 1,129 jovens/ 10-17 anos | Quantitativa | Grupos de minorias sexuais relataram mais vitimização cibernética do que participantes heterossexuais; vitimização cibernética e preconceituosa foram associados a mais sintomas depressivos e de suicídio entre todos os participantes. Entre os negros, esse risco aumenta. |
| McConnell et al. (2017) | Identity, Victimization, and Support: Facebook Experiences and Mental Health Among LGBTQ Youth | Estados Unidos | 204 jovens e adultos LGBTQ/ 19-28 anos | Quantitativa | Cyberbullying mostrou efeito considerável no sofrimento psicológico dos jovens. |
| Moran et al. (2018) | Bully victimization, depression, and the role of protective factors among college LGBTQ students | Estados Unidos | 347 universitários LGBTQ/média de 21.3 anos | Quantitativa | Entre as formas de vitimização, o cyberbullying foi o 3º mais frequente; O cyberbullying foi a única forma de vitimização significativamente associada à depressão de participantes bissexuais sintomas |

| <i>Autores (ano)</i> | <i>Título</i> | <i>País</i> | <i>Amostra /idade</i> | <i>Tipo de pesquisa</i> | <i>Associações entre cyberbullying, minorias sexuais e saúde mental</i> |
|------------------------|--|----------------|--|-------------------------|---|
| Peled (2019) | Cyberbullying and its influence on academic, social, and emotional development of undergraduate students. | Israel | 638 alunos de graduação/20-35 anos | Quantitativa | Maiores escores no cyberbullying se relacionaram com escores maiores em termos de ansiedade e problemas de autoestima; não heterossexuais apresentaram escores maiores em termos de ansiedade, depressão, problemas de |
| Pistella et al. (2019) | The role of peer victimization, sexual identity, and gender on unhealthy weight control behaviors in a representative sample of Texas youth | Estados Unidos | 2067 estudantes de escolas públicas e privadas/? | Quantitativa | Alunas de minorias sexuais femininas foram as mais propensas a serem vítimas de cyberbullying. |
| Ramsey et al. (2016) | Cyber victimization and depressive symptoms in sexual minority college students | Estados Unidos | 634 estudantes/18- 22 anos | Quantitativa | Participantes de minorias sexuais relataram maior cyber vitimização recente e ser de tal subamostra esteve significativamente associado a mais sintomas depressivos assim como menores níveis de vitimização com menos sintomas depressivos |
| Trujillo et al. (2020) | Unique and Cumulative Effects of Intimate Partner Cybervictimization Types on Alcohol Use in Lesbian, Gay, and Bisexual Adults | Estados Unidos | 277 indivíduos LGB/18-29 anos | Quantitativa | Os resultados indicaram que 29,2% (n = 81) confirmaram ter sofrido todos os três tipos de cybervitimização (psicológica, sexual e perseguição); |
| Wang et al. (2018) | Effects of traditional and cyber homophobic bullying in childhood on depression, anxiety, and physical pain in emerging adulthood and the moderating effects of social support among gay and lesbian youth | China | 500 homens gays e bissexuais/20- 25 anos | Quantitativa | 40,8% desses homens gays/bissexuais reportaram ter sofrido cybervitimização; vítimas de qualquer tipo de bullying homofóbico (incluindo cyberbullying) apresentam maiores escores de depressão e ansiedade. |
| Wang et al. (2019) | Victimization of Traditional and Cyber Bullying During Childhood and Their Correlates Among Adult Gay and Bisexual Men in Taiwan: A Cross-sectional Study | China | 500 homens gays e bissexuais/20- 25 anos | Quantitativa | 27% e 22,4% relataram ter sido vítimas de cyberbullying por não conformidade de gênero e orientação sexual, respectivamente. |

Fonte: os autores

No que diz respeito aos participantes, é válido observar que dos 24 estudos selecionados, apenas 10 (41,6%) deles tinham uma amostra que contava apenas com pessoas pertencentes a minorias sexuais. Por outro lado, é perceptível um aumento de publicações que levam em conta as temáticas, tendo em vista que 15 (62,5%) das pesquisas de nossa amostra foram publicadas entre 2019 e 2020.

ASSOCIAÇÕES ENTRE CYBERBULLYING, MINORIAS SEXUAIS E SAÚDE MENTAL

Todos os estudos que compararam participantes pertencentes a minorias sexuais com participantes heterossexuais concluíram que o primeiro grupo tende a relatar maior risco e frequência de vitimização por cyberbullying seja recente ou não (FEINSTEIN et al., 2019; GARAIGORDOBIL; LARRAIN, 2020; RAMSEY et al., 2015; PELED, 2019; MEREISH et al., 2019; KUEHN ET AL., 2019; LUK et al., 2018; ESCOBAR-VIERA et al., 2020; BOURIS et al., 2016; DAVIS et al., 2018; PISTELLA et al., 2019). Ainda no tocante as minorias sexuais, pesquisas como as de Duarte et al. (2018), Ramsey et al. (2015), Peled (2019), Marciano & Antebi-Gruszka (2020) e Bouris et al. (2016) corroboram com a ideia de que existe uma associação positiva entre pertencer a uma minoria sexual e relatar mais sintomas depressivos, ansiosos, ideação e tentativas de suicídio. Quer dizer, de forma geral, os participantes LGBTQI+, nestes estudos, tendem a relatar mais problemas de saúde mental que os heterossexuais.

É necessário frisar que já é comprovada também uma associação positiva entre a vitimização por cyberbullying e o sofrimento mental. A cyber vitimização está associada a maiores escores no que diz respeito a estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima e tentativas de suicídio (WANG et al., 2018; FEINSTEIN et al., 2019; LAM et al., 2019; MORAN et al., 2018; MEREISH et al., 2019; DAVIS et al., 2018). Neste ponto, é válido observar que apesar de muitos estudos apontarem a associação direta entre pertencer a minorias sexuais e se apresentar mais problemas de saúde mental, trabalhos como os de Escobar-Viera et al. (2020) e Bouris et al. (2016) argumentam que essa relação pode ser indireta e mediada pela vitimização por cyberbullying.

INTERSECÇÕES

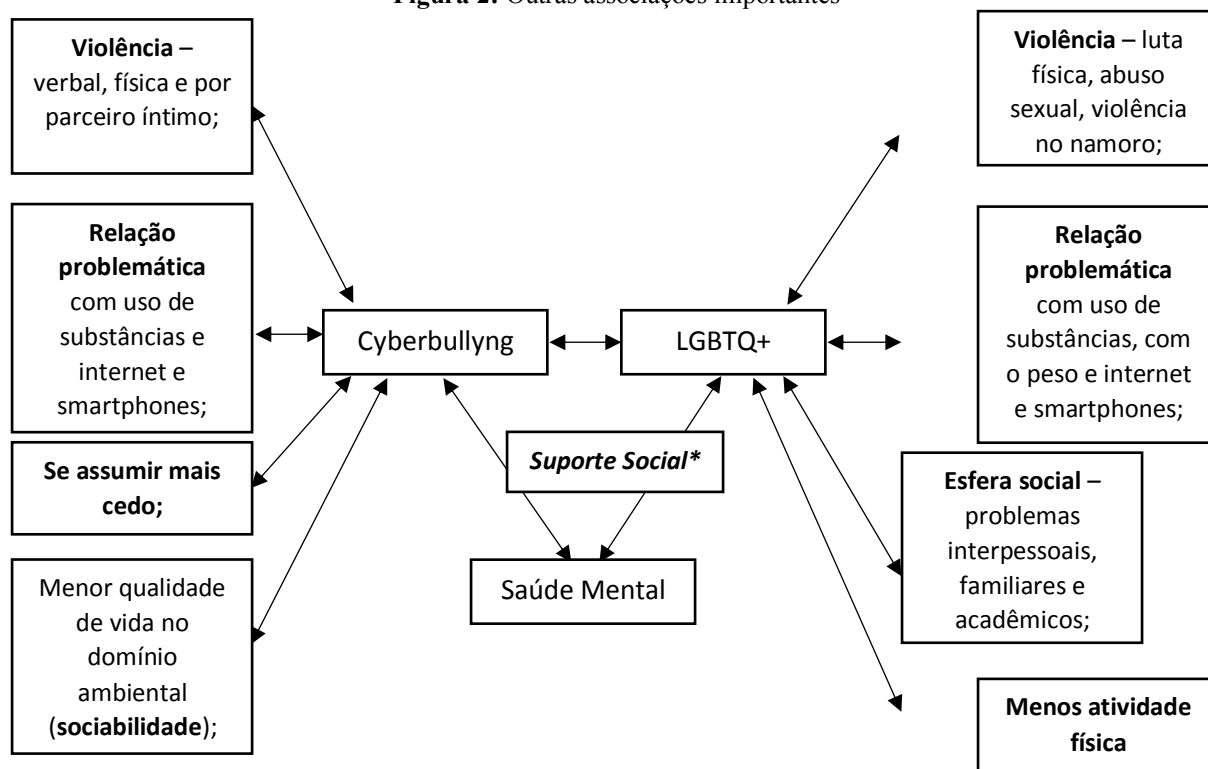
Intersecções com gênero e raça e a qual grupo dentro da comunidade LGBTQI+ os participantes pertenciam também foram fatores relevantes. Pistella et al. (2019), por exemplo, notaram que em comparação com os homens, as mulheres de minorias sexuais tendem a ter uma relação mais problemática com o peso. Já Feinstein et. al (2019) perceberam que quando comparados a homens bissexuais brancos, os negros correm maior risco de apresentarem problemas de saúde mental. Aparicio-García et al. (2018) em seu estudo, pontuam também que aqueles que se apresentam como não-binários são os que correm maior risco de sofrer vitimização por cyberbullying e estes, junto com os transsexuais são os que tem os piores escores no aspecto da saúde psicológica.

OUTRAS ASSOCIAÇÕES

Já cientes das associações positivas entre ser vítima de cyberbullying, pertencer a minorias sexuais e relatar mais problemas de saúde mental, é interessante visualizar outras associações. A figura 2, mostra do lado direito outros fatores indicados pelos estudos como associados ao cyberbullying e a esquerda fatores que estão associados a pertencer a minorias sexuais.

Primeiramente, as cyber vítimas relataram mais violência verbal, física e por parceiro íntimo (LAM et al. 2019). Pertencer a minorias sexuais também esteve associado a reportar mais abuso sexual, violência no namoro e envolvimento em lutas físicas (BOURIS et al., 2016; KUEHN et al., 2019; PISTELLA et al., 2019). Segundo, tanto já ter sido vítima de cyberbullying quanto pertencer minorias sexuais se associaram ao uso problemático de substâncias e internet e smartphones (LI et al., 2019; LI et al., 2020; PELED, 2019). Finalmente, a cybervitimização e a pertença a minorias sexuais se associou positivamente com dificuldades na esfera social ou sociabilidade, que inclui questões interpessoais, familiares e acadêmicas (KUEHN et al., 2019, APARICIO-GARCÍA et al., 2018, HU et al., 2019).

Figura 2: Outras associações importantes



Fonte: os autores

É válido enfatizar a associação positiva entre se assumir mais cedo e reportar mais incidentes de cyberbullying (LI et al., 2019). Apesar de não ter sido contemplado na figura, é importante colocar também que em minorias sexuais fatores como idade (mais jovem) e renda foram apontados como, respectivamente, positivamente e negativamente associados com o sofrimento mental, ou seja, quanto menor a renda e idade maior o sofrimento mental (MARCIANO; ANTEBI-GRUSZKA, 2020). Destaca-se a importância do suporte social como elemento que diminui a força das associações positivas entre ter problemas de saúde mental com o cyberbullying e pertencer a uma minoria sexual (MORAN et al., 2018; MCCONNELL et al., 2017; WANG et al., 2018).

DISCUSSÃO

Objetivo deste estudo foi entender o entrelace entre a vitimização por cyberbullying, minorias sexuais e saúde mental bem como encontrar novas possibilidades de mediadores e moderadores dentro destas relações. Nossos resultados corroboram com os de outras pesquisas e confirmam a associação positiva entre ser vítima de cyberbullying e reportar maiores escores de sofrimento mental e pertencer a minorias sexuais e reportar mais problemas de saúde mental

(KOWALSKI et al., 2014; RICHARDSON et al., 2020; ALBDOUR et al., 2019; RENTERÍA et al., 2021).

É preciso ir além do que já está dito. As diferenças entre raça, gênero, idade, status social e econômico, e até mesmo entre os membros do próprio movimento LGBTQI+ foram indicadas como relevantes. Estudos como os de Lund e Ross (2020) – que exploram a vitimização por pares dentro de um grupo de pessoas com deficiência levando em conta intersecções com gênero e orientação sexual – e Opara et al. (2020) – que apontam não só raça, mas status socioeconômico, gênero e orientação sexual como fatores de risco para sofrimento mental – são exemplos de como a literatura atual vem percebendo, paulatinamente, a necessidade de análises mais multidimensionais quando se fala em violência, discriminação e saúde mental. Assim, um olhar interseccional, que leve em conta o cruzamento de fatores sociodemográficos e a possibilidade de múltiplas formas de opressão, se mostra imprescindível em pesquisas futuras.

Ainda sublinhando a complexidade da temática estudada, foram apontados outros elementos que estiveram associados diretamente com o cyberbullying e com a pertença a minorias sexuais. O uso problemático de substâncias e internet e smartphone esteve associado positivamente com os dois constructos citados anteriormente. O suporte social, por exemplo, é um componente que tem potencial para atenuar os impactos no sofrimento mental tanto de vítimas de cyberbullying quanto de pessoas que pertencem a minorias sexuais. Estes resultados estão de acordo com os de Desmet et al. (2021) que comprovam o efeito moderador do suporte parental, principalmente do apoio a autonomia, como fator protetor contra problemas de saúde mental, mesmo diante da cyber vitimização.

Este é um caminho que pode ser percorrido de outras formas, com a análise de outros elementos. Estudos futuros devem fazer análises de moderação e de mediação com fatores citados nas sessões anteriores. O uso de substâncias e internet e smartphone, a prática de atividade física, a vitimização por outras formas de violência, a época em que se assumiu, o nível de masculinidade são todos elementos que já são citados na literatura, porém não como possíveis mediadores ou moderadores. Apesar disso, Wang et al. (2019) já assinala a necessidade de estudos que se aprofundem nessas relações de mediação.

Por fim, a luz de nossos dados, ficou foi notória a predominância de estudos quantitativos conduzidos majoritariamente nos Estados Unidos e na China. Aparício-Garcia et al. (2018), por exemplo, já chama atenção para a necessidade estudos qualitativos que busquem entender os motivos por trás da menor sociabilidade daqueles que pertencem a minorias sexuais.

Barllet et al. (2021) em estudo sobre o cyberbullying destacam que a cultura é uma variável importante quando se fala no assunto, e dependendo do local em que o fenômeno acontece, ele pode se apresentar de uma forma diferente. Assim, pesquisas futuras podem também se debruçar nestes buracos na literatura: cultura e a produção de análises mais qualitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta uma série de limitações que merecem ser pontuadas. Primeiro, salientamos que não necessariamente alcançamos toda a literatura que versa sobre a temática tendo em vista as plataformas e o espaço no tempo que foram o foco da pesquisa. Ainda diante do que foi exposto, nossos dados, como dito anteriormente foram compostos apenas de estudos quantitativos, o que pode vir a ter dificultado um olhar mais detalhado sobre fenômeno. É válido lembrar que nossa amostra não abarcou estudos de todos os continentes, contendo pesquisas realizadas majoritariamente nos Estados Unidos e China o que pode ter influenciado nos resultados que estão limitados estes contextos específicos.

Apesar das limitações os resultados são um vislumbre de como o cyberbullying e a pertença a minorias sexuais estão correlacionados a índices menores de saúde mental. Esses dados são chamativos. A violência virtual e a homofobia afetam negativamente não só a vida psicológica e biológica das vítimas, mas suas relações sociais e a forma como lidam consigo mesmas e com o mundo lá fora.

A multidimensionalidade do fenômeno da cyber vitimização e do pertencimento a minorias sexuais emerge como o ponto crucial neste estudo. Tanto a pesquisa quanto a própria prática do profissional da saúde devem estar pautados em um olhar contextualizado que leve em conta os diversos fatores que atravessam as violências aqui descritas. Desta forma, espera-se que este artigo seja uma base não só de outros estudos, mas para a materialização de práticas educativas e da saúde, de combate e acima de tudo de prevenção ao cyberbullying homofóbico e suas consequências.

REFERÊNCIAS

ALBDOUR, M. et al. The Impact of Cyberbullying on Physical and Psychological Health of Arab American Adolescents. *Journal of Immigrant and Minority Health*, v. 21, n. 4, p. 706–715, 2019.

MARINHO ALVES, A. A.; RODRIGUES, N. F. R. Determinantes sociais e económicos da Saúde. **Revista Portuguesa de Saude Publica**, v. 28, n. 2, p. 127–131, 2010.

APARICIO-GARCÍA, M. E. DÍAZ-RAMIRO, E. M.; RUBIO-VALDEHITA, S.; LÓPEZ-NÚÑEZ, M. I. GARCÍA-NIETO, I. Health and well-being of cisgender, transgender and non-binary young people. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 10, 2018.

BARLETT, C. P.; SEYFERT, L.W.; SIMMERS M. M.; HSUEH HUA CHEN, V.; CAVALCANTI J. G.; KRAHÉ, B.; SUZUKI, K.; WARBURTON, W. A.; WONG R. Y. M.; PIMENTEL, C. E.; SKOWRONSKI, M. Cross-cultural similarities and differences in the theoretical predictors of cyberbullying perpetration: Results from a seven-country study. **Aggressive Behavior**, v. 47, n. 1, p. 111–119, 2021.

BOURIS, A.; EVERETT, B. G.; HEATH, R. D.; ELSAESSER, C. E.; NEILANDS, T. B. Effects of Victimization and Violence on Suicidal Ideation and Behaviors among Sexual Minority and Heterosexual Adolescents. **LGBT Health**, v. 3, n. 2, p. 153–161, 2016.

BROWN, W. M.; HAZRATY, S.; PALASINSKI, M. Examining the Dark Tetrad and Its Links to Cyberbullying. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 22, n. 8, p. 552–557, 2019.

BYRD, J. L. The role of cyberbullying victimization in sexual minority adolescents' reported levels of depression and anxiety. **Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering**, v. 77, n. 3- B(E), p. No-Specified, 2016.

CAGLA, G. Forgiveness and cyberbullying in Turkish adolescents. **Educational Research and Reviews**, v. 14, p. 512–517, 31 ago. 2019. DAVIS, E. M.; CAMPBELL, M. A.; WHITEFORD, C. Bullying victimization in non-heterosexual university students. **Journal of Gay and Lesbian Social Services**, v. 30, n. 3, p. 299–313, 2018.

DESMET, A.; RODELLI, M.; WALRAVE, M.; PORTZKY, G.; DUMON, E.; SOENENS, B. The moderating role of parenting dimensions in the association between traditional or cyberbullying victimization and mental health among adolescents of different sexual orientation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 6, p. 1–20, 2021.

DUARTE, C.; PITTMAN, S. K.; THORSEN, M. M.; CUNNINGHAM, R. M.; RANNEY, M. L. Correlation of Minority Status, Cyberbullying, and Mental Health: A Cross-Sectional Study of 1031 Adolescents. **Journal of Child & Adolescent Trauma**, v. 11, n. 1, p. 39–48, mar. 2018.

ENGLANDER, E. et al. Defining Cyberbullying. **Pediatrics**, v. 140, p. S148–S151, 1 nov. 2017.

FEINSTEIN, B. A.; TURNER, B. C.; BEACH, L. B.; KORPAK, A. K.; PHILLIPS, G. Racial/Ethnic Differences in Mental Health, Substance Use, and Bullying Victimization Among Self-Identified Bisexual High School-Aged Youth. **LGBT Health**, v. 6, n. 4, p. 174–183, jun. 2019.

GARAIGORDOBIL, M.; LARRAIN, E. Bullying and cyberbullying in LGBT adolescents: Prevalence and effects on mental health. **Comunicar**, v. 28, n. 62, p. 77–87, 2020.

HU, H-F.; CHANG, Y-P.; LIN, C.; YEN, C-F. Quality of life of gay and bisexual men during emerging adulthood in Taiwan: Roles of traditional and cyber harassment victimization. **PLoS ONE**, v. 14, n. 2, 2019.

KOWALSKI, R. M. et al. Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. **Psychological Bulletin**, v. 140, n. 4, p. 1073–1137, 2014.

KUEHN, K. S.; WAGNER, A.; VELLOZA, J. Estimating the Magnitude of the Relation between Bullying, E-Bullying, and Suicidal Behaviors among United States Youth, 2015. **Crisis**, v. 40, n. 3, p. 157–165, 2019.

LAM, S.; FERLATTE, O.; SALWAY, T. Cyberbullying and health: A preliminary investigation of the experiences of Canadian gay and bisexual adult men. **Journal of Gay and Lesbian Social Services**, v. 31, n. 3, p. 332–357, 2019.

LI, D-J. CHEN, S-L.; YEN, C-F. The impact of emotional symptoms and family support on the association between homophobic bullying and sedative/hypnotic use among gay and bisexual men in Taiwan: A moderated mediation model. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 11, p. 1–10, 2020.

LI, D-J.; CHEN, S.L.; YEN, C.F. Multi-Dimensional Factors Associated with Illegal Substance Use Among Gay and Bisexual Men in Taiwan. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 22, nov. 2019.

LIU, C.; LIU, Z.; YUAN, G. The longitudinal influence of cyberbullying victimization on depression and posttraumatic stress symptoms: The mediation role of rumination. **Archives of Psychiatric Nursing**, 2020.

LUK, J. W.; GILMAN, S. E.; HAYNIE, D. L.; SIMONS-MORTON, B. G. Sexual Orientation and Depressive Symptoms in Adolescents. **Pediatrics**, v. 141, n. 5, maio 2018.

LUK, J. W. GILMAN, S. E.; SITA, K. R.; CHENG, S.; HAYNIE, D. L.; SIMONS-MORTON, B. G. Cyber Behaviors Among Heterosexual and Sexual Minority Youth: Subgroup Differences and Associations with Health Indicators. **Cyberpsychology, Behavior and Social Networking**, v. 22, n. 5, p. 315–324, maio 2019.

LUND, E. M.; ROSS, S. W. Retrospective and Current Peer Victimization in College Students with Disabilities: Examining the Intersectionality of Sexual Orientation and Gender. **Sexuality and Disability**, p. 1–15, 2 jan. 2021.

MARCIANO, A.; ANTEBI-GRUSZKA, N. Offline and online discrimination and mental distress among lesbian, gay, and bisexual individuals: the moderating effect of LGBTQ facebook use. **Media Psychology**, p. 1–24, 30 nov. 2020.

MCCONNELL, E. A.; CLIFFORD, A.; KORPAK, A. K; PHILLIPS, G; BIRKETT, M. Identity, victimization, and support: Facebook experiences and mental health among LGBTQ youth. **Computers in Human Behavior**, v. 76, p. 237–244, 2017.

MEYER, I. H. Serving our youth 2015: The needs and experiences of lesbian, gay, bisexual, transgender, and questioning youth experiencing homelessness. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674–697, 2003.

MEREISH, E. H.; SHESKIER, M.; HAWTHORNE, D.; GOLDBACH J. T.; Sexual Orientation Disparities in Mental Health and Substance Use among Black American Young People in the U.S.A.: Effects of Cyber and Bias-Based Victimization. **Culture, health & sexuality**, v. 21, n. 9, p. 985–998, set. 2019.

MORAN, T. E.; CHEN, C. Y.-C.; TRYON, G. S. Bully victimization, depression, and the role of protective factors among college LGBTQ students. **Journal of Community Psychology**, v. 46, n. 7, p. 871–884, 2018.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med** v. 6, n. 7, e1000097, 2009.

OPARA, I. Assan, M. A.; Pierre, K.; Gunn, J. F.; Metzger, I.; Hamilton, J.; Arugu, E. Suicide among Black Children: An Integrated Model of the Interpersonal-Psychological Theory of Suicide and Intersectionality Theory for Researchers and Clinicians. **Journal of Black Studies**, v. 51, n. 6, p. 611–631, 2020.

PACELEY, M.; LEVINE, D.; ESCOBAR-VIERA, C. G.; SHENSA, A; SIDANI, J.; PRIMACK, B.; MARSHAL, M. P. Association Between LGB Sexual Orientation and Depression Mediated by Negative Social Media Experiences: National Survey Study of US Young Adults. **JMIR Mental Health**, v. 7, n. 12, dez. 2020.

PELED, Y. Cyberbullying and its influence on academic, social, and emotional development of undergraduate students. **Heliyon**, v. 5, n. 3, mar. 2019.

PISTELLA, J.; IOVERNO, S.; RUSSELL, S. The role of peer victimization, sexual identity, and gender on unhealthy weight control behaviors in a representative sample of Texas youth. **International Journal of Eating Disorders**, v. 52, p. 597–601, 26 fev. 2019.

RAMSEY, J. L.; DILALLA, L. F.; MCCRARY, M. K. Cyber Victimization and Depressive Symptoms in Sexual Minority College Students. **Journal of School Violence**, v. 15, n. 4, p. 483–502, 2016.

RENTERÍA, R.; BENJET, C.; GUTIERREZ-GARCIA, R. A.; ÁBREGO RAMÍREZ, A.; ALBOR, Y.; BORGES G.; et al. Suicide thought and behaviors, non-suicidal self-injury, and perceived life stress among sexual minority Mexican college students. **Journal of Affective Disorders**, v. 281, n. October, p. 891–898, 2021.

RICHARDSON, S. C.; HALES, T.; MEEHAN E.; WATERS, A. Sexual minorities and teen suicide attempts in a southeastern state with prominent exclusionary policies. **Death studies**, p. 1–6, mar. 2020.

SILVA, M. R.; JACOBO, J. Global South Perspectives on Stonewall after 50 Years, Part I—South by South, Trans for Trans. **Contexto Internacional**, v. 42, n. 3, p. 665–683, 2020.

STOLL, L. C.; BLOCK, R. Intersectionality and cyberbullying: A study of cybervictimization in a Midwestern high school. **Computers in Human Behavior**, v. 52, p. 387–397, 2015.

TRUJILLO, O.; CANTU, J. I.; CHARAK, R. Unique and Cumulative Effects of Intimate Partner Cybervictimization Types on Alcohol Use in Lesbian, Gay, and Bisexual Emerging Adults. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 23, n. 11, p. 743–751, 2020.

URBINA-GARCIA, A. What do we know about university academics' mental health? A systematic literature review. **Stress and Health**, v. 36, n. 5, p. 563–585, 2020.

WANG, C-C.; HSIAO, R-C.; YEN, C-F. Victimization of Traditional and Cyber Bullying During Childhood and Their Correlates Among Adult Gay and Bisexual Men in Taiwan: A Retrospective Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 23, dez. 2019.

WANG, C-C.; LIN, H-C.; CHEN, N-H.; KO, N-Y.; CHANG, Y-P.; LIN I-M. Effects of traditional and cyber homophobic bullying in childhood on depression, anxiety, and physical pain in emerging adulthood and the moderating effects of social support among gay and bisexual men in Taiwan. **Neuropsychiatric Disease and Treatment**, v. 14, p. 1309–1317, 2018.

CAPÍTULO 14

ESTEREOTIPAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: O DISCURSO DA MÍDIA PUBLICITÁRIA

Amanda Regina Ferreira Rosas, Graduanda em Letras – Português Espanhol, UEPG

Nathália Hernandes Turke, Doutoranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática, UEL

Hemilyn da Silva Meneguete, Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática, UEL

Virgínia Iara de Andrade Maistro, Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática, UEL. Docente da UEL

Marinez Meneghello Passos, Doutora em Educação para a Ciência, UNESP Professora Sênior, UEL

RESUMO

Apesar dos inúmeros direitos alcançados pelas mulheres, a sociedade permanece inserida em uma cultura predominantemente patriarcal, em que concepções machistas são naturalizadas. Em propagandas publicitárias, seus corpos permanecem sendo estereotipados e objetificados. Tendo em vista estas questões, este trabalho objetivou descrever e analisar os discursos midiáticos em propagandas publicitárias que evidenciam corpos femininos. Para analisar a personificação do corpo feminino repassado pela mídia durante campanha publicitária, utilizou-se a Análise do Discurso (AD). Foi possível perceber que os discursos midiáticos em propagandas que envolvem a exibição do corpo feminino aparecem de forma subjetiva. Assim, para encontrar os sentidos (as significações) dos mesmos é necessário levar em consideração a sociedade, a época e a cultura em que se encontram inseridos. Em suma, neste trabalho foi possível identificar dois perfis de propagandas publicitárias que utilizam a imagem do corpo feminino atualmente, sendo um voltado para o próprio público feminino e outro para o público masculino. No primeiro caso, foi verificada estereotipação do corpo feminino, tendo em vista os padrões de beleza e juventude impostos pela sociedade. No segundo caso, verificou-se objetificação e sexualização do corpo feminino, de modo a agradar e satisfazer os desejos masculinos (público-alvo), colocando a mulher em posição de submissão e subalternidade.

PALAVRAS-CHAVE: Propagandas Publicitárias. Mídia. Estereótipo Feminino. Machismo. Desigualdade de Gênero.

INTRODUÇÃO

Apesar das inúmeras mudanças ocorridas na sociedade e dos inúmeros direitos alcançados pelas mulheres no decorrer dos anos, seus corpos permanecem sendo estereotipados e objetificados em propagandas publicitárias. Isto se deve ao fato de que, apesar dos avanços, a

sociedade permanece inserida em uma cultura predominantemente patriarcal, em que concepções machistas são naturalizadas.

As mulheres, desde sua infância, são ensinadas a serem comportadas, recatadas, gentis, afetuosas, vaidosas, e assim por diante. Durante sua adolescência aprendem a utilizar sapatos de salto, maquiagem, cosméticos voltados ao cuidado da pele, das unhas, dos cabelos, mantendo um padrão de beleza, elegância e graciosidade imposto pela sociedade.

Em uma busca incessante para atingir estes altos padrões anunciados na mídia, muitas vezes utópicos, tanto para auto-aceitação como para agradar o público masculino, usam e abusam de produtos voltados aos cuidados pessoais, ao emagrecimento, e assim por diante, chegando a prejudicar sua saúde física e mental.

Tendo em vista estas questões, este trabalho objetivou descrever e analisar os discursos midiáticos em propagandas publicitárias que evidenciam corpos femininos.

ESTEREOTIPAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO

As concepções acerca da subjetividade do corpo feminino acompanham as alterações culturais, políticas, históricas e sociais da sociedade em que a mulher encontra-se inserida. Logo, “cada sociedade tem seu modelo de corpo e cada época tem seu modo particular de representá-lo” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 454). Conforme elucidado por Colling (2014), as representações sociais do corpo feminino atravessaram os tempos, estabelecendo uma relação simbólica de distinção e desigualdade entre os sexos:

[...] a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi a responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar (COLLING, 2014, p. 24).

Percebe-se que as relações de poder entre homens e mulheres perpassam séculos. Atualmente, na representação do corpo feminino, ainda há traços de uma cultura machista e patriarcal, em que o homem é considerado o chefe de família, autoritário (BORIS; CESÍDIO), tendo poder sobre a mulher, sobre seu corpo, seus comportamentos, e assim por diante.

De acordo com os autores, embora na época atual, muitas mulheres vivenciam e administram sua vida sem esperar ou precisar da opinião, permissão e do consentimento masculino, “ainda há uma parcela de mulheres que se adequa às imposições patriarcais” (BORIS; CESÍDIO, p. 463). Imposições estas que levam à estereotipação de um padrão de beleza e comportamento feminino considerado adequado e admirável.

É importante esclarecer que o termo estereótipo, de acordo com Amossy e Pierrot (2001) pode ser definido como “representação ou esquematização social e culturalmente cristalizada composta por crenças relativas a atributos de grupos humanos” (*apud* FURLAN, 2018, p. 33).

Trata-se de uma conotação pejorativa, baseada em crenças que são compartilhadas sobre determinadas pessoas ou grupos sociais, as quais, desprovidas de senso crítico, levam a preconceitos sociais (DIAS, 2007; LOURENÇO; ATEMENKO; BRAGAGLIA, 2017). Sendo assim, “os estereótipos podem induzir a uma concepção enganosa a respeito de quem é o alvo da percepção” (LOURENÇO; ATEMENKO; BRAGAGLIA, 2017, p. 5).

Estes estereótipos são transmitidos para a sociedade das mais diversas formas, via inúmeras fontes, como conversas com familiares e amigos, redes sociais, propagandas publicitárias (DIAS, 2007), e assim por diante. No que tange às propagandas publicitárias, o corpo feminino é estereotipado tendo em vista um padrão estético ideal, que equipara beleza com magreza e juventude, transmitindo a ideia de que para a mulher ser bonita, desejada e, conseqüentemente, feliz deve se encaixar nos critérios anunciados (VIGARELLO, 2006; RISCADO; PERES, 2008).

Isto leva muitas mulheres a uma busca constante de um ideal de beleza praticamente inalcançável, colocando-se em posição de subordinada, desvalorizando os traços naturais de seus corpos. Ainda, na tentativa de alcançar e manter este padrão estético o mais cedo possível, desde sua infância e adolescência, visando satisfação e bem-estar, mulheres causam danos à saúde física e mental (TILIO, 2014). Neste sentido, de acordo com Bourdieu, as mulheres experimentam, constantemente, “a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, do qual procuram infatigavelmente se aproximar” (2014, p. 97).

Inter-relacionado ao termo estereótipo encontra-se o termo objetificação. A objetificação consiste em visualizar, enxergar, analisar uma pessoa (ou um grupo de pessoas) ao nível de um objeto, o qual pode ser comercializado, compartilhado, de acordo com seus atributos físicos. No caso do corpo feminino, a objetificação relaciona-se, além do atributo físico, ao atributo sexual, desconsiderando os atributos psicológicos e emocionais (HELDMAN, 2012 *apud* LOURENÇO; ARTEMENKO; BRAGAGLIA, 2014).

Considerando estes aspectos, Lessa (2005 *apud* BELMIRO *et al*, 2015, p. 2) afirma que “a mídia, especialmente a publicidade, utiliza um padrão de corpo para a promoção de venda, oferecendo corpos femininos como pedaços de carne”.

ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Para análise da personificação do corpo feminino repassado pela mídia durante campanha publicitária, optou-se por utilizar a Análise do Discurso (AD). É importante ressaltar que o discurso aqui analisado não é sinônimo de linguagem (escrita ou falada), uma vez que a AD não visa estudar a língua ou a gramática, mas especificamente o discurso, tendo, etimologicamente, a ideia de curso, percurso, movimento (ORLANDI, 2012). Ou seja, procura compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, refletindo sobre a maneira como a linguagem se encontra manifestada na ideologia (ORLANDI, 2012) – não é o que eu sou; é a leitura que o outro faz do que pensa que eu sou.

A AD considera a produção de sentidos como parte da vida das pessoas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade, buscando investigar as relações existentes entre linguagem, ideologia, sociedade, história, noção de sujeito e produção de sentidos (ORLANDI, 2012). Portanto, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2012, p. 17). Assim:

[...] um discurso, bem como a produção de seu sentido, está enraizado na história e resulta de práticas sociais, uma vez que o contexto, as condições sócio-históricas em que surge um discurso, também constitui a significação desse. Portanto, as condições de produção também regem a interpretação de qualquer discurso (MIGUEL, 2009, p. 2).

Atualmente, pode-se dizer que os meios de comunicação funcionam como mediadores de praticamente todos os tipos de discurso, sendo a mídia um “lugar de onde várias instituições e sujeitos falam” (FISCHER, 2001, p. 212). Ora, ao mesmo tempo em que a mídia, enquanto veículo de circulação divulga conteúdos “considerados "verdadeiros" em nossa sociedade, também se impõe como criadora de um discurso próprio” (FISCHER, 2001, p. 212).

As publicidades midiáticas que expõem o corpo feminino, ora apresentam-se endereçadas ao próprio público feminino, ora ao público masculino. Quando são dirigidas ao público feminino exploram dois estereótipos: o padrão de beleza e a juventude. Os discursos simbólicos encontrados nestas publicidades são os seguintes: “bonita é mulher magra, ainda que a moda atual seja ter seios fartos e volumosos. [...] é preciso ser/parecer jovem para ser feliz” (DIAS, 2007, p. 30).

A partir da imposição destes discursos, os quais são acatados por diversas mulheres, inclusive crianças e adolescentes, as propagandas apresentam e ofertam os mais variados

produtos e serviços, como cosméticos, cápsulas que promovem emagrecimento, dietas que prometem resultados rápidos e milagrosos, tratamentos estéticos, etc. (DIAS, 2007).

Visando popularização e consumo destes produtos e serviços ofertados, utilizam celebridades artísticas em suas propagandas – majoritariamente, brancas, jovens e magras –, bem como imagens e relatos de “superação” de mulheres que conseguiram atingir suas “metas”, se encaixando neste padrão de beleza pré-estabelecido.

Assim, o que a publicidade veicula está inserido em um contexto maior, pois o discurso publicitário é um dos discursos que compõe a máquina midiática, também do ponto de vista ideológico. Ela dialoga com outros domínios, estando inserida em uma “cultura da magreza” que firma-se como um pressuposto social: ser belo é ser magro (DIAS, 2007, p. 30).

Apesar disto, nos dias que correm é possível perceber em algumas propagandas certa transgressão destes estereótipos femininos pautados na cultura da magreza e juventude. Conforme verificado por Dias, ao analisar campanhas de diferentes produtos, foram encontrados anúncios compostos por “mulheres tidas como “gordinhas” ou “fora de forma [...], comuns e “normais”, representantes de diferentes tipos físicos (louras, morenas, ruivas), assim como é a sociedade brasileira” (2007, p. 33).

Contudo, apesar de este fato demonstrar o questionamento dos valores e crenças naturalizados, incluindo outros corpos femininos, as mesmas campanhas permanecem reafirmando o que se encontra pré-estabelecido culturalmente, visto que as mulheres apresentadas nos anúncios “têm um rosto que corresponde ao padrão de beleza vigente e já difundido pela mídia” (DIAS, 2007, p. 34).

Em contrapartida, quando o corpo feminino é utilizado em propagandas voltadas ao público masculino, é apresentado de forma objetificada e sexualizada. De modo a atingir o público alvo, propagandas de diversos produtos, como cervejas, desodorantes, perfumes, cuecas (LOURENÇO; ARTEMENKO; BRAGAGLIA, 2014) associam os produtos anunciados “com o que, para eles, é o que mais dá prazer: ou seja, associa a bebida e o carnaval ao prazer sexual provocado pelo usufruto do corpo da mulher” (BORIS, CESÍDIO, 2007, p. 473).

Neste sentido, percebe-se que em muitas destas propagandas, as mulheres são representadas de forma objetificada, em posição de objeto de desejo do homem, com roupas sensuais (quase nuas), tal como em situação de submissão, frente a “vários homens que a abordam com uma atitude de dominação” (LOURENÇO; ARTEMENKO; BRAGAGLIA, 2014, p. 12).

Esta exposição, vulgarização e subjugação do corpo feminino reforçam discursos machistas, caracterizando a mulher como inferior, podendo seu corpo ser violado, mesmo sem sua autorização, colocando-a em situação de dependência, subordinação, servidão e opressão.

Outro recurso utilizado como publicidade é a inversão dos papéis “tradicionais”, com propagandas em que mulheres trabalham fora de casa, saem com as amigas, tomam cerveja e conquistam homens (CRUZ, 2017). Apesar de, inicialmente, estas propagandas demonstrarem preocupação das empresas e agências publicitárias em valorizar a mulher, igualando os direitos entre os gêneros, os discursos simbólicos são pitorescos e cômicos.

Conde e Hurtado (2006 *apud* CRUZ, 2017, p. 189) corroboram ao afirmar que “o uso da inversão das representações de gênero na publicidade produz apenas a mudança de vetor, mantendo a estrutura dicotômica da divisão valorativa do gênero por meio da sátira à situação de subordinação/dominação”. Assim sendo, para que estas campanhas fossem éticas e respeitassem as mulheres, seria necessário “desligar o estereótipo de submissão da mulher e questionar de alguma forma os papéis de gênero” (LOURENÇO; ARTEMENKO; BRAGAGLIA, 2014, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, foi possível perceber que os discursos midiáticos em propagandas que envolvem a exibição do corpo feminino aparecem de forma subjetiva. Assim, para encontrar os sentidos (as significações) dos mesmos é necessário levar em consideração a sociedade, a época e a cultura em que se encontram inseridos.

Em suma, neste trabalho foi possível identificar dois perfis de propagandas publicitárias que utilizam a imagem do corpo feminino atualmente, sendo um voltado para o próprio público feminino e outro para o público masculino. No primeiro caso, foi verificada estereotipação do corpo feminino, tendo em vista os padrões de beleza e juventude impostos pela sociedade. No segundo caso, verificou-se objetificação e sexualização do corpo feminino, de modo a agradar e satisfazer os desejos masculinos (público-alvo), colocando a mulher em posição de submissão e subalternidade.

Enfim, tanto a estereotipação como a objetificação do corpo feminino na mídia publicitária encontram-se relacionadas à desigualdade de gênero advinda de imposições machistas e patriarcais, que enxergam as mulheres como meros objetos de satisfação sexual para o público masculino. Portanto, é de suma importância que as mulheres permaneçam

lutando por seus direitos, questionando naturalizações impostas pela sociedade, reivindicando seu lugar de fala, exigindo respeito e equidade.

REFERÊNCIAS

BELMIRO, D. M. M.; DE PAULA, L. G. C.; LAURINDO, P. F. A.; VIANA, P. M. F. Empoderamento ou Objetificação: Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2015. **Anais...** INTERCOM, Rio de Janeiro, 2015.

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. VII, n. 2, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

CRUZ, M. F. O. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizes. **Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 134, 2017.

DIAS, D. L. A Construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. *In: BORGES, T. M. (Org.). Passando dos limites? Mídia e transgressão – Casos brasileiros*. n. 2. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, Stockholm University, 2007. p. 25-35.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, 2001.

FURLAN, M. M. **Análise do discurso de autoajuda para as adolescentes**: imagens, identidades e estereótipos da adolescência feminina. 2018. 270 fls. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2018.

LOURENÇO, A. C. S.; ATEMENKO, N. P.; BRAGAGLIA, A. P. A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. *In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, XIX, Vila Velha, 2014. **Anais...** INTERCOM, Vila Velha, 2014.

MIGUEL, N. M. D. O IBGE e Teixeira de Freitas: Discurso. *In: ENECULT*, V, Salvador, 2009. **Anais...** Faculdade de Comunicação, Salvador, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

RISCADO, L. C.; PERES, S. O. Contribuição da categoria gênero para os estudos sobre adolescência e juventude no âmbito da psicologia e das ciências sociais como meio de evidenciar a permanência das desigualdades e a necessidade de enfrentar a exclusão social. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 9, 2008.

TILIO, R. de. Padrões e estereótipos midiáticos na formação de ideais estéticos em adolescentes do sexo feminino. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. XVIII, n. 1, 2014.



VIGARELLO, G. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CAPÍTULO 15

POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FERRAMENTAS PARA QUEBRA DE ESTIGMAS E PRECONCEITOS NO QUE SE REFERE A GÊNERO E SEXUALIDADE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Silas Tibério Pereira Linhares, Graduado em Psicologia, Faculdade Santa Maria
Josinaldo Pereira de Lima, Mestre em Ciências da Educação, UTIC

RESUMO

O presente projeto visa tratar de estigmas e preconceitos sobre gênero e sexualidade, explorando como as Políticas Públicas da Assistência Social têm assistido e contribuído com a produção de conteúdo sobre a temática nos contextos comunitários nas quais estão inseridas. Entender como a assistência social tem tratado a violência gerada pelo preconceito de uma cultura machista e patriarcal é o objetivo do presente estudo, considerando pesquisas que apresentam discriminação direcionada aos indivíduos que se mostram diferentes do padrão cisnormativo, sendo estes vítimas de segregação e comportamentos violentos, contrariando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tratando-se esse trabalho de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, exploratório e descritivo, utilizando estudos brasileiros dos últimos 15 anos. Os estudos foram selecionados conforme os critérios de inclusão, sendo estes coletados através do Google Acadêmico. Combinando os termos: gênero e sexualidade e assistência social, encontraram-se 58 referências, no qual apenas 8 diziam realmente a respeito da temática. Pode-se levar em consideração as várias discussões ocorridas no meio da assistência social acerca da temática, no entanto, foi considerado por alguns autores que o machismo e o patriarcado tem impedido avanços efetivos nas questões de gênero e sexualidade, assim muitos projetos são engavetados, assim contribuindo com a estigmatização das minorias sociais como acontece com o público LGBTQA+.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Estigma e Preconceito. Gênero e Sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa tratar de estigmas e preconceitos sobre gênero e sexualidade, explorando como as Políticas Públicas da Assistência Social têm assistido e contribuído com a produção de conteúdo sobre a temática nos contextos comunitários nas quais estão inseridas. Uma vez que pesquisas apresentam discriminação direcionada aos indivíduos que se mostram diferentes do padrão cisnormativo, sendo estes vítimas de segregação e comportamentos violentos, contrariando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se faz necessário um estudo que contribua para a compreensão da realidade de tais questões, visto que a produção de conteúdo pode vir a instruir e capacitar técnicos de nível superior das referidas políticas,

sendo estes responsáveis por contribuir com uma intervenção social no qual os direitos sociais sejam garantidos. A violência está frequentemente direcionada ao cotidiano de muitos indivíduos LGBTQA+, os quais lutam de forma dobrada para alcançar seus espaços na sociedade. Considerando tal afirmação se enxerga como necessária a análise do contexto de segregação e violência a que essas pessoas são submetidas, se deparando desde muito cedo com espaços sociais firmados no patriarcalismo e na heteronormatividade, onde é promovida a violência para com quem se mostra diferente de tal contexto (SANTOS & KRAWCZAK, 2017). As identidades de gêneros são socialmente construídas, e estão relacionadas às experiências da travestilidade e transexualidade, igualmente a identificação com o gênero feminino e masculino. No entanto, a diferença está em como são tratadas tais identidades citadas por primeiro, causando marginalização e exclusão em detrimento de exigências sociais referentes ao gênero e a orientação sexual, restando por tornar vulneráveis a violências físicas e psicológicas aqueles que desviarem das regras impostas por uma sociedade cis heteronormativa (SANTOS & KRAWCZAK, 2017). A América Latina possui registro de travestis em todo seu espaço, mas no Brasil há um maior destaque por ser um grupo consideravelmente numeroso. Dessa forma, há registros de travestis em todas as cidades brasileiras, sendo estas, pequenas ou grandes, e mesmo com o grande número de travestis e transexuais, a socialização destes é prejudicada devido a estigmatização e discriminação, tornando-os mais vulneráveis (KULICK, 2013). Portanto, para responder o questionamento central deste estudo, buscou-se na literatura artigos, capítulos de livros ou dissertações, dos últimos 20 anos, que tratassem sobre a temática apresentada, separando de acordo com os critérios de inclusão os temas que atendam às exigências demandadas, filtrando os estudos e apresentando os principais tópicos a fim de responder o questionamento desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

As Políticas Públicas de Assistência Social, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são compreendidas como uma proposta estatal que tem como finalidade promover o bem estar social, prevenir situações de vulnerabilidade, contribuir com a quebra de preconceitos e estigmas por meio de uma rede de políticas públicas, profissionais de distintos ramos da ciência de forma integrada, formando assim uma unidade de Proteção Social Básica, visando a garantia de direitos da população (BRASIL, 2009)

Considerando que o Brasil é o país onde mais se mata pessoas devido à questão de Gênero e Sexualidade no mundo, surge o questionamento de como as Políticas de Assistência Social têm tratado o problema, já que esta visa prevenir e proteger seus usuários contra violação de direitos, sendo pessoas com maior frequência vítimas de violência, estigmas e preconceitos em detrimento do assunto supracitado (SANTOS, 2019).

O autor ainda defende que a violência está no cotidiano de quem assume um gênero e comportamento diferentes daqueles que são impostos pela sociedade, tal quais mulheres que demonstram posturas mais ativas socialmente, obrigando tais pessoas a se esforçarem em dobro para conquistar seus espaços na sociedade, em comparação a pessoas cisgênero do sexo masculino. Dessa maneira, é urgente analisar o contexto social, se tratando de uma sociedade firmada nos conceitos de heteronormatividade e patriarcalismo, onde se faz presente a violência e a segregação ao se tratar das diferenças de gênero e de orientação sexual (SANTOS, 2019). Vale ressaltar que os Direitos Humanos preconizam que todo sujeito é livre e igual perante a lei e possuem direitos iguais de proteção e liberdade, sem distinção de qualquer espécie, podendo citar questões de gênero, orientação sexual, cor, raça, língua, religião, opinião, entre outros. Todos tendo direitos iguais perante a vida, no qual, ninguém pode ser submetido a qualquer tipo de tortura ou outro tipo de castigo cruel (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2015).

Portanto, trabalhar a respeito do assunto se faz pertinente, considerando que o engajamento social por parte de grupos minoritários seria imprescindível para ruptura de uma cultura que reforça o machismo, estigmas, preconceitos, e conseqüentemente a violência perante o “diferente”.

4 GÊNERO E SEXUALIDADE

Simone de Beauvoir defende que ser *homem* ou *mulher* é uma construção social, algo que passa a ser determinado pela cultura, isso seria expresso através das marcas, gestos, comportamentos, e dos gostos que podem ser ensinados cotidianamente, discordando da atribuição de gênero de acordo com a genitália (BEAUVOIR, 1980). Entende-se que os gêneros e as sexualidades são construídos socialmente, se formando através de inúmeras aprendizagens, empreendida por um diverso conjunto de instâncias sociais e culturais, como a família, escola, igreja, entre outras instituições. Sem esquecer de tudo que é apreendido através

da mídia, e outras entidades que nos dizem o tempo todo como ser e agir, funcionando como potentes pedagogias culturais (LOURO, 2008).

A partir especialmente dos anos 1960, surge uma nova política cultural, em que jovens, estudantes, negros, mulheres, as chamadas “minorias” sexuais, passam a questionar teorias e conceitos, demonstrando seus desencantos com as “normas sociais”, no qual passam a criar novas linguagens favorecendo novas práticas sociais. O objetivo desses movimentos eram enfatizar na sociedade outros modos de viver, no que diz respeito a estéticas, éticas, experiências, e suas questões. Esses diferentes grupos se mostraram engajados fundamentalmente em se auto representar diante de grupos dominantes (LOURO, 2008).

5 ESTIGMAS E PRECONCEITOS SOCIAIS

A sociedade grega se utilizava de estratégias visuais, como marcas e sinais no corpo, feitas com ferro e fogo ou cortes profundos, evidenciando que o sujeito marcado se tratava de um escravo, criminoso, ou um traidor e, dessa forma deveria ser evitado pela sociedade. Esse seria um conceito inicial sobre estigmas que posteriormente foi ampliado passando a indicar uma fraqueza ou defeito (GOFMANN, 1988). O estigma serviria para alocar pessoas em categorias, indicando atributos negativos, classificando-as de acordo com costumes e valores, sendo estes adequados por um determinado grupo social dominante. Assim, contribui para criação de padrões, preconceitos e estereótipos, no momento em que características tidas como “anormais” devem afastar os sujeitos do contexto social, mesmo que este não tenha expressado comportamentos de riscos para sociedade. Sendo assim, o estigma tem a função de caracterizar a inferioridade, bem como características indesejáveis. É causado no sujeito estigmatizado forte angústia e retração, no momento em que tenta se adequar ao normativo com grande esforço, tendo sua identidade social destruída, o que ocasionaria um afastamento social e de si mesmo (GOFMANN, 1988).

Dessa forma, entende-se que quando determinada cultura tem um padrão de existência, referindo-se a costumes, hábitos e comportamentos de forma geral, evitando aquilo que fugiria da norma, promoveria aumento do ódio e preconceito. É importante celebrar a existência de diversidades como forma de quebrar rótulos e estigmas sociais, contribuindo com a saúde e cidadania para as referidas minorias sociais.

6 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que o intuito é coletar informações voltadas a imersão, ou seja, não estará voltada para quantidades, mas pretende apurar dados imersos, cujos se caracterizam como sendo mais subjetivos (GODOY, 1995). Este estudo foi de ordem exploratória e descritiva. Exploratório porque se pretendeu familiarizar com um dado fenômeno que esteve em processo de investigação, buscando compreensão, entendimento e precisão. E também descritiva, pois se buscou descrever os assuntos tratados da maneira tal como foi explorado, sem qualquer tipo de modificação (RAUPP & BEUREN, 2006). Teve-se como instrumento de coleta de dados um *checklist* que apontou critérios integrativos de pesquisa em que foram consideradas as produções de autores brasileiros, que tenham se empenhado em desenvolver trabalhos acadêmicos na temática de gênero e sexualidade, bem como de políticas públicas da assistência social, tendo seus materiais publicados em capítulos de livros, revistas científicas, ou em bases de dados eletrônicas, sendo produzidos nos últimos 20 (vinte) anos.

Foi utilizado o Word para produção e organização do assunto tratado, em forma de texto corrido. A obtenção dos dados desta pesquisa foi feita através do levantamento em bases de dados, buscando apenas trabalhos brasileiros, dos últimos 20 anos, sendo o “Google Acadêmico” a base de dados adotada.

Este levantamento foi realizado a partir de combinações com os seguintes termos descritores: “gênero e sexualidade” E “Assistência Social” E “Estigmas e Preconceitos”. Examinou-se na base de dados todo o acervo disponível até o ano de 2020, abrangendo todas as referências disponíveis. A verificação do número de referências foi obtida através das diferentes combinações de descritores, ressaltando que nesse processo de busca se descartou referências repetidas.

Os trabalhos encontrados foram selecionados através do título do estudo, tipo de trabalho (artigo, anuais, capítulo de livro, livro ou dissertação), país de origem do trabalho, autor, ano da publicação, periódico (quando artigo). O resumo permitiu verificar os temas estudados, considerando suas metodologias e veículos midiáticos citados no estudo. Destaca-se que grande parte das referências não condizia especificamente com a temática, sendo estas descartadas. Se tratando da categorização dos temas, de acordo com as referências selecionadas, foi feita uma primeira leitura dos resumos levantando os temas por eles abordados. Em sequência, foi feito um agrupamento de diversos temas em grandes categorias

para, em seguida, ser realizada uma leitura completa dos resumos, alocando cada referência em suas devidas categorias.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados, se teve os artigos selecionados a partir, artigos, capítulos de livros e arquivos digitais, dos últimos 20 anos, que tratassem sobre a temática de gênero e sexualidade, bem como de Políticas Públicas da Assistência Social, sendo extraídos da base de dados “Google Acadêmico”.

Os artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão para esta pesquisa, apontaram eventos e movimentos que contribuem para a efetivação de direitos e de uma sociedade mais igualitária no que diz respeito a gênero e sexualidade. Observou-se que o movimento LGBTQIA+, tornou-se referência de luta para garantia de direitos, através das Políticas Públicas e que a Assistência Social pode contribuir com as demandas. Notou-se também que o patriarcado e conservadorismo, pautado em dogmas religiosos, ainda têm forte domínio social, dificultando os avanços para tal grupo minoritário. A fim de proporcionar um panorama da produção de trabalhos sobre gênero e sexualidade e assistência social, foram encontrados artigos e arquivos digitais na base de dados Google acadêmico. Lançando a seguinte combinação de palavras: gênero e sexualidade e assistência social, encontrou-se 58 referências, sendo que nesta contagem já foram excluídas as referências que se repetiram dentro dos diferentes descritores. No que diz respeito às referências encontradas, foi possível identificar que, entre elas, apenas 8 (oito) dizem a respeito da temática em questão, sendo estas as que serviram de base para a análise aqui apresentada.

As referências encontradas mostram que é dever da assistência social tratar sobre o assunto de Gênero e Sexualidade, uma vez que essa questão abarca sujeitos acometidos pela vulnerabilidade. Estes tornam-se vítimas de preconceito, violência física, psicológica, e de homicídio, conferido ao Brasil o título de país que mais mata devido a homolesbotransfobia. (Quadrado e Ferreira, 2019; Mello et al. 2013; Lopes, R. E.; Silva, C. R.; Malfitano, A. P. S. 2006).

Dessa forma, as referências selecionadas foram as que se preocuparam em discutir a respeito das ações desenvolvidas pela Assistência Social no Brasil, a fim de avançar em prol da comunidade LGBT+, levando questões de gênero e sexualidade para os debates nos principais eventos da Assistência.

É preciso considerar o longo trajeto da assistência social no Brasil, trazendo para discussão o percurso de reivindicações referentes às questões LGBT's, em que se dá origem a alguns programas, como é o caso do Programa Brasil sem Homofobia (BSH).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome este programa visa promover cidadania para população LGBT, a partir da efetivação de direitos e do combate a violência e discriminação para com os sujeitos que estão identificados com a sigla (BRASIL, 2004).

A I Conferência Nacional LGBT trouxe eixos e ações para o combate a LGBTfobia em diferentes políticas da Assistência Social, mas que assim como o BSH não conseguiu efetivar seus objetivos, servindo apenas documentos para orientação das políticas públicas, isto é, sem grandes articulações entre as propostas intencionalmente criadas (MELLO et al. 2013).

No entanto, identificou-se avanços com a criação do Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, sendo fruto da I Conferência, no qual propôs a ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT' e também assegurando a inclusão sobre orientação sexual e identidade de gênero, além do combate a homofobia (BRASIL, 2009). O Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT apresentou ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) um projeto para que fosse reconhecido novos modelos de família como as uniões homoparentais, a serem aplicadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Contudo, as demandas não foram implementadas ou mesmo planejadas, já que na redação do PNAS não foi incorporada a população LBGT de forma explícita, apenas alegando que se encaixam nos padrões de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009).

Com a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT em 2011, se conquistou a introdução de novos moldes familiares no Cadastro Único (CADÚNICO) da Assistência Social, sendo implementados os campos de orientação sexual, identidade de gênero e o nome social, incluindo a população LGBT nos programas que utilizam os dados do CADÚnico como base. No entanto, foi constatado empiricamente que essas modificações não foram introduzidas aos cotidianos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (QUADRADO E FERREIRA, 2019).

O MDS apresentou a III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, verificando que houve a aprovação de diretrizes já aprovadas na conferência anterior,

mas que não se concretizaram nesse meio tempo, com a justificativa de falta de preparo da equipe técnica da assistência social (BRASIL, 2017).

Outro ponto muito importante discutido na III Conferência foi a discussão sobre o Disque Direitos Humanos - Disque 100, visando melhorá-lo para o atendimento de pessoas LGBTQTs, tornando-se este um instrumento de luta contra a violência. É através desse equipamento que o CREAS toma nota de tais violações de direitos, se responsabilizando pelo acolhimento e acompanhamento do caso, visando as medidas adequadas para preservação e efetivação de direitos (BRASIL, 2017). Foi verificado que no ano de 2018, ainda houve a tentativa de garantir direitos sócio assistenciais a população LGBTQT, como o reconhecimento do nome social, orientação sexual e identidade de gênero nos registros de atendimento, prontuários, etc. Estendeu-se também para crianças e adolescentes em diálogo com os responsáveis, garantindo também o uso de espaços como banheiros segregados devido a questão de gênero. No entanto, a proposta foi arquivada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA), nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados em 31/01/2019 (BRASIL, 2018). Por fim, e em termos de conquistas, se constatou que segundo a Lei do Distrito Federal, considerando as políticas públicas voltadas para famílias, nestas deverão ser inclusas a união homoafetiva, sendo reconhecida por unanimidade no Supremo Tribunal Federal, para fins de aplicação de políticas públicas no Distrito Federal, a união estável entre pessoas do mesmo sexo dentro do conceito de família (BRASIL, 2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa, percebe-se a existência de diversas referências e trabalhos acadêmicos em que muito se fala sobre o combate a LGBTQTfobia. No entanto, não se verificou a sinalização de intervenções específicas e concretas por parte da assistência social que promovam esse combate, como por exemplo, ações por parte dos profissionais técnicos em escolas, lugares públicos, etc.

Assim como, os estudos apontam que seja necessária a consciência de seus direitos através da educação em Direitos Humanos, não apresentando ações para promover tais ensinamentos a população. Observou-se que, os projetos em maioria, têm relação com o poder público, entretanto, falta planejamento e preparação por parte da equipe técnica, considerando efeitos em longo prazo.

Por fim, é hipotetizado que todos esses entraves na garantia de direitos para população LGBTQTQA+ se deve a influência do conservadorismo e do fundamentalismo religioso,

colaborando para perpetuação de uma sociedade cada vez mais preconceituosa e intolerante, onde as ações são pautadas na heteronormatividade e cisgeneridade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília (DF), 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 05 dez 2020.

BRASIL. Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT. Brasília (DF), 2009a. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/direitos-lgbt/planolgbt.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília DF: Autor. 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Resolução nº 21, de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre as deliberações da 11ª Conferência de Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília (DF), Ano 154, n. 242, 19 dez. 2017. Seção I. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2017/cnas-2017-021-18-12-2017b.pdf/download>. Acesso em: 19 dez. 2020a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/570419-PROJETO-SUSPENDE-RESOLUCAO-SOBRE-ATENDIMENTO-SOCIOASSISTENCIAL-DA-POPULACAO-LGBT.html>. Acesso em 19 dez. 2020b.

BRASIL. Resolução 1/2018. Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41965371/do1-2018-09-24-resolucao-conjunta-n-1-de-21-de-setembro-de-2018-41965115. Acesso em 20 dez. 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOFFMAN, E. Estigma e identidade deteriorada. In: GOFFMAN, E. (Org.). Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HUMANOS, D. U. D. D. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2015.

KULICK, D. Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 1.ª reimpressão, Rio de Janeiro-RJ: Fiocruz, 2013.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, 19(2), 17-23, 2008.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 23, p. 114-130, 2006. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_23.pdf

MELLO, Luiz. et al. Políticas Públicas de Trabalho, Assistência social e Previdência Social para a População LGBT no Brasil: Sobre os Desejos, Realizações e Impasses. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, jan. /jun. 2013.

QUADRADO, J. C., SILVA, F. E. (2019). Os (des) caminhos da política pública de assistência social no atendimento à população LGBT. **Humanidades & Inovação**, 2019.

RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

SANTOS, J. O. KRAWCZAK, K. W. Brasil, O País Que Mais Mata: Uma Análise Crítica Acerca Da Violência Contra Travestis E Transexuais. **Ciências Criminais & Direitos Humanos**, 2017.

SANTOS, A. C. A Violência do Encarceramento da População Trans no Brasil. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, 5(1), 76-76. 2019.

CAPÍTULO 16

A BIOPOLÍTICA DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CPID – 1994

Silvia Piedade de Moraes, Doutora em Educação em Saúde, UNIFESP

RESUMO

Esse estudo documental tem por objetivo destacar como a sexualidade na adolescência foi tratada na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada pela ONU no Cairo em 1994. O relatório dessa conferência é um marco conceitual e referencial sobre sexualidade, gênero, direitos sexuais e reprodutivos já que incorpora muitas demandas dos movimentos sociais organizados. O relatório destaca especialmente a importância de se eliminar barreiras jurídicas e culturais nos países membros no que tange à autonomia dos adolescentes, às desigualdades de mulheres e meninas e às violações de direitos humanos como mutilações genitais, violências e sexismo. Por fim, faz-se uma análise que todo o corpo discursivo do relatório da CIPD-1994 é uma forma de biopolítica das populações.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Adolescência. Biopolítica. ONU.

INTRODUÇÃO

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, muitos esforços têm sido utilizados para consolidá-los como verdadeiramente universais. A cada instrumento internacional (conferências, convenções, tratados) a busca pelo consenso relativo à efetiva implementação dos direitos humanos denota avanços significativos. Sem função normativa, a ONU (Organização das Nações Unidas) busca recomendar através de consensos já estabelecidos que os países signatários possam incorporar normativa e juridicamente essas proposições. Além disso, na maioria dos relatórios finais as ações recomendadas destacam a importância de desenvolver tais políticas com respeito à cultura local. A criação de tais mecanismos fica a cargo de seus signatários, responsabilizando-os por sua incorporação e legitimação social.

Os consensos destes documentos internacionais provocam e são provocados por novos paradigmas. Neles são revistos conceitos e estabelecidas metas e princípios que expressam a consolidação dos direitos humanos em sua integralidade. É desta forma que em 1968 na I

Conferência dos Direitos Humanos realizada em Teerã, veem-se novas tentativas de consensuar nos países a importância da erradicação da discriminação contra a mulher, o direito da decisão sobre concepção e contracepção pertencente à pessoa e a incorporação da juventude nas determinações do futuro da humanidade (TONELLI, 2004).

É neste campo de debate mundial que surgem as primeiras expressões da importância de discutir os direitos sexuais e reprodutivos no âmbito dos direitos humanos. Alias, é em 1979, nos Estados Unidos com a fundação da Rede Nacional pelos Direitos Reprodutivos que o termo passa a ser mais difundido (TONELLI, 2004).

No entanto, é na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994 que a discussão sobre direitos reprodutivos, saúde reprodutiva e saúde sexual é amplamente debatida e oficializada como uma proposta mundial de consenso (CIPD, 1994).

Nesse marco mundial há uma nítida separação de políticas de controle de natalidade para planejamento familiar e da sexualidade como componente dissociado da reprodução. Também surgem inúmeras propostas para emancipação das mulheres e meninas, com especial destaque à recomendação de mecanismos que protegem o sexo feminino, como superação das mutilações genitais, da violência contra a mulher, da exploração sexual infantil e etc. (CIPD, 1994).

A plataforma do Cairo resultou em uma forte expressão de direitos humanos alicerçada no protagonismo de grupos considerados mais vulneráveis e em um modelo de atuação compartilhado entre governos, cooperação internacional e sociedade civil.

É nesse sentido, que este capítulo analisa os aspectos sobre a sexualidade na adolescência na Plataforma do Cairo como uma proposta de garantia integral de seus direitos humanos, mas que utiliza como recomendações ações diretamente relacionadas à biopolítica da sexualidade.

LOCALIZANDO A ADOLESCÊNCIA

A adolescência é a fase de transição entre a infância e a idade adulta e como fase própria possui características singulares nos campos biológicos, psicológicos e sociais. O termo adolescência vem do latim *adolescere* e significa crescer. A palavra *adolescence* foi usada na língua inglesa pela primeira vez em 1430, e referia-se a faixa etária de 14 aos 21 anos para homens e dos 12 aos 21 anos para as mulheres (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS,

SILVARES, 2010). No Brasil, a adolescência está delimitada pela normativa jurídica na faixa etária de 12 a 18 anos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que a adolescência é o período de 10 aos 19 anos (OMS, 1989).

A adolescência é uma noção historicamente marcada, construída e registrada no século XIX e XX. Essas categorias etárias são móveis e variam de acordo com o local e o tempo, não tendo, portanto uma concepção única de limite geracional.

A adolescência descrita em uma etapa etária tem gerado polêmicas de cunho jurídico em diferentes áreas. Em algumas legislações brasileiras há controvérsias em considerar os adolescentes capazes ou não de decidir ou realizar determinadas tarefas e ações. A legislação eleitoral autoriza o adolescente de dezesseis a votar, enquanto que para casar-se, contratar ou firmar obrigações estas ações somente são possíveis com autorização de seus responsáveis legais, como descrita do Código Civil. No Código Penal, os menores de dezoito anos são inimputáveis perante a lei, não respondem juridicamente e são encaminhados para medidas socioeducativas. No Direito ao Trabalho (ECA e Constituição Federal) é vedado aos menores de quatorze anos qualquer forma de trabalho (exceto na condição de aprendiz), e aos menores de dezoito estão proibidos o trabalho noturno, insalubre, ou que prejudiquem sua frequência à escola. Todas estas visões jurídicas diferenciadas sobre a capacidade do adolescente em relação a sua responsabilidade e autonomia têm gerado inúmeras interpretações quando se trata do exercício da sua sexualidade, sobretudo porque não há definição legal sobre o exercício da sexualidade segura (acesso a informações e insumos) expressa claramente em nossa legislação (BRASIL, 2005).

Os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos são relativamente novos no mundo. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizado no Cairo (1994) é que pela primeira vez a sexualidade é debatida em um sentido positivo em detrimento das discussões (não menos importantes) sobre mutilações genitais, violência sexual e IST's (infecções sexualmente transmissíveis) (SCHIOCCHET, SIMONI e CARLOS, 2003).

O relatório CIPD também inaugura dentro do capítulo VII (diretos de reprodução e saúde reprodutiva) orientação destinada aos adolescentes, com especial ênfase ao sexo feminino. Neste item expressa a maternidade precoce, a responsabilização de ambos os sexos sobre a sexualidade e a reprodução, os riscos da esterilização precoce e ainda orienta os países signatários a assegurar o pleno desenvolvimento do adolescente e a envolvê-los na disseminação de informações e na identificação de suas necessidades:

No primeiro relatório da Conferência do Cairo, os adolescentes estavam condicionados à autorização dos pais ou responsáveis para o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Com a revisão do relatório cinco anos depois (Plano de Ação do Cairo+5 de 1999) muitos aspectos foram reconsiderados, e em especial, um texto que elimina a necessidade de autorização dos pais para o acesso de adolescentes a serviços, informação e insumos de saúde sexual e reprodutiva e inclusão do tema no currículo escolar (ROCHA e MOTA, 2008).

O grande desafio da CIPD do Cairo em relação aos países é protocolar o maior número de consensos e adesões de países signatários à implantação de políticas sobre os direitos da reprodução e da saúde sexual e reprodutiva, já que a sexualidade é um campo minado de discursos ideológicos, religiosos, econômicos que atuam com grande força sobre as populações, dificultando em muitos casos a adesão de política de liberdade e direitos.

O CONTEXTO DA CONFERÊNCIA

A CIPD de 1994 foi um dos maiores eventos já realizados internacionalmente sobre temas populacionais. Além disso, historicamente a Conferência do Cairo se alicerça como referência por tratar de temas do desenvolvimento sob a ótica dos direitos humanos e com especial ênfase aos direitos das mulheres e meninas. As edições anteriores da CIPD realizadas em Bucareste e no México (1974 e 1984) centravam o controle do crescimento populacional como única forma de melhoria da situação econômica dos países. As décadas de 1980 e 1990 foram períodos especialmente de destaque das questões humanas sobre as econômicas. As organizações da sociedade civil nunca estiveram tão bem localizadas no sentido organizacional para angariar conquistas. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como ECO-92 e a Conferência Mundial para Examinar e Avaliar as Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher em 1985 são exemplos desta organização (CORRÊA, ALVES e JANUZZI, 2015; CEPIA, 2001)

O relatório Conferência de Cairo é um importante documento e mostra a explícita evolução nos direitos das mulheres, sobretudo na consolidação dos direitos reprodutivos como direito humano. É nesse documento que pela primeira vez a saúde reprodutiva é integralizada como direito fundamental da igualdade de gênero.

Mas, por que é que em uma Conferência sobre desenvolvimento a saúde reprodutiva está presente na pauta? A CIPD tratou das questões relativas ao crescimento da população mundial, suas relações com a pobreza, migração, meio ambiente e com a possibilidade de um

desenvolvimento mundial sustentável. Os investimentos em saúde reprodutiva foram um dos tópicos da CIPD discutidos neste encontro mundial.

Esta articulação entre desenvolvimento e população não é recente. Deriva-se ainda da Revolução Francesa quando em 1794 o Marquês de Condorcet apresentou uma visão otimista sobre esta relação. Acreditava-se que com o crescimento populacional o progresso social e econômico o acompanharia. Em contrapartida, quatro anos após, o pastor Thomas Malthus apresentou uma visão contraditória afirmando que o crescimento populacional angariaria pobreza e desordem. Os neo-malthusianos propuseram então o controlismo sobre as taxas de natalidade da população aceitando e receitando os métodos contraceptivos para limitar a fecundidade (CORRÊA, ALVES e JANUZZI, 2015).

Os anos 1980 e 1990 também representaram progressos importantes nas tecnologias aplicadas à saúde. Muitas populações tiveram maior acesso aos serviços de saúde reprodutiva (concepção e contracepção) além da redução substancial da mortalidade materna. Não se trata mais de controlar a natalidade, já que pelas elevações do nível de escolaridade e de acesso à educação mais pessoas podem ter acesso ao planejamento familiar (CIPD, 1994).

Neste sentido, controle de natalidade e planejamento familiar têm significados diferenciados, calcados na autonomia do sujeito pela escolha e decisão. O primeiro, relaciona-se a uma postura impositiva e autoritária vinda de fora e de cima para baixo, ou seja, das normas ou leis jurídicas que subjugam a vontade e o poder de decisão do indivíduo. O planejamento familiar pressupõe conhecimento de uma gama de possibilidades conceptivas e contraceptivas para que cada pessoa ou família decida conscientemente o melhor uso nas diferentes etapas da vida.

Na CIPD do Cairo houve um apelo para maior investimento na emancipação em todos os níveis (social, econômico e político) como forma de garantir também maior aderência da população às políticas de saúde reprodutiva. Mesmo com avanços já significativos em muitos países como a redução da mortalidade materna e o aumento do uso de anticoncepcionais, a Plataforma de Ação do Cairo admite ainda que há lacunas consideráveis sobre a saúde reprodutiva, especialmente de mulheres e meninas.

Diante de uma nítida mudança no pensamento mundial, muitos esforços ainda são necessários para se equilibrar o crescimento populacional e manter metas sociais, econômicas e ambientais adequadas para a população, por isso, a Plataforma de Ação recomenda aos países uma série de metas que se estabelecem mutuamente: crescimento econômico sustentado no

contexto do desenvolvimento sustentável; educação, especialmente para as moças; equidade e igualdade dos sexos em direitos; redução da mortalidade materna, de bebês e crianças e acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva, inclusive planejamento familiar e saúde sexual.

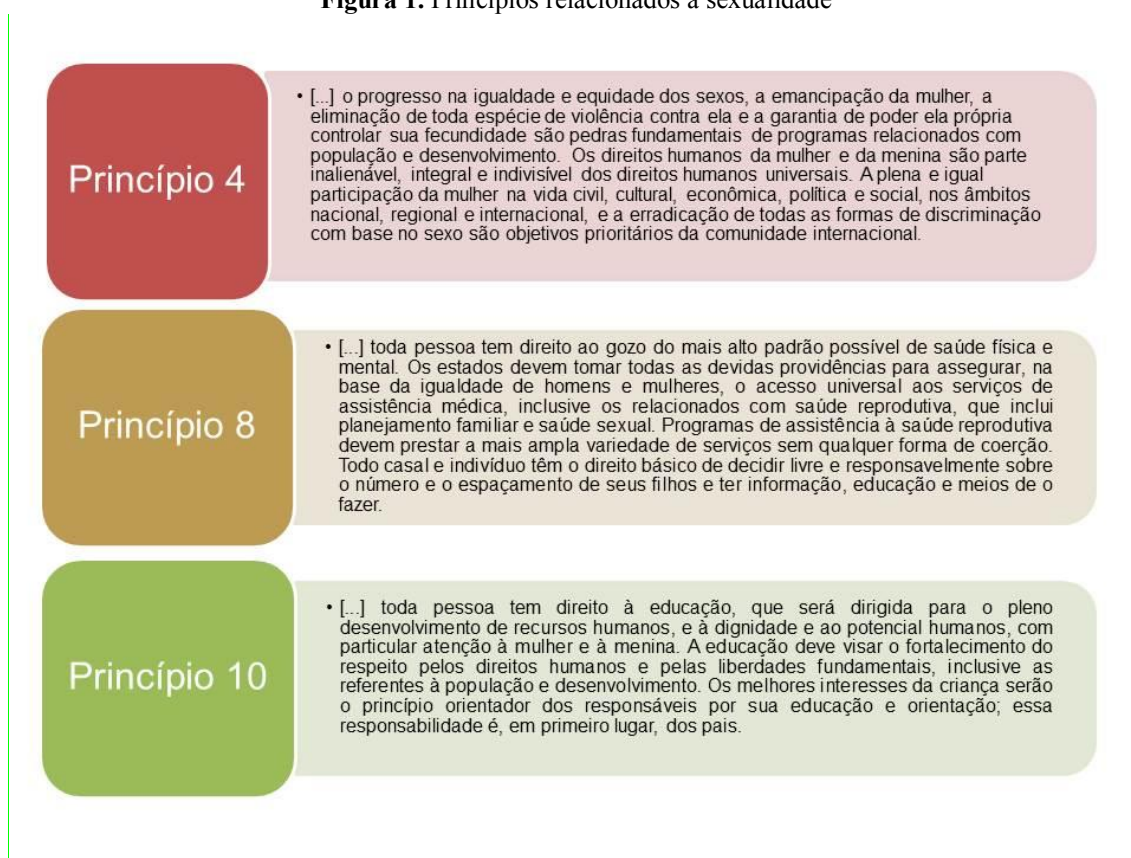
O impacto da Conferência do Cairo, ainda monitorado no mundo (Cairo+5 – 1999, Cairo+10 - 2004, Cairo+15 – 2009) consolida ainda mais a Declaração dos Direitos Humanos como um desafio coletivo de atuar sobre uma base comum (população e desenvolvimento) com respeito à diversidade de valores éticos, religiosos e culturais.

OS PRINCÍPIOS DA CIPD-1994 E AS QUESTÕES DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA

Os princípios da Conferência do Cairo, conforme as recomendações aos países, podem estar contidos em suas legislações de forma a não ferir condutas religiosas, éticas e de formação cultural.

Dos doze princípios apresentados, três (4,8 e o 10) preconizam sobre a importância de diminuir as disparidades entre os sexos.

Figura 1. Princípios relacionados à sexualidade



Fonte: Relatório da CIPD – 1994

A CIPD apresenta que o planejamento familiar é condição de saúde a ser exercida sem coerção e com plena liberdade de decisão. Enfatiza a autonomia da mulher sobre sua própria vida. Ao destacar a garantia de controlar sua fecundidade a CIPD norteia a separação dos métodos de controle de natalidade para os de planejamento familiar em que a mulher é ativa em sua determinação.

O direito à educação de mulheres e meninas demonstra que não há outras possibilidades efetivas de consolidar o desenvolvimento sustentável sem a aderência consciente de mais da metade da população mundial.

ESPECIAL DESTAQUE AOS DIREITOS DE REPRODUÇÃO E SAÚDE REPRODUTIVA

A Plataforma do Cairo em seu capítulo VII conceitua *direitos da reprodução e saúde reprodutiva* nos seguintes termos:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis.

E como direitos de reprodução

[...] os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos.

Em linhas gerais, os objetivos dos direitos da reprodução elucidam três eixos: assegurar informação completa e concreta sobre direitos reprodutivos, possibilitar e apoiar as decisões voluntárias e atender as necessidades das pessoas em diferentes fases da vida.

O capítulo VII destaca a saúde reprodutiva de adolescentes como um fator inovador que até então tinha sido ignorada pelos serviços de saúde. Em 1989, a OMS (Organização Mundial de Saúde), FNUAP (Fundo de Populações das Nações Unidas) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) lançaram a publicação “Saúde reprodutiva de adolescentes – uma estratégia para ação”, como forma de reconhecer a magnitude da questão, já que segundo este relatório mais da metade da população mundial tem menos de 25 anos (OMS, 1989). Porém, expor e aprovar em uma conferência de tal tamanho recomendações à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes foi um avanço significativo.

De forma geral, na CIPD-1994 enfatiza-se a necessidade de informações que auxiliem os adolescentes (em especial as meninas) a compreenderem sua sexualidade e, por conseguinte, a tomar decisões mais conscientes, protegendo-se dos riscos de gravidez não desejada, IST (infecções sexualmente transmissíveis) e de esterilidade precoce.

A educação do jovem também é realçada como forma de respeitar as decisões da mulher e compartilhar com ela as responsabilidades sobre a sexualidade e a reprodução.

Todo esse esforço também está relacionado ao fato de que a maternidade na adolescência envolve um risco maior de morte materna. Além disso, o casamento e a gravidez precoce podem reduzir oportunidades de educação e emprego, ocasionando impacto na vida das meninas.

Como sujeitos ativos em sua sexualidade, adolescentes de ambos os sexos estão mais vulneráveis, seja pelos conflitos próprios da adolescência, seja pelas condições econômicas ou socioculturais, tais como a exploração e abuso sexual, a mutilação genital em meninas, e os riscos de IST's.

Uma das recomendações estabelece que os programas mais eficazes são aqueles em que há o pleno envolvimento do adolescente seja na identificação de necessidades ou no planejamento de ações que atinjam essas necessidades.

A Plataforma do Cairo registrou como objetivos da saúde reprodutiva para adolescentes o tratamento de problemas como gravidez indesejada, aborto inseguro, IST/AIDS, promoção do comportamento sexual e reprodutivo responsável e sadio, orientação apropriada a esse grupo etário e a redução da gravidez na adolescência.

As ações determinadas para estes fins envolvem atuações conjuntas entre governos e sociedade civil na educação para uma saúde sexual e reprodutiva segura, educação para os pais

sobre os processos de amadurecimento dos filhos, orientações aos jovens sobre planejamento familiar, igualdade entre sexos, violência sexual.

Uma das primeiras ações em destaque é a importância da remoção de barreira jurídicas e sociais que dificultam a execução de todas as demais ações. Há uma ênfase para que outras instituições estejam envolvidas no processo de educação/orientação para saúde sexual e reprodutiva, como instituições religiosas, escolas, comunidades, meios de comunicação de massa e grupos semelhantes.

Assim, a CIPD-1994 como instrumento de consolidação dos direitos humanos fundamentando suas recomendações no âmbito das legislações dos países signatários propõe que os direitos de reprodução e a saúde reprodutiva direcionada aos adolescentes possam projetar um desenvolvimento mais sustentável, afinal, melhorar a vida deste segmento da população é projetar uma qualidade de vida futura.

Mas, onde estão os direitos sexuais e a saúde sexual? A CIPD-1994 foi a mais disputada ideologicamente. A Santa Sé, representada pelo Vaticano, países signatários mais conservadores e a pressão de grupos religiosos de extrema direita rejeitaram a nomenclatura *direitos sexuais* e *direitos reprodutivos* por acreditarem que o mesmo é uma estratégia para incluir pautas que afrontam a ética cristã e a conservação da ‘família’ patriarcal e heterocentrada. Por meio da expressão *direitos sexuais* estariam representadas o direito pleno do sujeito ao seu corpo e sexualidade e isso incluiria a legalização do aborto, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, a descriminalização da homossexualidade, o livre planejamento familiar e o reconhecimento das identidades trans e intersexual.

Dessa forma, reduzindo o termo à ideia de saúde, o controle do Estado operaria apenas para assegurar os programas de saúde sexual que estiverem no binômio saúde-doença em uma perspectiva reduzida de direitos. Muitos países, como o Brasil, ampliaram a nomenclatura em suas políticas como direitos sexuais e direitos reprodutivos, mas essa não é a realidade de muitos Estados-membro.

Na disputa ideológica, estavam o termo direitos sexuais e gênero (compreendido ainda de forma binária e reduzida, quase um sinônimo de mulheres e meninas) e para que houvessem ainda ganhos, uma grande articulação conseguiu manter um em detrimento de outro.

BIOPOLÍTICA DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA NA CONFERÊNCIA DO CAIRO

O dispositivo é uma estratégia de assujeitamento, ou seja, normatiza um ideal apropriado *de e em* um corpus discursivo. A biopolítica usa o dispositivo discursivo para configurar suas estratégias de controle. Um exemplo pode ser a figura do adolescente que não se torna pai ou mãe nessa faixa etária como resultado das “políticas que deram certo”.

Outra faceta da biopolítica que atua na relação sexualidade-adolescência é a medicalização.

[...] compreender os efeitos de subjetivação contemporâneos implica em entender como se atualizam as estratégias que definem a expressão da biopolítica (enquanto governo da vida) como controle da população e como uma forma de disciplinarização dos corpos. O dispositivo da medicalização é interior à biopolítica e, como buscaremos demonstrar em nossa análise, ele age conformando modos de ser a instaurando uma normalidade medicalizada [...] (IGNÁCIO e NARDI, 2007, p. 89.)

Assim, a sexualidade na adolescência é calcada por discursos da medicalização, sobretudo àqueles voltados à gravidez na adolescência prevenção das IST e atividade masturbatória. Na maioria das vezes, os programas possuem uma abordagem biologizante sobre corpo e sexualidade reduzindo os aspectos socioculturais e da individualidade dos sujeitos.

A medicalização trata do controle dos corpos por meio da **gestão da população** concretizada em políticas públicas, programas de saúde e etc. No entanto, a medicalização está para além da medicina. Ela entranha na educação, no trabalho, lazer e em todas as relações sociais.

A biopolítica é apresentada por Foucault como um conjunto de mecanismos de intervenção que objetivam o controle sobre a vida. A biopolítica caracteriza-se pelo investimento cada vez maior na vida, objetivando um aumento gradativo na qualidade e no bem-estar geral da população (FOUCAULT, 1998).

A biopolítica é o reflexo dos aspectos biológicos sobre os políticos, ou seja, é manejar o controle da vida (e de uma vida com qualidade) como uma função coletiva. E é no século XIX que a biopolítica das populações se respalda no aparato da justiça. As reivindicações do direito à vida, ao corpo, à saúde, à necessidade ao bem-estar tornam-se objetos de lutas políticas. A biopolítica, portanto, não está alicerçada no Estado, ela se dissemina e se movimenta também entre as populações e outros organismos sociais, configurando em micro poderes. É imposta e impõe e se enraíza cada vez mais no corpo social através do saber. Necessidades antes desnecessárias passam a configurar como urgências e novas tecnologias em saúde tornam-se

operações políticas e econômicas de retroalimentação da biopolítica. “A biopolítica para Foucault consiste na ação do Estado para controlar os corpos da mesma forma que controla a população. Assim, a medicalização também adquire esta dupla faceta [...] (IGNÁCIO e NARDI, 2007, p. 90)”.

No século XVII o direito foi um instrumento que ajudou na queda do poder monárquico. O direito conforme conceitua Foucault é **um dos** instrumentos do poder. O direito estabelecido pela norma jurídica a uma população se fixa ao cotidiano das pessoas por intermédio do discurso. O discurso, segundo Foucault tem em si uma série de mecanismos de poder que contemplam o contexto econômico, social e cultural. É o direito orientado a modificar ou manter um certo sistema de poder (FOUCAULT, 2012).

Mas, como Foucault preconiza, o exercício do poder não é uma via de mão de única, pois com o poder (ou poderes) se inserem as resistências, como relações de micropoderes, não existe um sujeito passivo que não exerça em certa medida alguma forma de poder (FOUCAULT, 2012; PASSOS, 2008).

A CIPD do Cairo elucidava esta realidade. A organização da sociedade civil e governos progressistas em torno das discussões sobre direitos da reprodução e saúde reprodutiva, por exemplo, demonstram estas relações de poder e especificamente como ele se modifica constantemente. Ao mesmo tempo em que algumas delegações lutavam pelo registro de alguns temas, outras resguardavam o texto com ressalvas. Após a CIPD-1994 os mesmos grupos e países signatários que lutavam por inclusões no texto criticavam a falta de avanços e lacunas sobre os direitos sexuais das mulheres no monitoramento Cairo+5 em 1999. O movimento é uma luta constante, com conflitos de diferentes ordens e tipificações que aglomeram e dispersam grupos e pessoas de acordo com seus interesses.

As questões gerais sobre as formas de governar e ser governado surge no fim do feudalismo devido às novas reestruturações econômicas, sociais e políticas. A partir de então, a formação de uma “governamentalidade” começa a se estruturar. Era preciso criar novas formas de governo visando conduzir adequadamente o conjunto de indivíduos para os novos objetivos do Estado (FOUCAULT, 1997).

Toda esta transformação é redigida ao final do século XVII e início do século XVIII e codifica um saber sobre a “arte de governar” (FOUCAULT, 1997). “Esta relação política entre população e governo se tornou um dos analisadores fundamentais deste estudo, apontando a

medicalização como dispositivo que opera num jogo de poder/control (IGNÁCIO e NARDI, 2007, p. 91)”.
C

A governamentalidade cujo objetivo é manter e organizar a “razão do Estado” se alicerça sob dois conjuntos de saberes e tecnologias políticos: a tecnologia “diplomático-militar” que assegura as formas do Estado e a “polícia²⁵” como forma de infiltrar e manter arraigada na população as forças do Estado (FOUCAULT, 1997).

Com o fim do feudalismo novas demandas de organização social exigem da razão do Estado um olhar sobre problemas antes não evidenciados. O crescimento da população, sua relação com a riqueza ou a pobreza, a manutenção do Estado pelo fisco, o povoamento, super povoamento e despovoamento de áreas (FOUCAULT, 1997).

Assim, através da governamentalidade precisava-se prever e executar uma série de políticas com a finalidade de regular “o problema político da população”. Para isso, o Estado utiliza uma derivação da tecnologia de polícia que se destina a ver a correlação entre economia e população. Essas intervenções articuladas sobre a população se darão por múltiplos mecanismos que vão das leis às mudanças de atitudes disseminadas através dos discursos por campanhas e exposições orais (FOUCAULT, 1997).

Todas essas mudanças nas formas de controle da população não são processos naturais, estão imbricados no pensamento mercantilista como possibilidades de enriquecimento. A engrenagem dessa forma de pensamento calcava-se numa relação recíproca entre “pessoas para consumir” – “pessoas para produzir consumo”. A necessidade de gerir uma política de saúde capaz de melhorar substancialmente as formas de viver da população (higienizá-las, diminuir a mortalidade, melhorar a qualidade da natalidade, organizá-las no ambiente, etc.) faz com que surja em meados do século XVIII essa política de saúde aplicada à população chamada de medicina social, higiene pública e medicina da cidade e seja considerada como “biopolítica das populações” (FOUCAULT, 1997).

A biopolítica, portanto é compreendida como uma forma racionalizada de perceber e interferir sob os fenômenos relativos às pessoas na saúde, higiene, natalidade, mortalidade, etc. é uma proposta que compões a governamentalidade em sua forma de ver os problemas

²⁵ O sentido que se dava a este termo preconiza os meios de fazer crescer e se consolidar no interior do corpo social os objetivos do Estado.

econômicos e sociais que constituem-se até os dias de hoje em diferente contexto e com o uso de outras tecnologias (MARTINS, PEIXOTO JUNIOR, 2009).

Ao elucidar que a fecundidade não está no controle do Estado, a CIPD-1994 apresenta uma concepção em que o direito sobre o corpo da mulher e da menina é parte de seu direito humano. Isto significa que para que de fato o Estado alcance seus objetivos de controle (população e desenvolvimento) é necessário ofertar certa dose de liberdade. Sendo a adolescência o período de maior fertilidade, esta parcela da população necessita estar inserida nesta lógica controle/direito/liberdade. Do contrário por que então não encontramos direcionamento de políticas de saúde sexual e reprodutiva para população da terceira idade?

A participação das mulheres e das meninas como agentes de sua individualidade é o alicerce central daquilo que Foucault designou como “técnicas de si” (TONELLI, 2004).

Assim como a biopolítica se apresenta em termos de liberdade na adolescência arraigada no discurso da autonomia e da plena capacidade de controlar o corpo já na adolescência, outros tópicos lançam um olhar sobre a decisão no âmbito da relação familiar, alçando ao casal a decisão de decidir sobre reprodução.

Em seguida, assim como estabelecido no século XVIII na medicalização da família, o princípio 10 também elucidada a orientação das crianças e adolescentes como responsabilidade dos pais. Neste, sentido, as primeiras orientações acerca da sexualidade estarão sob a égide dos saberes apresentados no seio familiar.

Quanto aos objetivos dos direitos de reprodução, a biopolítica está imbricada no saber-poder (assegurar informação), na liberdade condicionada (apoiar decisões voluntárias) e medicalização das fases da vida (atendimento das diferentes necessidades).

Além do mais, há um chamado especial para que todos os aparatos de biopolítica se estabeleçam em diferentes direções partindo da medicalização pela via da família e configurando-se em outras instituições (igrejas, ong's, escolas, etc.) até consolidar-se no corpo social.

A sexualidade na adolescência é vista como um misto entre liberdade/controle, tutela/autonomia e impulso/aprendizado que necessita ser “governamentalizada” pelo Estado sem controlismo, se é que isso seja possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência do Cairo trouxe avanços significativos no campo dos Direitos Humanos. A ampliação de concepções sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos são fundamentais para consolidar garantias legais em muitos países. A inserção das desigualdades entre os sexos foram incorporações essenciais para discutir as relações de gênero, a superação das diferentes formas de violência sexista, da inclusão das mulheres na elaboração e execução de políticas públicas necessárias à superação de desigualdades. A CIPD -1994 atribuiu também à responsabilização dos homens na reprodução e especificou atenção especial ao planejamento familiar. Aliás, a grande diferença desta Plataforma de ação conjugou-se na diferença entre controle de natalidade e planejamento familiar.

Todas as ações recomendáveis devem estruturar-se nos dispositivos jurídicos de cada país signatário consolidando-se como uma governamentalidade. A biopolítica explicita-se nas diferentes formas e tecnologias de se melhorar a relação entre população e desenvolvimento. Nascer melhor, evitar a morte e ter uma vida adulta de acordo com a norma atual de saúde são os aspectos principais deste mecanismo.

Importante destacar que a biopolítica não pode ser analisada apenas como boa ou ruim, mas compreender qual o conjunto de estratégias e discursos usados para criar uma biopolítica das populações.

Assim, a sexualidade na adolescência discutida na CIPD-1994 criou um corpus discursivo fundamental para que países pudessem criar e governar em relativa sintonia com o que se definiu como o melhor para o desenvolvimento global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Marco Legal: Saúde um direito de adolescentes. Brasília (DF), 2005.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Medicalização**. Jornal Psi. Edição 155. Disponível em http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/155/frames/fr_medicalizacao.aspx. Acesso em 23 mai 2011.

CORRÊA, S; ALVES, JED; JANNUZZI, PM. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores**, 2015 Disponível em http://www.abep.org.br/fotos/Dir_Sau_Rep.pdf > Acesso em: 23 mai 2016.

IGNÁCIO, Vivian Tatiana Galvão; NARDI, Henrique Caetano. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. **Psicologia & Sociedade**, 19 (3), p. 88-95, 2007.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1997.

_____. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Belo Horizonte. Edições Graal, 1998.

_____. **Microfísica do poder**. Belo Horizonte. Edições Graal, 2004.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Forense Universitária, 2012.

MARTINS, LAM; PEIXOTO JUNIOR, CA. Genealogia do biopoder. **Psicologia & Sociedade**, 21 (2), p. 157-165, 2009.

OMS. Saúde reprodutiva de adolescentes: uma estratégia para ação. Genebra: Organização Mundial de Saúde/FNUAP/UNICEF, 1989. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_11.pdf. Acesso em: 11 fev 2010.

PASSOS, ICF. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. PLATAFORMA DE CAIRO (1994). Disponível em http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/eventos_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf. Acesso: 11/03/2011.

ROCHA, R; MOTA, A. **Sexualidade na adolescência e escola**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa; 2008.

SCHIOCCHET, Taysa ; SIMIONI, Fabiane ; CARLOS, Paula Pinhal de . Saúde, sexualidade e adolescentes no contexto jurídico brasileiro. In: CLADEM. (Org.). Serias para el debate - **Campaña por la Convención de los Derechos Sexuales y Reproductivos**. Lima: CLADEM, 2003, p. 09- 28. Disponível em: <https://unisinis.academia.edu/TaysaSchiocchet>. Acesso em: 12 abr 2021.

SCHOEN-FERREIRA, TH; AZNAR-FARIAS, M; SILVARES, EFM. Adolescência através dos séculos. **Psic.: Teor. e Pesq.** 2010; 26, (2): 227-34.

TONELLI, MJF. Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência. **Psicologia & Sociedade**, 16 (1): 151-160; Número Especial, 2004.

CAPÍTULO 17

UM ESTUDO DE GÊNERO SOBRE OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL (TJMS) EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Jaqueline Cardoso Portela, Graduada em Direito, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Tânia Regina Zimmermann, Doutora em História Cultural. Professora, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

RESUMO

A partir da centralização da problemática da violência sexual perpetrada contra mulheres em âmbito de relações afetivas/conjugais na ordem hegemônica e androcêntrica do gênero, o presente artigo tem como escopo demonstrar a maneira com a qual o Direito alicerçou e continua a alicerçar o discurso sexista. Nesse sentido, busca-se detectar de onde tais formações discursivas emergem, a fim de desconstruí-las e dar espaço a falas e práticas outras. Para tanto, utilizar-se-á da teoria *queer* e das perspectivas feministas decoloniais. A metodologia utilizada nesse artigo foi a de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, partindo-se de uma análise legislativa e doutrinária, bem como do exame de acórdãos proferidos no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) entre os anos de 2016 e 2020, por meio do procedimento bibliográfico e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Relações afetivas/conjugais. Teoria *queer*/decolonial.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa realizada pelo Datafolha em 2019 (p. 16-17), verificou-se que 76,4% dos agressores são conhecidos da vítima e, dentre estes, 23,8% mostram-se ser cônjuge/companheiro/namorado e 15,2% ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado. Os dados revelam uma realidade contraditória: vínculos conjugais que deveriam significar respeito e afeição, na verdade, revelam agressividade e violência.

Tais relacionamentos emergem de formações discursivas hegemônicas que exigem dos sujeitos a assunção de uma identidade a partir de categorias impostas de sexo e de gênero. Por essa perspectiva, os indivíduos devem materializar a normatividade cultural dominante por meio de sua forma de ser-viver-agir-interagir no mundo, performando padrões de comportamento e sexualidade que a eles são “conferidos” (BUTLER, 2002, p. 29). Isto é,

assumindo-se heterossexual, macho ou fêmea e feminino ou masculino. Nesse sentido, advinda de pensamentos moderno-ocidentais, essa lógica binarista sufocou outros modos de organização social à medida que instituiu a hierarquia abissal das diferenças (SEGATO, 2012, p. 118).

Para as mulheres, a ordem de discriminação e dominância se consolidou com o contrato sexual (PATEMAN, 1993, p. 266-267), hoje tão bem mascarado pelos ideais de amor romântico circunscritos nos relacionamentos afetivos do ocidente. Busca-se, assim, por meio de um estudo histórico, documental e bibliográfico, evidenciar a maneira com a qual o Direito forneceu o esteio necessário para que a ordem hegemônica do gênero se consolidasse e como tais maquinarias continuam corroborando para mantê-la, apontando, em vista disso, para uma reformulação epistemológica jurídica (MENDES, 2020b, p. 92).

Objetiva-se aqui aproximar o debate de outras áreas das ciências humanas, a fim de demonstrar que, não obstante o Direito tenha importância basilar na solução do problema, a discussão não deve apenas nele se centrar. Exige-se, dessa forma, uma atuação conjunta da sociedade para promover o que a teoria *queer* e o feminismo decolonial propõem: a desconstrução de paradigmas marginalizantes.

Vale pontuar que a intenção não é rejeitar as questões de raça e classe, mesmo porque estas são engrenagens distintas de um mesmo poder, no entanto, focar-se-á o estudo sob a perspectiva de gênero em razão de a abordagem ter sido realizada sobre relações afetivas heterossexuais (entenda-se socialmente vistas dessa forma). Crucial assinalar, ainda, que as vítimas aqui referidas não limitar-se-ão à categoria de mulher pautada no sexo biológico, entendendo-se por mulheres todos os corpos simbolizantes do feminino que, embora não representados pelos dados abordados, também sofrem com a violência sexual.

1 O DISCURSO DE GÊNERO COMO PODER EXCLUDENTE

De acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017, p. 18), em análise acerca do vínculo entre a vítima e o agressor, foi possível constatar que 8,5% das agressões foram praticadas pelo cônjuge e 4,7% por namorados ou ex-namorados. Não obstante tal percentual pareça ser pequeno quando comparado ao de agressores desconhecidos (53,6%), importa ressaltar que 56,3% das vítimas de ofensores conhecidos já haviam sofrido estupro anteriormente.

Não só os dados acerca de estupro marital e de estupro praticado por agressores que, em algum momento, mantiveram relação afetiva/amorosa com a vítima são bastante escassos,

como também as denúncias por estupro, ocasionadas nas mesmas circunstâncias, pois ainda “são mais difíceis de serem consideradas como crimes no decorrer dos processos investigativos e judiciários” (MACHADO, 1998, p. 234).

De igual modo, uma pesquisa realizada pelo Datafolha (2019, p. 16-17) revela que a maioria (76,4%) dos agressores são conhecidos da vítima e, dentre estes, 23,8% mostram-se ser cônjuge/companheiro/namorado e 15,2% ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado. No mesmo estudo, foi constatado que grande parte das ofendidas permanecem em silêncio e, quando decidem levar o caso à público, não se dirigem a órgãos oficiais. Com isso, presume-se que a violência sexual aos corpos femininos e feminilizados²⁶, ocorrida em âmbito de relações afetuosas, pode ter uma amplitude muito maior do que a revelada através das pesquisas até hoje efetuadas.

Em estudo realizado pelo Instituto Patrícia Galvão (2016, p. 28), 24% dos entrevistados concordaram que a relação sexual deve fazer parte do casamento, independentemente da vontade da mulher. Se hoje tal pensamento reflete uma concepção obsoleta e contrária à dignidade da pessoa humana²⁷, há poucos anos atrás, a conjunção carnal pensada como um débito conjugal que deveria ser entregue a qualquer custo e que justificava as violências sexuais suportadas por pessoas simbolizantes do feminino no âmbito de relacionamentos afetivos heterossexuais exprimia a própria legislação pátria.

Malgrado tal posicionamento não se coadune no atual ordenamento jurídico, é notório que os desdobramentos desse discurso continuam a reverberar no âmago de grande parte dos vínculos afetivos entre homens e mulheres. Isso porque, os formatos de relacionamentos denominados namoros e casamentos conservam, por meio da interação interpessoal de seus componentes, a discriminação de gênero e, por conseguinte, a subjugação feminina, que dão esteio não só às violências psicológicas, físicas, econômicas, como também às sexuais. Imprescindível se faz afirmar que as relações conjugais se engendram sobre o horizonte dos papéis de gênero construídos na sociedade, trajados como indissociáveis à prática social dos indivíduos.

²⁶ Entenda-se corpos feminilizados por pessoas transsexuais que expressam a feminilidade ou que, socialmente, são consideradas “a mulher” da relação amorosa/conjugal.

²⁷ André Estefam (2018, p. 627) explica que a previsão do Título VI encontra-se em consonância com a Constituição Federal de 1988, já que, hoje, tais crimes violam a dignidade da pessoa humana, pelo fato de ser a dignidade sexual um desdobramento daquela.

Conforme sustenta Butler (2017, p. 30), não apenas esses papéis de gênero²⁸, como também a própria concepção de gênero e de sexo biológico são formações discursivas que se inscrevem nos corpos, delimitando os sujeitos “normais” (legíveis) e os “anormais” (ilegíveis/abjetos²⁹). Tais narrativas hegemônicas instituem um sistema compulsório de heteronormatividade que exige coerência entre o sexo, o gênero e o desejo sexual. Ou seja, a lógica heteronormativa produz corpos machos que devem expressar masculinidade e corpos fêmeas que devem simbolizar a feminilidade, devendo ambos manifestarem desejos heterossexuais (BUTLER, 2017, p. 43).

A partir dessas práticas discursivas, cujos paradigmas ontológicos repousam sobre o sistema binário sexo/gênero e a prática sexual, Butler (2002, p. 18) afirma que o sujeito passa a ter sua legitimidade conferida no meio social tão somente se, de maneira constante, atuar/performar conforme os ditames sociais impostos, conferindo-lhe legibilidade:

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas.³⁰ (p. 18, tradução nossa)

Essa prática discursiva hegemônica de poder se traduz na figura do sujeito que performa o masculino e o heterossexual, tornando as características que circundam a masculinidade sinônimas de privilégio, em contraposição as que não remetem à virilidade. Tais narrativas refletoras dos sistemas de poder e de opressão, relacionadas às análises não só de gênero, como também de raça e classe, encontram-se imersas em inúmeros segmentos da sociedade (escola, família, igreja etc) e, concomitantemente, nos indivíduos (homens e mulheres), reverberando também nos relacionamentos afetivos.

Essas formações discursivas hegemônicas podem, nas perspectivas de Mignolo (2017, p. 4-5), ser encaradas como parte da matriz colonial de poder que, engendradas durante um longo processo estruturante do controle da autoridade, da economia e das subjetividades, pautou toda a noção do conhecer/viver/ser no ocidente. As epistemologias existentes em outras

²⁸ Leia-se modo de ser ser/viver/agir no mundo.

²⁹ Corpos abjetos e ilegíveis relacionam-se, na concepção de Butler (2002, p. 20), com a necessidade da identificação do sujeito de acordo com as normas concernentes a categoria “sexo” e, quando estas não são alcançadas, o corpo não ganha o status de sujeito, permanecendo no “inabitável” e nas zonas “não-vivíveis”.

³⁰ En este sentido pues, el “sexo” no sólo funciona como norma, sino que además es parte de una práctica reguladora que produce los cuerpos que gobierna, es decir, cuya fuerza reguladora se manifiesta como una especie de poder productivo, el poder de producir - demarcar, circunscribir, diferenciar – los cuerpos que controla. De modo tal que el sexo es un ideal regulatorio cuya materialización se impone y se logra (o no) mediante ciertas prácticas sumamente reguladas. (BUTLER, 2002, p. 18)

comunidades³¹ foram sufocadas, passando estas a terem que se adequar à nova lógica da colonialidade que extirpou o dualismo, dando espaço ao binarismo (SEGATO, 2012, p. 122). Sob esse prisma, sociedades cujas diferenças eram, apesar de existentes, encaradas como sinônimo de complementariedade acabaram sendo compelidas a seguir a lógica universal da modernidade que abafou o pluri e instituiu o uno, dando azo a um sistema de hierarquias (SEGATO, 2012, p. 123).

Nesse cenário, ao se reformular com os sistemas de classe e raça, o sexismo passou, então, a reforçar modos de dominação dos corpos femininos e feminilizados, buscando delimitar os espaços que estes ocupariam. Silva Federici (2017) demonstra, em sua obra *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, a influência que o sistema capitalista exerceu para a subjugação dos corpos não masculinos e não masculinizados. As formações discursivas dominantes passaram a disseminar e instituir, por meio da política de caça às bruxas³², comportamentos atrelados à heterossexualidade, bem como à dicotomia entre o feminino e o masculino como modo de conter a subversão dos indivíduos os quais se encontravam sob a autoridade daqueles que conservavam a posse de terras.

Isso porque, o fato de as mulheres deterem, até meados do século XV, vasta influência sobre os povoados locais, conservando um estilo de vida voltado à comunidade e à manipulação do ambiente natural e social, ameaçava o sucesso de um sistema capitalista que se principiava (FEDERICI, 2017, p. 314). Assim, passou-se a condenar as práticas sociais das mulheres consideradas “bruxas” e, concomitante a isso, concretizou-se um sistema que “canonizava uma mulher estereotipada, fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal, o que efetivamente servia para justificar o controle masculino sobre as mulheres e a nova ordem patriarcal” (FEDERICI, 2017, p. 335).

Conforme sustentou Foucault, citado por Carvalho (2020), a doutrina cristã foi, nesse cenário, imprescindível para fixar as noções de indivíduo e de subjetividade. A “carne” (e não mais o corpo) foi colocada como a substância de externalização das novas premissas ascéticas que se instauravam, onde a concupiscência, ao se interligar com noções de impureza, passou a ser alvo de constante vigilância (CARVALHO, 2020, p. 04). O controle da libido (termo criado

³¹ Rita Segato traz as comunidades de religião afro-brasileira Nagô Yoruba de Recife (2012, p. 126).

³² De acordo com Federici (2017), a perseguição às “bruxas” foi a primeira a utilizar propaganda multimídia com o objetivo de disseminar a ideia de que aquelas eram perigosas (p. 299). Da mesma forma, Federici (2017, p. 82) evidencia a preocupação do Estado com o controle reprodutivo em momentos de crise demográfica, já que, após a adoção de legislações repressivas (Concílio de Latrão de 1123, 1139 e 1179), a vida reprodutiva das mulheres passou para o domínio do Estado e a homossexualidade, considerada prática sexual não procriadora, foi proibida.

por Santo Agostinho, o qual libidiniza o sexo), então, se daria por meio do matrimônio, instituindo-o como o eixo primordial da sociedade ocidental, emanando como um dos preceitos “[...] o respeito ao homem como chefe do lar ou governador das relações maritais, por intermédio do princípio da legalidade [...]” (CARVALHO, 2020, p. 11).

Fica patente que a sexualidade passou a ser incorporada à narrativas atravancadas na moralidade, que reduziu os corpos das mulheres a objeto (SEGATO, 2014, p. 607). Nessa linha, os corpos femininos que materializavam a norma imposta pelo sistema de dominação (sexista, racista e classista) foram canonizados, ao passo que houve a demonização e degenerescência dos corpos destoantes da normatividade.

2 REGULAMENTANDO PARA LEGITIMAR O DISCURSO DE GÊNERO

Pode-se dizer que o Direito foi, certamente, um dos pilares cruciais que permitiu a solidificação de uma ordem de privilégios conferida aos seres simbolizantes do masculino e que, portanto, sustentou a subjugação feminina. Carole Pateman (1993) demonstra, em sua obra *O Contrato Sexual*, por meio de uma análise dos filósofos contratualistas, a maneira com a qual os pensamentos iluministas, considerados ideais precursores do direito político do ocidente³³, sucederam a o binarismo entre o masculino e o feminino à medida que a esfera pública foi sendo secularizada.

O contrato sexual representou, então, a consolidação de uma dicotomia entre natural e civil que ensejou a hierarquização e o aprofundamento das distinções entre homens e mulheres. Estas foram assinaladas como eternos seres submergidos ao estado natural e aqueles foram apresentados como verdadeiros arquétipos da vida civilizada (PATEMAN, 1993, p. 28). À vista disso, constituiu-se um paradigma de “indivíduo” que moldou e, de forma concomitante, relegou do ordenamento jurídico subsequente todos os seres que não expressavam o masculino, o homossexual, o cisgênero e o branco de classe média/alta ocidental³⁴.

³³³³ Os ideais iluministas são colocados como fundamentos basilares do conhecimento jurídico contemporâneo, porquanto culminaram na valorização dos direitos civis e nas liberdades individuais até hoje predominantes, instituindo, assim, o estudo acerca de teóricos que são considerados expoentes do direito político desse período (séculos XVII e XVIII), dentre tais cientistas, tem-se John Locke, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Diderot, Immanuel Kant, Adam Smith etc. De acordo com Carole Pateman, o filósofo Immanuel Kant, por exemplo, defendia que “as mulheres em geral [...] não tinham personalidade civil, e que a existência delas é, por assim dizer, puramente instintiva” (KANT apud PATEMAN, 1993, p. 251).

³⁴ Crucial ressaltar que as mulheres incluídas no contratualismo eram tão somente aquelas que, dentro dessa lógica política eurocêntrica, se portavam em consonância com os padrões performativos impostos, ou seja, eram corpos femininos brancos, cisgênero e homossexuais, fazendo com que os corpos não condizentes com essa lógica ficassem à margem, sendo, portanto, considerados abjetos e desviantes (na linguagem sustentada por Judith Butler).

Nessa acepção, as mulheres foram incluídas no contrato social por meio do casamento, fato que, ante a situação social/jurídica já bastante distinta entre os sexos “biológicos”, concretizou a subjugação feminina, afastando-as de qualquer possibilidade serem consideradas sujeitos de capacidade civil, conforme anunciou Carole Pateman (1993):

As mulheres têm que entrar no contrato de casamento, mas o contrato sexual exige que elas sejam incorporadas à sociedade civil em bases diferentes das dos homens. Estes criam a sociedade civil patriarcal e a nova ordem social fica estruturada em duas esferas. A esfera privada é separada da vida civil pública e, ao mesmo tempo, faz e não faz parte da sociedade civil – e as mulheres são e não são parte da ordem civil. As mulheres não são incorporadas como ‘indivíduos’, mas como mulheres, o que, na história do contrato original, significa subordinadas naturais [...]. Esse contrato singular é a gênese de uma esfera privada que salienta a masculinidade – a fraternidade -, a liberdade e a igualdade o mundo público; a família fornece o exemplo de sujeição natural (da mulher) da qual depende o significado da sociedade civil/Estado, enquanto uma esfera da liberdade. (p. 266-267)

Nota-se que o poder, depositado na órbita do masculino, bem como a consequente institucionalização de uma “ordem compulsória” (sexo, gênero e desejo “coerentes”) dele advinda se mostram infundidos na base no direito político. A enunciação jurídica moderna, tão difundida como um marco progressista, significou, para as mulheres, uma derrocada política.

Tais construções discursivas disseminadas na sociedade, sobretudo com o patrocínio da Igreja, colocavam a sexualidade humana no plano da sacralidade e às mulheres, nessa óptica, era impelido um arquétipo de fragilidade, passividade e obediência. Aquela que não se amoldava a esse padrão era tida como uma “mulher libertina e promíscua — a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação” (FEDERICI, 2017, p. 332).

Tão assim que Lia Zanotta Machado (1998, p. 233) demonstra, através de pesquisas realizadas com presos penitenciários condenados pelo crime de estupro no Brasil, o imaginário social oscilante que nestes perpassavam e a maneira com a qual o reconhecimento da ocorrência do delito de estupro depende da percepção do agressor. Essa formação discursiva hegemônica de poder ora entende a violência sexual como um crime hediondo e horrendo, passível de ser levada à Justiça, em razão de a vítima ser lida como mãe, filha ou irmã, ora entende as violações como uma mera relação sexual banal e cotidiana. Neste último caso, além das mulheres “moralmente recrimináveis”, as que mantinham ou haviam mantido algum tipo de relação afetiva/conjugal com seus agressores não eram sequer pensadas como vítimas.

O ordenamento jurídico brasileiro, iniciado ainda no período colonial, incorporou esse sistema de subjugação da mulher que, embora remodelado (pois incorporado a questões de raça e classe), possui seus desdobramentos ainda atuantes na sociedade brasileira. Até 1916, o

Código Civil previa a mulher casada como relativamente incapaz (artigo 6º, II), bem como depositava o poder de chefia da sociedade conjugal na esfera de poder masculina (artigo 233), disposições que, na prática, significaram o solapamento da autonomia da mulher, uma vez que todos os atos por ela praticados requisitavam a autorização do homem, evidenciando, pois, a exclusão do feminino da ordem civil.

Tais disposições legitimavam a diversas violências perpetradas contra as mulheres, inclusive a sexual. Nessa lógica, parte da doutrina penal brasileira na década de 1940, enquanto relevante local de discussão da ciência jurídica que representa, refletia o discurso justificador das conjunções carnais forçadas, consoante se nota no entendimento de Magalhães Noronha (2019):

O marido tem o direito à posse sexual da mulher, direito ao qual ela não se pode opor. Casando-se, dormindo sob o mesmo teto, aceitando a vida em comum, a mulher não pode furtar-se ao congresso sexual, cujo fim mais nobre é a perpetuação da espécie. Qualquer violência da parte do marido não constituirá, em princípio, crime de estupro [...] (NORONHA apud NUCCI, p. 108).

Na mesma perspectiva, defendia Nelson Hungria (2018):

A cópula intra matrimonium é recíproco dever dos cônjuges. O próprio Codex Juris Canonici reconhece-o explicitamente [...]. O marido violentador, salvo excesso inescusável, ficará isento até mesmo da pena correspondente à violência física em si mesma (excluído o crime de exercício arbitrário das próprias razões, porque a prestação corpórea não é exigível judicialmente), pois é lícita a violência necessária para o exercício regular de um direito (HUNGRIA apud MASSON, p. 98).

A história do delito de estupro no direito penal brasileiro explicita a única preocupação que o Estado possuía com a ocorrência de violações sexuais: a tutela do direito sexual dos homens em relação aos corpos femininos. A formulação do ideal de “mulher honesta” constituía um elemento normativo do tipo penal de estupro, ou seja, a honestidade era um requisito para a configuração desse delito” (ROSSI, 2016, p. 67). Isso demonstra a criação de um mecanismo legal para justificar o privilégio masculino numa sistemática que busca, a partir de reformulações, se mostrar condizente com o período o qual opera.

No Código Penal do Império de 1.830, as penas previstas para o crime de estupro eram aplicadas de maneiras distintas a depender do sujeito passivo. Isto é, cópula carnal por meio de violência, ou ameaças (artigo 222) praticada contra mulher que se via em situação de prostituição era reprimida com prisão de um mês a dois anos, enquanto que, contra mulheres consideradas honestas, a pena poderia ser a de três a doze anos de prisão (PASCHOAL, 2017, p. 14).

A diferenciação entre mulheres honestas e públicas se manteve na redação do artigo 268 do Código Penal da República de 1.890, sendo tal distinção suprimida apenas com a inauguração do Código Penal de 1.940. Contudo, essa distinção subsistiu em demais delitos, tais como no de posse sexual mediante fraude e no de atentado ao pudor mediante fraude, sendo retirado somente depois do surgimento da Lei 11.106/2005.

Fica evidente que a formação discursiva jurídica salvaguardava apenas as prerrogativas do “cidadão universal”³⁵. Nesse sentido, consoante afirmaram Paiva e Sabadell (2018, p. 123), as reformas legislativas “não foram suficientes para superar a concepção patriarcal sobre os crimes sexuais”.

3 AFETOS ROMÂNTICAS OU ROMANTIZAÇÃO DOS AFETOS?

As violências sexuais praticadas contra os corpos femininos e feminilizados em âmbito de vínculos conjugais são consequências diretas dessa circulação e reafirmação do poder dos corpos masculinos. Estes o exercem por meio da persistência, em razão da constante instabilidade a que estão sujeitos (BUTLER, 2002, p. 19).

Na perspectiva da performatividade, em virtude da fluidez dos papéis sociais moldados às identidades de gênero masculina e feminina, o homem necessita comprovar e restaurar a todo momento a sua virilidade agressiva. Isto é, busca reiterar a sua posição de macho de maneira constante, significando dizer que, para eles, “ter moral é ser cabra-macho, homem de peso, homem que desencabeceia mulheres, e homem que considera ‘bestagem de quem fala mal de homens que batem em mulher’” (MACHADO, 1998, p. 238).

É sob essa representação que as violências sexuais perpetradas contra as mulheres se tornam possíveis. Especificamente no tocante às vítimas que suportaram violações advindas de agressores com os quais mantêm ou mantiveram relações de afeto/amor, é certo afirmar que a submissão dos corpos femininos é deslocada ao modelo de relacionamento conjugal construído no ocidente. Segundo aponta Grossi (2000, p. 298), dentro da cultura ocidental individualista, as relações conjugais revelam contradições, pois, embora se desenvolvem obrigatoriamente a partir das categorias de amor e paixão, se mostram ser vínculos afetivos imbuídos de agressividade em diversas situações.

É cediço que homens e mulheres são iguais perante a lei (artigo 5º, I, da CFRB), no entanto, é necessário ir além de meras disposições legislativas. Conquanto tenha sido prevista

³⁵ Leia-se os corpos considerados machos, masculinos, brancos, cisgênero, heterossexual e de classe média/alta.

a igualdade na Legislação, a esfera do público e do privado continuam a representar hierarquias que retiram esta última da politicidade (SEGATO, 2012, p. 122) e, de modo concomitante, da liberdade. Essa dicotomia binária reflete nas relações afetivas, fornecendo, pois, o insumo necessário para a perpetuação das violências sexuais praticadas contra os corpos femininos e feminilizados.

Nessa lógica, a “honra”, correlacionada de maneira estrita à virilidade, parece despontar no âmago dos relacionamentos conjugais, prevalecendo no imaginário social dos homens como “[...] a legitimidade do poder derivado de sua função de provedor, em nome do qual consideram legítimo o seu comportamento, minimizando e marginalizando o (re)conhecimento dos direitos individuais das companheiras” (MACHADO, 2000, p. 14).

É evidente que, dificilmente, mulheres ingressariam em um relacionamento conjugal caso soubesse que suas prerrogativas seriam violadas. Não obstante, o liame existente entre a valorização dos atributos concernentes à simbologia binária do masculino e do feminino atrelada aos corpos sexualizados e a manutenção da estrutura sexista mostra-se demasiado tênue, o que, de fato, dificulta a detecção de seus desdobramentos.

Com isso, o elemento primordial que, em vários casos, propicia às mulheres em determinado vínculo afetivo se envolverem com agressores é a manutenção dos papéis de gênero e suas características identitárias. A reprodução dessas identidades ocorre nas fases mais embrionárias em razão da preocupação mais acentuada a qual os indivíduos manifestam em exteriorizar sua individualidade nos ditames sociais impostos (NEVES, 2007, p. 613), disfarçando a celebração do contrato sexual³⁶. Isso supõe, justamente, a intenção dos corpos masculinos e masculinizados “conquistadores” provocarem o interesse da pretendente, mascarando condutas de caráter violento e possessivo à medida que exhibe atributos tidos como admiráveis e atrativos.

Nesse segmento, algumas mulheres acabam se relacionando afetivamente com homens que, após um período de convívio, mostram-se agressivos e desrespeitosos, comportamentos estes em momento algum por aquelas denunciados. Isso porque, consoante afirma Machado (2000, p.14), “é na esfera das representações amorosas e afetivas, que mulheres valorizam e buscam um companheiro protetor, que as englobe hierarquicamente a partir de uma posição superior”.

³⁶ O direito que os homens possuem sobre o corpo das mulheres, isto é, “um contrato sexual que institui o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 263).

Tais desejos e predileções podem ser considerados fruto de uma formação discursiva, a qual impõe um complexo de normas que produz a heterossexualidade e que, de maneira concomitante, ecoa em todos os corpos (BUTLER, 2017, p. 120). Junto a isso, padrões de subjetividades são impostos, a fim de se ordenar o modo com o qual as pessoas se comportam, se compreendem e se relacionam, para que, dessa forma, se tornem corpos legíveis ante sociedade.

À vista disso, a sexualidade mostra-se ser, a partir da concepção de Foucault, referenciado por Butler (2017, p. 162), uma verdadeira “organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade”. Isto implica dizer que a vivência sexual aceita no meio social segue um regimento único, cujos pilares encontram-se na simbologia atrelada ao sistema sexo/gênero, reforçando, pois, para os homens, as características da dominância, possessividade e racionalidade, e, para as mulheres, as de fragilidade, delicadeza e sensibilidade.

No intuito de eufemizar tal sistema que, em diversas situações, culmina em violências sexuais, a concepção ocidental de amor é arquitetada de maneira a ratificar essas distinções entre o feminino e o masculino, atraindo, desse modo, experiências sexuais heterogêneas, as quais tornam os relacionamentos bastante desequilibrados (NEVES, 2007, p. 617). Nesse sentido, as distinções características que impingem hierarquia são mascaradas e colocadas como normais, pois fazem parte de um ideal romântico.

3 UM SISTEMA PENAL CONTRADITÓRIO

A violência sexual envolve a análise síncrona de diversas estruturas que se entrelaçam e que sustentam a sua perpetuação no tempo. Falar no crime de estupro é, à princípio, analisar a conjuntura a qual determinada violência se sucedeu, com o intuito de detectar os indícios delitivos para, assim, alcançar a solução dos casos.

Nesse aspecto, analisar a forma com que os estupros são enfrentados no Judiciário se torna uma das partes fundamentais para o combate da latente problemática de gênero. A seguir, tem-se quatro acórdãos proferidos no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que refletem a maneira com a qual a formação discursiva de poder atua no âmbito jurídico, reforçando a subordinação das mulheres e a consequente violação a seus corpos.

O primeiro caso a ser estudado jaz sobre a análise da controvérsia dos fatos, a qual ensejou, em razão da insuficiência de provas, a absolvição do réu³⁷. As circunstâncias, segundo a apelante, deram-se em contexto de violência doméstica. Da análise do acórdão, denota-se que a argumentação não só do juiz de primeiro grau, como também a dos desembargadores, se sustentaram sobre a dissonância da declaração colhida na fase investigatória e na processual. No que concerne à violência sexual, aduziu-se que não houve uma oposição sincera, efetiva, visível e detectável capaz de transmitir ao agressor a ausência de vontade por parte da apelante.

De acordo com Nucci (2019, p. 124), em crimes de natureza sexual, a palavra da vítima assume bastante relevância, podendo, contudo, ser confrontada com as demais comprovações existentes nos autos. Ao perquirir o acórdão, nota-se que a palavra da ofendida parece não ter relevância.

A afirmação que deu azo a dubiedade das declarações da vítima foi “houve a permissão porque aconteceu”. Pois bem, é evidente que tal enunciação se mostra confusa e demonstra a incompreensão da pergunta pela depoente. Na caso em tela, dos depoimentos colhidos, bem como do exame de corpo e delito, é possível extrair a demonstração da culpabilidade delitiva do réu, sobretudo porque em sede de declaração judicial a apelante reiterou que, no momento do ato libidinoso, não havia consentimento. Ainda, no mesmo conjunto probatório consta que a vizinha atestou ter escutado a vítima oferecendo resistência ao ato.

Considerando que “as provas não têm valores previamente estabelecidos, razão pela qual o magistrado pode utilizar qualquer delas para embasar sua decisão, desde que de forma fundamentada” (MASSON, 2018, p. 104), denota-se que as conclusões do juiz de primeiro grau e dos desembargadores se revelaram descontextualizadas. Isto porque, há um conjunto de ocorrências que sinalizam a veracidade das alegações autorais, a começar pelo indicativo do comportamento agressivo que o ofensor teve com a ofendida³⁸.

Não obstante, considerando que o sujeito é “efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas” (MENDES, 2020b, p. 75),

³⁷ Apelação Criminal nº 0043746-85.2012.8.12.0001, de Campo Grande. No caso, o réu havia sido absolvido em virtude de o conjunto probatório ter, para o juízo de primeiro grau, se mostrado insuficiente para comprovação dos crimes previstos nos artigos 129, §9º (lesão corporal culposa) e 213, caput (estupro), ambos do Código Penal, motivo pelo qual a vítima interpôs apelação, com a finalidade de ver o réu condenado pela prática dos delitos supraditos. Por unanimidade, negaram provimento ao recurso.

³⁸ As alegações autorais de lesão corporal culposa bem como o exame de corpo e delito indicam que o réu perpetrado agressão física em direção ao rosto da ofendida, ocorrência que demonstra, no mínimo, uma conduta desacertada. Embora a apelante tenha relatado que agrediu o réu no momento o qual este aproximou-se, é razoável concluir que, mesmo para autodefesa, não se fazia necessário uma agressão física tal qual a descrita e comprovada pelos exames, demonstrando, assim, uma conduta exagerada e violenta por parte do acusado.

convém anunciar que os indícios da veracidade dos fatos tenham se nulificado ou, então, se tornado obscuros frente às convicções subjetivas dos julgadores (eivadas de sexismo).

Nessa perspectiva, a assertiva constante no acórdão examinado de que a vítima não teria registrado o boletim de ocorrência, caso não tivesse flagrado o ex-marido na casa de outra mulher revela a reprodução de um imaginário social que insere a mulher no estereótipo de vingativa. De acordo com Scarpati (2013, p. 51-52), duas dimensões do mito do estupro foram reproduzidas nessa argumentação jurídica: a primeira, que alude a não ocorrência do estupro, já que tratavam-se de parceiros, sendo entendido, portanto, que a relação foi consentida e, caso não fosse, a vítima (já adulta) teria condições de evitar o incidente. E a quinta, a qual versa sobre a possibilidade de a apelante ter mentido, pois possuía a intenção de se vingar do antigo parceiro.

Ademais, a fundamentação que descredibiliza o relato da testemunha por ter o desembargador considerado a resposta da ofendida incoerente com a postura de uma pessoa que se encontra em apuros revela uma concepção desconexa com a realidade, mormente porque não se deve exigir uma reação da vítima. De acordo com uma pesquisa realizada por Luciana Lopes Rocha e Regina Lúcia Nogueira (2017, p. 286), ao examinar comportamentos e respostas neurológicas às agressões sexuais, constatou-se que a reação das mulheres aos atos sexuais não consentidos envolvem diversas variantes que influem no instante de a ofendida externalizar o dissenso. Conforme afirmam as pesquisadoras “as reações de ‘paralisia’ e incapacidade de gritar relatadas no estupro encontram correspondência no congelamento/imobilidade tônica”.

Com isso, a reflexão que se convém formular aqui perpassa a questão do predomínio dos premissas contaminadas pelo sexismo. O fato de, ante o testemunho que confirmou o não aquiescência da vítima e as declarações desta de que houve a tentativa de não fazer barulho, é razoável concluir que, no momento de reconstruir a cena do crime, o discurso patriarcalista preponderou no imaginário do julgador³⁹.

O segundo caso a ser examinado circunda a fundamentação de que o acervo probatório ostentava incertezas⁴⁰. Do teor do acórdão, é possível extrair o depoimento da vítima, a qual

³⁹ O fato de ter a vítima afirmado que buscou não fazer barulho não significou, necessariamente, que não houve barulho. Nesse sentido, o relato da vítima de que buscou não fazer alarde foi capaz de descredibilizar o depoimento da testemunha que serviria para corroborar a ocorrência do delito. Tal conclusão se mostra, deveras, ilógica, vez que a intenção da vítima de não fazer barulho (e que não necessariamente significa que o silêncio pretendido foi alcançado) foi julgada como inapropriada para uma pessoa que se encontra em situação de violência sexual.

⁴⁰ Apelação nº 0002188-14.2014.8.12.0018, de Paranaíba/MS. No caso, o réu havia sido condenado a 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, por infração ao art. 148, caput, do Código Penal e à pena de 07 (sete) anos de

alegou, em sede judicial, ter seu ex-companheiro: (1) invadido a sua residência no período noturno, (2) a mantido em cárcere privado por, aproximadamente, 12 horas e (3) a obrigado a ter com ele conjunção carnal.

A relatora aduziu que tais declarações se mostraram confusas e discrepantes, em razão de não ter ficado evidenciado para o agressor, de modo patente, a não anuência no momento do ato sexual, sobretudo porque se tratavam de ex-companheiros. Dessa fundamentação, dois pontos merecem destaque. O primeiro se refere a concepção que sobrevém do fato de, em momento anterior, a ofendida e o ofensor terem estabelecido determinada vínculo de afeto, isto é, a ideia de que era mais provável que a vítima estivesse disposta a ter conjunção carnal com o agressor, necessitando, pois, que a externalização do dissenso fosse além do comum para que a mensagem negativa fosse cognoscível ao apelante.

O segundo aspecto perpassa a questão da manifestação da vítima no instante o qual se inicia as violentações sexuais. De acordo com Nucci (2019, p. 120), a ofendida não precisa ser heróica para resistir “bravamente, colocando em risco a vida ou a integridade física [...]”. Demanda-se, apenas, um dissenso visível e detectável, dentro dos limites da razoabilidade”. Na mesma perspectiva, Damásio de Jesus (2020, p. 128) explana que “é preciso que a falta de consentimento do ofendido seja sincera e positiva, que a resistência seja inequívoca [...]. Não bastam, pois, as negativas tímidas (quando os gestos são de assentimento), nem a resistência passiva e inerte”.

À vista disso, convém afirmar que as lições doutrinárias mostram-se em inconsonância com os estudos psicossociais (já expostos aqui) que atestam a existência de diversas reações por parte da vítima e, até mesmo, a inexistência de ação. Com base nos ensinamentos da doutrina majoritária, há de ficar demonstrado, de modo cristalino, a resistência da vítima, sugerindo, assim, que o sim é a regra, enquanto o não torna-se exceção. Com efeito, o entendimento deveria ser outro, isto é, na ausência de algum indicativo permissivo ao ato sexual, dever-se-ia pressupor a recusa da pessoa.

É notório que essas lições presentes na ordenamento jurídico perpassam a problemática da construção discursiva dos papéis reservados ao feminino e ao masculino, porquanto, há uma expectativa da moralidade social vigente de que os homens devem, enquanto sujeitos performativos da virilidade, ostentar capacidade de conquista sexual (MACHADO, 1998, p.

reclusão, em regime fechado, pela prática do delito previsto no art. 213, caput, do Código Penal, motivo pelo qual interpôs recurso de apelação, almejando sua absolvição. Por unanimidade, deram provimento ao recurso.

237). O problema captado a partir dessa concepção remete à agravante dos limites existentes nesse padrão social, vez que o papel conferido às mulheres, enquanto performativas do feminino, designa características justamente contrárias ao que se exige nas manifestações reflexas às violações sexuais, ou seja, a passividade e a fragilidade. Ante a gravidade dos delitos sexuais, é de se questionar o ônus probatório o qual recai sobre os corpos femininos.

No caso em análise, denota-se que o fato de o ex-companheiro da ofendida ter deixado a faca na cozinha foi suficiente para nulificar toda a conjuntura de violência o qual havia se instaurado naquela ocasião. De todo o depoimento da vítima, houve a descrição de, pelo menos, três tentativas de resistência, ficando evidente a ocorrência de diversas agressões, bem como de grave ameaça⁴¹ que impediram o sucesso da ofendida em se esquivar das agressões. Ante a fundamentação da relatora, percebe-se que as declarações da vítima foram colocadas em xeque não só em razão da maneira com que as respostas foram apresentadas em juízo⁴², como também pelo fato de ter a ofendida se mantido inerte ao ter sido compelida a se deitar ao lado do agressor enquanto este dormia.

Não se mostra razoável exigir que, após inúmeras agressões e ameaças, a ofendida se levantasse e tentasse sair da residência para pedir ajuda (atitude que poderia gerar mais violência, porquanto o agressor poderia perceber e acordar), mormente porque seus filhos se encontravam no mesmo local (isso exigiu uma atitude ainda mais cautelosa por parte da vítima). Nessa acepção, não é crível afirmar que inexistiram coação física e psicológica, pois “muitas vezes a mulher atua desta forma na tentativa, mais que legítima, de minimizar o risco de uma violência ainda maior [...], tenta evitar que o agressor empregue meios ainda mais violentos para a consecução do seu ato” (PAIVA e SABADELL, 2018, p. 133).

O terceiro caso emerge de uma conjuntura de violência doméstica⁴³. Na ocasião, o ex-namorado da vítima, alegando o intuito de conversar sobre o reatamento da relação, a conduziu

⁴¹ A vítima relatou que o ofensor a obrigou a consumir bebida alcoólica, logo após ter invadido a sua residência e ter aparecido em seu quarto com uma faca nas mãos. Aduziu que se dirigiram a sala, oportunidade que tentou gritar socorro, instante o qual o ofensor a jogou no sofá e apertou seu pescoço, sufocando-a. Relatou, ainda, que após ser agredida com tapas e puxões de cabelo, tentou pegar o telefone e correr para o quarto, contudo, o ofensor quebrou o telefone e a empurrou para o chão.

⁴² Ao ser questionada pelo Promotor de Justiça se havia consentido com a conjunção carnal, a vítima disse “praticamente sim né, porque, tipo assim, eu não ficaria com ele assim né”; mais adiante, a ofendida alegou também que, primeiramente, negou ter relação sexual com o agressor, mas que acabou dizendo sim para este, pois estava com medo de ser morta, tendo dito ainda que consentiu de forma viciada.

⁴³ Apelação nº 0002188-14.2014.8.12.0018, de Campo Grande/MS. No caso, o réu havia sido condenado a 03 (três) meses de detenção em regime aberto pelo crime de lesão corporal (art. 129, § 9º, CP) e 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, pelo crime de cárcere privado (art. 148, CP), tendo prescrevido o crime de ameaça (art. 147, CP). Em razão da absolvição do réu em relação ao delito de estupro (art. 213, CP), a

até sua residência, local onde a agrediu e a manteve em cárcere privado, (ocorrências comprovadas pelo exame de corpo e delito). Do estudo feito do acórdão, percebe-se que o fator determinante que levou o relator a assentir com o juízo de primeiro grau foi a negativa dos exames de corpo e delito realizados para averiguar a presença de sêmen na cavidade vaginal da ofendida, a ocorrência de conjunção carnal e de atos libidinosos diversos da conjunção carnal.

De se extrair da doutrina que estupro contempla três condutas típicas impostas a alguém em condição de violência ou grave ameaça: a conjunção carnal, a permissão que com ele se pratique atos libidinosos e a prática de tais atos, sendo que, naquela, a vítima atua de forma passiva e, nesta, de maneira ativa (MASSON, 2018, p. 91-92). Considerando que nem todos os atos libidinosos estão suscetíveis a serem captados em exame de corpo e delito⁴⁴, mostra-se insensato um julgamento que se baseia tão somente em prova pericial. Ainda mais porque, após um episódio de intensas violações, a vítima pode vir a “limpar-se, depurar-se, tirar de si a sujeira de um ato de violência que a cultura machista faz com ela, muitas vezes, entenda ter sido ela própria a responsável” (MENDES, 2020b, p. 139).

Não se trata de uma valoração da palavra da vítima a nível axiomático, trata-se de trazer, na realidade, como bem aponta Mendes (2020a):

[...] a possibilidade da própria existência de um *standard*⁴⁵. Um nível de exigência probatória, por sinal, que é altíssimo, posto exigir não só preparo dos atores e atrizes do sistema de Justiça que receberão e cotejarão a prova para fins da sentença, como também dos e das que pleitearão sua produção.

À vista disso, a presença de uma conjuntura de violência doméstica, consoante a do caso ora perquirido, deve servir como um indicativo de necessidades processuais ainda mais minuciosas e diversificadas, a fim de amplificar o lastro probatório.

Por fim, o quarto estudo revela um caso de descaracterização da vítima da condição de criança, por ter esta realizado “investidas” em favor do agressor, bem como por ter se

vítima interpôs recurso de Apelação a fim de ver o apelado condenado nos termos da denúncia. Por unanimidade, a absolvição do réu foi mantida.

⁴⁴ Guilherme Nucci (2019) afirma que o exame de corpo e delito exige violência real contra a vítima e ejaculação dentro da cavidade vaginal ou anal. Em situações as quais o estupro ocorre com emprego de grave ameaça, a dificuldade de o perito encontrar vestígios contundentes é muito maior (p. 123-124). Exemplos dessas hipóteses podem ser vistos na felação, no beijo em partes pudendas, na masturbação, no coito ectópico, nos toques íntimos, etc.

⁴⁵ Segundo Carmen Vázquez, citada por Aury Lopes Junior (2020, p. 574), *Standard* de prova pode ser definido como “os critérios para aferir a suficiência probatória, o ‘quanto’ de prova é necessário para proferir uma decisão, o grau de confirmação da hipótese acusatória. É o preenchimento desse critério de suficiência que legitima a decisão. O *standard* é preenchido, atingido, quando o grau de confirmação alcança o padrão adotado”.

constituído um relacionamento amoroso entre ambos⁴⁶. Embora tal caso tenha se dado antes do advento da Lei 13.718/2018⁴⁷, essa análise busca apontar o discurso sexista que alicerçava decisões contrárias ao que está, hoje, previsto em lei. Com base no princípio da ofensividade (artigo 98, inciso I, da CRFB/88), o relator sustentou que não houve bem jurídico violado por: (1) ter a vítima procurado primeiro o ofensor, ocorrência que teria comprovado o discernimento da menor quanto aos atos praticados e (2) ter o réu procurado a família da vítima para com esta concretizar um namoro, demonstrando a “boa índole” do agressor, de forma a descartar a sua intenção em satisfazer a própria lascívia.

Pois bem, ao perquirir o acórdão, é possível perceber que o relator, não obstante tivesse ferramentas jurídicas sólidas (Súmula 593 do STJ⁴⁸), enxergou sentido no afastamento da vulnerabilidade da ofendida com base numa epistemologia patriarcalista que eufemizou a reprovabilidade da conduta delitativa do agressor (encarado, mesmo que implicitamente, como um homem de família), a medida que colocou a ofendida como a sedutora⁴⁹.

Conquanto a nomenclatura conferida ao Título VI do Código Penal tenha sido alterada pela Lei 12.015/2019 (passando a constar “Dos crimes contra a dignidade sexual”), não se pode afirmar que essa mudança tenha se concretizado no plano fático. O intuito do legislador foi o de retirar a tutela sobre a “honra da família, centrada na figura masculina do pai ou do marido que exercesse autoridade sobre a mulher” (PASCHOAL, 2017, p. 57). É patente que, em ocasiões as quais se estabelecem vínculos afetivos entre corpos que simbolizam o feminino e o masculino, a compreensão da dimensão das prerrogativas daqueles concernentes à dignidade sexual é ainda mais incerta.

No caso examinado, não só os depoimentos das três testemunhas (que indicavam ter o acusado iniciado as conversas com a menina), como também a discrepância entre a idade da

⁴⁶ Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0013422-75.2013.8.12.0002/50000, de Dourados/MS. No caso, o réu havia sido condenado em primeira e segunda instância pelo crime previsto no art. 217-A (estupro de vulnerável), razão pela qual opôs embargos infringentes com a finalidade de reformar o Acórdão proferido na 1ª Câmara Criminal, a qual, por maioria, nos termos do voto do Desembargador Geraldo de Almeida Santiago, negou provimento ao apelo defensivo. Após acordarem os juízes da 1ª Seção Criminal do Tribunal de Justiça, deram provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto do relator, vencidos a revisora (Desª. Maria Isabel) e o 1º vogal (Des. Bonassini).

⁴⁷ A lei 13.718/2018 eliminou, por meio do §5º do art. 217-A do Código Penal, a antiga denominação acerca da presunção de violência, inserindo o conceito de vulnerabilidade absoluta, com o intuito de coibir a prática sexual com menores de 14 anos de idade.

⁴⁸ O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

⁴⁹ As supostas insistências da vítima, consideradas “investidas”, teriam envolvido o réu a ponto de tornar os atos sexuais irresistíveis a este p. 04-05.

ofendida e do ofensor (26 anos de diferença) foram desconsiderados. A proximidade existente entre o discurso patriarcalista e o julgador é o que torna ininteligível a este o cenário de relações assimétricas que se encontravam presentes na circunstância do caso em análise. Ou seja, tanto o poderio do adulto sobre a criança, quanto o do masculino sobre o feminino, estabelecido por meio do vínculo afetiva/amoroso⁵⁰, se tornaram imperceptíveis.

Deveras, a formação discursiva alicerçada na dominância do masculino-heterossexual se mostrou ser um empecilho para a visualização de uma relação de poder que antecedia o atuação do sistema sexo/gênero, isto é, a relação adulto-criança. Nessa perspectiva, é certo que os papéis de gênero conferidos aos corpos femininos e masculinos influenciaram os julgadores a ponto destes não captarem que a vítima era, antes de ser lida como mulher, uma criança. Transformou-se a menina numa mulher e os atos delitivos numa “descoberta da sexualidade por parte da adolescente”, tendo aqueles se tornado ainda mais concebíveis sob a justificativa de que, entre o acusado e a vítima, existia um relacionamento afetivo/amoroso.

Logo, ao considerar que a vulnerabilidade da vítima pode ser mitigada em situações as quais, em algum momento, se estabeleceu uma ligação de afeto (namoro ou casamento), acarreta consequências nefastas à dignidade sexual dos corpos que simbolizam o feminino. Nos ensinamentos de Nucci (2019):

Estabelecida a família, pela união estável, com filhos, parece-nos inconstitucional retirar o companheiro desse convívio com base em vulnerabilidade absoluta, reconhecida em lei ordinária. Acima de tudo, encontram-se a entidade familiar e o direito da criança nascida de conviver com seus pais em ambiente adequado. (p. 172)

Todavia, tendo em conta que, antes de despontar o direito da criança nascida e, por conseguinte, a instituição da entidade familiar, violou-se a dignidade sexual da namorada/cônjuge. Com isso, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, esta é elencada como um desdobramento da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), salvaguardando, pois “a intangibilidade ou indenidade sexual, além do pleno e sadio desenvolvimento da personalidade, no que se refere à sexualidade do indivíduo” (ESTEFAM, 2018, p. 627).

⁵⁰ Convém aqui realizar um exercício reflexivo para se compreender a dimensão das violências existentes em âmbito de vínculos afetivos que recaem sobre corpos femininos. Suponha-se que se tratasse de uma criança que performasse o masculino, as “investidas” e o “consentimento” não seriam dessa forma encarados e o fato de, na sociedade brasileira atual, os relacionamentos homossexuais ainda enfrentarem grande resistência no tocante a aceitação social, as agressões sexuais seriam reconhecidas mais facilmente, pois não seria possível (leia-se cognoscível) justificar os delitos com base em uma relação amorosa. Importante ressaltar que a finalidade dessa reflexão não é descredibilizar as violações perpetradas contra corpos masculinos, a intenção é, na verdade, evidenciar as diferenças existentes na maneira a qual o poder opera sobre os corpos femininos e masculinos em uma circunstância (âmbito infante juvenil) a qual ambos sofrem com determinada violência (pedofilia), já que no âmbito das relações interpessoais entre adultos, esse comparativo não é tangível.

Ante essas considerações, deve-se ressaltar que o resguardo da dignidade sexual não pode ser comprometido pelo fato de, entre o ofensor e a ofendida, ter existido algum tipo de relacionamento amoroso/afetivo. Em tenra idade, as vítimas não possuem experiência de mundo suficientemente sólidas para ponderar quais as escolhas são boas e ruins para si.

Em todos os acórdãos analisados, foi possível perceber a menção do consenso majoritário de que a palavra da vítima assume grande importância para a elucidação dos fatos em crimes contra a dignidade sexual. No entanto, esse entendimento tem, em verdade, se tornado um brocardo jurídico esvaziado de sentido e utilização, haja vista que, na ausência de demais meios comprobatórios (leia-se exame de corpo e delito direto), todo o sistema de Justiça Penal se contenta em solucionar os casos controversos sem buscar outras vias de respostas.

4 (RE)VENDO MECANISMOS PROCESSUAIS E TRILHANDO OUTRAS EPISTEMOLOGIAS

Conforme ficou demonstrado, o Direito atua como um perpetuador do discurso hegemônico dominante. Faz-se necessário, portanto, reformular o eixo epistemológico das ciências jurídicas, visto que o mito da imparcialidade jurídica acaba afastando o(a) julgador(a) da verdade histórica⁵¹ ao reiterar pressupostos fáticos imagéticos que revitimizam a vítima de violência sexual. A objetividade e a neutralidade, advindas do positivismo jurídico, afunilam possibilidades outras de produção de conhecimento, por estar este centrado num sujeito cartesiano que se descorporifica e, por conseguinte, exclui outras percepções ontológicas, mantendo, desse modo, discriminações que segregam e subjugam (MENDES, 2020b, p. 75).

É forçoso reconhecer que, no processo penal, deve-se ter bastante cautela no momento de valoração das provas a fim de dirimir condenações injustas, porquanto, consoante explicita Aury Lopes Junior (2020), a atividade do(a) magistrado(a) de realizar a adequação do fato à norma transpassa:

[...] uma série de variáveis de natureza axiológica, inerentes à subjetividade específica do ato decisório, até porque toda reconstrução de um fato histórico está eivada de contaminação, decorrente da própria atividade seletiva desenvolvida. (p. 566)

Por um lado, se constitui primordial voltar a atenção às valorosas considerações de Aury Lopes no tocante à construção da verdade no processo penal, a fim de impedir a constituição de um sistema inquisitório. Por outro lado, é inegável enfatizar que, tratando-se de crimes de natureza sexual perpetrados contra corpos femininos e feminilizados, os excessos que poderiam

⁵¹ Termo utilizado por Aury Lopes (2020). Ver item 2 do Capítulo VIII do livro Direito Processual Penal desse autor.

ser caracterizados não são empreendidos contra o réu em grande parte das situações. Em verdade, os pré-julgamentos e os decisionismos afetam a ofendida na maioria dos casos, estando presentes desde a fase investigatória até a judiciária⁵².

Ante essa conjuntura, vale ressaltar a indispensabilidade de se repensar ferramentas processuais, bem como de se exigir provas mínimas para a solução dos casos. Não se pode, deveras, diminuir o *standard* probatório em razão da natureza do crime, no entanto se revela indiscutível exigir um nível elevado de empenho aos delitos perpetrados contra a dignidade sexual de mulheres.

O Código de Processo Penal dispõe que em infrações não transeuntes é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto (art. 158, *caput*). Nesta última hipótese, pode-se lançar mão de outros meios de provas, tais como filmagens e gravações. Para mais, existe, inclusive, a possibilidade de realizar outras perícias além do exame de corpos e delito (art. 159). No entanto, não têm sido estes percebidos na prática, visto que muitos casos são “solucionados” tão somente através da prova pericial. Demais alternativas parecem inexistir no ordenamento jurídico.

O supracitado Código prevê, ainda, a possibilidade de o(a) juiz(a) realizar busca domiciliar e pessoal quando presentes os requisitos autorizadores para tanto (art. 240, §§1º e 2º), bem como a viabilidade de se realizar a reprodução simulada dos fatos quando existir dúvidas acerca da probabilidade de certo delito ter ocorrido de determinada forma (art. 7º). Nesse sentido, diante de possibilidades outras para solucionar os casos, vale questionar os motivos pelos quais a instrução de grande parte dos processos concernentes à violência sexual permanece canalizada em meios de prova que obstaculizam a busca da verdade histórica dos fatos.

Considerando que os delitos atinentes à dignidade sexual reclamam uma atenção especializada e que o(a)s agentes do sistema de justiça penal institucionalizam a discurso hegemônico de poder, urge a necessidade de se reedificar toda a epistemologia jurídica. Nessa acepção, defende Mendes (2020b):

⁵² Nohara Paschoal (2017) evidencia, através do exame de diversos acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, o desamparo o qual ficou submetida a vítima após o advento da Lei 12.015/2009, em virtude da unificação do crime de estupro que ensejou a aplicação de penas desproporcionais. De maneira similar, Giovana Rossi (2016) demonstra a parcialidade do(a)s juíze(a)s ao analisarem alguns casos de violência sexual no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e de São Paulo, reforçando estereótipos de gênero que culpabilizam a ofendida e, na maioria das vezes, inocentam o réu.

[...] o apego incondicional, não dialógico e irreflexivo às inferências normativas, [...] reverte-se em um exercício autoritário de poder na medida em que a forma de conceber o processo penal *a priori* em sua finalidade distancia-se das experiências, das narrativas, das marcas nos corpos, das histórias das mulheres no sistema de justiça criminal. (p. 92)

Tratando-se de estupros que envolvem relação afetiva/conjugal entre a ofendida e o ofensor, a demonstração da culpabilidade do acusado se mostra ainda mais custosa. Isso porque, conforme expuseram os casos analisados, subsiste uma premissa equivocada de que, nessas situações, o ato libidinoso e/ou a conjunção carnal foram consentidos. A complexidade para comprovação da culpa do réu se agrava quando a imagem deste se contrapõe a figura de “um homem doente, mentalmente perturbado e emocionalmente desequilibrado” (ROSSI, 2016, p. 80). Ou seja, nessa perspectiva, é ininteligível um (ex)marido/(ex)namorado cometer o delito de estupro, pois, além de ser mais provável que o consenso tenha sido concebido, o agressor não se enquadra no “perfil de estuprador”.

Essa construção social problemática, ao trespassar o Direito, certamente possibilita a impunidade dos agressores de violência sexual, sobretudo quando praticados em contexto de relacionamentos conjugais. Para além dessa área de conhecimento, ao impregnar diversos outros setores da sociedade moderna, as formações discursivas dominantes desdobradas no sexismo, no racismo e no classismo propiciam o estupro. É neste ponto que convém assinalar presença.

Nessa perspectiva, assumir que a mulher nunca foi um ser universal fixo parece ser o ponto de partida para a solução do sistema hegemônico que mantém os corpos femininos e feminilizados na seara da submissão. A partir do momento o qual se reconhece que a modernidade, circunscrita nos ditames do cidadão universal, significou o controle político dos homens em relação às mulheres e, por conseguinte, o acesso sistemático daqueles aos seus corpos (PATEMAN, 1993, p. 17), torna-se possível vislumbrar uma saída para a problemática da violência que as aflige, sobretudo no que concerne ao estupro.

Fundamental pontuar que não se está afirmando a existência de uma cultura que torna todos os corpos masculinos e masculinizados potenciais estupradores. Na verdade, se está atestando que no momentos da ocorrência do delito, com base na análise fática dos casos, há uma incompreensão da dimensão das prerrogativas das mulheres ou, quando presente esse entendimento, uma predileção às vontades e prerrogativas próprias a qual se torna possível de ser concretizada em virtude do sistema de privilégios que aos homens foi conferido.

É preciso, pois, admitir que o sexismo, enquanto um dos sistemas de poder operante na sociedade, se inscreve nos namoros e nos casamentos heterossexuais em razão do mito dos relacionamentos românticos que pintam seus componentes sobre o espectro da feminilidade e da masculinidade.

Em verdade, a concepção de amor romântico é consubstanciada nessa ideia de homem viril/cavaleiro e mulher donzela, parte do poder que propicia e faz tolerar as constantes violações sexuais as quais os seres simbolizantes do feminino suportam, haja vista que há uma naturalização da ideia de coexistência do amor e da dor no relacionamento conjugal/afetivo ocidental (GROSSI, 1998, p. 308). Crucial pontuar que nem sempre relações sexuais não consentidas acompanham agressões, muitas vezes, a vítima, mesmo não desejando a conjunção carnal ou o ato libidinoso, acaba não manifestando seu dissenso por receio de não “cumprir” seu papel de esposa ou namorada.

É necessário que se dialogue sobre os relacionamentos que estão estabelecidos como corretos e normais. É preciso desromantizar sentimentos, falas e comportamentos que geram vínculos aprisionadores e que reforçam a premissa da mulher limitada ao doméstico. Deve-se, para tanto, estimular a desconstrução de paradigmas identitários que fazem emergir nos indivíduos não apenas reivindicações em relação a si, como também em relação ao outro, projetando expectativas que caminham a encontro da performatividade dos papéis sociais projetados como inerentes à natureza. É preciso reformular pedagogias que, desde cedo, fomentam meninas a pensar o casamento como propósito de vida, instruindo-as a permanecer aquém do público, enquanto meninos são instigados a ser além do doméstico.

Reconhecer que o sistema sexo/gênero é fruto de uma construção discursiva de poder traz para o horizonte a possibilidade de libertar os corpos femininos e feminilizados da sujeição. A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p. 06) expõe a sociedade Iorubá, cuja organização social pré-colonial não se pautava no gênero, mas no grau de parentesco, possibilitando a manifestação de poderes familiares difusos, com papéis fluidos e dinâmicos. Situação diferente da organização ocidental a qual se encontra compenetrada no modelo de família nuclear, cujo centro é a sociedade conjugal composta por dois genitores de sexo opostos e seus/suas filho(a)s.

Localizar estruturas sociais outras parece ser um dos caminhos para tratar sistemas hierárquicos que dominam, porquanto, é a partir disso que se faz possível evidenciar a inexistência de normas incontestes. A intenção não é apontar para um protótipo de ordenação

social, mas sim de indicar, justamente, opções diversas não padronizadas que podem ser (re)feitas. O intuito é revelar um não lugar aos corpos femininos e feminilizados e, conseqüentemente, emancipá-los da rejeição ao espaço doméstico e privado despolitizado que, em diversos casos, significa violência.

CONCLUSÃO

As violências sexuais ocorridas em âmbito de relação afetiva/conjugal estão intimamente ligadas com o formato de relacionamento amoroso romântico do ocidente. Tais relações interpessoais são, na maior parte dos casos, engendradas sob o manto do discurso hegemônico atuante na sociedade, o qual exige que os sujeitos se adequem a normatividade do sistema sexo/gênero. Isto é, pessoas lidas como mulheres e homens devem, respectivamente, performar o feminino e o masculino.

Tais reconhecimentos identitários atraem atributos “próprios” dos papéis sociais e que, no caso dos homens, pode significar possessividade, agressividade e dominância. Com isso, a circunscrição dessas identidades nos relacionamentos amorosos acaba naturalizando as violências sexuais que, em diversos casos, passam despercebidas pelo Poder Judiciário. Isso ocorre sobretudo porque as ferramentas processuais penais continuam a ser utilizadas a partir de concepções de poder masculinas.

Considerando que essas normas sociais não são inerentes à natureza como se busca afirmar, tratando-se, deveras, de discursos propagados e implementados pela lógica colonialista de poder, transformar essa ordem exige uma reformulação das epistemologias dominantes. O Direito, nesse sentido, necessita ser remodelado, porquanto os corpos femininos e feminilizados continuarão a sofrer com as constantes desumanidades que os acomete todos os dias enquanto mantiver suas bases centradas nas concepções do cidadão homem, branco, cisgênero e heterossexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%2

On%C3%A3o%20estejam%20previamente%20estabelecidas.&text=2%C2%BA%20A%20vio
la%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei,omiss%C3%A3o%3B%20constitue%20crime%20ou%2
0contraven%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em 10 jul. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Apelação Criminal nº 0043746-85.2012.8.12.0001**, de Campo Grande. Apelante: Ministério Público. Apelado: W.A.F. Relator. Julgamento em: 26 jun. 2016. Disponível em: <https://esaj.tjms.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=617756&cdForo=0>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Apelação nº 0002188-14.2014.8.12**, de Paranaíba. Apelante: M.R.B.O. Apelado: Ministério Público. Relatora: Maria Isabel de Matos Rocha, julgado em 05 jun. 2018. Disponível em: <https://esaj.tjms.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=782791&cdForo=0>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Apelação nº 0002188-14.2014.8.12**, de Campo Grande. Apelante: T.M.B. Interessado: Ministério Público. Apelado: L.C.R. Relator: Paschoal Carmello Leandro, julgado em 07 nov. 2017. Disponível em: <https://esaj.tjms.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=727473&cdForo=0>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0013422-75.2013.8.12.0002/50000**, de Dourados/MS. Embargante: R.S.F. Embargado: Ministério Público. Relator: Ruy Celso Barbosa Florence, julgado em 18 jul. 2018. Disponível em:

https://esaj.tjms.jus.br/cjsg/getArquivo.do?conversationId=&cdAcordao=792303&cdForo=0&uuidCaptcha=sajcaptcha_8198a6bd68b64494b0af048526b3d1fe&g-recaptcha-response=03AGdBq27EAIWCg3SDnpiFaATtemkrpCPrrkdGk2oTGKzPxp4xwzlr8Z3ARBWjZmSLLvzl7_PXuQ1Bw_vilImQDmzA7YHb7w3obQ9HP8UwEMNX51Q5_tBFTuN2bxM8xKlVKSdwd0I3IPirPVbpoSPM8x6oPX5MlxmAWHpXpQ9cfl9uK3RCXSyzBU3mu-Hw_gx3qagKVR75KsVnlJeDrPrH6Ug4naQKJAYkgU7ZPMp8x4Pjf2V0-gTaW0XrYZ3fM55Ha4UL4Nx3RmN4kSrra0LwH2extwsSWp Rodney-NDYENHZb5PQgCPZAGX1GOiGP8xY-T93z1ed62mr--P21186RJmhLI3StdFGbIOjgzd58m2ssJUKu0T9RP14I0ubWiEl4g4PnUjWKO8DkEnBJbb2rkPuNEqBbAuGCDZi8_xYFCd0tGwxrdZmhaTumNkY8_3ggH65sSTVTA8BU. Acesso em: 01 out. 2020.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Instituto Datafolha. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP_2018_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2002. 352 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. As confissões da carne: o último volume da História da sexualidade de Michel Foucault. **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, p. e20180131, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8660747>. Acesso em: 30 out. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 2313, p. 01-38, 2017.

ESTEFAM, André. **Direito penal, volume 2: parte especial (arts. 121 a 234-B)**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 840 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 460 p.

GROSSI, Miriam Pillar. **Rimando amor com dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-313.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Pesquisa violência sexual: percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil**. 2016. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2017/04/IPG_Locomotiva_PesquisaViolenciaSexual2016.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

JESUS, Damásio de. **Parte especial: crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública: arts. 184 a 288-A do CP**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 344 p.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 1113 p.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 231-273, 1998. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu11.15.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** In: 52º REUNIÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA EM BRASÍLIA, 284, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília, 2000. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MASSON, Cleber. **Direito Penal parte especial: arts. 213 a 359-h do Código Penal**. 8. ed. São Paulo: Forense, 2018. 1232p.

MENDES, Soraia da Rosa. **O estupro e a irrazoabilidade da dúvida**. *Conjur*, [s. l.], 2020a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-28/soraia-mendes-estupro-irrazoabilidade-duvida>. Acesso em: 05 out. 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal Feminista**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2020b. 216 p.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v32n94/0102-6909-rbsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

NEVES, Ana Sofia Antunes das. As mulheres e os discursos *genderizados* sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"? **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, n. 3, p. 609-627, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000300006/1189>. Acesso em: 9 ago. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal parte especial: arts. 213 e 361 do código penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

PAIVA, Livia de Meira; SABADELL, Ana Lucia. O crime de estupro à luz da epistemologia feminista: um estudo de caso no STF. **Delictae: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito**, n. 4, p. 110-155, 2018. Disponível em: <http://delictae.com.br/index.php/revista/article/view/64/42>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PASCHOAL, Nohara. **O estupro: uma perspectiva vitimológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017. 284p.


PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROCHA, Luciana Lopes; NOGUEIRA, Regina Lúcia. **Violência sexual: um diálogo entre o direito e a neurociência**. In: ALVES, Cornélio; MARQUES, Deyvis de Oliveira (Org.). *Leituras de direito: violência doméstica e familiar contra a mulher*. Natal: TJRN, 2017.

ROSSI, Giovana. **A culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica**. 1. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. 128 p.

SCARPATI, Arielle Sabrillo. **Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual**. 202f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de PósGraduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3071/1/tese_5228_Scarpati%2c%20A%20-%20Disserta%2c%20a7%2c%20a3oCompleta%20-%20Os%20Mitos%20de%20Estupro%20e%20a%20%28im%29parcialidade%20jur%2c%20adica.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 593-616, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36550/28557>. Acesso em: 25 jul. 2020.



SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocábulo estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [online], p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CAPÍTULO 18

É DE MENINO OU DE MENINA? O GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Ana Karoline Nogueira Gonçalves, Graduada em Educação Física, UNISL
Thaiza Ventura Alves, Graduada em Educação Física UNISL
Regiane Caris dos Santos, Mestra em Educação, UNISL. Professora UNISL

RESUMO

A temática de gênero nas aulas de Educação Física ainda é algo desafiador tanto para os alunos quanto para os professores uma vez que os alunos já vem para as escolas com opiniões formadas e padrões que vem seguindo desde seu nascimento percorrendo por sua infância, como em brinquedos que ganham, cores de roupas que vestem, definições de que esporte devem praticar, entre outros. O objetivo desta pesquisa foi analisar as questões de gênero dentro da Educação Física escolar. Como metodologia realizou-se um levantamento sistemático da literatura brasileira entre os anos de 1995 a 2020 que estão associados à temática proposta. Os resultados apontam que há uma separação de gênero dentro das aulas de Educação Física e essas questões de gênero ainda é um assunto desafiador tanto para os alunos quanto para os docentes, é fundamental que os professores levem essa temática para dentro de suas aulas a fim de que meninos e meninas participem de forma igualitária. É de suma importância que essa temática não seja limitada dentro das escolas e que os profissionais busquem discutir urgentemente a Educação Física e o gênero, por isso se torna essencial que novas pesquisas sejam realizadas para disseminar conhecimento acerca desse tema.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar. Gênero. Inclusão. Igualdade.

INTRODUÇÃO

Para muitos a definição de gênero ainda é uma incógnita devido ser uma temática em constante estudo, seu conceito se baseia na representatividade social de características anatômicas que os diferem, ou seja, são fatores sociais construídos a partir de fatores biológicos (JERÔNIMO, 2018).

Gênero era algo simples e limitado para se conceituar, pois era tão somente ligado ao se nascer com o sexo masculino ou feminino, sendo assim estava somente relacionado com o sexo do indivíduo. Mas ao passar dos anos, foi notado que não era algo tão simples. Existe uma grande diferença entre sexo e gênero. Desta forma gênero não pode ser relacionado com a

genitália com a qual o indivíduo nasceu, pois existem identidades de gênero, a qual o indivíduo não nasce com o gênero com o qual se identifica (MEDEIROS; MORAES, 2015).

De acordo com Medeiros e Moraes (2015) gênero é uma construção da sociedade que é atribuída ao sexo. Pois é extremamente comum escutar frases do tipo “isso é coisa de mulher”, ao se referir tão somente aos afazeres domésticos, por exemplo. São padrões errôneos que uma sociedade machista impõe há anos para limitar as mulheres e impedi-las de fazerem o que querem. E o primeiro contato com o machismo acontece nos primeiros grupos sociais, sendo eles família e ambiente escolar.

Por outro lado, é preciso aceitar que a “construção de gênero é histórica e se faz relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança” (SANTOS, p.02, 2010).

Segundo Jerônimo (2018), os sujeitos vão construindo e transformando suas identidades de gênero de acordo com sua forma de estar e viver em sociedade, desde a infância são orientados a agirem da forma e padrão que a sociedade impõe, padrões estes que são diferente para homens e mulheres, objetivando assim, consolidar essa distinção entre ambos.

Para Souza (2004, p.06, 2004) os meninos são diferentes de meninas, no sentido mais amplo, isto devido às características biológicas. Porém, ele afirma que:

Na compreensão das manifestações, a formação cultural interage diretamente na construção dos sujeitos indo então, além do olhar superficial referente ao sexo, isto quer dizer que: os meninos desde pequenos praticam brincadeiras e atividades “mais livres” diferente das meninas que são envolvidas nas atividades definidas para elas: bonecas, casinha, que as socializarão no modo de ser mulher, esposa e mãe.

E neste sentido a escola, através de suas normas e disciplinas em suas ações vem “ensinando” o que é ser menino e o que é ser menina, colocando barreiras e delimitando a masculinidade e feminilidade. Portanto a escola no geral educa os alunos normatizando os gêneros, sendo assim ela orienta habilidades distintas para meninos e meninas direcionando os alunos para as suas expectativas de comportamentos “adequados” para cada sexo (JACO; ALTMANN, 2017).

As aulas de Educação Física foram marcadas pela disciplinarização dos corpos, essa ideia atravessou gerações e culturas através da história sendo que ainda nos dias atuais é perceptível que na prática desportiva prevalece a separação entre meninos e meninas em determinadas atividades. Dessa forma as aulas de Educação Física fortalecem esse estereótipo e padrões de gênero (LIMA; DINIS, 2007).

Vivemos em uma sociedade que nos classifica de acordo com nossa cor, classe social, peso, entre outros, na escola essa classificação se intensifica quando tratamos de gênero. O sexo feminino geralmente é tratado como o sexo frágil, nas aulas de Educação Física sua força e habilidades são julgadas. Já o sexo masculino é tratado como o sexo forte, sinônimo de virilidade, nas aulas são julgados com mais habilidade e destreza.

A discussão de gênero está presente na sociedade de forma constante, e na escola isso não é diferente, é nas aulas de Educação Física que surgem oportunidades de abordar esse tema, devido ser uma aula em que os alunos têm mais contato pessoal, se socializam e se expressam não só por linguagem verbal, mas também por movimentos e gestos, ou seja através da linguagem corporal. Um exemplo que pode ser mencionado, é o das meninas sofrerem críticas por se destacarem em algumas modalidades que de acordo com os padrões, não são considerados compatíveis com sua natureza de gênero como por exemplo a prática do futebol, ou para os meninos ao se destacarem em práticas corporais como a dança (JERÔNIMO, 2018).

Outro ponto crucial que contribui para julgamentos e exclusão de gênero na Educação Física escolar é a forma que os professores ministram suas aulas, para facilitar seu trabalho, acabam cooperando de forma indireta ou às vezes direta com essa realidade, a partir do momento em que promovem atividades que estimulam a divisão de gênero definindo o que os meninos e meninas devem praticar ao invés de elaborar atividades que estimulem a interação e a participação de ambos em um mesmo espaço (MATOS *et al.* 2016).

De acordo com Matos *et al.* (2016) um dos fatores que dificultam as relações entre os gêneros nas aulas de Educação Física e por si só acabam contribuindo para esses segmentos errôneos que estão enraizados na sociedade, são os próprios professores, uma vez que não se importam em melhorar esse cenário, uns alegam que não moldam suas aulas afins de incentivar a interação entre meninos e meninas por falta de interesse dos alunos, outros já dizem que é por que os meninos se desenvolvem melhor em certas atividades e as meninas em outras. Sendo assim a escola em especial as aulas de Educação Física acabam sendo passivos nessa desconstrução de preconceitos vigentes na sociedade ao invés de serem protagonistas nessas mudanças tão necessárias.

A separação de gênero pode ser considerada normal por muitos professores, reforçando a expectativa de comportamento “próprio” de cada gênero. Para as meninas as atividades estão quase sempre relacionadas a dança e para os meninos práticas esportivas mais “agressivas”, para que desenvolvam ou liberem sua agressividade (LIMA; DINIS, 2007).

Portanto levando em consideração toda discussão que envolve o gênero e suas formas de abordagem dentro das escolas e em especial nas aulas de Educação Física essa pesquisa teve por finalidade analisar as questões de gênero dentro da Educação Física escolar. O desenvolvimento desta pesquisa visa contribuir para que os profissionais da área reflitam sobre o assunto dentro das suas aulas, passando a observar e discutir cuidadosamente sobre os papéis impostos socialmente para determinado sexo.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa tratou de uma revisão bibliográfica qualitativa, buscando analisar a discussão de gênero dentro da Educação Física Escolar.

A revisão bibliográfica é um procedimento formal, é o caminho para descobertas ou aprimoramento de pensamentos e fatos sobre o tema pesquisado, encontrando assim respostas para as questões propostas, através da metodologia científica. Ela garante ao pesquisador novos dados em qualquer área de conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O levantamento de dados para a realização desta pesquisa foi feito através do Google Acadêmico, utilizando como palavras chaves: Educação Física Escolar, Gênero, inclusão e igualdade. Foram levantadas 32 pesquisas relacionadas ao tema, onde 2 livros e 19 artigos serviram como referencial teórico. Dos artigos levantados 13 não respondiam ao tema da pesquisa. Como critério de inclusão recorremos a publicações entre os anos de 1995 a 2020 condizentes com o tema. Como critério de exclusão desconsideramos todas as publicações anteriores ao ano de 1995, ou publicações que não respondiam ao tema pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Definições de como o ser masculino e o ser feminino deve se comportar em sociedade, tendo em vista seus afazeres e delimitações são segmentos de uma identidade construída historicamente que vem se reproduzindo dia após dia na sociedade contemporânea, sendo assim a criança, menino ou menina aprendem a agir de acordo com essas definições em seus meios sociais sendo eles em casa e escola. A divisão de gênero está em constante presença na vida dos alunos, não somente nas aulas práticas de Educação Física mas também em atos naturais considerados pequenos como na formação de filas que geralmente separam meninos e meninas. Nas divisões de trabalhos em grupos dependendo do tipo da atividade o professor separa-os, ou por costume ou afinidade os próprios alunos escolhem essa separação (JERÔNIMO 2018).

As pesquisas realizadas nos últimos anos mostram como esta separação de gênero vem sendo abordada no contexto escolar e principalmente nas aulas de Educação Física. Uma pesquisa exploratória realizada em uma escola estadual na cidade de Guarabira-PB por Oliveira (2017) que tinha como objetivo analisar a exclusão feminina nas aulas de Educação Física mista, aplicou um questionário a 40 alunos sendo eles das turmas do 6º e 7º ano, 10 alunos para cada turma, e os seus respectivos professores, e uma das perguntas presentes nesse questionário foi se eles acham que as atividades propostas nas aulas de Educação Física privilegiam os meninos e as meninas igualmente, 16 alunos “responderam que sim dependendo do que o professor passa” 14 disse que “os meninos são mais privilegiados” e 35 responderam que “ambos são privilegiados”.

Podemos perceber que de fato ocorre uma divisão de gênero dentro das aulas de Educação Física e isso é percebido pelo grupo feminino, embora a maioria acredita que todos sejam privilegiados é preciso entender se esse entendimento seja sob a ótica de participação ou separação por atividades nas aulas. Para Oliveira, (2017) a educação escolar formal é um lugar onde os alunos constroem seus princípios de igualdade, mas nas aulas de Educação Física ao longo do tempo ao invés de promover a igualdade, acaba separando os gêneros conforme suas capacidades e habilidades. Por isso o autor sugere que as aulas sejam mistas, pois assim ela promove conhecimento, respeito e aceitação das diferenças de gênero, elas buscam também criar um diálogo e interação entre meninos e meninas, formando assim relações de respeito.

O professor deve ter como foco em suas aulas a interação entre os gêneros, elaborando atividades inclusivas, adequando toda atividade aos interesses e necessidades de cada gênero, adotar uma postura aberta onde os alunos possam interagir na elaboração das aulas, incentivar a prática esportiva para os dois gêneros, onde meninos e meninas participem juntos. O ambiente das aulas deve ser acolhedor, sem violências de qualquer tipo, as aulas devem ser democráticas onde todos os alunos, independente de gênero, tenham acesso às atividades no mesmo espaço (GOELLNER, *et al* 2009).

É importante a interação entre os alunos principalmente quando as aulas são mistas conforme já salientamos, pois é assim que constrói o respeito e coloca fim em certos preconceitos, como podemos observar no estudo de Jerônimo (2018), realizado em Florianópolis onde destacou o momento em que uma menina jogou futebol com os meninos na aula de Educação Física. O pesquisador relata que a menina não era bem vinda pelos meninos na prática daquela modalidade, apesar dela saber jogar futebol os meninos tinham uma certa

resistência à jogar com ela por preconceito, onde acreditam que uma menina não pode se destacar nesta modalidade que segundo os padrões é considerada para o sexo masculino.

Jerônimo (2018) também destaca um momento em que a professora leva a bola de voleibol e a bola de futsal para a aula e logo os alunos já vão se dividindo entre meninos e meninas para praticarem as modalidades, sendo meninas jogam voleibol e meninos futebol. Com essa observação foi possível identificar que os alunos já vêm com uma concepção de qual modalidade é destinada para o seu gênero.

Ainda sobre o futebol nas aulas de Educação Física podemos trazer um estudo realizado por Jacoby e Goellner (2020). Em sua análise com uma turma do segundo ano do ensino médio de um colégio militar em Porto Alegre- RS, a participação feminina na modalidade futebol foi acarretada de desconforto, inferioridade e insegurança.

No colégio que foi realizado a pesquisa de Jacoby e Goellner em Porto Alegre- RS os alunos têm a opção de escolher quais unidades temáticas pretendem praticar em Educação Física e ao realizar essa escolha, 27 alunos escolheram futebol e apenas uma aluna optou por essa modalidade, e através de entrevista foi lhe perguntado se ela se sente bem em participar das aulas, e ela respondeu:

Não muito... Porque quando eles passam a bola pra mim, é aquela coisa, eles “deixam”, eles não vão em cima. Por exemplo, se eu erro, eu tenho maior chance de errar, então isso não é surpresa pra eles, então se alguma vez eu dreblo algum menino, sem querer ou proposital é aquela coisa: “Ohhh levou da Aline!”. Então tem uma diferença. (Aline, futebol, 18 anos, grifos nossos) (Aline, p.08. 2020).

Podemos perceber que a percepção dos meninos com relação a modalidade de futebol ainda é machista por acreditar que é um esporte de homens e quando uma mulher joga poderá “facilitar” o jogo, e nesta visão é inadmissível que ela jogue melhor que eles. Quando uma mulher ocupa um cargo que antes era visto somente para homens isso se torna uma revolução e evolução inspiradora, que desperta mulheres a assumirem seus sonhos e vontades, realizando-se pessoal e profissionalmente, trazendo representatividade para outras. Além de instigar as meninas a verem que podem fazer o que quiserem. Para os meninos mostra que é normal, que uma mulher pode ocupar o espaço que quiser. Desta forma ajuda a desconstruir aquela ideia arcaica e errônea, que a mulher deve estar única e exclusivamente no domínio dos afazeres domésticos (ASSUNÇÃO, 2016).

O Brasil é considerado o país do futebol, desde muito pequenos os meninos já tem incentivo a prática dessa modalidade, ganham camisa de time, bola, entre outros, e tem seus ídolos no esporte. Apesar do futebol masculino ter tanto destaque isso não ocorre quando a

prática desta mesma modalidade é feita por mulheres. Para quebrar o paradigma que o futebol é uma modalidade exclusiva do sexo masculino é necessário que a unidade escolar e o professor de Educação Física reflitam sobre suas metodologias, objetivando incentivar a participação feminina nesse esporte e assim contribuir diretamente para a mudança no contexto de associação entre gênero nas práticas esportivas (LIMA, 2017).

A formação dos meninos e meninas está relacionada aos espaços e tempo em que eles foram criados e incentivados, tendo comportamentos padronizados para cada gênero e entendendo que isso seja natural. Para compreendermos esta visão, analisamos o estudo desenvolvido por Santos (2010) na cidade de Piracicaba/SP, onde detectou falas e atitudes de alunos durante as aulas de Educação Física que comprovam questões de masculinidade e feminilidade. Uma das situações destacadas em aula teórica foi a fala de uma menina que viu um apontador rosa e perguntou em voz alta de quem era o apontador e um menino respondeu que era dele, ao se aprofundar no assunto a menina disse que o apontador não poderia ser dele porque a cor do objeto era rosa, ficando nítido que para a menina há uma relação da cor do objeto com o sexo do possível dono.

Esses fatores estão presentes na população em geral, onde as crianças recebem incentivos a seguir determinados padrões ainda pequenas, como por exemplo, ter seu gênero definido por cor, “meninos usam e gostam de azul e meninas de rosa”, os brinquedos que ganham, brinquedos que acabam refletindo na profissão e nos esportes que devem praticar como por exemplo, meninos ganham bola e meninas fogãozinho, meninos ganham carros e meninas bonecas (LIMA, 2017).

Trazer as discussões de gênero e trabalhar a igualdade em sala de aula faz com que os alunos revejam seus conceitos e opiniões já formadas, trabalhando a desconstrução de preconceitos, tornando o ambiente escolar uma ponta partida para o desenvolvimento de uma sociedade melhor e libertadora contribuindo com a superação da desigualdade de gênero (PEDRO, 2018).

Para Pedro (2018, p.32, 2018) os professores precisam inovar em suas aulas, e afirma que:

O professor de educação física atualmente deve ser mais abrangente nos seus conteúdos com aulas mais acessíveis para todos os alunos consigam realizar as atividades e por sua vez experimentar a vivência corporal daquele movimento proposto pelo professor. As aulas mais problematizadas permitindo a participação e colocação dos pensamentos dos alunos é algo essencial nos dias de hoje para construir uma educação mais igualitária e crítica que consequentemente irá desenvolver um ser

autocrítico que possa ouvir e refletir argumentos diferentes dos seus e assim, ser um ser mais participativo dentro da sociedade.

O papel do professor é fundamental para formação dos sujeitos visto que ele tem autonomia para discutir os papéis sociais dentro dos esportes e dos demais conteúdos da Educação Física, dentre eles podemos destacar a dança que muitas vezes passa a ser enxergada como “coisa de menina”.

Sobre a dança, Kleinubing *et al.* (2013) observou alunos do primeiro ano do ensino médio de uma escola pública estadual do município de Chapecó/SC. A turma é formada por 28 alunos, sendo 11 meninas e 17 meninos com idades entre 14 e 17 anos. O objetivo da pesquisa foi compreender como a dança pode se configurar compartilhamento de experiências, onde foram discutidos estereótipos de gênero. Depois de realizadas as observações das aulas que tinham como temática a dança, durante uma conversa com um grupo focal onde todos os participantes tinham afinidade com a dança tanto meninos como meninas, os alunos apontaram:

...ele era o único menino que estava nas cadeiras dançando com nós, mas ele fazia tudo. Na hora que cruzamos a perna ele disse: - “ah não vou cruzar” aí ele modificou o passo, pra não ficar tão feminino né [...] porque a gente tem que respeitar [...] tanto como tem menina no grupo tem piá fazendo (Maria, p.04, 2013).

Tinham muitos que desistiam no grupo, eles achavam que rebolar [...] ficava muito mal pra eles ... achavam que rebolar era mais coisa pra mulher e não pra homem (Felipe, p.02, 2013).

As falas desses alunos mostram que há um preconceito acerca da dança e quem pode dançar. As crianças ainda hoje imitam estereótipos que a sociedade coloca em homem e mulher, quais os movimentos na dança que um menino e uma menina podem realizar, para que não percam sua sexualidade.

Para Kleinubing *et al.* (2013) a grande dificuldade da dança nas aulas de Educação Física ainda é o estereótipo socialmente ligado a masculinidade e feminilidade influenciando diretamente nas aulas e principalmente na dança. Enfatiza também a importância de começar a trabalhar a dança mais cedo, nos primeiros anos para que haja uma menor rejeição pelos meninos, e que os professores devem estar preparados para tal rejeição que pode também acontecer pelas meninas.

Em uma análise feita por Altmann (2015) em uma escola municipal em Belo Horizonte buscou verificar como os alunos construíam as relações de gênero dentro da Educação Física escolar. A pesquisa foi realizada com alunos do sexto ano com idades entre 11 e 15 anos. As aulas sempre eram separadas, meninos jogavam em um dia da semana e meninas no outro:

Na segunda, eram os homens que jogavam a aula inteira futebol e, na quarta, era a gente que jogava a aula inteira [...]. Quando a minha professora de educação física

faltava, os meninos faziam sacanagem com a gente. Às segundas e quartas, eles jogavam futebol. Aí, para nós não deixarmos batido, nós pegávamos corda e pulávamos lá no meio, começávamos a avacalhar (Nadia, p.55, 2015).

A professora ao iniciar as aulas sempre pedia para que a turma aguardasse sentados, os meninos sempre saíam correndo e brincando uns com os outros pela quadra já as meninas aguardavam a chegada da professora sentadas como a mesma solicitava. Segundo Altmann (2015), nesta aula, por terem se comportado melhor, as meninas poderiam escolher a modalidade para jogarem todos juntos, a modalidade escolhida foi o voleibol. Pelo fato da aula ser mista os meninos estavam a frente do jogo e acabavam excluindo as meninas.

Assim, ficou claro que mesmo analisando meninos e meninas separadamente sempre haviam os que tocavam mais na bola do que outros, indicando que gênero não é a única categoria que implica na participação dos jogos, mas também a habilidade. Pelo fato dos meninos terem tocado mais vezes na bola do que as meninas, não se pode generalizar afirmando que as meninas são excluídas por serem mulheres pois esta questão também está relacionada à habilidade corporal de cada um (ALTMANN, 2015).

Gomes (2019) em uma investigação em produções acadêmicas, separou em tópicos os resultados de dissertações nos quais os textos apresentam sobre gênero na Educação Física escolar. Em 50% das pesquisas o maior enfoque estava na prática do profissional que atua nessa área, pontuando um problema na condução das aulas de Educação Física dentro das escolas. Mostrando assim que alguns professores ainda acreditam na separação por gênero, que as aulas teriam mais qualidade, haveria uma melhora no aproveitamento das mesmas, uma vez que, segundo esses profissionais os meninos são mais habilidosos. O segundo maior resultado representando 30% da pesquisa realizada liga as questões de gênero à infância, reforçando assim a necessidade e o incentivo de tratar essas questões ainda na pré- escola.

Em um estudo etnográfico realizado por Godoy (2017) em uma creche comunitária, no município de Juiz de Fora, acompanhou a interação de uma turma com 15 crianças com idades entre 3 e 4 anos. O intuito da pesquisa foi observar as brincadeiras e brinquedos utilizados pelas crianças. Os brinquedos disponíveis geralmente eram carrinhos, bonecas, motos, caminhões, ferrinhos de passar roupa, bolsas, entre outros. As brincadeiras utilizadas pelas meninas retratavam o cotidiano familiar, funções de maternidade como “mamãe e filhinha”, “casinha”, já os meninos brincavam com carrinhos ou simulavam o ato de dirigir. Colocavam também outro significado ao uso dos brinquedos, um relógio virava um volante, um ferrinho de passar

virava arma, representando elementos associados à masculinidade. Suas brincadeiras se mostraram mais ativas como correr e escorregar.

Neste estudo, é notável que tanto meninas quanto meninos associavam ser mulher/mãe aos afazeres domésticos e cuidar dos filhos e que mesmo nas interações entre crianças com pouca idade, os papéis de gênero são bem próximos dos adultos, pois vivem em um mesmo meio social e cultural, as brincadeiras e brinquedos por sua vez reproduzem os papéis de masculinidade e feminilidade (GODOY, 2017).

A família proporciona a criação de afeto e segurança, é em casa que as crianças e adolescentes tem sua formação de valores que serão levados para toda a vida. Portanto é de extrema importância tratar gênero e sexualidade ainda em casa. É no convívio como os pais e familiares que se desenvolve o padrão cultural de gênero, a partir disso as crianças constroem os valores pertinentes ao do seu grupo social. Deve-se tratar essas questões desde cedo ainda na família pois é ela quem promove a caracterização do indivíduo na sociedade (RESSEL, *et al.* 2011).

A escola e os professores além de contribuir para a formação intelectual e social dos alunos elas também são de grande importância na construção da identidade de gênero (GODOY, 2017).

Infelizmente muitos professores ainda não acharam uma forma pedagógica para tratar a questão de gênero nas aulas de Educação Física, pois ainda há preconceitos e dificuldade de trabalhar com ambos os sexos em um conjunto (LEITÃO; SOUSA, 1995).

A atuação do professor nas aulas de Educação Física deve buscar incentivar de forma positiva todos os alunos da turma, independente de erros ou acertos. Uma menor interferência polo docente nas dinâmicas da aula, permite que os próprios alunos formem relações entre si, sem distinção de gênero. Sendo assim, quanto menor a interferência menor é a hierarquização das relações de gênero, menos desigualdade, onde todos tenham a oportunidade de romper as fronteiras de gênero determinadas pela sociedade. O professor deve deixar que os alunos percebam e aprendam a vivenciar o corpo e os gestos com diversidade (MARIANO; ALTMANN, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que questões negativas de gênero nas aulas de Educação Física é algo muito presente e atinge tanto os meninos quanto as meninas. A falta de metodologias que discutem e

trabalham essas questões tornam ainda mais forte o preconceito e a discriminação de um gênero em relação ao outro na prática de algumas atividades propostas pelo professor. Para que essas desconstruções sejam passadas para os alunos é necessário que ela aconteça primeiramente no profissional e no corpo docente, pois ainda há professores que estabelecem em suas aulas, atividades que separam os gêneros, determinando o que deve ser praticado por meninos e o que deve ser praticado por meninas, embasado em preconceitos históricos que norteiam nossa sociedade.

A escola prepara o ser humano para viver na sociedade contemporânea, onde se faz necessário se desprender de ensinamentos que vêm sendo passados de geração para geração, sendo hoje em dia considerados errôneos levando o ser humano a retroagir. Aplicar a Coeducação a esses alunos faz com que os libertem de conceitos sexistas que tendem a definir o que cada um deve praticar ou exercer, melhorando também a interação social dos alunos.

Portanto é importante que o professor estimule a participação de todos os alunos nas aulas, para que além dos benefícios físicos e sociais, os mesmos possam compreender que em uma sociedade democrática o direito de participação independente do sexo deve ser respeitado e o discurso de superioridade de apenas um gênero seja desconstruído fazendo com que todos vivenciam novas possibilidades dentro das atividades propostas.

É importante que os docentes usem metodologias que englobe os dois gêneros sem distinção desde a pré escola, pois a partir do momento que a criança começa a frequentar a escola ela está em contato com culturas e costumes distintos, onde o gênero é estigmatizado de formas diferentes em cada família. O professor sendo o mediador desse assunto pode desconstruir possíveis preconceitos e mostrar que meninos e meninas podem participar da mesma aula sem a separação de gênero.

Portanto é de suma importância que essa temática não seja limitada dentro das escolas e que os profissionais busquem discutir urgentemente a Educação Física e o gênero, por isso se torna essencial que novas pesquisas sejam realizadas para disseminar conhecimento acerca desse tema.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Educação Física Escolar: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.

ASSUNÇÃO, Débora Carla de. A questão do gênero no trabalho: estudo retrospectivo das conquistas femininas.

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. Corpo e gênero nas práticas escolares de Educação Física. **Currículo Sem Fronteiras**. VI, v. 7, p. 243-252, 2007.

discursos e brincadeiras. 2017. 163 f. dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6448/1/karinenataliebarragodoy.pdf> Acessado em: 20/09/2020.

VALLE LEITÃO DO, Fátima C.; DE SOUSA, Iracema Soares. O homem que dança.. **Motrivivência**, n. 8, p. 250-259, 1995.

SANTOS DOS, Vilma Canazart. Índícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de Educação Física. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 841-852, 2010.

GODOY, Karine Natalie Barra. Construção das identidades de gênero na infância: os discursos de brinquedos e brincadeiras. 2017.

GOELLNER, Silvana et al. Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer. 2009.

GOMES, Edileide de Jesus. PARTICIPAÇÃO DE MENINOS E MENINAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE GÊNERO. **Revista Científica UMC**, v. 4, n. 3, 2019.

JACO, Juliana Fagundes; ALTMANN, Helena. SIGNIFICADOS E EXPECTATIVAS DE GÊNERO: OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Educação em Foco**, p. 155-181, 2017.

JACOBY, Lara Félix; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação Física e questões de gênero: motivos para a escolha de modalidades esportivas por estudantes do ensino médio de uma escola militar. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01-19, 2020.

JERÔNIMO, Bernardo de Camargo et al. Educação Física e gênero: Analisando questões na educação física escolar. 2018.

KLEINUBING, Neusa Dendena; DO CARMO SARAIVA, Maria; FRANCISCHI, Vanessa Gertrudes. A dança no ensino médio: reflexões sobre estereótipos de gênero e movimento. **Journal of Physical Education**, v. 24, n. 1, p. 71-82, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **DO TRABALHO CIENTÍFICO**. São Paulo: Atlas, 2001.

Lima, D. R. (2017). A participação feminina no futebol nas aulas de educação física escolar: por quê não?.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas?. **cadernos pagu**, n. 46, p. 411-438, 2016.

MATOS, Naiara da Rocha et al. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 261-277, 2016.

MEDEIROS, Leticia. MORAES, Isabela. **Vamos falar de gênero?** Politize. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>> Acessado dia 04 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Maria das Dores Batista de. A exclusão das meninas nas atividades intergênero na educação física mista na cidade de Guarabira-PB. 2017.

PEDRO, Jandson José de Medeiros. **Sociedade, escola e educação física no Brasil: implicações nas relações de gênero.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 245-250, 2011.

SANTOS, Vilma Canazart dos. **Indícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de Educação Física.** *Rev. Motriz, Rio Claro*, v.16 n.4 p.841-852, out./dez. 2010.

SOUZA, Raphael Fabrício de. **MENINOS NÃO CHORAM? A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.** 2004. Acessado em 09/09/20. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47669/MONOGRAFIA%20RAPHAEL%20FABRICIO%20DE%20SOUZA.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>

CAPÍTULO 19

AS NOVAS POSSIBILIDADES DE AUTOEXPLORAÇÃO DA SEXUALIDADE E O “FENÔMENO ONLYFANS” NA SOCIEDADE CAPITALISTA

DOI: 10.47402/ed.ep.c202156419110

Adriano Boettcher Brandes, Psicólogo (CRP 07/26579). Mestre em filosofia, Programa de Pós-Graduação da UNISINOS

RESUMO

A pandemia da covid-19 nos empurrou para dentro de nossas casas, seccionou vínculos presenciais, até afetivos, e demonstrou, indubitavelmente, não só a nossa dependência a recursos tecnológicos, mas também como é possível nos valermos destes instrumentos disponíveis para as mais variadas necessidades. Um dos mais novos recursos é a plataforma OnlyFans, que de tão recente, revela poucos resultados em língua portuguesa e ainda menos artigos especializados — encontrando, em sua maioria, somente colunas de jornais virtuais. Popular entre jovens homens e mulheres, e seguindo o modelo de outras plataformas do gênero, a OnlyFans é um espaço que tem ganhado progressiva atenção nos últimos meses pandêmicos, em que usuário e produtor de conteúdo se encontram, lubrificados por moeda; o usuário que deseja ter acesso a determinado conteúdo privado de alguém deve pagar uma quantia. Existem planos de assinaturas que variam não somente na questão financeira, variando desde poucos dólares americanos até quantias um pouco maiores, mas também em duração (planos avulsos ou mensais). Nesta plataforma, é possível disponibilizar, privadamente para expectadores pagantes, conteúdos, ou cursos, em áreas diversas (como culinária, treinos físicos, artesanato, etc.), mas é facilmente observável o uso desta ferramenta para a exposição de conteúdo erótico e até pornográfico. Esse tipo de exposição, especificamente a com cunho sexual, não é novidade: remonta ao *peepshow* de analógicas décadas atrás. A tecnologia para este tipo de relação *voyeur* x exibicionista, por outro lado, é completamente nova. Como constatação sintomática de uma sociedade marcada pela individualidade, pelo culto à imagem e pelo poder de compra, as relações humanas (inclusive afetivas e sexuais) tomam a forma uma mercadoria que pode ser adquirida por um determinado valor. Técnicas primitivas são usadas para provocar o interesse de possíveis expectadores (e compradores) e o fator do afastamento social, desde muito antes da pandemia, colabora para novas expressões de modalidades de gozo por meio da internet, afetando a forma como os sujeitos se encontram e, inclusive, o formato da própria pornografia. Sem quaisquer intenções moralistas ou pudicas, procuro proporcionar reflexões sobre essas particularidades tecnológicas/sociais que têm ganhado espaço em uma sociedade em que a palavra da vez envolve palavras como “empreendedorismo”; lógica neoliberal que coloca como padrão o próprio empregado, criando mecanismos perversos para a autoexploração, que alimenta uma máquina de capital muito maior do que podemos ver. A partir de uma reflexão marxista, podemos encontrar eco do “fenômeno OnlyFans” no conceito de fetichismo da mercadoria; o que examinaremos no desenvolvimento do texto⁵³.

PALAVRAS-CHAVE: OnlyFans; Sexo; Sexualidade; Mercadoria; Capitalismo.

⁵³ Gostaria de prestar sinceros agradecimentos a Jaison Matias Partchel, mestrando em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da UNISINOS (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9117787124317017>), pelos comentários críticos e que ajudaram a depurar este escrito e a Filipe Azevedo da Silva, designer pela ULBRA (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0349772978012670>), grande amigo, pelas conversas informais que ajudaram a compor determinadas discussões presentes neste ensaio.

“Bem, Clarice, os cordeiros pararam de gritar?”⁵⁴
- Dr. Hannibal Lecter em *O silêncio dos inocentes*, 1988.

PREÂMBULO

Este escrito é um ensaio; não um artigo. Ele é fruto de observações clínicas diretas e reflexões sociais. Nele, não tenho pretensões pudicas ou censuradoras nos comentários que tecerei. Minha crítica se centra, em linhas gerais, na falta de políticas públicas realmente efetivas para seguridade laboral, na precarização da educação (que se reflete em crítica), na provável inconsciência sobre atos de exibicionismo a longo prazo e de como o fato de que estamos inseridos em um sistema essencialmente explorador, que identifica aspectos básicos e primitivos da sexualidade humana, otimizando técnicas de venda e, conseqüentemente, de lucro. Não me deterei em qualquer moralidade intrínseca “da coisa”. Ocupar-me-ei definindo o que chamo de *autoexploração*, como sendo o ato de um sujeito objetificar-se “a si mesmo” (conscientemente ou não), tal como uma mercadoria que pode ser adquirida em uma estante de uma loja, por um preço. Em uma situação paradoxal, mas real, vemos na prática clínica, pacientes que se queixam da impossibilidade de sustentar relacionamentos duradouros ou que não sejam baseados na primeira impressão da estética física; no entanto, não poucas vezes, os mesmos pacientes relatam exatamente um comportamento de auto-objetificação; conceito que ligo à autoexploração⁵⁵. Teço essas considerações preambulares para que o texto não seja, logo de início, interpretado de uma forma equivocada.

INTRODUÇÃO

Lançada em 2016, dirigida por Tim Stokely e tendo sede em Londres, Inglaterra, a OnlyFans⁵⁶ é uma plataforma virtual, estilo *pay-per-view*⁵⁷ e, neste ponto, não difere de qualquer canal de televisão por assinatura ou serviço de *streaming*⁵⁸. Naquele espaço, os produtores de conteúdos podem disponibilizar qualquer tipo de material que não contrarie as

⁵⁴ “Well, Clarice, have the lambs stopped screaming?”, tradução minha.

⁵⁵ Simplificando ainda mais: pessoas que reclamam da falta de compromisso com outrem quando elas mesmas se posicionam em situações nas quais elas se colocam como objetos consumíveis (normalmente baseado em estéticas apolíneas em detrimento a qualquer tipo de conteúdo que ofereça aporte suplementar à estética) e, logo, descartáveis quando o consumo encontra sua saciedade. Este é um sofrimento clínico recorrente em jovens.

⁵⁶ Em tradução livre, algo como “só para fãs” ou, melhor ainda, “só fãs”.

⁵⁷ “Pague para ver”, em tradução livre do inglês.

⁵⁸ Em uma definição reducionista, um tipo de transmissão de dados digitais, em que o conteúdo não é armazenado no computador do usuário, evitando comprometer o espaço útil do disco rígido.

políticas da empresa, e o usuário que deseja acessar esses serviços deve pagar uma taxa; existem planos avulsos e planos mensais. As inscrições vão desde poucos dólares americanos até quantias um pouco mais expressivas. A OnlyFans não é o único serviço dessa espécie e existem outros concorrentes, com possibilidades e propostas muito semelhantes⁵⁹. Os conteúdos podem variar desde cursos e palestras a treinamentos físicos e conteúdos sexuais — este último, de interesse exclusivo para o escopo desse escrito.

Cada vez mais, é possível observar jovens homens e mulheres, de diversas orientações sexuais e variadas localidades do mundo, produzirem conteúdo erótico e pornográfico para comercializar neste tipo de rede. Normalmente, são compartilhados vídeos previamente gravados, *live cams*⁶⁰ e fotos — com teores que variam desde relações sexuais explícitas a atividades autoeróticas, como a masturbação, com ou sem o uso de acessórios sexuais. Ainda, neste *site*, é possível que o produtor de conteúdo peça “mimos” para seu público cativo. Os assinantes podem enviar *tips*⁶¹ ou até *gifts*⁶² que constam em listas públicas de *sites* como Amazon e Ebay, as conhecidas *wishlists*⁶³ (listas essas, feitas pelos próprios conteudistas). Como agradecimento, o contemplado proporciona algum tipo de recompensa para seu *sponsor*⁶⁴. Em determinados casos, vídeos sob encomenda podem ser solicitados por um valor específico e negociável, o que faz com que a OnlyFans, e esse tipo de serviço, seja uma plataforma que acolha, quase que em totalidade, um espectro muito amplo de fetiches específicos que vão além dos clássicos exibicionismo e voyeurismo. Apesar da pornografia ser facilmente achada gratuitamente na internet esse tipo de serviço vem crescendo e pode-se especular que seu sucesso reside em dois fatores fundamentais, talvez indissociáveis: a **personalização** e o **amadorismo**. A primeira parece complementar a segunda, no sentido de que o material é ofertado sob medida, acomodando inclinações particulares; o segundo é que o amadorismo dos vídeos fornece a sensação de realidade e intimidade para quem assiste — exatamente como se espiasse pelo buraco da fechadura — pois apela para a informalidade das situações sexuais. Como as fotografias e vídeos disponíveis na OnlyFans não são feitas em estúdios profissionais, sob iluminações intensas, direção e com múltiplas câmeras tecnológicas, o amadorismo dos vídeos evoca a realidade da vida, intensificando a experiência do consumidor

⁵⁹ Para fins de delimitação, deter-me-ei somente nesta plataforma por sua ampla repercussão midiática nos dias de hoje.

⁶⁰ Câmeras que transmitem ao vivo.

⁶¹ “Gorjetas”, em tradução livre do inglês.

⁶² “Presentes”, em tradução livre do inglês.

⁶³ “Lista de desejos”, em tradução livre do inglês.

⁶⁴ “Patrocinador”, em tradução livre do inglês.

final. Alguns produtores de conteúdo mais engajados nas suas produções dispõem de recursos e equipamentos para melhorar a qualidade de seu material (como iluminações e tripés), mas, não poucas vezes, somente um celular com uma boa câmera basta.

É interessante levantar a hipótese de que talvez seja nesta simplicidade, e na sugestão de intimidade, que resida o sucesso desta nova configuração de comercialização de conteúdo erótico e pornográfico. Essa ideia faz ainda mais sentido quando examinamos outra peculiaridade dentro deste meio: câmeras fixadas em dispositivos presos à cabeça, ou posicionadas na altura dos olhos de um dos participantes engajados em atividades sexuais, de modo a proporcionar uma visão sem a quarta parede, sugerindo que quem assiste ao vídeo é, na verdade, protagonista da cena. Esta técnica de cinegrafismo não é exclusiva de atividades pornô e tem vários nomes, normalmente significando a mesma coisa: *point of view shot*, também chamado de *POV shot*, *first-person shot* ou *subjective câmera*⁶⁵. Ainda, podem-se mencionar os dispositivos sexuais que os assinantes podem ter interação, como vibradores e outras parafernalias sexuais; esse precedente abre a possibilidade de uma real interação entre os sujeitos da cena, na qual as consequências da deliberação de um pode incidir sobre o outro⁶⁶. Neste diapasão, o *prêt-à-porter*⁶⁷ da rentável indústria pornográfica parece estar no começo de sua decadência; tanto que é possível observar atrizes e atores pornôs conhecidos que estão migrando para essa nova tecnologia — na qual, provavelmente, não encontram cláusulas abusivas de contrato, diretores manipuladores, burocracia, drogas e cafetinagem.

BREVES PRECEDENTES ANÁLOGOS, ANALÓGICOS E VOYEURÍSTICOS

Se retrocedermos alguns poucos anos, especialmente até antes do advento da internet, veremos que o precursor de plataformas como a OnlyFans era uma atividade denominada por outro anglicismo: o *peepshow*. Nesta modalidade, popular até a possibilidade de acesso a aparelhos de videocassete para uso particular, um estabelecimento especializado oferecia uma série de serviços de entretenimento sexual e voyeurístico, que poderiam englobar a projeção de vídeos em pequenos auditórios, a reprodução de vídeos em cabines privadas, shows de sexo ao vivo em um palco, shows individuais de sexo ou *striptease*⁶⁸ — assistidos através de uma vitrine em um pequeno cubículo e por um tempo determinado — e, possivelmente, uma série de outras atividades. Esse tipo de estabelecimento icônico, com fachadas coloridas e letreiros luminosos,

⁶⁵ Em ordem: “tomada em ponto e vista”, tomada em primeira pessoa” e “câmera subjetiva”, em inglês.

⁶⁶ São dispositivos que, de alguma forma, o usuário pode conectar-se remotamente e regular intensidade, movimentos, vibrações, etc.

⁶⁷ “Pronto para levar”, em tradução livre do francês.

⁶⁸ Palavra em inglês que caracteriza o ato de tirar a roupa de uma forma provocativa ou sensual.

resta imortalizado em filmes das décadas de 70 a 90, ainda existindo em algumas partes do mundo, como em Amsterdam, Holanda, onde, no famoso distrito da luz vermelha (De Wallen), existe uma peculiar variação do estilo *peepshow* em que as vitrines de modelos são vistas diretamente da rua. Na Holanda a prostituição é legal em bordéis e casas especializadas; a situação é oposta no caso da prostituição de rua. Pela lógica desta situação, a exposição dos corpos das pessoas nas vitrines oferece uma espécie de amostra grátis do seu conteúdo — exatamente como na degustação de um produto —, produzindo interesse de possíveis clientes. Nesta mesma esteira associativa, observamos um paralelismo interessante. É possível perceber um *modus operandi* muito recorrente, usado pela maioria dos produtores de conteúdo para capitanear a atenção de audiência no meio virtual (mas não só neste): é o que eu chamaria de *sistema de isca*. Os modelos possuem perfis abertos e reais na maioria das redes sociais mais conhecidas. Estes perfis são alimentados, periodicamente, com fotografias de ordens diversas (inclusive com insinuando sensualidade) e vídeos semelhantes, mas não explícitos, e são usados como chamariz para divulgar a conta da OnlyFans, cujo *link*⁶⁹ fica evidenciado no campo da biografia do dono ou dona do perfil, onde está disponível, mediante pagamento, o desejado conteúdo explícito. A rede social faz o papel de vitrine, distrito da luz vermelha, enquanto a OnlyFans é o quarto onde ocorrem as atividades do desejo.

PROVOCANDO O INTERESSE: A COBIÇA E O DISCURSO CAPITALISTA

Realizando uma breve digressão, Hannibal Lecter, personagem fictício escrito por Thomas Harris (e imortalizado primorosamente no cinema pelos atores Anthony Hopkins e Mads Mikkelsen), tem uma citação especialmente pertinente para a nossa discussão. No livro *O silêncio dos inocentes*⁷⁰ (1988), Clarice Starling⁷¹, uma jovem e competente agente do FBI, em treinamento, tem uma discussão com o já encarcerado Dr. Lecter, que tenta colaborar, de forma parcimonial, na resolução de uma série de assassinatos cometidos por um criminoso brutal e misógino, chamado pela mídia de *Buffalo Bill*, que esfolava suas vítimas para confeccionar, com pele humana, com um traje feminino para si — realizando seu fetiche de “ser mulher”⁷², ou melhor, de ter um corpo feminino.

⁶⁹ “Endereço” ou “elo virtual” de um local onde algo está hospedado na internet.

⁷⁰ “*The Silence of the Lambs*”, tradução minha.

⁷¹ No cinema interpretada por Jodie Foster e Julianne Moore.

⁷² Friso aqui que esta é a premissa do filme e do livro. Não é minha intenção ofender transexuais e transgêneros, até porque, mesmo nestas obras literárias e cinematográficas citadas, Buffalo Bill não é um caso de real *transsexualidade* — algo que o próprio Hannibal afirma para Clarice, em seus encontros.

- [...] De fato, ele cobiça ser a própria coisa que você é. Está na natureza dele cobiçar. E como começamos a cobiçar, Clarice? Você procura coisas para cobiçar? Faça um esforço para responder.

- Não, nós apenas...

- Não. Precisamente isso. Nós começamos a cobiçar o que vemos todos os dias. Não sente olhos movendo sob você todos os dias, Clarice? Em encontros aleatórios? Eu mal posso conceber que não. E os seus olhos não se movem sob coisas?⁷³ [...] (HARRIS, 1988, tradução minha).

O desejo humano segue por meandros obscuros e primitivos, aos quais não temos acesso e que está sujeito a processos inconscientes, dos quais somente temos uma noção indireta e vaga por meio de sonhos, chistes e atos falhos⁷⁴. O sujeito que se analisa psicanaliticamente consegue vislumbrar um pouco mais claramente algumas opções que se encontram a sua frente e orienta-se, ou melhor, desloca-se dentro de determinadas possibilidades. À guisa da explicação do personagem fictício, cobiçamos o que vemos; cobiçamos o que vemos todos os dias. Desejamos o que vemos e o que faz parte, ou passa a fazer parte, de nosso mundo. Tratando-se de sexo, falamos de uma potência ainda maior. Essa ordem causal proposta pelo Dr. Lecter não está distante da realidade do que enfrentamos em nossas vidas, diante das demandas do mundo atual — e no fato de que, muitas vezes, consumimos algo que também queremos ser. Pessoas de mais idade consumindo o corpo de jovens, pessoas de poucos recursos financeiros consumindo o estilo de vida de milionários, um tipo de discurso consumindo a sanidade de uma civilização e um sistema consumindo vidas.

Na lógica capitalista, temos nossas necessidades mais básicas identificadas e, por meio de recursos de propaganda, usadas contra nós. Além disso, neste sistema, criam-se mecanismos pelos quais os donos de negócios conseguem não só criar necessidades artificiais, mas também controlá-las. A ética nesses casos é tão deficitária e a propaganda tão eficiente que somos induzidos ao consumo de coisas que não só não queremos, mas que também não necessariamente precisamos, como, por exemplo, bens de luxo; algo exclusivamente reservado a determinada classe social, que só essa classe tem fácil acesso e que está envolvido em determinado *status* que se refere àquela classe⁷⁵.

Retomando o ponto anterior e seguindo a tessitura fundamental desta discussão, mesmo tratando-se de usuários de redes sociais que não oferecem exposição de conteúdo sexual

⁷³ “[...] *In fact, he covets being the very thing you are. It's his nature to covet. How do we begin to covet, Clarice? Do we seek out things to covet? Make an effort at an answer.*” “*No. We just---*” “*No. Precisely so. We begin by coveting what we see every day. Don't you feel eyes moving over you every day, Clarice, in chance encounters? I hardly see how you could not. And don't your eyes move over things?*”, tradução minha.

⁷⁴ A partir de uma perspectiva psicanalítica.

⁷⁵ Em exemplos extremamente simplificados vemos: carros populares e carros de luxo levam ao mesmo lugar. Bolsas de luxo e bolsas baratas cumprem a mesma função, canetas simples escrevem como canetas caras, etc.

mediante pagamento⁷⁶, podemos notar um apagamento significativo entre as fronteiras do público e do privado⁷⁷ — algo que abordo em um artigo já publicado⁷⁸. Gradativamente, a superexposição passou a ser a regra, não a exceção, e temos nos deparado com situações inusitadas, em que perfis públicos de usuários ostentam fotos com fortes insinuações sexuais — por vezes, propagandeando algum produto. Também, não poucas vezes, vemos fotos de nosso médico seminudo e com um estetoscópio ao redor do pescoço; na postagem ao lado, ele informa que está com a agenda de pacientes abertas. Uso este exemplo para ilustrar que até mesmo perfis de profissionais de áreas diversas mesclam ora conteúdos profissionais, ora conteúdos que poderiam ser considerados de intimidade; atraindo, por via do apelo à sexualidade, não só mais atenção, mas mais clientes. Talvez esse apagamento de bordas gere as condições perfeitas para o próximo passo — o da exibição completa; algo que efetivamente ocorre no caso da OnlyFans. A situação é agravada para níveis preocupantes quando grandes empresas, visando o lucro, usam a imagem dessas pessoas, que acumulam milhares e até milhões de seguidores. Estamos situados em uma época opaca, em que influenciar digitalmente os demais é uma profissão e ela não requer nenhum requisito excepcional para sê-lo, bastando, na maioria dos casos, ser jovem, bonito(a) e estar disponível a tirar quase toda a roupa nas redes sociais — alimentando uma máquina que divide, a grosso modo, em três fatias esses usuários: os que se expõem e são consumidos e reduzidos a produtos (os exibicionistas), os anônimos que consomem e desejam esses produtos (os *voyeurs*) e os que acham isso tudo muito estranho e tentam olhar de alguma forma crítica, não podendo, no entanto, deixar de achar tudo muito instável e volúvel.

Tecendo essas críticas, não pretendo moralizar o assunto em nome de supostas pautas de bons costumes, como já disse. Não objetivo ser superegóico para dizer o que se pode ou não se pode ser feito; tampouco tenho a pretensão de condenar os usuários e produtores de conteúdos dessas plataformas estilo OnlyFans, ou mesmo os usuários regulares de redes

⁷⁶ Entenda-se aqui, usuários de redes sociais que não têm fins lucrativos com seus perfis em redes sociais e somente estão ali por estar.

⁷⁷ Sobre fronteiras entre público e privado, refiro-me aqui a **questões psíquicas**; o bordeamento do que é vivência e realidade psíquica e o que está fora, no mundo. Posso estender o exemplo também, afirmando que me refiro ao íntimo (do corpo) e ao público (tudo que está fora do corpo ou da esfera da intimidade). **Não me refiro à discussão sobre domínio ético e político do público e do privado.**

⁷⁸ Cf. BRANDES, A. B. Capitalismo, consumo, sexo e poder – a perfeita venda casada: reflexões sobre o comportamento de profissionais da saúde mental em redes sociais. In: YANA, L.; MARTINEZ, L. **Mídias, intermídias e transmídias**: os diálogos e as transformações das últimas quatro décadas. Campo Grande: Editora Inovar, 2021. 110p. DOI: 10.36926/editorainovar-978-65-86212-64-8 Disponível em: <https://www.editorainovar.com.br/files/200000764-e1f35e1f37/Livro%20M%C3%8DDIAS,%20INTERM%C3%8DDIAS%20E%20TRANSM%C3%8DDIAS.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

virtuais. Objetivo, sim, demonstrar que o conteúdo das primeiras linhas desse escrito evidenciam as consequências mais explícitas da colonização e da lógica do pensamento capitalista — não só na forma como expressamos nossa sexualidade, mas também em como o sustentamos **e de como nos encontramos com o outro**. Não quero tratar de uma forma simplista, ou maniqueísta, o que vou afirmar, mas compreendo que a precarização de oportunidades de desenvolvimento educacional (para pensar claramente, de um ponto de vista crítico, ou seja, filosófico) e laborais (para ter uma profissão rentável e que não mate o indivíduo de trabalhar somente para sobreviver, em intermináveis jornadas de trabalho), são pilares fundamentais para a qualidade de vida de toda e qualquer sociedade. Desta forma, não são passíveis de qualquer condenação ou censura os usuários e produtores de conteúdo que usam plataformas do estilo OnlyFans, pois são pessoas que lançam mão do que podem para sobreviver ou complementar suas rendas. Rodrigues (2018, p. 139-140) nos evidencia que:

A profissionalização amadora de mulheres, homens, trans, casais, etc., nas *live cams* constitui no interior da rede social clandestina de tráfico sexual a mais acentuada dimensão reificada das relações sexuais alcançada na sociedade contemporânea, e um dos traços ideológicos segundo os quais se expressam o capitalismo sob hegemonia neoliberal. A manipulação bordada por essa rede social/sexual de tele trabalho domina a circulação e o consumo, articulando e induzindo comportamentos que penetram na consciência dos agentes sociais como um todo; o amadorismo acaba por se tornar “profissão” numa cotidianidade administrada em um difuso terrorismo psicossocial das manifestações anímicas nas representações libidinais, cuja máscara fetichista que assume autonomia entre os sujeitos esconde a veracidade alcançada pelo capital como entidade patriarcal sugadora de trabalho vivo plenamente espetacular [...]

A citação abre caminho para tratarmos sobre os donos desses empreendimentos milionários; cuja situação é outra. São pessoas pertencentes a uma elite burguesa extremamente privilegiada, universitariamente educada e normalmente pertencente a classes sociais altas, que têm acesso à educação, a recursos financeiros e que exploram à exaustão a mão de obra de outrem; uma classe essencialmente rica. Aproveitando a menção da palavra *burguesa* e a questão da exploração da mão de obra por parte de uma elite, detentora dos meios de produção, os próprios Marx e Engels consideravam o sistema capitalista como estruturalmente falho e baseado em um modelo que pouco diferia do sistema feudal: em que uma elite detentora dos meios de produção e do capital explorava um proletariado que precisava vender sua mão de obra — ou força de trabalho — para subsistência (no sentido de sobrevivência). A precarização das estruturas de trabalhistas e da precarização das próprias condições laborais chegam ao ponto de já existir, hoje, um neologismo, no Brasil, usado informalmente para esse fenômeno: a *uberização* do trabalho. Nesta configuração de situação, uma empresa reúne remotamente um séquito de funcionários, que não são funcionários formais e não gozam de quaisquer direitos trabalhistas, para trabalhar para ela. Essas pessoas, empurradas à informalidade, submetem-se

a jornadas exaustivas de trabalho bruto, gerando lucro bruto, enquanto a direção da empresa enriquece por ter participação de lucro por cada serviço prestado pelo trabalhado informal que a serve — e do qual ela pode se desfazer a qualquer momento sem qualquer respaldo legal. O discurso vigente torna o *empreendedorismo* a palavra da vez; essa palavra faz parte de uma engrenagem muito complexa.

Visto que a cultura tem peso formativo em nossa personalidade, que não temos como fugir dela e que somos fortemente influenciados por comportamento de massa — além do fato de que essa palavra é repetida e defendida em diversos meios — talvez a isso que se atêm os jovens que criam perfis em plataformas de conteúdo íntimo. Incautos, inclusive das consequências futuras de suas ações, possivelmente creem que estão empreendendo e criando mecanismos para complementar a renda — visto a precarização do trabalho em nível global e das complicações econômicas ocasionadas pela pandemia da covid-19 — mas que já cambaleavam desde antes desta. São pessoas empurradas rumo a situações precárias e de informalidade por um discurso (e um sistema) nocivo e que podem não estar completamente conscientes do que fazem — tornando-se objetos e consumo⁷⁹. Corroborando esta constatação:

Trabalho precário, informal, reduto do desemprego estrutural, que se apresenta como tal: o capital valorizado em tempo real por amadores/empreendedores sexuais. Nesta ótica, a formulação sobre o fetichismo da mercadoria deixa de se restringir aos mistérios singulares da mercantilização dos corpos, presentes em cada seção particularizada da plataforma virtualizada da indústria pornográfica, para se colocarem como o recurso heurístico do mistério universal da sociabilidade indireta da relação sexual, que é expressa nos tele trabalhos das *live cams* (RODRIGUES, 2018, p. 140).

Proliferam em redes sociais, principalmente as que hospedam vídeos, tutoriais de como empreender, de como alcançar sucesso financeiro e uma série de venda de ilusões, criadas por pessoas com intenções obscuras e que têm o lucro do seu negócio justamente na venda desses cursos; que se traduz, ao fim, em venda de esperança. A quantidade de livros de temáticas que orbitam enriquecer rápido é assustadora e ocupa vastas ilhas nas livrarias; outro indicativo de como essas ilusões vendem — e vendem bem, sendo um mercado promissor. Neste mesmo diapasão, existe uma enorme distância entre o empreendimento financeiro de um membro de família de classe média/alta e o membro de uma família de classe baixa. Aí entra o discurso da meritocracia dos privilegiados, falaciosamente querendo equiparar os esforços do primeiro e do

⁷⁹ Aqui não implico, necessariamente, uma definição fixa de “boa vida”; isso seria um enorme empreendimento em um ensaio tão pequeno. Simplifico afirmando que as condições mais fundamentais para uma vida digna, em que o sujeito inserido no pacto social possa gozar de atividades ociosas, para além do trabalho exaustivo, sejam fornecidas/alicerçadas por garantias ou seguridades sociais que procurem diminuir as desigualdades sociais — garantindo saúde, educação e alimento para a população.

segundo, como se fatores educacionais, raciais, de gênero e sexuais não importassem nessa conta, cujo resultado não é de uma matemática exata. Para complicar esse diagnóstico, o desigual sistema vigente age baseado na desinformação e na falta de consciência de classe — retirando a formação educativa que justamente lançaria luz sobre os problemas sociais. A partir daí, vemos empregados precarizados defendendo empresas exploradoras, funcionários públicos militando pelo fim do funcionalismo público e estudantes querendo cercear professores e a própria transmissão do conhecimento. Seria menos triste se isso, de fato, fosse uma anedota, mas se trata da realidade instaurada não só em nível de Brasil, mas de mundo. Uma onda de neoconservadorismo, intolerância religiosa e xenofobia estão entranhadas no tecido social de diversas nações, mesmo nas mais antigas e desenvolvidas. Essas séries de constatações problemáticas estão consoantes com a marcha individualizadora da sociedade e com uma grande fatia ideológica de classe média e alta, que defende um Estado minimamente interventor.

A mentira da meritocracia, em que uma pessoa é inteiramente responsável pelo seu sucesso ou fracasso na vida, é outro fator a ser considerado; como se sob o sujeito não incidisse forças completamente independentes da sua vontade. A lógica falaciosa do empreendedorismo não transforma empregado em “dono da sua autonomia”, mas fomenta a autoexploração e constitui um mecanismo perverso, que prende o sujeito trabalhador a uma atuação laboral precarizada, sem mínimas garantias de estabilidade, informal e sem benefícios conquistados por processos históricos e sindicais. Os discursos empresariais hegemônicos, principalmente na iniciativa privada, são recheados de ideologias oriundas de idiossincrasias estadunidenses⁸⁰, adocedoras, e têm o despautério de chamar o trabalhador assalariado de “colaborador” — objetivando descaracterizar, e vilipendiar, o próprio íntimo da atividade assalariada, pois descaracterizando-a, altera-se a própria estrutura e definição dessa atividade. Em um Estado indiferente às necessidades básicas de seus cidadãos, como saúde educação, moradia e alimentação, só quem tem acesso a esses serviços é a fatia da população que tem condições de pagar por eles. O empreendedorismo e a meritocracia são discursos que vêm para reforçar que, se o cidadão que não conseguiu colocar-se no mercado de trabalho, ele que é culpado por seus infortúnios.

⁸⁰ “Trabalhar, trabalhar, trabalhar.”, “Trabalhar enquanto os demais dormem.”, etc.

DISCUSSÃO

Serviços sexuais em troca de dinheiro não é uma prática nova na História da humanidade. Registros históricos apontam que profissionais do sexo existem desde a Antiguidade, atravessando milênios, variando conforme civilizações e alternando entre distintos objetivos, posições e *status*. Parece-me particularmente problemático determinar se a atividade de exibição sexual em plataformas virtuais (como a que vemos no caso da OnlyFans) caracterizaria *prostituição*, no sentido estrito da palavra, ou qualquer outra coisa nova. Mas mais do que rotular essa atividade — o que não interessa nesta esta discussão — quero chamar a atenção para o indicativo do que essa sintomatologia pode significar e como ela está em plena consonância, não só com o nosso desenvolvimento tecnológico, em termos de civilização, mas com a lógica de exploração capitalista — que ocasiona a inevitável autoexploração, dados os abismos e as desigualdades sociais, sem que o sujeito se dê conta. Mais além, as mídias, e seus idealizadores, parecem criar todas as condições para que a sexualidade seja cooptada e mercantilizada, visando o máximo de lucro que o ser humano pode dar; ser humano esse que tem todos os aspectos de sua vida passíveis de serem transformados em dinheiro.

As redes sociais são, antes de qualquer coisa, veículos de anúncios para venda de mercadorias. Atualmente, é sabido que essas redes coletam dados dos usuários, os categorizam em grupos e perfis, que são manipulados por precisas inteligências artificiais, e os usam para aperfeiçoar campanhas de vendas de produtos dos anunciantes. Estes anunciantes variam desde potências empresariais a nível global até pequenos negócios locais. O mais irônico da situação toda é que, em muitas vezes, os dados disponibilizados na internet são feitos por livre e espontânea vontade, quando o usuário, incauto, preenche campos do seu perfil, posta fotos, realiza pequenos testes e outras atividades aparentemente inocentes. O comportamento do usuário das redes sociais é medido, inclusive, por meio do tempo que ele visualiza postagens e, principalmente, por meio do que ele marca como “curtido”. Escândalos recentes envolvendo a empresa Cambridge Analytica (também sediada no Reino Unido, como o HQ⁸¹ da OnlyFans) vieram a público quando ex-funcionários⁸² denunciaram que os indivíduos por trás da engenharia do Facebook coletavam dados dos usuários e estavam envolvidos em atividades que, não só influenciaram as eleições estadunidenses, quando da ocasião da vitória de Donald Trump e a questão do Brexit, mas também estariam usando suas tecnologias para criar

⁸¹ “*Headquarters*”, em tradução livre do inglês.

⁸² Detratores das empresas que fizeram parte e que agora que denunciam o que ajudaram a criar. O termo em inglês para eles é *whistleblowers*, palavra que, traduzida literalmente do inglês, seria “assoprador de apito”, mas que equivaleria à expressão em língua portuguesa “botar a boca no trombone”.

necessidades artificiais nos usuários. Algoritmos computacionais criariam as situações virtuais para reter o usuário mais tempo nas redes, expondo-os a mais anúncios de empresas e fomentando o comportamento de consumo.

Vemos, portanto, que existe um esforço corporativo para que os internautas sejam expostos à maior quantidade de estímulos que possam resultar, ao fim, em lucro. Não é diferente, em absoluto, com o que ocorre com plataformas em que pessoas expõem suas intimidades e sua vida cotidiana. Neste último caso, em particular, normalmente as empresas inserem seus produtos no contexto do influenciador digital, os patrocinando por meio de “parcerias pagas”. Não fica muito distante de quando vemos uma marca famosa aparecendo em evidência em um filme ou em uma telenovela exibida em horário nobre. O apelo à sexualidade para estimular a venda, no entanto, está chegando a níveis que forçam as fronteiras do óbvio e do evidente. Posso citar um exemplo verídico de um popular *digital influencer*⁸³ que, patrocinado por uma famosa empresa de barbeadores masculinos, postou uma foto na sua página pessoal com o corpo inteiro depilado pelo aparelho anunciado. Não parando por aí, ele, apenas de cueca boxer, segura o aparelho de barbear, ironicamente de formato fálico, próximo à altura dos genitais, onde se nota uma “quase ereção”, colocada em paralelo com o aparelho de depilação⁸⁴. É neste ponto, primitivo, sexual e voyeurístico que o capitalismo está invadindo e colonizando com o advento das grandes redes sociais. Não há qualquer problema na equação *voyeur* x exibicionista em uma relação consensual e, principalmente, consciente. O problema é quando isso se torna a regra de modalidade relacional e estes mecanismos primitivos são usados com a intenção de implementar vendas e criar necessidades artificiais nos seres humanos — muitas vezes, usando campanhas de *marketing* que lançam mão de mensagens subliminares.

Adentrando a questão da mercadoria e a questão marxista, ponto pivotante desta discussão, em *O Capital* (2013), Marx começa sua discussão delimitando o tópico da mercadoria. Ele aponta que:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013 p. 157).

⁸³ “Influenciador digital”, em tradução livre do inglês.

⁸⁴ Não citarei fontes, por questões éticas. Especialmente porque esta é uma observação que foi feita por mim e não fora veiculada em nenhuma matéria ou reportagem.

Portanto, não importa qual é a necessidade que a mercadoria está satisfazendo. Ele usa o exemplo do estômago para ilustrar ordem de itens de necessidades básicas de subsistência (manutenção da vida) ou materiais de ordem imaginária, em que podemos incluir todas as coisas artificiais (talvez até, supérfluas, como o luxo) do mundo, que julgamos, ou cobiçamos, para que possamos conceber-nos como seres satisfeitos; a questão do estômago ou da imaginação, no entanto, não diferem ente si, pois devemos analisar a pertinente advertência de Rodrigues (2018), que afirma que:

[...] o objeto de análise de Marx é *a forma mercadoria do produto do trabalho*, [sic] que procede precisamente deste modo, qual seja, tanto as mercadorias imaginárias, ou se quisermos, pornográficas, quanto as mercadorias comestíveis, guardam consigo uma forma substancial: **ambas são substâncias de valor**. Isto é, fazem parte de uma mesma conformação reificada de agenciamento dos **produtos do trabalho humano** no mercado. Embora sejamos tentados a concluir que haja certa diferença de grau entre uma mercadoria pornográfica e outra, na verdade ambas estão configuradas enquanto expressão de uma substância social nelas inscrita, pois por princípio resultam de trabalhos de mesmo tipo, quando postas em relação de troca. Ambas possuem valores, preços quantitativos que as igualam numa única determinação monetária e reconhecidamente social; **a forma dinheiro**. Estamos propriamente no centro da questão acerca do trabalho abstrato (p. 142, grifo do autor, grifo meu).

Nesta circunscrição, a questão do valor vem à baila. “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor?” (MARX, 2013, p. 161), ou, complexificando mais, no caso da exposição íntima do corpo humano, como atribuir um valor à mercadoria que é ofertada ao espectador? Na exibição íntima *on-line*, **qual é a mercadoria?** Ainda “A relação mais simples de valor é, evidentemente, a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria distinta dela, não importando qual seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, assim, a mais simples expressão de valor para uma mercadoria” (MARX, 2013, p. 173),

[...] da modalidade abstrata, sensivelmente suprassensível de intermediação dos produtos do trabalho humano em relação a seus preços de mercado. Mais exatamente, da forma indireta assumida pelos produtores na troca de seus produtos no mercado. Tanto faz se um pedaço de carne “vale” alguma coisa, ou se uma performance erótica “vale” outra, **no “mundo das mercadorias”, ambas são coágulos de trabalho humano concreto de tipo específico, qual seja, de trabalho objetivo e material que produz carne, quanto o trabalho de caráter sexual-virtual, que produz a performance sexual**. Proporcionalmente adequadas, tanto a mercadoria carne quanto a mercadoria erótica, encontram-se tipificadas por uma substância social que as iguala. Como tais, por outro lado, são produtos de trabalhos concretos que, porém, são conformados pela modalidade abstrata de redução a uma forma comum de dispêndio de trabalho humano, o trabalho abstrato. Na analítica de Marx, o trabalho abstrato só existe em razão do fato de a própria mercadoria possuir uma dupla configuração; a de valores de uso e a de valor e, como tal, ser produto de trabalho concreto de um tipo específico, e abstrato, no sentido de ser “igualado” a uma forma comum de valor. No caso em questão, não há espaço para incluir um problema moral nesta equiparação (RODRIGUES, 2018, p. 143-143, grifo meu).

Possivelmente seja neste ponto que entre a questão do fetiche da mercadoria. O sujeito que produz o conteúdo erótico, ou a mercadoria, não é soberano sobre o que produz — apesar de ter a falsa sensação de ser —, passando a ser dirigido pelo que produziu (ou gerou), “[...]desumanizando-se. Em outras palavras, o ser humano se torna objeto enquanto a mercadoria se torna sujeito [...] fazendo com que o explorado [...] [atribua] a si mesmo a ‘culpa’ por sua condição”⁸⁵ (PICCINATO, 2019, p. 40). Dito em outras palavras, apesar da exposição íntima *on-line* ser, de certa forma, uma relação entre pessoas, elas são vistas como relações econômicas entre o dinheiro que é pago para assistir o show e a *commodity*⁸⁶, que é o exibicionista, já objeto; aquela sexualidade paga já não pode mais ser pensada em termos subjetivos, mas algo que se crê ter um valor em si. Tornar a sexualidade humana em mercadoria abre precedentes preocupantes para o sujeito com o qual se importa a psicanálise: aquele que “[...] se constitui paulatinamente por meio das primeiras relações com seus primeiros cuidadores” (BRANDES, 2019, p. 114, tradução minha), que é atravessado pela linguagem⁸⁷ como elemento constituinte, dotado de realidade psíquica e que está inserido em uma cultura. Nós, profissionais da saúde mental, percebemos na prática clínica, sem qualquer dificuldade, as repercussões da objetificação dos sujeitos (mesmo o que se autobjetificam) sem se dar conta disso. Não obstante, um entretenimento sexual que é oferecido em plataformas como a OnlyFans não é somente um entretenimento: ele está circunscrito em um tempo, tem um conteúdo e, normalmente, segue uma agenda. É uma estrutura pensada, manipulativa e que busca ser normativa⁸⁸ quando dita tendências, modas e formas de se encontrar com o outro.

Outra questão que parece interessante de ser abordada é o sofrimento individual do sujeito contemporâneo, especialmente ante ao mal-estar que vivemos — mal-estar este próprio da condição humana, mas agravado por diversos mecanismos. Enquanto clínico, noto que as pessoas fazem todos os malabarismos possíveis para não se confrontarem com o divã do analista, pois ali, no silêncio ensurdecido da sessão, ela precisaria falar, ouvir e ouvir-se. Antes do psicólogo ou do psicanalista vem o desabafo público nos *blogs* da internet, a cartomante, os astros, o álcool, as drogas e os comportamentos objetificadores e os autodestrutivos; tudo para mitigar o sofrimento inenarrável. No entanto, mesmo o inenarrável pode ser colocado em palavras ou ressignificado, com tempo; porém, tempo é um problema, em uma sociedade

⁸⁵ Seja qual for essa culpa.

⁸⁶ “Objeto útil”, “mercadoria”, etc., em tradução livre do inglês.

⁸⁷ Linguagem por meio de uma perspectiva psicanalítica, não significando *língua* ou *fala*.

⁸⁸ A palavra *normativo*, aqui, aplico no sentido de tornar algo padrão ou padronizável. Não uso com conotações filosóficas, nas quais esta palavra tem grande peso e complicada definição.

imediatista, em que queremos tudo para o mais breve possível. Não só temos pressa, mas a solução também precisa ser rápida. Depressão e ansiedade parecem ser os males do nosso século, século este em que não existem muitas fronteiras, interditos, e pode-se, virtualmente, tudo. Uma analogia interessante é que na Europa de Freud a situação era oposta, de forma que o padecimento também era outro⁸⁹ (ocasionado pela repressão sexual). Parecemos ter saído de um oposto para o outro sem o menor senso crítico para ler esses eventos e tirar algum ensinamento deles. Nas redes sociais, diversas estruturas psíquicas encontram palco e audiência para suas atuações; novamente menciono a díade inescapável *voyeur* x exibicionista.

Não é qualquer inverdade afirmar que algumas redes sociais são um catálogo infundável de fetiches sexuais e que abrigam, visivelmente, todas as inclinações possíveis. Pelo seu alcance e seu funcionamento de vitrine, impulsiona, além do consumo de bens materiais, a exposição máxima dos corpos — que incentiva usuários a optarem por exhibir suas vidas, ou até suas intimidades, publicamente. Friso aqui, para o leitor e para a leitora, que não há nada de errado em ter um perfil em uma rede social, nem de postar fotos de vez em quando. Não há nada de errado em ver corpos e ter seus corpos vistos. O que muda são os objetivos. São os fatores que devem ser analisados. Não há nada de errado com a beleza da anatomia humana, mas há algo de muito errado quando isso é transformado em mercadoria e vendido por meio de mecanismos que a sequestra, sem a pessoa não dar-se conta, em uma espiral de autoexploração em que terceiros ganham lucros por seu trabalho; minha crítica é sobre uma estrutura de exploração da vulnerabilidade que leva ao que chamo de “fenômeno OnyFans”. Em psicanálise, existe uma conceitualização freudiana chamada “formação reativa” (*Reaktionsbildung*), na qual o sujeito, acometido de uma angústia (ou ansiedade, se preferirmos essa palavra) que lhe é insuportável e ameaçadora, transforma aquilo que não consegue lidar no seu oposto — agindo, normalmente, de forma exagerada ou pouco natural. Isto ocorre de forma inconsciente, de modo que não nos damos conta disto, exceto quando nos analisamos ou somos analistas. Ilustrando de uma forma mais clara: o indivíduo que odeia e deseja matar o indivíduo “X”, em vez de fazê-lo, passa a tratá-lo excessivamente bem (o excesso é um traço importante). “Daí as formações reativas, [...] fazem calar no grito da bondade os impulsos hostis” (VAHLE; CUNHA, 2011, p. 212). Desta mesma forma, o sujeito tímido que não se sente bom o suficiente, julgando-se pelos seus próprios critérios, busca o máximo de exposição para lidar com sua realidade psíquica e, logo, com sua fragilidade. Esta seria uma característica defensiva presente nas neuroses obsessivas;

89 A histeria, no caso.

fazer algo que vai na direção oposta ao que se deseja inconscientemente. O excesso é uma característica fundamental nas redes sociais, em que a exposição é elevada aos maiores patamares. É interessante notar, no escrito freudiano, que esse mecanismo é prevalente nas neuroses obsessivas, pois a compulsão à repetição é algo que vem nesta esteira; de forma que existe um movimento exponencial no grau de uso e de exposição nas redes: ela aumenta e só aumenta — quase como em uma típica adição.

Dito isso, não parece incoerente teorizar que os excessos (de exposição) cometidos por usuários não sejam mecanismos que eles lançam mão para lidar com suas próprias questões e com sua própria realidade psíquica. A pergunta que fica é: são seria melhor fazer isso durante a sessão de análise, em um espaço de sigilo? Nessa esteira de raciocínio, medos, inseguranças e ansiedades poderiam estar impulsionando, de forma paradoxal, pessoas em estado de sofrimento psíquico para essas plataformas em que elas, de forma inconsciente, atuam como podem para dar cabo de suas fragilidades. E pior, não estariam elas sendo exploradas em suas fragilidades por uma máquina e por um sistema?

CONCLUSÃO

A ascensão de plataformas como a OnlyFans⁹⁰ é apenas um sintoma de uma estrutura político-social adoentada; ele não chega a ser a ponta da lança, mas, seguramente, faz parte dela. A pandemia da covid-19 demonstrou, indubitavelmente, nossa dependência de tecnologias e de como instrumentos não são bons ou maus em si, se quisermos adotar uma ótica platônica: bons ou maus são os usos que fazemos deles. Discursos atuais, especialmente o capitalista, reeditado sob as facetas neoliberais, coloca o empregado como patrão, responsabilizando-o pelo sucesso ou fracasso profissional e jogando-o na fossa da informalidade e na instabilidade, impossibilitando-o de uma exequível prospecção de futuro. O desmonte de diversas garantias sociais empurra a fatia mais numerosa da população rumo à miséria financeira e intelectual (esta última, ao sucatear as oportunidades de ensino), perfazendo um sistema que se retroalimenta em conflitos de classes e ódios sociais. Com a precarização do fomento de atividades intelectuais, testemunhamos situações com a popularidade do terraplanismo, movimento antivacina e cidadãos aplaudindo os governos que lhe subtraem direitos — fruto direto da falta de educação e de consciência de classe. Os *slogans* neoliberais vigentes induzem a uma ilusão de individualidade e conservadorismo, ao melhor estilo Thatcher (1925-2013)⁹¹,

⁹⁰ Para disponibilizar serviços sexuais, especificamente.

⁹¹ Que apesar de conservadora, teve suas gestões marcadas por privatizações; além de conflitos raciais e com sindicatos.

e fazem o sujeito crer que cada um é responsável não só pelo seu sucesso, mas também pelo seu fracasso — como se, sobre o sujeito, não incidisse todo o peso de um sistema. Não só a subjetividade humana está sendo cooptada para fins de lucro, mas também a sexualidade — e isso vende maravilhosamente bem. Essa cooptação não é particularmente nova: já era usada em propagandas do passado — mas agora toma dimensões ainda mais insidiosas e amplas.

Isolados em nossas casas, exercemos nossas atividades sexuais também por meio de virtualidades, em que o encontro com o outro perde em qualidade e substância. A proposta da OnlyFans não é nova, tampouco exclusiva, como explicado nas linhas iniciais desse escrito, e remonta a velha proposta do *peepshow*. No entanto, parece um interessante motivo para reflexão o estímulo exibicionista ao qual o usuário-cidadão-sujeito-indivíduo⁹² desde século tem sido submetido — sem dar-se conta disso e vendo na naturalização da auto-objetificação e na sua própria transformação em mercadoria algo sem consequências.

Os seres humanos vêm tendo sua sexualidade sequestrada e usada para incentivar a venda e os padrões de consumo há muito tempo — basta lembrarmos nos comerciais de cerveja da década de 1980 ou das propagandas de cigarro que associavam sensualidade ao ato de fumar. Os antigos veículos de comunicação existem, mas o mundo virtual abriu novas barreiras para novas possibilidades. A desigualdade do sistema econômico aumenta os abismos de classes, empurrando uma fatia numerosa da população para o subtrabalho e para o trabalho informal, enquanto a educação sucateada forma de maneira deficitária, ou deixa de formar, cidadãos críticos e conscientes, aptos a pensar sobre como articular o conhecimento disponível.

Como animais passivos e esperando o abate, totalmente inconscientes de seu destino, espectadores parecem ignorar a vastidão do mundo real, descuidam das consequências da virtualidade na realidade e se rebelam, fervorosamente, quando alguém ousa questionar as suas formas de entretenimento — como em recentes casos da última edição do Big Brother Brasil (2021), em que pessoas que assistem a este tipo de programa se ofendem quando intelectuais e comentaristas criticaram este tipo de entretenimento, inteiramente baseado em situações artificialmente provocadas e em que absolutamente em nada contribuem para a sociedade, apesar do delicado verniz de suposta contribuição para causas de relevância social. Mais um

⁹² Cf. SPINK, M. J. P. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (orgs.) **Psicologia social e personalidade** [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 1-22. ISBN: 978-85-7982-057-1. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-03.pdf> Acesso em: 13 de abr. de 2021.

reflexo da sociedade do espetáculo⁹³, em que o que realmente importa é o que parece, não o que é. Temos aqui, leitor(a), uma política de mais de dois mil anos usada pelo Império Romano: o de fornecer distrações vulgares para o povo não ver as mazelas sociais, oferecendo o mínimo de comida para que não se revoltem e não descubram as proporções de sua própria força.

Os jovens, por sua vez, parecem estar encontrando virtualmente não só novas formas de expressar suas sexualidades, mas novas formas de encontro com o outro. Desta forma, parece que não só suas sexualidades encontram novas expressões em plataformas que fomentam (e estimulam) a nudez, mas também seus sofrimentos. Existem relatos de dificuldades em manter e estabelecer relacionamentos, possivelmente porque a forma de encontro com o outro é qualquer coisa hoje, menos um encontro — é algo mercantilizável; um objeto. Há algo de suspeito em quem precisa, constantemente, afirmar e reafirmar sua felicidade em fotos com largos sorrisos, viagens e demonstrações de vidas perfeitas. “Todo excesso pode esconder uma falta”, diz a frase de uso comum; isso não poderia estar mais próximo da verdade. Ainda mais quando observamos os altos índices de depressão, melancolia e ansiedades que adentram nossos consultórios, em uma geração que não só é totalmente avessa a qualquer desprazer, mas, ao mesmo tempo, estetas e arautos do hedonismo. Enquanto espécie, seguimos um comportamento de massa que é descrito por Freud em *Psicologia de grupo e a de análise do ego* (1920-1922), em que ele fala que tendemos a tomar decisões, quando em grupos, que não tomaríamos se estivéssemos sozinhos, especialmente quando a massa encontra algum tipo de referência, a qual pode servir de fundamento para a vazão das pulsões inconscientes. Curiosamente, muitos desses fenômenos ocorrem de forma inconsciente e, pelos veículos de comunicação, são manipulados de formas subliminares.

Retomando a digressão que propus sobre o livro *O silêncio dos inocentes* (1988), em seus encontros com o Dr. Lecter, Clarice lhe confia que em sua infância ela passou por uma situação traumática, na qual presenciou o abate dos cordeiros da primavera em um lar adotivo que ficava em um rancho. Em uma reação *quid pro quo*, Hannibal só revelava detalhes que poderiam solucionar o caso se a agente seguisse lhe contando fragmentos de sua infância. Clarice concorda e relata que, quando menina, acordou no meio de uma noite fria, ouvindo o grito dos cordeiros sendo abatidos e, compadecida, tentou salvar um, colocando-o debaixo do braço e correndo para longe da fazenda, sendo foi facilmente interceptada pelo rancheiro, logo em seguida. O Dr. Lecter pergunta o destino de seu cordeiro, ao que ela responde que ele foi

⁹³ Cf. DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

morto. Em um diapasão perversamente analítico, o médico então sugere, em tom interpretativo, que ela estaria trabalhando no caso do assassino de mulheres, Buffalo Bill, pois se ela salvasse a última vítima deste assassino, que se encontrava desaparecida e era filha de uma senadora dos Estados Unidos, os "cordeiros parariam de gritar"; Clarice assente. No livro, a partir de uma lógica inconsciente e analítica, Lecter poderia não estar equivocado sobre as forças que impeliam o trabalho de Starling — o problema era o seu tom sádico, licença poética da obra, é claro.

Plataformas como a OnlyFans parecem aproveitar-se da ingenuidade de pessoas que não estão muito cientes do que estão fazendo⁹⁴ e estão aproveitando o que profetizava Andy Warhol (1928-1987), já nos anos 60, quando afirmou que, no futuro, todo mundo teria seus minutos de fama (REQUENA, 2007) — o que seria chamado de “efeito de celebridade instantânea”. O que de certa forma acontece também nas redes sociais em que não ocorrem atividades sexuais explícitas. Nada mais sedutor para um anônimo do que encontrar dinheiro fácil ao oferecer algo cuja exposição não julga onerosa.

Retornando a esta conclusão, estariam os produtores de conteúdo, os cordeiros, cientes do futuro que os aguarda, ou melhor, das possíveis implicações futuras de suas ações presentes que desvelam, por moeda, algo da ordem da intimidade? Que “trauma”, ou dor, escondemos quando ostentamos publicamente algo que talvez seja o oposto do que realmente sentimos? Colonizados, invadidos e penetrados em praticamente todas as formas por um sistema insidioso, mas muito eficaz, qual voz parará de gritar quando o maior número de espectadores apertarem o botão *like*⁹⁵ ou quando a maior quantia de dinheiro for feita fazendo sexo ao vivo na OnlyFans?

A que preço pararão de gritar os cordeiros?

REFERÊNCIAS

BRANDES, A., B. *Meditations about the implications of the seventh Wittgensteinian Aphorism in the associative speech of the psychoanalytical subject: where of one cannot speak thereof one must (Really) be silent?* **Rev. Filosofia Univ. Costa Rica**, LVIII, n. 152, p. 143-150, set. - dez. 2019. ISSN: 0034-8252. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filosofia/article/download/43161/43426/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

⁹⁴ Devido a fatores já antes citados, como déficits educacionais e informativos, propositalmente causados por governos para manter determinado controle sobre o pensamento crítico dos indivíduos.

⁹⁵ “Gostar” ou, mais comumente, “curtir”, em tradução livre do inglês.

REQUENA, C. *Morto há 20 anos, Andy Warhol segue além dos '15 minutos de fama'*. G1. 22 de fev. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL6732-7084,00-MORTO+HA+ANOS+ANDY+WARHOL+SEGUE+ALEM+DOS+MINUTOS+DE+FAMA.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FREUD, S. **Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – v. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

HARRIS, T. *The Silence of the Lambs*. St. Martin's Press: New York, 1988.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PICCINATO, R. **Coleção arquivos da história: 40 fatos para entender o comunismo**. São Paulo, Editora Alto Astral, 2019.

RODRIGUES, V. C. F. **Fetichismo da mercadoria em tempo real: As novas morfologias laborais no universo pornográfico das tele trabalhadoras nas *live cams***. *Revista Ensaios*, v. 12, jan. – jun. 2018. ISSN 2175-0564. DOI: <https://doi.org/10.22409/re.v12i0.2914>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37236>. Acessado em: 01 abril de 2021.

VAHLE, M. A.; CUNHA, E. L. Matrizes clínicas e ética em Freud. *Psicologia Clínica*, v. 23, n. 1, p. 203-220, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000100013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 mar. 2021.

CAPÍTULO 20

MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS NORMAS DE GÊNERO VISITADOS POR ANGELA DAVIS E PATRÍCIA GALVÃO⁹⁶

DOI: 10.47402/ed.ep.c202147920110

Bianca Araci de Figueiredo, Doutoranda em Educação, UFSCar
Hylio Laganá Fernandes, Doutor em Educação, UNICAMP. Professor Associado, UFSCar

RESUMO

Esse trabalho faz uma discussão a respeito dos movimentos feministas, reconhecendo seus avanços e negligências em prol da transformação das normas sociais de gênero. O alicerce da discussão transita pelos estudos de Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe* e pela obra literária *Parque Industrial* de Patrícia Galvão. É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres por meio dos movimentos feministas, especialmente no tocante as normas de gênero. No entanto, história e literatura denunciam a marginalização dos interesses das mulheres pobres e negras que, transpassadas por identificações e diferenças, estiveram e estão à vivenciar opressões e silenciamento. E, portanto, exigem a constante oxigenação dos movimentos feministas.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos feministas, normas, mulheres, marginalização

MOVIMENTOS FEMINISTAS: OLHARES MULTIDIRECIONADO

Os movimentos feministas, como movimentos sociais organizados, conquistaram grandes avanços em prol do direito das mulheres ao longo das suas recentes histórias. Em diversos momentos é possível encontrar grupos que buscam, direta ou indiretamente, o fim da opressão das mulheres.

Partindo das ideias revolucionárias do iluminismo por buscas de direitos sociais e políticos, é apenas no século XIX que essa luta toma proporções de um movimento social organizado através do movimento sufragista, contexto em que fica escancarada a subjugação das mulheres no patriarcalismo, que não podiam ter atuação política. A primeira onda do feminismo se alastrou por diversos países ocidentais e deu voz à necessidade de transformação dos espaços e dos lugares socialmente ocupados em busca por autonomia das mulheres e em defesa dos seus interesses e direitos (COSTA, 2013; LOURO, 2014).

⁹⁶ Apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd, da Universidade Federal de São Carlos, *Campus Sorocaba*.

O movimento feminista surge no paradigma da mulher universal, e portanto, é revestido pelos interesses de mulheres brancas, ocidentais, de classe média. A multiplicidade das identidades femininas e das especificidades, de raça e classe, que atravessam as mulheres foram ignoradas pela perspectiva feminista clássica (DAVIS, 2016; GALVÃO, 1994) e o movimento se acomoda.

É na década de 1960 que o movimento ressurgiu influenciado pela publicação do livro “O segundo sexo,” de Simone de Beauvoir. Esse foi um período de grande revolta e mobilização contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, movimento estudantil na França e movimento hippie. Com o texto de Carol Hanish (1969), “O pessoal é político”, o movimento toma proporções maiores por conta da caracterização política das opressões vivenciadas no âmbito privado. Nesse momento iniciam as discussões teóricas sobre o conceito de gênero e a invisibilidade política e social sofrida por mulheres (COSTA, 2013; LOURO, 2014).

Durante os anos de 1970, os Estados Unidos vivenciam uma onda de publicações a respeito da escravidão e o debate se torna acalorado. Angela Davis explicita em sua obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016) o constante embate do movimento feminista branco com as questões escravagistas e denuncia a ausência de estudos sobre a mulher negra escrava. O movimento sufragista tomado pela perspectiva de Davis, se apresenta limitado perante as demandas das mulheres negras, hierarquizando as opressões e propagando discursos racistas.

No Brasil, em 1933, a feminista e comunista Patrícia Galvão publica seu livro, um romance proletário impregnado de críticas sociais e política. Ainda que muito criticado por sua forma e escrita, que denota características de transição do modernismo e marcas do cinema russo, *Parque Industrial* é um livro que denuncia a exploração do trabalho dos operários em um período industrial. Nas falas dos personagens, a autora faz duras críticas ao movimento feminista burguês, que ignora a condição da mulher trabalhadora e seus interesses sociais.

Os movimentos feministas reconfiguraram as noções de identidades, tornando-as dinâmicas e mais coerentes com a diversidade humana. Nessa perspectiva, gênero pode ser compreendido como uma construção histórica e social na qual o sujeito também é ativo na sua formação; desse modo a identidade de gênero é transformada em produto da atividade sociocultural e não segue, necessariamente, a pré-determinação biológica (LOURO, 2014).

NORMAS DE GÊNERO: UMA QUESTÃO DE RAÇA

A história do Movimento Feminista branco remonta a busca da subversão das representações paradigmáticas das normas sociais de gênero. Nos anos que precederam a

grande visibilidade do movimento feminista, final da década de 1960, as mulheres eram marcadas por estereótipos e exigências de um pensamento machista do início do século XIX. A mulher tinha sua educação limitada, era considerada inferior ao homem por sua condição física e sua função social se restringia à procriação e aos cuidados com o lar (SANTOS, SACRAMENTO, 2011).

Uma das principais aspirações das mulheres brancas de classe média foi, e ainda é, a desconstrução desses estereótipo da mulher como dona de casa, submissa, frágil, maternal e amável. A luta feminista se construiu visando a participação e discussão política da sua condição como ser social.

Gradativamente as mulheres brancas de classe média foram conquistando espaços fora do ambiente doméstico, alcançando trabalhos no mercado que eram do domínio exclusivo dos homens. A conquista de espaços aliada aos avanços teóricos permitiram as militantes e estudiosas maior visibilidade e a exigência das primeiras mudanças nas relações de gênero. Esses grupos de mulheres produziram registros sobre as desigualdades vivenciadas no cotidiano familiar, trabalhista, acadêmico e da sexualidade (LOURO, 2014).

Nesse cenário as reivindicações feministas passaram por dois períodos distintos, inicialmente buscou-se alcançar a igualdade social, política, educacional, jurídica e econômica para mulheres e homens. E, no segundo momento, a luta se transvestiu do reconhecimento político e jurídico da diferença e das identidades particulares. A intersecção de gênero, raça e classe (assim como outras categorias) passou a ser uma nova possibilidade para a luta das mulheres (BRANCO, 2008).

A experiência de ser mulher, daquilo que se compreende como mulher, é muito diversa, com necessidades e urgências marcadas por diversas outras categorias sociais, como as questões de raça e classe. E, ainda que sempre tenham existido mulheres brancas que transgrediam as normas e estereótipos sociais, elas eram marginalizadas. “As mulheres pobres que tinham a rua como uma das maneiras de manter seu sustento iam de encontro a muito do que era posto para a sociedade em relação à maneira como deveriam se portar” (SANTOS; SACRAMENTO, 2011, pág. 2), elas eram o grande exemplo que quebrava com os dogmas da mulher “ideal”, assim como as mulheres negras de um período escravocrata:

Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto

e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse a oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? (THUTH, 1851)⁹⁷

A busca das mulheres brancas de classe média por participação na vida pública por meio do trabalho não era compartilhada pelas mulheres negras. A condição de propriedade que era conferida aos negros no período escravagista atingia também às mulheres, elas eram tão exploradas como força de trabalho que “poderiam ser desprovidas de gênero”, assumindo trabalhos fora do espaço doméstico, frequentemente nas lavouras (DAVIS, 2016).

Enquanto as mulheres brancas enfrentavam as opressões de serem consideradas o “sexo frágil” e terem as suas vidas relegadas ao espaço privado, as mulheres negras enfrentavam as violências de terem a sua força de trabalho equiparada a dos homens negros, nas mesmas condições de açoites e castigos. Todavia, o gênero era, também, uma forma de coerção para as mulheres negras. As escravas eram, frequentemente, castigadas e exploradas por sua condição de mulher, por meio da violência sexual (DAVIS, 2016).

O estereótipo da mulher branca esteve intimamente relacionado ao casamento e a maternidade, carregando a marca da inferioridade por meio do afastamento do trabalho produtivo. Nesse aspecto é possível compreender a exigência das mulheres brancas por poder, igualdade e participação na vida pública. O movimento feminista foi importantíssimo para as mulheres brancas de classe média adquirirem direitos, espaço no mercado de trabalho e turvar as normas de gênero. Porém, o feminismo falhou em abarcar as diversas opressões e violências que as mulheres, especialmente as negras e pobres, vivenciavam.

As mulheres negras não estiveram em uma situação hierarquizada com os homens negros. Os estudos que mais se aproximaram de compreender a condição da mulher escrava na família revela uma “saudável igualdade sexual”. As opressões foram construídas tendo por base a questão racial (DAVIS, 2016).

Nem mesmo o papel social de mãe era atribuído as mulheres negras. Davis traz o histórico de que o papel dessas mulheres como reprodutoras só passou a ser valorizado durante a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava, no qual a mulher negra era cobiçada pelo seu potencial de ampliar a mão de obra. Portanto,

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho

⁹⁷ Discurso proferido como intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/19622962-0/E-nao-sou-uma-mulher>> Acesso em: 11 de setembro de 2017.

escrava. Elas eram ‘reprodutoras’ – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 19).

A relação simbólica da mulher negra com o trabalho doméstico difere muito daquele estabelecido para a mulher branca. Se para a mulher branca o trabalho doméstico representou o aprisionamento, para a mulher negra representava a resistência. No olhar de Angela Davis o espaço doméstico era o único lugar em que os negros podiam “vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos” (2016, p. 29). E nesse espaço as tarefas eram distribuídas de modo igualitário, sem a determinação de funções exclusivas para homens e mulheres. Diferente da mulher branca, a mulher negra não era diminuída por suas funções domésticas.

A questão que se destacava na vida doméstica nas senzalas é a da igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e não para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais (DAVIS, 2016, pág. 30).

Angela Davis apresenta o cenário da escravidão nos Estados Unidos da América, porém, com ressonância na construção das identidades das mulheres negras brasileiras, em decorrência da similaridade das opressões vivenciadas. A condição atual da população negra no Brasil reflete a história do período escravocrata, sendo marginalizada e tendo o racismo como estruturante das desigualdades sociais.

NORMAS DE GÊNERO: UMA QUESTÃO DE CLASSE

Existem grandes diferenças de classe no que é estipulado como apropriado e inapropriado para o comportamento das mulheres da classe popular e da classe média. Nessa perspectiva, ao interseccionar gênero e classe percebemos que a condição financeira das mulheres de classe popular, geralmente, está em desacordo com a feminilidade universal imposta histórica e culturalmente às mulheres: de submissão, trabalho doméstico e dedicação a maternidade. A necessidade de compor a renda familiar para a sobrevivência diária faz com que essas mulheres ingressem no mercado, muitas vezes sujeitas a trabalhos precários, insalubres e de baixa qualificação profissional (ANYON, 1990).

Por outro lado, para as mulheres que provêm de famílias de classe média alta existe grandes investimentos escolares e acadêmicos, para que se transformem em profissionais de sucesso e com carreiras estabelecidas. Também é esperado que o desenvolvimento profissional aconteça antes da maternidade, de modo que a mulher de classe média sofre a pressão social para contrair matrimônio e desempenhar as funções de mãe e dona de casa, logo após a conclusão da universidade (ANYON, 1990).

Se para as mulheres de classe média e alta a maternidade foi construída como uma norma de gênero fundamental, para as mulheres operárias a maternidade foi uma reivindicação de melhores condições de trabalho para a classe.

- Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical!
À voz da verdade, todos se agitam nos bancos duros. A sala toda sua. (GALVÃO, 1994, pág. 30)

Nos anos de 1950 e 1960, apesar dos movimentos feministas e da participação das operárias nas indústrias, a imagem da mulher continuava a ser veiculada como dona de casa, dócil e meiga, mas agora pintada em um arcabouço de sensualidade. Eram traçados perfis de como uma mulher deveria se comportar, de modo a ensinar as garotas a se espelharem em “mulheres de verdade” (MIGUEL; TONELLI; 2008).

Caso não estudasse nem trabalhasse, “tendo o privilégio de cuidar da casa”, deveria aproveitar e se preparar para ser uma dona de casa exemplar quando se casasse, mas, se não tivesse tempo para se ocupar da casa, deveria ao menos saber “preparar um bolo, um creme aveludado e um ou dois coquetéis a fim de poder dizer que possui algumas especialidades nesse campo”. Deveria praticar esportes, mas sem exagero, já que um futuro marido preferiria saber que a noiva fala vários idiomas ou sabe cuidar de casa em lugar de ser campeã em algum esporte. Ela não deveria falar muito alto, deveria estar bem arrumada, usar pouca maquiagem, usar bons perfumes e “tratar de não flertar demais”. Ou seja, “deverá representar a imagem da verdadeira mulher de nosso século: agradável, compreensiva e antes de tudo ser mulher! (MIGUEL; TONELLI, 2008, pág. 174).

Os estereótipos do que significava ser uma “mulher de verdade” foram muito influenciados pelos dogmas da igreja, nos quais a mulher deveria ser calma, paciente, compreensiva; ou seja, domada *por e para* o seu marido. Havia uma única forma apropriada de ser mulher, as particularidades que perpassam os sujeitos eram desconsideradas.

A industrialização crescente fez com que as mulheres pobres ingressassem cada vez mais no mercado de trabalho sofrendo e enfrentando as violências, abusos e explorações. Em meio aos discursos machistas de que o homem é o provedor, as mulheres recebiam menores salários que os homens para desempenharem a mesma função, fato que ainda se verifica na atualidade. O seu trabalho foi explorado com a justificativa de sua renda ser meramente complementar para a família (ALVES, 2015).

- O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!
- E as operárias?
- Essas são analfabetas. Excluídas por natureza.
O garçom do grande hotel tem um sorriso significativo. (GALVÃO, 1994, pág. 69)

Revestida da ideologia socialista, a obra literária de Patrícia Galvão – Pagu, Parque Industrial (1994), ainda que sem pretensões engajadas com os movimentos feministas, revela

sinais de preocupação da autora com as mulheres da classe operária, esquecidas pelo movimento feminista sufragista. A autora faz fortes críticas ao movimento feminista elitista da época, que não contemplava as demandas das mulheres operárias; “acorda com o alvoroço de mulheres entrando. São as emancipadas, as intelectuais e as feministas que a burguesia de São Paulo produz” (GALVÃO, 1994, pág. 68).

Patrícia Galvão denuncia em sua obra literária duas formas de exploração sofrida pelas mulheres operárias, por meio do trabalho e do sexo. As mulheres do contexto narrado são objetos de constante desejo e de humilhação: “Tenho que te dar uma notícia má. [...]. Acabam de me despedir da fábrica, sem uma explicação nem motivo. Porque me recusei a ir ao quarto do chefe” (GALVÃO, 1994, pág. 91). No texto são abordadas questões sobre o aborto, abuso sexual, prostituição e homossexualidade. Ou seja, é uma obra que transcende ao seu tempo, pois as mulheres ainda lutam por essas causas.

As relações de gênero estão em constante embate, recuos e avanços. Não se trata de uma forma de poder dominada e unicamente explorada pelos homens em uma linear e constante relação de poder-submissão. A existência do poder gera, também, o poder reacionário, uma busca por transformação das relações e dos lugares socialmente ocupados.

Com as ondas feministas e momentos de revoluções, as mulheres passaram a conquistar espaços políticos. Pela influência de ideias anarquistas e socialistas buscaram melhores condições de trabalho e salários. O feminismo trouxe novas perspectivas do que é política e poder, exigindo novas práticas e reestruturação das normas de gênero, a argumentação que justificava a desigualdade social entre homens e mulheres por conta de distinções biológicas já não podem, e nunca deveriam ter sido, usadas para a opressão da mulher (COSTA, 2013).

A partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, como o aumento da escolaridade entre as mulheres e o crescimento na participação no mercado de trabalho, as mulheres passam a se enxergar com maior independência e liberdade, o casamento já não é mais o principal sentido da vida das mulheres (MIGUEL; TONELLI, 2008).

É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres ao longo do século XX, melhorando sua condição. Porém, as desigualdades sociais que perpassam a condição das mulheres acabam por dificultar o reconhecimento e o exercício dos seus direitos.

Por outro lado, por meio da ampliação do acesso das mulheres a escola, lutas por direitos trabalhistas, movimentos negros e divulgação dos estudos feministas, a identidade da mulheres, que já não era única, passa a ser compreendida como plural, de modo a falarmos não mais em

“identidade feminina”, mas sim em “identidades femininas”, múltiplas, parciais e frequentemente incoerentes e fragmentadas, que se refazem a cada experiência cotidiana de ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raça e classe, como demonstra as obras de Angela Davis e de Patrícia Galvão, são categorias que perpassam a condição das mulheres, dando novos significados para suas experiências práticas do que é ser mulher e de como viver as normas de gênero. A grande diversidade que permeia as relações humanas produz e reproduz múltiplas e variadas formas de opressões; que por vezes foram ignoradas pelos movimentos feministas.

Se por um lado o movimento feminista organizado foi importante para a conquista das mulheres brancas de classe média e alta, por outro lado ele foi negligente com as mulheres operárias, de classe popular e frequentemente racista com as mulheres negras. Não compreendendo as particularidades que abarcam a condição dessas mulheres, o movimento feminista ignorou, por muito tempo, a existência de múltiplas identidades femininas.

É inegável que muitos direitos foram conquistados por meio dos movimentos feministas, especialmente no tocante as normas de gênero. No entanto, história e literatura denunciam a marginalização dos interesses das mulheres pobres e negras que, transpassadas por identificações e diferenças, estiveram e estão a vivenciar opressões e silenciamento. E, portanto, exigem a constante oxigenação dos movimentos feministas.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. A. Parque Industrial – as mulheres subversivas. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

ANYON, J. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias dos papéis sexuais. In: Cadernos de Pesquisa, 73. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1990.

BRANCO, P. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. *Julgar*, n. 4, 2008.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2013.

DAVIS, A. Y. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 244.

GALVÃO, P. *Parque Industrial*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDUFSCar, 1994. p. 104.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 184.

MIGUEL, R. B. P. TONELI, M. J. F. De “moça prendada” a “menina superpoderosa”: análise das seções de cartas de leitoras da revista Capricho (1954-2004). História Unisinos, São Leopoldo, RS, v. 12, n. 2, 2008. p. 168-179.

SANTOS, R. C.; SACRAMENTO, S. M. P. O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas. v. 5, n. 1. São Paulo: Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. 2011. p. 10.

CAPÍTULO 21

NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO E PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: AVANÇOS E POSSIBILIDADES

DOI: 10.47402/ed.ep.c202146021110

Bianca Araci de Figueiredo, Doutoranda em educação, UFSCar
Hylio Laganá Fernandes, Doutor em educação, UNICAMP. Professor Associado, UFSCar

RESUMO

Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, o mercado de trabalho passou por grandes transformações. A inserção e o crescimento da participação feminina foi uma das mudanças mais significativas ocorridas. Entretanto, em algumas atividades a presença das mulheres é rara e o enfrentamento de discriminações grande. Esse trabalho buscou discutir percepções de estudantes sobre diferentes possibilidades de carreiras para mulheres e homens e o papel que a disciplina Biologia pode cumprir na desconstrução dessa diferença. A pesquisa foi realizada com estudantes de 16 a 18 anos de uma escola periférica do interior de São Paulo. Observou-se que a aprendizagem cultural das normas de gênero impacta a vida profissional das mulheres através de restrições baseadas no sexo biológico.

PALAVRAS-CHAVE: mercado de trabalho, mulheres, normas de gênero, sexo.

PANORAMA: CONSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DAS MULHERES

Por meio da cultura, as sociedades ocidentais produzem símbolos e significados que norteiam os aspectos sociais da vida humana. Noções estereotipadas de mulher e homem, cada qual com características específicas e marcantes, delimitam possibilidades e impossibilidades para condutas, carreiras, desejos e perspectivas de futuro a partir do nascimento; ou seja, através do sexo biológico traçam-se destinos, oportunidades e consequentemente desigualdades (LOURO, 2014; HALL, 2011). Na escola a disciplina Biologia, ao apresentar a reprodução dos seres vivos (inclusive humanos) pautada no binarismo machos-fêmeas, com suas respectivas diferenças e atributos físicos, pode ser um fator a reforçar essa perspectiva.

Contudo, hoje, o que compreendemos como mulheres e homens está passando por transformações, muitas vezes sutis, mas que remontam um longo processo histórico de movimentos e lutas de resistência aos padrões culturais hegemônicos (COSTA, 2005). Similarmente, as mudanças paradigmáticas vêm, ao longo da história, modificando a relação das mulheres com o mercado de trabalho e as carreiras profissionais.

Com a consolidação mundial do sistema capitalista industrial e financeiro, no século XIX, o mercado de trabalho passou por grandes transformações, experimentando profundas modificações nos sistemas de produção e de capital. Nesse momento da história a mão de obra também foi sendo modificada, de modo que a inserção e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mudanças sociais mais significativas já ocorridas (PROBST, 2013; BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

No Brasil não foi diferente, gradativamente as mulheres foram conquistando espaços no mercado de trabalho e quebrando barreiras culturais para se tornarem economicamente ativas. Nesse novo contexto, alguns dispositivos legais trabalhistas foram criados para proteger as mulheres, de modo a evitar trabalhos insalubres, de longas jornadas e prejudiciais às mulheres grávidas. Entretanto, ainda que houvesse vestígios de proteção à mão de obra feminina, muitos abusos e explorações foram cometidos (PROBST, 2013).

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho elas passaram a exercer jornada dupla: no espaço público e no privado. Ou seja, depois do trabalho profissional ainda há o trabalho doméstico, realizado quase exclusivamente pelas mulheres, já que pela cultura hegemônica tradicional o cuidado com o lar é responsabilidade feminina. Há, portanto, a necessidade de conciliar o trabalho doméstico e profissional. Hirata e Kergoat (2007) denominam essa divisão de papéis como “modelo de conciliação”, no qual homens e mulheres seriam beneficiados por meio da reorganização das atividades cotidianas. Com base na cultura patriarcal predominante de que o homem é o provedor da família, as mulheres continuaram a ter o seu trabalho desvalorizado, recebendo salários inferiores (PROBST, 2013).

Por influência dos movimentos feministas da década de 1970, especialmente na França, o trabalho foi objeto de questionamento e crítica por parte das mulheres da época. A percepção de que o trabalho feminino até então realizado nos lares não era considerado “trabalho” e, portanto, não era fonte de prestígio, levou à necessidade de discutir a divisão sexual do trabalho. E como resultado,

[...] torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007, pág. 597).

Em prol da imagem da mulher amável e dedicada, o trabalho doméstico foi divulgado com a finalidade de atender as necessidades do marido e dos filhos, de modo que o prazer da mulher estava em agradá-los. Nunca o trabalho doméstico era realizado para a própria mulher. Uma das principais aspirações das mulheres brancas de classe média foi, e ainda é, a

desconstrução desse estereótipo da mulher como dona de casa, submissa, frágil, maternal e amável. A luta feminista se construiu visando a participação e discussão política da sua condição como ser social (MIGUEL; TONELLI, 2008; COSTA, 2005; LOURO, 2014).

Pouco a pouco, nos estudos de ciências sociais, os afazeres domésticos foram sendo caracterizados e conceituados como trabalho, surgindo então duas esferas: o trabalho doméstico e o trabalho profissional. Por meio dessa diferenciação, as reflexões teóricas sobre a divisão sexual do trabalho tomaram fôlego. Por outro lado, como alertam Hirata e Kergoat (2007), há um imenso abismo entre modelo e realidade social.

No “modelo de conciliação” busca-se a divisão igualitária entre mulheres e homens, tanto do trabalho profissional quanto do trabalho doméstico. Entretanto, na prática esse modelo não possui ressonância, cabendo apenas as mulheres conciliar as duas atividades. As lentas transformações culturais, muito como reflexo dos obstáculos educacionais enfrentados no Brasil, dificultam a solidariedade no trabalho doméstico e mascaram os dados sobre divisão sexual do trabalho (HIRATA E KERGORAT, 2007). De modo que, tradicionalmente, a

[...] forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). [...] rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, pág. 599).

Contudo, contrariando a perspectiva tradicional e a cultura patriarcal, na atualidade não existe campo de trabalho que não se possa encontrar mulheres exercendo atividades profissionais. Elas conquistaram espaço na ciência, na política, no meio empresarial, etc. O acesso à educação está ampliando as áreas de atuação profissional das mulheres e as qualificando para setores tradicionalmente ocupados por homens (LANDERDAHL *et al.* 2013; PANSERA, 2014).

Hoje as mulheres são extremamente competitivas no mercado de trabalho e se dedicam tanto à vida profissional quanto os homens. Entretanto, em algumas atividades, assim como em cargos de destaque, a presença das mulheres ainda é rara e o enfrentamento de discriminações é grande. Diversos estudos relatam, por exemplo, desigualdades salariais entre mulheres e homens, mas também constataam que estes cenários estão sendo modificados (PANSERA, 2014; PROBST, 2013; LANDERDAHL, 2013; BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres ao longo dos séculos XX e XXI, melhorando sua condição. Porém, as desigualdades sociais que perpassam a condição das mulheres acabam por dificultar o reconhecimento e o exercício dos seus direitos.

Na visão de Scavone (2001), o corpo carrega signos culturais fazendo fronteira entre o individual e o social, não podendo ser esses fatores ignorados pelo ensino de Biologia. Tais desigualdades sociais, pautadas no campo biológico, exigem uma movimentação do aparato educativo, visto que o ensino de Biologia está intimamente relacionado as normas de gêneros e aos significados que são atribuídos aos corpos, na medida que tradicionalmente apresenta o modelo de reprodução sexuada com dois sexos, distintos em forma e função. No esteio dessas constatações, temos trabalhos que apontam que as imagens de livros didáticos de Ciências reforçam essas normas de gênero (ROSA E SILVA, 2015; DINIZ E SANTOS, 2011?).

Aos professores de biologia cabe ensinar a reprodução dos seres vivos, incluída a dos humanos, de modo que se faz necessário o rompimento entre conceitos de sexualidade e reprodução para possibilitar a desconstrução do determinismo biológico nas representações sociais das mulheres, inclusive para o mercado de trabalho e carreiras profissionais (ALTMANN, 1998).

A PESQUISA: PROPOSTA E EXECUÇÃO

O ensino de Biologia está completamente envolto pelas questões de gênero, de modo que as distinções biológicas, ou melhor, as distinções sexuais, são frequentemente utilizadas para justificar as desigualdades sociais. Com a intenção de desconstruir os discursos biologizantes, é imprescindível que professoras e professores passem a abordar as diferenças biológicas por meio de reflexões sociais, mostrando que decorre de como as características são representadas ou valorizadas, pensadas e construídas, que vão constituir o que é feminino e masculino. Ou seja, não se trata de negar a Biologia, mas agregar ao ensino a construção histórica e social da diferença e suas consequências (LOURO, 2014).

O modelo teórico-metodológico adotado nesse trabalho é de natureza qualitativa e a pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante. À realidade são atribuídos sentidos, sobre os quais os sujeitos interpretam e (re)significam suas práticas, de modo que a interação pesquisador-informantes permite a compreensão de como são construídos os sentidos de importância para o grupo (OLIVEIRA, 2008; MINAYO, 2001).

Por meio da utilização de imagens simbólicas de profissões (QUADRO 1), esse trabalho teve como objetivo discutir possibilidades de carreiras para mulheres e homens a partir de

representações de feminilidades e masculinidades. Através da reflexão das normas sociais de gênero buscamos questionar as barreiras enfrentadas por mulheres na escolha profissional, os avanços conquistados e as possibilidades.













Essa pesquisa foi desenvolvida com estudantes do terceiro ano do ensino médio, de 16 a 18 anos, de uma escola periférica do interior de São Paulo. A dinâmica da atividade propunha a separação de quinze imagens representativas de áreas profissionais em três categorias: “mulher”, “mulher e homem” e “homem”. Através dessa dinâmica os estudantes puderam discutir e reavaliar suas próprias perspectivas e práticas a respeito da distinção de atividades tradicionalmente atribuídas a homens ou mulheres, pondo em dúvida padrões culturalmente impostos.

Essa atividade foi realizada ao final de um ano de imersão na escola campo, período em que foram realizados registros de situações e falas significativas, o que permitiu a análise sistemática dos dados e maior diretividade investigativa de crenças, valores, sentimentos, comportamentos e representações durante a atividade proposta (GONDIM, 2003; VEIGA & GONDIM, 2001).

Por estarmos inseridos em uma sociedade que atribui normas sociais diferenciadas para mulheres e homens com o discurso da naturalização biológica, é esperado que as percepções de normatizações e opressões se apresentem em patamares distintos para mulheres e homens. Portanto, a atividade foi realizada em dois momentos: um com as meninas e outro com os meninos. Os dois grupos foram dispostos em rodas para classificar as imagens e discutir as categorias. A participação da pesquisadora foi de moderadora das discussões, em prol de ampliá-las e problematizá-las.

Quadro 1. Lista de imagens representativas de áreas profissionais. Material utilizado na dinâmica de separação de imagens.

| ÁREAS PROFISSIONAIS | | |
|---|--|--|
| <p>ENGENHARIA</p>  <p>Fonte: Página Web Crateus</p> | <p>COLETA DE LIXO</p>  <p>Fonte: Página Mercado Livre</p> | <p>ENTREGA DE PIZZA</p>  <p>Fonte: Elaborada pela autora</p> |
| EDUCAÇÃO | DIREÇÃO DE CINEMA | EMPREGO DOMESTICO |

| | | |
|--|---|--|
|  Fonte: Página Blog eu vou passar |  Fonte: Elaborada pela autora |  Fonte: Elaborada pela autora |
| MEDICINA  Fonte: Página Stabilis Psiquiatria e Psicoterapia | CABELEREIRO  Fonte: Página Empreendedores web | ARQUITETURA  Fonte: Página do Istockphoto |
| ADVOCACIA  Fonte: Página Hiperguia | ELÉTRICA  Fonte: Página Cliquei Achei | MARCNARIA  Fonte: Página Como fazer em casa |
| AVIAÇÃO  Fonte: Fotografia Monjardim, página brfoto | MECÂNICA  Fonte: Estadão, Jornal do Carro | CONSTRUÇÃO CIVIL  Fonte: Página Só cursos gratuitos |

REPENSANDO AS PROFISSÕES

Os resultados obtidos com a dinâmica de separação de imagens estão dispostos no Quadro 2 e no Quadro 3. O Quadro 2 apresenta a categorização de áreas profissionais realizadas pelas meninas, enquanto que o Quadro 3 apresenta a realizada pelos meninos.

Quadro 2. Categorização das imagens representativas de áreas profissionais: MENINAS.

| O QUE É DE ... ? | |
|------------------|--|
| “MULHER” | “HOMEM” |
| X |     |
| “MULHER E HOMEM” | |



Quadro 3. Categorização das imagens representativas de áreas profissionais: MENINOS.

| O QUE É DE ... ? | |
|------------------|---------|
| “MULHER” | “HOMEM” |
| | |
| “MULHER E HOMEM” | |
| | |

Na perspectiva das meninas, nenhuma das profissões apresentadas configura atividade de realização exclusiva de mulheres. Por outro lado, afirmam que profissões ligadas a elétrica, coleta de lixo, mecânica e marcenaria devem ser realizadas apenas por homens.

Trabalhos ligados a eletricidade são considerados na fala das meninas como perigosos, e portanto não devem ser realizados por mulheres, pois “os homens são mais corajosos” e as mulheres por serem as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos não podem escolher profissões que apresentam riscos.

No trabalho de coleta de lixo realizada por meio de caminhões é rara a presença de mulheres, esse fato foi apresentado por duas estudantes como influenciadores da categorização realizada. Porém, ao analisarem as exigências da atividade as meninas chegaram à conclusão de que essa não é uma atividade que deve ser realizada por mulheres em decorrência do grande esforço físico exigido pela profissão. Elas alegam que a necessidade de condicionamento físico para correr e levantar peso, no sol e na chuva, favorece o desenvolvimento da atividade pelos homens. E ao considerarem o mau cheiro do lixo as meninas delegaram a atividade, ainda com mais firmeza, para os meninos, por meio da argumentação de que as mulheres “gostam de estar sempre cheirosas e perfumadas”.

Quanto as profissões de marcenaria e mecânica a atribuição destinada exclusivamente aos homens se deu por conta de serem atividades que demandam força e que fazem muita sujeira. E, a mulher por ser considerada delicada e cuidadosa com a aparência não “combina” com essas profissões; embora reconheçam que há mulheres que possuem aptidão para desempenhar essa tarefa.

Essas meninas compreendem as normas sociais pautadas no aprendizado cultural do homem hegemônico, aquele que é másculo, viril e rústico e da mulher universal que é calma, delicada e feminina. Esses atributos socialmente esperados acabam por influenciar as escolhas profissionais das mulheres. Aquelas que ingressam em atividades tradicionalmente exercidas por homens enfrentam cotidianamente os desníveis de poder entre mulheres e homens. Contudo, essa realidade também pode evidenciar a atual tendência de redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, representando maiores ganhos para o país ao somar o trabalho da mulher como fonte de riqueza (LANDERDAHL *et al.*, 2013)

As demais áreas profissionais apresentadas, com exceção da construção civil, foram alocadas como atividades de “mulheres e homens” por exigirem habilidades intelectuais, motoras e artísticas. Essas habilidades são consideradas pelas meninas como indistintas para homens e mulheres, sendo um atributo individual e independente do gênero.

Entretanto, as meninas reconhecem que determinadas áreas como a aviação, engenharia e direção de cinema possuem poucas mulheres em atuação e com destaque profissional. Essa percepção evidencia as desigualdades sociais, de oportunidade e de reconhecimento profissional em decorrência do gênero. Como afirma Pansera (2014) “apesar de todos os avanços alcançados pelas lutas femininas, ainda percebe-se a presença da dominação masculina em diversos campos das representações sociais” (pág. 79).

A construção civil vem aumentando gradativamente o número de contratação de mulheres como mão-de-obra (LANDERDAHL et al. 2013). Essa foi a imagem mais discutida dentro do grupo das meninas, de modo que surgiram argumentos favoráveis e contrários a inserção das mulheres nessa área de trabalho. A inclusão de construção civil como atividade profissional de “mulher e de homem” se deu por conta da crescente aparição das mulheres nas obras e a ideia de que o perfeccionismo das mulheres passa a ser uma vantagem no momento de contratação das trabalhadoras.

Após as problematizações as meninas ressaltaram que ainda que tenham determinado que algumas atividades deveriam ser executadas exclusivamente por homens elas compreendem que não há uma única forma adequada de ser mulher e que os interesses particulares devem ser respeitados. Durante as discussões, essas meninas se perceberam inseridas em um sistema que privilegia a desenvoltura dos homens para atividades que demandam força e agilidade, visto que elas mesmas fazem distinções de atividades entre os gêneros durante a classificação das atividades profissionais conforme esses critérios. Porém, através das experiências diárias – com pais, irmãos, primos, amigos – as meninas comentaram que percebem diversas formas e características de “ser homem”, sendo que muitas delas não estão vinculadas ao estereótipo da força física e coragem. Evidencia-se, portanto, o conflito entre o aprendizado da cultura hegemônica (teoria) com a realidade (prática).

As delimitações de normas sociais não são fixas, pois de acordo com o momento histórico, as sociedades apresentam diferentes paradigmas do que é apropriado e inapropriado para cada gênero. Hoje, o trabalho das mulheres é compreendido e almejado como busca por independência financeira, representando para essas estudantes liberdade. Como ressaltava Landerdahl (2013), o trabalho é um importante mediador da relação do sujeito com o mundo, e por meio da socialização e cidadania é um forte instrumento da produção de subjetividades.

A busca por independência financeira fez com que as meninas apontassem o salário como o fator mais relevante para a escolha profissional, aliado à atividades que sejam do seu interesse. As meninas acreditam que o desenvolvimento profissional deve preceder a maternidade e o matrimônio, visando melhores condições de vida para ela e seus futuros filhos. Esse dado está em consonância com a argumentação de Anyon (1990) de que com o aumento do investimento escolar e acadêmico as pressões sociais e familiares tomaram novos contornos; sendo esperado que as mulheres se tornem profissionais de sucesso e com carreiras estabelecidas, desenvolvimento que deve ser atingido antes da maternidade.

Com o aumento da escolaridade entre as mulheres e o crescimento na participação no mercado de trabalho as perspectivas de vida e de trabalho mudaram, as mulheres passam a se enxergar com maior independência e liberdade, o casamento já não é mais o principal sentido da vida das mulheres. Há grande preocupação no desenvolvimento da carreira e crescimento profissional (MIGUEL; TONELLI, 2008). Por outro lado o casamento não ficou esquecido para essas meninas, ele apenas está sendo postergado.

Embora a mulher tenha se inserido no mercado de trabalho, no espaço doméstico o paradigma ainda não mudou. Em consenso, as meninas afirmam que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, ainda que exerçam atividade profissional em tempo integral. Aqui retomamos a questão da divisão sexual do trabalho que, corroborando com Hirata e Kergoat, (2007), na prática é desigual, exigindo que apenas as mulheres conciliem o trabalho doméstico e o profissional. Ainda que os homens ajudem no desenvolvimento de algumas tarefas domésticas elas se restringem ao auxílio.

No Quadro 3, organizado pelos meninos, é possível observar que, semelhante a categorização realizada pelas meninas, trabalhos ligados a eletricidade, marcenaria e coleta de lixo foram incluídos como atividades que deve ser realizadas de modo exclusivo por homens. As justificativas apresentadas pelos meninos a respeito dessas profissões foram exatamente as mesmas apresentadas pelas meninas. Assumiram como critérios: condição física, perigo e estética. Somado a essas três atividades profissionais estão também: a construção civil, engenharia e entrega de pizza.

A construção civil apresentou discussão semelhante à ocorrida no grupo das meninas, havendo tanto argumentos favoráveis a inserção como atividade de “mulher e de homem” quanto exclusiva de “homem”. Entretanto, pela concepção de ser uma atividade que demanda força física eles optaram em manter o item como exclusivo de homem. A supervalorização da força, virilidade e rusticidade são atributos esperados e almejados para a desenvoltura social dos homens. Nessa concepção de homem, há uma correlação direta com a masculinidade, e para que haja a “instituição de um sexo forte”, deve-se, conseqüentemente criar um “sexo frágil” – as mulheres” (ROMANI *et al.*, 2013).

Entrega de pizza foi alocado como atividade de homem por conta do perigo que ela representa, tendo em vista a alta quantidade acidentes com motocicletas e as fatalidades com que ocorrem. Essa categorização vai ao encontro da teoria de construção histórico-cultural dos gêneros. Velocidade e adrenalina culturalmente simbolizam o masculino que, em oposição ao

feminino – dócil e tranquilo – almeja aventura e corre riscos. Por meio das brincadeiras, os meninos são estimulados desde a infância a desenvolverem a curiosidade e o gosto por aventuras. Ao serem oferecidos carrinhos os meninos são ensinados a buscar o movimento, a dinâmica. Enquanto que, ao oferecer bonecas e panelinhas, ensinamos as meninas a permanecerem nos espaços privados, sendo zelosas e tranquilas (LOURO, 2014).

A última área profissional classificada como exclusiva de homem explicita relações de poder que envolvem mulheres e homens. Na perspectiva dos meninos, engenharia deveria ser exercida apenas por homens, pois “exige autoridade para comandar obras e coordenar os trabalhadores”, sendo portanto uma tarefa “difícil de ser realizada pelas mulheres”.

A imagem historicamente criada da mulher omite sua força e seu poder, o que dificulta projetá-la em cargos de destaque e liderança. Os gêneros são produzidos nas relações de poder e pelas relações de poder. “O poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos” (LOURO, 2014, pág. 44), de modo que impacta a autoimagem da mulher na esfera profissional, muitas vezes sendo inconscientemente determinante de suas escolhas, e reforça a perspectiva patriarcal dos homens quanto as funções sociais da mulher. Rosa e Silva (2015), ao analisarem imagens de mulheres em livros didáticos de Física, apontam que estes “reforçam estereótipos de gênero, apresentando mais mulheres em ambiente doméstico e homens em situações de protagonismo” (pg.83). Porém, como cabe às relações, esse cenário vem mudando, “afinal, homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociação, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças” (LOURO, 2014, pág. 44).

A aprendizagem de uma masculinidade hegemônica e universal atribui significados para as práticas cotidianas dos adolescentes. Justificados por diferenças biológicas, determinadas atividades tornam-se símbolos de masculinidade. Nesse sentido, os meninos delimitaram o trabalho doméstico como exclusivo de mulheres em decorrência do desconforto de se perceber realizando uma atividade que culturalmente é atribuída às mulheres. É a percepção de ferir a masculinidade. Masculinidade esta que foi construída tendo por base as distinções das normas sociais de gênero.

A colocação do trabalho doméstico como “tarefa de mulher” coincide com a fala das meninas de que são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Ou seja, ainda que tenhamos avançado muito na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, pouco tem mudado quanto a participação dos homens no trabalho doméstico no âmbito familiar ou

mesmo como uma possibilidade de trabalho remunerado. Casagrande (2008) nos faz refletir que inclusive no âmbito jurídico – do Código de Leis Trabalhistas de 1943/ Decreto-Lei N. 5.452/43 – o trabalho doméstico foi historicamente desvalorizado por não ser considerado um trabalho produtivo, e conseqüentemente, não apto a ser praticado por homens em um modelo de sociedade capitalista patriarcal

O art. 7º da CLT excluiu expressamente de sua tutela os trabalhadores rurais e os domésticos, sendo estes considerados os que “prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. O enunciado da lei revela o modo como este tipo de trabalho foi desde sempre desvalorizado em nossa sociedade (CASAGRANDE, 2008, pág. 22).

Diferentemente das meninas, mecânica foi incluída pelos meninos na categoria “mulher e homem”. Porém, essa classificação só foi mantida pela exigência de um dos meninos do grupo que afirmou ser uma mulher a profissional que cuida das revisões do carro da sua família. Somente após tecer diversos elogios de capacitação que o grupo foi convencido a manter a profissão como de “mulher e homem”, mas ainda com certo estranhamento.

As demais áreas profissionais foram mantidas como praticáveis por “mulheres e homens”. Não houve questionamento de nenhum dos grupos, meninas e meninos, quanto as profissões mais tradicionais da humanidade como a advocacia, medicina, educação e cabeleireiro. Esse resultado pode sugerir que por serem profissões muito antigas a desconstrução do preconceito e discriminação vem ocorrendo já a muito tempo por meio das mulheres que ousaram, com unhas e dentes, abrir espaço nessas profissões, inicialmente predominadas por homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o sistema capitalista busque a produção de capital por meio da exploração da mão-de-obra, as mulheres vivenciam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e reconhecimento profissional que os homens, principalmente em cargos de liderança e nas atividades que demandam força física.

Nesse contexto foi possível constatar que a inclusão de mulheres nas atividades que são tradicionalmente exercidas por homens exerce grande influência nas escolhas profissionais das meninas que participaram desse trabalho, passando a ser para elas ícones de referência e resistência. E, paradoxalmente, como consequência da limitação cultural das normas de gênero, a autoimagem dessas meninas – de feminilidade e delicadeza – tendem a restringir e direcionar as escolhas profissionais.

Por outro lado, as mulheres estão cada vez mais sedentas de liberdade e independência financeira, preocupadas com o desenvolvimento profissional e estabilidade. A maternidade e o matrimônio ainda são partes importantes da vida das mulheres dessa localidade, mas tendem a ser adiadas.

As discussões realizadas permitem observar que no contexto estudado pouco avançamos na divisão sexual do trabalho doméstico, visto que os meninos delegam exclusivamente as mulheres tais atividades, o que coincide com a fala das meninas sobre suas experiências cotidianas. Ou seja, ainda que tenhamos avançado muito na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, nesse contexto pouco tem mudado quanto a participação dos homens no trabalho doméstico. Livros didáticos de ciências, que são materiais com influência direta nas práticas docentes e construção conceitual nos estudantes, tendem a reforçar essa concepção (ROSA E SILVA, 2015; DINIZ E SANTOS, 2011?), e não há critérios na avaliação prevista pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que leve em consideração essa variante (PRALON E REGO, 2018).

Nota-se que os resultados obtidos com a classificação das imagens representativas de profissões, aliados as discussões realizadas *com* e *entre* as(os) estudantes, possuem critérios para diferenciações profissionais com base em elementos corporais, como força, e critérios culturais de feminilidades e masculinidades. Portanto, foram tomados como critérios, frequentemente produtores de desigualdades sociais, diferenciações biológicas entre corpos e os significados culturais que a eles são atribuídos, ou seja, a Biologia está a permear toda uma discussão a respeito das possibilidades para as mulheres na esfera profissional.

Sendo assim, para a desconstrução de feminilidades e masculinidades a partir do sexo biológico e do rompimento direto entre sexualidade e reprodução, esse trabalho pode contribuir para o ensino de Biologia, estando engajado à desestruturação de desigualdades entre mulheres e homens no campo profissional a partir de discursos biológicos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero**: Marias (e) homens na educação física. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998. 111p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85ZJEJ/1000000292.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ANYON, J. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias dos papéis sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 13-25, 1990. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1093/1098>. Acesso em: 23 de out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2018: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico>. Acesso em: 29 maio 2019.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p. 105-138, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a06n121.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2018.

CASAGRANDE, C. Trabalho doméstico e discriminação. **Boletim CEDES**, Rio de Janeiro, pág. 21-26, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.iuperj.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/o_movimento_feminista_no_brasil.pdf. Acesso em: 17 de nov. 2018.

DINIZ, G. A.; SANTOS, S. P. Discutindo as Relações entre os Gêneros em Livros Didáticos de Ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8., 2011, Campinas. **Anais...** Campinas, [2011?], 12p. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpecresumos/R0835-2.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 102.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pág. 595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2018.

LANDERDAHL, M. C.; VIEIRA, L. B.; CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. D. M. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pág. 306-312, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200015&lng=em&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 dez. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 184 p.

MIGUEL, R. B. P. TONELI, M. J. F. De “moça prendada” a “menina superpoderosa”: análise das seções de cartas de leitoras da revista *Capricho* (1954-2004). **História Unisinos**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2. p. 168-179, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/bianca/Downloads/5427-17077-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bianca/Downloads/5427-17077-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 12 abr. 2019.

PANSERA, G. C. **Senhores passageiros, aqui quem fala é a comandante...**: Os desafios das mulheres pilotos na aviação brasileira. 2014. 134 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130036>. Acesso em: 27 de jan. de 2019.

PRALON, L. H.; REGO, S. C. R. Imagens em livros didáticos de ciências e as orientações do programa nacional do livro didático. **Ensaio Pedagógico (Sorocaba)**, v.2, n.3, set./dez., p. 5-15, 2018. Disponível em: <http://www.ensaio pedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/104>. Acesso em: 29 maio 2019.

PROBST, E. R.; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, v.1, n.1, pág.1-8, 2013. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 07 de nov. de 2018.

ROMANI, P. F.; WINCK, G. E.; STREY, M. N. Consumismo na pós-modernidade: uma questão de gênero? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 3, p. 263-268, 2013. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.3.05/3824. Acesso em: 09 de nov. de 2018.

ROSA, K.; SILVA, M. R. G. DA. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de física. **Revista Gênero**, v. 16, n. 1, p. 83-104, 2015. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/747>. Acesso em: 29 maio 2019.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

CAPÍTULO 22

A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM DA INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE TRANSDISCIPLINAR

DOI: 10.47402/ed.ep.c202155222110

Carolina Guedes de Oliveira, Mestranda concluinte em Administração, UNIGRANRIO
Fabício Viana Andretti, Doutor em Engenharia Ambiental, UERJ

RESUMO

Este estudo pretende compreender como a abordagem da interseccionalidade foi transcendente ao campo dos estudos das ciências sociais feministas, incorporando-se em outras áreas de conhecimento dentro da academia. Assim, a partir da conceituação da interseccionalidade é possível analisar os principais eixos distintos e excludentes e os seus respectivos impactos na vida da mulher negra. Para tanto, é necessário entender como a apropriação desta temática repercutiu sobre alguns campos de pesquisa e como foi possível ampliar este debate. Desta forma, identificar os cenários, os desafios enfrentados, o atendimento e a condução das demandas cooperam nas perspectivas e fortalecimento do debate sobre interseccionalidade. A metodologia aplicada, parte da investigação e análise das produções acadêmicas encontradas na base da CAPES no ano de 2020. Assim, observar as questões enunciadas nas produções acadêmicas nos levam a refletir sobre o enfoque e o tratamento dado a temática da interseccionalidade. Portanto, os objetivos propostos neste estudo incuti reflexões peculiares sobre a abordagem desta temática, apresentando várias dimensões sobre demandas distintas.

PALAVRAS CHAVES: Interseccionalidade; Estudos organizacionais; Pesquisa interseccional.

1 - INTRODUÇÃO

Entender as formas de opressão que penalizam as mulheres negras nos ambientes organizacionais é de suma importância para compreender como os significados dos marcadores sociais influenciam as relações em sociedade. Desta forma, os estudos iniciados por sociólogas, antropólogas e filósofas, a partir da década de 1960, consolidaram o ativismo dos movimentos identitários e os debates feministas sobre o racismo, o sexismo e o patriarcalismo na sociedade brasileira (FIGUEIREDO, 2018).

Conceitualmente, o termo interseccionalidade caracteriza-se pelo estudo da articulação de marcadores sociais (gênero, raça, classe, etnia, capacitismo, geração, sexualidade, religiosidade) e a respectiva consequência desta interação nas formas dos sistemas

discriminatórios, na criação de desigualdades, de formas de opressão e do desempoderamento feminino, principalmente (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019).

Este estudo se justifica pela necessidade de reconhecer a importância do debate transdisciplinar desta temática. Propiciar uma ampliação desta discussão em outras áreas de conhecimento, para além das ciências sociais é fomentar novos saberes. Compreender a (re)produção dos significados dos marcadores sociais e, conseqüentemente, as respectivas articulações destes é proporcionar espaços para compreender as experiências vivenciada por mulheres negras nos ambientes organizacionais (RIBEIRO, 2008). Suscitar essa problematização e reflexão para além dos espaços acadêmicos denota-se uma postura fundamental para uma crescente expansão e alcance do debate sobre interseccionalidade na sociedade.

Logo, para essas reflexões e discussões acerca da abordagem da interseccionalidade, que envolvem questões sobre as conseqüências e os impactos na vida da mulher negra na sociedade e nos ambientes organizacionais, este estudo propõe responder a seguinte questão: Como a abordagem da interseccionalidade, trabalhada dentro de cada área de conhecimento, pode contribuir na ampliação do debate transdisciplinar?

Com todo o exposto, é necessário analisar como as ciências sociais contribuíram para a reflexão da articulação dos marcadores sociais e dos seus respectivos efeitos como (re)produtor de um sistema opressor. Conseqüentemente, refletir sobre a conceituação da interseccionalidade como uma ferramenta para auxiliar outras áreas de conhecimento a compreender os fenômenos dinâmicos que fomentam as desigualdades na sociedade e nos ambientes organizacionais. Por fim, investigar as formas de ampliação para o debate da interseccionalidade.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E A CONCEITUAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE

Para compreender a abordagem da interseccionalidade na contemporaneidade brasileira é fundamental recorrer aos estudos das ciências sociais (HOLLANDA, 2019). Com as sugestivas propostas reflexivas de sociólogas e antropólogas que se iniciou um espaço de discussão para a problematização dos marcadores sociais sobre a vida das mulheres negras. Assim, a perspectiva de fatos históricos e seus reflexos nas relações sociais pautavam os temas

abordados, como a construção da identidade da mulher negra na sociedade, a diáspora africana e o reconhecimento das múltiplas formas de opressão experimentadas no cotidiano social (VEIGA, 2020). Logo, entender a construção deste discurso social era buscar compreender como as relações sociais e as desigualdades eram formadas no contexto brasileiro.

Diante deste cenário contestador, percebeu-se a necessidade do enegrecimento do feminismo dentro dos movimentos militantes brasileiros. Era inegável observar a expressiva participação e trajetória das mulheres negras na luta por uma agenda que visibilizasse as perspectivas das feministas negras na luta pelo fim das desigualdades (CARNEIRO, 2019). Inevitavelmente, tornou-se um debate interdisciplinar que cooperou na ampliação das propostas e da militância de um feminismo plural (ALVAREZ, 2014). Essa perspectiva incipiente tornar-se-ia o que se chama atualmente de feminismo interseccional.

Atribuímos a importância das produções acadêmicas elaboradas por feministas negras, como Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Neusa Santos Souza a precursão quanto a construção da perspectiva feminista negra no contexto brasileiro (PEREIRA, 2019). Os temas abordados refletiam as experiências vivenciadas a partir das consequências do racismo, do sexismo, do patriarcalismo, da opressão de classes, das carências de políticas públicas, a falta de representatividade no ambiente de trabalho entre outras formas arbitrárias de repressão causadas às mulheres negras. Como lembra Nascimento (2019, p. 59) “a mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada.”

Vale lembrar que produções acadêmicas de intelectuais latino-americanas e outras estudiosas também contribuíram com reflexões, quanto as experiências da interação dos marcadores sociais sobre a vida de mulheres, que durante muitos anos foram subalternizadas e marginalizadas pelos efeitos da colonialidade na sociedade. Dentre essas intelectuais destacam-se: María Lugones, Rita Segato, Gayatri Spivak, Angela Davis e Silvia Federici (PEREIRA, 2019).

É importante destacar que paralelo aos trabalhos acadêmicos das intelectuais já mencionadas, observa-se a relevância dos movimentos identitários contemporâneos e ações que se tornaram crescentes a partir da década 1960, dentre os principais: o Movimento Negro Unificado (MNU) criado em 1978, o surgimento da Lei Caó (Lei 7.716/1989), a organização da Marcha Zumbi dos Palmares que aconteceu em 1995, a criação em 1988 do Instituto da Mulher Negra (Geledés), a instituição da Lei 12.711/2012 também conhecida como Lei de

Cotas Raciais nas Universidades (PEREIRA, 2019), a introdução da história da diáspora africana nas bases curriculares, a formação em 2010 do ODARA – Instituto da Mulher Negra e do Bloco Afro Ilê Ayê, que surgiu em Salvador em 1974 (FIGUEIREDO, 2018).

Entretanto, é imprescindível destacar alguns trabalhos e movimentos sociais que antecederam este período e que cooperaram nas causas militantes, sejam na luta por direitos como a Lei Afonso Arinos (Lei 1.390/1951) que qualificava como contravenção penal o crime do preconceito contra raça, no acesso e na divulgação de informações com movimentos identitários norte-americanos por meio de jornais como *Chicago Defender* (durante 1914-1978) e o *The Baltimore Afro-American* (durante 1916-1978), no surgimento de movimentos identitários como a Frente Negra Brasileira (1931) e a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) por Abdias Nascimento no ano de 1944 (PEREIRA, 2010)

Como já elucidado a noção de interseccionalidade procede antes da conceituação oficial pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989. Tal propósito transcorreu através da publicação do artigo intitulado “*Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination*”, no qual apresentou como demanda as várias formas de opressão vivenciadas por mulheres negras, por meio da articulação de questões sociais (REGIANI e MEDEIROS, 2020). Desta forma, segundo Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade pode ser interpretada como “a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

Vale destacar que a temática da interseccionalidade foi um importante conceito que contribuiu de forma transdisciplinar para explicar fenômenos dinâmicos identificados por outras áreas de conhecimento em seus campos de pesquisa.

2.2 – ABORDAGEM INTERSECCIONAL EM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

Considerando a interseccionalidade como proposta para refletir sobre as formas de opressões nas relações sociais, Nascimento (2019, p. 52-53) lembra que numa “sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenche-los”. Neste sentido, a articulação entre o racismo e sexismo produz efeitos violentos sobre a vida da mulher negra (GONZALEZ, 1984).

Segundo Lugones (2008) é necessário pensar nas diferenças construídas a partir do sistema de gênero que ainda é influenciado pelos efeitos da colonialidade e nas suas respectivas consequências, como as barreiras de acesso as oportunidades de trabalho que estabelecem e ainda sustentam as diferenças entre mulheres brancas e mulheres de cor. Essas distinções criadas tornam-se formas diferenciadas de acesso as oportunidades, justificando a sustentação de um sistema hierárquico de opressão (SILVA, 2019). Desta forma, a interseccionalidade contribui como proposta para uma reflexão crítica ao sistema de gênero predominante.

Essa proposta de estudo é uma ferramenta que possibilita auxiliar a compreensão de fenômenos que fomentam as desigualdades na sociedade e nos ambientes organizacionais. Sendo assim, embora o termo interseccionalidade tenha se originado no final da década de 1980 nas ciências jurídicas, área de formação da jurista estadunidense norte-americana Kimberlé Crenshaw (MACHADO, 2017), foi nas ciências sociais que o conceito se formulou primeiramente a partir das reflexões dos movimentos feministas.

Um ponto a considerar é a crescente produção acadêmica em variadas áreas de conhecimento nos últimos anos, que sinaliza uma necessidade de abordar assuntos relacionados a interseccionalidade (RIOS *et al.*, 2018). Essas produções acadêmicas contribuem para um debate transdisciplinar ampliando as reflexões, as críticas e os discursos sobre a temática.

Com a construção do conceito da interseccionalidade pelas ciências sociais, especificamente pelos estudos feministas, abriu-se um precedente para tornar-se um instrumento metodológico e interdisciplinar dentro do campo jurídico trabalhista (PEREIRA e BERSANI, 2020). Pelo demonstrado, refletir sobre os processos discriminatórios intrinsecamente institucionalizados é fundamental para romper com aspectos e interpretações que possam negar práticas sexistas e racistas.

Como recordam Pereira e Bersani (2020, p. 2766) as “relações concretas de hierarquia no Brasil existem necessariamente como resultados de operações do poder colonial, sustentadas por categorias jurídicas que naturalizam essa violência epistêmica”. Em outras palavras, estabelecer protocolos com intuito de findar com práticas ainda existentes e que persistem em reduzir os direitos de vítimas da subordinação interseccional é essencial para que haja maior incorporação da construção social do gênero e da raça (CRENSHAW, 2002).

De acordo com Rios e Silva (2017, p. 45) “a discriminação interseccional fornece ferramentas para a identificação de estruturas de subordinação que ocasionam determinadas invisibilidades perpetuadoras de injustiças”. Espera-se que partindo destes questionamentos e

reflexões seja possível um novo tratamento jurídico no combate à discriminação múltipla, reconhecendo a interseccionalidade nas denúncias jurídicas como experiências preconceituosas e intolerantes.

Com efeito, essa a apropriação da temática da interseccionalidade pode representar uma importante abordagem para os próprios estudos organizacionais (TEIXEIRA *et al.*, 2019). Para tanto, as diversas experiências vivenciadas por mulheres negras no mercado de trabalho transformaram-se numa categoria de análise dentro dos estudos organizacionais (FERREIRA e NUNES, 2019), especificamente dentro do campo da administração.

Promover a diversidade nas empresas, buscando alternativas como estabelecer adesão da prática da gestão da diversidade e a ascensão das mulheres dentro dos setores podem ser apontados como uma opção para reter talentos potenciais, cooperando como um instrumento de agregação de valor nas empresas (GONÇALVES *et al.*, 2016). Assim, compreende-se que o conceito e as reflexões sobre a interseccionalidade cooperam para uma contextualização e entendimento do processo que decorre a exclusão nos locais de trabalho e das pautas de debate (DALPIAN e SILVEIRA, 2020).

Entretanto, Rosa (2014, p. 256) lembra que “os estudos organizacionais no Brasil têm se colocado de maneira deslocada nesse debate”. Desta forma, quanto mais os debates se distanciam dos efeitos do preconceito e da discriminação motivadas pelo entrecruzamento dos marcadores sociais, mas se observa poucas reflexões e ações voltadas para as mudanças do cenário nas discussões acadêmicas.

É importante destacar que o movimento feminista negro contribuiu impulsionando debates e reflexões acerca das opressões interseccionais. Pensar as formas de intersecções é desafiar e contestar as estruturas eurocêntricas, visando findar com o silenciamento das vozes consideradas subalternas (MORITZ, 2017). Desta forma, o campo da literatura é um amplo espaço de reflexão para que se possa discutir efeitos da interseccionalidade.

Assim, conseguir avançar as fronteiras imposta aos considerados subalternos e reconstruir uma identidade, antes invisibilizada ao longo da história pelas forças opressivas da colonialidade é fomentar uma notabilidade e uma ampliação deste debate. Portanto, conforme enfatiza Spivak (2010, p. 160) “não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar”. Logo, entende-se que a conscientização da subalternidade reflete a inviabilidade e a opressão produzida pelos lugares predefinidos pela cultura patriarcalista, sexista e racista.

Cabe acrescentar que para uma autora negra conseguir ser ouvida na sociedade, mesmo esbarrando em questões interseccionais significa uma tentativa de transformação da consciência coletiva como um sujeito de conhecimento (OLIVEIRA, 2020). Essa representatividade se consolida por meio de autoras negras brasileiras como: Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Ana Maria Gonçalves entre outras. Neste sentido, Moritz (2017, p. 9) destaca que “as experiências vividas e narradas pelas mulheres negras permitem criar uma interlocução repleta de diferentes vozes sobre diferentes versões da verdade, afim de remontar coletivamente uma história”

2.3 – AMPLIAÇÃO DO DEBATE: NOVAS ABORDAGENS INTERSECCIONAIS

Investigar sobre a abordagem da temática da interseccionalidade em outras áreas de conhecimento, para além das ciências sociais, é reconhecer um esforço para a ampliação deste debate como alternativa para combater as consequências das múltiplas exclusões e discriminações vivenciadas por mulheres negras nos ambientes organizacionais. No entanto, percebe-se que ampliar este debate não se limita somente as mulheres negras, respectivamente, gênero e raça. É preciso ampliar os diálogos abarcando outros marcadores sociais como: sexualidade, geração, capacitismo, religiosidade entre outros

Atualmente, no debate e na produção acadêmica evidencia-se uma articulação de categorias sociais que caracterizam um modismo no universo acadêmico interseccional, como raça, gênero e classe (AKOTIRENE, 2019). Fronteiras que delimitam perspectivas na abordagem e no debate restringem novos enfoques que certamente contribuiriam no entendimento, quanto ao comportamento do mercado de trabalho, das políticas públicas e da introdução de barreiras invisíveis nas relações sociais (FRAGA e OLIVEIRA, 2019).

Por meio dos diversos pontos de vista é possível identificar que as relações dentro dos variados ambientes organizacionais tendem a passar por processos críticos que se propõe modificar as estruturas que (re)produzem as múltiplas exclusões interseccionais. Quando se propõe refletir sobre assuntos e experiências pessoais antes cerceadas por padrões e bases epistemológicas de orientação etnocêntrica origina-se uma narrativa contra o discurso hegemônico dominante. Logo, as produções acadêmicas tornaram-se um campo de ruptura epistêmica, concedendo espaço para debates interseccionais (LIMA, 2017).

A viabilização dos pensamentos, dos discursos e das reflexões acerca deste debate é reconhecer, avançar e legitimar a militância precursora da causa da mulher negra nos movimentos feministas. É corroborar com novas demandas de estudos que perfaçam o

engajamento e o comprometimento das variadas dimensões da temática da interseccionalidade, que subalterniza e inviabiliza o discurso. Verifica-se que fomentar a notabilidade e a ampliação deste debate por meio de produções acadêmicas é um exercício para transpor as barreiras ideológicas discriminatórias, como o racismo, o sexismo, o patriarcalismo, a opressão de classes, a LGBTfobia entre outras ações repressivas.

Como recorda Lima (2017, p. 3) “compreende as categorias gênero, classe, raça não apenas como categorias limitantes, mas também como recursos passíveis de fomentar a ação. Nessa linha de pensamento, a agência assume outros contornos”, ou seja, é necessário integrar outros marcadores sociais.

Criar uma agenda de pesquisa colaborando para uma ampliação de novas abordagens interseccionais é propor um horizonte as pautas de debate resignificando a história e os cenários dos ambientes organizacionais. Assim, essa abrangência interseccional auxilia analisando outras formas de opressão antes não percebidas (AKOTIRENE, 2019).

3 - METODOLOGIA

O respectivo estudo teve por metodologia a pesquisa realizada na base de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre a abordagem da temática da interseccionalidade no debate transdisciplinar. As buscas foram feitas com o uso de descritores: interseccionalidade, debate interseccional, pesquisa interseccional, estudos interseccionais e estudos organizacionais.

Assim, com enfoque qualitativo buscou-se problematizar e articular os desdobramentos desta temática em diferentes áreas de conhecimento, possibilitando uma ampliação do espaço para debate.

A princípio, o método adotado buscou refletir o processo das produções acadêmicas sobre a temática da interseccionalidade, quanto a incorporação e os seus efeitos no ambiente organizacional. Desta forma, considerou-se todas as publicações acadêmicas não repetidas no ano de 2020 que foram encontradas na base da CAPES.

De forma a contribuir com o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma pesquisa na base de dados da CAPES sobre as publicações científicas disponibilizadas para consulta. Desta forma, inicialmente, a pesquisa avaliou a quantidade de publicações acadêmicas considerando a abordagem da interseccionalidade produzidas no ano de 2020. Assim, este estudo analisou as respectivas categorias:

- As áreas de conhecimento dos periódicos;
- As abordagens interseccionais.

À luz de todo o referencial teórico, que coopera na elucidação sobre o processo de conceituação e abordagem sobre a temática pretendeu-se investigar quais as áreas de conhecimento, através dos seus periódicos, disponibilizam espaço para a publicação de artigos científicos referente a temática da interseccionalidade. É importante ressaltar que os periódicos possuem abrangência em mais de um campo de pesquisa.

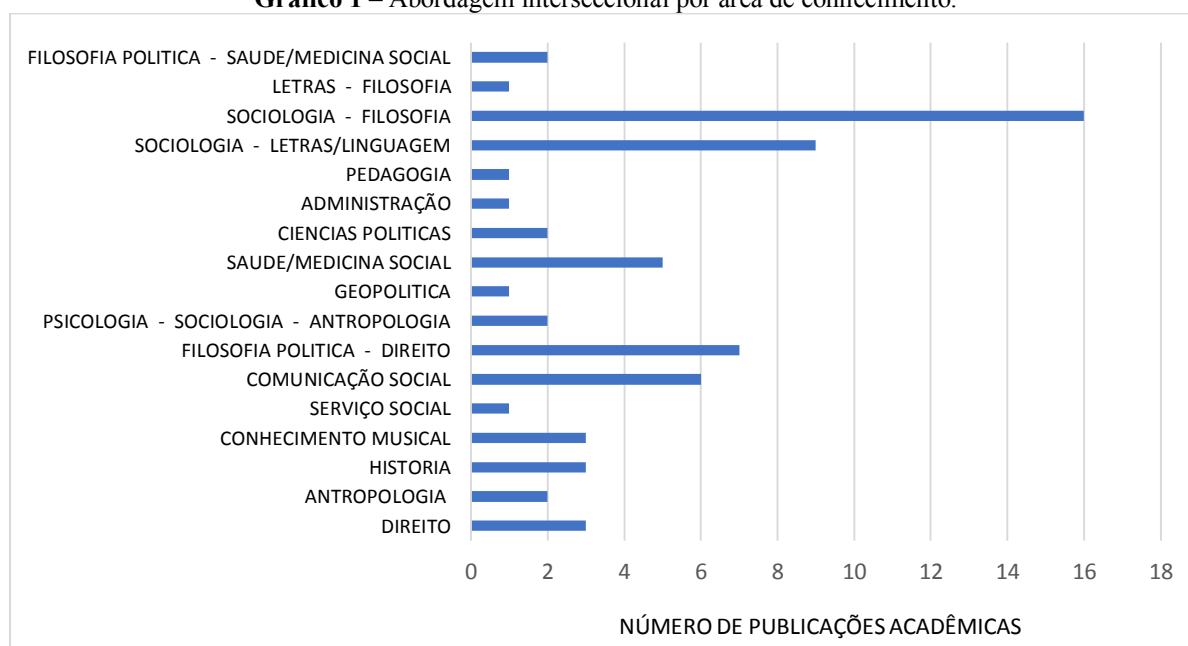
Considerou-se como critérios para a seleção dos artigos científicos: publicações realizadas no ano 2020 e periódicos revisados por pares.

4 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A pesquisa considerou 65 artigos científicos não repetidos. De um total de 28 periódicos, 9 periódicos apresentaram mais de um campo de pesquisa. Observou-se ainda que a abordagem desta temática foi mais recorrente em produções científicas em áreas de conhecimento, como sociologia, antropologia, filosofia política e direito.

Ao analisar o Gráfico 1 notou-se que os periódicos que mais apresentaram publicações possuíam mais de um campo de pesquisa. Diante deste aspecto, os vários campos de abordagem referente a esta temática evidenciaram uma dimensão de perspectivas que favorecem espaços e notabilidade para debates.

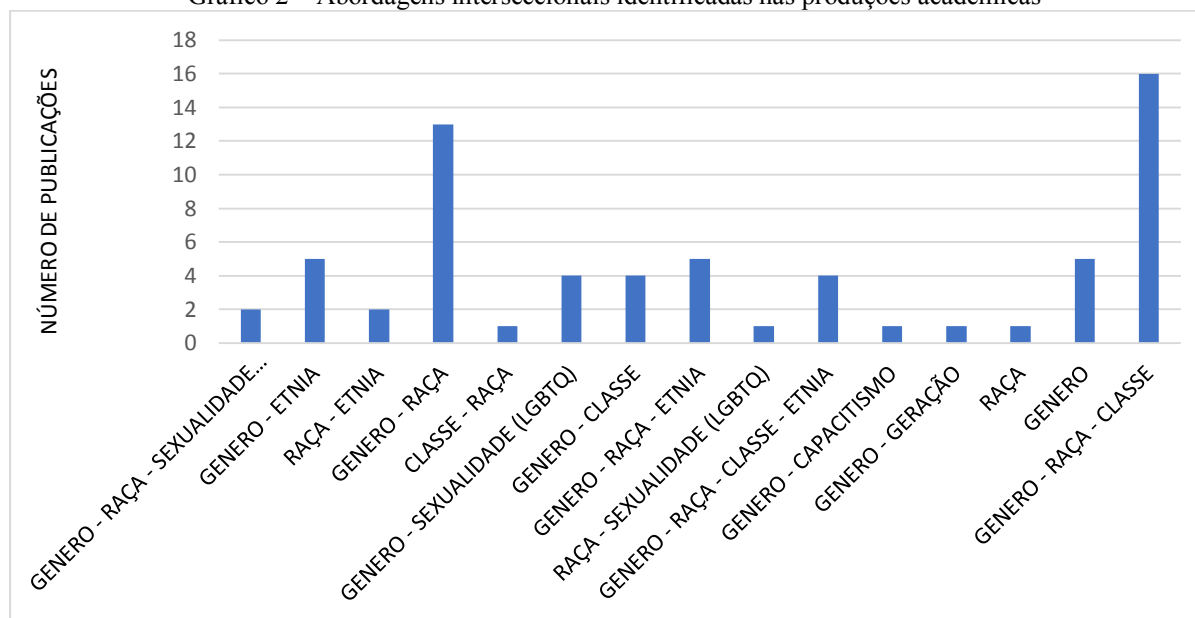
Gráfico 1 – Abordagem interseccional por área de conhecimento.



Fonte: Site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2021.

Sendo assim, neste primeiro momento já identificamos uma transdisciplinaridade, na qual contribui e reforça para uma integração e expansão da temática. Logo, tornar possível esse exercício de ampliação com várias percepções complexas é um processo de transgredir fronteiras epistemológicas e viabilizar um debate interseccional.

Gráfico 2 – Abordagens interseccionais identificadas nas produções acadêmicas



Fonte: Site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2021.

Ao observar o enfoque dentro da temática da interseccionalidade nas publicações acadêmicas disponibilizadas no site da CAPES, no decorrer do ano de 2020, notou-se que a articulação de alguns marcadores sociais fora mais recorrente do que outros. Neste caso, as análises interseccionais de maior relevância foram gênero-raça-classe e gênero-raça; enquanto que as de menores destaques foram classe-raça, raça-sexualidade (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero), gênero-capacitismo e gênero-geração.

Avaliando as perspectivas apresentadas nas publicações científicas selecionadas, identifica-se que as áreas de estudos interdisciplinares ainda contribuem significativamente nas considerações sobre a realidade da mulher negra. Logo, para que as futuras pesquisas possam apresentar mais diversidade é fundamental que os eventos e os periódicos estimulem mais espaços para abordagens interseccionais.

Convém lembrar, que esse esforço em publicar artigos científicos sobre a temática da interseccionalidade é uma forma de resistir aos efeitos contínuos da colonialidade, que ainda atua redefinindo a predominância das produções científicas nos ambientes acadêmicos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas observadas, conclui-se que a articulação teórica contribuiu para o alcance do entendimento das abordagens apresentadas sobre a temática da interseccionalidade. Para tanto, transcender as limitações que persistem em serem (re)produzidas nos ambientes organizacionais é fundamental para que tanto as produções acadêmicas, quanto os debates viabilizem mais espaços para as reflexões sobre as consequências quanto aos efeitos causados pela interseccionalidade.

Partindo dos objetivos propostos neste estudo é possível identificar uma abordagem transdisciplinar, na qual o tema explorado não se restringe a sociologia, exclusivamente. Este cenário de publicações científicas identificadas na base de dados da CAPES demonstrou que diversos campos de pesquisa abordaram a temática da interseccionalidade, ao mesmo tempo que alguns periódicos apresentam diversidade de enfoque nas suas publicações.

Considerando os aspectos analisados nas produções científicas selecionadas, compreende-se que pautas de debate como a articulação de determinados marcadores sociais foram mais recorrentes, como gênero-raça-classe, gênero-raça e gênero-etnia. No entanto, reconheceu-se que mesmo vinculando a temática de suas pesquisas à interseccionalidade, alguns trabalhos discursaram sobre um único marcador social. Não evidenciando efetivamente uma abordagem interseccional.

Por fim, cabe registrar que esta pesquisa coopera com os estudos organizacionais através das impressões e resultados alcançados a partir do enfoque estabelecido. De fato, reconhecer a interseccionalidade como ferramenta que contribui para uma orientação e ampliação de debate transdisciplinar é primordial para os estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v.43, p.13-56, jan./jun., 2014.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Interseccionalidades**: Pioneiras do feminismo negro brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan/jun, 2002.

DALPIAN, P. R.; SILVEIRA, T. Locais de mercado, diversidade e exclusão interseccional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 2, p. 377-390, abr./jun., 2020.

FERREIRA, C. A.; NUNES, S. Mulheres Negras no Mercado de Trabalho: Interseccionalidade entre Gênero, Raça e Classe Social. In: XLIII Encontro Da ANPAD – EnANPAD, 43, 2019, São Paulo. **Anais...São Paulo: ANPAD**, 2019, p.1-16.

FIGUEIREDO, Â. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FRAGA, A. M.; OLIVEIRA, S. R. Carreira de comissários de voo e as (I)mobilidades de classe social, gênero e sexualidade. In: X Encontro De Estudos Organizacionais Da ANPAD – EnEO, 10, 2019, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: ANPAD**, 2019, p.1-10.

GONÇALVES, E.; ESPEJO, M. M.; ALTOÉ, S. M.; VOESE, S. Gestão da diversidade: um estudo de gênero e raça em grandes empresas brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, p. 95-112, 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

HOLLANDA, H. B. Introdução. HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Interseccionalidades: Pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora, 2019.

LIMA, D. C. Interseccionalidade e ciberativismo: raça, gênero e TIC'S. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-11.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, jul/dez, p. 73-101, 2008.

MACHADO, B. A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução, 2017, Niterói. **Anais...**, Niterói: UFF, outubro, 2017, p. 1-20.

MORITZ, A. P. Literatura e interseccionalidade: "a resposta" de Kathryn Stockett e os lugares de fala subalternos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-13.

NASCIMENTO, M. B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Interseccionalidades: Pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora, 2019.

OLIVEIRA, C. G. **Subalterno pode escrever!** Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais. Dissertação de Mestrado (Escola de Ciências Sociais Aplicadas). Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO. Rio de Janeiro, 2020

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de Doutorado (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

PEREIRA, F. S. M.; BERSANI, H. Crítica à interseccionalidade como método de desobediência epistêmica no Direito do Trabalho brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 4, p. 2743-2772, 2020.

PEREIRA, M. M. O movimento negro e as revoluções de 1968: uma análise da relação e resignificação do negro e o histórico do movimento no Brasil. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 8, n. 1, p. 34-37, 2019.

REGIANI, A. R.; MEDEIROS, K. E. Olhares de gênero e interseccionalidade no ensino de história. Reflexões sobre a historicização da diferença nos processos de educação histórica. **Revista de História**, v.22, n.39, p.33-49, jan./jun., 2020.

RIBEIRO, M. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set/dez, 2008.

RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Revista Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36-51, jan./jun., 2018.

RIOS, R. R.; SILVA, R. S. Democracia e direito da antidiscriminação: interseccionalidade e discriminação múltipla no direito brasileiro. **Revista Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, p. 44-49, jan./mar., 2017.

ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 18, n. 3, p. 240-260, mai/jun, 2014.

SILVA, E. J. F. Racismo nas empresas: até quando? **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 399-415, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; MESQUITA, J. S. Pode a Interseccionalidade ser Afrocentrada no Campo da Administração? Um Ensaio Teórico sobre as contribuições da Teoria Interseccional para a área de Administração. In: X Encontro De Estudos Organizacionais Da ANPAD – EnEO, 10, 2019, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: ANPAD**, 2019, p. 1-10.

VEIGA, A. M. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, v.12, n.29, p.1-32, jan./abr., 2020.

CAPÍTULO 23

DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO (A) PARCEIRO (A) E NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO PRÉ-NATAL

DOI: 10.47402/ed.ep.c202142223110

Iago Prina Rocha, Mestrando em Ciências da Saúde, FURG
Norma Lopes de Magalhães Velasco Bastos, Professora Auxiliar, Departamento de Saúde II, UESB

Núbia Damasceno Silva, Acadêmica de Enfermagem, UESB
Thâmara Almeida Santos, Acadêmica de Enfermagem, UNIFTC
Gleice Moura Silva, Pós Graduação em Enfermagem Obstétrica, IPROFIT
Marcelo Calheira Mendonça, Graduação em Direito, UCSAL
Veridiana Bispo dos Santos, Enfermeira Obstetra, FJS
Jocelina de Jesus Santos Araújo, Enfermeira Obstetra, FJS

RESUMO

O protagonismo do pré natal é vivido pela gestante/ mulher, no entanto é necessário que o ator coadjuvante faça-se necessário nesse momento, por isso os serviços de saúde buscam cada vez mais contar com a presença do homem/pai durante as consultas de pré natal e palestras. Os estudos científicos têm feito com que o papel do companheiro tenha destaque durante o acompanhamento pré natal porque culturalmente é preciso desmistificar que o papel da paternidade só se inicia com o nascimento. Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura, a partir de plataformas de pesquisa científica cujo método permite relacionar os desafios para a inserção do (a) parceiro (a) no pré-natal, oferecendo uma análise acerca do que foi melhorado a partir da implementação das políticas públicas voltadas para essa realidade junto ao pré natal.

DESCRITORES: Pré-natal; Paternidade; Planejamento familiar; Relações Paterno-Filiais; Família.

INTRODUÇÃO

As reflexões acerca das novas definições de família vem sofrendo modificações ao longo do tempo. A reprodução da cultura machista vem sendo enfraquecida através de processos sociais que se estabelecem na sociedade, o cuidado familiar que antes era encarado como exclusivo e intrínseco a mulher, hoje é encarado como um papel pertencente aos homens e mulheres, já que os papéis sociais do homem e da mulher são adaptáveis ao contexto que estes estão inseridos (SANTANA, 2014).

O enfrentamento dos mitos e tabus relacionados ao fenômeno família, vem ganhando espaço nas discussões de âmbito científico e social. Os papeis a serem desenvolvidos por cada

integrante de um determinado núcleo familiar precisa ser compreendido com maior profundidade para ser desconstruído. No cenário atual da sociedade a família sofreu modificações que levaram os indivíduos a repensarem seus papéis e a buscarem uma maior simetria com o trabalho, casa e filhos (WEGNER, 2010).

Historicamente as mulheres são definidas pelo seu papel obrigatório de serem cuidadoras do lar e da família, comprovando que o entendimento dos papéis sociais dos comportamentos dos homens e das mulheres na sociedade não são naturais, e sim ensinados culturalmente, internalizados e conseqüentemente reproduzidos como verdades. Diante desse contexto antiquado de família, constata-se que raramente os homens têm oportunidade de receber informações, trocar experiências ou desenvolver habilidades de cuidado aos filhos (SANTOS, 2010).

A figura social que representa o homem e a mulher vêm sendo marcada pelas definições que culturalmente os colocam para desempenhar papéis em razão de expectativas que giram em torno de estereótipos socialmente construídos para cada gênero. As fronteiras existentes entre o papel reprodutivo da mulher e o papel provedor do homem vem sendo transformadas em conceitos dicotômicos do que cada gênero pode desenvolver dentro da estrutura familiar. As atribuições sociais construídas dentro das concepções culturais vêm desconstruindo a responsabilidade feminina da reprodução social (SOUSA, 2016).

A reprodução social é marcada principalmente pelo período gestacional, momento de preparação e adaptação da mulher e do homem para cuidar do filho que carrega não só o nome e os genes dos pais, como também uma parte da bagagem cultural e social que eles acumularam ao longo dos anos. Assim como a mulher precisa se preparar para gestar a criança o homem também precisa passar por processos que definiram seu perfil paterno e o grau de comprometimento com a criação e o cuidado da criança (TONELI, 2015).

A gestação traz consigo transformações no corpo e no cotidiano da vida da mulher, é nesse momento que grande parte das mulheres buscam atendimento especializado para realização do pré-natal para assim se preparar para o momento do parto. Esse atendimento deve ser confiável e efetivo, para que a gravidez se desenvolva de forma tranquila sem intercorrências. Nesse momento de sua vida é importante e fundamental que a gestante tenha apoio familiar, principalmente do(a) companheiro(a) (ALDRIGHI, 2018).

O protagonismo do pré natal é vivido pela gestante/mulher, no entanto é necessário que o ator coadjuvante faça-se necessário nesse momento, por isso os serviços de saúde buscam

cada vez mais contar com a presença do homem/pai durante as consultas de pré natal e palestras. Os estudos científicos têm feito com que o papel do companheiro tenha destaque durante o acompanhamento pré natal porque culturalmente é preciso desmistificar que o papel da paternidade só se inicia com o nascimento (BALICA, 2019).

O Ministério da Saúde propõe que o acompanhamento do pré-natal tenha não somente o homem como coadjuvante da gestação, mais traz também a presença de parceiros do mesmo sexo quando esta for a situação, para que através da consulta possam discutir questões da paternidade com os serviços de saúde, estabelecendo uma linha de cuidados para a gestante e também para o feto. O acompanhamento feito com a parceria do progenitor ou companheiro(a) da gestante pode trazer benefícios não só para a mulher durante o trabalho de parto, como pode proporcionar melhores condições para o neonato. Logo, com essa abertura dos papéis sociais dos indivíduos durante a gestação o SUS procura garantir a integralidade e a humanização do atendimento no pré-natal no Brasil (DA SILVA, 2019).

A questão de pesquisa que norteou a elaboração desse estudo foi quais os desafios para a inserção do (a) parceiro (a) no pré-natal? Como objetivos têm-se analisar os desafios para inserção do(a) parceiro(a) no pré-natal e contribuir para quebra de paradigmas da assistência pré-natal como espaço feminino.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura, a partir de plataformas de pesquisa científica cujo método permite relacionar os desafios para a inserção do (a) parceiro (a) no pré-natal, oferecendo uma análise acerca do que foi melhorado a partir da implementação das políticas públicas voltadas para essa realidade junto ao pré natal.

Para o levantamento da literatura, foram consultadas as bases científicas bibliográficas eletrônicas nos meses de Outubro de 2019 até Dezembro do ano de 2020, sendo elas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDEnf), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram selecionados palavras-chave e descritores combinados, sendo eles: Pré-natal; Paternidade; Planejamento familiar; Relações Paterno-Filiais; Família.

Foram utilizados os descritores `tw:((tw:(pré-natal)) AND (tw:(paternidade)))` resultando em 218 artigos, em seguida foram aplicados os filtros como assunto principal, sendo eles: Cuidado Pré-Natal; Planejamento Familiar; Paternidade; Gravidez; Diagnóstico Pré-Natal; Saúde da Mulher; Pai; Saúde Materno-Infantil; Gestantes; Licença Parental; Relações Pai-

Filho; Bem-Estar Materno; Enfermagem Obstétrica; Educação em Saúde; Promoção da Saúde; Enfermagem Materno-Infantil; Relações Familiares; Atenção Primária à Saúde; Educação Sexual; Família; Cuidados de Enfermagem, resultando em 174 artigos ao final.

Em seguida foram utilizados os descritores `tw:((tw:(planejamento familiar)) AND (tw:(relações paterno-filiais)))` resultando em 24 artigos. Foram aplicados os filtros como assunto principal, sendo eles: Relações Pai-Filho; Pai; Características da Família; Planejamento Familiar; Gravidez; Poder Familiar; Serviços de Planejamento Familiar; Relações Familiares; Condições Sociais; Fatores Socioeconômicos; Parto Humanizado; Acompanhantes Formais em Exames Físicos; Relações Profissional-Família; Comportamentos Relacionados com a Saúde; Família; Núcleo Familiar, resultando em 17 artigos ao final.

Depois foram utilizados os descritores `tw:((tw:(família)) AND (tw:(pré-natal)))` resultando em 10325 artigos. Foram aplicados os filtros como assunto principal, sendo eles: Cuidado Pré-Natal; Saúde da Família; Saúde da Mulher; Família; Atenção Primária à Saúde; Gestantes; Gravidez; Estratégia Saúde da Família; Educação em Saúde; Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Aceitação pelo Paciente de Cuidados de Saúde; Enfermagem Obstétrica; Mães; Promoção da Saúde; Serviços de Saúde Materna; Saúde Pública; Pais, resultando em 2486 artigos ao final.

Identificou-se diversos estudos nas quatro bases de dados pesquisadas. Em seguida excluiu-se os duplicados e aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão, que seriam idioma português; recorte temporal de 2010 a 2020. Os estudos identificados foram pré-selecionados por meio da leitura do título, resumo, palavras-chave ou descritores e ano de publicação.

Foram escolhidos artigos de revisão, revisões bibliográficas, teses, dissertações, resultados de pesquisas, relatos de experiência, revisões e relatórios de gestão. Foram excluídos editoriais, cartas, artigos de opinião, comentários, resumos de anais, ensaios, dossiês, livros e artigos que não atendessem o objetivo desta revisão. Totalizaram 107 artigos. Estes foram lidos por completo, excluindo-se os que não atenderam ao escopo, compondo 34 estudos ao final do levantamento de material a ser utilizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E INSERÇÃO DO PARCEIRO COMO COADJUVANTE NO ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL

Grande parte das discussões envolvendo a presença do parceiro durante o acompanhamento da gravidez surgiu na década de 1980, onde substancialmente foi percebido a relevância da relação pai e filho como forma de construção do sentimento afetivo da responsabilidade paterna. No Brasil estudos ainda são escassos por se tratar de um país onde a cultura machista ainda é prevalente e afasta constantemente o companheiro de todo o período gestacional, ou pelo menos parte dele, contribuindo assim, para um possível dificuldade na relação pai e concepto (DA SILVA, 2019).

Foram muitas as soluções promovidas pelas instâncias públicas para que fosse incluída a presença do pai durante a realização da consulta pré-natal, os serviços de saúde efetivaram oficialmente a presença do parceiro nas consultas pré-natais através da Portaria GM/MS n. 1.944, de 27 de agosto de 2009, lançada pelo Ministério da Saúde, no contexto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Tornando a partir daí, o parceiro não apenas um coadjuvante no pré-natal, mas alguém necessário na construção do período gestacional, cuidando da sua saúde física e emocional, junto com a parceira (MACIEL, 2019).

Culturalmente os homens não faziam parte do planejamento da gestação, pois era atribuído apenas a mulher a responsabilidade pelo uso dos métodos contraceptivos e o conhecimento acerca do pré-natal. Os debates que aconteceram em 1994 na Conferência do Cairo, e em 1995 na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, trouxeram o homem como figura importante nas investigações, intervenções e discussões sobre saúde sexual e reprodutiva, tornando-o necessário para o acompanhamento da saúde do feto e sujeito ativo durante o período de gestação, parto e puerpério. No entanto, os avanços vêm acontecendo de forma lenta, definidos pelo contexto sociocultural e por aspectos como geração/idade, raça/cor e localização geográfica (DA SILVA, 2019).

No decorrer dos anos a participação masculina aumentou no que diz respeito à gestação, parto e puerpério. Porém, ainda não é uma realidade aplicada a grande maioria dos casos. Nos anos 2000 foi instituído através da Lei 11.108, de 7 de abril de 2005, o direito do homem de presenciar o parto, mas a maioria dos serviços do SUS não permite esse acompanhamento. Isso pode refletir também no acompanhamento pré-natal, onde a presença do homem não recebe o acolhimento necessário (SILVA, 2014).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) lançada em 2008 pelo Ministério da Saúde trouxe dentre muitos dos seus objetivos a participação do pai no pré-natal. A partir do momento que os homens se apropriam do conhecimento dessa política eles podem sentir-se seguros para acompanhar a gestação, bem como construir uma conscientização social e cultural de que é preciso oferecer suporte as parceiras durante o período gestacional (MELO, 2015).

Existem ainda alguns obstáculos a serem enfrentados por parte dos pais, como por exemplo a dificuldade para obter dispensa do trabalho e a distância em relação as Unidades Básicas de Saúde que prestam o serviço de pré-natal, mais isso não impede que eles compreendam o que se passa nos processos gestacionais, são apenas resistências sociais ao processo (BRAIDE, 2019).

O reflexo cultural da ausência do companheiro durante o período do acompanhamento no pré-natal, parto e puerpério também é resultado da falta de políticas de saúde que assegurem não só o atendimento para a gestante. Os princípios de integralidade e equidade trazem para as políticas do SUS, aos poucos, a promoção de avanços nesse tipo de situação, trazendo o companheiro para o contexto gestacional, proporcionando uma vivência mais próxima da chegada do filho e também compreensão do que acontece com a gestante (CABRAL, 2013).

BENEFÍCIOS DO PARCEIRO COMO COADJUVANTE NO PRÉ NATAL

O acompanhamento pré-natal é um momento importante para a gestante, pois além do acompanhamento das suas condições de saúde e do feto ela pode tirar dúvidas acerca do que pode enfrentar no trabalho de parte e realizar os exames necessários para se preparar para esse momento. É importante para a gestante ter o apoio familiar e principalmente do seu parceiro.¹⁴

Existem ainda barreiras culturais a serem vencidas de que o homem pode causar desconforto nas consultas pré-natais, no entanto, é preciso ser encorajado essa presença durante as consultas para que aumente seus conhecimentos sobre a gestação, o parto e o puerpério, promovendo e facilitando o auxílio para sua companheira de forma mais efetiva, bem como contribuindo para a construção de sua identidade paterna (GUERREIRO, 2012).

São muitos os benefícios envolvidos quando o casal se sente grávido, nesse momento o homem também começa a se preocupar mais com a própria saúde e também com o bem estar de sua companheira. A relevância da inclusão do homem no acompanhamento pré-natal precisa ser valorizada por meio das políticas públicas de saúde, pelo gestor da equipe multiprofissional e principalmente pelos profissionais que atuam neste campo de trabalho. Existem ainda muitas

barreiras que impedem o acompanhamento masculino no pré-natal, como por exemplo o desinteresse ou não importância em sua participação, por parte dos profissionais das UBS, o que causa descontinuidade nessa participação, mostrando o despreparo dos profissionais de saúde para o acolhimento do homem (LIVRAMENTO, 2019).

O período gestacional e o acompanhamento pré-natal não costumam ser reconhecidos como momentos de participação masculina, já que a assistência comumente é voltada para a mulher e o feto. No entanto, o homem estar presente nas consultas do pré-natal é indicativo de que o atendimento está sendo feito com qualidade, respeitando a integralidade preconizada pelo SUS. É necessário que os profissionais envolvidos nesse tipo de atendimento estejam cientes de que a participação masculina é necessária (HOLANDA, 2018).

Os benefícios do envolvimento paterno no processo de gestação e parto são evidentes através da possível diminuição do tempo de trabalho de parto, do uso de medicações e de cesáreas, aumento do índice de Apgar do bebê e amamentação por tempo adequado. Alguns serviços oferecidos pelo SUS na atenção básica oferecem esse tipo de participação no ciclo gravídico-puerperal através de momentos educativos, ofertados pela equipe multiprofissional, isso faz com que os pais vivenciem de forma mais intensa os processos da gravidez oferecendo assim um suporte à sua parceira, inclusive no momento do parto, além de proporcionar maior parceria, colaboração e ajuda mútua entre o casal facilitando também nas tomadas de decisões enfrentadas no processo (POMPERMAIER, 2020).

Quando a atenção básica cria estratégias efetivas para a participação do parceiro no processo gestacional, pode possibilitar uma maior integração da rede, proporcionando ao casal conhecimento prévio da equipe do hospital responsável pelo parto que será oferecido para eles, impedindo por diversas vezes que o casal fique à procura de vaga, já com as contrações em andamento, reduzindo os riscos de agravos gestacionais ocasionados por trajeto durante o trabalho de parto (ANDRADE, 2015).

Quando a atenção a saúde do homem acontece em tempo concomitante ao atendimento gestacional, podem ser notados benefícios na relação do casal, bem como, diminuição de qualquer tipo de violência doméstica, maior cuidado oferecido ao bebê depois do nascimento, identificação precoce de processos patológicos envolvendo a família. Humanizando o atendimento pré-natal oferecendo oportunidades ao homem para tratar de sua saúde pode-se identificar por meio da adesão aos exames anteriores ao parto, condições patológicas

prejudiciais a mãe e feto como doenças infectocontagiosas e até mesmo doenças como AIDS, sífilis e hepatites virais (DA SILVA, 2017).

Um dos objetivos do acompanhamento pré-natal é a estratégia para redução de doenças infectocontagiosas congênitas, com a presença do companheiro é possível também promover conhecimento em saúde para o casal, relacionados aos cuidados de proteção, prevenção a transmissão de morbidades, investigações de incompatibilidades, como por exemplo na tipagem sanguínea e configuração genética, e o segundo, vinculado ao aspecto individual, que engloba as dinâmicas de relacionamento, configuração afetiva e arranjos desenhados para vivenciar o pré-natal e participação ativa junto com os (as) recém-nascidos (as) (ZAMPIERI, 2012).

É importante ouvir as necessidades de saúde do companheiro durante o pré-natal do casal grávido para que possa ser realizado nesse momento testes rápidos na atenção primária e verificando se possui alguma doença relevante para o período gravídico-puerperal, buscando assim resolução para o tratamento. Algumas doenças detectadas na gestante como a sífilis, só podem ser curadas completamente se o parceiro também realizar o tratamento. Se o homem não comparece para realizar os exames e seguir com o tratamento correto, a doença irá continuar afetando a gestante trazendo possivelmente sérias consequências para o bebê (MEDEIROS, 2019).

PAPEL DA ATENÇÃO BÁSICA NA INSERÇÃO DO PARCEIRO NO ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL

A gestação e o pré-natal geralmente são destinados a gestante e o feto, não é costume ter momentos de participação masculina. O homem estar presente durante as consultas é importante para proporcionar um atendimento de qualidade e integralidade. Existem ainda profissionais que desestimulam os homens a participarem do pré-natal e no parto, excluindo muitas vezes os parceiros desse processo tão importante para identificação da paternidade (ALMEIDA, 2019).

Grande parte dos homens desconhece os seus direitos à participação no pré-natal numa perspectiva de atenção integral à saúde proposta pelo SUS. O profissional de enfermagem que está realizando o acompanhamento da gestante precisa informá-la sobre esse direito, para que ela possa convidar e ter o seu parceiro presente durante o pré-natal. Ainda existem preconceitos e tabus relacionados ao modelo hegemônico de gênero, para que o homem também se torne protagonista na gestação do filho. A relevância da presença do pai, em termos psíquicos,

afetivos e de cuidados, não está sendo reconhecida na base do sistema público de saúde, ainda que o Ministério da Saúde a recomende, por meio de políticas (NUNES, 2020).

A equipe responsável pelas informações oferecidas sobre o ciclo gravídico-puerperal são os profissionais que atuam na rede de atenção básica a saúde, no entanto durante todo o processo de atendimento a futura mãe os profissionais que recebem a gestante e o companheiro precisam oferecer informações sobre o que está acontecendo, de forma que os conhecimentos adquiridos sirvam como suporte ao casal para que ambos valorizem e reconheçam os direitos do homem diante da paternidade. O companheiro e a família precisa da assistência oferecida durante o pré-natal, pois não é somente a mulher que tem anseios e dúvidas sobre a gestação. Contudo, o homem possui demandas diferentes que também precisam ser atendidas (MARQUES, 2020).

Os profissionais de saúde precisam construir diálogos seguros e sinceros com a gestante a respeito da participação do companheiro no pré-natal, bem como proporcionar-lhe acolhimento adequado sempre que estiver presente. A equipe deve oferecer ao homem a possibilidade de participar não só do pré-natal, mais também do parto e puerpério. Sendo assim, a equipe irá trazer a prevenção e a promoção da saúde direcionadas não só para a gestante mais também para o pai e toda a família. É preciso informar durante as consultas que se configuram como direitos legais do homem, enquanto pai: cinco dias de licença paternidade no trabalho, sendo que, a depender de alguns lugares essa licença pode se estender para até 30 dias (AZEVEDO, 2020).

Existem algumas atribuições ao parceiro que precisam ser encorajadas pela equipe que presta assistência ao parto e puerpério imediato, além de informar ao casal a importância relativa ao acompanhamento masculino em todos os processos gestacionais, de parto e puerpério é necessário que o nome do companheiro conste na identificação do neonato, para que ele deixe de ser visto como visitante para a mãe e o bebê e se torne um sujeito protagonista no período do puerpério da família, incentivando-o a permanecer com eles constantemente. Para os pais de primeira viagem é preciso informar sobre o registro civil de nascimento dos filhos e também esclarecer sobre a importância de incentivar a amamentação exclusiva e como ajudar sua parceira nos cuidados com o bebê (DE QUADROS, 2016).

O acolhimento do homem durante o processo de acompanhamento pré-natal envolve temas que precisam ser trabalhados em processos de educação em saúde. É preciso que os profissionais de saúde se qualifiquem e obtenham conhecimentos sobre as relações que

envolvem as famílias na atualidade, bem como os processos de saúde envolvidos na política de atenção a saúde do homem, para assim, proporcionar espaços para que os homens construam sua identidade como pai e sujeito importante na relação mãe e filho, especialmente no momento do pré-natal, em que a saúde do homem está relacionada com as condições da mulher e do feto (RIBEIRO, 2017).

As ações de saúde precisam se organizar para sanar as diferenças entre a teoria e prática quando trata-se da saúde de homens em posição à promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na Atenção Básica à Saúde, para assim desmistificar as questões de gênero, que ainda se mostram tabus e preconceitos impeditivos para que a inserção masculina ocorra, tem estado fincada desde a organização do próprio sistema de saúde (DA SILVA MEIRELES, 2014).

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA E A PARTICIPAÇÃO DO(A) PARCEIRO(A) NO PRÉ NATAL

A definição de família é complexa e apresenta significados diferentes nas muitas culturas, as configurações familiares da sociedade contemporânea sofreram profundas mudanças ao longo do tempo modificando as estruturas e os papéis dentro da dinâmica familiar; o homem antes visto como indivíduo provedor, hoje compartilha esse papel com a mulher. Não são apenas as mudanças de papéis de gênero que modificaram a família atual, são muitas as mudanças culturais, sociais, religiosas, políticas e econômicas que influenciam para que ela seja modificada (AQUINO, 2017).

É preciso pontuar que em muitas configurações de família os papéis de gênero são diferentes, muitas mudanças proporcionam casais homoafetivos de pessoas do mesmo sexo a compartilharem experiências singulares no processo gestacional, ainda existem barreiras como discriminação, tabus e preconceito ao identificar estruturas familiares de indivíduos de orientação sexual e identidade de gênero diferentes do que é estabelecido pelo modelo hegemônico do patriarcado cultural existente nas relações interpessoais. Esses obstáculos impedem a participação desses indivíduos no ciclo gravídico puerperal de suas parceiras ou possíveis integrantes no momento gestacional (NASCIMENTO, 2018).

Os desafios encontrados na prática profissional de Enfermagem no contexto da Atenção Básica, para a implementação do pré-natal de pessoas com orientação sexual que foge as normalidades, também se dão a partir do fortalecimento de estereótipos e pensamentos imagéticos que cristalizam a ideia de que somente casais heteronormativos têm o direito de

procriar e constituir família, impedindo esses indivíduos a cuidarem da sua saúde, expondo-os a riscos e agravos que seriam preveníveis no acompanhamento pré-natal (DE CARVALHO, 2019).

Existem muitas situações a serem discutidas no processo gestacional e configurações diferentes de família, quando não se discute essas situações a nível organizacional, perde-se de vista a compreensão da necessidade de continuar o trabalho de promoção da saúde da pessoa humana, inclusive no contexto da gestação, quer seja ela pautada na cisgeneridade, assim como na transgeneridade, como é no caso dos homens trans não histerectomizados que querem gestar uma criança, que possuem muitas vezes, as suas demandas de saúde esquecidas, invisibilizadas e até mesmo não atendidas (ARALDI, 2019).

A identidade paterna e/ou materna de casais homoafetivos é mais difícil de construir do que de casais heteronormativos porque os envolvidos não vivenciam no seu próprio corpo os processos gestacionais, no entanto, pode acompanhá-la participando das consultas de pré-natal. Na prática muitas pessoas ficam constrangidas diante das consultas perdendo até mesmo o interesse em participar destes momentos (RODRIGUEZ, 2015).

A inserção do companheiro(a) homoafetivo no pré-natal é um direito reprodutivo e sua participação torna-se cada vez mais frequente nos cenários vividos pela equipe de saúde. A presença do(a) parceiro deve ser estimulada durante as atividades de consulta pré-natal servindo para preparar o casal durante a gestação e para a hora do parto. A implementação do pré-natal para casais homoafetivos faz parte de um movimento crescente no Brasil e no mundo que defende o envolvimento integral dos indivíduos LGBT na gestação, no parto, no cuidado e na educação dos filhos (SANTOS, 2018).

Ainda é possível encontrar obstáculos e resistências naturais para o processo de reconhecimento das novas configurações de família e sua importância no acompanhamento pré-natal, uma vez que, envolve mudança de paradigmas e novos modos de trabalho, tanto por parte de gestores/as e trabalhadores/as de saúde como por uma parcela significativa da população no que tange ao engajamento dos indivíduos da comunidade LGBT nos temas relacionados a saúde reprodutiva.

CONCLUSÃO

Quando os papéis sociais deixam de definir a mulher como único indivíduo responsável pela gravidez o casal se considera grávido facilitando o processo de reconhecimento do ser mãe e tornar-se pai. Se o processo de compreensão e aceitação mútua do casal grávido ocorrer desde

o início da gestação, o casal pode exercitar o companheirismo, beneficiando tanto a gestante como o feto.

O relacionamento interpessoal entre os familiares e a gestante pode proporcionar um crescimento pessoal para os pais da criança e até mesmo o núcleo familiar envolvido durante o processo. O amadurecimento do(a) companheiro(a) durante a gestação pode mudar sua perspectiva de vida, mostrando-se afetivo(a), solidário(a) e próximo da intimidade, mudando hábitos e valores sociais.

Grande parte da população masculina desconhece os seus direitos à participação no pré-natal junto a gestante numa perspectiva de atenção integral à saúde proposta pelo ministério da saúde. O profissional de enfermagem que está à frente das consultas pré-natal precisa informar à gestante sobre esse direito, para que assim ela possa convidar e ter seu parceiro durante as consultas do pré-natal.

Ainda existem muitos tabus e preconceitos relacionados a presença do companheiro(a) nas consultas pré-natal, infelizmente o modelo hegemônico de gênero ainda predomina em uma parte da população, dificultando o papel dos coadjuvantes da gestação, o que pode limitar a troca de afetos, parceria, compreensão e intimidade dos envolvidos. A importância do companheiro(a) no pré-natal não está sendo reconhecida pelos profissionais que atuam na atenção básica de saúde, impedindo em termos psicológicos e afetivos do cuidado, que tenhamos efetividade nos princípios de equidade, integralidade e universalidade das políticas públicas de saúde recomendadas pelo Ministério da Saúde.

É preciso que os profissionais entendam a importância do pai ou da(o) companheira(o) no acompanhamento do pré-natal como forma de se prepararem para o parto com os conhecimentos adequados, dando suporte psicológico a gestante. O homem que participa das consultas pré-natal enquanto acompanhante da gestante, deve ser acolhido e receber as orientações necessárias, em linguagem clara, objetiva e compreensível, para participar ativamente de todas as etapas do pré-natal, parto e puerpério.

Durante a consulta pré-natal é preciso oferecer para o homem ou companheira(o) da gestante uma escuta ativa aos seus questionamentos, principalmente para que eles(as) possam ser também disseminadores dos conhecimentos aprendidos durante as consultas, transformando-o(a) em indivíduo com participação ativa durante a gestação evitando reduzir seu papel somente espectador das atividades relativas ao pré-natal. Toda a equipe participante do processo de gestação, parto e puerpério deve acolher o parceiro(a), de forma que os

conhecimentos adquiridos deem suporte à gestante para que ela também reconheça os direitos do homem diante da paternidade.

Para que seja efetivada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) os profissionais de saúde precisam colocar em prática o que é preconizado, acolhendo o homem ou parceira(a) da gestante, como indivíduo fundamental para o processo de gestação, parto e puerpério. A atenção básica precisa, implementar medidas que promovam o acolhimento e escuta ativa e humanizada para que o homem se conscientize do seu papel durante o processo de construção do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família Monoparental Feminina: Fenômeno Da Contemporaneidade?. *POLEM! CA*, v. 13, n. 2, p. 1225-1236, 2014.

WEGNER, Wiliam; PEDRO, Eva Neri Rubim. Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 31, n. 2, p. 335-342, 2010.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MÜLLER, Rita Flores. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e suas engrenagens biopolíticas: o uso do conceito de gênero como regime de luzes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 195-202, 2015.

ALDRIGHI, Juliane Dias; WALL, Marilene Loewen; SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula. Vivência de mulheres na gestação em idade tardia. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, 2018.

BALICA, Luciana Oliveira; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Percepções paternas no acompanhamento do pré-natal. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 17, n. 61, 2019.

DA SILVA, Eudayris Lucas et al. A Inclusão do Homem no Pré-Natal/The Inclusion of Man in Prenatal. ID on line *REVISTA DE PSICOLOGIA*, v. 13, n. 48, p. 354-360, 2019.

MACIEL, Carla Joelma Villares Guimarães et al. Política nacional de atenção integral à saúde do homem e seus eixos norteadores: estudo com a atenção primária na Área de Planejamento 3.2, mRJ. 2018.

SILVA, Maria Zeneide Nunes da; ANDRADE, Andréa Batista de; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Acesso e acolhimento no cuidado pré-natal à luz de experiências de gestantes na Atenção Básica. *Saúde em Debate*, v. 38, p. 805-816, 2014.

MELO, Raimunda Maria de et al. Conhecimento de homens sobre o trabalho de parto e nascimento. *Escola Anna Nery*, v. 19, n. 3, p. 454-459, 2015.

BRAIDE, Andrea Stopiglia Guedes et al. Sou homem e pai sim!(Re) construindo a identidade masculina a partir da participação no parto. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, p. e190, 2019.

CABRAL, Fernanda Beheregaray et al. Atendimento pré-natal na ótica de puérperas: da medicalização à fragmentação do cuidado. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 47, n. 2, p. 281-287, 2013.

GUERREIRO, Eryjoso Marculino et al. O cuidado pré-natal na atenção básica de saúde sob o olhar de gestantes e enfermeiros. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 16, n. 3, p. 315-323, 2012.

LIVRAMENTO, Débora do Vale Pereira do et al. Percepções de gestantes acerca do cuidado pré-natal na atenção primária à saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 40, 2019.

HOLANDA, Sâmia Monteiro et al. Influência da participação do companheiro no pré-natal: satisfação de primíparas quanto ao apoio no parto. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 27, n. 2, 2018.

POMPERMAIER, Charlene; FREITAS, Gabriéli Teixeira. A participação paterna no pré-natal. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê*, v. 5, p. e24268-e24268, 2020.

ANDRADE, Raquel Dully et al. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. *Escola Anna Nery*, v. 19, n. 1, p. 181-186, 2015.

DA SILVA, Thayná Champe et al. Práticas de atenção ao parto e nascimento: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 7, 2017.

ZAMPIERI, Maria de Fátima Mota et al. O significado de ser pai na ótica de casais grávidos: limitações e facilidades. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 14, n. 3, p. 483-93, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Santos de et al. Pré-natal masculino: desafios na prática de enfermagem na atenção básica à saúde. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 8, n. 4, p. 394-405, 2019.

ALMEIDA, Rosângela Nunes et al. Atenção integral à saúde da mulher no pré-natal: Interfaces com o direito à saúde. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, v. 2, n. 2, p. 41-47, 2019.

NUNES, Aline Brito et al. Os desafios na inserção do homem nos serviços de saúde da atenção primária. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 3021-3032, 2020.

MARQUES, Angélica Cristina Silveira; DE SOUZA MORAES, Adriani Izabel; UEHARA, Sílvia Carla da Silva André. Fragilidades e fortalezas da assistência à saúde do homem na atenção primária à saúde. *Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem*, v. 10, n. 32, 2020.

AZEVEDO, Marcel Vinicius Cunha et al. Desafios enfrentados pelos homens no acesso ao serviço da Atenção Primária à Saúde. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 10, n. 59, p. 4364-4375, 2020.

DE QUADROS, Jacqueline Silveira; DOS REIS, Thamiza Laureany da Rosa; COLOMÉ, Juliana Silveira. Enfermagem obstétrica e educação em saúde: contribuições para vivência do processo de parturição. *Rev Rene*, v. 17, n. 4, p. 451-458, 2016.

RIBEIRO, Cláudia Regina; GOMES, Romeu; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 41-60, 2017.

DA SILVA MEIRELES, Fabrina; TEIXEIRA, Solange Maria. As Diversas faces da família contemporânea: conceitos e novas configurações. *Econômico*, v. 16, n. 31, p. 38, 2014.

AQUINO, Deyse Ilza; CONCEIÇÃO, Cláudia Rosa Ferreira Ramos Taveira; PEREIRA, Cássia Regina da Cunha. A família contemporânea e a estratégia de saúde da família: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Estácio Saúde*, v. 6, n. 1, p. 48-62, 2017.

NASCIMENTO, Cynthia Maria Barboza do et al. Configurações do processo de trabalho em núcleos de apoio à saúde da família e o cuidado integral. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 16, n. 3, p. 1135-1156, 2018.

DE CARVALHO, Mariana Vieira; FLORES, Natália Lamego; CARNEIRO, Rômulo Almeida. O Direito À Licença Maternidade E Paternidade Dos Casais Homafetivos Constituídos Por Mulheres. *Revista Jurídica Direito, Sociedade E Justiça*, v. 8, 2019.

ARALDI, Marina Ortolan; SERRALTA, Fernanda Barcellos. O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, n. SPE, 2019.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; MERLI, Laura Fernandes; GOMES, Isabel Cristina. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 751-762, 2015.

SANTOS, Carine Valéria Mendes; ANTÚNEZ, Andrés Eduardo Aguirre. Paternidade afetivamente inscrita: modalidades de interação na relação pai-bebê. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. 1, p. 224-238, 2018.

CAPÍTULO 24

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSGÊNERO E INTERVENÇÕES CORPORAIS

DOI: 10.47402/ed.ep.c202157124110

Josuel Silva de Souza Queiroz, Mestrando em Antropologia Social, UFRN
Glycia Melo de Oliveira, Mestre em Educação Física. Docente, UERN
Camila Ursulla Batista Carlos, Doutoranda em Educação, UFRN, Docente, UERN

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as implicações geradas por intervenções corporais na construção da identidade de gênero. A amostra foi composta por 8 indivíduos transgênero com idades entre 20 e 43 anos, selecionados por meio da técnica de bola de neve. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo. Foi possível identificar que as intervenções corporais realizadas a fim de adequação ao gênero pretendido mostram-se como algo determinante para a construção da identidade de gênero de tais indivíduos.

PALAVRAS-CHAVES: Corpo; Identidade; Gênero; Transgênero; Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Os pensamentos acerca do corpo a muito estiveram sob suma ótica redutível, sendo este objeto de domínio do poder da razão. Os ideais defendidos tanto pela religião quanto filosofia e ciência estabeleceram em nosso inconsciente uma clara divisão entre corpo e alma, razão e emoção, matéria e espírito, fazendo-nos estabelecer uma hierarquia onde um (mente) sobrepõe-se ao outro (corpo).

O corpo esteve/está dentro de um processo de dominação, tratado pela economia como instrumento de trabalho, pelas ciências médicas como conjunto de funções, pela escola como dominável, pelo consumo como entretenimento. Esse processo de hierarquização e dominação não se apresenta apenas nas relações interpessoais e sociais, mas também no trato consigo mesmo, manifestando-se no interior de cada indivíduo a partir do momento que consideramos nosso corpo como objeto que controlamos (CHAUÍ, 1991).

Esse dualismo presente no pensamento ocidental constitui a divisão entre corpo, determinado pelos dispositivos biológicos que o compõe, e razão, definida como um constructo sociocultural, e que institui ainda o controle da razão sobre o corpo. Este estudo põe em pauta

uma outra questão dualista, por vezes tão debatida, mas ainda pouco estudada e esclarecida ao fazer social e acadêmico. Trata-se do controverso dualista entre sexo e gênero. Ao recorrermos à literatura é possível compreender a conceituação sobre sexo a partir de Arán (2006) quando retrata que é algo definido pela natureza, fundamentado no corpo orgânico, biológico e genético, já o conceito de gênero foi desenvolvido e geralmente usado para descrever o que é construído socialmente em oposição ao determinismo biológico que postula, por exemplo, que indivíduos que nascem com pênis são homens e os que nascem com vagina são mulheres. Assim, por vezes é entendido gênero como construções socialmente realizadas, de forma relacional, entre atributos masculinos e femininos (WITTMANN, 2016).

O debate sobre o que é chamado de gênero começou com as acadêmicas feministas americanas, que criticaram o determinismo biológico existente em termos como “sexo” e “diferença sexual”, justamente quando se discutia temáticas relacionadas às mulheres. O sexo e seus atributos biológicos eram usados como justificativa para as diferenças existentes entre homens e mulheres (SCOTT apud WITTMANN, 2016, p. 27).

Assim como foi exemplificado, a questão de gênero surgiu para romper com esse padrão do determinismo biológico, fazendo emergir novas discussões em torno dessa temática, como a questão da identidade de gênero, caracterizada como uma questão complexa que remete a constituição de percepção e sentimento individual de identidade.

A identidade de gênero viria da identificação subjetiva das pessoas com aspectos normativos ou não de feminilidades e masculinidades. Se o gênero é a categoria relacional entre masculinidades e feminilidades, a identidade de gênero diz respeito à identificação com esses atributos ou além deles (WITTMANN, 2016, p. 30).

As discussões acerca da divisão entre corpo e razão já foi a muito contestada e questionada, partindo, do que se tem conhecimento do filósofo Baruch de Spinoza que entendia a questão não como uma dicotomia, mas como um todo indissociável (ESPERIDIÃO-ANTONIO, 2008). Assim como mudou a abordagem de pensamento referente a essa dicotomia, apareceram também novas formas de se olhar a questão da relação entre sexo e gênero.

A pensadora Judith Butler defende a ideia de que o gênero é expresso por meio da performatividade, que seria uma reafirmação de uma norma ou conjunto de normas, que por sua vez pode ser entendido como os constructos sociais que estão ligados a ele, entendendo assim que a identidade de gênero é uma estrutura performática e que está diretamente relacionada à experiência corpórea. Para ela, o próprio corpo físico está ligado a performatividade de gênero, pois até mesmo as diferenças sexuais passam por um processo de (re)significação social, tornando-os assim socialmente construídos (BUTLER, 2010; WITTMANN, 2016).

A teoria de gênero abre espaço para “enquadramento” das pessoas que fogem ao padrão de classificação binário a partir do determinismo biológico, são elas as pessoas transgênero. Transgênero diz respeito a pessoas que se identificam como sujeitos do gênero oposto ao sexo designado em seu nascimento e reconhecem-se com essa identidade. Dentro da teoria *queer* ainda é possível encontrar o termo “identidades transgênero”.

(...) pessoas com identidades transgênero seriam todas aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, aquelas que adotam características que divergem das comumente atribuídas a esse gênero, as que transitam entre gêneros binários (feminino e masculino) e, por fim, as que fogem do binarismo. (...) o termo pode englobar transexuais, travestis, drag queens, dragkings, genderqueers, agêneros, e transgêneros, bem como outras identidades (VENCATO apud WITTMANN, 2016, p. 38-39).

Segundo Silva et al (2017) ao não identificar-se com os estereótipos de gêneros que lhe foram impostos a partir do sexo de seu nascimento, os indivíduos transgêneros sentem o desejo de buscar por formas de expressões que remetem as manifestações do gênero com o qual se identifica, como meio de integrar seu corpo à identidade pretendida. Para alcançar esse fim, recorrem a diversos recursos como meios auxiliares para construção do eu conforme sua autopercepção: uso de roupas, tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos. Tais configurações apresentam-se como formas corretivas para adequar seu corpo com a imagem de gênero que tem de si.

Ainda segundo as autoras, essas intervenções corporais revelam-se como um ponto crucial para muitos transgêneros, já que estes, cada vez mais, buscam atribuir a si características consideradas como sendo naturais para determinado gênero afim de favorecer seu senso de identidade pessoal (SILVA et al 2017).

A Educação Física como área de conhecimento, agrega os estudos sobre corpo como um dos focos acadêmico e profissional da área (em variadas instâncias: condicionamento, aptidão, estética, prevenção, educação). No entanto, a grande maioria dos estudos desenvolvidos na Educação Física, partem de uma ótica biologicista, gerando discussões sobre as capacidades físicas, visando o aprimoramento de técnicas para o condicionamento e aptidão física. Este estudo compreende que o corpo não pode ser reduzido à instrumento ou objeto a ser utilizado, mas sim como sujeito e nessa concepção, o sujeito (que é corpo) se constitui de diversas formas de ser e existir.

Tal fato nos conduz a pensar que a concepção e compreensão desses profissionais deveria estar alargado, acompanhando as mudanças e inovações do sec. XXI. Partindo disso, se vê a necessidade de gerar discussões nessa área de conhecimento que ultrapasse a visão de um

corpo mecânico, refletindo sobre as formas que o corpo se constitui para além do físico. Nessa vertente, buscamos refletir sobre os saberes do corpo na construção da identidade transgênero.

A partir do que é proposto anteriormente, é possível levantar algumas indagações sobre os reflexos da construção da identidade de gênero sobre o corpo, sobre como ele é visto/percebido e as formas de aborda-lo, trata-lo e intervi-lo para construção dessa identidade. Nesse sentido, o estudo tem o propósito de analisar as implicações geradas por intervenções corporais para a construção da identidade de gênero, buscando compreender a relação que os indivíduos transgêneros estabelecem com seu corpo, a ocorrência de intervenções corporais por parte destes indivíduos e a motivação para a realização de tais intervenções.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e teve como amostra 8 pessoas transgênero, sendo 6 mulheres transgênero e 2 homens transgênero com idade entre 20 e 43 anos. A amostra foi selecionada a partir da técnica de bola de neve, a qual refere-se a uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos (VINUTO, 2014). Como instrumento para coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada contendo 6 questões norteadoras, previamente estabelecidas, dentro da temática corpo e construção identitária, onde se tinha o levantamento de novas questões a partir das falas dos participantes, gerando o desdobramento e aprofundamento da entrevista. Para a análise dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados no estudo elegemos duas categorias de análise como forma de nos apropriar dos objetivos traçados. Tais categorias foram nomeadas da seguinte forma: 1) Corpo, identidade e subjetividade; 2) Transformar: a transição que leva ao transcender. Inicialmente assinalamos as palavras com maior frequência nas entrevistas realizadas para então, elegermos tais categorias. Como forma de preservarmos o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa, os apresentamos nesse texto em forma de números.

CORPO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE

Nossa existência se faz presente no mundo a partir do corpo. É necessário termos a compreensão que somos um corpo dotado de consciência e inconsciência com uma vastidão de processos complexos que guiam e regem nossos comportamentos, que são sempre corporais

(BARROS, 2005). Ao se fazer presente no mundo o corpo se faz palco, mas também personagem da trama da vida. A relação que cada indivíduo estabelece com seu Eu/Corpo é enlaçada por fios de subjetividade, sendo complexa e ao mesmo tempo singular, rodeado por uma rede de significados adquiridos a partir das experiências vividas no universo particular e coletivo de cada um, e os indivíduos transgêneros não fogem a tal realidade.

Contudo, não existe uma regra de trato com o corpo e consigo mesmo para tais indivíduos. Ao contrário do que se pensa e do que é propagado a rejeição e abjeção ao corpo não é padrão para tais personagens, bem como a relação entre o corpo desejado e o corpo percebido dos indivíduos não seguem uma linearidade. Ao analisar as respostas obtidas dentro do processo de investigação, foi possível identificar algumas similaridades, como também disparidades entre as opiniões quanto a relação de cada um com seu corpo. Os relatos foram de entre uma relação “simples” a uma relação “complicada” segundo seus depoimentos

A relação com meu corpo é simples. Eu me vejo como uma mulher, penso, ajo... minhas atitudes são de uma mulher, mas tipo, eu aceito meu corpo, entendeu? Eu penso em molda-lo pra me sentir melhor, mas não chegar ao ponto de fazer a cirurgia de mudança de sexo, porque eu aceito o meu órgão genital que é masculino (Sujeito 1)

No início, no princípio, de nenhuma forma eu gostava do meu corpo (...) eu não me via no corpo que eu nasci, não me via do jeito que eu era (Sujeito 2)

É meio complicado você ser, é... um espírito mulher e nascer no corpo de homem, e você se olhar no espelho e não se aceitar e perguntar o porquê, por que está acontecendo aquilo? por que está passando aquilo na sua mente? e é meio complicado... Mas sempre eu queria ser uma mulher, sempre eu quis ser uma mulher, porque aquele... algo dentro de mim, naquele corpo de homem falava isso (Sujeito 5)

É possível identificar a partir das respostas que cada uma estabelece um tipo de relação com seu corpo e até com seu órgão sexual. Entre as 8 pessoas entrevistadas 2 são homens trans e 6 são mulheres trans. Entre os dois homens trans as respostas obtidas foram similares sendo relatado principalmente um maior incômodo com os seios quando perguntados sobre a relação que cada um possuía com seu corpo:

Uma relação não legal, né!? Porque, assim... a gente que é pessoas trans a gente sempre tem... no caso eu que sou homem trans, eu não me dou bem com meu corpo por causa dos intrusos [seios], no caso sem eles seria... mesmo eu assim, seria o corpo perfeito, entendeu? (Sujeito 4)

Hoje em dia bem melhor do que antes, depois que a hormonização começou isso foi me dando um alívio, mas ainda sinto a necessidade de intervenção cirúrgica pra retirar os mamilos. (Sujeito 3)

Observando as respostas frequentemente dadas pelo Sujeito 4 é possível notar que o mesmo geralmente evita se referir a seus órgãos sexuais (seios e vagina) por seu nome real. Sempre que ele ia se referir a seus seios o mesmo utilizava a palavra “intrusos”. A utilização desta palavra em substituição a outra ressalta o incômodo causado pela presença deste órgão

em seu corpo, atribuindo-lhe o sentido de algo “metido”, algo que “não deveria estar ali”. Tal atitude pode ser considerada algo recorrente na comunidade trans. Bento (2009) ao verificar tais comportamentos sugere que se referir ao órgão sexuado, seios, pênis e vagina, configura-se para tais indivíduos como algo capaz de contaminar suas identidades, pronunciá-las teria o poder de contagiar e desencadear um conjunto de posições identitárias para seu locutor e interlocutor.

Em todos os casos, até mesmo naqueles em que se tinha uma boa relação com seu corpo, a realização de intervenções a fim de adequá-los à performance normativa de gênero pretendida, pareceu se configurar como algo essencial para aquisição do bem-estar com esse corpo e construção de sua identidade. Ao serem questionados e questionadas sobre a realização e desejo de realização de intervenções corporais e sobre a motivação para realiza-las as respostas tinham um grande grau de equivalência.

A medida das minhas condições financeiras eu fui mudando aos poucos. Hoje eu fiz algumas intervenções cirúrgicas e... mas eu não gostava do meu corpo, hoje eu me sinto bem a vontade do jeito que eu queria (...) coloquei próteses nos seios e no bumbum, fiz rinoplastia no nariz... e só isso... e elas foram feitas pelo fato que eram coisas que eu não me adaptava no meu corpo. Eu achava que eu era muito magrinha que eu tinha pouco glúteo, eu tinha muita vontade ter os seios grandes e não tinha, eu achava meu nariz super feio. Fiz só pra me sentir melhor mesmo. eu sempre me vi como uma menina e só o exterior que falta mudar, faltaria mudar, então pelo fato de eu ter feito as cirurgias, aí pronto, aí hoje eu me sinto realmente uma mulher. (Sujeito 2)

Eu simplesmente sentia que meu corpo era uma prisão e eu não consegui gostar dele eu me odiava, mas não sabia o motivo. (...) Eu iniciei [as intervenções] porque eu senti a necessidade de ver meu corpo se modificando (...) eu sinto a necessidade de ver... de modificar fisicamente o meu corpo para se adequar a minha identidade de gênero. (Sujeito 3)

Hoje eu preciso, eu necessito de ter essas intervenções, porque assim, é... para a gente trans uma transformação mais afeminada, mais mulher, a gente se sente melhor, se sente mais feliz, se sente mais realizada. Então assim, talvez eu não precise assim de muita coisa, porque... já houve algumas... um certo tipo de transformação no meu corpo já, como meus seios estarem mais salientes, minhas pernas... meu bumbum, mas assim, eu ainda pretendo intervir mais no meu corpo, eu quero que fique mais afeminado ainda, porque eu me sinto melhor, me sinto mais feliz, me sinto realizada. (Sujeito 5)

Como a gente nasce num corpo diferente a gente tenta ser mulher mais possível, né!? (...) pra identificar mais o que a gente quer ser (...) A gente toma [hormônio] pra se sentir mais ainda o que a gente já é, então vai crescendo o peito, vai mudando a voz (...) , tudo vai modificando aos poucos, a gente vai se sentindo mais... mais se encaixando cada vez mais no corpo da gente. (Sujeito 7)

Das formas de intervenções corporais para adequação de gênero utilizadas pelos entrevistados e entrevistadas o tratamento hormonal é o mais frequente. Entre as pessoas participantes da pesquisa apenas uma das mulheres trans relatou não realizar o tratamento, mas declarou ter interesse em realizar intervenções cirúrgicas, definida pela mesma como

cirurgias de feminilização: implantes de silicone nos seios e no bumbum e cirurgia de rinoplastia.

Outras formas de intervenções foram citadas pelos e pelas participantes da pesquisa, como corte de cabelo e utilização de roupas culturalmente entendidas para determinado gênero (cabelo longo e saia pra mulher e cabelo curto e bermudas para homens), mesmo que tais atos não fossem entendidos como intervenções no corpo. Uma das questões presentes na entrevista versava justamente sobre a utilização de tais meios, se tudo que era adornado a seu corpo eram com o intuito de representar o papel de gênero pretendido.

Na verdade, a maioria das coisas que eu uso são mais pra identificar o meu estado emocional ou alguma preferência... sei lá... de inspiração artística que eu vejo e quero trazer de alguma forma pra mim também. (Sujeito 3)

Sim! Tudo que coloco no meu corpo é para me identificar. (Sujeito 8)

Sim, pra que a gente seja... assim, no meu caso, mais passável possível, porque com o que está acontecendo hoje se não for passável é arriscado a gente... não só eu, mas com todo mundo, acontecer alguma coisa. Tipo, entrar num banheiro masculino, se você não for passável o pessoal vai ficar olhando, como já aconteceu comigo no começo, ficou olhando, queria me expulsar do banheiro e tal (Sujeito 4)

Mais uma vez é notável a existência de uma não padronização entre as respostas. É evidenciado que a constituição de identidade do que é ser homem e do que é ser mulher, e os dispositivos encontrados e utilizado por cada um e cada uma para elaborarem sua performance de gênero e construírem suas identidades são diversas. Concordamos com Pombo (2017) quando ela elucida que, a partir de um olhar foucaultiano, existe várias, complexas e diversas formas de compreensão da subjetivação para além do binarismo sexual.

Por mais que a identidade dos indivíduos seja construída a partir da subjetividade de cada um e cada uma, os mesmos ainda relatam sentir o peso da cobrança da sociedade para que eles e elas adequem sua performance de gênero dentro dos padrões heteronormativos para que assim se enquadrem nos padrões de normalidade. Tais exigências despertam medo nas pessoas transgênero e acabam influenciando a forma que cada um escolhe para construir seu/sua corpo/identidade. Isso é perceptível na fala do Sujeito 4 quando o mesmo diz realizar as intervenções para ser o mais “passável” possível para conseguir ter uma vida normal na sociedade. Os depoimentos de algumas outras pessoas também refletem o peso de tais exigências.

O preconceito na sociedade sempre vai existir, principalmente para uma trans. Agora eu acho que quando ela está modificada completamente, já está feminina e passa notoriamente como uma figura feminina acho que é mais fácil do que você ser, tipo... aquele meio termo, andrógino, com roupa de mulher, mas sem algumas coisas femininas, sem prótese, essas coisas. (...) Depois que eu me modifiquei todinha como uma trans, a sociedade já foi se acostumando, me tratando de outras formas. (Sujeito 2)

Para alguns indivíduos trans, as exigências da sociedade passam despercebidas, mas para outros, essas exigências tornaram-se perceptíveis e despertaram o desejo de libertação dessa norma, como foi o caso do Sujeito 3:

A medida que eu fui vendo os efeitos dos hormônios eu fui também descobrindo o que eu precisava, se eu precisava me auto afirmar de tal forma ou de tal forma. O que eu achava que precisava e não era necessário pra ter minha identidade. Que muitas coisas eram tipo externas, eram uma exigência da sociedade pra que eu me adequasse ao padrão heteronormativo. Então quando eu comecei a sentir que o meu corpo estava se adequando a imagem que eu esperava eu não senti mais a necessidade de ter essa autoafirmação. Por exemplo: fazer academia. Antes da hormonização eu achava que depois que eu começasse eu teria que me esforçar pra atingir esse padrão e depois eu fui vendo que não, que eu não tinha que satisfazer a sociedade e sim a mim. (Sujeito 3)

Entende-se a partir dos relatos que modificar o corpo na tentativa de adequar-se a uma norma de gênero, parte-se primordialmente do desejo de identificar-se enquanto gênero pretendido a fim de uma satisfação pessoal, como também, em alguns casos, do desejo de adequar-se ao padrão normativo a fim de vida em sociedade dentro das fronteiras da “normalidade”. O desejo de enquadrar-se dentro da normativa heterossexual, até quando não problematizada, pode ser justificada pelo desejo de fugir das amarras do preconceito, causador de tantas exclusões e condições de sofrimento para tais indivíduos.

TRANSFORMAR: A TRANSIÇÃO QUE LEVA AO TRANSCENDER

O processo de adequações e de intervenções corporais geraram mudanças não só na imagem corporal em si ou no trato consigo mesmo, mas também na forma como esse ser/corpo se relaciona com o outro e com o mundo. Tais mudanças tornam-se necessárias para a vida em comunidade, pois a partir de Schilder *apud* Barros (2005) é possível compreender que um corpo se faz corpo entre outros corpos. A presença do outro a nossa volta se faz necessária. Nesse processo TRANSformador as relações de afeto são afetadas pela descoberta do não pertencimento ao corpo de nascimento e passam também a ser afetadas pela TRANSformação dele.

Depois que eu fiz minhas intervenções, o preconceito sobre minha família, sobre meus amigos quase não existe. (...) sempre vai existir um certo preconceito sim, mas acho que o... a minha família, as pessoas que estão ao redor já me aceitam do jeito que eu sou. (Sujeito 2)

A relação com a família é muito... assim, com a família da minha mãe é muito boa, com a do meu pai, no começo teve aquele negócio de não aceitar, aí eu deixei até de andar na casa dos parentes do meu pai, que meu pai já é falecido, aí agora eles aceitam de boas, eu vou lá de boas. No começo minha mãe não queria aceitar, aí ela foi conversar com o padre, foi conversa com um monte de gente, aí todo mundo disse a ela “não, olhe, acolha seu filho, porque se você deixar na rua é pior”. Aí pronto, desde esse tempo... (Sujeito 4)

Quando eu era homem, minha família era muito... está entendendo? Eles tipo ficavam assim... me criticando, porque ou bem de eu escolher o que eu queria... está

entendendo? ou bem de eu, ou ir pra um lado ou pro outro, aí eu tive logo a atitude de escolher de ser trans e pronto. (Sujeito 6)

O corpo em TRANSformação tornou-se ponte possibilitadora do encontro consigo e com o outro, ligou espaços dividido pelo abismo do preconceito e alimentou o desejo de usar sua voz, corpo e existência como espaço de resistência para burlar os abismos dos preconceitos sobre quais essas pontes ainda não foram construídas.

Mudou dentro de mim, porque eu comecei a sentir a necessidade de militar sobre isso a partir do momento que eu via as dificuldades que as outras pessoas trans enfrentavam e muitas vezes mais do que eu, porque de certa forma eu tive o privilégio de ter o apoio da família, então eu sei essa necessidade de... de estar junto, de tentar militar, de lutar por essas coisas. (Sujeito 3)

Ultimamente agora depois dessa política presidencial, a gente se sente mais frustrada com um certo medo através de um candidato a presidente que causou essa repercussão no nosso país e falando de homofobia, falando de homossexuais, falando das trans, enfim, do mundo LGBT e algumas pessoas que tinha enrustido a homofobia dentro se soltou e estão aproveitando a situação e esse momento pra atacar o mundo LGBT, coisa que eu não tenho medo, não vou baixar a cabeça, sou resistente, estou aqui porque sou feliz. (Sujeito 5)

O Corpo é lugar onde as subjetividades são inscritas e marcadas e essas marcas podem ser lidas e percebidas de diferentes formas dependendo contexto sociocultural e histórico dos indivíduos (LONGARAY, 2016). Observou-se que o processo transformador do corpo possibilita aos indivíduos transgêneros uma espécie de experiência de transcendência. Aos serem questionados sobre o que mudou em suas vidas após a realização das intervenções para adequação ao gênero pretendido as respostas foram praticamente as mesmas: tudo mudou.

Mudou, mudou, mas assim, eu digo muito que mudou pra melhor... como as pessoas me acham mais bonita, antes eu era mais feio, hoje eu sou mais bonita. Hoje eu me vejo, eu vejo que eu me amo, primeiro eu, segundo eu, terceiro eu... me vejo mais bonita e gosto do meu jeito, das minhas intervenções a qual fiz nesse período. (Sujeito 8)

Tudo. Mudou tudo minha vida. Tudo, tudo, tudo. Eu acho que hoje eu sou até mais respeitada do que antes. Porque hoje, assim, eu tenho álibi pra... pra conversar com as pessoas, eu... sou mais feliz como já falei em quase todas as perguntas e as pessoas me veem como eu sou, como eu quero e como eu existo, então assim, mudou tudo em minha vida, mas pra melhor, tudo pra melhor. Depois que a gente faz é difícil? é complicado? É! Mas depois que a gente faz, somos uma nova pessoa, um novo ser humano, uma pessoa totalmente feliz. (Sujeito 5)

[mudou] Minha vida completamente. Eu me sinto bem melhor, assim... do que eu era antes, porque antes você... quando você não é passável você sente vergonha de tudo, aí quando você começa a criar pelo, o seu corpo começa a mudar, aí você se sente bem melhor. (Sujeito 4).

Ai, completamente. Hoje eu sou outra pessoa. Hoje eu me sinto uma verdadeira mulher. Mudou completamente. Hoje eu sou uma pessoa renovada, tanto fisicamente como é... psicologicamente. Eu acho que não adianta também só você mudar seu corpo e sua mentalidade ainda ser masculina, eu acho que é um conjunto e eu sempre me vi como uma menina e só o exterior que falta mudar, faltaria mudar, então pelo fato de eu ter feito as cirurgias, aí pronto, aí hoje eu me sinto realmente uma mulher. aí tudo mudou na minha vida, fisicamente, psicologicamente, tudo mudou. (Sujeito 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados foi possível identificar que a forma como cada indivíduo transgênero se relaciona com o seu corpo não segue um padrão de comportamento capaz de ser tido como um comportamento específico desta comunidade. Mas, paralelo a isto foi possível verificar que as intervenções corporais realizadas a fim de adequação ao gênero pretendido mostram-se como algo determinante para a construção da identidade de gênero de tais indivíduos. As intervenções também não seguem uma lógica linear nem se apresentam pelas mesmas formas e meios. Cada indivíduo atribui determinado significado para cada prática ou forma de intervenção em seu corpo e comportamento. As intervenções realizadas e desejadas pelos participantes configuram-se como essenciais para seu auto reconhecimento, e contribuem positivamente para seu fazer social, profissional e pessoal, atravessando as relações intra e interpessoais, corroborando para um bem-estar pessoal e social.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Revista Ágora:** Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 49-63, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, D. D. Imagem Corporal: a descoberta de si mesmo. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 547-54, mai./ago. 2005.
- BENTO, B. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas:** Natal, n. 4, p. 95-112, 2009.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- ESPERIDIÃO-ANTONIO, V. et al. Neurobiologia das Emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica:** São Paulo, v. 2, n. 35, p. 55-65, 2008.
- JESUS, J. G. Transfobia e Crimes de Ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **Revista História Agora:** São Paulo, 2014.
- LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Estudos Feministas:** Florianópolis, v. 24, n. 3, 761-784, set./dez., 2016.
- POMBO, M. F. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. **Periódicus**. v. 1, n. 7, p. 388-404, mai./out. 2017.

SILVA, A. C. F. et al. Transgeneridade: uma análise da representação da identidade do eu e do estigma nas produções audiovisuais recentes. **Revista Ártemis**: João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 132-142, jul-dez, 2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**: Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez., 2014.

WITTMANN, I. Corpo, gênero e identidade: Experiências transgênero na cidade de Manaus. 2016. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)** - Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

CAPÍTULO 25

DISCURSO, PODER E RELIGIOSIDADE: REGULAÇÃO E DISPUTA SOBRE AS EXPRESSÕES DE SEXUALIDADES

DOI: 10.47402/ed.ep.c202154625110

Guilherme Soares, Mestrando em Educação, UFOP
Juliana Campos Gomides, Mestranda em História, UFOP

RESUMO

O presente capítulo busca entender as discussões contemporâneas sobre os movimentos LGBTQI+ a partir da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, cujo tema se apresenta: “Fraternidade e diálogo: compromisso de amor”. A referida Campanha apresenta, em sua cartilha, o compromisso dos cristãos para com a fraternidade e o amor, buscando sempre, a partir do diálogo, a superação das diferenças e a promoção da unidade entre as pessoas. Tendo em vista a constante participação do Cristianismo na construção de perspectivas de gêneros e sexualidades como reguladores sociais, quais são os avanços e os limites que esta Campanha possibilitam? Ao considerarmos discursos reacionários como a “Ideologia de gênero”, que são pensados no interior de grupos religiosos, como essa Campanha dialoga com as mudanças sociais vigentes? Buscamos, ainda, compreender como a lógica discursiva de poder age na regulação sobre as expressões de gêneros e sexualidades na sociedade atual. Para tanto, utilizaremos autores reconhecidos no campo de estudos de gêneros e sexualidades - como Michel Foucault e Judith Butler - a fim de visualizar como a instância religiosa – especificamente cristã e ocidental – perpetua normas e impõem fixidez às categorias sociais de gênero e sexualidade. Entretanto, reconhecemos as limitações da teoria foucaultiana na atualidade, por isso, consideramos importante acrescentarmos a perspectiva interseccional, abordada por Angela Davis e Djamila Ribeiro, a fim de nos aproximarmos da realidade brasileira. Contudo, nos aproximamos de Foucault ao entendermos que as sexualidades, bem como as práticas sexuais, foram, especialmente após a Idade Média, reguladas, fiscalizadas e condicionadas à cisheteronormatividade. Reconhecemos, ainda, que a religião continua agindo como um dispositivo disciplinador dos corpos no que tange às expressões de gêneros e sexualidades, uma vez que o discurso religioso cristão perpetua nos corpos uma única possibilidade de expressão: a cisgenerificada e heterossexual. Ao partir das perspectivas atuais sobre como as sexualidades estão em debate no interior da lógica cristã, apresentamos nossa inquietação: como a Igreja Católica tem mobilizado o debate acerca da não violência para com sujeitos e sujeitas LGBTQI+ e ao mesmo tempo, ressalta a cisheteronormatividade? Com isso, observa-se um paradoxo: a Igreja reconhece expressões de gênero e sexualidades outras e ao mesmo tempo em que estas são vistas como ameaças à “família natural”, funda os discursos sobre uma suposta “Ideologia de Gênero” em curso. Acreditamos que a categoria de gênero se apresenta como uma ótica em potencial para analisar a sociedade atual e que, a partir disso, seja possível construir políticas que se inserem numa agenda democrática de justiça e reparação social.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Poder; Dispositivo; Sexualidades; Gênero

INTRODUÇÃO

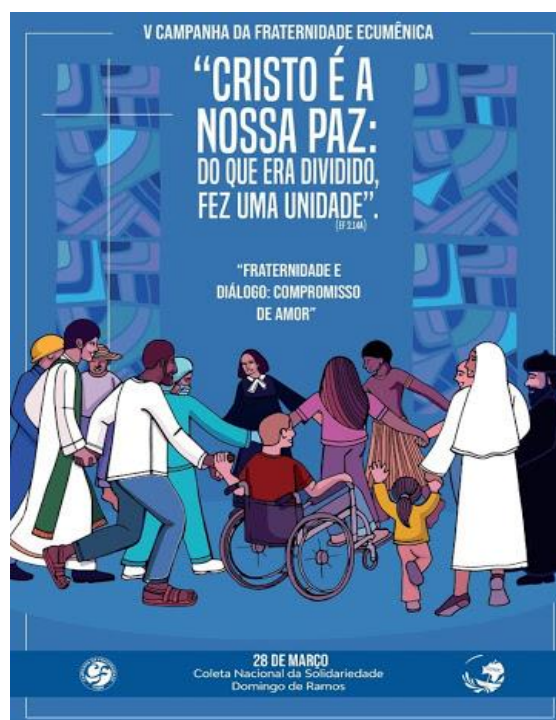
Inicialmente, consideramos de fundamental importância reconhecer que as sexualidades fazem parte do repertório humano e que todos os membros da espécie compartilham de experiências das sexualidades de maneira subjetiva e individual. Surge, portanto, um paradoxo no postulado acima: como as sexualidades são experimentadas de maneira individual, sendo que, enquanto sociedade, compartilhamos de experiências sexuais coletivamente semelhantes e que são denominadas segundo os interesses e desejos? Ser heterossexual, homossexual, bissexual, transexual, travesti parte de um auto reconhecimento ao mesmo tempo individual e coletivo por reconhecer no *outro* uma expressão de sexualidade semelhante a individual, ou seja, nos definimos e nos reconhecemos com base na negação do que o *outro* é: se me afirmo como heterossexual, implicitamente estou dizendo que não sou homossexual ou bissexual. O inverso também é verdadeiro: se me assumo enquanto homossexual, não afirmo apenas que sinto atração afetiva e/ou sexual com pessoas que foram socializadas segundo minha própria expressão sexual e de gênero. Afirmo, implicitamente, que não sou heterossexual ou bissexual e assim por diante.

Para além do não dito, foquemos no que é dito: o aspecto linguístico-discursivo. No que tange às sexualidades, o que é dito reflete uma instância dinâmica de nossas vontades, hábitos e relações corporais, porém o que é dito, também, pode ser censurado. Neste texto, buscamos apontar como o discurso sobre as sexualidades vêm sendo balizados, censurados ou regulados pela religião – neste caso, cristã e ocidental – e como, conseqüentemente, os corpos se tornaram objetos de disciplina no decorrer da História. O objeto analisado neste capítulo é a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, que tem como tema “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” e as recentes polêmicas envolvidas acerca de uma suposta defesa de grupos LGBTQI+ por parte do Cristianismo.

Primeiramente, a Campanha da Fraternidade Ecumênica segue uma periodicidade no calendário (de 5 em 5 anos) desde o início dos anos 2000. Promovida pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC), no qual são signatárias a Igreja Católica Apostólica Romana, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Aliança de Batistas do Brasil (ABB), a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Presbiteriana Unida (IPU). O intuito da Campanha é promover o debate entre as religiões cristãs brasileiras acerca de temas considerados relevantes para a atualidade, bem como possíveis enfrentamentos às desigualdades e violências que afligem o país, como a de 2016, que tinha como tema: “Casa

comum, nossa responsabilidade” e tangenciou as questões relacionados ao meio ambiente, como o saneamento básico. É preciso ressaltar que a Campanha da Fraternidade Ecumênica leva em consideração os contextos sociais, econômicos e políticos somente brasileiros, ou seja, não é uma diretriz que parte hierarquicamente do Vaticano. O principal meio de divulgação dos objetivos da Campanha da Fraternidade é uma cartilha elaborada em conjunto pelas Igrejas membros do CONIC e distribuída nas ações de cada Igreja. Na Cartilha são encontradas orações, hinos, preces e reflexões sobre o amor, a fraternidade, a solidariedade e a união - ensinamentos de Jesus Cristo - para pensar os desafios socioambientais, econômicos e políticos do contexto brasileiro. Além disso, a Campanha conta com a arrecadação voluntária de recursos - ofertas dos fiéis - que são destinados a projetos e ações sociais vinculadas à proposta temática. É a arrecadação destes recursos que, no ano de 2021, têm gerado polêmica e dissonâncias entre as comunidades cristãs brasileiras.

Figura 1: Cartaz da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021



Fonte: <<https://www.cnbb.org.br/escolhido-o-cartaz-da-campanha-da-fraternidade-ecumenica-de-2021-fraternidade-e-dialogo-compromisso-de-amor/>>

As discordâncias acontecem, principalmente, pelo fato de que, além do convite da Campanha atual ao diálogo e compromisso com o amor, há o debate à integração e não-violência para com grupos tidos como minoritários, por exemplo a juventude negra, mulheres, povos tradicionais, imigrantes, grupos LGBTQI+ (EDIÇÕES CNBB, 2020, p.28). Muitos praticantes cristãos, entretanto, problematizam o fato da Igreja apoiar financeiramente

iniciativas voltadas aos temas citados anteriormente. Notícias como a divulgada no portal digital “O Tempo”⁹⁸ demonstram que a insatisfação dos católicos e das católicas é expressada, majoritariamente, nas redes sociais. Os descontentamentos ao indicarem que a Igreja estaria dialogando com “ideologias de gênero” e ferindo seus dogmas revelam o caráter político e conservador de alguns movimentos católicos. Segundo a reportagem:

O tema não agradou as alas mais conservadoras da Igreja Católica. Em vários vídeos publicados no Youtube, o presidente do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, Frederico Abranches Viotti, condena a abordagem da CNBB que ele julga "pró-LGBT". "Não apenas tem o intuito de quebrar a barreira em relação ao que a doutrina da igreja considera pecado, que é o homossexualismo [sic], mas muito pior (...), lança uma nova religião", acusa. (FRANCO, 2021)

Consideramos, inicialmente, que a aproximação entre os grupos LGBTQI+ e a Igreja Católica revelam uma mudança na forma como os discursos sobre os gêneros e as sexualidades vêm sendo abordados pela Igreja na contemporaneidade. Dado que a relação entre discursos e sexualidades foi balizado, no Ocidente, durante muito tempo pela Igreja Católica, a incorporação de grupos LGBTQI+ à Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 indica uma alteração na forma em como os discursos de poder acerca das sexualidades se dão no interior das religiões cristãs brasileiras. Há de se ressaltar que acreditamos que tais mudanças refletem o avanço nas conquistas de direitos civis e políticos de pessoas com expressões de gênero e sexualidades que não se configuram na lógica cisheterossexual.

SEXUALIDADES EM DISPUTA: ASPECTOS DISCURSIVOS

Pensarmos em sexualidades implica, de imediato, a pensarmos nas relações sexuais do reino animal como um todo: o ato sexual é intrínseco à manutenção da vida biológica. Seres humanos, enquanto integrantes do reino animal, compartilham, também de experiências sexuais como meio de garantir a permanência da espécie. A diferença substancial é que as sexualidades humanas, para além de seu aspecto biológico, têm um outro caráter: são sociais. Isto significa que as condições históricas, econômicas, políticas e discursivas influenciaram e ainda continuam influenciando o modo em que a humanidade se relaciona com sua própria sexualidade.

⁹⁸ FRANCO, Daniele. **Movimento católico conservador quer boicotar Campanha da Fraternidade 2021**: para críticos da campanha, igrejas estão deturpando valores cristãos.2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/movimento-catolico-conservador-quer-boicotar-campanha-da-fraternidade-2021-1.2447668#>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Partindo do pressuposto de que as sexualidades são categorias sociais, cabe-nos nesta reflexão, o conceito de “Dispositivo” de Michel Foucault, trabalhado em “História da Sexualidade: a vontade de saber”, publicado em 1976. Segundo o autor:

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”. (FOUCAULT, 2017, p. 115)

Compreender o caráter histórico das sexualidades é fundamental para pensar que as ações humanas acontecem sempre em um tempo e espaço definidos, no entanto, as sexualidades, por se tratarem da dinâmica da vida humana, parecem ser atemporais. O que se observa é um controle discursivo das expressões de sexualidade no decorrer da História no Ocidente.

Iniciemos com a Idade Média, em que a vida social era balizada pela Igreja Católica na Europa. Michel Foucault aponta que não houve de fato uma censura sobre as sexualidades, por parte da religião católica, mas houve uma inserção do discurso sobre as sexualidades na pastoral católica da confissão. A partir do Concílio de Trento (1545-1563), a confissão, enquanto parte central da liturgia católica, foi incentivada como meio de remissão dos pecados. As sexualidades foram inseridas no discurso a partir da confissão: as práticas sexuais e os desejos da carne deveriam ser explicitados sob o julgamento de Deus. Falar sobre sexo, significou um movimento bastante interessante e paradoxal: falava-se sobre sexo na confissão e se puniam as práticas sexuais. Essa dualidade discursiva sobre as sexualidades moldou a forma de entender o sexo no Ocidente: “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem-se devotado a falar dele, valorizando-o como o segredo”. (FOUCAULT, 2017, p. 39).

À luz desta hipótese, nos perguntamos: como as sexualidades são balizadas pelo discurso religioso atualmente? Esta pergunta é bastante complexa ao pensarmos no contexto em que vivemos: movimentos LGBTQI+ em profusão pela luta por direitos, movimentos cristãos combatendo uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas, movimentos feministas que visam uma autonomia sobre o corpo da mulher, entre outros. Acerca dos discursos sobre “ideologia de gênero”:

[...] atuam como poderosos dispositivos retóricos reacionários que se prestam eficazmente a promover polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se

colocam como arautos da família e de valores morais e religiosos tradicionais (JUNQUEIRA, 2017, p.28)

O fato é que o sexo esteve e está em disputa. Atentemo-nos para o discurso religioso: segundo a Igreja Católica, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é condenável como pecado. No entanto, esta mesma Igreja promove uma Campanha da Fraternidade que busca o diálogo com a sociedade em prol da diminuição das violências, reiterando a importância da fraternidade e diálogo para com as pessoas LGBTQI+. Como interpretar este fato? Como a sociedade civil recebeu esta proposta?

O QUE DIZ A CAMPANHA? RECONHECIMENTOS E NEGLIGÊNCIAS DE EXPERIÊNCIAS OUTRAS

Nesta seção, buscamos demonstrar as formas como a expressão LGBTQI+ é apresentada na cartilha (Texto-Base) da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021. Ainda que a cartilha seja composta por 80 páginas - entre reflexões, cânticos, orações e preces - a sigla LGBTQI+ é citada apenas 8 vezes, em três parágrafos distintos. Já a palavra “preconceito”, ainda que não seja nosso foco de análise neste material, é citada 10 vezes. Para a análise das citações da sigla LGBTQI+, não seguiremos a ordem numérica das páginas em que se apresentam, mas, como opção metodológica, analisaremos inicialmente, a primeira citação (pág. 19), em seguida a terceira (pág. 32) e finalizaremos com a segunda citação (pág 28).

A primeira citação da sigla LGBTQI+, na página 19, aparece relacionada ao contexto brasileiro da pandemia de Covid-19. A reflexão construída é tocante ao aumento das desigualdades raciais, econômicas e conseqüentemente do aumento das violências contra mulheres, pessoas negras, indígenas e grupos LGBTQI+. De acordo com a cartilha, as violências contra tais grupos foram escancaradas pela pandemia, no entanto, como aponta Angela Davis (2016), as desigualdades decorrentes das interseccionalidades - isso significa a dinâmica entre as diferentes camadas de opressões, como gênero, raça, classe, orientação sexual na construção de subjetividades - são estruturais ao sistema capitalista e, por conseguinte, na organização econômica e política, por isso, não sendo expostas apenas pela pandemia, mas sim agravada por ela.

A terceira citação, presente na página 32, aponta para os números da violência contra grupos LGBTQI+. Para isso, a Campanha da Fraternidade se fundamenta nos dados divulgados no Atlas da Violência 2020, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério da Economia, em que constata o aumento da violência física aos grupos LGBTQI+. Há de se ressaltar que em 2020, o Brasil foi o país recorde no assassinato de pessoas

travestis e transexuais no mundo⁹⁹. Coincidentemente, dois anos antes desta informação, o Anuário Pontifício de 2018 apontou para o Brasil como sendo o país com o maior número de fiéis católicos do mundo¹⁰⁰. Outro fato que indica que a sociedade brasileira retrocede no tocante aos direitos civis e políticos de grupos LGBTQI+ foi a proposição do projeto de lei nº504/2021 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que tem como intuito o veto às propagandas publicitárias com casais e pessoas LGBTQI+, sob o argumento de ser uma má influência às crianças e adolescentes¹⁰¹. Os três exemplos citados configuram uma ilustração acerca da heterocisnormatividade vigente na sociedade contemporânea brasileira. Ainda que a Campanha da Fraternidade demarque e reconheça as violências decorrentes da necropolítica do Estado, consideramos que a atuação da Igreja Católica enquanto um dispositivo de poder no Brasil, reforça padrões e discursos da heterocisnormatividade e corrobora na continuidade das opressões historicamente construídas.

A segunda citação da sigla LGBTQI+, na página 28, surge numa breve explicação do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe, na sociedade brasileira. Esse conceito permite com que aspectos da morte sejam observados. Aspectos que são repletos de sentidos, mas privados de serem vistos, considerando o fato de que grupos LGBTQI+, juventude negra, imigrantes, mulheres e povos tradicionais são considerados falsamente como grupos minoritários e que são marginalizados pois confrontam a normatividade do sistema político. A respeito da LGBTfobia e a necropolítica, Rossi e Becker (2019) no artigo “*HUMANO QUE NÃO SE PODE CONSERTAR: A necropolítica dos corpos femininos*” utilizam gênero, corpo e raça como categoria de análise no conceito de necropolítica, de Mbembe. A complexificação do termo possibilita entender as significações sobre a morte para além de deixar de existir ou ocupar um espaço social. Os autores explicam que a ausência de direitos e de representações políticas em dadas esferas estatais podem significar uma morte, já que os indivíduos não vivem uma vida viável. Considerando o contexto explicado anteriormente - a respeito dos dados

⁹⁹ ANTUNES, Leda. **Brasil mata 175 travestis e transexuais em 2020 e segue recordista global de assassinatos de pessoas transgênero, diz dossiê anual da Antra.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/brasil-mata-175-travestis-transexuais-em-2020-segue-recordista-global-de-assassinatos-de-pessoas-transgenero-diz-dossie-anual-da-antra-24859138>> Acesso em: 28 abr. 2021

¹⁰⁰ BRASIL é o país com mais católicos no mundo e relação com a Virgem Maria vai desde os primórdios do descobrimento. 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/brasil-e-o-pais-com-mais-catolicos-no-mundo-e-relacao-com-a-virgem-maria-vai-desde-os-primordios-do-descobrimto.ba971e0ed0927671b0de056b7a994db8a71ma3qk.html>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

¹⁰¹ AGOSTINE, Cristiane. **Sob pressão, Assembleia de SP retira projeto contra propaganda com LGBT.** Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/29/sob-pressao-assembleia-de-sp-retira-projeto-contr-propaganda-com-lgbt.ghtml>> Acesso em: 28 abr. 2021.

apresentados - percebe-se que a forma como os dispositivos de poder se relacionam com as interseccionalidades aprofundam as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A partir das citações da sigla LGBTQI+ encontradas no texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, consideramos importante frisar que as religiões cristãs signatárias desta campanha reconhecem as existências e vivências outras de sujeitos e sujeitas não-heterossexuais, no entanto, observa-se que o material se limita apenas neste reconhecimento e pouco examina a participação da Igreja com dogmas que fundamentam profundamente preconceitos na sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, neste capítulo, uma breve reflexão acerca de como a sociedade contemporânea brasileira age frente às diversidades. Para isso, utilizamos a cartilha da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 como objeto de análise da configuração atual da sociedade brasileira no que tange aos discursos e debates sobre gêneros e sexualidades na contemporaneidade.

Acreditamos que a análise da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 seja um caminho para construir esta reflexão à medida em que a Igreja Católica, enquanto instituição milenar, se aproxima de discussões que por vezes contradiz as próprias práticas e preceitos religiosos. Apesar da Igreja não discutir acerca das lesbianidades, transexualidades, bissexualidades, há vigente o discurso fundamentado na homossexualidade como um pecado e uma ameaça à família e matrimônio tidos como naturais, além de considerá-la como um “conflito psíquico não resolvido que contraria o vínculo social” (VALLE, 2006, p. 168).

Reconhecemos a forma como a Campanha da Fraternidade mobiliza e se responsabiliza pelo diálogo da não-violência para com grupos oprimidos, entretanto, acreditamos profundamente que a inserção desta pauta reflete avanços dos movimentos sociais na luta e conquista de direitos civis e políticos desses grupos. Ademais, entendemos que a Igreja enquanto instituição de poder, necessitou de se aproximar das discussões contemporâneas acerca de manutenção e garantia das liberdades individuais de expressão, a fim de manter o exercício de seu poder.

Por fim, ressaltamos que a análise desse movimento proposto pela Igreja reflete como as relações de poder estão se desdobrando na atualidade, principalmente no que tange às identidades e expressões corporais diversas. Esperamos, com isso, que essa reflexão possa

somar-se ao cenário de diálogo e construção de políticas públicas que garantam o exercício de uma democracia plena e efetiva a todos os sujeitos e sujeitas do país.

REFERÊNCIAS

AGOSTINE, Cristiane. **Sob pressão, Assembleia de SP retira projeto contra propaganda com LGBT**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/29/sob-pressao-assembleia-de-sp-retira-projeto-contr-propaganda-com-lgbt.ghtml>> Acesso em: 28 abr. 2021.

ANTUNES, Leda. **Brasil mata 175 travestis e transexuais em 2020 e segue recordista global de assassinatos de pessoas transgênero, diz dossiê anual da Antra**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/brasil-mata-175-travestis-transexuais-em-2020-segue-recordista-global-de-assassinatos-de-pessoas-transgenero-diz-dossie-anual-da-antra-24859138>> Acesso em: 28 abr. 2021

Brasília: Edições CNBB, 2020. Campanha Fraternidade Ecumênica 2021: Texto-Base. 80p.

BRASIL é o país com mais católicos no mundo e relação com a Virgem Maria vai desde os primórdios do descobrimento: Um dos devotos de Nossa Senhora no país é o pregador Painho, que lançou o livro Mãezinha do Céu pela Editora Saramago. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/brasil-e-o-pais-com-mais-catolicos-no-mundo-e-relacao-com-a-virgem-maria-vai-desde-os-primordios-do-descobrimento_ba971e0ed0927671b0de056b7a994db8a71ma3qk.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – a vontade de saber**. Vol. 1, 6ª ed. Riode Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Daniele. **Movimento católico conservador quer boicotar Campanha da Fraternidade 2021**: para críticos da campanha, igrejas estão deturpando valores cristãos.2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/movimento-catolico-conservador-quer-boicotar-campanha-da-fraternidade-2021-1.2447668#>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à “família natural”?** In: Ribeiro, Paula R. C.; Magalhães, Joanalira C. (ed.). *Debates contemporâneas sobre a educação para a sexualidade*. Rio Grande, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

ROSSI, João Victor; BECKER, Simone. **“HUMANO QUE NÃO SE PODE CONSERTAR”:** **A Necropolítica dos Corpos Femininos**. Ñanduty, UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, v. 7, 30 ago. 2019.

VALLE, Edênio. **A Igreja Católica ante a homossexualidade: ênfases e deslocamentos de posições**. Revista de Estudos da Religião, v. 1, p. 153-185, 2006.

CAPÍTULO 26

IDENTIDADES, CORPOS E SEXUALIDADES

Guilherme Paiva de Carvalho, Professor Adjunto, UERN
Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira, Doutoranda em Ciências Sociais, UFRN

RESUMO

O artigo aborda as identidades, os corpos e sexualidades, tomando como refer ncia as perspectivas de Michel Foucault e Judith Butler. A partir da análise dos discursos e das rela es de poder, o estudo enfatiza a constru o da heterossexualidade normativa na cultura ocidental. Os discursos da Ci ncia Médica no Ocidente concebem a oposi o binária do g nero e a normalidade da sexualidade com base na concep o da heterossexualidade normativa. O gênero   definido a partir das categoriza es masculina e feminina. Pessoas que não aderem às concep es normativas sobre seus corpos representam formas de transgressão da norma. A defini o da normalidade sexual na Ciência Médica constitui formas de estigmatiza o e práticas de exclusão. Analisando as teorias sobre as travestis na Ciência Médica, bem como as performances de *drag queens*, *drag kings*, transformistas e *croosdressing* a partir de discursos das Ciências Sociais e Humanas, o estudo trata casos de resistência, subversão e transgressão da norma.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades; Corpos; Sexualidade; Discursos; Poder.

INTRODU O

A realidade   representada pela linguagem, uma realidade criada pelo ser humano que constitui o mundo simbólico. Na linguagem encontram-se crenças, valores, modos de pensar e agir que compõem o sistema cultural de grupos sociais diversificados. Assim, no mundo simbólico encontram-se modos de significa o que podem incluir, estigmatizar e excluir pessoas que representem formas de transgressão da norma. Em contextos sociais e históricos específicos são construídos modos de significa o sobre a sexualidade e as rela es de gênero. Signos pejorativos e estereótipos nos modos de significa o e nas práticas discursivas estigmatizam e excluem indivíduos que apresentam condutas consideradas como formas de transgressão da normalidade no tocante   sexualidade.

Na cultura ocidental e em outros sistemas de valor, a heterossexualidade e a oposi o binária se constituíram como critérios de normalidade e normatividade do comportamento sexual (BUTLER, 2010). Práticas discursivas e modos de significa o excluem indivíduos e

grupos sociais por meio de signos de estigmatização e relações de poder. A heterossexualidade impõe-se como modo de conduta obrigatória, prevalecendo como padrão normativo da sexualidade. Construída por intermédio de práticas discursivas e modos de significação, a formação das identidades baseia-se na incorporação de normas de feminilidade e masculinidade transmitidas no convívio familiar, por instituições religiosas, pelos meios de comunicação, ou em interações sociais e no âmbito escolar. Tais regras formam um sistema epistemológico que estabelece relações de poder nas sociedades.

A hierarquia da heterossexualidade obrigatória é sustentada por uma epistemologia/ontologia que dá origem e significado a categorias de identidade. Os sujeitos são produzidos e subjugados por relações de poder, práticas discursivas e sociais. Contudo, não é possível considerar as pessoas como sujeitos heterônomos conduzidos exclusivamente por estruturas sociais, submetidos a relações de poder que lhes impõem modos de pensar e agir. A identidade dos sujeitos é produzida por relações de poder, no entanto, as pessoas podem resistir ao poder na constituição de suas subjetividades.

A formação do sujeito a partir da constituição de sua subjetividade e, por conseguinte, da identidade, está relacionada à incorporação de valores. É na cultura, situada em um determinado contexto histórico-social, que os corpos adquirem significados, constituindo gêneros diversificados e plurais.

De acordo com Michel Foucault (1999), apesar de ser produzido por relações de dominação, há a possibilidade de o sujeito resistir ao poder. A resistência “não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 1999, p. 241). Onde o poder se exerce é possível ocorrerem resistências dos sujeitos, ou seja, “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. [...] Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (FOUCAULT, 1999, p. 241).

O poder é exercido sobre os corpos, constituindo identidades múltiplas. Desse modo, mulheres, *gays*, travestis e lésbicas, bem como pessoas com outros modos de identificação, pertencentes a grupos sociais marginalizados e excluídos pelas estruturas de poder hegemônico — representados por signos de estigmatização nos sistemas simbólicos —, podem resistir às relações de poder, afirmando-se como sujeitos por meio de práticas e performances. “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma

relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desenhos, forças” (FOUCAULT, 1999, p. 162).

A linguagem institui “relações, poderes e lugares”, sendo, portanto, espaço onde pode ser observada “a instituição das distinções e das desigualdades” (LOURO, 1997, p. 65). A heterossexualidade e a hegemonia masculina são vistas como “regimes de poder/discurso” (BUTLER, 2010, p. 10). Como mostra Judith Butler (BUTLER, 2010, p. 41), a oposição “binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutora e médico-jurídica”. Na cultura ocidental, o “discurso médico-legal da heterossexualidade” obrigatória formula a concepção de normalidade sobre o comportamento sexual (BUTLER, 2010, p. 46). Contudo, como destaca Judith Butler (2010), o gênero é performativo, correspondendo a práticas e marcadores culturais dinâmicos.

Nos discursos da cultura ocidental, “o ser humano é” concebido “para viver a dois, numa relação que, ao mesmo tempo, lhe dê uma descendência e lhe permita passar a vida com um parceiro” (FOUCAULT, 1988, p. 155). Por meio de discursos de verdade e relações complexas de saber e poder, “a concepção binária da sexualidade torna-se uma referência para o mundo ocidental” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 103). Em sua produção discursiva, a cultura ocidental — fundada na centralidade da racionalidade masculina — desconsiderou “mulheres, afrodescendentes, homossexuais, bissexuais, intersexuais e/ou transexuais” (CARVALHO, 2017, p. 121). Na perspectiva de Angela Davis (2016, p.101), “racismo e sexismo convergem [...]” na cultura ocidental, aparecendo como heranças nos sistemas simbólicos das sociedades americanas.

A ideia de ‘normalidade’ é criada em referência à sexualidade concebida como natural do ser humano, surgindo, como toda norma, de maneira teórica, ideológica, tributária do imaginário sociocultural no qual ela emerge. Partindo desse princípio, todo sujeito que não se enquadre nesse imaginário é tido como desviante ou patológico (CECCARELLI, 2000).

Em relação à imposição de uma sexualidade natural, heterossexual e procriadora, sob o olhar de Paulo Roberto Ceccarelli (2008; 2008a), essa se constitui como uma construção simbólica oriunda da cultura ocidental, cujas bases remontam aos elementos mitológicos constitutivos do imaginário ocidental. Em meados do século XIX, discursos da ciência apropriaram-se da sexualidade como objeto de estudo, enquanto a norma heterossexual reproduzia-se, sendo reiterada e tornando-se compulsória.

Para Michel Foucault (2002, p.151), “a relação de poder passa por nossa carne, nosso corpo, nosso sistema nervoso” e “a psicanálise, tal como é feita atualmente, a tantos cruzeiros por sessão, não dá margem a que se possa dizer: ela é destruição das relações de poder”. Consequentemente, a sexualidade do indivíduo está à mercê do poder discursivo das ciências, o qual institui modos de significação acerca da normalidade e da normatividade sobre os corpos dos sujeitos.

Segundo Ceccarelli (2008), logo após o nascimento ou mesmo antes disto, o bebê é tratado como menino ou menina, consolidando a crença segundo a qual o sexo anatômico designa o gênero masculino ou feminino. Assim, consolidaram-se os referidos estereótipos no pensamento humano, organizando a espécie em separado, bipartindo-a somente em dois modelos diferentes, de acordo com a anatomia de cada um.

Indivíduos que subvertem o padrão normativo da heterossexualidade representam modos de transgressão da norma. Judith Butler (2010, p. 152) ressalta o caráter “múltiplo e difuso” do sexo “em seus prazeres e modos de significação”. O presente estudo trata de modos de identificação que subvertem a heterossexualidade normativa e a oposição binária de gênero. Nesta perspectiva, são abordados discursos das Ciências da Saúde, bem como das Ciências Sociais e Humanas, sobre identidades sexuais difusas, com destaque para a travestilidade, a *drag queen*, a transformista, o/a *crossdresser* e o/a andrógino/a. É importante enfatizar que essas identidades sexuais apresentam múltiplos e difusos significados.

Sociedades democráticas podem se constituir como sistemas políticos excludentes. Em regimes políticos direcionados por um modo particular de interpretação de valores religiosos conservadores, como o instituído no Brasil a partir de 2019, observam-se tendências de silenciar, ocultar ou tornar invisíveis pessoas e grupos sociais que representam modos de subversão da heterossexualidade normativa. Daí a importância de abordar essa temática para dar visibilidade a grupos e pessoas estigmatizados, silenciados, ou ocultados pelo poder hegemônico.

1. A TRAVESTI

A travestilidade faz parte do universo transgênero, sendo concebida como um caso patológico por discursos e saberes das Ciências da Saúde. Na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (1993), as identidades trans eram tratadas como transtornos de identidade sexual de gênero pelos manuais e diagnósticos médicos, consideradas também como um tipo de perversão.

Vanessa Meira (2013, p. 01) afirma que

as experiências travestis vêm sendo descritas e classificadas nos documentos produzidos pelas principais agências de saúde: o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), produzido pela APA (Associação Americana de Psiquiatria), e o CID (Classificação Internacional de Doenças) produzido pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (1993), a travestilidade era tratada como ‘travestismo’, sendo denominada como uma patologia e desmembrada em duas modalidades, quais sejam, ‘travestismo bivalente’ e ‘travestismo fetichista’.

O *travestismo bivalente* é o termo designado — na categoria F (Transtornos da Identidade Sexual–F64) do CID-10 e no grupo F60-F69 (Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto) — para pessoas que usam “vestimentas do sexo oposto durante” algum momento da vida, “de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica”(1993)¹⁰². Na mesma conceituação, ressalta que a excitação sexual não acompanha a alteração das vestimentas.

Em relação ao *travestismo fetichista*, encontra-se conceituado no CID-10 — no mesmo grupo (F60-F69) e na Categoria F65 (Transtorno da preferência sexual) —, designando a pessoa que se veste com “roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto” (1993)¹⁰³.

Em face dessas diferenciações delineadas na referida Classificação, percebe-se que a primeira está relacionada com a identidade de gênero do sujeito, enquanto a segunda é tratada como uma prática sexual, associada a um estímulo à conjunção carnal. É tanto que na própria definição do termo, explica-se que após o orgasmo, há o enfraquecimento da excitação sexual. Porém, alerta que “pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo” (1993)¹⁰⁴.

Verificando tais elucidações, nota-se que o travestismo e o transexualismo são duas patologias da mesma ‘família’, ou seja, são da mesma categoria elencada no CID-10, ambas consideradas como Transtorno de Identidade Sexual. No entanto, o travestismo se difere em

¹⁰² Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f641/travestismo-bivalente>> Acesso em: 04.07.2016.

¹⁰³ Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f651/travestismo-fetichista>> Acesso em: 04.07.2016.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f651/travestismo-fetichista>> Acesso em: 04.07.2016.

razão da necessidade compulsiva do sujeito em vestir-se com roupas do gênero oposto. Neste caso, pretende-se preservar o corpo, sem passar por modificações permanentes, ou seja, é vista como uma experiência provisória, mas legítima. Por outro lado, no transexualismo existe a certeza no sujeito de pertencer ao gênero oposto, desejando não só vestir roupas, mas também — e principalmente — vivenciar uma identidade oposta ao sexo biológico.

O DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e atualizado em maio de 2013 na sua 5ª edição, elenca a travestilidade como ‘transtorno transvêstico’ (DSM-V 302.3) (2016). Eis as características diagnósticas na extensa definição do que a APA concebe como um caso patológico de transtorno da identidade sexual:

O diagnóstico de transtorno transvêstico não se aplica a todos os indivíduos que se vestem como o sexo oposto, mesmo àqueles que o fazem de forma habitual. Ele se aplica a indivíduos cuja troca no modo de vestir-se ou cujos pensamentos sobre o uso de roupas do outro sexo estão sempre ou frequentemente acompanhados de excitação sexual (Critério A) e que estão emocionalmente perturbados por esse padrão ou sentem que ele prejudica o funcionamento social ou interpessoal (Critério B). [...] O transtorno transvêstico é quase exclusivamente relatado em indivíduos do sexo masculino. A excitação sexual, em sua apresentação mais óbvia de ereção peniana, pode ocorrer simultaneamente com o uso de roupas do outro sexo de várias formas. Em homens mais jovens, vestir-se como o sexo oposto frequentemente leva à masturbação, após o que toda peça de roupa feminina é retirada. Homens mais velhos com frequência aprendem a evitar a masturbação ou fazer qualquer coisa que estimule o pênis, de modo que evitar a ejaculação possibilita-lhes prolongar a sessão de uso de roupas do outro sexo. Homens com parceiras do sexo feminino, por vezes, completam a sessão de uso de roupas do outro sexo tendo relação sexual com as parceiras, sendo que alguns apresentam dificuldade de manter uma ereção suficiente para a relação sexual sem o uso das roupas do sexo oposto (ou sem fantasias particulares de uso dessas roupas). A avaliação clínica de sofrimento ou prejuízo, tal como a avaliação clínica da excitação sexual transvêstica, costuma depender do autorrelato do indivíduo. O padrão de comportamento ‘purgar e adquirir’ frequentemente representa a presença de sofrimento em indivíduos com o transtorno transvêstico. Durante esse padrão comportamental, um indivíduo (normalmente um homem) que gastou muito dinheiro em roupas femininas e outros itens (p. ex., sapatos, perucas) descarta-os (i.e., purga-os) na tentativa de vencer os ímpetos de vestir-se como o outro sexo, para depois começar a adquirir peças do vestuário feminino novamente (APA, 2016, p. 742).

Nota-se, neste diagnóstico, que o uso de vestimentas femininas por pessoas do sexo biológico masculino é um fator importante para caracterizar o transtorno. Porém, não só isso, posto que a excitação sexual é um dos critérios para reconhecê-lo, assim como a perturbação emocional e o prejuízo nas relações interpessoais podem ser elementos que o identifiquem.

As características referenciadas são mencionadas como sendo praticamente exclusivas dos sujeitos do sexo biológico masculino, os quais utilizam roupas femininas para manterem uma ereção e alcançar o orgasmo. Neste viés, podemos comparar o *transtorno transvêstico* —

nomeado no DSM-V pela Associação Americana de Psiquiatras — com o *travestismo fetichista*, elencado no CID-10 pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No entanto, a travestilidade é vista no Brasil de maneira associada à prostituição e marginalidade. Existe um estereótipo de travestis vinculado majoritariamente à exposição dos corpos às práticas sexuais, em troca de dinheiro. Segundo a Associação Nacional de Travestis (ANTRA), 90% das travestis e transexuais brasileiras estão no mercado de trabalho informal, principalmente se prostituindo¹⁰⁵.

Mesmo diante de tal realidade, é importante revelar que cada pessoa que se reconhece como travesti possui uma identidade própria, performances múltiplas, difusas e diferenciadas e, acima de tudo, autênticas. É um grupo heterogêneo de indivíduos que possuem particularidades e estilos próprios, mas que muitas vezes são tratados de maneira indiferente, em razão do estigma da prostituição que os perseguem.

Neste viés, Vanessa Meira (2013, p. 03) traz à tona uma advertência salutar, quando alega que

a concepção de ‘travesti’ como uma identidade fixa ou um grupo homogêneo é perigosamente simplificadora, na medida em que borra as singularidades de cada trajetória e as especificidades de cada contexto. Definir as travestilidades de forma sistemática ou fechada implica perder de vista sua fluidez.

Com a 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID-11) (2018), a identidade trans deixou de ser considerada como um transtorno mental, sendo definida como “incongruência de gênero”. Assim, haveria uma incongruência entre o gênero que a pessoa expressa e o seu sexo. É uma forma de amenizar os estigmas. No entanto, ainda há uma classificação e normatização acerca dos corpos e das identidades dos sujeitos trans.

A flexibilidade das identidades dentro do universo transgênero é um fator preponderante, pois todas elas fogem ao binarismo que constrói elementos fixos nos corpos, para serem identificados como casos patológicos pelo discurso médico-jurídico. A travestilidade, por estar imersa nesse universo, é flexível de igual modo, tornando-se fluida, dependendo das circunstâncias e das individualidades de cada pessoa (BUTLER, 2010). Nesta ótica, simplificar esse mundo de pessoas transgêneras — inclusive as travestis — é pretender colocar parâmetros normativos diante da multiplicidade de identidades de gênero que constituem os corpos.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>> Acesso em: 04.07.2016.

2. DRAG QUEEN E DRAG KING

O estereótipo da *Drag Queen* tornou-se bastante conhecido após o lançamento do filme *Priscilla, A Rainha do Deserto*, lançado em 1984 pelo diretor australiano Stephan Elliott. Na película, duas *drag queens*, Anthony e Adam — interpretadas por Hugo Weaving e Guy Pearce, respectivamente —, juntamente com a transexual Bernadette (Terence Stamp) partem em um ônibus — batizado de ‘Priscilla’ — para realizar um *show* em uma cidade bem afastada, no deserto australiano. Falar em *drag queen* é remeter o pensamento a essas figuras caricatas, extravagantes e excêntricas que estão inseridas no cenário transgênero, desconstruindo os padrões de gênero homem/mulher.

A *Drag Queen* é uma personagem feminina, de um homem artista, que pretende ganhar dinheiro se divertindo e divertindo outras pessoas, utilizando-se de vestimentas e acessórios exuberantes para chamar a atenção do público, assim como desconstruir os papéis de gênero impostos ao homem e à mulher. Ela é uma artista que desequilibra a ordem social vigente, pois levanta questões acerca das identidades sexuais binárias, consistindo em uma forma de subversão da heterossexualidade e, por conseguinte, de transgressão da norma.

Importante ressaltar que a *drag queen* consiste na “construção de um personagem e não” a ideia de “uma opção sexual; logo, configura-se como teatro ou performance” (AMANAJÁS, 2014, p. 01). O intuito primordial da *drag queen* é o entretenimento, é a diversão daqueles/as que a assistem, estando inserida no universo *queer*.

A ‘Teoria *Queer*’ apresenta categorias conceituais e significados diversificados, mas o seu objetivo essencial é integrar os sujeitos considerados excêntricos, esquisitos, estranhos, pervertidos, abjetos, ou seja, desviados da concepção de normalidade estabelecida pelos discursos médico-jurídicos que fundamentam a heterossexualidade normativa. Guacira Lopes Louro (2004, p. 57) dá uma definição para o termo, afirmando que

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante-homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina.

Dessa forma, a *drag queen* está irradiada por essa teoria, posto que é uma intérprete criada para fins artísticos, utilizando-se de performances para subverter a concepção de gênero. Portanto, “*drag queen* não se trata do que o indivíduo se sente em relação a sua própria

percepção, tanto interna quanto externa: é, na verdade, o que esse indivíduo faz como expressão artística” (AMANAJÁS, 2014, p. 03).

Não se pode confundir como um sujeito anatomicamente masculino que pretende ter reconhecida a sua identidade de gênero *drag queen*. Não! A *drag queen* não se trata de identidade de gênero, nem muito menos um tipo de orientação sexual. A orientação afetivo-sexual está relacionada com múltiplos e difusos desejos direcionados de um indivíduo para outro. Já a identidade sexual é o conceito de gênero que o sujeito possui sobre si, ou seja, é o senso que o indivíduo tem sobre pertencimento — ou não — ao sistema dicotômico baseado na oposição binária macho/fêmea.

Na realidade, a *drag queen* está muito mais vinculada com a ideia de performance de gênero, aquela que traçamos inicialmente como o meio pelo qual a pessoa manifesta — ou não! — a sua identidade de gênero. Aqui, portanto, por meio de atos, falas e gestos, o papel desempenhado pela *drag queen* não pretende manifestar a sua verdadeira identidade, mas sim, caricaturar uma identidade sexual que não possui, que não representa a si mesmo, ao seu Eu.

A origem do termo não se sabe ao certo, porém, Igor Amanajás (2014, p. 09-10) revela uma lenda que as *drag queens* disseminam para explicá-lo:

No teatro Elizabetano do século XVI, os papéis femininos escritos por Shakespeare ou qualquer outro dramaturgo eram interpretados por jovens adolescentes homens — meninos entre dez e treze anos. Julieta, Desdêmona, Ofélia e Lady MacBeth foram atores transvestidos. Especula-se também que Shakespeare, ao conceber suas personagens femininas, ao rodapé da página em que descrevia tal papel, marcava-o com a sigla DRAG, *dressed as girl* (vestido como menina, em tradução livre), para sinalizar que aquela personagem seria interpretada por um homem. Não há provas concretas disso, pois nenhum manuscrito do autor sobreviveu ao longo dos 450 anos que o separam da contemporaneidade. O fato é que, sendo lenda ou não, a história é orgulhosamente contada e recontada pelas *drag queens*.

Em conformidade com a tradução do termo exposto, qual seja, ‘vestido como menina’, é assim que as *drag queens* são vistas no meio artístico. Os atores dramatizam, reinventando o estereótipo feminino, transformando falas, gestos e atos de maneira singular, realizando uma performance que envolve um corpo que subverte os padrões normativos da oposição binária.

A personagem *drag queen*

[...] se torna uma figura pioneira e confrontativa, rompendo barreiras e desafiando o senso comum. Muito se alcançou no que se refere ao desenvolvimento da linguagem e da grandiosidade da espetacularidade. Pode-se, certamente, apostar que esse território dramático é um terreno fértil para o novo e para o inesperado, uma vez que a *drag queen* reinventa a si e ao mundo que a circunda. A forma é progressiva e possibilita inúmeros desdobramentos; o discurso é satiricamente franco e abusadamente feroz; a estética é excessiva e hipnotizante; e o ato, em si, um acontecimento digno do mais puro glamour (AMANAJÁS, 2014, p. 22).

Os atos performáticos advindos dessa imagem caricaturada, dessa imitação de mulher, são revolucionários no palco, na vida do artista que a representa e na vida daquele/a que a observa. Acredita-se que a drag queen não é mais somente uma interpretação pura e despreendida do viés político. Ela hoje preenche espaços outrora não ocupados, como o show business¹⁰⁶, a comédia stand-up¹⁰⁷, rompendo barreiras socioculturais e midiáticas, deixando o seu recado como um ícone do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

Seguindo o mesmo objetivo da drag queen, o drag king também pretende subverter as normas de gênero, questionando-as por meio do corpo, instituindo masculinidades em corpos femininos para desnortear os/as expectadores/as. O arquétipo do homem-masculino-viril é desconstruído por pessoas que possuem identidade de gênero feminina, sendo utilizado como meio de críticas ao sistema binário.

Patrícia Lessa e Eliane Tortola (2016, p. 77) aludem que os

[...] *artivismos*¹⁰⁸ *Drag King* são modos de inventar masculinidades plurais. A masculinidade não deve e não pode ser reduzida ao corpo dos homens. Nas práticas *Drag Kings*, abrem-se possíveis modos de libertar os corpos que estavam presos ao papel de destino biológico, e assim, recriar um corpo mais lúdico, um modo transviado de masculinidade, que inclui o papel da vestimenta na configuração dos gêneros.

A performance de corpos femininos no gênero masculino é uma atividade artística dos *drag kings*, reinventando atitudes, falas e gestos, tentando recriar um modelo pré-imposto socialmente. Os personagens *drag kings* transitam no limite entre corpo e performance, entre identidade e papel de gênero, mimetizando masculinidades para embaralhar as mentes dos/as que lhes assistem.

Os *drag kings* utilizam vestimentas ditas masculinas como um traje que coopera para romper com a sistemática da heterossexualidade normativa, consistindo em mais um modo de transgressão da norma. “A performatividade do vestir e encenar uma masculinidade sem homens é uma possibilidade de sair do esquema binário e da hierarquia de gênero e supremacia da masculinidade dos homens” (LESSA; TORTOLA, 2016, p. 83).

Halberstam (2008, *apud* LESSA; TORTOLA, 2016, p. 86-87) ergue uma informação salutar sobre as práticas dos *drag kings*, ao proferir que elas

¹⁰⁶ *Show Business* significa ‘indústria do entretenimento’ (tradução nossa).

¹⁰⁷ *Stand-up* significa ‘ficar de pé’ (tradução nossa). Portanto, é um tipo de espetáculo que a pessoa realiza a sua performance em pé, no palco.

¹⁰⁸ As autoras denominam ‘ativismo’ como a potência criativa da *drag king*, capaz de criar uma arte ativista (LESSA; TORTOLA, 2016).

[...] não são restritas à imitação e observação, mais que isso, elas são interpretações, ressignificam e recolocam no mundo as personagens criadas. Corporificar uma personagem pode ser corporificar uma leitura de masculinidade em uma nova roupagem. Faz valer uma masculinidade sem homens e, por isso, não pode ser entendida como imitação.

Confinar as práticas performáticas dos *drag kings* em um jogo de falsificação não é ideal, posto que elas vão muito além do mimetismo, da reprodução de modos de agir. Na realidade, almejam recriar as performances masculinas, dar um novo mérito ao que se denomina como masculinidade, nomeando novos atos como sendo de todos os corpos, sejam eles anatomicamente da fêmea ou do macho.

Portanto, os *drag kings*, por intermédio de suas performances, almejam expor que o poder de ser masculino não pertence de modo natural a nenhum tipo de gênero, pois ele pode habitar várias estruturas corporais. Assim, há uma quebra na hierarquia de gêneros, nas relações de poder, a partir das práticas interpretativas dos *drag kings*, os quais se dispõem a não perpetuar o binarismo da heterossexualidade normativa.

3. A TRANSFORMISTA

Bastante confundida com a *drag queen*, a transformista difere em alguns caracteres performáticos, onde o indivíduo cria um personagem praticamente fiel a uma pessoa cisgênera¹⁰⁹. Geralmente para fins artísticos, o sujeito modifica o seu corpo com adereços considerados femininos — vestimentas, brincos, colares, pulseiras, batom, maquiagem, etc. —, acrescentando seios e bumbum postigos para alcançar uma aparência — ao máximo — igual de uma ‘mulher de verdade’, sem muito exagero, como fazem as *drag queens*.

O intuito é sair — na maioria das vezes, à noite — para que socialmente seja considerada uma mulher ‘quase perfeita’, seguindo os padrões da heterossexualidade normativa, culturalmente exigidos à mulher cisgênera. É a arte proposta por um sujeito masculino para se tornar o mais parecido possível com uma mulher, preenchendo o modelo ideal feminino.

Corroborando com essa definição, Juliana Jayme (2002) elabora um conceito para a performance em questão, quando diz que:

Para as transformistas, o tempo define o masculino e feminino. Dizem: eu sou homem de dia e mulher de noite. O corpo é modificado com maquiagem, roupa, espuma para fazer seios e ancas. Diante de uma transformista ‘montada’ não é possível saber se trata-se de homem, mulher, travesti ou transexual. A transformação pretende ocultar inteiramente o masculino (JAYME, 2002, p. 03).

¹⁰⁹ O termo ‘cisgênera’ é bastante utilizado pelos militantes do movimento LGBT, significando que é uma mulher anatomicamente do sexo feminino, que se identifica como mulher e se expressa socialmente como pertencente ao gênero. Portanto, é socialmente compreendida como uma ‘mulher de verdade’.

Essa premissa se origina em decorrência da transformista se ‘montar’ em diferentes momentos, não sendo algo permanente em sua vivência, não fazendo parte de sua identidade de gênero. É um tipo de performance na qual o sujeito se utiliza de artifícios e de oportunidades para mostrar a sua arte de modificar o próprio corpo, alterando alguns caracteres de sua estrutura corporal para se assemelhar com o estereótipo feminino, em oportunidades que surgem, mas não no cotidiano, em dias comuns.

Uma pessoa que pertence ao sexo biológico masculino ou feminino e se dispõe, por diversas razões e circunstâncias, a representar o gênero oposto ao seu, pode ser considerada um transgênero transformista. O ato de transitar e ‘brincar’ com as identidades de gênero — postas socialmente como o padrão correto a ser seguido — é um aspecto da performance do transformista.

Além dos elementos que a caracterizam como mulher, a pessoa transformista ainda adota um nome fictício para ser reconhecido socialmente, porém, não pretende mudar seus documentos civis em razão de sua performance. Pode desejar ser reconhecida nos grupos sociais que frequenta pelo nome feminino que se apropriou, porém, não requer a alteração no Registro Civil, posto que é uma encenação a sua performance, e não a vida real da sua identidade de gênero.

4. O/A *CROSSDRESSER*

O termo *crossdresser* tem sido bastante divulgado ultimamente nas mídias e no meio da militância LGBT para designar o perfil de transgêneros que gostam de vestir roupas do sexo biológico oposto. Os/as *crossdressers* preferem essa expressão do que o termo travesti, posto que este encontra-se arraigado de um estigma que remete à prostituição.

Assim como a travesti, o/a *crossdresser* é mencionado pelos discursos das Ciências da Saúde. O DSM-V apresenta a seguinte definição sobre o/a *cross-dressing*:

O vestir-se como o sexo oposto (*cross-dressing*) pode envolver apenas um ou dois artigos do vestuário (p. ex., para homens, pode incluir somente o uso de roupas íntimas femininas) ou se vestir completamente com roupa do outro sexo; em homens, pode incluir o uso de peruca e maquiagem feminina (APA, 2016, p. 742).

Dentro da categoria *crossdresser* há diferenciações entre os sujeitos, pois existem: aqueles/as que se vestem esporadicamente em público; outros/as que aderiram a um guarda-roupa completo com vestimentas e acessórios do sexo biológico contrário aos seus e se expõem cotidianamente nos mais diversos ambientes que frequentam; assim como aqueles/as que só mostram a cara nos ambientes e eventos específicos para o grupo *crossdresser*.

Indivíduos que se trajam com vestes ditadas socialmente como sendo da identidade de gênero oposta buscam se encaixar no padrão binário do gênero. Eliane Cherman Kogut (2006, p. 09-10) sustenta que:

Há relatos referentes ao *crossdressing* na Antiguidade, Idade Média e Moderna, bem como as pesquisas etnográficas com tribos americanas, e comunidades asiáticas, todavia, apresentam um quadro muito esparso e heterogêneo. Em geral, os relatos sobre pessoas que se vestem com roupas do sexo oposto aparecem em contextos que superpõem circunstâncias muito diversas das atuais, tornando difícil discriminar o quanto se trata do mesmo fenômeno que hoje denominamos de *crossdressing*.

Apesar de ser uma conceituação relativamente nova no meio social e midiático, o *crossdressing* é uma atitude transgênera que repercute na história há muito tempo e em várias civilizações.

No universo transgênero existem certas exigências entre os/as *crossdressings*, para serem todos/as considerados/as ‘reais’. Não pode, portanto, apenas vestir-se dentro de casa, escondendo-se das pessoas, ou seja, o sujeito tem que tornar público o seu desejo de estar caracterizado como um autêntico *crossdresser*.

Anna Paula Vencato (2008, p. 07-08) corrobora tal afirmação, quando sublinha que

[...] para se tornar ‘real’, não basta apenas ir às festas. É necessário também que se vá a estes eventos ‘vestida de mulher’ e fazendo uso de roupas, acessórios, perucas e sapatos que sejam da pessoa que os veste. Não que as *crossdressers* não possam emprestar coisas umas às outras ou que esses empréstimos não sejam comuns. A idéia subjacente a esta regra é, na verdade, que a pessoa perca o medo de ter suas próprias coisas e que forme seu armário (ou mala). Comprar as coisas necessárias para se vestir de mulher é uma questão importante.

Então, para firmar-se como *crossdresser* diante do grupo e perante a sociedade, o indivíduo terá que adquirir para si uma variedade de acessórios que ratifiquem o seu intento de caracterizar-se como uma pessoa de identidade de gênero feminina. O ideal proposto é que todas as suas peças indumentárias sigam o padrão do guarda-roupa feminino, com vestidos, saias, sandálias, maquiagem, etc., para que possa cruzar a linha limítrofe que separa o/a *crossdresser* verdadeiro/a do/a falso/a.

Diante da variedade de significações — até mesmo dentro do próprio universo *crossdresser* — para o termo em comento, importante destacar o elemento primordial que o define, qual seja, é a pessoa que “eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do “sexo oposto” ao seu “sexo biológico” (VENCATO, 2008, p. 13). Tal aspecto reforça a teoria sobre o caráter múltiplo e difuso do sexo, defendido por Judith Butler (2010).

Desse modo, mesmo perante as diferentes maneiras de praticar o *crossdressing* — seja variando o grau de publicidade da prática ou o grau de intervenções no corpo —, o sujeito que

se autodeclara *crossdresser* está infringindo as regras da heterossexualidade normativa, sendo muitas vezes alvo de preconceito, estigmatização e discriminação. É o ônus por pertencer ao universo transgênero, que burla a normatividade vigente e desconstrói a oposição binária e os estereótipos masculino e feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a observância de alguns estereótipos conhecidos e propagados socio-culturalmente, pode-se concluir que a transgeneridade caracteriza-se pela multiplicidade de performances e possibilidades de identidades. Estes não se enquadram na oposição binária de gênero — homem e mulher — do aparelho normativo em vigor, transgredindo as normas estabelecidas pelo discurso médico-jurídico.

A sexualidade não possui uma definição cerrada, rígida e aplicada a todos os sujeitos, posto que cada um possui a sua própria sexualidade individual, além de aspectos relacionados ao meio social e, portanto, à cultura e à formação da psique humana. Assim, diferencia-se de acordo com a própria vivência, com os próprios dissabores e com as próprias circunstâncias que interferem em sua construção como ser humano ímpar.

No sistema patriarcal, os homens incorporam a masculinidade e a virilidade como um poder restrito somente a eles, sobrepondo-o às mulheres para inferiorizá-las em uma estrutura hierárquica dos corpos. Imitando de modo caricaturado as meninas/mulheres, as *drag queens* interpretam os seus personagens, vestidos com roupas femininas e aparatos coloridos para subverter e transgredir os padrões da heterossexualidade normativa.

Por sua vez, os *drag kings* utilizam a masculinidade no intuito de reinventá-la, criando novos significados. De certa forma, acaba subtraindo o poder dos corpos masculinos para os corpos femininos. Desse modo, pretende abalar a estrutura do binarismo que vigora nas sociedades influenciadas pela cultura ocidental e outros sistemas simbólicos patriarcais, levantando questionamentos do que é ser homem e do que é ser mulher, afinal.

O transformismo pode ser visto como uma forma de transgressão das normas de gênero construídas pelo discurso médico-jurídico. Pessoas subvertem o padrão dualista, vestindo-se com peças indumentárias e usufruindo de acessórios que correspondem no meio social ao sexo oposto, como é o caso do grupo *crossdressing*.

A naturalização das identidades de gênero — afirmando que sexo biológico é igual ao gênero — é causa de angústia em alguns seres humanos que não se adequam aos padrões

normativos concebidos como verdades sobre a sexualidade. Nessas formas de subversão e transgressão da norma, o sujeito tenta adaptar os seus desejos com instrumentos que estejam ao seu dispor, enquadrando-se como do gênero oposto ao seu.

Em regimes políticos baseados em um modo específico de interpretação de valores religiosos, como a sociedade brasileira tornou-se em 2019, observa-se uma tendência em tornar invisível pessoas e grupos que subvertem a heterossexualidade normativa. Além da concepção de um comportamento considerado patológico pelo discurso da Biologia e da Medicina, essas pessoas são estigmatizadas, desrespeitadas e marginalizadas. Nas sociedades democráticas, performances e identidades de gênero que subvertem e representam formas de transgressão da norma, como travestis, *drag queens*, *drag kings*, transformistas e *crossdressing*, são modos de resistência a relações de poder estabelecidas por práticas discursivas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Igor de Almeida. *Drag Queen: Um Percurso pela Arte dos Atores Transformistas*. Revista Belas Artes, v. 1, p. 1-24, 2014. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/>> Acesso em: 04 Jul. 2016.

APA. *DSM-V*. Disponível em: <https://www.psychiatry.org/patients-families/gender-dysphoria/expert-qa>. Acesso em: 02 Dez. 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. *Discurso e poder em Foucault*. Curitiba: Editora Appris, 2017.

CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz de. Discurso, Poder e Sexualidade em Foucault. In: *Revista Dialectus*, v. 11, p. 100-115, 2017.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. In: *Revista Bagoas* nº 02, 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufn.br> Em 05 Abr. 2016.

_____. Sexualidade e preconceito. In: *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 17-18, set. 2000.

_____. *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008a.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.131-149.

KOGUT, Eliane Cherman. *Crossdressing Masculino: Uma visão psicanalítica da sexualidade crossdresser*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *O corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, Transformistas, Drag Queens, Transexuais: identidade, corpo e gênero. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2002. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/JulianaJaime.pdf>> Acesso em: 05 Jul. 2016.

LESSA, Patrícia; TORTOLA, Eliane. O Corpo que dança e a construção da poética Drag King: um tango-ação. In: *Revista Periódicus*, v. 1, p. 76-90, 2016. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br>> Acesso em: 05 Jul. 2016.

MEIRA, Vanessa Sander Serra e. Patologização das Travestilidades: entre a doença nos manuais e a saúde no cotidiano travesti. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>> Acesso em: 04 Jul. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). International Classification of Diseases 11th revision (ICD-11). Disponível em: <https://icd.who.int/>. Acessado em 19 de maio de 2021.

VENCATO, Anna Paula. “*Existimos pelo prazer de ser mulher*”: uma análise do Brazilian Crossdresser Club. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Ano de obtenção: 2009.

CAPÍTULO 27

INCONGRUÊNCIAS NA CULTURA TRADICIONAL: DESTINO SOCIAL DAS MULHERES E O LUGAR DAS MULHERES SOLTEIRAS

Simone Maria de Sousa Silva, Mestra em Teologia

RESUMO

A emergência de um movimento feminista organizado e as reflexões teóricas que emergiram dele provocaram discussões e transformações na compreensão do papel das mulheres na família, na maternidade, na relação entre o público e privado, além da discussão e incorporação do conceito de gênero enquanto categoria de análise. Esse trabalho pretende trazer uma reflexão sobre a importante contribuição do movimento feminista para as novas conquistas e modos de ser mulher na sociedade atual, questionando a idealização da imagem da esposa virtuosa, boa mãe e filha dedicada como modelo a ser seguido por todas as mulheres. Tem a intenção de ecoar sobre a educação das mulheres, que é e foi um instrumento de rompimentos, determinante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade. Ademais, procura rememorar na história os preconceitos e discriminação que as solteiras sofriam, procurando trazer à tona os estigmas sociais que pesam sobre as mulheres solteiras, fazendo uma reflexão de como se pode pensar em outras possibilidades para além das normas, e que lugares ocupam essas mulheres que não casaram e nem projetam filhos e filhas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Cultura. Movimento Feminista. Transformação.

INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos o lugar das mulheres na sociedade vem passando por transformações. Algumas destas mudanças estão sendo possíveis após a inserção das mulheres na educação, de sua entrada no mercado de trabalho, da ampliação das possibilidades de escolhas, sejam elas amorosas, profissionais ou em relação à maternidade. Todas essas modificações só foram possíveis após conquistas de direitos através do movimento feminista, sejam eles sociais, econômicos, políticos.

Estas conquistas se apoiam na luta pelo reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza, colocando a possibilidade política de sua transformação. Contudo, as estruturas estabelecidas socialmente em torno dos papéis de ser mulher e ser homem, e as relações estabelecidas entre os mesmos, vão sofrendo fissuras e, conseqüentemente, o rompimento desses padrões. Mas,

ainda, a imposição social do casamento e a concepção com filhas e filhos recai sobre as mulheres como se estas fossem normas a serem cumpridas para se ter um lugar social valorizado, como também, para a realização completa do ser mulher.

Este trabalho caracteriza-se por traçar uma linha histórica sobre as incongruências na cultura tradicional, o destino social das mulheres e o lugar das mulheres solteiras, trazendo primeiramente reflexões sobre o movimento feminista e suas contribuições para conquistas de novos modos de ser mulher na sociedade atual, e o importante papel da educação como instrumento de rompimentos e fator determinante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade. Em seguida, é apresentada uma discussão em torno da construção de normas sociais para a restrição das mulheres aos papéis de esposa, mãe e dona de casa.

O MOVIMENTO FEMINISTA E AS CONQUISTAS DE NOVOS MODOS DE SER MULHER

A legitimação das mulheres como sujeitos sociais foi conseguida, sobretudo, pelo compromisso das mesmas com uma luta organizada em busca de seus direitos e definição de seu espaço na sociedade. Essas organizações enriqueceram as práticas associativas de mulheres e permitiram-lhes tratar dos problemas e das demandas derivadas da condição de gênero. Apesar dos avanços consideráveis que o movimento feminista trouxe para a vida das mulheres, muitas ainda não são donas de suas próprias vontades, protagonistas principais de suas próprias vidas, mas sim, peças desconexas de um imenso quebra cabeça. Peças essas que só irão se encaixar se seguirem corretamente as normas, condutas, valores e padrões estabelecidos em uma sociedade que privilegia a figura do homem.

O movimento feminista, sem dúvida, ajudou a alterar as perspectivas de dominação em diversas áreas, por meio das campanhas pelos direitos civis, como direito à propriedade, voto, direitos reprodutivos, trabalhistas. Além disso, questionou o confinamento das mulheres ao lar, na tentativa constante em romper com o estigma de que a preocupação prioritária das mulheres deveria ser a doméstica, “encarnando a imagem de esposa e mãe”. (EGGERT, 2004. p. 225)

Nesse contexto Saffioti diz que:

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987. p. 9)

O feminismo tem se organizado, principalmente, em torno da luta contra o patriarcado¹¹⁰, pelo direito ao voto, por melhores salários e melhores condições de trabalho. Essas questões foram importantes para o movimento feminista desde o século XIX e fim do século XX no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França. As reivindicações e lutas consistiam na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade. Também defendia o fim dos casamentos arranjados e do pátrio poder. No entanto, no fim do século XIX, o ativismo passou a objetivar, principalmente, a conquista de poder político, especialmente do direito ao sufrágio por parte das mulheres. (ALVES, 1985).

Dentre as principais discussões que foram realizadas pelo movimento feminista, em suas diferentes correntes, houve buscas por explicações distintas sobre a origem do sexismo e sugestões de superação da opressão e luta contra o patriarcado. As correntes liberal e radical tinham como foco a “mulher” (burguesa) e se ativeram às conquistas de direitos de participação das mulheres na sociedade e igualdade social, influenciando as políticas de ações afirmativas. A corrente radical questionava o sistema patriarcal e suas manifestações nas relações sociais. Influenciou movimentos de contestação social e estava voltada para a conscientização das mulheres com o objetivo de romper com a história de submissão. A vertente do feminismo marxista ou socialista trouxe um debate sobre as questões de classe e opressão da mulher, contribuindo para a identificação de diferentes realidades para diferentes mulheres. (HOFMANN, 2008).

No final da década de 1940, Simone de Beauvoir, através da obra “O segundo sexo”, abordou questões ligadas à independência das mulheres e seu papel na sociedade. Segundo Teresa Joaquim, essa obra questionou o casamento como instituição, a maternidade como destino obrigatório, atacando a opressão das mulheres, mostrando as imagens que se construíram em torno delas ao longo dos séculos como o símbolo de beleza, de pureza, de perfeição, do bem, da virtude, do amor maternal, da “natureza” acolhedora e benévola. Todas essas questões, segundo ela, não passam de construções sociais. (JOAQUIM, 1999).

Segundo Lucila Scavone:

Questionando a função da maternidade no contexto do pós guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses deste livro sobre liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo „centrado na mulher sujeito“. [...] A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na

¹¹⁰ Segundo Saffioti: “Sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, mas não se constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. (SCAVONE, 2001, p. 16)

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro. O lugar das mulheres na reprodução biológica (gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças) determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina.

Nesse contexto, Priore diz que:

A comunhão entre o desejo institucional de domesticar a mulher no papel da mãe e o uso que as populações femininas fizeram desse projeto foram tão bem-sucedidos, que o estereótipo da santa-mãezinha provedora, piedosa, dedicada e assexuada se construiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais o abandonou. (PRIORE, 2009, p. 16)

A partir da década de 60 o movimento feminista se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que buscou romper os padrões tradicionais. O movimento ganhou força, sendo endossado por mulheres que intensificaram suas lutas no combate à opressão e desigualdades, a favor de sua emancipação econômica e social, e pelo direito ao trabalho, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. Desta forma, avançaram em termos de uma igualdade política e social em relação aos homens. (ALVES; PITANGUY, 1995).

As discussões sobre as conquistas e as lutas das mulheres, sobretudo na segunda metade do século XX, estão associadas à construção do conceito de gênero. A articulação desse conceito significou pensar a questão da mulher para além da divisão dos papéis entre os sexos. Antes, é preciso perceber as relações em que se estabelecem e que as determinam. Dessa forma, o conceito de gênero foi elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feministas. O conceito de gênero promoveu avanços nos estudos feministas ao questionar tendências universais em relação ao masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais.

Em seu clássico artigo Scott afirmou que a categoria de gênero é útil para a história. Não especificamente para a história das mulheres, mas também para os homens, nas relações entre homens e mulheres. Para ela, a principal contribuição do conceito de gênero foi fazer frente ao determinismo biológico, do que é próprio do homem e da mulher, e pensar que não devem ser vistos e entendidos separadamente. Segundo a autora, “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21).

Gênero, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica que define a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres (SCOTT, 1994). Gênero serve, dessa forma, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente definido. É mutável, pois está em constante processo de ressignificação devido às interações concretas entre indivíduos identificados com o sexo feminino e o masculino. (MACHADO, 1998).

É inegável o impacto do feminismo em diversas áreas da vida social. O efeito é perceptível não apenas nas vidas das mulheres, em diversas partes do mundo, mas também na produção do conhecimento, incluindo as ciências sociais. Este impacto, difícil de ser dimensionado, está relacionado à disseminação desse ideário com características específicas em diversos contextos.

É importante destacar que, com o feminismo, casamento, reprodução e maternidade abriram-se para a esfera pública e a família a uma análise política, desafiando concepções tradicionais. Desde o início, as feministas pensaram a família como uma construção ideológica e o papel de esposa e mãe como socialmente construídos.

Historicamente, as mulheres foram vistas de maneira estereotipada como figuras passivas e indefesas. Essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar as mulheres à esfera da submissão, do conformismo e do silêncio. E não é tarefa simples transformar esses valores há séculos enraizados no imaginário cultural de uma sociedade. Foi preciso a reação das mulheres para que através dos movimentos feministas se impusessem a favor do seu crescimento e inserção no espaço público, na educação e no mercado de trabalho. (ALVES; PITANGUY, 1995).

Simone de Beauvoir considerava os termos autonomia e independência praticamente como sinônimos. A autora vinculava a ideia de independência à existência de uma profissão e uma renda, afirmando que todas as conquistas das mulheres – o voto e outras liberdades cívicas – permanecem abstratas se não são acompanhadas de uma autonomia econômica. Afirma a autora: “foi pelo trabalho que a mulher cobriu, em grande parte, a distância que a separava do homem, só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”. (BEAUVOIR, 2016. p. 503). Ela também reafirma a importância do trabalho como condição que torna a mulher sujeito:

Produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito; pela sua relação com o fim que visa, com o dinheiro e os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade. Muitas mulheres têm

consciência de tais vantagens, mesmo entre as que exercem os mais modestos ofícios. (BEAUVOIR, 2016, p. 503)

Apesar das conquistas que o feminismo garantiu às mulheres, estas ainda encontram muitas dificuldades de se realizar enquanto sujeito autônomo. Isso porque os costumes se apresentam como um empecilho para seu crescimento pessoal e profissional, na medida em que suas tarefas “naturais” se somam às atividades escolares e/ ou ao trabalho externo. Ou seja, a condição para as mulheres saírem do ambiente caseiro ainda está vinculada à sua condição de ser mãe, esposa, dona de casa e dispor de tempo para desempenhar as atribuições da esfera pública. As restrições colocadas às mulheres servem de suporte para reforçar o sistema patriarcal e mantê-las na esfera privada da sociedade.

Sair das amarras de um sistema patriarcal, machista e sexista, que restringe as mulheres aos papéis da maternidade e do casamento, que são elementos constitutivos e definidores do ser mulher, ainda é um desafio constante, tendo em vista que mulheres que optam ou postergam esse “destino”, as mulheres solteiras, são consideradas mulheres sem projeção e prestígio social, já que para ser uma mulher verdadeiramente elas devem seguir o seu destino social. Como foi, ou está sendo possível romper com tais estigmas? Em um contexto de invisibilidade na história, durante o século XVIII, mulheres denunciaram a falsa ideia de que determinados papéis eram “naturalmente” destinados ao “belo sexo”. Dentre elas, destaca-se Mary Wollstonecraft que “viu na educação uma forma de as mulheres conquistarem um melhor status econômico”. (EGGERT, 2004, p. 233). Eggert diz que, em uma de suas teses, Wollstonecraft afirma que:

O casamento era uma espécie de “prostituição legal”, em que as mulheres eram escravas convenientes e que a única maneira de ser livres era se manter longe do altar. Ao se opor ao matrimônio, ela propôs às mulheres que se livrassem de seus velhos estereótipos emocionais para conquistar um lugar na sociedade. (EGGERT, 2004, p. 233)

Contudo, é importante destacar uma personalidade brasileira, Nísia Floresta, que estabeleceu um novo momento para a história da educação das mulheres no país. Ela foi considerada a primeira feminista brasileira, e “lutou por uma escola em que a competência intelectual fizesse parte do cotidiano das mulheres” (EGGERT, 2004, p. 235). Segundo Edla Eggert, para Nísia, as mulheres deveriam conquistar o espaço do saber, do conhecimento, ter acesso à vida pública e não só à privada. Eggert afirma que “sua crítica era dirigida à sociedade, que insistia em manter uma educação „onde a menina aprendia tudo, menos o que pudesse torná-la digna, mais tarde, de ser colocada na ordem da mulher civilizada“”. (EGGERT, 2004, p. 235).

Às mulheres não era permitido estudar e aprender a ler. Nas escolas, somente lhes eram ensinadas técnicas manuais e domésticas. Esta ignorância lhe era imposta como forma a mantê-la subjugada, desprovendo-a de conhecimentos que lhe permitissem pensar em igualdade de direitos. (SILVA, 2017).

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores. (RAGO, 1998, p. 90)

A inserção das mulheres na educação foi um fato social determinante para a conquista da independência e emancipação na sociedade. Assim, a história da educação das mulheres no Brasil foi estabelecendo novas condições do ser mulher, diferentemente daquela trazida desde o período colonial, quando as mulheres eram educadas para servir e os homens eram educados para assumir a posição de senhor todo poderoso. Quando solteira, vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho. Ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste. (SILVA, 2017).

A inserção das mulheres no meio acadêmico e no mercado de trabalho vem conduzindo, de forma gradual e lenta, à mudança de pensamento sobre papéis estabelecidos para homens e mulheres na sociedade. Embora, ainda hoje, seja comum o modelo “tradicional” de família no qual os homens devem trabalhar e sustentar a casa, enquanto as mulheres vivem em função do lar, dos filhos e das filhas e do casamento, já é possível visualizar pequenas e pontuais mudanças. Hoje as mulheres já possuem outras possibilidades, como estudar se/e o que quiserem, trabalhar se tiverem vontade e casar se desejarem.

Mediante esses avanços, é importante destacar as permanências existentes nesse processo. Mesmo diante da existência de outras possibilidades por que a sociedade parece acreditar e cobrar que é preciso se cumprir o que *a priori* é uma condição da existência feminina: “casar” e “ser mãe”?

Nesse contexto de permanências, cabe, todavia, perguntar que mulher é esta que tem a possibilidade de escolha sobre sua vida? Todas possuem acesso à educação, ao trabalho? A decidir casar ou não, ter filhos e/ou filhas ou não? Essas situações permeiam uma questão de

classe? Embora as conquistas do movimento feminista tenham trazido avanços na inserção de mulheres na educação e no trabalho, na possibilidade de escolha de casar, ter ou não filhos e/ou filhas, a desigualdade social é um elemento cada vez mais presente e se torna algo contraditório na busca por igualdade de direitos, mesmo entre mulheres, pois existem diferenças de oportunidades e escolhas entre mulheres de diferentes classes sociais, etnias e raças. Por isso, segundo Mary Del Priore (2009, p. 22): “ao estudar a condição feminina, não se pode ter a ingenuidade de crer numa solidariedade de gênero, acima de diferenças de raça, credo e segmento econômico”.

O feminismo, independentemente de suas distinções ou filiações teóricas e políticas, tende a ser considerado como o movimento de lutas coletivas de mulheres que buscam igualdade de direitos (sociais, políticos, econômicos, entre outros) em todos os planos da existência. Esta luta se apoia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza, colocando a possibilidade política de sua transformação. Dessa forma:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES; PITANGUY, 1995, p. 9.)

Portanto, esse novo cenário que retrata a transformação dos papéis sociais das mulheres provocou reformulações nas relações sociais, na família, no trabalho e em outros âmbitos. Sem dúvida, essa dinâmica refletiu nas mulheres a busca por outras condições de vida e o desejo de serem independentes, se firmarem como sujeitos livres da influência da cultura patriarcal e ter as suas individualidades.

Na contemporaneidade, algumas tradições vêm sofrendo reformulações, bem como produção de mudanças significativas. Observa-se a formação de novas configurações e uma diversidade de pensamentos e formas de ser mulher. Houve conquistas importantes, como a entrada de mulheres em maiores proporções no mercado de trabalho e aumento da escolaridade, mas há permanências que ainda persistem. Afinal, existe um *ethos* semelhante entre o estilo de vida de mulheres que rompem com as constâncias históricas que sustentam a sociedade em torno da maternidade e do casamento? Enfim, como se dá a busca por legitimação do ser solteira em uma sociedade que estabelece funções sociais de ser mulher? O que significa ser solteira hoje?

A CONSTRUÇÃO DE NORMAS SOCIAIS PARA A RESTRIÇÃO DAS MULHERES AOS PAPEIS DE ESPOSA, MÃE E DONA DE CASA

Para entender as questões que giram em torno do significado de ser solteira hoje é necessário destacar que as mulheres solteiras, ao longo da história, sempre sofreram com o preconceito e a discriminação. No período do Brasil Colônia, acreditava-se que a mulher tinha um papel importante e bem definido na sociedade que se formava: esposa e mãe, de preferência com muitos filhos e muitas filhas, e quem não se adequasse a este modelo passaria a ser “mal vista” perante a sociedade. A promiscuidade sexual era tão condenada quanto o celibato. Dizia-se que uma mulher que não usufrísse de uma vida sexual regrada (dentro do casamento), poderia sofrer com doenças terríveis: melancolia, histeria, ninfomania, febres e achaques²⁵. Priore (2009, p. 34), destaca que as “solteiras do mundo, vítimas ou metáfora para o desregramento, viviam no avesso das mulheres que alegavam honra, recato e honestidade, como faziam as boas e virtuosas mulheres”.

Segundo Vainfas:

À mulher solteira que, convém esclarecer, não possuía o significado que hoje lhe atribuímos de mulher não casada. Solteira era a mulher desimpedida, livre, sem proteção de família ou marido, passível de envolver-se em quaisquer relações amorosas ou sexuais. (VAINFAS, 1989, p. 60)

Segundo o autor essa vinculação se estendia também a outras realidades fora do Brasil, como por exemplo, na Espanha, onde “*soltera* era mulher suspeita de viver desregradamente” (VAINFAS, 1989, p. 60). Em Portugal, solteira era “a mulher que nunca casou, mulher que não tem marido, mulher pública, quase sinônimo de meretriz, ainda que sem conotação profissional”. (VAINFAS, 1989, p. 61)

Para as mulheres havia poucas alternativas. Se não fossem casadas e honradas, seriam classificadas como prostitutas ou como solteironas enrustidas. No Brasil Colônia, onde os casamentos misturavam-se a concubinatos e amancebamentos, a rejeição a celibatárias, termo utilizado para mulheres que não constituíram casamento, que viviam fora de ligações institucionais ou consensuais, era frequente. (DEL PRIORE, 2009).

A desigualdade dogmática imposta pela Igreja entre o homem e a mulher casados estendeu-se às mulheres, que se dividiam entre certas e erradas. Assim, tanto as casadas quanto as solidamente concubinadas confinavam-se mais à família e à casa, para diferenciarem-se da outra, solteira e mundana, que „usasse mal de si”. O discurso sobre o perigo e os pecados das luxuriosas permitiu um melhor confinamento da mulher enquadrada e um maior isolamento daquela desregrada, valorizando o papel do casamento como mediador entre umas e outras. (DEL PRIORE, 2009, p. 26)

A mulher “solteira” era aquela que não contava com a proteção do pai ou marido. Com esta mulher, acreditava-se popularmente, não haveria problema em se manter relações sexuais esporádicas e não havia pecado. Isto revela a situação desprotegida socialmente em que ficava uma mulher que porventura não estivesse “tutelada” por pai ou marido. (VAINFAS, 1989. p. 122).

Esta é uma nuance da histórica expressão “mulher solteira”. Percebe-se como o seu uso carrega toda uma semântica, própria de seu tempo. Em uma sociedade em que as mulheres nasciam, cresciam e casavam, para ter filhos e filhas, a *donzelona* era aquela que não cumpria as regras, que se colocava fora do lugar certo, que havia falhado. E tudo isso, com tanta discrição, que era como se não existissem. Quanto mais idade, pior. Uma mulher de trinta anos era considerada “moça velha” e, portanto, não mais plausível de ser amada. “Não sendo capaz de inspirar um casamento, ela também não impunha respeito. A partir dos 22 anos, quem não casava era estigmatizada como “moça-velha”. (DEL PRIORE, 2009, p. 112).

Segundo Vainfas:

Era fato corriqueiro o casamento de moças com menos de 20 anos, e raríssimo o de mulheres com mais de 30; após os 14 anos as meninas não mais eram vistas como „raparigas”, e chegando aos 40, fossem ou não casadas, eram tidas como velhas. (VAINFAS 1989, p. 122)

No sertão nordestino as moças sofriam pressão da sociedade para adquirir matrimônio “entre os 15 e 18 anos, pois se passasse dos 25 anos sem se casar seria considerada ‘moça velha’, ‘moça que tinha dado o tiro na macaca’, ou ainda ‘moça que chegara ao carito’”. (FALCI, 2015. p. 241-277). A sociedade era cruel com essas mulheres: elas se tornavam alvo de zombarias e desprezo.

Com o tempo escorrendo na ampulheta da vida, elas davam adeus ao riso, às brincadeiras, aos amantes sonhados e à beleza. Muitos juristas concebiam o celibato como um estado indecente. E os médicos, a porta aberta para uma grave doença: a histeria. (DEL PRIORE, 2009, p. 171)

Durante todo o Brasil Colônia evidenciava-se à mulher a figura de esposa. O seu valor perante a sociedade estava intrinsecamente vinculado à honestidade, que deveria ser expressa pelo recato, pelo exercício das funções de mulher do lar e pelos inúmeros filhos e filhas que presentearia ao marido. Uma vez casada, deveria se enquadrar à sua função: “mulher-casada, para ser vista somente pelo marido”. (FALCI, 2015, p. 269).

No fim do século XIX, com a instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do Brasil, e o advento da corrente filosófica positivista, outro ideário passou a ser posto juntamente com a pressão social ao casamento, a idealização do ser mãe, pois esta era

uma missão civilizadora das mulheres. As ideias positivistas contribuíram para a reprodução dos discursos homogeneizadores dos papéis femininos reafirmando a ideia de que “ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar” (PEDRO, 2015, p. 298). Dessa forma, “a mulher ideal era uma filha obediente, esposa dedicada, mãe exemplar e, quando pobre, trabalhadora virtuosa”. (PEDRO, 2015, p. 299).

As primeiras décadas da República foram de intensa vigilância sobre o comportamento das mulheres. “O fantasma da prostituição era utilizado com frequência, para lembrar-lhes de que não deveriam fugir à conduta que delas era esperada”. (PEDRO, 2015, p. 304). Nesse período, o celibato passou a ser associado ao feminismo, que, por sua vez, era ligado a feiura e masculinização.

No entender da imprensa da época, quem não era agraciada com beleza física suficiente para se casar vingava-se aderindo aos movimentos de emancipação. O medo da mulher inteligente, preparada, da que lia ou escrevia era visível. A emancipação era percebida nos mais diversos setores políticos e sociais como ameaça à ordem estabelecida e ao domínio masculino. (DEL PRIORE, 2009, p. 35)

Era algo comum na imprensa a veiculação de imagens femininas idealizadas, contrapondo com frequência às qualidades femininas ideais: meiga, frágil, amorosa, às que eram consideradas perigosas: vaidade, futilidade e traição (SOIHET, 2015). E, assim, as mulheres carregavam consigo os efeitos de uma ordem social injusta e discriminatória, tendo em seu cotidiano que conviver com normas sociais restritas aos papéis de esposa, mãe e dona de casa.

A identidade sexual e social das mulheres moldava-se para atender a um sistema de dominação familiar e social. “Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração. [...] Afinal, pureza era fundamental para a mulher, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo”. (SOIHET, 2015, p. 390). O marco da modernidade e os valores burgueses consolidaram o modelo familiar patriarcal, no qual a maternidade surge como uma invenção ficcional reificando a imagem da família nuclear e da mulher reprodutora.

A revolução sexual dos anos 70, a crescente atuação das mulheres nas arenas públicas, sobretudo nos espaços relacionados à cultura, à educação, à política e ao mercado de trabalho, foram importantes para as mudanças ocorridas no cenário das desigualdades de gênero, bem como na conquista da defesa e ampliação dos direitos das mulheres. A independência financeira abriu uma série de possibilidades antes impensáveis, como, por exemplo, ter a possibilidade de optar em estar em um relacionamento ou não. As mulheres podiam se divorciar, abrindo mão

de um casamento que não lhes trouxesse felicidade. Ou simplesmente não se casar ou não ter filhos e filhas, em nome de uma vida mais livre ou mesmo da carreira.

E hoje, que papel as mulheres solteiras e sem filhos e filhas exercem na sociedade contemporânea? Segundo pesquisa realizada por Eliane Gonçalves em seu trabalho “Vidas no Singular”, a mídia, através de “polarizações contrastivas”. (GONÇALVES, 2007, p. 72), traz a imagem estereotipada da “solteira do passado”. (GONÇALVES, 2007, p. 72). Segundo a autora, as novas solteiras são caracterizadas como mulheres independentes, estudadas, malhadas, inteligentes, bem-sucedidas, viajadas, elegantes, com vida social intelectualmente inquieta, que vivem em grandes centros urbanos, geralmente bonitas, extremamente exigentes e que se dizem felizes. Essas novas solteiras estariam colhendo os frutos das conquistas do movimento feminista. Mas, mesmo após avanços, progressos e conquistas, as mulheres continuam “pressionadas a arrumar um marido”. (GONÇALVES, 2007, p. 73). Trata-se da permanência da imagem de uma mulher “idealizada da mãe como símbolo do eterno feminino”. (GONÇALVES, 2007, p. 212). Dessa forma, o estigma social internalizado pressiona as mulheres na direção de sua realização.

Hoje, o modo de vida das mulheres solteiras tem muito em comum com as de outrora. Boa parte dos estereótipos permanecem. Segundo Gonçalves:

Apesar das mudanças que permitiram às mulheres independentes sem filhos uma existência menos carregada de preconceitos, o ditado “mulher sem homem é mulher sem nome”, se já não impera inequívoco, ainda ecoa no imaginário de muitos, atualizado pela não realização do destino de mulher (a maternidade). (GONÇALVES, 2007, p. 219)

A situação de hoje em torno do estigma de ser solteira não mudou muito, pois aquelas que não têm um companheiro ou uma companheira, ainda são vistas com maus olhos pela sociedade. Em um contexto marcado por relações de poder que se sobrepõem (econômico, familiar, sexual, de gênero), as mulheres solteiras, aparentemente, não se distinguem de outras mulheres igualmente escolarizadas e profissionais, exceto pelo estatuto conjugal, ter ou não um par e não ser mãe. No entanto, em muitos sentidos, elas são “diferentes”, pois suas escolhas e decisões no curso da vida apontam para dimensões tratadas com ambiguidade pela sociedade, como o gosto pela independência, sentir-se livre, o “si mesma” como projeto. Se as percepções sobre o casamento funcionam como estratégia explicativa para a “condição” das mulheres solteiras e sem filhos e filhas, ao opor seus caminhos percorridos às expectativas sociais, a família organizada nos moldes do casamento parece funcionar como lugar simbólico da normalidade (GONÇALVES, 2007, p. 220).

De acordo com Foucault, “dispositivo de poder” é uma rede que se pode estabelecer entre elementos discursivos, ou não, desvelando um jogo paradoxal estabelecido entre sujeitos e normas, revelando as sedimentações e as fissuras constituintes. Isso reflete um conjunto de saberes operando a partir de práticas de poder sobre os corpos, o sexo e a sexualidade das mulheres (FOUCAULT, 1956). Nesse sentido, é possível pensar a realidade de mulheres solteiras a partir das fissuras, ou seja, como as mulheres criam espaços de agência e campos de possibilidades diante dos discursos religiosos no âmbito familiar? Como esses discursos operam nas interações sociais? Quais são as imagens de si que são criadas, construídas e reformuladas nas situações ordinárias e extraordinárias?

Se os corpos foram disciplinados conformando uma matriz heteronormativa como é possível pensar em outras possibilidades para além dessa norma? Como libertar-se dos “cativeiros” (LAGARDE, 2005) que são postos? Que lugares ocupam essas mulheres que não casaram e nem projetam filhos e filhas? Estariam fadadas ao estigma e ao pecado? Essa perspectiva leva a provocação de pensar nos transbordamentos, nas fissuras, nas brechas, para além do que está posto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estiveram restritas ao espaço doméstico, tendo seu direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais cerceados. Esse aspecto se deveu, principalmente, ao lugar de cuidadora ocupado pelas mulheres na sociedade. Essa atribuição feminina contribuiu e contribui para uma separação fundamental entre os sexos na esfera pública e privada, e entre as “escolhas” de trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Nessa dicotomia de espaços e funções sociais foram destinados aos homens os espaços públicos e as atividades produtivas remuneradas e, às mulheres, os espaços privados e as funções reprodutivas.

Partindo da hipótese inicial, esse estudo evidenciou que, após conquistas sociais do movimento feminista, como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho, as mulheres na sociedade contemporânea têm mais liberdade de fazer o que julgam certo para a sua vida. Muitas vezes, um casamento, filhos e filhas não são conciliáveis para aquele momento que elas estão passando.

Das discussões apresentadas, extraem-se alguns questionamentos que podem ser subsídios para pesquisas futuras e contribuir, em alguma medida, para a superação de uma

sociedade sexista, machista e androcêntrica para uma sociedade com justiça de gênero, igualdade social e acesso às oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros passos; 20).

BEAUVOIR, de Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*; Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Tradução de Maria Helena Kühner. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BUTLER, Judith P. Tradução de Renato Aguiar. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

EGGERT, Edla. doÉSTICO: espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. STROHER, Marga J. DEIFELT, Wanda. MUSSKOPF, André S. (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORE, Mary.(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-277.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. 2007. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

HOFMANN, Heidi. *A Bioética na discussão feminista internacional*. Tradução Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2008.

JOAQUIM, Teresa. *Criação de Humanos e/ou de conceitos: a questão da maternidade n'Ó Segundo Sexo*. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 12, 1999.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed., México: UNAM, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. *Gênero: um novo paradigma?* *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary.(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 279-321.

PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 16, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott - Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. p. 21.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 03, 1994.

SILVA, Raquel Marques da. *Evolução Histórica da Mulher na Legislação Civil*. Acesso em 30 de abril de 2017. Disponível em: <http://ditizio.ecn.br/adv/txt/ehlc.pdf>.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary.(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 279-321.362-399.

CAPÍTULO 28

AGROTURISMO E GEOTURISMO COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO DA MULHER DO CAMPO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO TERRAS DO RIO DOCE, ES

DOI: 10.47402/ed.ep.c202161528110

Daniela Teixeira Carvalho de Newman, Doutora em Ciências Naturais, UFES
Ana Paula Maria de Assis, Pós Graduanda em Marketing Digital
Giovanna Fornaciari, Mestre em Contabilidade e Finanças, UFES
Jaqueline Carolino, Doutora em Propriedade Intelectual e Inovação, INPI
José Albino Newman Fernández, Doutor em Ciências Naturais, UFES
Lucas Medici Macedo Candeias, Bacharel em Gemologia, UFES
Ronielson Xavier de Jesus, Bacharel em Gemologia, UFES
Ana Caroline Pereira Ferreira, Bacharel em Gemologia. Professora de Geografia SEDU

RESUMO

A criação do núcleo de extensão em agroturismo e geoturismo no polo Colatina tem como principal objetivo a implementação e manutenção de ações de agroturismo e geoturismo sustentáveis por intermédio da prática de novas atividades no meio rural, visando a diminuição das desigualdades de gênero, raça, etnia e geração de renda, principalmente a mulher do campo. O Polo Colatina, denominado Terras do Rio Doce, é composto por 12 municípios do estado do Espírito Santo, quer sejam: Alto Rio Novo, Baixo Guandú, Colatina, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Marilândia, Mantenópolis, Pancas, São Domingos do Norte e São Roque do Canaã. Tais municípios possuem um alto potencial a ser explorado no que tange ao agroturismo, ao geoturismo e ao turismo de aventura, por contarem com diversos monumentos geológicos, uma grande diversidade étnica, predominantemente descendentes da colonização europeia (italianos, alemães e portugueses) e, portanto, com uma vasta história cultural envolvendo o meio rural.

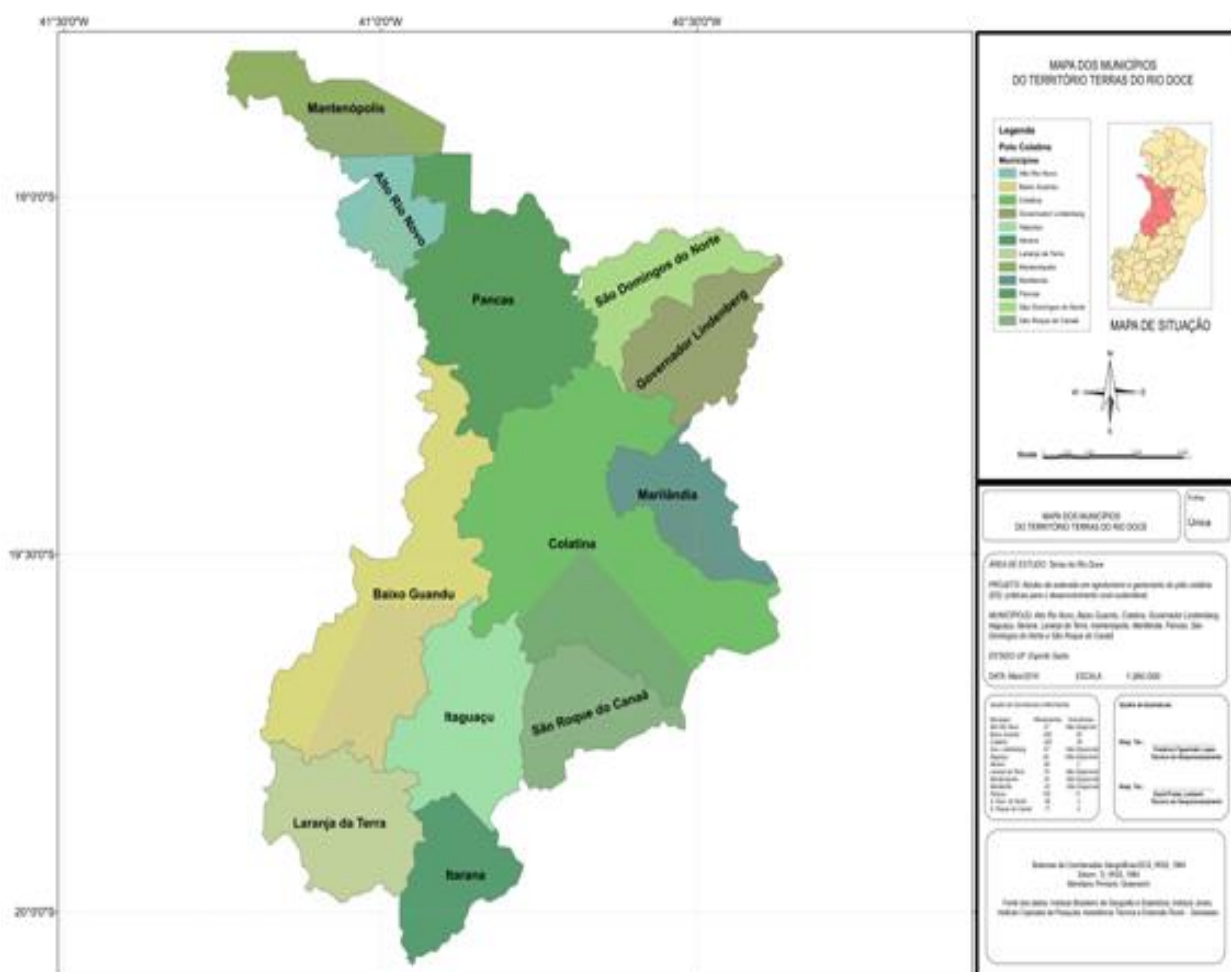
A prioridade é incrementar a capacidade de gestão social, fortalecendo e ampliando a participação das mulheres rurais nas ações de preservação do patrimônio natural, exploração sustentável dos recursos naturais do polo, resgate histórico cultural do homem e da mulher do campo, criando subsídios e treinamentos para que os membros da comunidade possam oferecer tanto ao visitante quanto à população local diversos cursos abertos à sociedade, tais como: horta orgânica, berçário de plantas e ervas medicinais, educação ambiental, conhecimento do patrimônio geológico e princípios de conservação do mesmo, conhecimento do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Geoturismo; Geodiversidade; Geoconservação; Agroturismo; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Em busca da diminuição de desigualdade de gênero, raça, etnia e geração com a inserção de todos os indivíduos em atividades geradoras de renda, principalmente a mulher do campo, foi criado o Núcleo de Extensão em Agroturismo e Geoturismo do Polo Colatina, tendo como principal proposta a implementação e manutenção de ações de pesquisa e extensão que desenvolvessem ações de agroturismo e geoturismo sustentáveis. Uma das principais vertentes é a capacitação da mulher do campo como indivíduo gerador de renda e divulgador do patrimônio agrogeoturístico dos municípios pertencentes ao Polo Colatina. O polo está localizado na região noroeste do Estado do Espírito Santo, território rural composto por 12 municípios, sendo eles Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte e São Roque do Canaã. Perfazendo uma área total de 6.310,80 Km² (Figura 1).

Figura 1- Mapa de localização dos municípios que compõem o Polo Colatina.

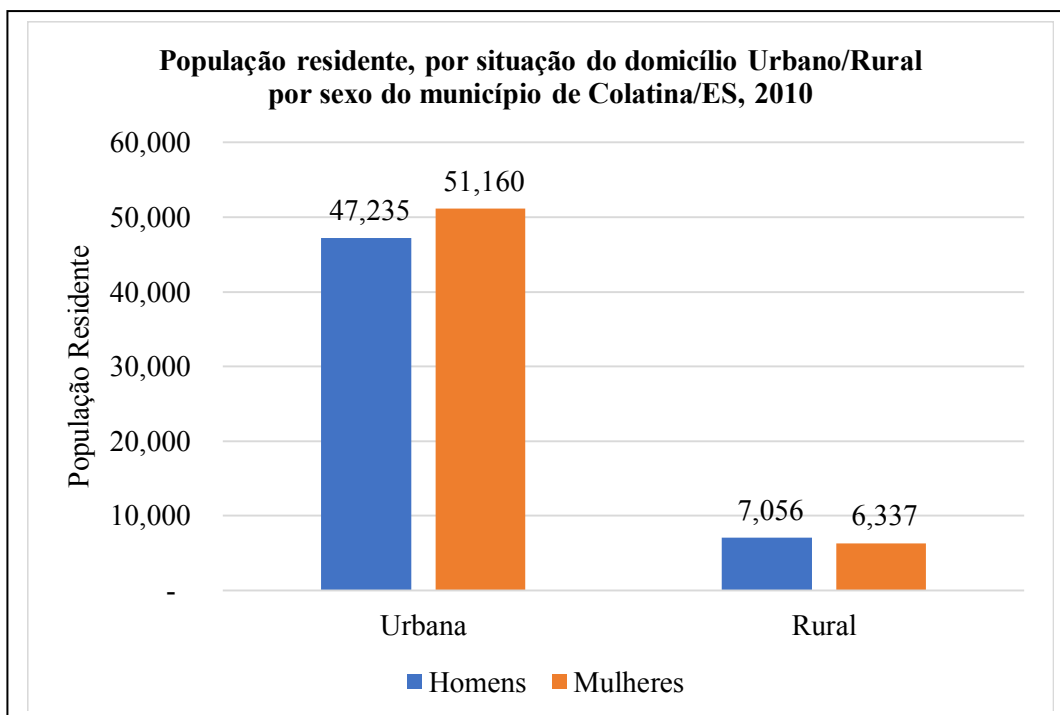


Fonte: arquivo do projeto.

De acordo com Silva & Schneider (2010, p. 2), 38% do valor bruto da produção de alimentos do país é de origem de agricultura familiar brasileira, sendo aproximadamente 10% do PIB agrícola, respondendo em torno de 77% dos postos de trabalho na agricultura, toda via, ainda é pouco conhecido as parcelas referente a contribuição das mulheres na unidades familiares de produção. Segundo Butto (2011, p.12), as mulheres correspondem a quase metade da população, contudo as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres no campo, as atividades econômicas rurais carregam a marca pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, já as mulheres concentram-se em atividades voltadas para autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. Sendo assim, capacitar o setor feminino rural para integração das atividades econômicas torna-se uma atividade complexa tendo em vista todas as características culturais, econômicas e sociais.

De acordo com o Relatório do documento do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER 2020-2023 , publicado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, a população residente no meio rural, em Colatina existe um percentual de 47,32% de mulheres rurais, sendo que a população feminina é de 6.337 e a masculina de 7.056 (INCAPER, 2021), como descrito no gráfico abaixo (Figura 2).

Figura 2: População residente, por situação do domicílio Urbano/Rural por sexo.



Fonte: Dados levantados através dos relatórios publicados pelo Incaper (2010).

As dificuldades do ingresso nas atividades rurais além de outros fatores sociais acabam contribuindo aos jovens rurais em geral, e especialmente as mulheres ao processo de migração, sendo assim, em busca da persistência destes indivíduos nas regiões rurais, o maior desafio tange em encontrar medidas para contribuir com a diminuição das desigualdades de gênero e dar maior autonomia das mulheres rurais na agricultura familiar.

1. METODOLOGIA

Os principais métodos para alcance dos objetivos foram: pesquisa de campo, revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas junto aos grêmios locais e associações de moradores.

2.1-Mapeamento de campo:

- Visita aos locais pertencentes a zona com potencial de exploração agro-geoturística;

- Plotagem dos pontos a serem caracterizados e analisados após a prévia seleção. Para tal foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento criando-se o protótipo do mapa agro- geoturístico do Pólo;

-]Selecionar os pontos com maior probabilidade de exploração agro-geoturística e geoturística dentre os municípios pertencentes ao Pólo Colatina.

2.2-Revisão Bibliográfica:

- Efetuou-se o resgate histórico e cultural do potencial agro-geoturístico no Pólo Colatina. Para tal realizou-se uma pesquisa bibliográfica consistente no que tange à cultura rural, história da exploração, etnias presentes, gênero, patrimônio natural, atividades rurais e similares;

- Consulta e comparação das informações divulgadas pelas prefeituras e órgãos competentes sobre dados demográficos da população das áreas de interesse;

- Agregar a informação geológica aos prováveis pontos turísticos de interesse geológico e mineral, bem como retroalimentar fontes já existentes de informação sobre tais pontos turísticos e de interesse geológico;

- Preenchimento de uma planilha de caracterização de alvos potenciais contendo o cadastro dos locais, sua localização e descrição;

Catálogo e agrupamento de informações em uma publicação aqui chamada de livro guia,

com dados sobre os aspectos a seguir: geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação, geoturismo, agroturismo, história mineral da região, a paisagem, areias e argilas, água, pontos agro-geoturísticos.

2.3-Entrevistas

- Realização de entrevistas com a comunidade local, com foco na inserção da população em geral no contexto das atividades desenvolvidas de maneira a propiciar sua participação e capacitação em todas as fases de trabalho;

- Seleção de participantes nas comunidades rurais, com foco principal à mulher do campo; nas escolas de ensino médio e fundamental, tanto discentes quanto docentes.

- Criação de um banco de dados de informações históricas, culturais e visuais.

As três metodologias de trabalho aplicadas contribuíram para a criação, manutenção e divulgação de práticas e atividades que auxiliam até hoje a população local na promoção da relação do homem com a natureza, a exploração sustentável de recursos naturais, ao respeito a memória da terra por intermédio dos treinamentos sobre os patrimônios geológicos e como eles contam a história do nosso planeta. Geração do mapa Agro-Geoturístico e uma rota agro-geoturística para o Pólo Colatina.

A aplicação de entrevistas se deu de forma presencial em reuniões com as comunidades locais, tendo em vista o mapeamento de campo realizado nos municípios que compõe o polo Colatina.

2. DISCUSSÃO

Corroborando ao discutido por SILVA E ALMEIDA (2002), existem muitos significados possíveis para o que se entende por turismo rural, a partir de algumas definições, muita delas novas, parece ser possível consentir a definição de que quando se fala em turismo rural se está referindo ao conjunto de modalidades e iniciativas que tem lugar no espaço rural, tais como o agroturismo, o geoturismo, o turismo cultural, o turismo esportivo, etc.

O agroturismo está, por sua vez, associado à geração de ocupações complementares às atividades agrícolas, agregando serviços à produção agrícola e bens materiais existentes. Tal atividade pode ser especialmente executada por membros da família, com contratação eventual de auxiliares, ajudando a estabilizar a economia local, criando empregos nas ações indiretamente ligadas a esta atividade, como comércio de mercadorias, serviços auxiliares, construção civil, entre outras, além de abrir oportunidades de negócios diretos, como

hospedagem, lazer e recreação. Tal prática ainda traz consigo os benefícios ambientais, mencionando principalmente o estímulo à conservação ambiental e à multiplicação de espécies de plantas e animais, entre outros, pelo aumento da demanda turística (Beni (1998).

Do ponto de vista econômico pode-se mencionar a possibilidade de agregar valor aos produtos agrícolas da região e a instalação de indústrias artesanais, por exemplo para a produção de alimentos regionais típicos, embalagens, artesanatos em geral. Assim como no caso do geoturismo tem-se na implementação da prática do agroturismo sustentável a conservação do patrimônio natural, da biota e o resgate histórico cultural.

O geoturismo é um segmento do turismo marcado por ter o patrimônio geológico como principal atrativo, e que, através de atividades que buscam o entendimento dos fenômenos geológico-geomorfológicos atuantes no local visitado, assim como promover as Ciências da Terra e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas (Lopes *et.al.* 2011).

Esta definição específica de turismo em áreas rurais abrange tanto as atividades que tem lugar no espaço rural assim como aquelas que transcorrem no interior de um estabelecimento agropecuário ou outro empreendimento turístico.

Esse segmento promissor da atividade turística tem característica específica e essencial a conservação do patrimônio geológico e ao desenvolvimento econômico local das comunidades envolvidas nesse projeto de desenvolvimento territorial.

De acordo com Beni (1998), o turismo rural visa que as pessoas usufruam dos cenários e das instalações do campo, o agroturismo tem como uma das preocupações a vivência e a participação nas atividades agrárias. Pensando sob essa perspectiva, e colocando o geoturismo como mais uma proposta de turismo no meio rural com uma visão voltada para conservação do patrimônio geológico, entrelaçando o agroturismo local com investimento e implementação ao crédito e as políticas necessárias e suficientes podem, e muito, contribuir para função social desses segmentos.

Contudo ainda que suplementar a atividade geoturística e agroturística faz um giro rápido de capital, gera emprego, valoriza o trabalho e finalmente agrega valor a cultura e a identidade da agricultura família, o incremento e o fortalecimento da agricultura familiar contempla uma gama de possibilidades, que vai além das atividades agropecuárias. Atividades turísticas rurais não agrícolas relacionadas ao campo proporciona a esses agricultores lucros significativos de renda e aumento da qualidade de vida.

Para atingir os objetivos e metas da proposta do núcleo, visando propor uma rota agro-geoturística que cumpra efetivamente o aqui descrito deve-se levar em consideração alguns pontos, tais como: a infraestrutura turística presente e em sua ausência propor medidas a serem implantadas, efetuar o levantamento histórico e cultural do patrimônio natural disponível, promover a conscientização da população e dos dirigentes quanto à importância do patrimônio agro-geoturístico local, relacionar todas as proposições ao turismo cultural potencial de cada região, levar em consideração a identidade local e promover a manutenção do patrimônio histórico, natural e cultural. Em todas as ações promover, principalmente a inclusão das mulheres do campo nas atividades supra citadas, bem como despertar-lhes o interesse na busca por conhecimento e outras fontes sustentáveis de renda, passando assim para as próximas gerações de mulheres o que foi aprendido e criando um novo ciclo em que a participação das mulheres na geração de renda se torna cada vez mais significativa e valorizada.

3. RESULTADOS

A proposta de implantação do Núcleo de Extensão em Agroturismo e Geoturismo do Pólo Colatina teve como principais resultados alcançados a integração da Universidade ao processo de desenvolvimento territorial do Polo Colatina, por meio da implementação de práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais presentes nas regiões foco; geração de conhecimento e divulgação de informações que contribuem para a preservação do patrimônio natural e o resgate histórico cultural do homem do campo, fornecendo subsídios tanto para as atividades de ensino pesquisa e extensão dentro da Universidade, quanto nas escolas de ensino fundamental e médio dos municípios que compõem o pólo; a inserção de novas práticas de uso do campo, de seus recursos naturais, primando pelos preceitos da sustentabilidade contribuindo desta forma para o incremento da capacidade de gestão social, qualificação e integração do planejamento territorial, ampliação do desenvolvimento territorial; inserção, fortalecimento e ampliação da participação de mulheres rurais nas ações territoriais de Gestão Social; criação de subsídios e treinamentos para que a comunidade rural possa oferecer tanto ao visitante quanto à população local diversos cursos abertos à comunidade, tais como: horta orgânica, berçário de plantas e ervas medicinais, educação ambiental, conhecimento do patrimônio geológico e princípios de conservação do mesmo, conhecimento do patrimônio cultural.

Tais práticas são eficazes no resgate histórico da identidade dessas comunidades, bem como na sua preservação e divulgação. Desta forma o desenvolvimento desse projeto contribuiu não somente ao desenvolvimento sustentável para o Brasil rural, mas com a minimização da

desigualdade de renda e gênero no campo e produzir material científico, didático e instrucional que contribuam para a divulgação do patrimônio histórico, cultural e natural do Estado, despertando o interesse das mulheres em galgar novos patamares em suas vidas, impelindo-as na participação da gestão local e no desenvolvimento da comunidade.

Nas imagens a seguir, há a exemplificação do mapeamento do turismo religioso (Figura 3), uma rota proposta que abrange grande parte do território, rota das cachoeiras (Figura 4), rampas e mirantes (Figura 5), montanhas e grutas (Figura 6). Estas rotas foram criadas com base nos preceitos neste texto já elencados.

Como resultado houve a criação do site <https://terrasdoriodoce.ufes.br/> em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, em que dados de cada município pertencente ao Polo Colatina está exposto, como dados, fotos, bem como informações sobre o potencial geoturístico, agroturístico e turismo de aventura de cada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja qual for a nomenclatura adotada, a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que “reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho”. Na falta do pai, o filho ou outro membro da família, maior de idade e do sexo masculino, estará apto a assumir o seu lugar. Para alguns autores, a família é um conjunto de produtores e de consumidores centrados num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. Ela seria um grupo doméstico hierarquizado economicamente a partir de valores culturais.

Esse sistema de idéias como pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar nega a existência de “famílias monoparentais femininas” onde, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, têm aparência marcada nas áreas das regiões agrícolas, em decorrência da migração masculina, principalmente em tempos atuais provocados pelo êxodo rural. O homem como o vetor central da unidade agrícola familiar reforça ainda mais a desigualdade de gênero.

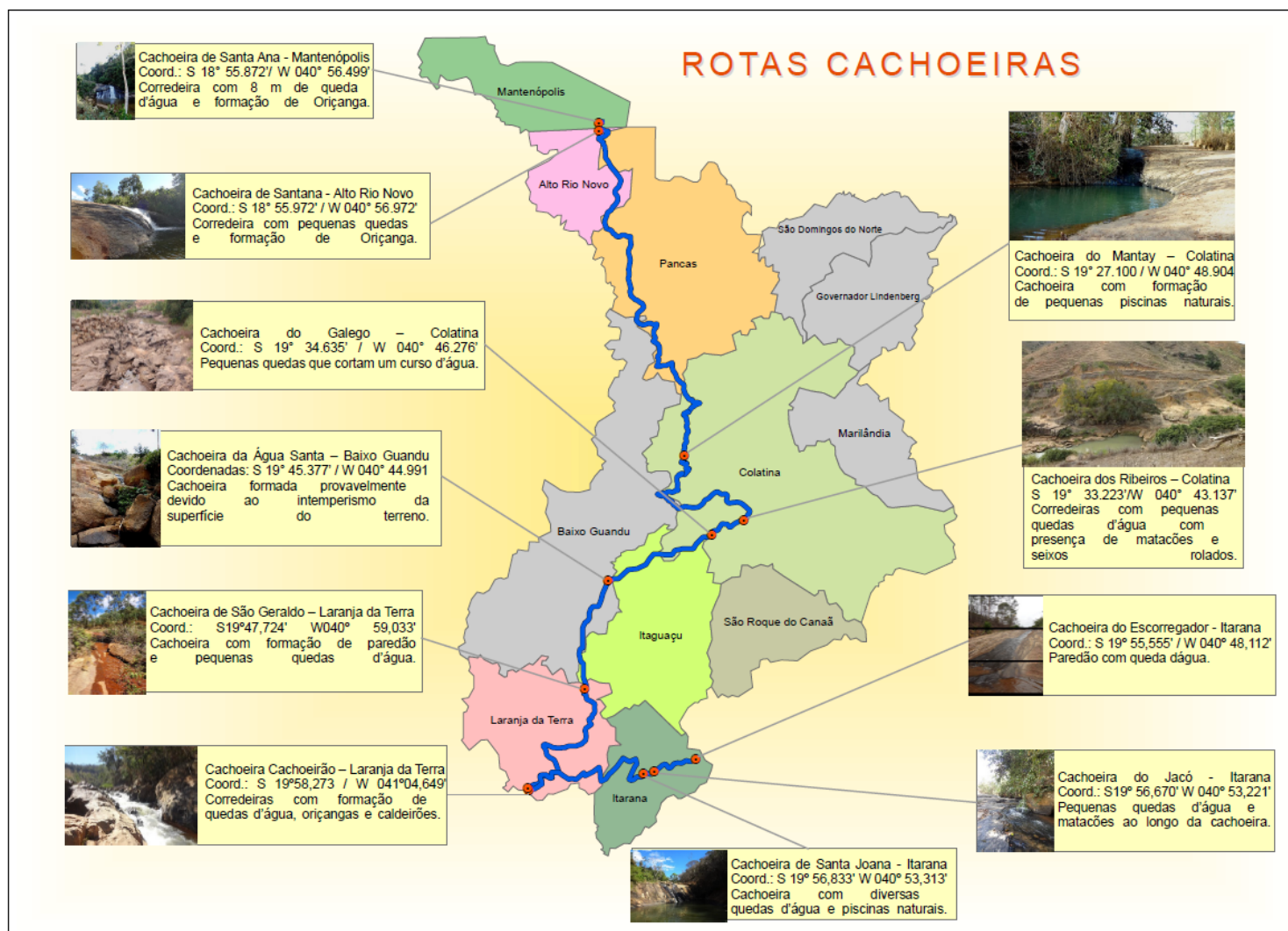
A imagem do pai como reprodução principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente nomeou o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas no trabalho braçal “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

Figura 2: Turismo religioso



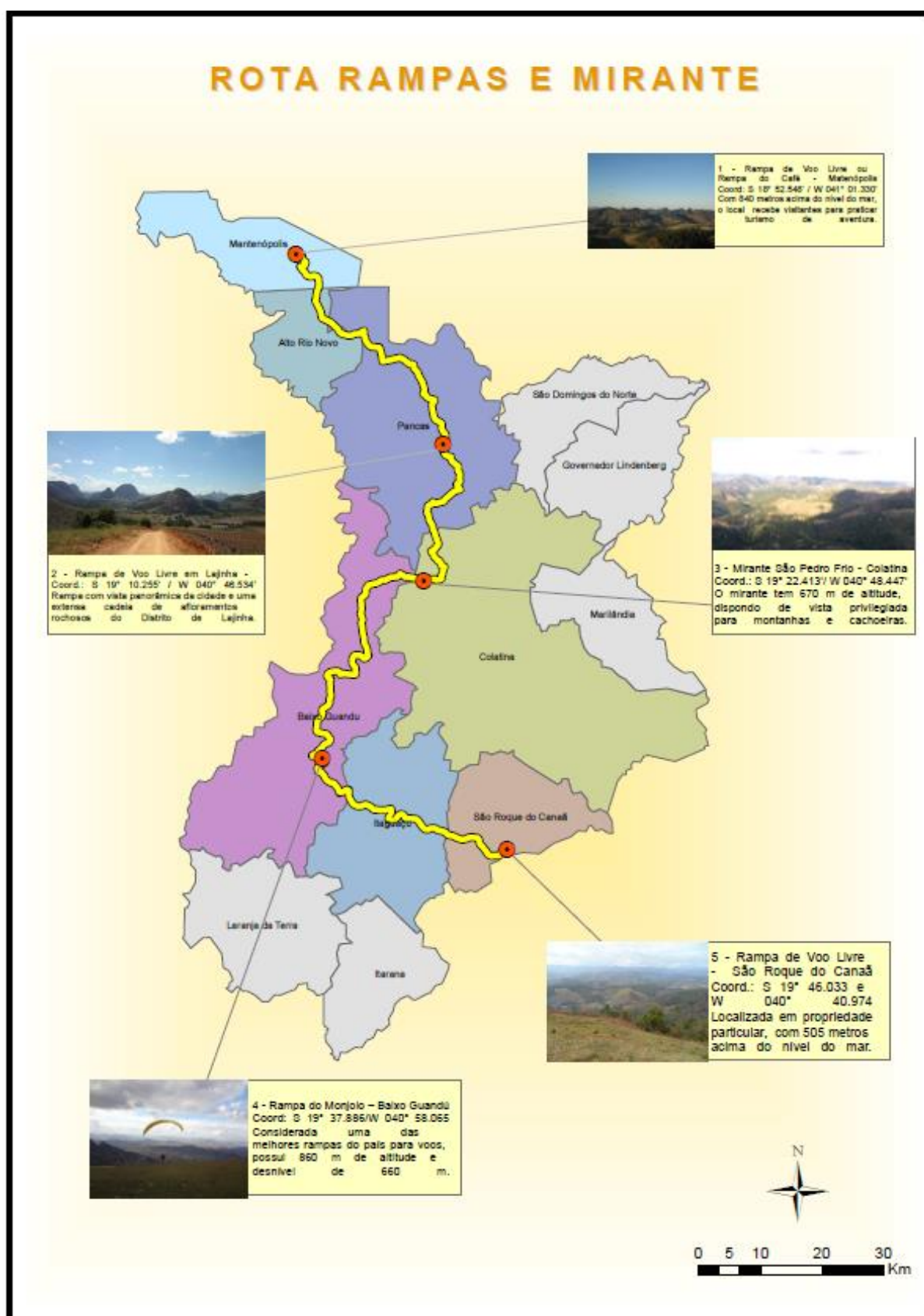
Fonte: arquivos gerados no projeto

Figura 3: Rotas das cachoeiras



Fonte: arquivos do projeto

Figura 4: Rota das rampas e mirante



Fonte: arquivos do projeto.

ROTA MONTANHAS E GRUTAS

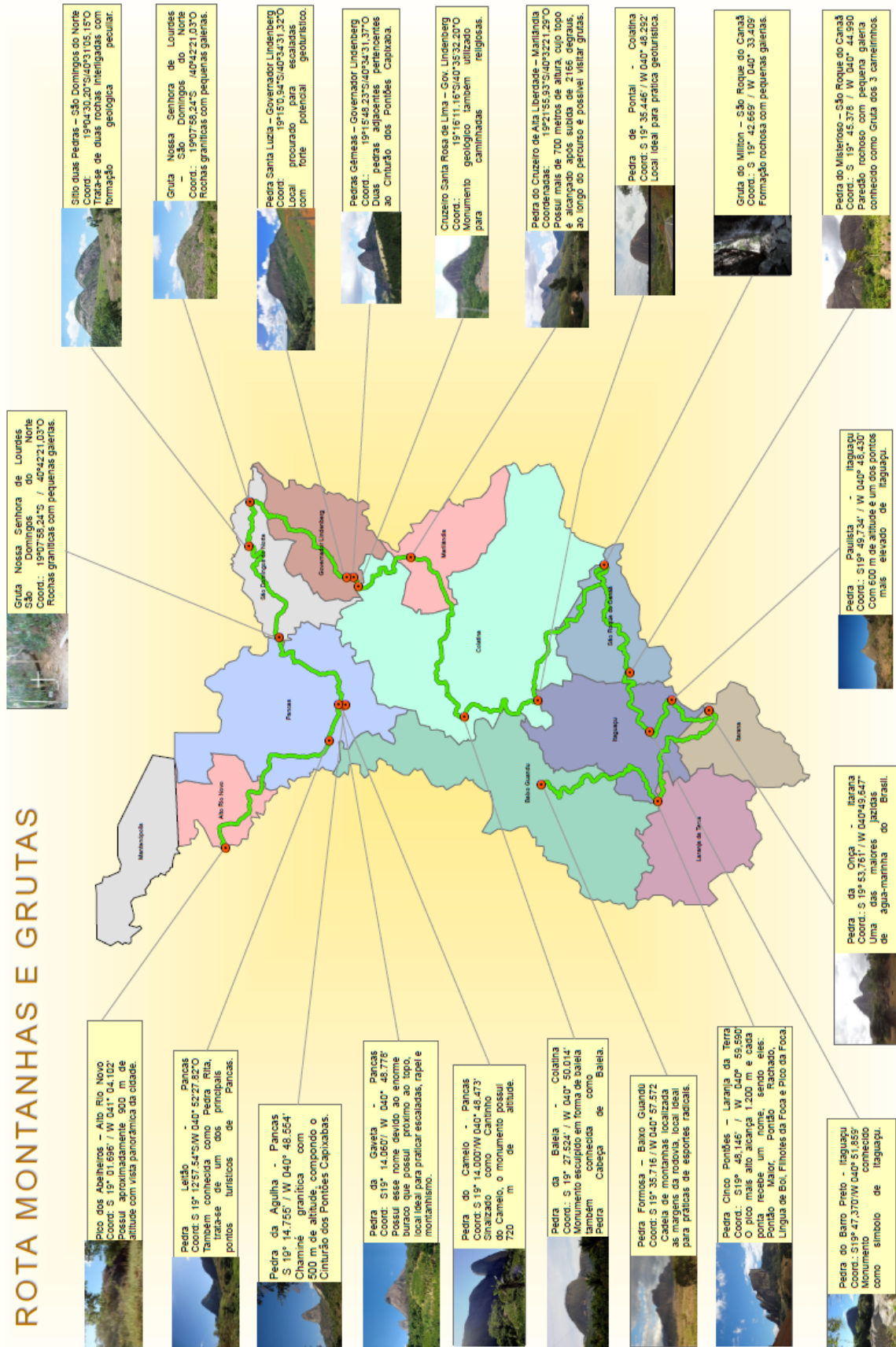


Figura 5: Rotas das montanhas e grutas (Fonte: arquivos do projeto).

Na região sudeste brasileira, a situação não é diferente. Ao contrário, na divisão de ambientes continua, persiste nas pessoas, ainda que a mulher sempre tenha participado do processo produtivo agrícola familiar. No entanto, não se restringe a essa nem às demais produtoras das regiões do Brasil, mas inclui as mulheres de várias partes do mundo por serem “as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Apesar dessa importância, a participação da mulher nas atividades agrícolas familiares, na maioria das vezes, não é remunerada. Aliás, não somente na agricultura, mas como ressalta Arriagada (1991), trabalhar para familiares de forma gratuita e por conta própria acontece especialmente no Brasil, no Equador e no Panamá.

A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como conjectura a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas.

A atividade exercida pela mulher na agricultura familiar é gratuita e considerada “auxílio”, expondo que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, alude que ele não gera valor econômico e social. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexista do trabalho. O não reconhecimento do trabalho da mulher dificulta sua participação nas atividades remuneradas, que “naturalmente” são endereçadas aos produtores do sexo masculino. Dificilmente a mulher procura por pagamentos nos serviços agrícolas, menos em casos de extrema necessidade como abandono ou doença do marido, desamparo da família e do INSS (Previdência Social) para as viúvas e idosas. Quando a mulher trabalha com honorários, seu desempenho tem valor inferior ao do homem. A idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres.

A agricultura familiar acredita que a mulher atua na condição de “auxiliar” no processo produtivo porque, ao oposto do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor pois, têm jornada dupla com afazeres domésticos. Além disso, só desenvolve as atividades ditas leves. Também, na visão dessa família, muitas mulheres são fracas, adoecem com frequência, fatores que comprometem o desempenho e impedem que trabalhem para terceiros.

A falta de assimilação dessa mulher como produtora agrícola, resulta não somente na desvalorização da sua aptidão produtiva, como na sua real relação nos programas de

desenvolvimento rural, cujo público meta são os produtores da agricultura familiar estenda-se de ambos os sexos.

Deste modo a criação do núcleo contribuiu para a conscientização da população dos municípios do Polo Colatina no que se refere a importância das mulheres na geração de renda, na promoção do conhecimento, na manutenção da cultura e das tradições locais e nas atividades a serem desempenhadas para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, Irma. **Mujeres rurales de America Latina e el Caribe: resultados de programas y proyectos.** In GUZMAN, Virgínia; POTOARRERO, Patricia VARGAS, Virgínia (orgs). Una nueva lectura: género en el desarrollo. Entre mujeres. Flora Tristán Ediciones. Peru, 1991.

BUTTO, Andréa; DANTAS, Isolda (Ed.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** p. 7-14, 2011.

BENI, M. C. **Sistema de turismo: construção de um modelo teórico referencial para aplicação na pesquisa em turismo.** ECA/USP, São Paulo, 1988.

INCAPER, **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.** Relatório do Programa de assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER 2020-2023[online]. Disponível em < <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf>>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

INCAPER, **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.** [online] Disponível em < <https://incaper.es.gov.br/> > acesso em 20 de abr. de 2021.

Lopes, L. S. O., Araújo, J. L., Castro, A. J. F. **Geoturismo: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local** ISSN 0103-8427 Caderno de Geografia, v.21, n.35, 2011 1 .

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 185-209, 2010.

SILVA, Maurem F. e ALMEIDA, Joaquim. A. 2002. Turismo rural: família, patrimônio e trabalho. In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim A.; VIANA, Andyara L. B. (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 165-203.

CAPÍTULO 29

REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ana Caroline dos Santos Monteiro, Graduanda em Educação Física, UERN
Pedro Tavares da Silva Neto, Graduando em Educação Física, FACENE/RN
Alberto Assis Magalhães, Especialista em Educação Física Escolar e Arte. Docente UERN e FACENE/RN

RESUMO

Enquanto professores de Educação Física, sentimos a necessidade de refletir sobre os diversos aspectos que envolvem uma aula de esportes ou de outra prática corporal, pois estes são os principais conteúdos dessa área de conhecimento que busca educar por meio do movimento, trabalhando com as dimensões físicas, cognitivas e sociais do educando, contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito reflexivo. Muitas vezes não há uma reflexão por parte do professor sobre estereótipos de gênero em suas aulas, quando aponta que futsal é a prática que os meninos deverão jogar e as meninas devem jogar vôlei. Sendo que há a necessidade de reflexão e discussão sobre as questões de gênero para que haja igualdade nas vivências esportivas dentro do âmbito escolar. Para pensar essa questão elegemos como objeto dessa pesquisa Refletir sobre as discussões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de uma problemática relacionada ao tema proposto, qual seja: refletindo sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar. Na contemporaneidade há valores que são pregados socialmente são pautados em princípios machistas e heteronormativos que são compartilhados em diversos espaços sociais, inclusive se não houver uma criticidade de professores sobre esses aspectos, a escola acaba sendo espaço para reprodução de tais princípios, servindo de local para a reprodução da cultura hegemônica. Onde as discussões sobre sexo, corpo e gênero acabam sendo sufocadas. Há um processo de filtração, seleção das palavras, como apontado por Foucault, (1988), no contexto do século XVII sobre a repressão das discussões sobre sexo. Mesmo com grandes avanços nos debates sobre gênero e sexualidades na última década, ainda há a necessidade de refletir sobre essas questões, inclusive dentro do espaço escolar, espaço esse que se configura como apropriado para tais discussões por contribuir de forma significativa na formação humana e cidadã de crianças e adolescentes. De acordo com Louro (2000) as discussões em torno dos temas corpo, gênero e sexualidade, ganham espaços para se estabelecerem dentro do ambiente escolar. Dentro do espaço escolar encontramos a Educação Física que pode contribuir de forma efetiva para a reflexão desse tema, assim como também pode reproduzir e reafirmar alguns preconceitos de gênero caso não haja reflexão por parte do professor e isso implica diretamente no tipo de formação que esse docente recebeu. Percebemos que as discussões sobre gênero e sexualidade na Educação Física não é algo que surgiu na contemporaneidade, como afirmamos anteriormente, nas últimas décadas as discussões sobre esse tema tem se fortalecido cada vez mais, alcançando diversos âmbitos da sociedade e a Educação Física como área de conhecimento que lida com a cultura corporal do movimento, assim como se debruça sobre os estudos relacionados ao corpo, tem se voltado para

refletir as questões de gênero e sexualidade no âmbito das práticas corporais, passando a ressignificar o conceito de corpo que até alguns anos atrás estava direcionado apenas para as questões biológicas. Reafirmamos a necessidade de discutir sobre gênero e sexualidade na escola, inclusive nas aulas de Educação Física Escolar, pois esta em seu percurso histórico esteve sempre reafirmando tais discursos de segregação sexual pautada em uma superioridade biológica, no qual coloca o sexo feminino numa situação de inferioridade se comparado ao sexo masculino, sendo assim. Portanto esses discursos devem ser desconstruídos, visto que o que difere o desempenho de homens e mulheres nas práticas esportivas são os estímulos que os mesmos receberam.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Sexualidade, Educação Física Escolar.

INTRODUÇÃO

Enquanto professores de Educação Física, sentimos a necessidade de refletir sobre os diversos aspectos que envolvem uma aula de esportes ou de outra prática corporal, pois estes são os principais conteúdos dessa área de conhecimento que busca educar por meio do movimento, trabalhando com as dimensões físicas, cognitivas e sociais do educando, contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito reflexivo.

Esse trabalho justifica-se socialmente pelo fato de haver a necessidade de ampliar as discussões sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar, além de possibilitar um alargamento de horizontes que possibilitem a reflexão sobre os estereótipos de gênero dentro das práticas esportivas e corporais.

Em se tratar dessas, elas sempre fizeram parte da vida do homem, desde os períodos mais remotos da civilização, sendo utilizados com um caráter utilitário no qual se treinavam as capacidades físicas para a sobrevivência, tendo que se deslocarem a longas distâncias em busca de alimentos assim como utilizavam os seus corpos para manifestar os seus sentimentos e emoções através de rituais.

Não tem como pensar as práticas esportivas e corporais nesse período da história sem pensar na participação feminina sendo que, de acordo com Oliveira, Cherem e Tubino (2008, p. 118) “[...] nos tempos primitivos o esporte ao confundir-se com os rituais religiosos e de caça já envolvia a participação da mulher ao ajudar a combater uma presa para o abate”. Porém, por mais que as mulheres participassem dessas práticas corporais, as suas atividades eram distintas das dos homens, assim como também havia algumas limitações nas práticas esportivas que perduraram por muitos anos e ainda visualizamos no cenário atual.

Sobre esses estereótipos que ainda encontramos na sociedade, Cruz e Palmeiras (2009, p. 116) afirma que “as instituições, escola e família, são consideradas as principais responsáveis pela construção e/ou reprodução de conceitos equivocados, ou melhor, valores estereotipados a cerca das questões de gênero”. Referente ao esporte de alto rendimento nota-se uma desvalorização da mulher em algumas práticas que até pouco tempo eram consideradas como “esporte de/para homem”, como é o caso do futebol, sendo reproduzidos estereótipos que são pregados com base em discursos machistas e heteronormativos que são compartilhados em diversos segmentos sociais.

Adentrando no âmbito escolar, no que se refere à disciplina de Educação Física, percebemos que em algumas aulas há uma distinção entre as práticas esportivas que são realizadas por meninos e meninas, que de acordo com Cruz e Palmeiras (2009, p. 117),

[...] a Educação Física muitas vezes auxilia na consolidação destes conhecimentos deturpados, pois há inculcido na sua cultura, a pseudo-superioridade masculina, devido aos meninos apresentar maior desenvoltura no desenvolvimento de atividades físicas. Entretanto, sabe-se que tais diferenças provem de um maior repertório motor dos meninos, em consequência do maior número de vivências realizadas por eles.

Muitas vezes não há uma reflexão por parte do professor sobre a reafirmação e reprodução de tais estereótipos em suas aulas, quando aponta que futsal é a prática que os meninos deverão jogar e as meninas devem jogar vôlei. Sendo que há a necessidade de reflexão e discussão sobre as questões de gênero para que haja igualdade nas vivências esportivas dentro do âmbito escolar. Para pensar essas questões eleamos como objetivo desse trabalho, refletir sobre as discussões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de uma problemática relacionada ao tema proposto, qual seja: refletindo sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar. Segundo Bogdan e Biklen (1994) esse tipo de pesquisa não estabelece questionamentos para serem investigados a partir de variáveis. As questões são formuladas com o objetivo de se estudar, em sua completude, os fenômenos que estão inseridos em uma determinada realidade.

Para Demo (2006, p. 20), pesquisas de cunho qualitativo, “[...] pretendem trazer à cena da pesquisa a preocupação com a realidade inesgotável no mensurável”. Trata-se de uma pesquisa também descritiva, a qual, segundo Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos como referencial teórico as discussões de Foucault sobre sexualidade, assim como artigos e livros que tratam do tema proposto. Para a escolha dos artigos, realizamos uma pesquisa em alguns periódicos da área de Educação Física que discutem sobre gênero e sexualidade, encontrando assim dossiês temáticos sobre o tema em questão.

DESENVOLVIMENTO

Início de reflexões...

Para iniciar as nossas discussões, primeiramente afirmamos que há a necessidade de falar sobre sexo e sexualidade em todos os âmbitos da sociedade, inclusive dentro do ambiente escolar. Visto que falar sobre sexo durante muito tempo foi um “tabu” que as poucas foi sendo desconstruído. De acordo com Foucault (1988, p. 27),

deve-se falar sobre sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e ilícito [...], cumpre-se falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos [...].

Discutir sobre sexo publicamente em alguns lugares, ainda é algo que vai contra alguns costumes que prezam “a moral”, acontecendo assim uma tentativa de repressão e sufocamento de tais discussões, buscando-se sempre defender essa certa “moral”.

Mas o que se entende por moral? De acordo com Foucault (1984, p.26), é entendida como

Um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito.

Na contemporaneidade alguns desses valores que são pregados socialmente são pautados em princípios machistas e heteronormativos que são compartilhados em diversos espaços sociais, inclusive se não houver uma criticidade de professores sobre esses aspectos, a escola acaba sendo espaço para reprodução de tais princípios, servindo de local para a reprodução da cultura hegemônica. Onde as discussões sobre sexo, corpo e gênero acabam sendo sufocadas.

Há um processo de filtração, seleção das palavras, como apontado por Foucault, (1988), no contexto do século XVII sobre a repressão das discussões sobre sexo. O autor antes citado fala no contexto de séculos passados, mas as suas discussões tornam-se cada vez mais atuais, pois por mais que tenha havido quebras de alguns paradigmas dominantes, nem todas as discussões são aceitas, sobretudo as que estão relacionadas com o sexo e a sexualidade.

Há um policiamento dos enunciados assim como também das enunciações: definiu-se de maneira mais estrita o local e o tempo que não é possível falar sobre sexo, levando em consideração as relações entre os sujeitos e os espaços sociais e posições que ocupam, nos quais há em algumas famílias restrição dos pais falarem sobre sexo com os filhos, assim como pregado socialmente que patrões não podem falar sobre sexo com empregados e nem professores com alunos (FOUCAULT, 1988).

Não falar sobre sexo implica na “[...] constituição de uma conduta moral que leva o indivíduo, não simplesmente a ações sempre conformes aos valores e às regras, mas também a um certo modo de ser característico do sujeito moral” (FOUCAULT, 1984, p. 27).

Porém há a necessidade de transgredir os discursos tradicionais, muitas vezes provenientes da religião e reafirmados por ela. Há a necessidade de transgredir dos pensamentos que aprisionam o homem e disciplinam o seu corpo, vistos que esses pensamentos também são formas de dominação. Esse processo de disciplinarização do corpo visa à transformação dele enquanto um corpo dócil, no sentido de diminuir as suas forças políticas e o tornar mais obediente (FOUCAULT, 1987).

Durante muito tempo o corpo feminino esteve nessa condição de corpo dócil, sendo dominado pelo homem e pelos sistemas sociais. Na atualidade, ainda vivenciamos casos nos quais o corpo feminino é posto como algo a ser disciplinarizado.

Como afirma Louro (2000), na medida em que a sociedade se preocupa com mais ênfase sobre a vida de seus membros, presando pela uniformidade da moral, da prosperidade da economia, da higiene e da saúde, ela também se preocupa em disciplinar os corpos e com isso a vida sexual dos seus indivíduos. Sendo que o corpo ganha sentido socialmente, e é socialmente que a inscrição de gênero masculino ou feminino é feita nos corpos dentro do contexto de determinada cultura, carregando assim as marcas da mesma.

Referente ao conceito de gênero, podemos dizer que é um constructo social, que de acordo com Scott (1995), estar relacionado diretamente com as ideias das funções e papéis que são específicas aos próprios homens e as mulheres, sendo ele, uma categoria imposta sobre um corpo sexuado. Segundo Connell (1995, p. 189) *apud* Louro (2004), Nas questões de gênero, as práticas sociais estão dirigidas aos corpos, num sentido de se referir como as características sexuais são pensadas e representadas, ou como são inseridas a fazerem parte do processo histórico. Gênero, de acordo com Plaza (2004, p.39), “é uma maneira de implicar o corpo no

político. Gênero é uma estilização do corpo. Não a anatomia, mas o discurso que se organiza em torno dela”.

Considerando a história, percebemos que sempre houve um domínio e controle do corpo feminino por parte do masculino, sendo-o “marginalizado” em relação aos aspectos que dizem respeito às decisões da vida em sociedade, evidenciando e justificando essa superioridade pelas capacidades físicas, pelo aspecto biológico, sendo que a mulher deveria ser submissa até no momento do ato sexual, sendo esse momento destinado ao prazer exclusivamente do homem e que o ato sexual para a mulher deveria estar atrelado à reprodução da espécie. Sendo a sexualidade também um dispositivo de poder.

Segundo Louro (2000), os padrões de privilégio sexual masculino não foram totalmente desconstruídos, mas há fortes indícios de que esses não são imutáveis. Ainda de acordo com a autora citada, por mais que a dominação masculina permaneça quase que de forma hegemônica na sociedade, as mulheres vêm mostrando-se cada vez mais ativas no processo de definição das suas próprias necessidades.

Em relação a essa ideia de subordinação de gênero, não se trata apenas referente ao masculino e feminino. De acordo com Evangelista, Machado e Franco (2020), é possível exemplificar essa subordinação a partir da noção de superioridade referente aos homens brancos heterossexuais quando comparados às mulheres e aos negros e gays. Dito isto, trazemos os apontamentos de Louro (2000), quando a mesma aponta que a sociedade se organiza pautada em divisões e classificação dos sujeitos de acordo com o seu gênero, raça, etnia e comportamento sexual, atribuindo juízo de valor, marginalizando, subordinando, renegando e discriminando em relação aos outros.

Gênero e sexualidade na educação física

Mesmo com grandes avanços nos debates sobre gênero e sexualidades na última década, ainda há a necessidade de refletir sobre essas questões, inclusive dentro do espaço escolar, espaço esse que se configura como apropriado para tais discussões por contribuir de forma significativa na formação humana e cidadã de crianças e adolescentes. De acordo com Louro (2000) as discussões em torno dos temas corpo, gênero e sexualidade, ganham espaços para se estabelecerem dentro do ambiente escolar.

Dentro do espaço escolar encontramos a Educação Física que pode contribuir de forma efetiva para a reflexão desse tema, assim como também pode reproduzir e reafirmar alguns preconceitos de gênero caso não haja reflexão por parte do professor e isso implica diretamente

no tipo de formação que esse docente recebeu¹¹¹. Já que nos primórdios das organizações esportivas havia a exclusão do sexo feminino e estas eram sempre subordinadas aos homens.

Na primeira edição dos jogos da modernidade, não houve nenhuma participação feminina, porque alguns dos seus idealizadores não consideravam os jogos como apropriados para as mulheres, e sustentavam a ideia de não inclusão das mulheres na competição por acharem que elas iriam desonrar e vulgarizar um ambiente que era cheio de honras de conquistas. Sendo que Coubertin um dos principais idealizadores dos jogos da modernidade, acreditava que os jogos era local adequado apenas para os homens, por representar questões que estavam relacionadas a força, virilidade, coragem e masculinidade, excluindo a mulher das práticas esportivas, deixando-a apenas com a função de coroar os vencedores, mas era proibida de “macular” os jogos com o seu suor (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Percebemos que as discussões sobre gênero e sexualidade na Educação Física não é algo que surgiu na contemporaneidade, como afirmamos anteriormente, nas últimas décadas as discussões sobre esse tema tem se fortalecido cada vez mais, alcançando diversos âmbitos da sociedade e a Educação Física como área de conhecimento que lida com a cultura corporal do movimento, assim como se debruça sobre os estudos relacionados ao corpo, tem se voltado para refletir as questões de gênero e sexualidade no âmbito das práticas corporais, passando a ressignificar o conceito de corpo que até alguns anos atrás estava direcionado apenas para as questões biológicas.

De acordo com Saraiva (2005), a Educação Física pode contribuir para o conhecimento de gênero e sexualidade por meio das práticas corporais atuando de forma coeducativa, utilizando de ferramentas que instiguem os sujeitos a pensarem sobre forma de enfrentamento das injustiças que são impostas socialmente.

Dentro do âmbito da Educação Física, muitas vezes os corpos são classificados de acordo com as significações sociais que os atravessam, pautados numa perspectiva tradicional de ensino e que categoriza as práticas corporais, havendo assim uma divisão das práticas de acordo com o gênero.

Essa divisão das práticas corporais por gênero nas aulas de Educação Física é fruto dos práticas discursivas, assim como também tem as suas raízes marcadas desde quando fora

¹¹¹ Esse não é o objetivo de nossa discussão no que refere-se a formação do professor de Educação Física.

introduzida no ambiente escolar, na perspectiva médico-higienista trabalhando dentro de uma perspectiva de segregação de gênero.

Separar os meninos e meninas nas aulas de Educação Física apresenta-se como uma metodologia falha, pois não estar trabalhando com a socialização de todos os alunos na aula, assim como estar reforçando a ideia de que meninas e meninos devem realizar atividades diferentes. Auad e Corsino (2017) afirmam que a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física é prejudicial para o aprendizado, assim como também para o desenvolvimento motor, pois a partir do momento que os professores separam 20 minutos para os meninos jogarem futsal e 20 minutos para as meninas jogarem vôlei ou queimada, não estar acontecendo a interação assim como os estímulos motores serão diferentes.

Alunos de ambos os sexos são capazes de realizarem as mesmas tarefas motoras, não deve haver uma prática exclusiva para meninos e uma exclusiva para meninas. Geralmente os meninos apresentam maiores habilidades nas práticas esportivas do que as meninas, mas isso não é determinação biológica, são questões que estão implicadas socialmente. Por exemplo, quando o menino começa a andar um dos primeiros brinquedos a ser presenteado é uma bola, o que estimula o menino a desenvolver algumas habilidades para as modalidades esportivas, já para as meninas são apresentadas com bonecas, reforçando desde cedo o discurso que é imposto socialmente que a mulher deve ser mãe e dona de casa, sendo que as brincadeiras que envolvem os esportes são tidas como não apropriadas para meninas.

Finco (2010, p.123) corrobora com esse pensamento quando a mesma aponta que

os brinquedos que são oferecidos às crianças também estão carregados de expectativas, simbologias e intenções. As expectativas em relação à diferença de comportamento que se deseja para o menino e para a menina, justificadas pelas diferenças biológicas, acabam proporcionando distintas vivências corporais e determinando os corpos infantis: meninos e meninas têm no corpo a manifestação de suas experiências.

Dito isto, Cruz e Palmeiras (2009) afirmam que esse tratamento diferenciado, vai implicar diretamente também em um desempenho motor diferenciado. Isso não implica dizer que o sexo masculino é superior ao feminino nas práticas corporais na Educação Física Escolar, a única diferença estar nos estímulos diferentes que ambos receberam.

Sendo assim, há a necessidade de desconstruir a ideia de que determinada prática corporal é destinada para mulher e outras são específicas para homens. As práticas corporais da Educação Física não estão para homens e nem para mulheres, estão para o corpo. Corpo esse que necessita vivenciar todas as manifestações da cultura corporal do movimento seja nas lutas,

esportes, danças, jogos ou ginástica. Sendo assim, há a necessidade de reflexão por partes dos professores de Educação Física, para inserir as discussões de gênero e sexualidade dentro da sua prática pedagógica, contribuindo assim, para que haja um rompimento nos discursos hegemônicos de que os esportes não são para as mulheres, assim como as danças não são para os homens.

Discursos esses pautados na heteronormatividade e no machismo como citado anteriormente, que pode ser reproduzido ou desconstruídos (mesmo que não completamente) dentro do ambiente escolar marcadamente nas aulas de Educação Física por lidar com as manifestações corporais, manifestações essas que não tem gênero, tem movimento. E esse movimento é a essência do humano.

REFLEXÕES FINAIS

Pensar as discussões de gênero e sexualidade implica pensar o ser humano e as relações de poder que se estabelecem numa sociedade, na qual é categorizada e marginalizada pelo seu sexo e pelas atitudes sexuais. Essa categorização e marginalização estão pautadas em princípios do homem branco, na heteronormatividade, no machismo e na ideia de superioridade sexual.

Há constantemente a necessidade de falar sobre sexo, e falar em todos os lugares, mas não apenas falar, discutir e refletir sobre o mesmo, pois o sexo, a sexualidade faz parte de quem somos nós. Não é algo alheio à nossa constituição enquanto sujeito.

Reafirmamos a necessidade de discutir sobre gênero e sexualidade na escola, inclusive nas aulas de Educação Física Escolar, pois esta em seu percurso histórico esteve sempre reafirmando tais discursos de segregação sexual pautada em uma superioridade biológica, no qual coloca o sexo feminino numa situação de inferioridade se comparado ao sexo masculino, sendo assim. Portanto esses discursos devem ser desconstruídos, visto que o que difere o desempenho de homens e mulheres nas práticas esportivas são os estímulos que os mesmos receberam.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano N. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. Cortez. São Paulo, 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

CRUZ, M. M. S & PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar. *Motriz*, Rio Claro, v.15 n.1 p.116-131, jan./mar. 2009.

DEMO. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: 2006.

EVANGELISTA, M. H. S; MACHADO, B. P; FRANCO, N. Sexualidade e Educação Física escolar nos periódicos brasileiros (1979-2018). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-21, abril/junho, 2020.

FINCO, D. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 3, n. 1, p. 119-134, jan. jun. 2010

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: História da violência na prisão. 27ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira L. et al. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, G; CHEREM, E. H. L; TUBINO, M, J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci e Mov.** 2008; 16(2): 117-125.

PLAZA, J. P. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: GONÇALVES, Eliane. (orga.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-educação Física e Esportes**: quando a diferença é mito. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

CAPÍTULO 30

OS CONFLITOS EM TORNO DA “*IDEOLOGIA DE GÊNERO*” NO CENÁRIO BRASILEIRO: A GENEALOGIA DE UM PÂNICO MORAL¹¹²

Celso Gabatz, Pós-Doutorando, EST, São Leopoldo/RS

RESUMO

A “*ideologia de gênero*” vem suscitando inúmeras controvérsias nos dias atuais. É vista por uma parcela da sociedade como sendo perniciosa para as crianças, capaz de violar a liberdade das famílias e a integridade das igrejas. O resultado é uma avalanche de revolta infundada que arrasta pessoas por conta de um entendimento distorcido. Esta abordagem pretende, pois, aprofundar aspectos inerentes ao debate, bem como, respaldar a perspectiva da democracia e dos direitos individuais ao serem ameaçados por ofensivas de lideranças com forte ingerência política. Embora digam ser contra uma “ideologia”, na verdade, atuam para interromper a consolidação de valores essenciais à democracia, como o tratamento igual aos indivíduos, independentemente do que os singulariza e a promoção do respeito à pluralidade e diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: “*Ideologia de Gênero*”; Identidade; Democracia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, estamos testemunhando o surgimento de um tipo particular de desafio. A rejeição para com a noção de gênero enquanto conceito analítico. A resistência mais acentuada decorre, em grande medida, após o gênero como categoria reflexiva, tornar-se parte dos quadros conceituais que buscam delinear com maior desenvoltura a realidade social em áreas como a pesquisa acadêmica, o ativismo político e a governança. Há uma compreensão do gênero como categoria parcial, incompleta e, frequentemente, precária.

Várias décadas de produção em torno de questões de sexo e gênero levaram a conceituar gênero como uma categoria analítica primordial. "Um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma das [...] principais formas de significar as relações de poder" (SCOTT, 1986, p. 1067). A consolidação do gênero no âmbito

¹¹² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

das políticas governamentais acabou por demandar uma "massificação do gênero" enquanto forma de abordagem e como ferramenta de articulação política. Esta referência à "massificação" chama a atenção para o fato de que o gênero adquiriu um uso mais ampliado, e, por outro lado, também o tornou mais tangível em sua reação ou oposição.

Os embates assumem diferentes formas. Há quem repercuta uma perspectiva mais sutil, pragmática e até estratégica, enquanto outros rejeitam de forma incisiva a própria noção de gênero. Os olhares contrários e o ativismo que se reúne em torno do termo "*ideologia de gênero*" são expressões que ampliam em muito as incompreensões e uma não disponibilidade para o diálogo. Neste contexto, o termo ideologia¹¹³ cumpre um papel retórico específico, porque invoca uma visão em que as crenças e ideias são separadas do âmbito da vida e da realidade. Por conta desta premissa, gênero passa a ser localizado, sobretudo, na dimensão do conhecimento. Em grande medida, as possíveis oposições ao termo são lidas a partir de projetos alternativos de produção deste conhecimento (SANTOS FILHO, 2016. p. 33-58).

Os críticos às demandas de gênero se afirmam como interlocutores das preocupações de pessoas, supostamente silenciadas, e que, portanto, necessitariam ser alertadas acerca das ameaças a que estão expostas. Dentro deste quadro, o gênero opera como um vínculo simbólico que une atores com objetivos e estratégias divergentes contra um inimigo comum. É possível afirmar que, em certo sentido, as mobilizações incidem mais na realidade do gênero tornando-o, por extensão, um tema conhecido, reafirmando a sua relevância e incidência na vida das pessoas.

A ideologia de gênero mostra a incubação e normatização de um estilo de vida no plano interno estadunidense para subsequente projeção na ONU e irradiação pelo mundo afora via maquinaria internacional dos Direitos Humanos (...) O papel do feminismo antimaterno na formulação do corpo conceptual de base, bem como a contribuição da teoria desconstrutivista no processo de elevação do aborto ou da sodomia e costumes afins a estatuto de direitos fundamentais, são postos em paralelo com a carona na noção de minoria então providencialmente disponibilizada na campanha para a igualdade civil (VERO, 2016, p.4).

O gênero como categoria de análise conjuntural vem encontrando resistência, notadamente, a partir de posições teóricas e políticas que acentuam a perspectiva das disputas.

¹¹³ Ideologia é um dos conceitos referidos por Karl Marx e Friedrich Engels, na obra, *A ideologia alemã*, (2007). Na perspectiva observado pelos autores, trata-se de uma consciência equivocada acerca da realidade, mas, muito importante para que uma classe social consiga exercer certo poder em relação a outros extratos sociais. Por extensão, tem a ver também com a necessidade da classe dominante fazer com que a realidade seja vista e assimilada a partir deste referencial. Ideologia, no entanto, sofreu inúmeras interpretações, como, por exemplo, aquela entabulada por Lênin como forma de definir o próprio marxismo ou a desenvolvida por Antônio Gramsci, para quem, a ideia de mundo se manifestaria nas ações que a sociedade seria capaz de organizar. A ideologia é, portanto, um conjunto de ideias que fundamentam valores e motivam atitudes.

Os embates incluem paradigmas neoliberais e positivistas que têm escassas análises sociológicas do poder, mas, também, perspectivas marxistas que seguem sendo mal equipadas para dar conta das parcelas de poder que não podem ser reduzidas a um único conjunto de relações que incide nas classes socioeconômicas (BUTLER, 2008).

A “*ideologia de gênero*” repercute no mundo de maneiras diferentes. No Brasil, em particular, embora a influência da religião católica sempre tenha sido constante e com um papel de liderança estratégica durante o período colonial e nos momentos da ditadura militar, o interesse em influenciar a tomada de decisão dos governos mostra um mapa geopolítico mais complexo, caracterizado pelo surgimento de novas igrejas que também tentam incorporar-se às suas demandas. A filósofa Márcia Tiburi alerta para o fato de que:

[...] algo muito curioso acontece com o uso do termo ideologia quando se fala em ‘ideologia de gênero’. Algo, no mínimo, capcioso. Pois quem usa o termo ‘ideologia de gênero’ para combater o que há de elucidativo no termo gênero procura ocultar por meio do termo ideologia não apenas o valor do termo gênero, como, por inversão, o próprio conceito de ideologia. É como se falar de ideologia de gênero servisse para ocultar a ideologia de gênero de quem professa o discurso contra a ideologia de gênero. Não se trata apenas de uma manobra em que a autocontradição performativa é ocultada pela força da expressão, mas de um caso evidente de má fé (TIBURI, 2016).

Por isso, é a partir de um contexto peculiar que surge o itinerário para a abordagem do tema aqui proposto. Interessa-nos, sobretudo, descortinar as condições que possibilitaram que determinadas ideias e valores morais passassem a ser incorporados no debate público atual. Busca-se interrogar de que maneira esta agenda passou a delimitar as propostas no âmbito educacional e, também, as condições de produção e emergência de uma trama discursiva em torno do sexo, gênero e família com forte apelo popular e político.

CONFLITOS E DISTORÇÕES DE GÊNERO

O sexo é um elemento político. Ao ser realçado em sua dimensão política, ele é, por extensão, também um parâmetro que se afirma nos meandros de uma construção histórica de poder. Michel Foucault em sua *História da sexualidade* (2001) questionou a hipótese repressiva do sexo, de modo a recolocá-lo, a partir do século XVII, em uma teoria geral dos discursos. Não se tratava de demonstrar como a hipótese repressiva era equivocada, mas, observar aquilo que estava sublinhado ao se falar do sexo, dos lugares, das instituições.

O propósito de Foucault era compreender quais meios o poder acentuava e “de que maneira penetrou e controlou o prazer cotidiano a partir dos efeitos [...] de recusa, bloqueio, desqualificação, mas, também, de incitação, de intensificação, [...] das técnicas polimorfos do poder” (2001, p. 17). Tratava-se, assim, de observar o regime de poder, saber e prazer que

sustentou e colocou o sexo, exaustivamente, em um discurso recorrente na história da humanidade representado por um controle dos corpos e das condutas.

O conceito de “gênero”, por sua vez, surge como contraponto ao espectro essencialista do “sexo”, a partir do desenvolvimento dos estudos feministas em meados do século XX. É fundamental compreender, todavia, que a divisão entre “gênero” e “sexo” não deveria produzir categorias antagônicas (sexo/natureza – gênero/cultura) na medida em que estas reforçam a naturalização da sexualidade, mas, sim, categorias híbridas e interseccionais, ampliando o campo da sexualidade para além do ato sexual e da esfera biológica (SCOTT, 1986. p. 1053-1075).

Desde o lançamento da obra seminal da pensadora francesa Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, no ano de 1949, houve uma separação entre o que é natural e, principalmente, o que é social. Para Beauvoir, se o propósito é acabar com um preconceito, o jeito mais promissor de fazê-lo seria acabar com as bases sobre as quais ele é construído. Significa, portanto, ter a liberdade para escolher não somente aquilo que é determinado. Por isto, não deixa de ser uma afirmação pouco lógica que a discussão de gênero seja vista com base em uma “ideologia” que busca determinar o que crianças e jovens serão no futuro (BEAUVOIR, 1967).

Enquanto elemento constitutivo, gênero supõe a construção social dos indivíduos relacionado à ideia de mulher e homem. Nessa construção, é de vital importância a difusão de símbolos culturalmente conhecidos que agregam múltiplas representações sobre o feminino e o masculino. Os símbolos, dotados de uma ideia intertemporal, são interpretados e introduzidos através de conceitos normativos como os encontrados nas doutrinas religiosas, nas práticas educacionais e nas leis (ARÁN; PEIXOTO JÚNOR, 2007, p. 129-147).

Como forma primária de relações, por sua vez, gênero é um campo primário no qual, se articula o poder. Ou seja, gênero tem sido uma forma habitual de facilitar a significação do poder. O gênero se dissolve na conceituação e constituição do próprio poder (SCOTT, 1995, p. 71-99). Por outro lado, gênero também confere aos indivíduos identidades subjetivas mediante atos de sujeição. Daí por que as condutas, os desejos, as vontades e ações, estarem condicionados por processos de socialização. Desta maneira, o sistema sexo-gênero se coloca como uma variável fundamental na organização da vida social através da história e da cultura.

Gênero é, assim, uma ferramenta analítica e também uma categoria teórica que permite compreender como a divisão da experiência social tende a redundar em concepções diferentes acerca da própria trajetória, as atividades, as crenças e a percepção de mundo (HARDING,

1996, p. 29-32). É importante salientar, entretanto, que gênero é ainda um conceito que visa explicitar que as diferenças são decorrentes de construções sociais por meio dos processos de socialização inerentes aos sujeitos desde a sua concepção. Explicam, desta maneira, as relações de poder socialmente construídas e as normas de gênero socialmente impostas e que geram relações baseadas em distinções sexuais (AMOROS, 1985). Esta construção social dos indivíduos se relaciona com a difusão de símbolos culturalmente disponíveis e que agregam diferentes representações.

O livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, da escritora estadunidense Dale O’Leary, publicado no final dos anos 90, é uma delimitação inicial importante para se entender as atuais formulações teóricas que buscam contradizer os movimentos feministas e LGBT, principalmente por ser amplamente citado nos materiais acerca da “ideologia de gênero”. De acordo com a autora existiria uma linha histórica do avanço das políticas de gênero no plano internacional. Sua constatação é de que haveria uma conspiração pela destruição dos valores cristãos, aprofundando inclusive nas diferentes perspectivas de feminismo e nas políticas de gênero da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na América Latina a primeira referência oficial ao termo ideologia ligado ao conceito de gênero, aparece no ano de 1998 em uma nota intitulada - *La ideología de género: sus peligros y alcances* - emitida pela Conferência Episcopal Peruana. O documento, dividido em mais de uma dezena de tópicos, discorre sobre a existência de uma natureza humana originada a partir da lei natural, imutável, criada por Deus, comprovada científica e biologicamente. A nota demonstra como os defensores de uma “ideologia de gênero” promovem a desconstrução da família, da educação, da cultura e das religiões (ALZAMORA, 1998).

A conferência refere que este movimento ideológico aprofundou sua incidência nos Estados Unidos para depois alcançar os países menos desenvolvidos. O principal argumento é de que por falta de informação as pessoas tendem a não compreender os perigos e o alcance a favor do gênero. Tal fato poderia ser comprovado, por exemplo, pela grande quantidade de materiais educativos difundidos em colégios e universidades.

Para os apaixonados defensores da “nova perspectiva”, não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas “orientações sexuais”. Com efeito, os mencionados promotores do “gênero” não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher [...]. Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são

naturais, os promotores da “nova perspectiva” não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza (ALZAMORA, 1998).

Fica evidente que, desde o seu início, o movimento de oposição às demandas de gênero se constituiu como forma organizada e com o propósito de ampliar conceitos específicos da área em relação a uma possível hegemonia, patriarcado, heterossexualidade, orientação sexual, homofobia. A pretensão que sempre prevaleceu era a de alertar a população acerca de uma nova perspectiva de gênero que seria contra a própria natureza. Reconhece-se, para tanto, de maneira detalhada, os textos e programas de estudos feministas e de gênero em muitos colégios e universidades.

Aqui no Brasil, o livro do jurista argentino, Jorge Scala - *La Ideología del Género. El género como herramienta de poder* (2010), serviu como base para a introdução e ampliação do tema. Para o autor a “ideología de género, por ser falsa y antinatural, a la postre no convence, y sólo puede implantarse en forma totalitaria” (p. 13) e que “es la actual ideología del mal” (p. 189). Scala também apresenta o que considera os antecedentes históricos da “ideología de género”, a saber: 1 - Ideólogos da “revolução sexual”, a partir da fusão entre as proposições de Karl Marx e Sigmund Freud. 2 - Ideias construtivistas sociais presentes em Jaques Derrida e Michel Foucault. 3 - Pressupostos existencialistas e ateus segundo Simone de Beauvoir. 4 - Feminismo de gênero, basicamente a partir do feminismo teórico estadunidense e que depois viria a se transformar em “lobby homossexual”.

A partir desta ótica, os movimentos feministas ao buscarem a “igualdade” entre homens e mulheres, primeiro no âmbito público e depois no âmbito civil, construíram uma ideia de opressão vivida pela mulher. Para Scala, tal opressão seria falsa. As mulheres não teriam sofrido, historicamente, a submissão, mas teriam, em contrapartida, sucumbido a uma crise em sua identidade com o surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 1960, aceitado tornar-se objeto de prazer, seguindo por um caminho equivocado, já que a relação sexual não seria mais para a procriação. Neste contexto de ações feministas, as mulheres teriam passado a reivindicar também a igualdade sexual. Assim, as reivindicações e os estudos feministas estariam gerando uma nova antropologia, ou melhor, uma “ideologia feminista”, muito negativa para a convivência humana (SCALA, 2010, p. 43-44)

Por meio de uma tematização alarmista acerca dos riscos da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, tal ofensiva visava garantir maior espaço à Igreja e, ao mesmo tempo, conter o avanço de políticas sexuais voltadas a garantir ou ampliar os direitos sexuais de mulheres, pessoas não heterossexuais e outros grupos dissidentes

da ordem sexual hegemônica. Os movimentos investem de forma maciça na naturalização das concepções de família nuclear patriarcal, da maternidade, do parentesco, da heterossexualidade e complementaridade entre os sexos. Deste modo, procura-se promover a restauração de uma ordem sexual tradicional e reforçar as disposições das normas de gênero, da heterossexualidade e da heteronormatividade.

Não casam, não querem filhos e detestam a família. São geralmente lésbicas – pelo menos, as ideólogas de destaque. Hostilizam o macho heterossexual com o apoio da população gay. E o que idealizam, muito sugere uma ditadura LGBT. (...) Qualquer seguidor da fé LGBT deve decorar essas linhas e recitá-las de cara virada para Meca cinco vezes ao dia, porque expressam a quintessência do credo do gênero (VERO, 2016, p. 68).

O apelo a uma pretensa “moralidade” se espalhou na esfera pública, e, especialmente, na arena política, catalisando manifestações contrárias às políticas sociais, reformas jurídicas, ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações sexistas. Com efeito, o que é possível vislumbrar na atuação destes setores, é uma intencionalidade de se opor às ações voltadas para a descriminalização do aborto, a legalização do casamento igualitário, o reconhecimento do direito de adoção a genitores de mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero (ROSADO-NUNES, 2015).

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” ENTRE PRECONCEITOS E ANIMOSIDADES

Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado [...] Edifícios grandes e poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente o surto resultante de um pânico moral é precedido por uma intensificação de tais representações excludentes (RUBIN, 2003, p. 32).

O conservadorismo cristão, fortemente alinhado com o liberalismo econômico, se tornou um dos alicerces dos recentes movimentos da conjuntura política brasileira. O impedimento da presidenta Dilma Rousseff foi visto como um símbolo da derrocada das políticas de esquerda: do “marxismo cultural”, da “ideologia de gênero”, da “ditadura gay” e da “doutrinação comunista”. Importante ressaltar que este avanço da *ideologia de gênero*, em sua essência, é uma ameaça à consolidação de valores básicos da democracia, como o respeito à diversidade humana, a laicidade do Estado e o combate à discriminação e violência contra minorias.

Vejo as ofensivas contra a “ideologia de gênero” como a busca de naturalização de posições – as visões bem situadas e particulares de alguns, no caso de grupos religiosos, apresentadas como fossem universais. Nesse caso, o recurso à ideia de que existe uma natureza/verdade e uma ideologia/falsidade é o dispositivo central para a universalização de uma posição bem situada (BIROLI, 2015).

Discursos, narrativas, slogans e argumentos padronizados. Ações articuladas nos púlpitos, nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no congresso nacional. Eleição de religiosos nos parlamentos e influencia estratégica no âmbito das políticas públicas e na criação de leis. A promoção constitucional da diversidade vista como "ideologia" ou "doutrinação". Trata-se de um enfrentamento direto aos direitos das mulheres, às conquistas de minorias sexuais, às políticas de igualdade em detrimento da reafirmação da legitimidade moral e religiosa das desigualdades, do patriarcado, da heteronormatividade, da homofobia, da transfobia.

A ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não diferem pelo sexo, mas pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade. Afirma ainda que o gênero, em vez de ser imposto, deveria ser livremente escolhido e facilmente modificado pelo próprio ser humano. Ou seja, ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas são elas próprias condicionadas a identificarem-se como homens, como mulheres, ou como um ou mais dos diversos gêneros que podem ser criados pelo indivíduo ou pela sociedade. Deveria ser considerado normal passar de um gênero a outro e o ser humano deveria ser educado, portanto, para ser capaz de fazê-lo com facilidade, libertando-se da prisão em que o antiquado conceito de sexo o havia colocado (TONDELLO, 2015).

É salutar observar que a argumentação enseja um cunho essencialista balizado por um discurso afeito às particularidades biológicas. Combate-se os pressupostos das teorias e movimentos feministas e sexuais que delimitam a sua atuação a partir de desigualdades de gênero, normatividades e regulações das sexualidades como construções sociais e culturais, historicamente localizadas. Existe um conceito de “natureza humana” como decorrente de uma “lei natural” dada por Deus, comprovada pela biologia e, portanto, inalterável.

Na perspectiva epistemológica, não é possível afirmar a existência de uma “*ideologia de gênero*”. Usar este termo para designar qualquer discussão de gênero serve para dar um tom de autoritarismo e de imposição, de acordo com alguma interpretação instrumental ou enviesada acerca da “ideologia”. Serve, também, por extensão, para perceber que qualquer pressuposto concernente ao ideológico seria, necessariamente, mentiroso, distorcido ou sem embasamento. As formulações aleatórias servem como poderosos dispositivos retóricos que fomentam polêmicas, intimidações e ameaças contra atores ou instituições dispostos a contribuir com uma agenda em prol da diversidade. No âmbito desse empenho reacionário, o propósito é de instaurar um ambiente de pânico moral contra grupos sexualmente vulneráveis ou

marginalizados. Pouco importa se determinado rótulo não possui um referente conceitual lógico. Busca-se um discurso que apela para uma suposta “ordem” a partir de alguma estratégia discursiva que facilita a adesão e a mudança naquilo que se anuncia (SHELDON, 2012).

Em geral, os defensores desta pauta em vez de ampliar o debate, acentuam uma preferência por ridicularizar ou estigmatizar adversários que, grosso modo, são responsáveis pela destruição das famílias. São vistos como *gayzistas*, *feminazis*, *pedófilos*, *heterofóbicos*. Possíveis pautas devem ser capturadas, descontextualizadas, homogeneizadas, reduzidas a uma teoria sem lógica, e, portanto, grotesca, para serem, finalmente, denunciadas e repelidas (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). Os debates, interrogações e problematizações, bem como os instrumentos e os resultados produzidos pelos estudos científicos e acadêmicos são objetivados como uma perigosa, enganosa e ilegítima “teoria/ideologia”, que, por meio de “manipulações linguísticas”, tenderia a reproduzir a “colonização da natureza humana”. Não há, pois, maior interesse pela contestação acadêmica (ROSADO-NUNES, 2015. p. 1237-1260).

Entre tantas questões que fazem parte do arcabouço conservador, uma tem sido mais incisiva: a defesa da primazia ou da exclusividade da família na educação moral e sexual dos filhos. De acordo com o imaginário recorrente, a educação das crianças e adolescentes não deveria sofrer qualquer interferência, muito menos da parte de escolas públicas que, supostamente, buscam implantar uma ditadura de gênero e, portanto, foram convertidas na sua maioria em “campos de doutrinação”. É importante destacar que é justamente o cotidiano das escolas que vem recebendo maior atenção destes movimentos na medida em que a defesa da primazia das famílias na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos escolares e à liberdade docente, em nome de um “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero” (LOURO, 1997).

Os debates e mudanças legislativas ocorridos no Brasil nas últimas décadas seriam, por exemplo, efeitos do “marxismo cultural, da doutrinação ideológica, do totalitarismo de esquerda e ditadura cultural” (LOBO, 2016). Nesse mesmo sentido, as disputas por uma educação laica e democrática, com ênfase nas questões de gênero e sexualidade, que transcorreram ao longo do processo de democratização, são retratadas como uma conspiração mundial com o objetivo de ocupar escolas e fazer a lavagem cerebral de professoras e alunos de modo a promover uma nova ordem mundial organizada em torno à destruição das famílias.

A “*ideologia de gênero*” passou a ser, notadamente, uma categoria retórica e política capaz de mobilizar muitas pessoas. Engendrado no âmago de um dispositivo conservador e

reacionário, este paradigma se relaciona com os processos de reformulação, atualização e legitimação de uma determinada visão dos indivíduos e de suas múltiplas estratégias de poder. Isso significa que são processos que na percepção do senso comum retratam uma naturalização das assimetrias de gênero e das sexualidades (COELHO; SANTOS, 2016, p.27-48). O desafio que se impõe é de que tais elementos sejam compreendidos e debatidos não apenas a partir de certos marcos morais, religiosos e de cunho tradicional marcados pela incidência de certas “verdades” intransigentes.

Apresentar-se como a guardiã da moral é uma de suas estratégias para que o discurso e a ação das instituições eclesiais na esfera pública sejam recebidos e aceitos por muitas pessoas. A civilização do controle e do medo instaurada pelo Cristianismo, associada à repressão do prazer e à suspeita sobre o sexo é inseparável da desvalorização simbólica e social. As diferenças biológicas, constantemente invocadas, validam a atribuição das mulheres à esfera doméstica, reafirmando a legitimidade de sua exclusão da esfera pública e reiterando sua inferioridade social e política (BURGGRAF, 2001).

Convém lembrar aqui a instigante percepção da filósofa Judith Butler ao observar a heterossexualidade e o falocentrismo como instituições identitárias compulsórias de poder e de discursos pelos quais o gênero se produz e reproduz. Há, portanto, uma sinalização para a desconstrução das identidades fixas, bem como o fato de que estas, quando pensadas e resinificadas, redundam em instrumentos para questionar os conservadorismos que se fundam nas desigualdades entre os corpos. Isso significa que as fronteiras entre os binarismos são porosas e perturbadoras.

O que acontece ao sujeito e a estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado [...] qual a melhor maneira de problematizar as categorias gênero que sustentam hierarquias dos gêneros e a heterossexualidade compulsórias? (2008, p. 8).

O desafio é indagar sobre os silêncios, os preconceitos, as práticas discriminatórias e violentas que acompanham as vidas de pessoas que rompem com padrões fixos de masculinidades e feminilidades ou de outras cujos prazeres, desejos e afetos não se enquadram em uma normatividade. Isso implica em intervir de forma ética, no sentido de construir relações mais humanas e justas, nas quais as diferenças não sejam vistas e nem tratadas como inferioridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar caminhos de diálogo acerca das questões de gênero, sexualidade e temas afins, significa enfrentar acusações e incompreensões. Ideologia virou sinônimo de ilusão, fantasia, mentira. Nessa perspectiva a *"ideologia de gênero"* parece ser uma tese sem necessidade de muitos argumentos. É vista por uma boa parcela da sociedade como algo ruim para as crianças, capaz de violar a liberdade das famílias e a integridade das igrejas.

De acordo com os críticos ao debate, a *"ideologia de gênero"* seria uma imposição totalitária com o propósito de consolidar uma sociedade perversa, iníqua, com conceitos falaciosos e esdrúxulos que levariam ao adoecimento da vida humana, tornando-a uma aberração imoral. Partindo do princípio de que a ideologia é uma forma de pensamento que oprime, distorce e falseia a realidade, buscou-se, nesta abordagem, ampliar o entendimento sobre questões que fazem parte desta problemática.

Observou-se no decorrer desta abordagem que entre os riscos há, sobretudo, a recorrente deturpação das premissas fundantes da democracia e dos direitos individuais por conta de ofensivas de lideranças religiosas com forte persuasão política. Embora se afirme numa retórica contrária a alguma *"ideologia"*, na verdade, o que ocorre é uma atuação estratégica para frear e interromper a consolidação de valores importantes para a harmonia social, como no caso do tratamento igual aos indivíduos, independentemente do que os singulariza e a promoção do respeito à pluralidade e diversidade.

É no senso comum que as pessoas vão alardeando verdades difusas e sem muita preocupação com os fatos. O que está em questão e que deveria ser o argumento mais importante é se teremos diretrizes orientadas para a igualdade, a tolerância e a diversidade ou se teremos noções alicerçadas na superioridade, exclusivismo e exclusão. As preocupações deveriam apontar apenas numa direção: menos violência, mais tolerância, mais respeito, inclusive à diversidade humana e sexual.

Estudar questões correlatas ao gênero e às sexualidades, significa refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres e as implicações negativas dessas desigualdades. É compreender o alto índice de discriminação e violência contra as mulheres e contra as minorias raciais, religiosas e sexuais. Significa levar a sério os inúmeros casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. É educar para superar o machismo. Significa educar para o respeito à diversidade, de modo a não fomentar o preconceito e a discriminação.

REFERÊNCIAS

ALZAMORA Revoredo, Oscar. La ideología de género: sus peligros y alcances. Lima: Comisión de la Mujer; Comisión Episcopal de Apostolado Laical, **Conferencia Episcopal Peruana**, 1998.

AMOROS, Celia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1985.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**. N.º. 28, Jan/ Jul. 2007, Campinas, São Paulo, 2007, p. 129-147.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BIROLI, Flávia. O que está por trás do boicote religioso à “ideologia de gênero”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 30 de Ago. 2019.

BURGGRAF, Jutta. “**Qué quiere decir género**”. En torno a un nuevo modo de hablar. Promesa: San José, Costa Rica, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa; SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. **Religare**, Vol.13, n.1, Jul. 2016, p. 27-48.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

LOBO, Marisa. **A ideologia de gênero na educação** – como essa doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais. Curitiba: Ministério Marisa Lobo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro, Petrópolis; Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

O’LEARY, Dale. **The Gender-Agenda**: redefining equality. Lafayette: Vital Issues, 1997.

ROSADO-NUNES, Maria J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, Jul/Set, 2015, p. 1237-1260.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n. 21, 2003, p. 1-88.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. “Ideologia de gênero”: interpretação equivocada, repetição do equívoco. **Bagoas** - Estudos de Gays: Gênero e Sexualidades. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vol. 10, n. 15, 2016. p. 33-58.

SCALA, Jorge. **La ideología del género o el género como herramienta de poder**. Rosario: Ediciones Logos Ar, 2010.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 91, n. 5, 1986. p. 1053-1075.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SHELDON, Louis. P. **A Estratégia**. O plano dos homossexuais para transformar a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2012.

TIBURI, Márcia. **Vamos conversar sobre Gênero**. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/vamos-conversar-sobre-genero/>. Acesso em 06 de Set. 2019.

TONDELLO, Dom Neri José. Nota da CNBB: “ideologia de gênero”. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: Regional Oeste II**. Disponível em: <http://www.diocesederondonopolis.org.br/2015/2015/06/nota-da-cnbb-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 05 de Set. 2019.

VERO, Justino. **E por falar em preconceito e gênero...** Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico/GZ Editora, 2016.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)

Debates sobre

GÊNERO

SEXUALIDADE
na sociedade contemporânea

PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORA



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)

Debates sobre

GÊNERO

SEXUALIDADE

na sociedade contemporânea

PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORA



2021